SCRIPTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler	Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor:	Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães
Vice-Reitora:	Patrícia Bernardes
Assessor Especial da Reitoria:	José Tarcísio Amorim
Chefe de Gabinete do Reitor:	Paulo Roberto de Souza
Pró-Reitores:	Extensão – Wanderley Chieppe Felippe; Gestão Financeira – Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação – Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura – Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e Pós-graduação – Sérgio de Morais Hanriot; Recursos Humanos – Sérgio Silveira Martins; Arcos – Jorge Sundermann; Barreiro – Renato Moreira Hadad; Betim – Eugênio Batista Leite; Contagem – Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas – Iran Calixto Abrão; São Gabriel – Miguel Alonso de Gouvêa Valle; Guanhães e Serro – Ronaldo Rajão Santiago
Secretaria de Comunicação:	Mozahir Salomão Bruck
Secretaria-Geral:	Ronaldo Rajão Santiago
Cultura e Assuntos Comunitários:	Maria Beatriz Rocha Cardoso
Planejamento e Desenvolvimento Institucional:	Carlos Barreto Ribas
Instituto de Ciências Humanas:	Carla Santiago Ferretti (Diretora)
Chefe do Departamento de Letras:	Jane Quintiliano Guimarães Silva
Programa de Pós-graduação em Letras:	Márcia Marques de Morais (Coordenadora)
Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros:	Raquel Beatriz Junqueira Guimarães (Coordenadora)

EDITORA PUC MINAS

Comissão Editorial:	Ângela Vaz Leão (PUC Minas); Graça Paulino (UFMG); José Newton Garcia de Araújo (PUC Minas); Maria Zilda Cury (UFMG); Oswaldo Bueno Amorim Filho (PUC Minas)
Conselho Editorial:	Antônio Cota Marçal (PUC Minas); Benjamin Abdala Jr. (USP); Carlos Reis (Univ. de Coimbra); Dídima Olave Farias (Univ. del Bío-Bío – Chile); Evando Mirra de Paula e Silva (UFMG); Gonçalo Byrne (Lisboa); José Salomão Amorim (UnB); José Viriato Coelho Vargas (UFPR); Kabengele Munanga (USP); Leonardo Barci Castriota (UFMG); Philippe Remy Bernard Devloo (Unicamp); Regina Leite Garcia (UFF); Rita Chaves (USP); Sylvio Bandeira de Mello (UFBA)
Coordenação Editorial:	Cláudia Teles de Menezes Teixeira
Assistente Editorial:	Maria Cristina Araújo Rabelo
Revisão/preparação dos originais:	Arabie B. Hermont; Ev'Angela B. R. de Barros
Capa e diagramação:	Jefferson Ubiratan de Araújo Medeiros

CESPUC — CENTRO DE ESTUDOS LUSO-AFRO-BRASILEIROS • Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 20, Sala 101 • 30535-610 Belo Horizonte, Minas Gerais — Brasil • Tel.: (31) 3319-4368 • *E-mail*: cespuc@pucminas.br

EDITORA PUC MINAS — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom Lúcio Antunes, 180, Coração Eucarístico • 30535-490 • Belo Horizonte, Minas Gerais — Brasil • Tel.: (31) 3319-9904 Fax: (31) 3319-9907 • *E-mail*: editora@pucminas.br

ISSN-e: 2358-3428

SCRIPTA

LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e do Cespuc

Organizada por

Arabie B. Hermont

Ev' Angela B. R. Barros

SCRIPTA • Belo Horizonte • v. 20 • n. 38 • p. 1-444 • 1º sem. 2016

Scripta é uma publicação semestral do Departamento de Letras da PUC Minas, do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros – Cespuc - MG. A revista publica números alternados com matéria de Literatura ou de Linguística e Filologia, o que se indica no subtítulo: I – Literatura; II – Linguística e Filologia.

Comissão de publicações:
Presidente: Ivete Lara Camargos Walty
Editora geral da revista **Scripta**: Raquel Beatriz Junqueira Guimarães
Editora da revista **Scripta** de Linguística e Filologia: Juliana Alves Assis
Editora da revista **Scripta** de Literatura: Terezinha Taborda Moreira
Secretárias: Ev' Angela Batista Rodrigues de Barros
Sandra Maria S. Cavalcante

Conselho Editorial:

Dra. Adriana Fischer(FURB)
Dra. Adriane Teresinha Sartori (UFMG)
Dra. Adelia Toledo Bezerra de Menezes(USP)
Dr. Adilson Ribeiro de Oliveira (IFMG)
Dra. Ana Elisa Ribeiro (CEFET-MG)
Dra. Ana Maria e Mattos Guimarães (UNISINOS)
Dra. Ana Maria Nápoles Villela (CEFET-MG)
Dra. Anna Christina Bentes da Silva (UNICAMP)
Dr. Benjamin Abdala Junior (USP)
Dra. Delaine Cafiero Bicalho (UFMG)
Dra. Dora Riestra (UNRN)
Dra. Dorotea Frank Kersch (UNISINOS)
Dr. Edimilson de Almeida Pereira (UFJF)
Dra. Elzira Divina Perpétua (UFOP)
Dra. Eneida Rego Monteiro Bonfim (PUC-RJ)
Dra. Enilce do Carmo Albergaria Rocha (UFJF)
Dra. Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin (UFC)
Dra. Ev Angela B. R. de Barros (PUC Minas)
Dra Fabiana Cristina Komesu(UNESP)
Dr. Francisco Noa (UEM)
Dr. Gilcinei Teodoro Carvalho (UFMG)
Dr. Hugo Mari (PUC Minas)
Dra. Ida Maria Santos Ferreira Alves (UFF)
Dra. Jane Fraga Tutikian (UFRGS)
Dra. Jane Quintiliano Guimarães Silva (PUC Minas)
Dra. Laura Cavalcante Padilha (UFF)
Dra. Lília Santos Abreu-Tardelli (UNESP)
Dra. Lilian Aparecida Arão (CEFET-MG)
Dr. Luis Maffei(UFF)
Dr. Luiz Carlos Travaglia (UFU)
Dra. Luzia Bueno (USF)
Dr. Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (USP)
Dr. Marco A. de Oliveira (PUC Minas)
Dra. Maria Angela P. T. Lopes (PUC Minas)
Dra. Maria Beatriz N. Decat (UFMG)
Dra. Maria das Graças R.Paulino (UFMG)
Dra. Maria Helena de Moura Neves (Unesp)
Dra. Maria Teresa Salgado (UFRJ)
Dra. Maria Theresa Abelha Alves (UFRJ)
Dra. Maria Zilda Ferreira Cury (UFMG)
Dra. Marta Passos Pinheiro (CEFET-MG)
Dra. Patrícia R. T. Baptista (CEFET-MG)
Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes (UFOP)
Dra. Prisca A. de Almeida Pereira (UFJF)
Dra. Regina Zilberman (UFRGS)
Dra. Renata Flavia Silva (UFF)
Dra. Renata Soares Junqueira (UNESP)
Dr. Renato Caixeta da Silva (CEFET-MG)
Dr. Rogério Barbosa da Silva (CEFET-MG)
Dra. Rosane de Andrade Berlinck (UNESP)
Dra. Sandra M. S. Cavalcante (PUC Minas)
Dra. Sabrina Sedlmayer Pinto (UFMG)
Dra.. Silvana Maria P. Oliveira (UFMG)
Dra. Solange Ribeiro de Oliveira (UFOP)
Dra. Sonia Maria L. Cyrino (UNICAMP)
Dr. Wander Melo Miranda (UFMG)
Dr Wiliam Augusto Menezes (UFOP)

Indexadores: Latindex, Ulrichs, Clase, MLA, LLBA, Icap

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S434
Scripta – v. 1, n. 1, 1997 – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2016.

ISSN 1516-4039

Semestral
1. Literaturas de língua portuguesa – Periódicos. 2. Língua portuguesa – Periódicos.
I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Letras. II. Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros.

CDU: 82.03(05)

Sumário

Apresentação

Estudos gramaticais: diferentes epistemologias e distintas metodologias
Arabie B. Hermont, Ev'Angela B. R. de Barros e 9

Dossiê - Estudos gramaticais: um tema, várias perspectivas teóricas

Estudos Gramaticais à Luz da Linguística Ecossistêmica
Hildo Honorio do Couto 27

Epêntese consonantal
Leda Bisol 55

Representação fonológica dos róticos do Português Brasileiro: uma abordagem à base de exemplares
Íiris Rennicke 71

Uma análise construcional dos *splinters* não nativos em uso no portugês do Brasil
Carlos Alexandre Golçalves 100

As "ianes" do porão: análise morfo-pragmática das atuais construções X-iane
Katia Emmerick Andrade e Roberto Botelho Rondinini 123

Construindo o Dicionário de Valências: problemas e resultados
Mário Alberto Perini 151

O estatuto de *nem* na gramática do português
Norma Barbosa Novaes Marques e Erotilde Goretti Pezzati 171

Orações concessivas prefaciadas por *a pesar de* e *a pesar de que* no espanhol peninsular falado: Factualidade, Pressuposição e Tempo de Referência à luz do funcionalismo
Talita Storti Garcia e Bárbara Ribeiro Fante 189

Multi-word verbs na escrita acadêmica de aprendizes do inglês: um estudo baseado em corpus de estudantes brasileiros
Priscilla Tulipa da Costa e Adriana Maria Tenuta de Azevedo 219

As construções com o verbo *começar* no Português do Brasil e a noção de inceptividade aspectual
Giovanna Cristina, Rodrigues Alves Rafael e Sueli Maria Coelho 249

Divergências entre a construção passiva no português brasileiro e no inglês: evidências de *corpus* oral
Mara P. Guimarães e Ricardo A. de Souza 267

Ilhas sintáticas e plausibilidade semântica – um estudo de rastreamento ocular de frases com lacunas preenchidas em português brasileiro
Marcus Maia, Amanda Moura e Moíra de Souza 287

A aquisição da linguagem por meio de processamento de informação das interfaces: sobre o processo de aquisição de passivas
Letícia M. Sicuro Corrêa,
João C. de Lima Júnior e Marina R. A. Augusto 312

A prática de revisão de textos entre inadequação e inovação: uma discussão sobre variação, mudança e política linguística
Carolina P. Fedatto e de Beatriz Garcia Pinto Coelho 343

O *sim* e o *não* em pareceres de revista acadêmica – estudo das metafórass interpessoais sob a perspectiva sistêmico-funcional
Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz 364

Sobre uma teoria da expectativa
Luiz Carlos Cagliari 388

Entrevistas

Entrevista con o professor Ataliba de Castilho
Ev'Angela B. R. de Barros,
Arabie B. Hermont e Marco Antônio de Oliveira 415

Entrevista com João Costa
Arabie B. Hermont e Ev'Angela B. R. de Barros 431

Entrevista com Sonia Cyrino
Ev'Angela B. R. de Barros e Arabie B. Hermont 436

Resenha

Processamento e representação verbal: estudos sob a ótica das ciências cognitivas
Rodrigo A. Morato 443

Estudos gramaticais: diferentes epistemologias e distintas metodologias

Os estudos linguísticos no Brasil vêm se consolidando desde o século XX e, a despeito da influência que ainda exercem grandes centros de excelência em Linguística na Europa e nos Estados Unidos sobre o modo de se "fazer ciência" nesta área, podemos considerar que já há um acervo considerável de pesquisa escrita *em* e *sobre* o Português Brasileiro (doravante, PB).

Linguistas que, historicamente, trabalhavam a análise linguística sob prismas e lentes distintas passaram a conjugar esforços e equipes em prol da descrição e da análise de fenômenos linguísticos até então insuspeitos no PB. Nesses agrupamentos de profissionais da área, com formações e metodologias de trabalho às vezes divergentes, o dissenso serviu como propulsor de novos olhares e fomentou o enfrentamento de questões relevantes em diferentes áreas e correntes da Linguística. Os resultados dos empreendimentos realizados evidenciam uma grande e relevante produção acadêmica.

Para Castilho (2010), esse movimento foi responsável por uma nova perspectiva de estudos do PB, fugindo ao descritivismo gramatical calcado em classificação de entidades e produtos, para um foco nos processos, enxergando em tais produtos a ponta de um *iceberg* que pressupunha águas bem mais profundas. Essa perspectiva, segundo ele[1], ressignificou uma afirmação de Humboldt, para quem *"la lengua misma no es una obra* (érgon) *sino una actividad* (enérgeia)*"* (HUMBOLDT 1990, p.65, *apud* CASTILHO 2010, p.122).

Como *enérgeia,* isto é, como um vir a ser (processo) e não um produto acabado e circunscrito a si mesmo, a língua se revela um sistema complexo e mutável, para cuja configuração operam forças internas e externas. Segundo Castilho (*op.cit.*), para apreender toda esta complexidade, tornou-se inadiável a tarefa de

> tentar a formulação de uma teoria que entendesse a língua como um sistema complexo e dinâmico, suficiente para enquadrar adequadamente os processos da linguagem, para além da gramaticalização. Tudo isso desembocou no que tenho denominado a "abordagem multissistêmica da língua", que implicará numa nova agenda de pesquisas, necessariamente interdisciplinares, pois

1 Fala que é retomada em entrevista com o Professor Ataliba T. de Castilho, nesta edição da Scripta.

> qualquer fenômeno será estudado a partir de quatro perspectivas: (i) Léxico e lexicalização, (ii) Semântica e semanticização, (iii) Discurso e discursivização, (iv) Gramática e gramaticalização. Um conjunto articulado de categorias caracteriza cada um desses sistemas. Nenhum deles pode ser postulado como o centro da língua. Nenhum deles determina os outros. (CASTILHO, 2010, p.123)

Para esse autor, o fato de abordagens formalistas e funcionalistas elegerem um dos sistemas como nuclear e um ponto a partir do qual derivavam as correlações e as relevâncias dos demais sistemas (por exemplo, a Fonética, que foi o foco das atenções para os neogramáticos; a Fonologia, que o foi para os estruturalistas; a Sintaxe, para os gerativistas; o Discurso e/ou a Semântica, para os funcionalistas) é algo a ser discutido, pois tanto uma ótica quanto a outra se irmanam ao tratar da língua como fenômeno linear e "arrumadinho" em camadas. Para Castilho, "se quisermos identificar os processos que se escondem por trás desses produtos, teremos de abandonar a ideia da língua-linha" (*op.cit.,* p.123) e lançarmos nosso olhar à "multissistematicidade" dos fenômenos linguísticos, cujas motivações não se dão de forma organizada, a partir de fonte única de motivação.

A proliferação de abordagens linguísticas hoje disponíveis, fruto de diferentes epistemologias e distintas metodologias, permitiu-nos descortinar fenômenos de ordem fonológica, morfo(fono)lógica; sintática e morfossintática; semântico-pragmática, entre outras tantas interfaces que nos revelam quão instigante e complexa é a busca de desvelar os condicionantes de fenômenos linguísticos às vezes aparentemente simples, mas que evidenciam uma inter-relação bastante sofisticada e que não se dá a conhecer a não ser após árduo trabalho investigativo, mediado pelo uso de aparatos e procedimentos metodológicos e tecnológicos, que se vão constituindo a partir das demandas e potencialidades apresentadas pela realidade, por vezes emprestados de ciências que apresentam grandes áreas de interface, como a Psicologia, a Sociologia, a Neurologia, entre outras.

Dentro desse contexto, este número da Revista Scripta contempla pesquisas que focalizam análises linguísticas efetivadas à luz de diferentes construtos teóricos, com o objetivo de congregar estudos recentes que tomam a língua – em si um epifenômeno estrutural, formal, funcional, cognitivo e social – a partir de diferentes óticas. Ao lado de trabalhos no escopo da Gramática Descritiva (GD), que se baseiam na descrição da estrutura e funcionamento da língua, buscando compreender a relação entre forma e função e o estabelecimento das suas regras de funcionamento e uso, tendo como parâmetro o que é gramatical e o que não é gramatical, encontramos trabalhos vinculados à abordagem da Teoria Gerativa.

Sob o escopo da Teoria Gerativa (TG), algumas abordagens vêm nos trazer questões relevantes. A partir da década de 1950, quando a voz de Chomsky se insurge contra estudos estruturalistas realizados em um contexto antimentalista, a TG desloca o eixo dos estudos da linguagem para análises cognitivistas, dando primazia à ligação entre linguagem e um sistema mental que criaria e interpretaria expressões continuamente. Assim surgem os questionamentos: o que nós sabemos quando nós sabemos uma língua? Como é que a criança adquiriu esse conhecimento? Qual é o tipo de evidência que a criança precisa para adquirir a linguagem? Como é que o falante põe seu conhecimento linguístico em uso? (cf. CHOMSKY, 1995). São questionamentos como esses que guiam parte das pesquisas que visam a compreender a relação linguagem e mente humana. E esse empreendimento não é trivial, uma vez que o conhecimento linguístico é tácito. Ou seja, nós não sabemos conscientemente o que sabemos quando conhecemos uma língua, ou como nossa mente trabalha quando nós sabemos uma língua. Alguns dos trabalhos elencados nesta edição, que versam sobre processamento linguístico e aquisição de linguagem, nos ajudarão a lançar mais algumas luzes sobre tais questionamentos.

Outras abordagens mais recentes surgem no cenário dos estudos linguísticos, como a Gramática de Construções. Para Salomão (2002, p.68), essa perspectiva traz uma visão mais natural e econômica, pois, em vez de tratar cada predicador lexical por meio de uma regra (gerando excesso de idiossincrasias), postula-se uma configuração sintática acoplada a uma estruturação pragmático-semântica correspondente, a qual é válida para aquela situação e para outros contextos similares em que alguma circunstância evoque a comunicação daquele mesmo valor. Essa perspectiva, derivada dos estudos de Gilles Fauconnier (Teoria dos Espaços Mentais, anos 1990), funda-se na crença da "capacidade humana de operar sistematicamente a integração conceptual de formas e esquemas pré-disponíveis, sem as quais não seríamos capazes de assegurar a nosso convívio condições essenciais de historicidade e de sociabilidade" (SALOMÃO, 2002, p.73).

No âmbito da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) e da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995), há trabalhos instigantes que focalizam a utilização de determinados itens (simples ou com formantes nativos ou emprestados de outras línguas, os *splinters*) ou determinadas expressões gramaticais (como conjunções ou locuções prepositivas) buscando evidenciar que as escolhas feitas pelos falantes não se prendem a valores normatizados e estabelecidos como prototípicos. Para além dessas categorizações, os usos analisados demonstram intenções comunicativas dos falantes, de cunho pragmático, como ênfase e

intensificação, entre outros.

Também a Semântica Cognitiva é aporte teórico utilizado para a análise e a compreensão de estruturas gramaticais nesta edição da Scripta. O estudo das metáforas vem sendo considerado, nas últimas décadas, essencial como forma de abordagem das estruturas conceituais e das categorias mentais dos sujeitos, que se vão constituindo a partir das experiências e vivências cotidianas. A depreensão do significado de certas categorias gramaticais passa, então, pela depreensão de representações de si e da realidade, as quais são operadas por meio das práticas linguísticas. No caso em questão, um trabalho publicado nesta edição evidencia o emprego de metáforas gramaticais ou interpessoais, veiculadas em um gênero bem específico na ambiência acadêmica, como é o caso dos pareceres de artigos científicos: tanto o texto de reprovação quanto o de aprovação se constituem como indicativos de um ritual interlocutivo entre sujeitos (parecerista / autor), em que se nota hierarquização de posicionamentos, (im)possibilidade de negociação interlocutiva, tentativa de preservação de faces (pela ausência de crítica ostensiva ou mesmo por uma solidarização com o autor cujo trabalho está sendo reprovado), entre outros comportamentos vistos como "civilizados" e adequados ao ambiente acadêmico.

Temos, por fim, visões bastante novas e integradoras, como a Linguística Ecossistêmica (em que se vislumbra a ambiência social da língua como um ecossistema), a Linguística Multissistêmica (proposta por Ataliba de Castilho e apresentada em sua entrevista) que visam a compreender a língua de forma mais holística e como o verdadeiro processo de operações ininterruptas em que ela consiste, bem como a Linguística Cognitiva, trazida à luz pela discussão de uma Teoria da Expectativa.

Desta forma, a consecução de nossa proposta de apresentar vários estudos sobre fenômenos gramaticais, em distintos quadros teóricos e suas inextricáveis relações com aspectos biológicos, cognitivos, sociais, discursivos, *etc*. constituiu-se para nós, as organizadoras, um grande desafio. Apresentar diferentes abordagens, ancoradas em distintas bases teóricas (a partir das quais fenômenos e processos linguísticos foram pesquisados, analisados e aplicados ao ensino de língua materna e de língua estrangeira), só faria sentido se tal configuração refletisse, em alguma medida, a organicidade com que a própria língua autorregula os fenômenos materializados na fala e na escrita de seus "usuários".

Visando encontrar um eixo norteador dos temas tratados nos textos, as muitas leituras do conjunto de artigos selecionados para este número propiciaram que nos deparássemos com inúmeras perguntas e instabilidades, mas também com a

diversificação e sofisticação de diferentes trajetórias de pesquisadores que tratam da relação entre estudos gramaticais sob a pressuposição da linguagem como atividade sociocomunicativa (isto é, como uma competência social, permeada de intencionalidade comunicativa e regida por princípios sociais e linguísticos), e, concomitantemente, como atividade linguístico-cognitiva, realizada por meio de um desempenho que se mostra permeado de regularidades em seus vários níveis (fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos). Se, por um lado, mesmo com tantas mãos, lupas e aparatos, muitas questões ainda restam a serem respondidas, por outro, fica a constatação do avanço na compreensão de fenômenos gramaticais, os quais se viram objetos de um exercício inesgotável de inteligência (no sentido do étimo, de *inte* legere, isto é, de leitura feita a partir do interior), com o respaldo de distintos aportes teóricos.

Para nossa satisfação, a presente edição conta com a participação de professores pesquisadores de importantes centros universitários do país e cada um traz sua colaboração nesta complexa empreitada de "inteligir" os fenômenos linguísticos de forma instigante, provocativa.

O Dossiê "**Estudos gramaticais: um tema, várias perspectivas teóricas**" traz uma coletânea de 16 artigos, cuja leitura permite uma viagem pelos diversos âmbitos de estudos da Língua Portuguesa. Para organizá-lo, adotamos como critério uma perspectiva que partiu do global (mais integradora), passou por análises mais específicas sobre aspectos e fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos) e finalizou com outro trabalho que considera a língua de uma forma globalizante.

O Professor Hildo Honório do Couto (da Universidade de Brasília), que inaugura o dossiê, oferece uma análise integrativa, focando a relação entre Linguística e Ecologia, e afirma, em seu ensaio denominado "Estudos Gramaticais à Luz da Linguística Ecossistêmica", que, a despeito da incipiência de estudos gramaticais na perspectiva ecossistêmica, a concepção que adota em seus trabalhos é a de que a língua está relacionada às interações verbais que se dão no *ecossistema linguístico* e o que interessa no ecossistema biológico não é a população de organismos vivos nem seu território – correspondente ao lugar onde se dão as interações mentais -, mas, sim, as interações que se dão entre eles. Para o autor, a língua não é apenas social, mental ou natural; na verdade seria tudo isso simultaneamente, ou seja, a perspectiva é a de que a língua seria biopsicossocial.

Para expor sua base teórica, a Linguística Ecossistêmica (L.E.), o autor apresenta um panorama das concepções de língua ao longo da história. Esse é um ponto forte do texto, já que Couto retroage, de forma resumida, à concepção de

língua/linguagem desde a Antiguidade até chegar à sua proposta. Assim, o autor faz um caminho explicitando formas de conceber a língua como estrutura e aponta vários estudos relevantes, destacando deles aspectos que se aproximam e se afastam da proposta de L.E. Couto afirma que foi com a gramática estratificacional que as representações começaram a dar conta da língua como fenômeno dinâmico, não unilinear e unidirecional. Com os estudos de língua como organismo e como vírus, respectivamente, surgiu a visão ecossistêmica de língua, segundo a qual ela é basicamente interação, e suas representações devem ser do tipo redes ou rizomas multidirecionais e multilaterais. Enfim, a L.E. considera a língua não como um instrumento de comunicação ou expressão do pensamento, mas como a própria comunicação e a expressão do pensamento.

No âmbito da Fonologia, o segundo artigo, da professora Leda Bisol (da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), intitulado "Epêntese Consonantal", traz uma metodologia de abordagem de palavras terminadas em sufixos produtivos, sob o aporte da Teoria da Otimidade. Como a própria autora afirma, buscou-se depreender "a gramática básica da derivação com epêntese consonantal e as implicações relacionadas à especificidade de sufixos", trazendo evidências de dados da língua que justificam a epêntese (inserção de consoante ausente da base lexical ou do sufixo), criando padrões de formação não aleatórias (como a inserção de /z/ e /r/ , com preponderância de /z/, ocorrência verificada com todos os sufixos em consideração, enquanto /r/ tem seus limites). Vinda de uma experiente fonóloga, este trabalho apresenta contribuições relevantes à área, visto que o objetivo delineado pela autora e claramente explorado ao longo do texto aponta resultados pertinentes e adequada perspectiva teórica para sua abordagem.

No terceiro artigo, intitulado "Representação fonológica dos róticos do Português Brasileiro: uma abordagem à base de exemplares", Iiris Rennicke (UFMG) examina a variação dos róticos (sons de *r*), em um *corpus* de português brasileiro coletado em Lavras (MG). Tendo como instrumental uma análise acústica, seu estudo revelou a existência de 21 variantes (entre vibrantes, tepes, fricativas, aproximantes e aproximantes aspiradas, podendo ser alveolares, palatais, retroflexas / arqueadas, uvulares e glotais). Tomando por base o aporte da Fonologia de Exemplares, constata e discute a gradiência fonética observada, cuja motivação reside na redução do gesto articulatório (conhecida na literatura como lenição, que, segundo Rennicke, "ocorre pela automatização de padrões neuromotores".

Em sua análise, a autora busca integrar informações sobre as mudanças históricas por que passou a "classe dos róticos", como fator que comprova uma

certa relação de parentesco intralinguístico, além de avaliar a atuação de outros elementos do sistema fonológico que respondem pela existência desse *continuum* e evidencia que "a sobreposição de variantes anteriores e posteriores em coda silábica indica que o contraste entre R-forte e r-fraco pode ser caracterizado como um "quase-contraste". Constitui-se numa leitura altamente recomendada, visto que traz relevantes contribuições à discussão sobre o caráter das representações fonológicas, bem como sobre o uso de modelos de exemplares para a descrição dos róticos no PB.

Considerando a Morfologia e suas interfaces, descortina-se um conjunto de textos cuja abrangência temática e teórico-metodológica propicia ao leitor diferentes leituras, face aos avanços e às ramificações de teorias já consolidadas ou ao ineditismo de novas formas de pesquisa (em) linguística apresentada.

Sendo dinâmica e plástica a língua, constantemente, deparamo-nos com palavras novas na linguagem científica e tecnológica. Surgem gírias e algumas palavras ganham novo sentido. Nessa perspectiva, esta edição conta com dois artigos que abordam as estratégias usadas na criação de novas palavras no PB.

Carlos Alexandre Gonçalves (da UFRJ), em seu artigo intitulado "Uma análise construcional dos *splinters* não nativos em uso no português do Brasil", reflete sobre maneiras como novas unidades morfológicas se integram na língua. Faz isso por meio da descrição de alguns *splinters* (fragmento de palavra usado repetidamente na formação de novas palavras) advindos do inglês e apresenta características formais e semânticas dos vocábulos resultantes. O autor parte do modelo de Booij (2005, 2007, 2010) para o tratamento da morfologia no paradigma da Gramática das Construções (GOLDBERG, 1995), a Morfologia Construcional, modelo que surge no cenário dos estudos linguísticos como alternativa para a análise de processos morfológicos instáveis, os quais não podem ser encaixados perfeitamente nos padrões canônicos da composição e da derivação.

Gonçalves reflete sobre a maneira como novas unidades morfológicas se integram na língua e como se conformam aos esquemas básicos de formação de palavras da língua tomadora e apresenta esquemas e subesquemas de que participam os chamados *splinters* não nativos. Por exemplo, um deles, o *splinter* "*cyber"* constitui um encurtamento não morfêmico da palavra *cybernetics*, cuja estrutura interna é *cybern-etics*, ou seja, *cyber-* é um fragmento da palavra originária. As formas *cyber*-X (*cyber-condria*, *cyber-avó*, *cyber-babá*, etc.), embora sejam semanticamente diversas, podem ser genericamente referenciadas como tecnologia de ponta ligada a várias áreas. Do ponto de vista formal, *cyber-*, diferentemente do inglês, é uma forma presa de categoria neutra, já que o elemento

à direita é que constituirá a cabeça lexical, pois responderá pela classe e pelo gênero do produto, além do conteúdo semântico. Em análise instigante, permeada por bastantes exemplos, o autor traz, em seu texto, muitas novas palavras ligadas à área de tecnologia e demonstra como os *splinters* acabam se ajustando aos esquemas básicos de formação de palavras da língua.

O quinto artigo, intitulado "As "ianes" do porão: análise morfo-pragmática das atuais construções X-iane", é outro trabalho que versa sobre formação de novas palavras, travando estreito diálogo com o texto precedente. Em análise que se propõe a tratar de construções "base + sufixo –iane", os professores Katia Emmerick Andrade e Roberto Botelho Rondinini, ambos da UFRRJ, atentam para aspectos morfo-pragmáticos subjacentes a esse paradigma de neologias que tem se tornado frequente na atual sincronia do PB. Para eles, itens como "falsiane" e "sinceriane", que têm permeado situações cotidianas de interações comunicativas mais informais e em gêneros textuais corriqueiros nos ambientes eletrônicos e mídias sociais, apresentam uma característica predicativa: podem ser parafraseadas como "pessoa que é X".

Assim como Gonçalves, os autores se respaldam no modelo da Morfologia Construcional (BOOIJ, 2007, 2010), que visa a fornecer "uma análise unificada da formação de palavras complexas, compostas ou derivadas, por meio do estabelecimento de esquemas construcionais". Andrade & Rondinini, partindo dos esquemas construcionais apresentados, dedicam-se a delimitar a estrutura de palavras já existentes com o formativo "– iane", bem como a especificar o modo como novas palavras podem ser formadas. Os autores classificam em três categorias as palavras terminadas em "–iane"; a primeira, ligada a formações mais transparentes, construídas a partir de uma base facilmente reconhecida como um adjetivo, por ser de uso frequente (como "Falsiane", "Gordiane" e "Hipocriane"); a segunda categoria, formada por palavras em que a partícula se conecta a bases substantivas, mas que exercem função adjetiva, motivadas por metonímia (como em "bolsiane" que advém de "bolsa" e a conotação é "aquela que roda bolsinha"); por fim, na terceira categoria, listam-se as formações que podem suscitar dúvidas de interpretação, pois estão bem mais sujeitas à paráfrase "pessoa que é X", como ocorre com a forma nominalizada de verbos do particípio passado ("esquecer" > "esquecida" > "esqueciane"). Ao investigar o surgimento dessas formações, com esse formativo, cujo uso ainda é muito recente e apresenta diferentes graus de aplicabilidade, Andrade & Rondinini acreditam que, na sincronia atual, "-iane" esteja localizado, no *continuum* radical-afixo, entre as categorias *splinter* e sufixo. Sem dúvida, uma análise instigante e extremamente atual.

No sexto artigo, "Construindo o Dicionário de Valências: problemas e resultados", o consagrado linguista Mário Alberto Perini (UFMG e CNPQ) descreve o desenvolvimento de um projeto bastante ambicioso, interinstitucional (UFMG e outras três universidades mineiras), denominado Projeto Valência Verbal em Português (VVP), cujo objetivo é efetivar a elaboração de um dicionário de valências verbais do português brasileiro. Segundo o professor, passada a etapa de notação das construções (diáteses), "composta de uma análise sintática maximamente simples, mais os papéis semânticos de cada constituinte", agora os pesquisadores encontram-se em fase de análise das possíveis diáteses de cada verbo. O objetivo é propiciar uma classificação que prime pela abrangência e excelência descritiva, que ofereça uma classificação detalhada, precisa e capaz de expressar adequadamente o comportamento gramatical de cada item lexical, de modo a se constituir num referencial tanto para estudantes brasileiros, quanto para alunos estrangeiros em situação de aprendizagem do Português como L2 (segunda língua).

Com o propósito de oferecer um sistema superior às classificações tradicionais disponíveis em termos de coerência e completude, Perini compartilha com os leitores alguns dos problemas de análise ainda a serem enfrentados e de decisões já estabelecidas, em especial no que tange à definição e à delimitação dos papéis semânticos. Em termos de teoria linguística, a pesquisa já realizada tem demonstrado que "a proporção geralmente pressuposta entre regularidade e irregularidade na estrutura das línguas subestima seriamente a importância da informação idiossincrática" (como exemplo, num conjunto de 50 verbos, foram encontradas 45 diáteses distintas). Defendendo o grau de aprofundamento da análise em curso, Perini aponta que os resultados desta pesquisa podem trazer benefícios ao planejamento de cursos de Português como língua estrangeira (PLE), bem como abarcar questões ligadas ao estudo da aquisição da linguagem.

Na sequência, com o artigo "O estatuto de *nem* na gramática do português", as autoras, Norma Barbosa Novaes Marques (UNIESP) e Erotilde Goretti Pezzati (UNESP/ São José do Rio Preto), apresentam uma discussão do *status* da partícula "nem", tradicionalmente considerada uma conjunção aditiva ('nem' teria o mesmo papel de 'e', ou seja, é uma conjunção que marca uma relação de adição entre segmentos negativos coordenados, com significado básico de "e também não", portanto, um item complexo). Utilizando o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional (GDF, sobretudo os pressupostos de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), as autoras apresentam evidências que "nem", tal como o item lexical 'não', além de item gramatical (operador de polaridade negativa), é

dotado de um valor morfossintático e discursivo de ênfase.

Com evidências extraídas do *corpus* do Projeto PHPB, constituído de documentos escritos no Brasil, dos séculos XVII ao XX, analisam dados os quais revelam que 'nem' pode ocorrer "numa relação de justaposição entre atos discursivos, ou entre termos de diferentes categorias semânticas, e representa, além da negação, uma estratégia de intensificação". Desta forma, mais do que mero conector, trata-se de um recurso linguístico-discursivo utilizado pelo falante a partir de um propósito comunicativo bem específico.

O oitavo artigo, intitulado "Orações concessivas prefaciadas por *a pesar de* e *a pesar de que* no espanhol peninsular falado: Factualidade, Pressuposição e Tempo de Referência à luz do funcionalismo", traz uma análise da professora Talita Storti Garcia (IBILCE / UNESP) e de Bárbara Ribeiro Fante (mestranda, da UNESP /*campus* São José do Rio Preto), em que, também à luz da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), oferecem uma descrição e análise das orações concessivas prefaciadas por *a pesar de e a pesar de que* no espanhol peninsular falado. Com o objetivo de verificar em que medida os critérios identificados acima podem distinguir tais locuções e como a interferência desses fatores pode se materializar nas construções linguísticas em tela, as autoras evidenciam que tais conectores introduzem estruturas de naturezas diferentes – sejam frases nominais, sejam orações. Considerando ocorrências de dois *corpora* significativos (*Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América e Corpus de Referencia del Español Actual),* os resultados mostram uma complementaridade de atuação: as orações prefaciadas por *a pesar de* tendem a veicular informação factual e pressuposta; *a pesar de que* tende a apresentar informação também factual, mas que pode ser pressuposta ou não-pressuposta.

A extensiva análise aponta como fator preponderante a essa situação o Tempo de Referência: *a pesar de* apresenta tempo de referência dependente, enquanto *a pesar de que,* tempo de referência independente. Trata-se de trabalho com relevante contribuição, instigante e dotado de farta exemplificação, e discussão dos dados.

O nono artigo, "*Multi-word verbs* na escrita acadêmica de aprendizes do inglês: um estudo baseado em *corpus* de estudantes brasileiros", traz uma acurada análise sob o bojo da Linguística de *Corpus.* Neste trabalho, Priscilla Tulipa da Costa (mestranda em Linguística / UFMG) e a professora Adriana Maria Tenuta de Azevedo (POSLin FALE / UFMG) investigam o uso dos *multi-word verbs,* isto é, itens compostos por mais de um vocábulo lexical (normalmente, uma base + uma partícula) em textos acadêmicos escritos por aprendizes brasileiros da língua inglesa.

Desta forma, mostra-se relevante a proposta de identificar quais são os verbos frasais, preposicionados e frasais preposicionados mais comuns e mapear as diferenças e semelhanças em seu emprego em textos argumentativos por parte de brasileiros e, comparativamente, de falantes nativos. De inegável contribuição ao ensino da Língua Inglesa a falantes não nativos, esta investigação, realizada com base em dois *corpora* (Br-ICLE e LOCNESS), evidencia a significância (grande frequência) do emprego de *multi-word verbs* em produções textuais dos não nativos e as dificuldades de apropriação por estes últimos, reveladas nos inúmeros equívocos cometidos. Tais falhas textuais podem comprometer o resultado do texto, desfigurando a intenção comunicativa dos estudantes, visto que as diferentes nuances semânticas implicadas pelas diversas partículas, nessas formações lexicais, constituem fenômeno que não encontra ressonância estrita na língua materna.

No décimo artigo, "As construções com o verbo *começar* no Português do Brasil e a noção de inceptividade aspectual", Giovanna Cristina Rodrigues Alves Rafael (Mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG; professora da Rede Estadual de MG) e Sueli Maria Coelho (PosLin / UFMG) buscam atestar o valor de marcador de aspecto inceptivo nas construções com o verbo "começar", o mais prototípico para esse caso no Português Brasileiro (PB). Com base nos postulados da Gramática de Construções (sobretudo no Princípio da Não Sinonímia de Goldberg (1995)), partem da hipótese de que as manifestações da inceptividade aspectual não se verifica de forma análoga nos tipos diferentes de construções com *começar*.

Lançando mão de dados extraídos, majoritariamente, de textos orais e escritos no PB, compreendidos entre os séculos XIX e XXI, discutem os resultados encontrados em seis tipos distintos de construções, dentre elas, as construções perifrásticas e as intransitivas de perspectiva ergativa. As análises realizadas já apontam para possíveis contradições ao Princípio da Não Sinonímia de Goldberg (1995), o que indica necessidade de novos desdobramentos de investigação.

Na sequência, temos o artigo "Divergências entre a construção passiva no português brasileiro e no inglês: evidências de *corpus* oral", de Mara P. Guimarães e Ricardo Augusto de Souza, ambos docentes da UFMG. Sob o escopo da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995; 2006), foi feita uma análise de frequência da construção passiva em *corpora* de fala do PB e do inglês, na qual foi atestada uma diferença distribucional.

Há muito, sabe-se que a visão transformacional da construção passiva não esgota todas as suas possibilidades de ocorrência e interpretação. No artigo em

questão, os autores propõem uma análise construcional da passiva, tratando-a como entidade teórica independente, em que, a despeito de se verificarem congruências sintáticas entre essas línguas, não se pode afirmar que haja equivalência. No PB, constata-se uma gama de recursos construcionais para o alcance de efeitos semântico-pragmáticos que são obtidos no inglês exclusivamente por meio da construção passiva. Dessa forma, a intenção dos pesquisadores é constatar que a construção passiva instancia representações/construções de cunho distinto nas duas línguas enfocadas. Um trabalho de fôlego, que traz contribuições relevantes à compreensão de mais alguns aspectos dessa complexa estrutura que é a passiva.

No âmbito da Sintaxe Gerativa e sua interface com a Psicolinguística, esta edição da Scripta conta com dois artigos que versam sobre o processamento da linguagem.

O primeiro texto, de autoria de Marcus Maia, Amanda Moura e Moíra de Souza (da UFRJ), é intitulado "Ilhas sintáticas e plausibilidade semântica – um estudo de rastreamento ocular de frases com lacunas preenchidas em português brasileiro". Esse trabalho apresenta um experimento de rastreamento ocular em que se investiga o Efeito da Lacuna Preenchida (ELP) em construções subjacentes e não subjacentes e em contextos semânticos de plausibilidade e de implausibilidade. Parte-se da ideia que sentenças como "Que livro João leu ___?" são derivadas via movimento QU de sentenças como "João leu que livro?". Entretanto, há contextos sintáticos que impedem a extração do sintagma QU, tal como ocorre em "*Que livro João encontrou o professor que escreveu ___?". Esse seria um contexto de ilha sintática, um ambiente estrutural que impede algumas operações, tal como a mencionada aqui. A pesquisa de Maia, Moura e Souza propõe-se a investigar se configurações de ilhas sintáticas são reais psicologicamente e fazem isso por meio de um experimento de rastreamento ocular que compara a leitura de períodos com ilhas relativas a períodos coordenativos (que não constituem ilha sintática e não impõem, portanto, restrição à extração de sintagmas QU).

Os autores também se propõem a investigar o fator plausibilidade semântica. Os resultados sugerem que configurações de ilhas sintáticas são percebidas rapidamente pelo processador sintático, impedindo tanto a postulação do ELP, quanto a avaliação semântica de plausibilidade na seleção do complemento pelo verbo. Nas condições não subjacentes, o ELP se instancia e a avaliação semântica ocorre apenas posteriormente às decisões de análise sintática, não evitando o ELP.

O outro texto que trata do processamento da linguagem denomina-se "A aquisição da linguagem por meio de processamento de informação das interfaces: sobre o processo de aquisição de passivas" e é de Letícia M. Sicuro Corrêa (PUC-

Rio-LAPAL), João C. de Lima Júnior (PUC-Rio-LAPAL) e Marina R. A. Augusto (UERJ-LAPAL). A partir de uma concepção minimalista da língua (Chomsky 1995 e subsequentes), e de resultados de quatro pesquisas de natureza psicolinguística, os autores apresentam uma abordagem procedimental para a aquisição da linguagem, caracterizando os principais passos da aquisição de passivas verbais e dando evidências empíricas compatíveis com o curso de aquisição proposto. Sugerem que há a especificação, na árvore sintática, de um nó funcional específico para passivas, denominado *passive*P e, nesse local, estaria marcada a diferença entre as sentenças passivas e as sentenças ativas. Assim, o primeiro passo a ser dado pela criança no curso da aquisição de passivas seria o de identificar o complexo "auxiliar-particípio". Em experimentos, os pesquisadores verificaram que bebês eram sensíveis à mudança quando não se deparavam com tal complexo.

Os autores ainda trazem resultados de pesquisa indicando que as crianças em processo de aquisição da linguagem sabem fazer a diferenciação entre passivas eventivas (com verbo SER) e estativas (com verbo ESTAR) e que, por volta dos três anos já representam, no léxico, a informação funcional requerida para a geração de passivas. Por fim, os autores apresentam resultados obtidos por crianças em idade escolar em tarefas de compreensão de sentenças ativas e de passivas sem e com reversibilidade de papéis temáticos. Os dados sugerem que o custo de processamento de passivas pode tornar algumas tarefas particularmente árduas. Assim, por meio da apresentação de resultados de quatro experimentos, demonstram as etapas na aquisição de passivas verbais e validam evidências empíricas de que as passivas demandam um alto custo no processamento.

Ambos os artigos – tanto o de Maia, Moura & Souza, sobre ilhas sintáticas e plausibilidade semântica, quanto o de Corrêa, Lima Jr. & Augusto, sobre a aquisição de passivas – revelam-se altamente instigantes para estudiosos do processamento da linguagem.

Numa dimensão mais globalizante de análise linguística, no âmbito da textualização, o décimo quarto artigo, intitulado "A prática de revisão de textos entre inadequação e inovação: uma discussão sobre variação, mudança e política linguística", de Carolina P. Fedatto e de Beatriz Garcia Pinto Coelho, problematiza as noções de uso, de variação e de mudança linguística na prática de revisão de textos. Para isso, trazem à baila uma discussão acerca de alguns vocábulos polêmicos entre gramáticos tradicionais e linguistas, tais como o demonstrativo "mesmo" e "onde". O primeiro, substantivado como anafórico, e o segundo, que tem um sentido não espacial, são condenados, nas palavras das autoras, por concepções mais puristas da língua, porque não estariam de acordo com um

sentido original defendido por alguns gramáticos.

Em sua argumentação, Fedatto & Coelho baseiam-se em estudos linguísticos que fazem a descrição do uso desses vocábulos em textos da norma padrão e que demonstram que essas novas acepções estão em plena produtividade na língua, por isso são entendidas como gramaticalizadas no português padrão. Para as autoras, os profissionais do texto ficam entre essas duas posições e, em sua prática, têm que decidir sobre a correção ou não de formas consideradas, por um lado, como inadequadas e, por outro, como inovadoras. Em decorrência, a argumentação das autoras coloca em pauta o papel da revisão de textos nas discussões sobre políticas linguísticas.

O décimo quinto artigo, "O *sim* e o *não* em pareceres de revista acadêmica – estudo das metafóras interpessoais sob a perspectiva sistêmico-funcional", Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz (INES / DESU), partindo da constatação da importância de análises discursivas em textos acadêmicos, oferece-nos uma análise de pareceres de artigos de uma revista científica de Linguística (RL1), fundamentando-se teoricamente na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004). A partir de um *corpus* constituído por 67 pareceres de artigos, organizados em três grupos (aprovados sem restrições (A), aprovados com restrições (AR) e reprovados (R)), realiza pesquisa qualitativa, focando, como categorias, treze tópicos (*aboutness*) abordados pelos pareceristas: Análise, Argumentação, Bibliografia, Contribuição, Forma, Língua, Metodologia, Objetivo, Resultado, Resumo, Tema, Teoria e Título.

A autora, sob as lentes oferecidas pela perspectiva da metáfora interpessoal (avaliações predominantemente positivas no grupo de pareceres A e negativas nos grupos de pareceres AR e R), constatou que os pareceristas indicaram correções e sugestões de mudanças no grupo de pareceres A, porém utilizando metáforas interpessoais como estratégia eufemística ao apresentarem críticas; no grupo em que os trabalhos eram aprovados com ressalvas, a ocorrência de metáforas interpessoais sinalizavam sugestões para correções; por fim, no grupo de trabalhos em que houve rejeição, as críticas negativas foram instanciadas, principalmente, por meio de enunciados monoglóssicos, sem abertura para uma interlocução ou negociação entre autor / parecerista. Certamente, os resultados desse trabalho contribuem para uma visão mais acurada sobre metáfora gramatical e interpessoal, em especial no que tange ao gênero parecer de revista científica, sobre o qual a literatura ainda é bastante deficitária. Adicionalmente, pode-se projetar, para as revistas RL1, que este trabalho possa subsidiar a melhoria da relação parecerista / autor, visto que descortina parte do complexo processo de avaliação de artigos

acadêmicos, o que não é pouca coisa num contexto em que as exigências em torno de publicações acadêmicas se fazem ainda mais intensas nas instâncias de avaliação sistêmica, com reflexos e tensões imediatas aos que trabalham nos programas de pós-graduação Brasil afora.

Fechando o dossiê, o ensaio do professor Luiz Carlos Cagliari (UNESP Araraquara / CNPq), intitulado "Sobre uma teoria da expectativa", apresenta uma discussão sobre a relevância da ideia de expectativa como fundante para os estudos semântico-discursivos, visando à consolidação de uma "teoria semântica cognitiva da ideia de expectativa encontrada no processo de comunicação linguística", o que se tornou mais exequível nas últimas décadas, dado o desenvolvimento da Semântica Cognitiva. Partindo do mapeamento da ideia de expectativa em contextos diversos, informais – como conversas entre pares – ou formais, em textos orais ou escritos, literários ou acadêmicos, Cagliari designa à expectativa um *status* de basilar a todo processo comunicacional.

Para comprovar, traz exemplos de inúmeras palavras e expressões, estruturas sintáticas e prosódicas (como perguntas) que introduzem uma expectativa na comunicação, evidencia que a expectativa pode estar na mente de um dos interlocutores ou, de forma especular, na mente de todos os atores de uma situação comunicativa, bem como pode ser uma noção estabelecida formalmente através de regras ou de costumes na sociedade.

Com seu ensaio, embora reste claro quanto há por fazer em relação à consolidação de uma Teoria sobre a Expectativa, o autor evidencia todo um percurso de pesquisadores com relevantes trabalhos no âmbito da Semântica Cognitiva, o que faz supor que novos conhecimentos sobre a relação mente / cérebro / linguagem estejam num momento de efervescência, visto que renomados estudiosos da Linguística brasileira (e internacional), alguns de forma cooperativa, vêm se debruçando, metacognitivamente, sobre os esquemas perceptuais e conceituais que medeiam as práticas de língua(gem) humanas.

Quanto à seção **Entrevistas**, nesta edição da Scripta trazemos os diálogos travados com três eminentes linguistas dedicados a estudos gramaticais, em suas diferentes nuances e perspectivas teóricas. Entrevistamos os professores Ataliba Teixeira de Castilho, atualmente da Universidade Estadual de Campinas; o Professor João Miguel Marques da Costa, da Universidade de Lisboa; e a Professora Sônia Maria Lazzarini Cyrino, da Universidade Estadual de Campinas.

O professor Ataliba Teixeira de Castilho, um dos ícones da Linguística Brasileira, apresenta alguns dos fundamentos da "Ciência dos Sistemas Complexos", a qual abriu caminho a novas percepções sobre as línguas naturais. O pesquisador

ainda nos traz os postulados nos quais se assenta a abordagem multissistêmica, de orientação funcionalista-cognitivista, quais sejam: os processos e os produtos convivem num mesmo recorte de língua; os processos e os produtos linguísticos são multissistêmicos, ultrapassando e englobando os limites da Gramática; e um dispositivo sociocognitivo administra os sistemas linguísticos.

Castilho, ao argumentar a favor da análise multissistêmica, assinala que a língua-enquanto-produto é um conjunto de categorias agrupadas em quatro sistemas: léxico, discurso, semântica e gramática. No entanto, vista como conjunto de domínios (ou processos) ou como conjunto de sistemas (ou produtos), continuará a depender de uma articulação que assegure a eficácia de seu uso. Tal articulação se dá ao abrigo do que o pesquisador denomina de "dispositivo sociocognitivo", explicitável por meio da ativação, desativação e reativação de propriedades. E tal dispositivo se fundamentaria nas estratégias da conversação, que, de acordo com Castilho, é a utilização mais básica das línguas naturais, e teria uma dimensão cognitiva e uma dimensão social. Na entrevista, ele ainda nos fala sobre a importância da construção do Projeto NURC para o avanço da pesquisa linguística no país.

O Professor João Costa, atual Secretário de Estado de Educação de Portugal, é renomado pesquisador, destacando-se, sobretudo, na área de Sintaxe Gerativa e de Aquisição de Linguagem. Nesta entrevista, Costa nos fala que o Programa Minimalista, mais do que um quadro teórico, constitui-se um conjunto de orientações metodológicas. Além disso, nos coloca que o desenvolvimento de um modelo linguístico deve pressupor um trabalho interdisciplinar, com as áreas de processamento e produção da linguagem e com os campos de estudo que se debruçam na compreensão de estruturas fisiológicas e da relação neurologia e linguagem. O professor ainda indica que haveria microvariações, especialmente aquelas ligadas à flexão, evidenciadas em pesquisas de comparação entre o Português Europeu (PE) e o Português Brasileiro (PB). Costa discorre também sobre concepções de localização de advérbios na sentença. O pesquisador reconhece o valor descritivo do trabalho de Cinque (1999), mas salienta que é possível haver relações não biunívocas entre advérbios e núcleos flexionais e propõe que a adjunção faz predições robustas, à medida que flexibiliza a estrutura sintática admitindo maior variabilidade.

Em interlocução com a entrevista precedente, a Professora Sônia Maria Lazzarini Cyrino, que atua na área de Teoria e Análise Linguística (com ênfase em Sintaxe Gerativa e Mudança Diacrônica), vê o cenário da Linguística Formal no Brasil com muito otimismo e salienta que o grande número de estudos em curso

dentro da abordagem gerativa vem cooperando para a percepção do valor dos estudos teóricos nessa vertente.

Cyrino destaca a área da "Sociolinguística Paramétrica", que, desde a década de 80, é um exemplo de demonstração de que é possível usar a Sintaxe Gerativa, para explicar fenômenos de variação linguística. Reitera que, para a investigação em sintaxe, é preciso observar um fenômeno e analisar sua relação com outros fenômenos da língua (e de outras línguas) a fim de alcançar uma proposta que seja compatível com a Gramática Universal, que, para ela, é um fato inquestionável atualmente. Para ratificar sua posição, Cyrino enfatiza a importância de se observarem resultados de diversos estudos diacrônicos tipológicos atuais e também aqueles obtidos nas áreas de Psicolinguística, Neurolinguística e Aquisição da Linguagem, numa convergência de opinião com o que nos traz João Costa.

Sônia Cyrino, reconhecida como uma das principais pesquisadoras sobre o objeto nulo (ausência da expressão fonológica do complemento do verbo), nos últimos tempos, tem procurado investigar a noção de objetos nulos ligados a antecedentes inanimados. Certamente, esse novo estudo (cujas referências ela nos oferece ao final da entrevista) trará luz sobre aspectos importantes da configuração sintática do Português Brasileiro, permitindo aprofundar nossos conhecimentos sobre esta língua e suas relações com o Português Europeu.

Na última seção, **Resenha**, trazemos o cuidadoso trabalho feito por Rodrigo Morato, do livro **Cognitive Science Perspective on Verb Representation an Processing**, organizado por Roberto G. De Almeida e Christina Manouilidou (2015). O livro, que conta com 24 capítulos, explicita como a representação do significado verbal vem ganhando força em pesquisas realizadas nos campos da Neurociência e da Psicologia. Temas instigantes, tratados com rigor por pesquisadores de comprovada competência, credenciam não só a leitura desta resenha, mas a busca da fonte original em que ela se espelha.

Como se pode dimensionar, apresentar uma edição tão rica quanto díspar e potencialmente suscitadora de novas reflexões sobre a configuração fonológica, morfossintática e semântico-pragmática da Língua Portuguesa – e de outras línguas – como trazemos nesta edição da Revista Scripta – não é tarefa simples nem fácil, mas certamente gratificante. Se, como assevera o professor Luiz Carlos Cagliari, a expectativa é a função basilar da comunicação, posto que tangenciadora de todas as nossas práticas linguísticas (linguageiras), podemos afirmar que nossa expectativa – revelada desde o momento primeiro da chamada de artigos para esta edição – se realizou plena e satisfatoriamente.

Com um conjunto de trabalhos de relevada qualidade técnica e valor acadêmico, com a generosa entrevista concedida por três nomes de peso no cenário nacional e internacional, os discursos ora publicizados e suas interlocuções com outras pesquisas também contidas neste volume (que buscamos evidenciar por meio da ordenação dos trabalhos) ou com outras investigações, anunciadas no escopo de cada trabalho, permitem-nos constatar, como endosso da fala do professor Ataliba de Castilho, o quanto vem se produzindo, com qualidade, nas universidades brasileiras.

Por fim, gostaríamos de agradecer ao professor Marco Antônio de Oliveira (PUC Minas), por ter nos auxiliado na organização desta edição.

Organizadoras
Arabie B. Hermont
Ev'Angela B. R. de Barros

Referências

CASTILHO, Ataliba Teixeira. A Nova Gramática do Português Brasileiro. In: **Revista Philologus**. Ano 16, N° 47. Rio de Janeiro: CiFEFiL, maio/ago. 2010.

CHOMSKY, N. **The minimalist program**. Cambridge: MIT Press, 1995.

GOLDBERG, A. **Constructions:** a construction grammar approach to argument structure. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1995.

SALOMÃO, Maria Margarida. Gramática das Construções: a questão da integração entre sintaxe e léxico. **Revista Veredas** n.6, vol.1, pp.63-74. Juiz de Fora: UFJF, 2002.

Estudos gramaticais à luz da linguística ecossitêmica

Hildo Honório do Couto*

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar argumentos em prol de uma representação reticular-rizomática do que a tradição tem chamado de estrutura linguística, tendo por base teórica a versão da ecolinguística chamada de linguística ecossistêmica. Para tanto, ele apresenta um panorama das concepções de língua ao longo da história, salientando que as primeiras concepções laicas estavam em consonância com a ciência moderna, mas que as primeiras reflexões sobre questões linguísticas eram normativas, pressupunham um sistema estático. As primeiras tentativas de se representar graficamente se deram no âmbito semântico e fonético-fonológico. Na sintaxe, uma das primeiras formas de representação deve ter sido a do estruturalista Lucien Tesnière e a dos constituintes imediatos do estruturalismo norte-americano. A concepção de língua como esqueleto dos primeiros "filólogos" continuou e foi aperfeiçoada no estruturalismo e na gramática gerativa, que ficam no nível da ciência da mecânica de Newton e da filosofia de Descartes. Foi com a gramática estratificacional, agora linguística neurocognitiva, que as representações começaram a dar conta da língua como fenômeno dinâmico, não unilinear e unidirecional. Após as visões de língua como organismo e como vírus, respectivamente, surgiu a visão ecossistêmica de língua, segundo a qual ela é basicamente interação e suas representações devem ser do tipo redes ou rizomas multidirecionais e multilaterais. Enfim, esta última representação contém as demais em seu interior, é mais ampla do que elas.

Palavras-chave: Estrutura. Redes. Rizoma. Ecolinguística. Linguística ecossistêmica.

1. Introdução

A linguística ecossistêmica, ramo da ecolinguística brevemente apresentado na seção seguinte, é um novo modo de se estudarem os fenômenos da linguagem que vem emergindo no contexto da também jovem ecolinguística. Por esse motivo, os estudos de questões gramaticais e de estrutura em geral ainda são bastante incipientes. O que vou apresentar aqui são as primeiras tentativas de se tratar dessas questões. Na década de setenta, Sydney Lamb propôs a chamada gramática estratificacional, hoje linguística neurocognitiva, cujo tratamento das estruturas

* Professor do Programa de Pós-graduação em Linguística - Universidade de Brasília (UnB).

linguísticas já ia parcialmente na direção da visão ecossistêmica. Infelizmente, porém, a gramática gerativa proposta na mesma época ofuscou esse interessante modelo teórico, devido ao grande prestígio de Noam Chomsky. Foi uma pena, pois a proposta de Lamb estava muito mais em sintonia com a nova visão de mundo iniciada pela teoria da relatividade do que a de Chomsky, que lembra mais a mecânica clássica de Newton.

A representação dos fenômenos linguísticos depende inteiramente do modelo teórico empregado. O modelo teórico, por seu turno, está atrelado à concepção filosófica de língua em que se baseia. Por isso, passarei em revista, perfunctoriamente, as diversas concepções de língua e respectivas representações ao longo da história, embora não obedecendo necessariamente uma sequência cronológica. Mesmo porque, como veremos, há sobreposições, avanços e recuos entre elas.

As seções de 1 a 7 deste artigo são uma preparação para o que está discutido na seção 8, a concepção de representação dos fenômenos da língua como uma rede orgânica de interações, não como uma estrutura. Isso vale tanto para a endoecologia quando para a exoecologia linguística.

2. Ecolinguística e Linguística Ecossistêmica

Na esteira do pioneiro Haugen (1972), a ecolinguística vem sendo definida como o estudo das interações entre língua e meio ambiente sendo que, para o autor, meio ambiente da língua é a sociedade. Com o advento da vertente chamada linguística ecossistêmica, notou-se que essa conceituação é insuficiente. Como o ecossistema é o conceito central da ecologia, deve-se procurar pelo seu equivalente no estudo dos fenômenos da linguagem, o ecossistema linguístico. Tal qual no ecossistema biológico, ele consta de uma população ou um povo (P_1), cujos membros convivem em determinado lugar, seu território (T_1), interagindo entre si pelo modo natural de interagir localmente, a língua (L_1) em seu aspecto natural. Mais especificamente, este é o ecossistema natural da língua, no interior do qual P_1T_1 constitui o meio ambiente natural da língua. Mas, a língua é formada, armazenada e processada no cérebro de cada falante da comunidade. Portanto, ele é o *locus* das interações mentais, o "território" (T_2) em que elas se dão. Essas interações, ou seja, as conexões neurais constituem, segundo António Damásio, a mente, que é a parte ativa, existente em cada indivíduo da comunidade, logo, P_2.

As próprias interações constituem a língua como fenômeno mental (L_2). Cérebro, mente e língua como fenômeno mental constituem o ecossistema mental da língua. No caso, o meio ambiente mental da língua é P_2T_2. Mas, para a maioria dos estudiosos, a língua é um fenômeno social.

O ecossistema social da língua é constituído por uma coletividade de indivíduos como seres sociais, ou seja, o lado P_3 desse ecossistema. O *locus*, o "território" das interações entre esses seres sociais é a sociedade (T_3). As interações são a própria língua como fenômeno social (L_3). P_3T_3 é o meio ambiente social da língua, como queria Haugen. Encarando a língua holisticamente, temos ainda o ecossistema integral da língua, que abrange os outros três. Enfim, a língua não é apenas social, mental ou natural. Ela é as três coisas ao mesmo tempo, ou seja, é biopsicossocial (cf. COUTO, 2007).

É no contexto do ecossistema integral da língua que se indaga pelas questões fundamentais: se ela é uma realidade natural (biológica), como quer a biolinguística; se mental ou social; se há uma "gramática universal", se é que isso faz sentido. Já que ecossistema linguístico é o mesmo que comunidade linguística, é aqui também que se estabelece a distinção entre comunidade de língua *versus* comunidade de fala, que não dá para discutir aqui (ver COUTO, 2015).

A ecolinguística em geral está muito bem exposta em, entre outros, Fill (1993, 1996) e Makkai (1993). A linguística ecossistêmica vem sendo apresentada em Finke (1996), Trampe (1990) e Couto (2015). Em Couto; Couto; Araújo; Albuquerque (2016) há diversos textos sobre as duas. A seguir, discutirei as diversas maneiras pelas quais a língua tem sido encarada ao longo da história.

3. Língua como esqueleto I

A visão de língua como algo inerte, uma espécie de esqueleto, começa na Antiguidade, assim que surgiram filólogos ditando normas de bem falar e bem escrever, logo, partindo de um padrão que eles consideravam o ideal, e padrão é um tipo de sistema. Obviamente, não havia esquemas para representação dos dados. Isso aconteceu também nos primeiros trabalhos linguísticos, tanto no Ocidente quanto no Oriente.

No mundo ocidental, a natureza era vista como um livro escrito por Deus, durante toda a Idade Média, livro que devia ser interpretado; logo, ela era algo feito, que estava lá para ser decifrado. Na Renascença, ela passou a ser encarada como

reflexo do corpo humano, que era um microcosmo que refletia o macrocosmo. Vale dizer, ela era um organismo, mesmo que um organismo isolado do resto do mundo. Do Iluminismo em diante, ela passou a ser vista como uma máquina. Primeiro como um relógio (século XVII), depois como um barco a vapor e, nos dias atuais como um computador. A concepção de língua teve aproximadamente o mesmo percurso da visão da natureza. Assim, a visão cartesiana teve continuidade no *homme machine* de La Mettrie, no século XVIII. É nesse contexto que surgiu a "Grammaire générale et raisonnée de Port Royal" (1660), de base filosófica cartesiana. Essa concepção de língua e mundo veio a ser a principal base filosófica para a gramática gerativa atual. A metáfora do computador está presente nas reflexões de seu criador, Noam Chomsky, que, por exemplo, fala em componente lexical e computacional da língua.

Como se deduz de Coseriu (1980: 2-3), desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e o Renascimento até o século XVIII, a linguística tem visto a língua como um esqueleto (estrutura), cuja anatomia era preciso dissecar. No século XIX, essa concepção continuou, mesmo que o objeto a dissecar tenha passado a ser encarado como um organismo (Schleicher e todos os comparatistas). Como se pode notar, há uma discrepância no que se refere ao início e final de cada período. No entanto, a tendência geral permanece. É claro que houve investigadores isolados que viam a língua como algo dinâmico, como o catalão Juan Luis Vives (1492-1540). No entanto, eles foram a exceção que confirmava a regra. Mesmo assim, ainda não havia tentativas de representar graficamente esse esqueleto ou esse organismo.

No Oriente, temos as minuciosas pesquisas fonéticas de Panini (cerca do século V-IV a.C.), na Índia. Na China, as primeiras inscrições de ideogramas em ossos oraculares recuam a quinze séculos. No entanto, as explicações mais sistemáticas sobre a origem e o uso deles datam aproximadamente do século VIII a.C. (AMMIROVA *et al*., 1980: 64). Essa visão normativa tinha o mesmo objetivo dos primeiros filólogos ocidentais: estabelecer regras de bem falar, melhor, de bem escrever, manter e monitorar a observância das respectivas regras. Isso significa que todas essas tradições partiam de um sistema, de algo como um esqueleto inerte, que não podia mudar.

Em suma, "a essência das teorias linguísticas da Antiguidade consiste em fornecer regras para o uso da língua, que deve ser encarada como o resultado de uma nomeação prévia de objetos. Essa nomeação forma ao fim e ao cabo a

estrutura de uma língua humana. Às regras de nomeação dá-se o nome de arte de gramática ou arte de escrever" (AMMIROVA *et al*., 1980, p, 36).

Uma das primeiras tentativas, se não a primeira, de representar fenômenos da linguagem esquematicamente surgiram no âmbito da fonética. Tentativas de representar as vogais, por exemplo, recuam pelo menos ao início do século XII. No entanto, a primeira representação que obteve sucesso foi a de Christoph Hellwag (1781). Ele tentou representar a topologia dos sons no trato bucal, no que até hoje é chamado de "triângulo de Hellwag". Curiosamente, não apareceu nenhuma sugestão de representar graficamente o esqueleto sintático nem o morfológico da língua. No âmbito da semântica, a representação das preposições de movimento de Wilkins (1614-1672) aparentemente é a primeira tentativa de mostrar em gráficos ou figuras as relações que elas representam. Na linguística ecossistêmica, a ecologia das relações espaciais das preposições tem sido estudada há já algum tempo, como se pode ver em Couto (2010).

Ainda no que tange à fonética, Daniel Jones propôs uma representação trapezoidal das vogais, em 1917, no contexto da Associação Fonética Internacional (IPA, pela sigla em inglês). Essa representação e a triangular foram incorporadas definitivamente nos estudos linguísticos, mais especificamente, nos fonético-fonológicos.

4. Língua como esqueleto II

Com o advento do estruturalismo, a ideia de língua como estrutura estática ganhou novo impulso. Após as obras pioneiras de Saussure na Europa e Bloomfield nos Estados Unidos, surgiram vários modelos estruturalistas, ao lado da continuidade dos estudos fonéticos em torno da IPA. Na Europa, uma das primeiras propostas para se representar a estrutura sintática foi a de Lucien Tesnière (1893-1954). Sua pesquisa dos anos 40 e 50 culminaram com a publicação póstuma de "**Éléments de syntaxe structurale**", em 1959. É a gramática da dependência, que via no verbo o centro da estrutura e tudo o mais dependente dele. Ele era a forma governante; as demais eram formas governadas, na estrutura do estema (gráfico).

Tesnière avançou diversas ideias adotadas pouco depois pela gramática gerativa, como a independência da sintaxe – com frases gramaticais, mas sem sentido como "O silêncio vertebral indispõe a vela lícita". Ele comparava o esquema de uma oração como "o menino vê a menina" a um drama, uma peça teatral, com seus actantes e

circunstantes, tudo em torno de uma ação. Enfim, sua gramática de dependência é mais interessante do que a da gramática de constituintes do estruturalismo e do gerativismo, pois está mais próxima da visão do mundo como uma imensa rede de interações, que é multilinear, não unilinear. Outro modelo que via a estrutura do enunciado de modo menos estático era a perspectiva funcional da sentença, da Escola de Praga, que, entre outras coisas, distinguia na oração informação nova (rema) e informação dada (tema), o que vai além da estrutura sintática sujeito-predicado.

Nos Estados Unidos havia mais modelos ainda. Eu vou falar brevemente apenas de dois. O primeiro é o dos constituintes imediatos, proposto pioneiramente por Bloomfield em 1933 e desenvolvido por Rulon S. Wells em 1947. É basicamente a representação arbórea adotada logo em seguida por Chomsky a partir de 1957 (ver figura 1 abaixo), embora algumas versões desse modelo usem também representações do tipo "gramática da dependência", originada em Tesnière.

O segundo modelo é a tagmêmica, desenvolvida por Kenneth Pike partindo do conceito de tagmema, também proposto por Bloomfield. Uma grande inovação desse modelo é que vê a estrutura da língua como parte de algo maior. Enquanto o estruturalismo em geral se atém apenas à forma, a tagmêmica inclui também a função. Há uma organização hierárquica de níveis. Ela leva em consideração o nível do fonema, da palavra, passando pela frase, pela sentença, pelo parágrafo até chegar ao discurso. Mas Pike vai além do discurso, mostrando que a estrutura linguística era semelhante à de qualquer comportamento social, o que se pode ver em seu livro monumental "**Language in relation to a unified theory of the structure of human behavior**", publicado em dois volumes em 1954 e 1955, respectivamente. O título já mostra claramente de que trata o livro.

Pike contribuiu grandemente também com os estudos fonéticos e fonológicos (fonêmicos), em seus livros "**Phonetics**" (1943) e "**Phonemics**" (1947). Partindo justamente da terminação das duas palavras, ele propôs também a distinção entre visão ética e êmica. A primeira é a de quem está de fora, que vê os fenômenos de modo "universal", não sua organização interna. A segunda, êmica, é a visão de dentro, de quem conhece o funcionamento e a estruturação do que é observado. Essa distinção foi adotada por muitas outras ciências, como a antropologia. Enfim, a proposta de Pike se aproxima bem mais da visão ecológica de mundo, uma vez que não isola a língua como um esqueleto inerte, separado de tudo de modo estanque. Pelo contrário, ele vê a língua como interação, tanto endoecológica quanto exoecológica.

Há muitos outros modelos, nas duas tradições. Nos Estados Unidos, poderíamos mencionar ainda o distribucionalismo de Harris, a proposta de Charles Fries, a de Hockett e muitas outras. Na Europa, além da perspectiva funcional da sentença do funcionalismo de Praga, temos a glossemática de Hjelmslev, o funcionalismo de Martinet, a proposta semântica de Pottier e Greimas, entre outras. Lepschy (1972) apresenta um bom apanhado geral da linguística desse período. Mas eu gostaria de terminar esse tópico com a gramática gerativa e a gramática estratificacional.

Em 1957, Noam Chomsky propõe a gramática gerativo-transformacional, mais tarde apenas "gramática gerativa", que tem por centro a estrutura sintática. Ela a representa de forma bifurcante, arboreamente, mas sempre de maneira unidirecional, logo, estática. É o modelo que vê a língua como esqueleto de forma mais radical. Se é que há algum dinamismo na "língua" vista pelo estruturalismo e pela gramática gerativa (língua I), trata-se do dinamismo de gases no interior de um recipiente hermeticamente fechado: eles se movimentam constantemente, mas erraticamente, dentro dos limites do recipiente. Ultimamente, Chomsky tem tentado se aproximar de um modelo que veja a língua como algo dinâmico, como se pode ver em Hauser; Chomsky; Fitch (2002).

Na mesma época da proposta de Chomsky, surgiu a gramática estratificacional, proposta por Sydney M. Lamb. No início eles chegaram a polemizar. A proposta de Lamb é mais adequada à visão ecológica de mundo porque vê a estruturação da língua como indo da expressão ao conteúdo ou vice-versa, ou seja, a representação não é rigidamente unidirecional. O que é mais, sobretudo em suas versões ulteriores, ela passou a ver a língua como constituindo uma rede de interações (*relational networks*). Logo depois, Lamb começou a associar a estruturação da linguagem ao que se passa no cérebro, motivo pelo qual passou a chamar sua teoria de linguística neurocognitiva, que tem um interessante *site* na *internet*, chamado *Langbrain*. Enfim, não fosse sua herança estruturalista (Hjelmslev, Hockett), tratar-se-ia de um modelo que poderia ser adotado pela linguística ecossistêmica, sobretudo devido à terceira influência que teve, a de M. A. K. Halliday. A gramática estratificacional/neurocognitiva representa uma transição entre a rigidez da visão estruturalista e a maleabilidade da visão ecológica.

Há uma ironia relativamente ao que são as duas tradições recém-vistas e o pai de cada uma delas. O ponto de partida da tradição europeia, Saussure, começou mostrando o esquema da interação comunicativa, com dois rostos virados um para o outro. A mensagem tem origem no cérebro do falante, vai para seus órgãos

fonadores, que a associa a sons. Estes percorrem o espaço entre os dois, entram pelo ouvido do receptor e vão para o cérebro a fim de ser interpretados. A despeito de essa figura ter sido tachada de "circuito fechado", ela vai na direção certa, vendo na língua um tipo de interação. Algo parecido se dá com Bloomfield. No capítulo 2 do livro "**Language**" (1933), ele fala da interação entre Jack e Jill. O problema é que nenhuma das duas tradições continuou estudando a língua por essa perspectiva.

5. Língua como organismo

De certo modo, essa concepção de língua está antecipada no microcosmo renascentista, mas começou a se firmar para valer só no século XIX, na época dos comparatistas, como Rask, Bopp e Schleicher, portanto, bem antes da segunda fase da língua como esqueleto (seção anterior). No entanto, ela é superior às demais concepções de língua vistas acima, mesmo não dispondo de recursos para a representação gráfica dos fatos linguísticos. Ela é um avanço na concepção de língua porque organismo tem que ter, além do esqueleto, músculos e processos vitais. Infelizmente, porém, o organismo em tela é um organismo isolado e abstrato, que paira no ar. Não há interação entre ele e o mundo, como os falantes e o espaço em que se encontram, como prevê a visão ecológica de mundo e outras teorias modernas. Não há sequer o "metabolismo" existente em qualquer organismo vivo. Na linguística ecossistêmica, ao contrário, um tipo de metabolismo existe, e esse metabolismo está justamente no fato de o núcleo da língua ser a ecologia da interação comunicativa.

A despeito de Schleicher ter sido o introdutor do termo "morfologia" nos estudos linguísticos, essa tendência ainda não dispunha de recursos para representar o "organismo" da língua: nem do todo nem de parte dele. É verdade que Schleicher propôs um modelo de evolução cladogênica (por diversificação), às vezes anagênica (filética) da língua, aceito e adotado pelo próprio Darwin. De acordo com a primeira, a língua se ramifica em mais de uma, como aconteceu do latim para as línguas românicas. A segunda se dá quando há uma espécie de evolução linear da língua, como do grego antigo para o grego atual; não houve esgalhamento. Na cladogênese, a evolução das línguas se dá como do tronco para os galhos da árvore, donde o nome *Stammbaumtheorie* (teoria da árvore genealógica), proposta por Schleicher para designar seu modelo de evolução

linguística. Trata-se de uma representação arbórea, como a adotada pela gramática gerativa mais tarde, mas com a "árvore" deitada. Seria isso um acaso, já que árvore caída é árvore morta?

Foi nessa época que surgiu a dialetologia e a geografia linguística, com suas representações geográficas em mapas, incluindo-se as isoglossas. Pelo menos no início dos estudos dialetológicos, a língua era vista como um organismo. Por exemplo, Charles Nodier (1780-1844) usou explicitamente a expressão *langue organique*. Nos desenvolvimentos ulteriores da geografia linguística, perdeu-se um pouco essa concepção, mas já se começou a ver a língua ligada ao contexto em que era usada, no caso, o espaço.

6. Língua como espécie e como vírus

Finalmente, entre as concepções de língua que precederam a que pretendo explorar, temos a de língua como espécie. Um de seus mais proeminentes defensores é Salikoko Mufwene, embora ela tenha sido antevista por Hermann Paul. Ele rejeita a ideia de língua como organismo que, em sua opinião, não é compatível com a realidade dos idioletos. Em vez de organismo, o autor equipara língua e espécie (lamarckiana), mais especificamente, espécie parasita, pois, como se sabe, a língua só existe no hospedeiro população. A língua comunitária seria um tipo de soma de todos os idioletos (Mufwene, 2001).

A língua como espécie parasita está bem próxima da visão da linguística ecossistêmica. De acordo com ela, o destino da língua está estreitamente dependente do destino do povo que a fala. De certa maneira, ela evita a reificação da língua, embora Mufwene continue com um modelo que parte dos idioletos para chegar à língua comunitária, ou seja, indo das partes para o todo. Isso lembra muito a língua como máquina das teorias antigas. Para a linguística ecossistêmica, isso existe apenas no caso do ecossistema mental da língua. Só como fenômeno mental a língua seria a somatória do que cada indivíduo tem armazenado em seu cérebro.

Pouco tempo depois, a concepção de Mufwene evoluiu de língua como espécie animal para língua como espécie viral. Os vírus estão intimamente associados ao comportamento social de seus hospedeiros. É esse comportamento que pode provocar e até disseminar as mudanças. Como nas espécies animais, a "interação da ecologia interna com a externa de uma língua lança luz não apenas sobre a causa

das mudanças linguísticas, mas também sobre como essas mudanças se espalham" (MUFWENE, 2008, p. 23). Como nos vírus "os genótipos podem mudar durante sua vida, pode-se argumentar que a recombinação de vírus se dá mais de uma vez" (*idem,* p.18). O autor diz ainda:

> ...línguas ou dialetos são espécies de idioletos baseados na semelhança de família. Eles compartilham diversos traços com as espécies virais que são relevantes para o entendimento da evolução; por isso, o modelo da evolução biológica que os linguistas deveriam ter como inspiração parece estar na virologia ou na epidemiologia, não na biologia animal. As línguas são essencialmente como vírus pelo fato de serem espécies de parasitas cujas vidas dependem das atividades de seus hospedeiros, portanto, dos padrões de comportamento deles". (MUFWENE, 2008, p. 26).

Mufwene está interessado na ecologia da evolução linguística. Por isso a metáfora do vírus é mais apropriada, pois eles se propagam. Nesse sentido, sua proposta representa um avanço em relação à "língua como organismo". No entanto, continua aquém da concepção de língua como interação.

Curiosamente, a metáfora da língua como organismo, a ideia da associação da linguística com a biologia é comum nos meios gerativistas, como está discutido em Hauser; Chomsky; Fitch (2002), embora com a onipresente preocupação de separar a linguagem humana da "comunicação animal". A questão é tão problemática que no próprio meio gerativista a ideia foi refutada de ponta a ponta por Pinker; Jackendoff (2005). A ideia seguinte, de associar língua a vírus também tem sido discutida nesse meio (PIATELLI-PALMARINI; URIAGEREKA, 2004), usando conceitos da biolinguística, só que de uma biolinguística hipotético-dedutiva, como sói acontecer com toda a tradição em que a teoria se enquadra, estudando um organismo isolado do meio, como se faz desde a Antiguidade.

7. Língua como interação

Como se pode ver nos pequenos grupos étnicos ainda sobreviventes, as primeiras concepções de língua (a *Ursprache*, como se diz em alemão), aquelas que surgiram antes dos primeiros "filólogos" normativistas, eram intuitivas. Língua era o modo de as pessoas interagirem entre si verbalmente. Até mesmo em latim não se dizia "falar latim", mas *latine loqui*, ou seja, falar como os latinos.

Essa concepção desapareceu com as primeiras reflexões sobre a língua, que, como vimos, eram de caráter normativo, logo, pressupunham um sistema ideal, que devia ser imitado. Vale dizer, excetuando as concepções laicas dos povos primevos e algumas manifestações isoladas de intelectuais, a concepção normativa de língua perpassa por toda a história, da Antiguidade aos nossos dias. É verdade que em Heráclito (cerca de 500 a.C) essa concepção estava implícita, mas ela desapareceu nos pensadores que o sucederam, só reaparecendo em autores isolados e em alguns filósofos a partir do século XIX, como Hegel (1770-1839) e Humboldt (1767-1835). Este último sempre enfatizou que a língua não é um *érgon* (algo feito), mas *enérgeia* (atividade). No século XVI, houve o já mencionado caso de Juan Luis Vives.

Vimos, na seção 2, que língua são as interações (verbais) que se dão no ecossistema linguístico, assim como o que interessa no ecossistema biológico não é a população de organismos vivos nem seu território em si, mas as interações que se dão entre eles. Por isso, o núcleo da língua se encontra no diálogo. Mas, a interação comunicativa segue alguns padrões, e padrão é regra. Só que, no caso, se trata de regra-regularidade, oriunda do hábito, dos padrões que vão se formando na interação comunicativa, ou seja, das *regras interacionais*, não de regra-regulamento, normativo-impositiva, ou seja, as *regras sistêmicas* (gramática) (Couto, 2015: 37-62). Aliás, na linguística ecossistêmica as regras sistêmicas são parte das regras interacionais, logo, subordinadas a elas. Na tradição linguística, no entanto, o uso (*parole,* desempenho) é uma realização do sistema (*langue*, competência), é dependente do sistema, posição que, como já vimos, põe o carro na frente dos bois.

Vejamos o caso da teoria da otimalidade (*optimality theory*), em que se fala em regras violáveis (*violable constraints*), e que a violabilidade deve ser mínima. O problema é que essa teoria fica inteiramente no domínio do sistema fechado, de modo que seus seguidores só falam em termos de regras sistêmicas. Outro problema é que ela não explicita quem as viola nem em que circunstâncias são violáveis. Na linguística ecossistêmica, em princípio todas as regras podem ser violadas, sobretudo as regras sistêmicas. Isso porque o objetivo dos interlocutores em diálogo não é produzir frases gramaticais, mas fazerem-se entender. Se o entendimento se dá, não consideram nada anormal. A diferença em relação à teoria da otimalidade consiste no fato de que a linguística ecossistêmica diz por que determinada regra pôde ser violada. Isso acontece porque a intenção do

falante é recuperada na própria dinâmica da ecologia da interação comunicativa (informações compartilhadas, contexto etc.). De um modo geral, podemos dizer que praticamente toda regra sistêmica pode ser violada, como na ordenação de locuções na oração, de orações no período, de períodos no parágrafo e de parágrafos no texto, fato corriqueiro nas falas reais. Talvez só não seja possível violação das regras morfológicas e fonológicas. Com efeito, é bem provável que em nenhuma variedade do português os morfemas que entram na palavra "des.em.barg.a.dor' ocorram em outra ordem que não essa. Sequências como *"em.des.barg.dor.a", *"barg.dor.a.em.des" e outras são inaceitáveis pelo falante, de qualquer dialeto do português. Na estrutura silábica também. Jamais ocorreriam formas como "rap", "arp" ou *"pra"* no lugar da forma canônica "par", como em "par.tir". No nível sintático, no entanto, basta observarmos conversas do dia a dia, sobretudo na zona rural, para vermos que a maior parte das frases proferidas infringem as regras sistêmicas (gramática).

A concepção que sigo aqui é a de língua como interação, que pode estudar inclusive questões de gramática. No entanto, trata-se de representações não em forma de árvores unidirecionais, estáticas, mas de redes orgânicas. Com isso, passo ao objetivo principal deste artigo.

8. A língua como rede de interações orgânicas

Quase se poderia dizer que se trata de língua como organismo, mas, como esse termo vem eivado de conotações schleicherianas, é melhor nos atermos a língua como ecossistema. Vale dizer, em seu arcabouço até que existem organismos (os usuários), mas a língua em si não é um organismo, embora apresente organização interna e externa. Ela tem uma ecologia interna (endoecologia), mas faz parte da ecologia externa (exoecologia). A primeira troca matéria, energia e informação com a segunda. Aí está a diferença fundamental entre a linguística tradicional e a linguística ecossistêmica. Esta prefere lidar com o termo organização, constituída de uma *rede de interações orgânicas* (RIO). No interior dessas redes, podemos delimitar determinado domínio como o ecossistema que vamos estudar. Em seu interior, há subecossistemas, sub-subecossistemas e assim por diante.

A estrutura, no sentido da linguística estrutural e, sobretudo, da gramática gerativa, talvez seja o subecossistema mínimo a que se pode chegar em determinado domínio. Nesse ponto, as leis da mecânica de Newton podem e devem ser aplicadas. É aí que elas têm validade. É aí que pode e deve entrar a gramática gerativa.

Um conceito surgido na filosofia que é muito parecido com o da RIO é o do rizoma, tomado da botânica por Gilles Deleuze e Felix Guattari, na Introdução ao volume I do livro "**Mil platôs**". Segundo os autores, o rizoma "é aberto, é conectável em todas as suas dimensões". Com efeito, "o pensamento não é arborescente e o cérebro não é uma matéria enraizada nem ramificada", ele é uma multiplicidade. Ainda segundo os autores, "uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas". "Diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza", o que, na linguística significa que se pode conectar um ponto do nível morfológico com um do semântico, um sintático com um fonológico e assim por diante. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem". Portanto, ele é "oposto a uma estrutura, que se define por um conjunto de pontos e posições". A árvore sintagmática de Chomsky começa por um ponto e procede unidirecionalmente por dicotomia. Enfim, "um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo". No entanto, ele "é feito de platôs", reportando-se a Gregory Bateson. No caso, o "platô" seria o segmento delimitado pelo observador, num procedimento semelhante ao do ecólogo delimitando o ecossistema que vai estudar. Aí é possível detectarem-se árvores binárias (DELEUZE; GUATTARI, 2000).

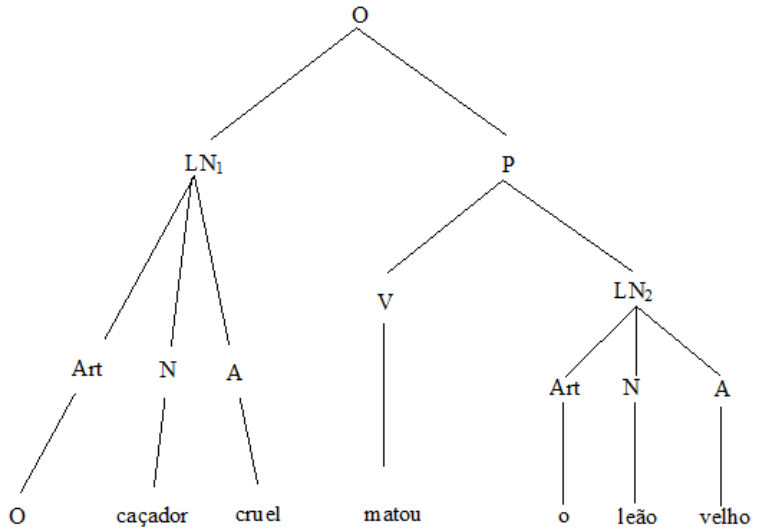
Como disse Madeira (1994), a metáfora "usada por Gilles Deleuze e Félix Guattari [...] significa, de forma mais imediata, um corte com certa tradição do pensamento moderno, dos estruturalistas a Freud, ao mesmo tempo em que repropõe a ideia heideggeriana de pensamento sem fundação" (MADEIRA, 1994, p. 28). Essa proposta está em perfeita sintonia com a do "paradigma ecológico" comentado na seção 9.

Vimos na seção anterior que o núcleo da língua é a interação comunicativa, uma vez que ela é o modo tradicional de os membros da comunidade interagirem verbalmente. Aqui se estuda o produto da ecologia da interação comunicativa, constituído de "enunciados", "frases", "orações", "sentenças", "períodos" etc. A linguística tradicional isola essas entidades e estuda sua estruturação interna, vendo seus "constituintes" estruturados linearmente. A linguística ecossistêmica também lhes reconhece uma estruturação, mas não de estruturas tomadas isoladamente. Há um encadeamento reticular, não linear, de modo que cada "ponto" da estrutura se relaciona com diversos outros "pontos" de diversas outras estruturas possíveis.

8.1. A representação estrutural-gerativa

Antes de apresentar os primeiros resultados da organização endoecológica da língua na forma de redes de interações orgânicas, vejamos algumas das principais representações que a precederam. Deixando de lado a representação estemática de Tesnière, a dos constituintes imediatos de Wells e outras, começo pela representação arbórea da gramática gerativa, a exemplo da oração de (1).

FIGURA 1: (1) O caçador cruel matou o leão velho



Trata-se de uma representação rigidamente unilinear e unidirecional, mais até do que a estruturação dos ossos que compõem o esqueleto de um animal. Não se trata de representação errada nem sem validade. Pelo contrário, dentro do limitadíssimo domínio de uma oração isolada de tudo, é talvez a melhor representação possível. No entanto, na cabeça dos falantes não é assim que a endoecologia da língua está organizada.

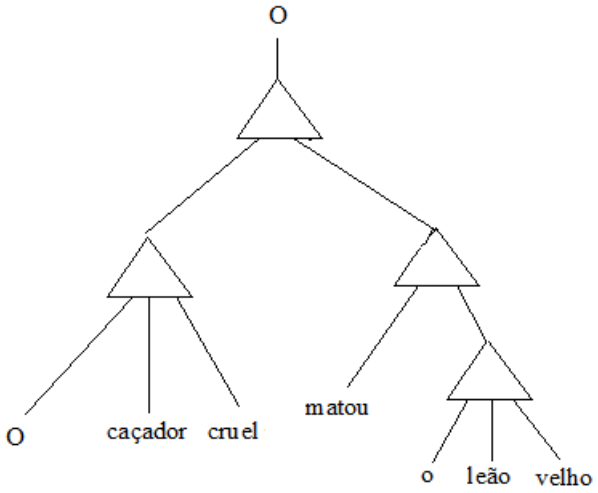
Além de unilinear e unidirecional, ela é também binária, bifurcante. É o modelo que representa a língua como esqueleto por excelência. Para ele, língua é algo engessado, congelado, como querem os gramáticos normativos que a língua seja,

isto é, não dinâmica, constantemente adaptando-se às novas circunstâncias em que seus usuários se encontram. Na seção 8.3, veremos que a representação reticular-rizomática contém esse aspecto (no sentido de Ortega y Gassett) da língua em seu interior. Vale dizer, a visão gerativa também é válida, mas apenas para um átomo no interior da rede de interações orgânicas que constituem a língua.

8.2. A representação estratificacional-neurocognitiva

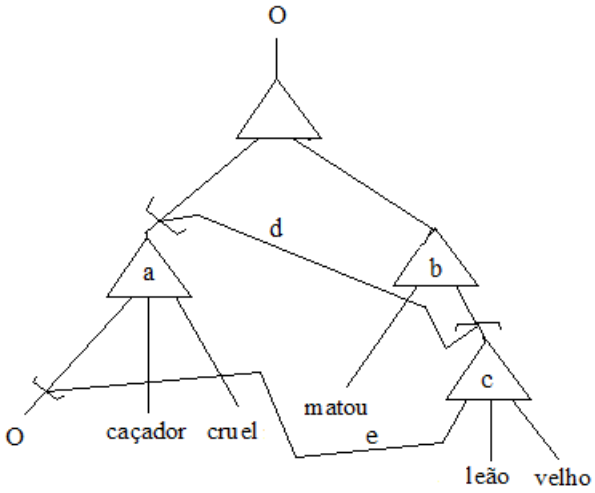
Vimos que a gramática estratificacional/neurocognitiva, que surgiu na mesma época que a gramática gerativa, vai um pouco além dela, subvertendo sua unilinearidade e unidirecionalidade. O que é mais, ela pode representar a estrutura da oração exatamente como o faz a gramática gerativa, o que se pode ver na figura 1.

FIGURA 2



No entanto, devido a sua maior maleabilidade e ao fato de ver os fenômenos linguísticos como "redes de relações" (*relational networks*, como dizem seus praticantes), vai um muito além da unilinearidade e unidirecionalidade da representação gerativa. Vejamos o gráfico da figura 2, que representa a mesma oração que o da figura 2, mas também algo adicional.

FIGURA 3



Se lermos a figura 2 na sequência dos triângulos “a”, “b” e “c”, temos a mesma representação da árvore gerativa, ou seja, “O caçador cruel matou o leão velho”. No entanto, ela não se limita a isso. Lendo-a no sentido “a”, “b” e “d”, temos a representação de “O caçador cruel se matou”, ou seja, a reflexividade. Finalmente, ela pode ser lida no sentido “a”, “b”, “c”, com o primeiro constituinte de “c” sendo remetido ao primeiro de “a’. Isso mostra que o “o” de “o leão velho” é o mesmo de “o caçador cruel”. Há inúmeras outras possibilidades, inclusive de associação dessa oração com outras.

Para um exemplo semântico, vejamos o que Sydney Lamb diz do conceito de gato, (*cat*). Melhor dizendo, como ele está inscrito no cérebro/mente dos falantes, uma amostra das conexões que ele mantém. Vê-se que o que ele diz poderia perfeitamente ser usado em uma exposição linguístico-ecossistêmica, com pequenas adaptações.

> Partindo do conceito ^{C}*cat*, por exemplo, temos conexões visuais com o que se assemelha a um gato, conexões auditivas para o ‘miau’ e outros sons emitidos pelo gato, conexões táteis para o que sentimos no contato com o gato. Há também conexões com outros conceitos que representam informações sobre gatos no sistema de informação da pessoa em cujo sistema essas conexões foram formadas. Assim, o conhecimento de uma pessoa sobre gatos está representado no sistema de informação por uma pequena rede, que contém centenas, milhares de nós, incluindo uma sub-rede para os

> traços visuais, uma rede auditiva para o 'miau' e assim por diante, todos esses nós 'mantidos juntos' por um nó central coordenador, ao qual podemos dar o rótulo de ^{C}cat (LAMB, 2000, p.177).

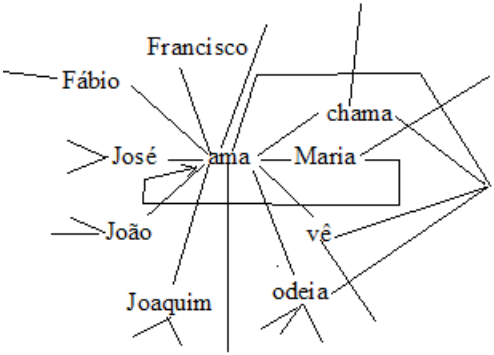
Isso é uma pequena amostra do que pode fazer a linguística neurocognitiva. Sua representação em redes de relações (*relational networks*) já apresenta uma certa maleabilidade que se aproxima bastante da representação reticular. Ela só não pode ser apropriada na íntegra pela linguística ecossistêmica porque se filia à tradição que vê a língua como um instrumento: para comunicação, no estruturalismo; para expressão do pensamento, no gerativismo e na linguística neurocognitiva. Ora, instrumento é uma coisa que uso para fazer outra. A linguística ecossistêmica vê a língua não como instrumento para comunicação ou expressão do pensamento, mas como a própria comunicação e expressão do pensamento. Como as demais teorias estruturalistas, a linguística neurocognitiva também parte do sistema para o uso, num procedimento que já foi chamado de por o carro na frente dos bois.

Para mais detalhes sobre essa teoria, com muitos exemplos de análises, pode-se ver Lamb (1966, 1999, 2000), Makkai (1993) e Couto (1982). O primeiro livro de Lamb é uma das primeiras exposições dos princípios da teoria. O segundo e o terceiro já associam a representação dos fenômenos linguísticos com o modo pelo qual eles estão representados no cérebro, donde o nome linguística neurocognitiva. Quanto ao de Makkai, além de uma associação desta vertente da linguística com a ecolinguística, contém diversas representações de fenômenos fonológicos (como os traços distintivos se "estruturam"/organizam), morfológicos, sintáticos e semânticos. O livro de Couto, por fim, é uma tentativa de aplicar a teoria ao português.

8.3. A representação ecossistêmica: reticular-rizomática

Passemos à representação dos fenômenos endoecológicos da língua em forma reticular, como *rede de interações orgânicas* (RIO), rizomáticas. Partindo de uma oração como "José ama Maria", proferida em um ato de interação comunicativa, a LE mostra que, na cabeça dos usuários, nenhum dos termos está isolado dos demais, todos fazem parte de paradigmas (no sentido saussuriano), de modo que uma forma leva a outra, que leva a outra, que leva a outra e assim por diante, como está sugerido na figura 3.

FIGURA 4



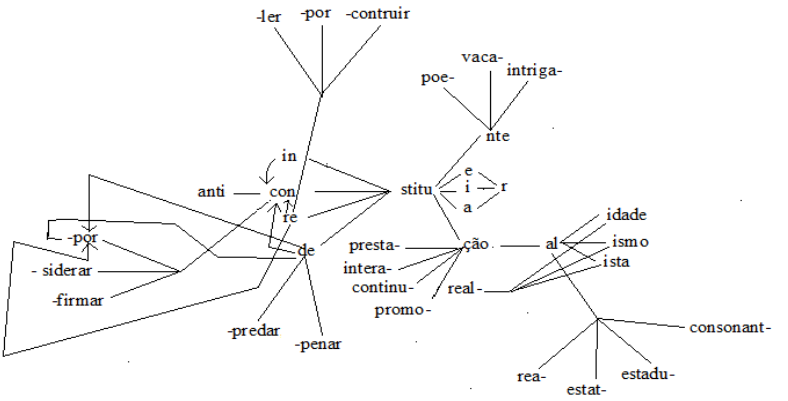
A representação não é unilinear nem unidirecional, mas multidirecional. A rede orgânica não é plana nem unidimensional, mas pluridimensional. Os verbos não se associam apenas pela forma que se vê no gráfico, mas irradiam para todos os lados. Todos estão ligados a "terceira pessoa do singular", a "presente", a paradigmas de primeira (ama, chama, odeia) e segunda conjugação (vê) etc. A reflexividade está indicada pela laçada (*loop*) que liga o sujeito a si mesmo, como na figura 2 e assim por diante. Como se pode ver nas linhas que partem para fora do gráfico, há inúmeras outras interconexões que não foram representadas. No entanto, no conhecimento dos falantes elas existem, implícita ou explicitamente, patentes ou latentes.

Aparentemente, tratar-se-ia de uma representação não muito diferente da neurocognitiva. Só não é idêntica porque a RIO tem por base epistemológica a nova visão de mundo, ecológica, ao passo que a neurocognitiva ainda está muito presa aos postulados do estruturalismo. A linguística neurocognitiva vê a língua apenas como fenômeno neuropsíquico, o que ela realmente também é, ou seja, ela a vê apenas como expressão do pensamento. Ignora a faceta principal da língua, que é a interacional-comunicativa, atendo-se só à interacional-expressiva. A RIO, além conter tudo isso, está em sintonia com o novo paradigma científico de que fala Fritjof Capra mais abaixo, bem como com a proposta dos rizomas dos filósofos franceses Félix Guattari e Gilles Deleuze. A língua passa a ser vista como interação comunicativo-expressiva: justamente as duas interações básicas do ecossistema.

No caso da morfologia, é mais fácil mostrar a multilateralidade das interações,

como se pode vislumbrar no segmento da rede de interações morfológicas do português visto na figura 4.

FIGURA 5



Parece complicado? A realidade é complicada. O mundo é uma realidade complicada. Não há como representar realidades complexas pela maneira simples que gostaríamos. Tanto que atualmente a língua vem sendo considerada um "sistema complexo" por diversos autores, como se pode ver em Oliveira (2014, 2015). A língua é um fenômeno complicado. A complicação da figura 4 representa uma certa iconicidade que deve haver entre modelo teórico e a realidade a que se refere, com as restrições apresentadas por Alfred Korzybski, que disse que o mapa não é o território.

Partindo de um segmento de rede como "anti.con.stitu.cion.al.ismo", nota-se que cada ponto (nó) está ligado a inúmeros outros na mente dos falantes. Alguns segmentos da rede, como o que acaba de ser mencionado, são usualmente empregados pelos membros da comunidade. Outros, existem como potencialidades, que podem ou não ser acionadas. De qualquer forma, essas potencialidades fazem parte do conhecimento linguístico dos falantes. Mas, não se trata da competência da gramática gerativa, porque o conhecimento em questão contém as regras interacionais, e são estas que dizem aos falantes quais formas estão em uso e quais não estão. É assim que a realidade endoecológica da língua está organizada no cérebro, e é no cérebro que tudo se estrutura, ou melhor, se organiza.

O conhecimento dos falante inclui não apenas "anti.con.stitu.cion.al.ismo", "anti.con.stitu.cion.al.ista" e "anti.con.stitu.cion.al.idade", mas também *"anti-in.

con.stitu.cion.al.idade", *"anti.rre.sticionalidade", *"anti.des.stitu.cion.ali.dade", *"anti.rre.stitu.cion.al.ismo", enfim, todas as combinações previstas pelas regras sistêmicas (gramática). Para a linguística ecossistêmica, a endoecologia da língua é composta não apenas de formas "ativadas" (que estão em uso), mas também das "inativadas" (que ainda não são usadas, mas poderiam ser), das "desativadas" (arcaísmos) e das "reativadas" (palavras que caíram em desuso por algum tempo e voltaram a ser usadas posteriormente).

Vale dizer, a língua numa visão holística é muito mais do que o que nos mostram as gramáticas normativas e a gramática gerativa. Tanto que a qualquer momento se pode ativar uma forma prevista mas ainda não usada, como fez o ex-ministro Magri com *"imexível", uns tempos atrás. Toda a dificuldade da gramática gerativa inicial de explicar a diferença entre gramaticalidade e aceitabilidade é uma dificuldade criada pela própria teoria.

Outros domínios da língua podem ser representados como ecossistema linguístico. Um deles é o "ecossistema articulatório"**.** Nesse caso, o som (S) é resultado imediato dos movimentos dos articuladores móveis (M) relativamente aos articuladores fixos (F). Isso significa que S equivale ao lado "língua" (L) do tripé linguístico-ecossistêmico. M corresponde ao lado "população" (P), ou seja, o lado dinâmico, ativo. F, por fim, representa ao lado "território" (T), isto é, o *locus* em que o som é produzido, o ponto de apoio para o órgão móvel articular o som. Isso está mostrado na figura 5.

FIGURA 6

M
/ \
S----F

Ecossistema Articulatório

Coseriu (1956: 32) menciona a "ecología de la articulación", mas acha que ela é um problema "que debe plantear y resolver la biología". Independentemente dessa opinião, o fato é que o modelo ecossistêmico inclui até o lado físico da interação linguístico-vocal. Algo semelhante vale para a face semântica, como já sugeriam os campos semânticos de Jost Trier e as relações paradigmáticas de Saussure, além da ecologia das relações espaciais das preposições (COUTO, 2010).

A representação RIO-rizomática é holística. Mas, no interior do rizoma é possível delimitar estruturas do tipo gerativo. Assim, na representação sintática da figura 3 é possível focalizarmos o "platô" (plano) "José ama Maria" e analisá-lo em forma arborescente, unidirecional, binária. O mesmo pode ser feito, por exemplo, com a linha "anti.con.stitu.cion.al.ismo" da figura 4, para a morfologia. No entanto, é importante o analista ter em mente que ao fazer isso está aproximando o foco apenas provisoriamente (GARNER, 2004, p. 202-204) para estudar detalhes finos. Assim que terminar essa análise, deve recuar para ter a visão abrangente da rede ou do rizoma. Assim, o objeto não fica engessado em um modelo que só tem esqueleto. Ele é visto como um organismo dinâmico, um ecossistema endo- e exoecológico, ou seja, que além das interações internas mantém também interações com o que está em seu entorno, imediata ou mediatamente.

Focalizar determinado segmento da rede é como delimitar um ecossistema na ecologia. Melhor, é como fixar-se em determinado fenômeno do ecossistema, por exemplo, apenas na população ou parte dela ou, por outro lado, apenas no *habitat* ou território ou parte dele. Ao analisar qualquer parte desses fenômenos, o ecólogo não perde nunca de vista o contexto ecossistêmico em que ela se insere. Normalmente, porém, após delimitar o ecossistema, ele analisa seu interior com a maior precisão científica possível.

Na atualidade, há mais de uma vintena de teorias linguísticas interacionais (COUTO, 2014a), embora nenhuma delas tenha recursos para representar "estruturas". Nem o funcionalismo, de que há várias correntes. Isso porque a língua não é um fenômeno apenas mental, como quer a gramática gerativa, nem apenas social, como nos dá a entender a sociolinguística, nem, muito menos, um fenômeno de natureza apenas física e química, como diz Chomsky e algumas correntes filosóficas. Na verdade, ela apresenta as três facetas, como vimos na seção 2. Ele é um fenômeno biopsicossocial.

Enfim, todos os modelos estruturalistas, gerativistas veem a língua como uma máquina de produzir frases, uma vez que vai do sistema de regras para elas. Tanto que no modelo de Saussure, os atos de fala são "realizações" do sistema; até mesmo em Benveniste, que tentou ultrapassar essa visão mediante a teoria da enunciação. Tanto que ele deixa claro que a fala se dá mediante o por em prática da língua (*langue*). O mesmo se pode dizer da gramática gerativa, para a qual a sentença é o desempenho de uma competência linguística.

9. O paradigma ecológico comparado ao de base cartesiano-newtoniana

Fritjof Capra fala de um novo paradigma para o estudo das ciências em geral, sobretudo a física, que ele chama de paradigma ecológico. Segundo o autor, "enquanto que na física clássica, as propriedades e o comportamento das partes determinam as propriedades e o comportamento do todo, na física quântica a situação é a inversa: o todo é que determina o comportamento das partes" (CAPRA, 2008, p. 231). Aplicando isso à linguagem, o todo é a interação comunicativa, localizada na respectiva ecologia da interação comunicativa.

Ainda segundo Capra, há "uma mudança do pensamento em termos de estrutura para o pensamento em termos de processo" (*idem,* p. 244), confirmando mais uma vez a prioridade da interação comunicativa sobre o sistema. Nesse caso, "o universo material é visto como uma teia dinâmica de eventos [...] e a consistência global de suas inter-relações determina a estrutura de toda a teia" (*idem*, p. 247). Em Capra (1998, p.11-13), o autor apresenta uma lista de cinco características dos dois modelos, discutindo-as e salientando a diferença entre eles: a) mudança da parte para o todo; b) mudança de estrutura para processo; c) mudança de ciência objetiva para "ciência epistêmica"; d) mudança de construção para rede como metáfora do conhecimento; e) mudança de descrições verdadeiras para descrições aproximadas.

Uma ironia difícil de entender é que o modelo teórico que vem sendo praticado desde o final da década de cinquenta do século passado está no nível da mecânica de Newton (1642-1727) e da filosofia de Descartes (1596-1650), não no da ciência moderna, como a teoria da relatividade, a mecânica quântica, a ecologia, a teoria da complexidade (MORIN, 2002, 2007), de que há um apanhado em Oliveira (2014), e outras. Essas teorias vêm mostrando desde a década de vinte do século passado que a realidade não é como uma máquina, que pode ser desmontada em suas peças e depois montada de novo. Sequer é ela um organismo isolado, constituído pela soma de partes e que pode ser esquartejado e depois recomposto. Nós não estamos dentro de uma bola, dentro da qual as leis da mecânica de Newton são perfeitamente válidas. O mundo é uma imensa rede de interações, em que tudo está relacionado a tudo, sem limites conhecidos. Não se compreende por que Chomsky se atém ao modelo newtoniano, mesmo estando bem consciente dos achados da física moderna.

A visão ecológica de mundo restabeleceu a visão de realidade como ela é efetivamente. É nesse contexto que se insere a linguística ecossistêmica. Essa nova visão não exclui o sistema. Podemos, e devemos, realmente delimitar um pequeno domínio do objeto de estudo, como faz a ecologia com o ecossistema, a fim de estudá-lo nos mínimos pormenores, numa visão microscópica. Após delimitado, determinado segmento da rede de interações pode ser encarado, provisória e operatoriamente, como uma estrutura, que pode ser estudada mediante regras mecânicas como as do sistema cartesiano-newtoniano. Nesse nível, é possível estudar na língua orações clivadas, encaixamentos, orações relativas (na sintaxe) e peso da penúltima sílaba como fator determinante da posição do acento em português (na fonologia) e assim por diante.

Em vez de "estruturas linguísticas", a linguística ecossistêmica parte de "redes linguísticas". Assim, teríamos redes lexicais, ou léxico-semânticas, redes sintáticas, redes morfológicas, redes fonético-fonológicas etc. Resta investigar se há "ecologia da percepção", "ecologia das ondas/vibrações sonoras", "ecologia da percepção" e "ecologia da interpretação pelo cérebro". Interação fonatória, correspondente à ecologia da interação comunicativa, existe. Basta dar uma olhada na primeira figura do capítulo III do "**Curso de linguística geral**", de Saussure.

Por fim, gostaria de mostrar que as teorias estruturalistas e gerativistas geralmente apenas descrevem fenômenos. Elas conseguem explicar apenas aqueles cuja explicação é possível por leis que estão no nível da mecânica de Newton. Na fonologia, mostra que se a última sílaba da palavra for pesada o acento deve recair sobre ela, situação não marcada (cortar, cartão, Niterói). Se não cair nela, temos situações marcadas, que devem ser decoradas (fácil, mártir, ímã, sótão). Explica também a queda da vogal postônica dos proparoxítonos, que já ocorria no latim vulgar (córrego > corgo, abóbora > abobra, chácara > chacra). Essas teorias demonstram que isso ocorre quando a vogal da penúltima sílaba é leve. Porém, elas são incapazes de explicar diversos outros fenômenos, ficando apenas no nível descritivo, em que são insubstituíveis.

Vejamos dois exemplos. Primeiro, temos algumas configurações silábico-vocabulares que não admitem a proparoxitonidade, como *"bárbicha", *"cánalha", *"cáminho", *"gândaia", *"Marácanã, *"cáteter, *"cárretel, *"arrématam, *"sóterra". Pelo que sabemos até o presente, isso não se explica por critérios meramente sincrônico-estruturais. Como esse assunto foi minuciosamente examinado em Couto (2008), vou comentar apenas o último exemplo, aparentemente

o mais complicado. A sequência de letras "rr" em uma palavra como "terra" era interpretada na fonologia do latim efetivamente como duas consoantes, ou melhor, como uma geminada que, ao fim e ao cabo, equivalia a duas consoantes, portanto, a divisão silábica era como em "ter.ra". Isso significa que a penúltima sílaba era pesada, por ter coda. Ora, se a penúltima sílaba era pesada, o acento não podia cair na sílaba anterior, pois isso produziria uma forma pró-proparoxítona, inadmissível no latim e no português. Pois bem, como a linguística ecossistêmica leva a dimensão temporal em conta, explica a não ocorrência de *"só.te.rra" pelo fato de os falantes terem memória inconsciente dessa origem da estrutura, mesmo que as geminadas não ocorram mais. Essa forma ainda seria sentida como *"só.ter.ra". Do mesmo modo, determinados genes (como "olhos azuis") podem não ocorrer no filho, mas reaparecer no neto ou no bisneto, o que significa que permaneceram latentes por algum tempo.

Em segundo lugar, temos a questão da concordância sujeito-predicado e núcleo-adjuntos no interior da locução nominal. A sociolinguística variacionista tem feito inúmeras pesquisas mostrando o mecanismo sincrônico de sua ocorrência/não ocorrência. No entanto, não explicou por que construções como *"os menino pequeno-" e *"as menina canta-" ocorrem. Dizer que o fenômeno ocorre x% em uma situação e y% em outra não é explicar, mas mostrar. Em Couto (2014b), argumentei que a flexão de número em situações como essas é desnecessária para a comunicação. Tanto que no português rural elas praticamente inexistem. Ora, tudo que é dispensável é dispensado em situações informais e na ausência da pressão normativa do português estatal (preferível a "padrão"). Mais precisamente, essas flexões não existem no português rural. As pessoas interagem para se entenderem, não para produzir frases gramaticais, à la gramática gerativa.

10. Observações finais

Como vimos, não há uma única maneira de representar os fenômenos da endoecologia da língua, o que a tradição tem chamado de "estrutura", "gramática", sendo esta última dividida em "sintaxe", "morfologia", "fonologia" e, talvez, a "semântica", para deixar o "léxico" de lado. A tradição, sobretudo a gramática gerativa, tem superenfatizado o que diferencia a "linguagem" dos "meios de comunicação" dos animais. A ecolinguística procura ver o que têm em comum. Por esse motivo parte da ecologia da interação comunicativa para chegar ao

sistema (*langue*), não de um sistema que permite "realizar" a fala (*parole*). O que fiz aqui foi apenas propor algumas possibilidades de análise, que podem ser válidas ou não. Se válidas, espero que outros pesquisadores deem continuidade às investigações.

A linguística ecossistêmica é um arcabouço geral para se praticar linguística. Ela pode englobar as demais teorias linguísticas, no sentido de se valer delas quando necessário, mas, de posse dos resultados parciais e parcelares obtidos com elas, retornar ao posto abrangente e avaliá-los. É o procedimento metodológico recomendado por Garner (2004), com seu "método da focalização". Uma grande vantagem da linguística ecossistêmica é que está no contexto da moderna visão de mundo, perfilhada pelas ciências exatas, pela ecologia, pela teoria dos sistemas complexos e pela teoria do caos. As teorias estruturalistas estão no nível da filosofia cartesiana e da mecânica clássica.

Por fim, gostaria de apontar para um possível uso das representações reticular-rizomático-ecossistêmicas no ensino de língua. Elas mostrariam ao aluno que as palavras não estão isoladas. Bastaria ele se conscientizar de como os fenômenos estão organizados na mente, mediante representações multidirecionais. Até o leigo faz associação de ideias, em todas as direções.

Grammatical studies according to ecosystemic linguistics

ABSTRACT

The main objective of this article is to present arguments in favor of a rhyzomatic-recitular representation of what tradition has called linguistic structure, using the version of ecolinguistics known as ecosystemic linguistics. It begins with a historical overview of conceptions of language along history, showing that the first lay conceptions were in line with modern science, but the first reflections on language were normative, and presupposed a static system. The first attempts at representing linguistic phenomena appeared in the realm of semantics and phonetics-phonology. In syntax, the first representations may have been Lucien Tesnière's stemmata and the immediate constituents of the American structuralism.

The conception of language as a skeleton by the first "philologists" continued and was ameliorated by structuralism and generative grammar – both lie at the level of Newton's mechanics and Descartes' philosophy. It was with stratificational grammar – now neurocognitive linguistics – that representations began to take into consideration the fact that language is a dynamic, non-linear and non-unidirectional. The view of language as organism and as virus, respectively, was followed by the ecosystemic view, according to which it is basically interaction, and its representations should be as reticulum and rhizome, multilateral and multidirectional. Theses representations are more wide-ranging and contain the others.

Keyswords: Structure. Network; Rhyzome. Ecolingustics. Ecosystemic linguistics.

Referências

AMMIROVA, T. A.; Ol'chovikov, B. A.; Rożdestvenskij, J. V. **Abriss der Geschichte der Linguistik**. Leipzig: VEB Bibliographisches Institut, 1980.

CAPRA, Fritjof. **Pertencendo ao universo:** Explorações nas fronteiras da ciência e da espiritualidade. São Paulo: Cultrix/Amana, 1968, 10ed.

COSERIU, Eugenio. **La geografia linguística**. Montevidéu: Fac. Hmanidades/ Universidad de la República.

COSERIU, Eugenio. **Lições de linguística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

COUTO, Hildo Honório do. **Linguística e semiótica relacional**. Brasília: Thesaurus, 1982.

COUTO, Hildo Honório do. **Ecolinguística:** Estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.

COUTO, Hildo Honório do. Algumas restrições aos proparoxítonos em português. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Orgs.). 2008. **Português brasileiro:** Contato linguístico, heterogeneidade e história. Niterói: EdUFF, p. 118-136.

COUTO, Hildo Honório do. Ecologia das preposições espaciais portuguesas. **Lusorama** 83-84, 2010, p. 50-79.

COUTO, Hildo Honório do. Alguns precursores da linguística ecossistêmica, 2014a. Disponível em: http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2014/06/alguns-precursores-da-linguistica.html (05/02/2016).

COUTO, Hildo Honório do. A concordância e a função comunicativa da linguagem: uma visão ecolinguística. **Confluência** 46, 2014b, p. 43-77. Disponível em: http://llp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/7 Acesso: 05/11/2015.

COUTO, Hildo Honório do. Linguística ecossistêmica. **Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL**) v. 1, n. 1, 2015, p. 37-62. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/index (acesso: 05/02/2016).

COUTO, H. H.; COUTO, E. K.K.; ARAÚJO, G.; ALBUQUERQUE, D. (Orgs.). **O paradigma ecológico nas ciências da linguagem:** Ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos. Goiânia: Editora da UFG, 2016.

DEULEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. 2000. **Mil platôs:** Capitalismo e esquizofrenia. Vol I. São Paulo: Editora 34, 2000, 1ed., 2ª reimpressão.

FILL, Alwin (org.). **Ökolinguistik: Eine Einführung**. Tübingen: Gunter Narr, 1993.

FILL, Alwin. **Sprachökologie und Ökolinguistik**. Tübingen: Stauffenburg, 1996.

FINKE, Peter. Sprache als *missing link* zwischen natürlichen und kulturellen Ökosystemen. In: Fill (org.), p. 27-48, 1996.

GARNER, Mark. **Language:** An ecological view. Berna: Peter Lang, 2004.

Haugen, Einar. **The ecology of language**. Stanford: Stanford University Press, 1972, p. 325-339.

HAUSER, Marc D.; CHOMSKY, Noam; FITCH, W. Tecumseh. The faculty of language: What is it, who has it, and how did it evolve? **Science** v. 298, 2002, p. 1569-1579.

LAMB, Sydney M. **Outline of stratificational grammar**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1966.

FILL, Alwin. **Pathways of the brain**. Amsterdam: Benjamins, 1999.

FILL, Alwin. Neuro-cognitive structure in the interplay of language and thought. In: PÜTZ, Martin; VESPOOR, Marjolijn H. (orgs.) **Explorations in linguistic relativity**. Amsterdam: Benjamins, 2000, p. 173-196.

LEPSCHY, Giulio C. **Linguística estrutural**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MAKKAI, Adam. **Ecolinguistics: ¿Toward a new **paradigm** for the science of language**? Londres: Pinter Publishers, 1993.

MORIN, Edgar. **L'An I de l'ère écologique**. Paris: Tallandier, 2007.

MORIN, Edgar. **O método:** A vida da vida. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002, 2ed.

MUFWENE, Salikoko. **Ecology of language evolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MUFWENE, Salikoko. **Language evolution:** Contact, competition and change. Londres: Continuum, 2008.

OLIVEIRA, Marco Antônio. A variação fonológica na perspectiva da linguagem como um sistema adaptativo complexo. In: MAGALHÃES, José Sueli (Org.). **Gramática comparada e geral**: Fonologia. Uberlândia: EDUFU, 2014, p. 11-35.

OLIVEIRA, Marco Antônio. Por uma abordagem etológica e ecológica da variação linguística. In: PARREIRA, Maria C. et al. (Oorgs.). **Pesquisas em linguística no século XXI:** Perspectivas e desafios teórico-metodológicos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 45-70 (Série Trilhas Linguísticas, 27).

MADEIRA, Angélica. Raízes e Rizomas do Brasil. **Caderno do IPRI** n. 15, 1994, p. 23-31.

PIATELLI-PALMARINI; URIAGEREKA, Juan. The immune syntax: The evolution of the languag virus. In: JENKINS, Lyle (org.). **Variation and universals in biolinguistics**. Amsterdam: Elsevier, 2004, p. 341-377.

PINKER, Steven; JACKENDOFF, Ray. The faculty of language: what's special about it? **Cognititon** 95, 2005, p. 201-236.

TRAMPE, Wilhelm. **Ökologische Linguistik: Grundlagen einer ökologischen Wissenschafts- und Sprachtheorie**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990.

Submetido: 14/04/2016
Aceite: 14/07/2016

Epêntese consonantal

Leda Bisol*

Resumo

O artigo diz respeito ao papel da epêntese consonantal no processo de formação de palavras. Examinam-se palavras terminadas em sufixos produtivos com fundamentos na Teoria da Otimidade, depreendendo-se a gramática básica da derivação com epêntese consonantal e as implicações relacionadas à especificidade de sufixos. Evidências justificam a entrada de uma consoante que não está presente na palavra base da derivação nem na forma original do sufixo, motivando este estudo. Explicam-se as exceções que fazem parte da gramática, assim como a binômio, palavra com epêntese e palavra com hiato, oriundo da mesma base e finaliza-se com a epêntese vocálica que se consonantiza. Neste estudo, emergem como regulares, /z/ e /r/ com preponderância de /z/ que ocorre com todos os sufixos em consideração, enquanto /r/ tem seus limites.

Palavras chave: Epêntese consonantal. Hiato. Restrição. Fidelidade. Marcação.

Introdução

A epêntese de segmentos para solucionar problemas métricos como acento, silabificação e outros é comum nas línguas humanas, fazendo-se notar a epêntese da vogal dentro da palavra, a exemplo de ritmo/ritimo e a epêntese da consoante na formação de derivados, a exemplo de café /cafezal. O foco deste estudo é a epêntese consonantal, já incorporada ao léxico e dicionarizada, depreendida a custo de evidências morfofonológicas. Considerando-se que grande parte dos sufixos do português começa por vogal, verifica-se que esses, muitas vezes, apresentam-se precedidos de consoante que não está presente na estrutura subjacente. Esse é o campo deste estudo.

Na fonologia contemporânea, não faltam estudos sobre este tema, mas salientemos três enfoques: i)defende-se, sob a perspectiva da Teoria da Otimidade, que as consoantes coronais e faríngeas são privilegiadas para a função da epêntese

* Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento e Pesquisa (CNPq), nível 1, cientista da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

(Lombardi 1997, MacCarthy; Prince 1997 e Steriade 2000); ii) defende-se que a língua pode inserir qualquer consoante e que o modelo de regras é adequado para esse estudo (Vaux 2001, 2002) e iii) defende-se a inclusão da diacronia na análise sincrônica, acentuando que características universais das fonologias sincrônicas têm um papel na determinação da qualidade da epêntese (Blevins 2007).

Estudos de epêntese consonantal com dados do português brasileiro são poucos: Cagliari; Massini (2000), que apontam para a presença do traço coronal em todos os casos de epêntese consonantal, independentemente do tipo de consoante; Canfield (2010) e Castro Pires (2016) que identificam /z/ como epêntese *default* e /r/ como um caso de amplitude menor, mas regular; a primeira estuda a epêntese diante de sufixos produtivos, a segunda centraliza seu estudo na epêntese diante do sufixo -ada, onde a epêntese de /r/ tem maior abrangência.

A análise a ser apresentada tem por objetivo discutir e analisar a formação de palavras em que emerge uma consoante que não está presente na palavra base da derivação nem no sufixo em sua forma original. O texto compreende as seguintes partes: 1) Exemplário, 2) Epêntese de /z/ diante de -eiro, -ada, -al e -inho, 3) Particularidades de -inho, 4) Epêntese de –r, 5); Conversão do *glide* em consoante.

1. Exemplário

QUADRO 1: Tipos de derivação em estudo. Elaboração da autora, 2016.

Base	Sufixo /z/	Não Hiato	/t/	Hiato	Exceção
Sufixo-eiro					
abacaxi	abacaxizeiro				
água		aguaeiro			aguaceiro
araçá	açazeiro	araçaeiro			
café	cafezeiro		cafeteira	cafeeiro	
caju	cajuzeiro			cajueiro	
croché			crocheteira		
tricô			tricoteira		

Suf.-al					
lodo-al		lodoal			lodaçal
bambu	bambuzal	bambual			
buriti	buritizal	buritial			
coroal	corozal		coroatal		
igapó	igapozal	igapoal			
lama					lamaçal
sapé	sapezal	sapeal			
Suf.-ada					
buriti	buritizada	buritiada			
caju				cajuada	
umbu	umbuzada	umbuada			
pá	pazada				
Suf.-inho					
café	cafezinho	cafeinho			
café	gurizinho				
sofá	sofazinho	sofainho			

O quadro contém exemplos de cada tipo de derivação em estudo. Não estão incluídos os dados da epêntese de /r/, que serão apresentados no quadro 2, nem os dados da conversão do *glide* em consoante, considerado um caso à parte. O exemplário é constituído basicamente de palavras atemáticas cujo radical termina em vogal. As raras palavras temáticas que entram no processo preservam VT da base, como lamaçal e aguaceiro. Há casos em que a palavra com hiato e a palavra com epêntese figuram no léxico, como cajuada e cajuzeiro. Há também exceções que se explicam. Nota-se, no quadro 1, a prevalência da consoante /z/ e a escassa presença da consoante /t/ que figura em quatro palavras, duas das quais são empréstimos do francês. Diante dos poucos dados de /t/, essa epêntese não será analisada neste texto.

2. Epentese de /z/ diante de -eiro, -ada -al e -inho

A análise é realizada via restrições assim definidas: MaxIO, restrição de fidelidade, proíbe o apagamento de qualquer segmento do radical ou raiz. Onset, restrição de marcação, exige *onset* para uma sílaba bem formada e DEP IO, restrição de fidelidade, proíbe a introdução de um segmento ausente no *input*. Tais restrições são básicas, outras são chamadas no desenvolvimento da análise quando necessário.

(1) Epêntese da consoante coronal continua

Gramática básica: MaxIO >> Onset>>DepIO

TABLEAU 1: Epêntese da consoante /z/

1) /abacaxi-eiro/	Max IO	Onset	DepIO
☞a. a.ba.ca.xi.zei.ro			*
b. a.ba.ca.xi.ei.ro		*!	
c. a.ba.ca.xei.ro	*!		
2) /café-al/			
☞a. ca.fe.zal			*
b. ca.fe.al		*!	
c ca.fal	*!		
/buriti -ada/			
☞a. bu.ri.ti.za.da			*
b. bu.ri.ti.a.da		*!	
c. bu.ri.ta.da	*!		
/sofá-inho/			
☞a.so.fa.zi.nho			*
b.so.fa.i.nho		*!	
c.so.fi.nho	*!		

Os candidatos em (c) apagam a vogal da base, violando a restrição mais alta da hierarquia; os candidatos em (b) formam hiato, violando *Onset,* uma restrição de marcação que ocupa uma posição decisória, em virtude de estar circundada por duas restrições de fidelidade. Os candidatos em (a) são os vencedores, às expensas de violarem DepIO, pois satisfazem as duas restrições mais altas. Note-se que a epêntese de /z/, uma consoante [+cont, + coronal, +sonora] ocorre com qualquer sufixo do exemplário, inclusive com -inho, o diminutivo, cujas palavras não estão dicionarizadas, assim como não estão as palavras com o aumentativo -ão, sufixo de grau, que deixamos para outra etapa de estudo, em virtude da nasalidade, que exige uma atenção específica, mas exemplos não faltam para confirmar o mesmo resultado: mão/mãozada/mãozinha. Embora este estudo não contemple todos os sufixos nominais, a amostra em análise oferece elementos para salientar a preponderância de /z/ no português.

Analisados em conjunto a epêntese de maior ocorrência, /z/, e justificada por evitação do hiato, via restrição do Onset, assim como se observa nos dados expostos no quadro 1, passemos ao pares cajuzeiro/cajuada, cada qual com seu sentido específico: cajuzeiro, o que cultiva caju e cajuada, o doce de caju e cafezeiro/cafeeiro, cafezeiro, o que cultiva café, cafeeiro, árvore que produz o fruto do qual provém o pó de café. Analisadas pelo mesmo conjunto de restrições, diferenciam-se pelo ranqueamento inverso das restrições baixas na hierarquia:

TABLEAU 2: Hiato versus Epêntese

1- / caju-eiro /	Max-IO	Onset	*DepIO
Onset>>Dep			
☞a. ca.ju.zei.ro			*
b. ca.ju.ei.ro		*!	
c. ca.jei.ro	*!		
2- /caju-ada/	Max-IO	DepIO	Onset
Dep >> Onset			
ca. ju. za.da.		*!	
b. ☞ca.ju.a.da			*
c. ca.ja.da	*!		

3-/cafe -eiro /	Max-IO	Onset	DepIO
Onset >> Dep			
a ☞ca.fe.zei.ro			*
ca.fe.ei.ro		*!	
ca.fe.iro	*!		
4- /cafe-eiro/			
Dep >> Onset	Max IO	DepIO	Onset
c.a.fe.zei.ro		*!	
b. ☞ca.fe.ei.ro			*
c. ca.fei.ro	*!		

Cada ranqueamento gera um dos membros do par. A inversão de dominância de restrições tem sido um dos recursos para explicar regras variáveis, que se manifestam como um par de palavras com o mesmo significado a exemplo de mentira/mintira, isto é, uma palavra pode substituir a outra, mas apenas uma delas é lexicalizada. Diferentemente, no caso em pauta, as palavras não se substituem e ambas são lexicalizadas. Embora também se expliquem por inversão de dominância, essa inversão tem comprometimento morfológico que leva a fonologia básica da epêntese a bifurcar-se em co-fonologias: Max-IO>>Onset >>Dep, gerando cajuzeiro e cafezeiro, e Max IO>> Dep >> Onset, gerando cajuada e cafeeiro – ambas com o mesmo radical, com o sentido determinado pela conjunção radical e afixo, constituindo ambos os ranqueamentos uma só gramática (Antilla, 2002, Inkelas e Zoll,2007).

Para o caso de exceção, a literatura dispõe de dois modelos: o da co-fonologia exposto na análise precedente e o do *locus* da exceção. Optamos por esse com intenção de separar alteração morfofonológica (Tableau 2) de alteração fonológica (Tableau 3).

Assim sendo, seguimos Pater (2009), cuja proposta explica a exceção por meio de restrições de fidelidade e marcação lexicalmente indexadas. Como se trata da alteração do traço sonoro, uma propriedade da consoante [+contínua, + coronal,+ sonora], que tem o estatuto de epêntese nesta análise, controlada pela restrição DEPIO, essa é o foco da exceção. Seguindo Pater, essa restrição é indexada como $DepIO_{[+voz]L}$ e alçada para posição mais alta do ranqueamento. O efeito manifesta-

se nas exceções marcadas no léxico (L) que são enumeráveis. Estabelece-se, então, uma relação de estringência entre $DepIO_{[+voz]L}$ e DepIO, no sentido de que a violação da mais alta corresponde à violação da mais baixa, mas não vice-versa. Analisam-se dois pares, explicando-se os demais.

TABEAU 3: $DepIO_{[+voice]L}$ >> MaxIO >> Onset >>DepIO

/agua-eiro/	DepIO [+voice]L	Max IO	Onset	DepIO
1. a.gua. zei.ro	*!			*
☞b.agua.cei.ro				*
c. a.gua. -ei.ro			*!	
d. a.guei.ro		*!		
2. /la.ma - al/				
a. la.ma.zal	*!			*
☞b. la.ma.çal				*
c. la.ma.al			*!	
d. la.mal		*!		

Exceções: aguaceiro, aguaçal, ervaçal, lamaçal, lodaçal.

Conhecido o papel das restrições básicas, observemos a restrição indexada DepIO[+voice]L em relação de estringência que atribui duas marcas aos candidatos aguazeiro e lamazal, excluindo-os do campo das exceções. Os candidatos aguaceiro e lamaçal são os vencedores. Assim se formalizam as exceções, explicando-as como parte da gramática.

3. Peculiaridades do diminutivo

Um dos casos de dupla interpretação é a alternância -inho/-zinho. De um lado,

defende-se que zinho é uma palavra lexical, formando-se o diminutivo com zinho por composição (Leite (1974; Menuzzi 1993, entre outros). De outro lado, Bisol 2010[1] defende que o sufixo diminutivo em pauta é tão somente -inho e que /z/ em -zinho (-inho) emerge na derivação como epêntese para satisfazer exigências estruturais. Duas são as justificativas para a epêntese: a evitação do hiato, já referida e averiguada, e a fidelidade aos traços do *input*, que tem um papel no caso do diminutivo e outros sufixos, razão da presença no ranqueamento da restrição Ident ATR que exige a preservação do traço ATR da vogal média. É uma evidência de que a epêntese consonantal tem motivação estrutural.

TABLEAU 4: Diminutivo

/bon ☜ + inho	MaxIO	Ident ATR	Onset	DepIO
a☞bo.n ☜ .zi.nho				*
b.bo.n ☜ inho			*!	
c.bo.ne.zinho		*!		*
d. bo.ni.nho	*!			

Dentro do caso regular de epêntese, o candidato em (a) é o vencedor; os demais são os perdedores, seja por formar um hiato (b) seja por alterar o traço ATR da vogal média (c) ou apagar a vogal terminar do radical (d).

4.Epêntese de /r/

Um caso regular, mas específico, é a epêntese de /r/ que exige certo molde para ser entronizada. A base da derivação é uma palavra temática em que VT é neutralizada em favor da vogal baixa, resolvendo-se a neutralização por assimilação.[2]

1 Em tempos passados, BARBOSA, Jerônymo Soares (1787) e ALLEN.Jr., Joseph (1924) afirmavam que o sufixo é -inho em que a consoante /z/ é introduzida.
2 Para neutralização assimilatória, ver Trubetzkoy, (1967).

QUADRO 2: Epêntese de /r/

base	Sufixo –ada	Não hiato	Não hiato	Sem /r/	Suf-al	Exceção
bicho	bicharada	bixoada	bixaada	bixada		
bode	bodarada	bodeada				
cuspe	cusparada	cuspeada		cuspada		
espuma	espumarada		espumaada			
china	chinarada		chinaada			
filho	filharada	filhoada		(a)filhada		
fumo	fumarada	fumoada		fumada		
galho	galharada	galhoada		galhada		
gente	gentarada	genteada		gentalha		
laço	laçarada	laçoada		laçada		
lingua	linguarada					
milho	milharada	milhoada				
tempo		tempoada		temporada	temporal	
milho					milharal	

A comparação entre a segunda coluna e a quinta, a exemplo de cusparada e cuspada ou bicharada e bixada, ambas bem formadas, uma com epêntese e outra com apagamento de VT, evidentemente a palavra com epêntese preserva VT, enquanto sua contraparte a apaga. Os exemplos da segunda coluna em pauta indicam que a epêntese de /r/ exige a preservação de VT neutralizada em favor de /a/, criando-se a sequência de duas vogais idênticas que se fundem em uma só. Por outro lado, derivativos com epêntese de /r/ trazem consigo uma ideia de amplitude ou extensão do sentido da palavra base: laçada, uma e outra laçada e laçarada um conjunto de laçadas; fumada, uma ou duas fumadas e fumarada, o fumo que se estende em grande porção. Por vezes, pode evocar também um sentido pejorativo como nos derivados da palavra gente no quadro acima. Portanto, as vogais temáticas nominais que são três, /a,e,o/, segundo Mattoso Câmara Jr. (1970), confluem para a vogal baixa /a/ no derivativo como um caso de neutralização que se resolve por assimilação com a vogal seguinte. As restrições básicas referidas fazem o seu papel e a restrição *MID dá conta da neutralização. Dentro do conjunto em estudo, as palavras temporal e temporada que preservam intata a VT da base, são a únicas exceções.

TABLEAU: (5) Epêntese de /r/

/china-ada/	Max IO	* MID	Onset	DepIO
☞a.fi.lha.ra.da				*
b.chi.na.a.da			*!	
c.chi.na.da	*!			
/milho-al/				
☞a. mi.lha.ral				*
b.mi.lho. al		*!	*	*
c.milhada	*!			
/gente-ada /				
☞a.gen.ta.ra.da				*
b.gen.te.ada		*!	*	*
c.gen.ta.da	*!			

Os candidatos em (a) são ótimos. A restrição *MID exclui os candidatos em (b), controlando a neutralização. Os demais são excluídos pelas restrições conhecidas. O que caracteriza este grupo é a confluência das vogais temáticas da base para vogal baixa, fundindo-se com a vogal inicial do afixo para evitar hiato.

Três são os casos de epêntese com base em palavra temática, cuja condição é a preservação de VT: o diminutivo que preserva intata a vogal da base, a epêntese de /r/ que a neutraliza em favor da vogal baixa e o caso apresentado a seguir que a neutraliza em favor da média fechada. Nos três casos, VT é uma presença no *input* da derivação de palavras com epêntese da mesma forma que a vogal do radical em palavras atemáticas, o caso geral. Uma e outra estão dentro do mesmo paradigma derivacional.

5. Epêntese vocálica que se consonantiza

Consideramos à parte o caso do *glide* resultante de epêntese vocálica que se converte em consoante, via estreitamento da cavidade bucal e consequente fortalecimento perceptível na sua emissão.[3]

Trata-se de uma subclasse dos verbos terminados em -ear derivados de nomes que inserem uma vogal alta entre duas vogais, quando o acento incide sobre a

3 Para estreitamento o ou fortalecimento de sons, ver Foley (1977)

vogal precedente, a exemplo de passear/passeio diferenciando-se desses pela conversão do *glide* em consoante. Vale notar que a vogal que precede o *glide* é a vogal /e/ da teminação -ear que, no processo derivativo, faz parte do *input.* Para essa vogal confluem as vogais temáticas dos nomes que constituem a base dessa derivação, fazendo-se presente no *input* da derivação que de que resulta o glide consonantizado.

(1) braço, bracear, braceio, bracejar
festa, (festear) (festeio) festejar
mar. marear, (mareio) marejar
pele, pelear, peleio, pelejar
rastro, rastrear, rastreio, rastrejar
solfeio, solfejar
vela, velear, (veleio) velejar

As palavras em (1) terminadas em -ear e as terminadas em -ejar são sinônimas, as primeiras de escasso uso no português contemporâneo, as segundas, as privilegiadas. As diferenças de sentido entre nome e verbo são nuanças de classe. Por vezes, alguns derivativos tomam um sentido particular como em derivados de mar, mareio por exemplo, que pode tomar o sentido de "sentir náuseas ao viajar por mar", não presente no verbo da quarta coluna. A terceira coluna é formada de palavras identificadas como nome em que o *glide* emerge. Parênteses indicam palavras não encontradas no dicionário consultado (Houaiss). Verbos de pouco uso podem tornar-se defectivos, sugerindo palavras hipotéticas. No entanto, derivados de festa terminados em -ear fazem parte do vocabulário em uso no sul do pais, a exemplo de "Ele festeia a noite toda por isso não consegue acordar cedo." Por sua vez, solfeio justifica solfejar e velear pressupõe a forma flexionada veleia ou veleio, com epêntese da vogal alta que se manifesta como *glide*, o qual, no contexto apropriado, consonantiza-se. Em outros termos, nesse grupo de família de palavras, o *glide*, como resultante de epêntese vocálica é previsto:

(2) A relva começou a verdear
A relva verdeia lentamente
O verdeio da relva começou.

Precisamente, insere-se uma vogal, que se realiza como *glide* na circunstância acentual mencionada, isto é, entre duas vogais, das quais a primeira é a portadora do acento da palavra.

Para analisar este caso, optamos pela proposta de Kiparsky (2000) referida por LPM ou LPM-OT, Lexical Fonologia e Morfologia em OT. Trata-se de um modelo que preserva o ciclo e dispõe de restrições hierarquizadas na forma da Teoria da Correspondência (McCarthy; Prince, 1995), restrições de dependência (Dep), maximidade (Max), Identidade (Ident) e restrições de superfície (marcação), como Onset e outras. Todavia, na perspectiva de Kiparky, os candidatos não são analisados em paralelo, dogma da Teoria da Otimidade, de McCarhy e Prince, mas são analisados por níveis, como raiz, palavra e frase, com o ciclo no nível adequado. Isso não significa que haja múltiplas bases, mas múltiplos inputs, pois a relação se faz entre *input* e *output.* A versão LPM pode parecer mais complexa, mas oferece suporte para soluções de mudança analógica e opacidade, como casos discutidos no texto inaugural de 2000, modelo que vem sendo uma opção de análise que soma conquistas de um modelo e de outro, sem macular a imagem de um e outro.

Ao lado das restrições básicas, figura agora * GLIDE, uma restrição de marcação que controla a estrutura de superfície e ao mesmo tempo a sua relação com o *input*, assim como Ident-F:

GLIDE : The glide must be introduced between two vowels, the first being a stress vowel.

IDENT-F: Correspondent segments are identical in the class features F.

(3) Gramática: Glide >> MaxIO>>Onset >>DepIO>> IdentIO

TABLEAU: (6) Reforçamento do glide

1./ verde-ar/	Glide	MaxIO	Onset	DepIO	IdentIO
☞a.ver.de.´ar			*		
b. ver.´dar		*!			
c.ver.de. ´iar	*!			*	
2./ verde-o /					
☞a..ver.´de. io				*	
b.ver.´de.o			*		

c.ver.´do		*!			
3. /verdeio-ar/					
☞a. ver.de.jar		*			*
b. ver. de. ar		*! *	*		
. ver.de. jar	*!				

Em (1), o candidato é excluído porque a epêntese da vogal alta (*glide*) está fora do contexto, é bem-vinda em (2) e é convertida em consoante em (3), fase em que não há epêntese e a vogal final da palavra base é apagada. O ciclo não se estabelece entre a primeira derivação e a segunda, mas entre a segunda e a terceira. No entanto, a gramática é uma só nas três derivações conjuntas. Por não terem sido usados símbolos fonéticos, entenda-se vogal alta no *Tableau* como *glide.*

É comum um *input* criar palavras diferentes quando as bases são diferentes. Na primeira derivação, o candidato vencedor é verdear que, na fala, manifesta-se como verdiar, onde não há epêntese, pois é a vogal /e/ que muda para /i/ diante de outra vogal, o previsto que não está em discussão. É na segunda derivação que a epêntese vocálica emerge como *glide* no contexto adequado: duas vogais em sequência com acento na primeira. Na terceira derivação, que tem por *input* o resultado da precedente, o *glide* converte-se em consoante palatal diante do sufixo verbal, uma mudança de classe de segmento, assim expressa: [+con, -voc] → [+con, -voc] (CHOMSKY; HALLE, 1968). É interessante observar que a restrição Ident-F que aponta para o problema em discussão é redundante, pois o vencedor emerge sem a sua intervenção, ou seja, a gramática básica com a ativação de *Glide chega ao esperado. Deixamo-la para ressaltar a mudança em pauta.

Em suma, em derivados de palavra atemática, cujo radical termina em vogal ou ditongo crescente, emerge uma consoante que não está presente na base da derivação. Palavras temáticas que admitem epêntese consonantal submetem-se à condição de preservarem VT, entrando no mesmo paradigma derivacional das atemáticas. As exceções são incluídas na gramática com a explicação formalizada. Palavras com hiato e palavra com epêntese oriundas da mesma base, cada qual com o sentido da base particularizado justificam-se e são um indício, entre outros, de que a epêntese em estudo é um caso morfofonológico. A analise inclui

o caso de reforçamento do *glide*, que entra por epêntese de uma vogal alta, fonte da consonantização. A gramática delineada na linha da Teoria da Otimidade sustenta adequadamente todas as demandas dos casos em discussão.

Consonant Epenthesis

Abstract

This paper deals with the role of consonantal epenthesis in word formation. By analyzing words ended in productive suffixes via Optimality Theory, a basic grammar of consonantal epenthesis derivation was found. Implications related to the suffix specificity were considered. Evidence justifies the insertion of a consonant that is not present in the word base of the derivation, and neither in the suffix, which motivated this study. Exceptions that are part of the grammar, as well as the pair epenthesis word and hiatus word that comes from the same base. Finally, the vocalic epenthesis that becomes a consonant is discussed. In this study, /z/ e /r/ emerge as regular consonants, and /z/ is preponderant since it occurs with all suffixes under consideration, while /r/ has some limits.

Keywords: Consonantal epenthesis. Hiatus. Restriction. Faithfulness. Markedness.

Referências

ANTILLA, A. Morphologically conditioned phonological alternations. **Natural Language and Linguistic Theory**.. 2, p.1-42, 2002.

ALLEN Jr. J. **Portuguese word formation with suffixes**. Linguistic Batimore, Linguistic Society of America. Separata de Language, v2, p3-143,1941.

BARBOSA, J. Soares. **Gramática Philosóphica da Língua Portuguesa**. Lisboa: Typographia da Academia geral de Ciências de Lisboa 6 ed., 1987 (1985).

BLEVINS, J. Consonant Epenthesis: Natural and Unnatural Epenthesis Histories. In: GOOD, J.(ed.), **Language universals and Language Change.** p.79-107. 2007.

BISOL, Leda. (2010). O diminutivo e suas demandas. São Paulo: **DELTA,** 26, 1: 60-85.

BISOL, Leda. O diminutivo e suas demandas, uma versão revisitada. **Revista Virtual de Estudos de Linguagem.** 5 ed., p. 80- 95.

CAGLIARI.L.C.; MASSINI CAGLIARI, G. A epêntese Consonantal em Português e sua interpretação na Teoria da Otimidade. **Revista de Estudos Linguísticos.** p. 163- 199, 2000.

CAMARA Jr. J. **Estrutura da Língua Portuguesa.** Petrópolis: Vozes, 1970.

CANFIELD, S.S. **A Epêntese Consonantal em Português**: um estudo introdutório. Dissertação de Mestrado, PUCRS, Porto Alegre, 2010.

CASTRO PIRES, Caroline. **Epêntese consonantal em contexto de juntura morfêmica**: considerações sobre o sufixo –ada. 2016. 130 p. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

CHOMSKY, Noam; HALLE, Morris. **The Sound Pattern of English.** New York: Harper & Row, 1968.

FOLEY,J. **Foundations of theoretical phonology.** Cambridge, Cambridge University Press,1977.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss**. LP-3.0. Rio de Janeiro. Objetiva Ltda., 2009.

INKELAS,S. The theoretical status of morphologically conditioned phonology: a case study from dominance. In: Booij; Marle (eds). **Yearbookf Morphology**. Amsterdam. Sringer, p. 121-155, 1998.

INKELAS, S; Z0LL, C. Is grammar dependency real? A comparison between co-phonological indexed phonologically conditioned phonology. **Linguistics** 45,1, p.123-171, 2007.

KIPARSKY P. Opacity and Cyclicity. In Nancy A. Ritter (ed). A review of Optimality Theory. Special issue. **The Linguistic Review** 17 (2-4), 351-67. 2000.

LEITE, Y. **Portuguese stress and related rules**. PhD dissertation. Austin: University of Texas, 1974.

LOMBARDI, L. Coronal Epenthesis and Markedness. University of Maryland. **Working Paper in Linguistic** p.1-58, 1997.

MATTOSO CAMARA JR, Joaquim. Estrutura da Língua Portuguesa. Petrópolis, Vozes. 1970.

McCARTHY. **A Thematic Guide to Optimality Theor***y*. Cambridge, Cambridge University, 2002

McCARTHY.J; PRINCE, A. **Prosodic Morphology. Constraint Interaction and Satisfaction.** MS, University of Massachusetts, Amherst and Rutgers University, 1993.

McCARTHY, John. PRICE, Allan. Prosodic Morphology. In: SPENCER, A. & ZWICKY, A. (eds.). The Handbook of Morphology. Cambridge: Cambridge University Press. 1998, p. 212-219.

McCARTHY, John. PRICE, Allan. Prosodic Morphology. Excerpts. In: Goldsmith, J. **Essential readings in phonology.** Oxford: Blackwell, p.102-136, 199, 1986.

MENUZZI S. **On the Prosody of the Diminutive Alternation -inho /-zinho in Portuguese**. Ms. HIL/University of Leiden, 1993.

PATER, Joe. Morpheme-specific phonology: Constraint indexation and inconsistency resolution. In: Steve Parker (ed.) **Phonological Argumentation:** Essays on Evidence and Motivation. London: Equinox, 2009.

STERIADE, Donca. **The Phonology of Perceptability Effects:** the P-map and its consequences for constraint organization. 2000.

TRUBETZKOY, N.S. **Principes de Phonologie.** Paris. Editions Klincksieck, 1967.

VAUX, Bert. Consonant epenthesis and hypercorrection. Harvard University. LSA, Washington, DC. January 5, 2001.

VAUX, Bert. Consonant epenthesis and hypercorrection. Harvard University. LSA, Washington, DC. January 5, 2001. VAUX, Bert. Consonantal Epenthesis and the problem of unnatural phonology. In: Citeseer, Yale University Linguistics Colloquium, 2002

Submetido: 14/04/2016
Aceite: 28/07/2016

Representação fonológica dos róticos do Português Brasileiro: uma abordagem à base de exemplares

Iiris Rennicke*

Este artigo examina a variação dos róticos, ou sons de *r,* em um corpus de português brasileiro coletado em Lavras – MG. Uma análise acústica revelou 21 variantes que envolvem vibrantes, tepes, fricativas, aproximantes e aproximantes aspiradas, podendo ser alveolares, palatais, retroflexas/ arqueadas, uvulares e glotais. A gradiência fonética observada em todos os contextos fonológicos tem como motivação a lenição (redução), que pode diminuir a magnitude do gesto articulatório ou realinhar os gestos temporalmente. De acordo com a Fonologia de Exemplares, a lenição ocorre pela automatização de padrões neuromotores. Utilizamos a gradiência observada nos dados, completada com informações sobre mudanças históricas, para argumentar que a classe dos róticos se justifica não como classe natural, mas como uma rede de relações de parentesco específicas de uma língua. As ligações entre variantes róticas, nem sempre presentes na fala de indivíduos, podem ser resgatadas e estabelecidas neste tipo de modelo, já que a variação sincrônica impossibilita a definição de traços comuns a todos os róticos. A rede de róticos é específica de cada língua porque é formada em interação com outros elementos do sistema fonológico. A sobreposição de variantes anteriores e posteriores em coda silábica indica que o contraste entre R-forte e r-fraco pode ser caracterizado como um "quase-contraste".

Palavras-chave: Róticos. Fonologia de Exemplares. Lenição. Classe fonológica.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir a representação fonológica dos róticos, ou sons de *r,* no português brasileiro (doravante PB), através de um *corpus* de fala coletado em Lavras – MG, com falantes das mesorregiões do Campo das Vertentes, Sul e Sudoeste de Minas e Oeste de Minas. A variação na realização dos róticos, especialmente em coda silábica, caracteriza variedades geográficas e sociais do PB. Por este motivo, os róticos têm sido o foco de estudos variacionistas (CALLOU; MORAES; LEITE, 1996; OLIVEIRA, 1983, 1997; LEITE, 2004,

1 Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. PhD, Faculdade de Letras.

2010; HUBACK, 2006) e descrições dialetológicas do PB (ZÁGARI, 1998; NOLL, 2008, p. 71). O contraste incompleto entre o r-fraco (*caro*) e o R-forte (*carro*), que se manifesta somente em posição intervocálica, tem inspirado análises da representação fonológica dos róticos (por exemplo, ABAURRE; SANDALO, 2003; MONARETTO, QUEDNAU; HORA, 2005, p. 215-220, sobre o PB; MATEUS; D'ANDRADE, 2000, p. 15-16, sobre o português europeu, doravante PE; e BONET; MASCARÓ, 1997, sobre as línguas ibero-românicas em geral), nas quais é recorrente a ideia de que este contraste incompleto implica uma única forma subjacente.

O propósito deste artigo, porém, é discutir a representação dos róticos a partir de dados fonéticos minuciosos, estabelecendo contínuos gradientes entre variantes róticas. A gradiência observada nos dados entre falantes, entre diversas ocorrências do mesmo contexto fonológico, entre realização e cancelamento do rótico, e entre r-fraco e R-forte, traz novos níveis de complexidade que as análises de natureza formal ou binária não têm levado em consideração. Uma descrição e uma análise detalhadas do caráter variável e gradiente dos róticos são de interesse não só para a área da Linguística, mas também para áreas como a Tecnologia da Fala e a Fonoaudiologia, que dependem de pesquisas meticulosas sobre a variabilidade dos róticos em suas aplicações.

Após esta introdução, o artigo continuará com uma explicação do marco teórico e conceitos adotados na Seção 2. A seguir, na seção 3, serão exploradas as mudanças sonoras sofridas pelos róticos que levaram à distribuição atual. A seção 4 apresentará informações sobre o *corpus* e os métodos utilizados para a sua observação. Na seção 5, apresentaremos as variantes atestadas no *corpus* e os contextos em que elas ocorrem. A gradiência evidente nas variantes róticas e as suas implicações para qualquer análise fonológica serão discutidas na seção 6. À base desta discussão da gradiência, a seção 7 trará uma explicação dos róticos como uma classe de sons emergente que se constrói como uma rede de variantes à base de efeitos de frequência. Finalmente, a seção 8 resumirá os argumentos deste artigo.

2. Marco teórico

2.1. Modelos de Exemplares

Adotamos o marco teórico dos Modelos de Exemplares (JOHNSON, 1997, 2007; BYBEE, 2001, 2006, 2010; PIERREHUMBERT, 2001, 2002; CRISTÓFARO-SILVA, 2006), segundo os quais a representação fonológica é individual, acumulativa e probabilística. De acordo com esta teoria, da mesma forma que as experiências repetidas formam e fortalecem as nossas lembranças enquanto experiências menos frequentes são esquecidas, exemplares de experiência linguística formam a base da representação linguística de cada falante. Uma introdução extensa aos Modelos de Exemplares aplicados à fonologia pode ser encontrada em JOHNSON (2007) e RENNICKE (2015, p. 62-75).

Para a maioria dos fonólogos com um enfoque de exemplares, como JOHNSON (1997, 2007) e BYBEE (2001, 2006), a experiência direta do falante leigo é com palavras inteiras, e não com sons. A cada ocorrência de uma palavra em uma interação linguística, o falante registrará um exemplar dessa palavra, que terá ligações fonéticas, semânticas e morfológicas com outras palavras. Estas ligações podem formar generalizações ou esquemas (*schemas,* cf. BYBEE 2001, p. 21-28), que servem como base do conhecimento gramatical do falante. Por este motivo, os modelos de exemplares não carecem de generalizações estruturais; a diferença com relação aos modelos formais é que, enquanto estes assumem que formas de superfície têm a sua origem em categorias gramaticais fixadas na infância, os modelos de exemplares assumem que o uso da língua cria e atualiza as generalizações estruturais ao longo da vida do falante.

Na Fonologia de Exemplares, as categorias fonológicas emergem à base da frequência com que o falante encontra diversas variantes fonéticas em um certo contexto fonológico. As categorias fonológicas têm membros mais centrais (mais frequentes) e mais periféricas (menos frequentes), e essa dinâmica é atualizada constantemente através do uso. A variabilidade registrada tanto no nível lexical quanto nas generalizações que formam categorias fonológicas explica por que os falantes são capazes de perceber e produzir um contínuo de variantes fonéticas para a mesma palavra ou categoria.

Neste artigo, preferimos referir-nos a categorias fonológicas em vez de fonemas devido à diferença fundamental na sua definição: nos modelos fonológicos formais, o fonema é visto como uma única forma subjacente, definida em termos

de traços distintivos, da qual as formas de superfície são derivadas através de regras. Esta visão de subjacência implica que, na mudança sonora, uma regra é aplicada à forma subjacente para transformá-la na nova forma de superfície. No entanto, este raciocínio também implica que a forma subjacente, mesmo com a mudança sonora, se mantém imutável e poderá voltar a ocorrer na superfície caso a mudança sonora seja impedida. Porém, de acordo com Bybee (2001), uma mudança sonora nunca poderá voltar atrás já que tem um efeito permanente na representação lexical (BYBEE, 2001, p. 59). A variação fonética nos róticos a ser discutida neste artigo – que se manifesta tanto no falante quanto entre falantes – é mais bem acomodada em um modelo flexível que permite representações múltiplas.

2.2. Lenição como fenômeno essencialmente gestual

Assumimos uma visão essencialmente fonética dos mecanismos de lenição. O segmento resultante da lenição pode ser articulatoriamente mais complexo do que o segmento original: BAUER (2008) explica que a lenição de, por exemplo, uma oclusiva intervocálica a uma fricativa acontece por diminuição do gesto articulatório, mas o segmento resultante é, do ponto de vista fonético, mais complexo e preciso do que uma oclusiva. Por este motivo, baseamos a nossa definição de lenição no processo articulatório de enfraquecimento de gestos, e não na qualidade do segmento resultante (BAUER, 2008; SEBREGTS, 2014, p. 26–28). Apoiamo-nos em autores como BROWMAN; GOLDSTEIN (1986; 1992), MOWREY; PAGLIUCA (1995) e BYBEE (2001, p. 73-74), que explicam a lenição como articulação não atingida (*articulatory undershoot*). Os dois fenômenos que levam à articulação não atingida são a "redução gestual", ou diminuição da magnitude do gesto articulatório (*gestural reduction,* ou *substantive reduction*), e a "redução temporal", ou realinhamento de gestos articulatórios (*articulatory retiming,* ou *temporal reduction*). Um exemplo do primeiro seria a mudança de uma oclusiva para uma fricativa ou aproximante, em que uma constrição completa se torna uma constrição com fluxo de ar (turbulenta ou periódica). Um exemplo do segundo seria a nasalização de Vm~Vn → Ṽm~Ṽn → Ṽ em que o abaixamento da úvula começa a ocorrer antes da constrição da consoante, resultando em uma sobreposição dos gestos vocálico e nasal. A redução gestual e a temporal são causadas pela repetição de palavras e das configurações articulatórias sequenciais e simultâneas que as compõem, o que automatiza padrões neuromotores ao longo do tempo. (BYBEE, 2001, 2006)

3. Panorama das mudanças sonoras nos róticos

Em RENNICKE (2015, p. 40-47) sugerimos que os róticos do português passaram por três principais fases de mudança sonora: 1) lenição de vibrantes ([r]) a tepes ([ɾ]); 2) posteriorização de articulações alveolares a uvulares; e 3) diversificação por meio de lenição em coda silábica na variedade brasileira. Estas três fases serão discutidas nas subseções abaixo.

3.1. Contraste intervocálico de modo de articulação

Assume-se que o rótico do latim era uma vibrante alveolar ([r]), que podia ser simples ([r]) ou geminada ([r:]) em posição intervocálica (MATTOSO CAMARA JR, 1953; STURTEVANT, 1920, p. 81–82). Na passagem do latim para o latim vulgar na România ocidental, as consoantes intervocálicas sofreram redução gestual e temporal, resultando em mudanças na duração e/ou no vozeamento: da mesma forma que, por exemplo, [t:] → [t], [t] → [d] e [d] → Ø, o geminado [r:] → [r] e o simples [r] → [ɾ]. Os gestos utilizados na produção de [r] e [ɾ] são essencialmente diferentes: [r] requer uma postura fixa do dorso da língua, enquanto [ɾ] é produzido com um movimento balístico envolvendo todo o corpo da língua (CATFORD, 1977, p. 130; BARRY, 1997). Portanto, a mudança [r] → [ɾ] não ocorre através de uma simples diminuição de tempo ou do gesto articulatório. Uma possível ligação articulatória seria uma vibrante enfraquecida a uma batida da língua contra os alvéolos, que foi atestada no espanhol peninsular (BLECUA FALGUERAS, 2001). Esta variante enfraquecida de uma batida poderia ser articulatoriamente reinterpretada ao longo do tempo como um tepe pela semelhança perceptiva. Esta primeira fase de mudança sonora fez com que o contraste intervocálico dos róticos do português passasse de um contraste de duração ([r:] : [r]) a um contraste de modo de articulação ([r] : [ɾ]).

3.2. Posteriorização

A motivação da posteriorização [r] → [ʁ] não é clara: não se trata de redução gestual ou temporal. RECASENS (2002) vê esta posteriorização como uma estratégia para diminuir a tensão na ponta da língua mediante um arqueamento

da lâmina e elevação do dorso da língua em direção ao palato macio. Trata-se, portanto, de uma permuta de ponto de articulação sem motivação evidente. SEBREGTS (2014, p. 135) argumenta que o motivo se encontra na aquisição de ponto de articulação "errado" e consequente solidificação por falta de oposições de ponto ou modo no sistema fonológico da língua em questão.

As primeiras referências à vibrante uvular [ʀ] no PE são do final do século XIX (GONÇALVES VIANA, 1973, p. 102; 1903, p.19); não fica claro se esta articulação tinha motivação aquisicional ou se estava sendo adotada por falantes adultos. Meio século depois, [ɾ] e [ʀ] já estavam sendo substituídas por [x] no português lisboeta (BARBOSA, 1965, p. 187-208). Na virada dos séculos XX e XXI, as fricativas uvulares e velares já são as variantes mais frequentes no PE (RENNICKE; MARTINS, 2013). Assumimos que a posteriorização e fricativização tenham iniciado no Brasil na mesma época que em Portugal (CALLOU; LEITE; MORAES, 2002, p. 544), e em 1977, MATTOSO CAMARA JR. (1977) afirma que o "caráter posterior que hoje predomina no /r/ forte o afasta do caráter anterior do brando, que é uma vibração da ponta da língua" (MATTOSO CAMARA JR., 1977, p. 79). Mais recentemente, autores como CALLOU; LEITE; MORAES (2002) e ABAURRE; SANDALO (2003) destacaram que o R-forte do PB é predominantemente glotal ([ɦ h]). Esta mudança explica-se como debucalização, sendo um tipo de redução gestual em que os gestos articulatórios supraglotais enfraquecem até restar apenas o gesto glotal, que no caso das fricativas é o fluxo de ar na glote (BYBEE; BECKNER, 2015).

3.3. Diversificação em coda mediante lenição

A articulação apical ([r] ~ [ɾ]) do rótico em coda silábica ainda é uma realização frequente no PE (MATEUS; RODRIGUES, 2003) e no PB dos estados do Sul e em algumas variedades de São Paulo (CALLOU; MORAES; LEITE, 1996; BARBOSA; ALBANO 2004; SILVA; CLEMENTE; NISHIDA, 2006; NOLL, 2008, p. 71; OUSHIRO; MENDES, 2013). Em outras regiões do Brasil, o rótico em coda sofreu lenição por meio de duas principais trajetórias: posteriorização e fricativização da mesma forma que o R-forte ([ʁ χ ɣ x ɦ h]); e aproximantização ([ɹ ɻ ɚ] etc.).[1]

1 Utilizamos o termo "aproximante rótica" para referir-nos às aproximantes que se generalizam como "retroflexo" ou "erre caipira" na literatura. A motivação para tal decisão baseia-se na variação acústica,

A região geográfica onde predomina a primeira trajetória estende do Rio de Janeiro e Centro de Minas Gerais até os estados do Nordeste e Norte; a segunda, por sua vez, envolve o Sul e Oeste de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, e os estados do Sul (ALMEIDA, 2004; CALLOU; MORAIS; LEITE, 1996; ZÁGARI, 1998; NOLL, 2008, p. 71; RIBEIRO, 2011; NOLL, 2012; LIMA, 2013). O local de gravação, Lavras, situa-se na isófona das duas tendências em coda (AGUILERA; SILVA, 2011).

3.4. Estado atual

As mudanças sonoras detalhadas na seção 3 levaram à atual distribuição dos róticos no PB, ilustrada na Tabela 1.

TABELA 1: Distribuição dos róticos no PB

R-forte	rato	[ˈhatʊ]
	carro	[ˈkaɦʊ]
	genro	[ˈʒẽɦʊ]
	guelra	[ˈgɛwɦɐ]
r-fraco	prato	[ˈpɾatʊ]
	caro	[ˈkaɾʊ]
Coda neutralizada	porta	[ˈpɔhtɐ]~[ˈpɔɾtɐ]~[ˈpɔɻtɐ]
	lugar	[luˈgah]~[luˈgaɾ]~[luˈgaɻ]

Análises de cunho formalista têm sugerido um tepe /ɾ/ subjacente (MATEUS; D'ANDRADE, 2000, p. 15-16; MONARETTO; QUEDNAU; HORA, 2005, p. 215-220) ou uma vibrante /r/ subjacente (ABAURRE; SANDALO, 2003; BONET; MASCARÓ, 1997) para todos os róticos. Nestas propostas, a representação fonológica é minimalista, e o conjunto de regras que geram as variantes posicionais é complexo; isto é, a representação abstrata justifica a união de variantes que diferem na forma superficial. Neste artigo, sugeriremos uma organização exemplar dos itens lexicais que possibilita representar o caráter variável e múltiplo dos róticos. Propomos que os róticos (como quaisquer outros segmentos) fazem parte da representação lexical, dispensando um sistema de regras. Assim, de uma palavra

explicada em mais detalhe na seção 5.3.

como *mar,* o falante terá armazenado vários exemplares (como *ma*[ɾ]~*ma*[h]~*ma*[ɻ]), e a variante fonética utilizada na pluralização (*ma*[ɾ]*es*) ou derivação (*ma*[ɾ]*ítimo*) explica-se como o uso exclusivo do exemplar *ma*[ɾ]. Esta proposta, explicada em mais detalhe na seção 7, adota a visão de uma representação detalhada e complexa, à qual o acesso é direto e não mediado por regras derivacionais.

4. *Corpus* e métodos

O *corpus* deste artigo foi coletado em Lavras – MG, em 2013, por meio de entrevistas semi-estruturadas. Os participantes eram estudantes na Universidade Federal de Lavras, incluindo 7 mulheres e 7 homens, oriundos de 9 cidades diferentes, com a idade média de 21,3 anos (entre 19 e 24). As gravações foram realizadas com um gravador *Zoom H2n Handy Recorder* em formato *WAV*, com a taxa de amostragem 44,1 kHz e tamanho da amostra 16 bits. As variantes dos róticos foram classificadas e listadas utilizando o programa de análise acústica Praat (BOERSMA; WEENINK, 2016) observando no espectrograma a estrutura formântica, indicadores de grau de constrição (corrente de ar periódica ou turbulenta) e vozeamento. A duração das entrevistas variou entre 16 e 32 minutos, gerando 7.045 ocorrências de róticos. Após as entrevistas, os participantes realizaram também uma tarefa de preenchimento de lacunas para obtenção de dados em estilo de fala semiformal (720 ocorrências). Esses dados não serão tratados neste artigo, porém o leitor poderá observá-los em RENNICKE (2015).

Os participantes foram escolhidos à base da observação dos róticos em coda. Falantes que usassem apenas fricativas posteriores em coda não foram escolhidos porque, considerando que elas constituem a pronúncia prestigiada em Minas Gerais (RENNICKE, 2011), a ocorrência de qualquer outro rótico neste contexto não era provável. Portanto, procedeu-se à gravação de falantes que utilizassem somente aproximantes ou aproximantes em combinação com fricativas posteriores. Este padrão poderia estar relacionado ou à cidade de origem do falante, ou ao tempo vivido em Lavras (que se situa na isoglossa das tendências em coda, cf. AGUILERA; SILVA, 2011). Os falantes não são de uma única origem geográfica porque a finalidade deste estudo não é explicar a variação em função da origem; pelo contrário, pretendemos propor um modelo de representação que englobe a produção e percepção de todas as variantes que coexistem em uma comunidade de fala.

5. Distribuição das variantes

5.1. R-forte

Nas Tabelas 2 e 3, é possível observar que o R-forte é predominantemente glotal nos falantes analisados. Há poucas ocorrências de fricativas uvulares e cancelamento. Em posição inicial, as variantes aparecem classificadas em colunas que informam a natureza do segmento anterior (vozeado, desvozeado ou pausa) e a tonicidade do R-forte. Tanto em posição tônica como átona, é mais comum que o R-forte seja desvozeado quando precedido por um segmento desvozeado ou pausa. Conclui-se que o R-forte já não se enquadra na classe de obstruintes ou líquidas que se definem em termos de vozeamento: no caso do R-forte, o vozeamento é instável e nem sempre é assimilado pela sibilante precedente. Das 30 ocorrências de R-forte precedido por [s], o rótico foi realizado como [ɦ] (2), [h] (26) e Ø (2); e precedido por [z] em 6 ocorrências, foi realizado como [ɦ] (4) e [h] (2). Portanto, parece-nos que o R-forte mais vezes se assimila ao vozeamento de segmentos adjacentes (tanto vogais quanto consoantes), conforme pode ser constatado comparando as ocorrências em início de palavra, quando precedidas por segmento desvozeado ou pausa (em que predominam variantes desvozeadas), com a posição inicial precedida por segmento vozeado e a posição intervocálica (em que predominam variantes vozeadas).

TABELA 2: Variantes do R-forte em início de palavra

Contexto	[+voz] R tônico		[-voz] R tônico		Pausa R tônico		[+voz] R átono		[-voz] R átono		Pausa R átono	
Variante	N	**%**	N	**%**	N	**%**	N	**%**	N	**%**	N	**%**
ɦ	68	**86,1**	1	**7,7**	1	**20,0**	188	**94,9**	13	**31,0**	11	**35,5**
h	7	**8,9**	12	**92,3**	2	**40,0**	10	**5,1**	25	**59,5**	20	**64,5**
ʁ	2	**2,5**	0	**0**	0	**0**	0	**0**	0	**0**	0	**0**
χ	2	**2,5**	0	**0**	2	**40,0**	0	**0**	1	**2,4**	0	**0**
Ø	0	**0**	0	**0**	0	**0**	0	**0**	3	**7,1**	0	**0**
Total	79	**100**	13	**100**	5	**100**	198	**100**	42	**100**	31	**100**

TABELA 3: Variantes do R-forte intervocálico

Contexto	Tônico		Pretônico		Postônico	
Variante	N	**%**	N	**%**	N	**%**
ɦ	37	**78,7**	27	**87,1**	26	**81,3**
h	7	**14,9**	3	**9,7**	3	**9,4**
ʁ	0	**0**	0	**0**	0	**0**
χ	2	**4,3**	0	**0**	0	**0**
Ø	1	**2,1**	1	**3,2**	3	**9,4**
Total	47	**100**	31	**100**	32	**100**

5.2. R-fraco

A Tabela 4 apresenta a distribuição de variantes do r-fraco intervocálico. O ponto de articulação desta categoria é alveolar, mas o vozeamento e o grau de constrição do r-fraco variam, indicando que há gradiência articulatória na sua realização. A variante mais frequente é o tepe aproximante ([ɾ̞]), uma articulação alveolar perceptivamente similar ao tepe, mas que apresenta formantes no espectrograma, indicando constrição incompleta.

TABELA 4: Variantes do r-fraco intervocálico

Contexto		Tônico		Pretônico		Postônico	
Variante		N	**%**	N	**%**	N	**%**
Tepe alveolar	ɾ	231	**37,7**	107	**43**	298	**32,3**
Tepe aproximante	ɾ̞	372	**60,7**	133	**53.4**	549	**59.4**
Tepe alveolar desvozeado	ɾ̥	3	**0,5**	1	**0.4**	57	**6.2**
Fricativa alveolar	ɹ̝ ɹ̝̊	3	**0,5**	2	**0.8**	10	**1.1**
Aproximante alveolar	ɹ	0	**0**	1	**0.4**	2	**0.2**
Cancelamento	Ø	4	**0,7**	5	**2**	8	**0.9**
	Total	613	**100**	249	**100**	924	**100**

Na Tabela 5, aparecem as variantes do r-fraco em encontros consonantais (Cɾ). Neste contexto, é frequente a inserção de um elemento vocálico entre o primeiro segmento e o r-fraco (CVɾ) (SILVA, CLEMENTE & NISHIDA, 2006); de fato, ocorrências com elemento vocálico constituem 59% de todas as ocorrências de Cɾ. Na Tabela 5, aparecem somadas as ocorrências de cada variante do r-fraco com ou sem elemento vocálico. Da mesma forma que em contexto intervocálico, em Cɾ, o r-fraco é uma articulação alveolar cujo vozeamento e grau de constrição variam. Foram encontradas uma ocorrência de [r] e uma de [r̥] em Cɾ, indicando que há, de fato, uma ligação articulatória entre [r] e [ɾ], conforme discutido em 3.1. O cancelamento do r-fraco é consideravelmente mais avançado em encontros consonantais do que em contexto intervocálico, especialmente em posição postônica (em que o r-fraco se cancela em 20,4% das ocorrências, em palavras como *outro* e *quatro*).

TABELA 5: Variantes do r-fraco em encontros consonantais

Contexto		**Tônico**		**Pretônico**		**Postônico**	
Variante		N	**%**	N	**%**	N	**%**
Vibrante alveolar	r r̥	1	**0.1**	0	**0**	1	**0.2**
Tepe alveolar	ɾ Vɾ	302	**38.3**	302	**37.4**	152	**35.6**
Tepe aproximante	ɾ̞ Vɾ̞	297	**37.7**	354	**43.9**	89	**20.8**
Tepe alvolar desvozeado	ɾ̥ Vɾ̥	56	**7.1**	56	**6.9**	72	**16.9**
Fricativa alveolar vozeada	ɹ̝ Vɹ̝	14	**1.8**	26	**3.2**	18	**4.2**
Fricativa alveolar desvozeada	ɹ̝̊	12	**1.5**	16	**2**	6	**1.4**
Aproximante alveolar	ɹ	9	**1.1**	11	**1.4**	2	**0.5**
Cancelamento	Ø	97	**12.3**	42	**5.2**	87	**20.4**
	Total	788	**100**	807	**100**	427	**100**

5.3. Coda medial

Os róticos apresentam mais variação de ponto e modo de articulação em coda silábica. As realizações variam de poucas ocorrências de tepes e fricativas alveolares para aproximantes de vários pontos de articulação, fricativas posteriores e até aproximantes aspiradas. Em coda medial, as variantes mais frequentes nos falantes analisados são as aproximantes [ɹ ɻ], a vogal rótica [ɚ] e o cancelamento. As variantes com roticidade perceptível ([ɹ ɻ ɚ]), já descritas anteriormente por LEITE (2004), estabelecem um contínuo articulatório de lenição: [ɹ]→[ɻ] implica uma redução gestual para uma variante mais vocálica (mas não de roticidade reduzida); e [ɻ]→[ɚ] constitui uma redução temporal em que há uma sobreposição dos gestos da vogal e da aproximante em uma rima V[ɻ]→[ɚ]. Esta variante ocorre mais vezes em posição pretônica e em rimas com vogal nuclear anterior (/i e ɛ/): o timbre da vogal nuclear é centralizado, fazendo com que os correlatos acústicos da rima inteira sejam alterados (por exemplo, *perto* [ˈpɛɻtʊ] → [ˈpɚtʊ] e *universidade* [univeɻsiˈdadʒɪ] → [univɚsiˈdadʒɪ]).

TABELA 6: Coda medial

Contexto		**Tônico**		**Pretônico**	
Variante		N	**%**	N	**%**
Tepe alveolar vozeado	ɾ	0	**0**	1	**0.2**
Fricativa alveolar vozeada	ɹ̝	0	**0**	2	**0.4**
Aproximante alveolar	ɹ	33	**7.3**	45	**9.3**
Aproximante palatal	j	23	**5.1**	17	**3.5**
Aproximante labiovelar	w	0	**0**	1	**0.2**
Aproximante retroflexa/arqueada	ɻ	118	**26.2**	76	**15.7**

Vogal rótica (silábica)	ɚ	79	**17.5**	187	**38.7**
Aproximante alveolar aspirada	ɹʰ	3	**0.7**	11	**2.3**
Aproximante palatal aspirada	jʰ	1	**0.2**	0	**0**
Aproximante retroflexa/arqueada aspirada	ɻʰ	5	**1.1**	7	**1.4**
Vogal rótica aspirada	ɚʰ	18	**4**	12	**2.5**
Fricativa uvular desvozeada	χ	5	**1.1**	1	**0.2**
Fricativa glotal desvozeada	h	19	**4.2**	6	**1.2**
Fricativa glotal vozeada	ɦ	20	**4.4**	30	**6.2**
Schwa	ə	5	**1.1**	1	**0.2**
Cancelamento	Ø	122	**27.1**	86	**17.8**
	Total	451	**100**	483	**100**

Acreditamos que estas três variantes, [ɹ ɻ ɚ], por apresentarem uma constrição parcial e forte roticidade perceptiva, são comumente generalizadas como *r retroflexo/caipira* nos estudos variacionistas que não se baseiam em análise acústica. Esta generalização favorece explicações das aproximantes em coda como empréstimo fonético que não se enquadra nas trajetórias de lenição em coda no PB. No entanto, um estudo que contempla a gradiência formântica das várias aproximantes[2] consegue estabelecer um contínuo articulatório motivado por lenição. Além disso, há evidências de que a configuração lingual de [ɻ] nem sempre é retroflexa: estudos sobre o inglês e o holandês (DELATTRE; FREEMAN, 1968; GICK; CAMPBELL, 2003; SCOBBIE; SEBREGTS, 2010) indicam que

2 [ɹ] caracteriza-se por F3 ascendente; [j] por F2 e F3 ascendentes; [ɻ] por F3 descendente próximo ao F2; [ɚ] por ser similar a [ɻ], porém silábico (LEITE, 2004; RENNICKE, 2015).

esta aproximante de F3 descendente pode ser articulada com a ponta da língua retroflexa ou com o dorso da língua arqueada (e com a ponta da língua apontando para baixo), produzindo o mesmo correlato acústico. A existência de um contínuo de lenição e a variabilidade configuracional de [ɻ] desqualificam a generalização em *r retroflexo* e favorecem um termo mais abrangente como *aproximante rótica.*

As combinações de variantes, a nível individual, são variadas: 6 falantes apresentam aproximantes, vogais róticas e cancelamento, e um falante apenas aproximantes e vogais róticas. Os 7 falantes restantes também utilizam estas variantes; além delas, três deles também utilizam aproximantes aspiradas e fricativas posteriores; um utiliza aproximantes aspiradas; dois utilizam fricativas posteriores; e um falante utiliza aproximantes aspiradas, fricativas posteriores e schwa. Portanto, a convivência das duas tendências em coda — aproximantes róticas e fricativas posteriores — pode ser constatada não só nos dados gerais, mas também ao nível individual no caso de metade dos falantes analisados.

As aproximantes e vogal rótica aspiradas ([ɹʰ jʰ ɻʰ ɚʰ]) não têm sido descritas anteriormente como variantes no PB, e acreditamos que a sua detecção se deve ao fato de o local de coleta de dados localizar-se na isófona. Propomos que estas variantes têm a sua origem na sobreposição de uma aspiração glotal à rima VR que, por incluir um rótico aproximante ([ɹ j ɻ]) ou por ser silábico ([ɚ]), já se caracteriza como um ditongo ou uma vogal silábica. Em outras palavras, a rima VR já foi tão automatizada pelo falante que permite a adição de uma aspiração, provavelmente na tentativa de produzir uma pronúncia mais prestigiada. As aproximantes aspiradas não constituem uma proporção significante dos dados: elas formam 12,2% das ocorrências em coda medial; 7,7% na coda final de nominais (Tabela 7); não ocorrem na coda final de verbos; e formam 5,4% do rótico na preposição *por* (Tabela 9).

5.4. Coda final tônica

Os resultados para coda final foram separados em nominais (substantivos e adjetivos; Tabela 7), verbos (na sua maioria infinitivos, mas incluindo também formas como *quiser, for, quer;* Tabela 8) e a preposição *por* (Tabela 9), e listados em função do segmento que segue o rótico final (consoante, vogal ou pausa). Foram omitidas deste artigo 40 ocorrências de contexto final que não entram nestas categorias: 20 da frase preposicional *apesar de,* 14 do pronome *qualquer,* e 6 paroxítonas (prefixo *super-, caráter, açúcar*).

Em qualquer tipo de palavra, o cancelamento é sempre mais comum ante consoantes do que ante pausa ou vogal. A ocorrência de tepes é mais comum ante vogal, conforme a fonotática tradicional, mas é a única variante ante vogal somente em *por;* em nominais e verbos ocorrem aproximantes, fricativas posteriores e cancelamentos ante vogais, indicando que a lenição por fricativização e aproximantização já está avançada em nominais e verbos. O tepe foi preservado em *por*+V pelo fenômeno *chunking,* ou juntura de duas ou mais palavras para formar uma unidade fonológica (BYBEE, 2000, p. 258). A preposição é seguida de vogal em colocações fixas como *por exemplo* (50,5% de todas as ocorrências pré-vocálicas) e *por e-mail;* por adverbiais em *por aqui, por aí, por enquanto;* pelo artigo indefinido em *por um, por uma;* por pronome pessoal em *por elas;* e demonstrativos em *por isso, por esse, por esses, por aqueles.* A ocorrência de *por*+V dá-se, portanto, em expressões fixas ou seguida de morfemas gramaticais frequentes, o que promove a juntura fonológica das palavras envolvidas, deixando o rótico de *por* em posição intervocálica. Chunking parece não ocorrer nos nominais, verbos, ou *por*+C.

TABELA 7: Coda final em nominais

Contexto		**+C**		**+V**		**+P**	
Variante		N	**%**	N	**%**	N	**%**
Tepe alveolar vozeado	ɾ	0	**0**	10	**23,3**	0	**0**
Tepe alveolar desvozeado	ɾ̥	0	**0**	1	**2,3**	0	**0**
Tepe aproximante	ɾ̞	1	**0,8**	12	**27,9**	0	**0**
Aproximante alveolar	ɹ	5	**4,2**	0	**0**	0	**0**
Aproximante palatal	j	2	**1,7**	0	**0**	0	**0**

Aproximante retroflexa/ arqueada	ɻ	46	**39**	7	**16,3**	29	**59,2**
Vogal rótica (silábica)	ɚ	9	**7,6**	1	**2,3**	2	**4,1**
Aproximante retroflexa/ arqueada aspirada	ɻʰ	1	**0,8**	0	**0**	2	**4,1**
Vogal rótica (silábica) aspirada	ɚʰ	1	**0,8**	0	**0**	1	**2,0**
Fricativa glotal desvozeada	h	3	**2,5**	1	**2,3**	2	**4,1**
Fricativa glotal vozeada	ɦ	9	**7,6**	0	**0**	3	**6,1**
Schwa	ə	1	**0,8**	0	**0**	0	**0**
Cancelamento	Ø	40	**33,9**	11	**25,6**	10	**20,4**
	Total	118	**100**	43	**100**	49	**100**

TABELA 8: Coda final em verbos

Contexto		+C		+V		+P	
Variante		N	**%**	N	**%**	N	**%**
Tepe alveolar vozeado	ɾ	0	**0**	2	**0,5**	0	**0**
Tepe aproximante	ɺ	0	**0**	9	**2**	0	**0**

Aproximante palatal	j	1	**0,2**	0	**0**	0	**0**
Aproximante retroflexa/ arqueada	ɻ	5	**0,7**	0	**0**	1	**0,4**
Vogal rótica (silábica)	ɚ	0	**0**	1	**0,2**	1	**0,4**
Fricativa glotal desvozeada	h	0	**0**	0	**0**	16	**5,9**
Fricativa glotal vozeada	ɦ	3	**0,4**	1	**0,2**	5	**1,7**
Schwa	ə	3	**0,4**	0	**0**	1	**0,4**
Cancelamento	Ø	696	**98,3**	431	**97,1**	248	**91,2**
	Total	708	**100**	444	**100**	272	**100**

TABELA 9: Coda final na preposição *por*

Contexto		**+C**		**+V**		**+P**	
Variante		N	**%**	N	**%**	N	**%**
Tepe alveolar vozeado	ɾ	0	**0**	51	**57,3**	0	**0**
Tepe aproximante	ɺ	0	**0**	38	**42,7**	0	**0**
Aproximante alveolar	ɹ	2	**3,6**	0	**0**	0	
Aproximante palatal	j	6	**10,9**	0	**0**	0	**0**
Aproximante retroflexa/ arqueada	ɻ	8	**14,5**	0	**0**	1	**33,3**
Vogal rótica (silábica)	ɚ	16	**29,1**	0	**0**	2	**66,7**

Aproximante retroflexa/ arqueada aspirada	ɻʰ	2	**3,6**	0	**0**	0	**0**
Vogal rótica (silábica) aspirada	ɚ̥ʰ	1	**1,8**	0	**0**	0	**0**
Cancelamento	Ø	20	**36,4**	0	**0**	0	**0**
	Total	55	**100**	89	**100**	3	**100**

6. Gradiência nos róticos

A seção 5 mostrou que os róticos do PB são um grupo de sons heterogêneo: os contextos de R-forte englobam fricativas posteriores; r-fraco (intervocálico e em encontros consonantais) é principalmente uma articulação apical; e em coda podem ocorrer variantes apicais, posteriores, aproximantes (que podem ainda ser aspiradas), e também vogais róticas como resultado da sobreposição de gestos em rimas VR. A Tabela 10 resume as mudanças diacrônicas e a variação sincrônica nos róticos, especificando os seguintes aspectos: a coluna "Tipo" refere-se ao ponto de articulação ou direção da lenição no espaço articulatório; "Mudança" especifica cada passo de mudança sonora; "Motivação" indica se a mudança tem motivação perceptiva ou de automatização gestual (ou as duas); e "Redução" define se a lenição ocorreu por redução gestual ou temporal.

TABELA 10: Mudanças sonoras nos róticos do PB

Tipo	**Mudança**	**Motivação**		**Redução**	
		Percepção	Automatização pessoal	Gestual	Temporal
Lenição do gesto apical	ɾ → ɾ	X	X		X
	ɾ → ɾ̞ ʃ̞		X	X	
	ɾ̞ ʃ̞ → ɹ̞ ɹ̞		X	X	
	ɹ̞ ɹ̞ → ɹ		X	X	

Vocalização ou centralização	ɹ → j		X	X	
	ɹ → ɻ		X	X	
	ɻ → ə w		X	X	
	ɻ → ɚ		X		X
Posteriorização	r → ʀ	X			
Lenição do gesto dorsal	ʀ → ʁ χ		X	X	
	ʁ χ → ɦ h		X	X	
Sobreposição de variantes	Aproximante → aproximante aspirada		X		
Lenição de magnitude	Qualquer variante → Ø		X	X	

Na seção 2.2., sugerimos que a causa da lenição seja a automatização neuromotora de gestos articulatórios por meio da repetição. A automatização é a força por trás da maior parte das mudanças na Tabela 10, porém há duas mudanças que julgamos terem uma motivação perceptiva. Conforme discutido na seção 3.1., [r] → [ɾ] envolve uma redução temporal de múltiplas batidas para uma só, mas esta redução não tem relação articulatória direta por causa da diferença configuracional essencial entre a vibrante e o tepe. Postulamos que uma vibrante de uma batida sirva como articulação intermediária que, por semelhança perceptiva, é reinterpretada como um tepe. A segunda mudança de motivação perceptiva é a posteriorização [r] → [ʀ]; na seção 3.2. explicitamos que a permuta do ponto de articulação não resulta em um segmento articulatoriamente mais reduzido.

Na Tabela 10, as mudanças motivadas por automatização gestual envolvem quase sempre o mecanismo de redução gestual: a passagem de uma articulação de constrição completa para uma constrição incompleta ou a perda do vozeamento, como constatamos na trajetória do tepe para o tepe aproximante ou tepe desvozeado, passando para uma articulação fricativa, e por último, aproximante. Da mesma forma, a vibrante uvular (não encontrada no corpus deste estudo) deu lugar a fricativas uvulares, que por sua vez se enfraqueceram para fricativas glotais por debucalização. O cancelamento de qualquer rótico também pode ser considerado uma redução gestual. A diversificação de [ɹ] para outras aproximantes e schwa ([j ɻ w ə]), em coda, reflete a gradiência entre as realizações aproximantes: pequenas modificações nas transições formânticas de núcleo para coda mantêm um ditongo

no nível fonético e não prejudicam a percepção: de acordo com as premissas da Fonologia de Exemplares, a percepção ocorre ao nível da palavra (e não de sons), possibilitando discrepâncias e mudanças significantes no nível segmental. [ɻ] → [ɚ] apresenta uma redução temporal, sendo que resulta da antecipação do gesto (retroflexo ou arqueado) durante a vogal nuclear, produzindo um F3 baixo durante toda a duração da rima.

Propomos que o surgimento de aproximantes aspiradas na variedade analisada não represente um caso de lenição. Embora resultem de automatizações prévias — por um lado, da aproximantização e as vogais róticas como consequência, e por outro lado, das fricativas posteriores debucalizadas — não parece plausível que a "combinação" de duas tendências represente uma lenição. A explicação que encontramos para este fenômeno é o caráter vocálico de rimas VR, no final das quais o falante pode adicionar uma leve aspiração com o objetivo de alcançar uma pronúncia mais prestigiada.

Este resumo das motivações e mecanismos das mudanças no sistema dos róticos deixa claro que se trata de uma classe de sons gradiente e fragmentada em termos de ponto e modo de articulação e contexto fonológico, e as causas dessa fragmentação são complexas, envolvendo fatores perceptivos e de redução articulatória. Os róticos do PB já não se definem em termos de traços compartilhados; a definição dos róticos como classe será abordada seção 7.

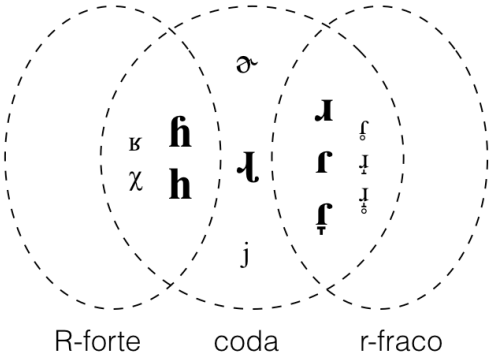
7. Róticos como classe em um modelo de exemplares

Análises de cunho formalista (vide seção 3.4.) defendem uma representação subjacente única — quer /r/, quer /ɾ/ — da qual a variantes posicionais dos róticos se derivam através de um sistema complexo de regras. No entanto, é questionável basear uma definição de classe em uma variante praticamente inexistente na variedade analisada (duas ocorrências de [r]~[r̥]) ou em geminadas subjacentes em posição intervocálica (/r.r/ ou /ɾ.ɾ/) que nunca tomam forma na superfície. Apoiamo-nos em SEBREGTS (2014, p. 234-235) para enfatizar que o falante leigo não tem conhecimento das mudanças diacrônicas que levaram à distribuição sincrônica de variantes, nem necessariamente manifesta todas as formas intermediárias que possibilitariam a descoberta de traços em comum. Diante da variação fonética apresentada neste artigo, seria uma tarefa fútil procurar definir traços ou outras características em comum para todos os membros da classe, já que essas características deixaram de existir e o usuário da língua não tem acesso a elas.

Dentro dos moldes da Fonologia de Exemplares, sugerimos que a representação fonológica dos róticos no PB tenha uma origem lexical. A forma fonética de uma palavra é armazenada junto com o seu significado, o que cria conexões fonéticas, morfológicas e semânticas com outras palavras da língua que tenham semelhanças fonotáticas ou de significado. A partir dessas conexões, o falante forma generalizações probabilísticas sobre variantes posicionais. Isto é, o acesso à forma fonética das palavras é imediata: é inerente às palavras, e não é gerada por regras a partir de uma forma subjacente.

A Figura 1 ilustra, de forma simplificada, a possível rede de variantes róticas na mente de um falante, abstraída das representações lexicais. Variantes mais frequentes, que teriam a representação mais forte, aparecem em caracteres maiores, enquanto variantes mais periféricas aparecem em caracteres menores, simbolizando o seu peso estatístico. É possível observar que as variantes de R-forte e r-fraco podem ocorrer em coda, além de outras variantes que são específicas deste último contexto. Nesta variedade do PB, as variantes de R-forte e r-fraco não se sobrepõem e são foneticamente muito distantes. Visto que a coda é o único contexto unificador em que todas as variantes podem ocorrer, propomos que existe um "quase-contraste" (LADD, 2006; SCOBBIE; STUART-SMITH, 2008) entre R-forte e r-fraco. Um quase-contraste significa que duas categorias fonológicas podem contrastar em alguns (mas não todos os) contextos; que esse contraste depende fortemente de idioleto, socioleto e comunidade de fala; e que falantes podem ter soluções alternativas e intermediárias para categorias ambíguas sem limites nítidos.

FIGURA 1: Representação fonológica dos róticos no PB



Propomos que a classe dos róticos no PB seja definida não como classe natural, mas como classe à base de relações de parentesco (*family relationships*) — ideia já aplicada ao holandês por SEBREGTS (2014). Diferentemente da noção de semelhança de parentesco (*family resemblance*) em que cada membro da classe compartilha algum traço com outro membro (A com B, B com C, C com D, etc.), sugerida por LINDAU (1985) como fundamento da classe dos róticos, em uma rede de relações de parentesco podem existir variantes cuja ligação de semelhança com outras variantes tenha se tornado obscura. Por exemplo, somente os membros A e D de uma classe ocorrem na língua, e os passos de semelhança em cadeia, A→B, B→C e C→D, podem não ser acessíveis ao falante sincrônico. Enfatizamos que a noção de relações de parentesco deve ser completada com a informação de que essas relações são sempre específicas de uma língua. As trajetórias de mudança nos róticos ocorrem sempre dentro do sistema fonológico de uma língua, fazendo com que o sistema rótico de cada língua se desenvolva de maneira única. Os róticos do português e do espanhol – duas línguas com um quase-contraste muito semelhante entre R-forte e r-fraco –têm hoje em dia classes róticas muito diferentes. O português desenvolveu um vasto repertório de róticos, enquanto no espanhol, os róticos mantêm-se principalmente apicais ([r ɾ]), e as fricativas posteriores ([ʁ χ ɦ h] etc., que são róticas no PB) são variantes da categoria não-rótica /x/. Portanto, a classe dos róticos estabelece-se de maneira dinâmica dentro do sistema de oposições fonológicas de cada língua.

8. Conclusões

Este artigo demonstrou, por meio da observação de dados acústicos, que a variedade do PB analisada conta com pelo menos 21 variantes fonéticas para a classe dos róticos. Esta quantidade de variantes de diferentes pontos e modos de articulação destaca-se entre as línguas do mundo e assemelha o repertório de línguas como o holandês (SEBREGTS, 2014), conhecido pela sua variação rótica.

A lenição (ou redução) articulatória, que ocorre por diminuição do gesto articulatório ou por realinhamento temporal, é a principal força por trás da mudança diacrônica (que levou ao atual contraste intervocálico de fricativa posterior vs. tepe anterior) e da variação sincrônica. A análise acústica facilita o estabelecimento de trajetórias de lenição: como exemplo, mencionemos a mudança do tepe para aproximantes e vogal rótica ([ɾ] → [ɻ̆] → [ɻ̞] → [ɹ] → [ɻ̩] → [ɚ]), que torna

evidente o caráter gradiente da mudança sonora e das representações fonológicas. Consideramos que a observação da gradiência é a principal contribuição do presente estudo, pois argumenta contra a noção de que a mudança sonora se dá por meio de regras aplicadas à forma subjacente. A mudança sonora nunca pode ser cancelada já que ela modifica de maneira permanente as representações lexicais. A mudança sonora e as alterações do sistema fonológico acontecem de forma gradual, motivadas na maioria das vezes pela lenição. A única mudança no sistema dos róticos, sem aparente motivação por redução, é [r] → [ʁ]. Esse impulso inicial para a posteriorização e suas motivações merecem ser estudados mais detalhadamente.

Não há um traço fonético comum a todos os membros da classe dos róticos; por este motivo, a classe dos róticos baseia-se em relações de parentesco (e não de semelhança). Essas relações formam uma rede de variantes com ligações históricas, mas nem todas essas ligações são acessíveis ao falante leigo. A sobreposição de variantes em coda, ao mesmo tempo em que elas se contrastam em outros contextos, faz com que o status fonológico atual do R-forte e r-fraco – categorias sem limites nítidos – seja um status de quase-contraste.

The phonological representation of rhotics in Brazilian Portuguese: an exemplar-based approach.

Abstract

This paper examines the variation of rhotics, or r-sounds, in a corpus of Brazilian Portuguese collected in Lavras (Minas Gerais). Acoustic analysis revealed 21 variants, which involve trills, taps, fricatives, approximants and aspirated approximants in alveolar, palatal, retroflex/bunched, uvular and glottal places of articulation. The phonetic gradience observed in all r-contexts is motivated by lenition, which can take the form of gestural reduction or retiming. According to Exemplar-Based Phonology, lenition occurs as the result of the automation of neutomotor patterns. Based on the gradience observed in the data, supplemented by information on historical sound changes in rhotics, we argue that the rhotic class can be justified not as a natural class, but as a network of language-specific family relations. The connections between different rhotics are not always present in the speech of individuals, but they can be sought in such a network since the synchronic variation makes it impossible to define this class in terms of shared features. More importantly, this network is language-specific because it has been formed in interaction with other elements in the phonological

system. The overlap of front and back rhotics in syllable codas suggest that there is a "quasi-contrast" between strong-R and weak-r in Portuguese.

Keywords: Rhotics. Exemplar-based phonology. Lenition. Phonological class.

Referências

ABAURRE, M. B. M.; SANDALO, M. F. S. Os róticos revisitados. In: HORA, D.; COLLISCHON, G. (Eds.) **Teoria linguística:** Fonologia e outros temas. Editora Universitária/UFPB, 2003. p. 144–180.

AGUILERA, V. A.; SILVA, H. C. "Dois momentos do /r/ retroflexo em Lavras - MG: no Atlas Linguístico de Minas Gerais e nos dados do projeto do Atlas Linguístico do Brasil". **Diadorim**, v. 8, p. 125–142, 2011.

ALMEIDA, M. M. S. "As consoantes do português falado no Vale do Cuiabá". **Signum - Estudos da Linguagem**, v. 7, p. 149–163, 2004.

BARRY, W. "Another R-tickle". **Journal of the International Phonetic Association**, v. 27, p. 35–45, 1997.

BAUER, L. "Lenition revisited". **Journal of Linguistics**, v. 44, p. 605–624, 2008.

BLECUA FALGUERAS, B. **Las vibrantes del español:** manifestaciones acústicas y procesos fonéticos. Tese (Doutorado) - Universitat Autònoma de Barcelona, 2001.

BOERSMA, P.; WEENINK, D. Praat: doing phonetics by computer. Programa de computador, versão 6.0.15. Disponível em <www.praat.org>, 2016.

BONET, E.; MASCARÓ, J. On the representation of contrasting rhotics. In: MARTÍNEZ-GIL, F.; MORALES-FRONT, A. (Eds.) **Issues in the Phonology and Morphology of the Major Iberian Languages**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1997. p. 103–126.

BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. "Articulatory phonology: An overview". **Phonetica**, v. 49, p. 155–180, 1992.

BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. "Towards an articulatory phonology". **Phonology Yearbook**, v. 3, p. 219–252, 1986.

BYBEE, J. Lexicalization of sound change and alternating environments. In: BROE, M.; PIERREHUMBERT, J. P. (Eds.) **Laboratory phonology V:**

Acquisition and the lexicon. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 250–268.

BYBEE, J. **Phonology and language use**. Cambridge University Press, 2001.

BYBEE, J. "From usage to grammar: the mind's response to repetition". **Language**, v. 82, n. 4, p. 711–733, 2006.

BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. Cambridge University Press, 2010.

CALLOU, D. M. I.; LEITE, Y.; MORAES, J. Processo(s) de enfraquecimento consonantal no português do Brasil. In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (Eds.) **Gramática do português falado:** Novos estudos descritivos, vol.8. Campinas: Unicamp, 2002.p. 537–555.

CALLOU, D. M. I.; MORAES, J.; LEITE, Y. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: KOCH, I. (Ed.) **Gramática do português falado, v. 6**. Campinas: Unicamp, 1996. p. 465–493.

CATFORD, J. **Fundamental problems in phonetics**. Edinburgh University Press, 1977.

CRISTÓFARO-SILVA, T. Modelos multirrepresentacionais em fonologia. In: MARCHEZAN, R. C.; CORTINA, R. (Org.). **Os fatos da linguagem, esse conjunto heteróclito.** 1.ed. Araraquara: Cultura Acadêmica - FCL-UNESP Laboratório Editorial, 2006. p. 171-186.

DELATTRE, P.; FREEMAN, D. C. "A dialect study of American r's by X–ray motion picture". **Linguistics**, v. 44, p. 29–68, 1968.

GICK, B.; CAMPBELL, F. Intergestural timing in English /r/. In: **Proceedings of the XVth International Congress of Phonetic Sciences**. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2003. p. 1911–1914.

GONÇALVES VIANA, A. R. **Portugais:** phonétique et phonologie, morphologie, textes. Leipzig: Teubner, 1903.

GONÇALVES VIANA, A. R. **Estudos de fonética portuguesa.** Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1973.

HUBACK, A. P. S. "Cancelamento do (r) final em nominais: uma abordagem difusionista". **Scripta**, v. 9, n. 18, p. 11–28, 2006.

JOHNSON, K. Speech perception without speaker normalization: An exemplar model. In: JOHNSON, K.; MULLENNIX, J. (Eds.) **Talker Variability in Speech Processing.** San Diego: Academic Press, 1997. p. 145–165.

JOHNSON, K. Decisions and mechanisms in exemplar-based phonology. In: SOLE, M.; BEDDOR, P.; OHALA, M. (Eds.) **Experimental Approaches to Phonology**. Oxford University Press, 2007. p. 25–40.

LADD, D. R. "Distinctive phones" in surface representation. In: GOLDSTEIN, L.; WHALEN, D.; BEST, C. (Eds.) **Laboratory Phonology 8.** Berlin: de Gruyter, 2006. p. 3–26.

LASS, R. **Phonology. An introduction to basic concepts.** Cambridge University Press, 1984.

LEITE, C. M. **Atitudes linguïsticas: a variante retroflexa em foco**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LEITE, C. M. **O /R/ em posição de coda silábica no falar campineiro.** Tese (Doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LIMA, M. M. de O. **As consoantes róticas no Português Brasileiro com notas sobre as róticas das variedades de Goiânia, Goiatuba e Uberlândia.** Dissertação (Mestrado) - Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, 2013.

LINDAU, M. The story of /r/. In: LADEFOGED, P.; FROMKIN, V. (Eds.) **Phonetic linguistics: essays in honor of Peter Ladefoged**. Orlando: Academic Press, 1985. p. 157–168.

MATEUS, M. H. M.; D'ANDRADE, E. **The Phonology of Portuguese**. Oxford University Press, 2000.

MATEUS, M. H. M.; RODRIGUES, C. A vibrante em coda no português. In: HORA, D.; COLLISCHONN, D. (Org.). **Teoria Linguística:** Fonologia e Outros Temas. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2003. p. 181-199.

MATTOSO CAMARA JR., J. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

MONARETTO, V. N. O.; QUEDNAU, L. R.; HORA, D. As consoantes do português. In: BISOL, L. (Ed.) **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p. 207–242.

MOWREY, R.; PAGLIUCA, W. "The reductive character of articulatory evolution". **Rivista di Linguistica**, v. 7, n. 1, p. 37–124, 1995.

NOLL, V. **O português brasileiro:** formação e contrastes. São Paulo: Globo, 2008.

NOLL, V. Mudanças na realização de /r̄/, /r/ em português. In: LOBO, T. C. F.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (Eds.) **ROSAE:** linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 337–348.

OLIVEIRA, M. A. **Phonological variation and change in Brazilian Portuguese:** the case of the liquids. Tese (Doutorado) - University of Pennsylvania, Philadelphia, 1983.

OLIVEIRA, M. A. "Reanalisando o processo de cancelamento do (r) em final de sílaba". **Revista de Estudos Linguísticos**, v. 6, n. 2, p. 31–58, 1997.

OUSHIRO, L.; MENDES, R. B. "A pronúncia de (-r) em coda silábica no português paulistano". **Revista do GEL**, v. 8, n. 2, p. 66–95, 2013.

PIERREHUMBERT, J. Exemplar dynamics: Word frequency, lenition, and contrast. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Eds.) **Frequency effects and the emergence of linguistic structure.** Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins, 2001. p. 137–157.

PIERREHUMBERT, J. Word-specific phonetics. In: GUSSENHOVEN, C.; WARNER, N. (Eds.) **Laboratory Phonology 7**. Berlim e Nova York: Mouton de Gruyter, 2002. p. 101–139.

RECASENS, D. "Weakening and strengthening in Romance revisited". **Rivista di Linguistica**, v. 14, n. 2, p. 327–373, 2002.

RENNICKE, I. "The retroflex r of Brazilian Portuguese: theories of origin and a case study of language attitudes in Minas Gerais". **Linguística:** Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto, v. 6, n. 1, p. 149–170, 2011.

RENNICKE, I. **Variation and Change in the Rhotics of Brazilian Portuguese**. Tese (Doutorado) . Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais e Departamento de Línguas Modernas, Universidade de Helsinque, 2015.

RENNICKE, I.; MARTINS, P. T. As realizações fonéticas de /R/ em português europeu: análise de um corpus dialectal e implicações no sistema fonológico. In: SILVA, F.; FALÉ, I.; PEREIRA, I. (Org.) **Textos Seleccionados do XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística.** Coimbra: APL, 2013. p. 509–523.

RIBEIRO, C. M. da R. (2011) "O comportamento geolinguístico do (r) posvocálico nos atlas brasileiros publicados". **Letras Escreve – Revista de Estudos Linguísticos,** v. 1, n. 1, p. 6-21, janeiro-junho, 2011.

SCOBBIE, J. M.; SEBREGTS, K. Acoustic, articulatory, and phonological

perspectives on allophonic variation of /r/ in Dutch. In: FOLLI, R.; ULBRICH, C. (Eds.) **Interfaces in Linguistics: New Research Perspectives.** Oxford University Press, 2010. p. 257–277.

SCOBBIE, J. M.; STUART-SMITH, J. Quasi-phonemic contrast and the fuzzy inventory: examples from Scottish English. In: AVERY, P.; DRESHER, B. E.; RICE, K. (Eds.) **Contrast in Phonology:** Theory, Perception, Acquisition, Phonology and phonetics (13). Berlim: Mouton de Gruyter, 2008. p. 87–113.

SEBREGTS, K. **The sociophonetics and phonology of Dutch r.** Tese (Doutorado) - Department of Languages, Literature and Communication, Utrecht University, 2014.

SILVA, A. H. P.; CLEMENTE, F. C.; NISHIDA, G. "Para a representação dinâmica do tap em grupos e codas: evidências acústicas". **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, v. 4, n. 7, 2006.

STURTEVANT, E. H. **The pronunciation of Greek and Latin**. The sounds and accents. Chicago: The University of Chicago Press, 1920.

ZÁGARI, M. R. Os falares mineiros: esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, V. (Ed.) **A geolinguística no Brasil:** caminhos e perspectivas. Londrina: Ed. UEL, 1998. p. 31–54.

Submetido: 30/03/2016
aceite: 13/07/2016

Uma análise construcional dos *splinters* não nativos em uso no português do Brasil

Carlos Alexandre Gonçalves*

Resumo

Com base na Morfologia Construcional, modelo desenvolvido por Booij (2005, 2007, 2010) para o tratamento da morfologia no paradigma da gramática das construções (GOLDBERG, 1995), pretendemos, neste artigo, inventariar partículas do inglês recentemente utilizadas nas estruturas morfológicas do português e descrever as características formais e semânticas das formas complexas ditas híbridas (com uma parte vernácula e outra emprestada). Além disso, procuramos refletir de que maneira novas unidades morfológicas se integram na língua, mostrando que tais unidades se conformam aos esquemas básicos de formação de palavras da língua tomadora. Por fim, pretendemos representar os esquemas e subesquemas de que participam os chamados *splinters* não nativos, focalizando, para tanto, as formações X-*tube*, *cyber*-X e X-*pedia*.

Palavras-chave: Morfologia. Formação de palavras. Construção. *Splinter*.

1. Palavras iniciais

Neste artigo, discutimos o estatuto morfológico de partículas como -*tube*, *cyber*- e -*pedia*, exemplificados em (01) a seguir, observando de que maneira uma abordagem construcional se mostra adequada à análise de elementos alógenos recém-incorporados à língua:

(01) IURD-*tube*, pornô-*tube*, UFF-tube, educa-*tube*[1]
cyber-café, *cyber*-avó, *cyber*-cultura, *cyber*-ataque
bíblia-*pédia*, dino-*pédia*, Ryhana-*pédia*

* Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento e Pesquisa (CNPq), nível 1, cientista da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

1 As siglas IURD e UFF equivalem às expressões Igreja Universal do Reino de Deus e Universidade Federal Fluminense, respectivamente. Usamos o hífen apenas para marcar a fronteira de morfemas, sem qualquer compromisso com o novo acordo ortográfico. A forma Ryhana-*pédia* faz referência à famosa cantora pop de origem barbadiana.

Com base nos instrumentos da Morfologia Construcional (MC), pretendemos (1) inventariar partículas do inglês recentemente utilizadas nas estruturas morfológicas do português; (2) descrever as características formais e semânticas das formas complexas ditas híbridas (com uma parte vernácula e outra emprestada); (3) refletir de que maneira novas unidades morfológicas se integram na língua; (4) mostrar que tais unidades se conformam aos esquemas básicos de formação de palavras descritos na seção 1; e, por fim, (5) representar os esquemas e subesquemas de que participam os chamados *splinters* não nativos, denominados xenoconstituintes por Gonçalves; Almeida (2012) e Almeida;Gonçalves (2013). O texto se estrutura da seguinte maneira: em primeiro lugar, definimos *splinter* para, logo após, apresentar os fundamentos da MC, modelo desenvolvido por Booij (2005, 2007, 2010) para o tratamento da morfologia à luz da ideia de construção gramatical (GOLDBERG, 1995). A seguir, analisamos, com o instrumental da MC, os esquemas e subesquemas de que participam as formações X-*tube*, *cyber*-X e X-*pedia*. Os dados utilizados na análise foram extraídos de páginas da Internet, com o auxílio da ferramenta eletrônica de busca *Google*, o que possibilitou o controle de cerca de pelo menos cem instanciações de cada esquema[2].

2. Definindo *splinters*

Em inglês, *splinter* originalmente significa "fragmento", "pedaço", "lasca". Na literatura morfológica, por sua vez, o termo remete a partes de palavras que, retendo o significado da forma original, recorrem numa borda específica de novas formações lexicais (GONÇALVES, 2011b). Por se tratar de um termo técnico, preferimos não traduzi-lo e o fizemos por dois motivos, fundamentalmente: (a) traduções nem sempre são precisas para caracterizar unidades como essas e (b) acreditamos que a literatura da área precisa adotar um vocabulário universal para evitar a proliferação de vários termos técnicos usados em referência a uma mesma entidade. Em relação a esse constituinte, Correia (2003), seguindo Corbin (2000), faz uso do termo "fractoconstituinte". Andrade (2013), por sua vez, reporta-se a essas formas com a expressão "fragmento lexical".

Bauer (2005) assim se posiciona em relação a essas unidades morfológicas: "por splinter entendo um fragmento de palavra usado **repetidamente** na formação

2 Aproveitamos a oportunidade para agradecer as bolsistas de Iniciação Científica Ana Clara Brum e Carolina Castro da Exaltação pelo rigoroso levantamento dos dados.

de novas palavras" (BAUER, 2005, p.105, grifo nosso). Ao afirmar que *splinters* surgem do processo de *blending* (cruzamento vocabular), Bauer (*op. cit*., p.105) ressalta que o emprego que faz do termo "é uma pequena extensão do uso encontrado em Adams (1973: 142)". A "pequena extensão" a que o autor se refere é a recorrência de tais partículas. Por isso mesmo, em Bauer (2005), *splinter* deixa de ser concebido apenas como uma porção aleatória de palavras para ser interpretado como categoria morfológica com estatuto parecido com o dos afixos, já que *splinters* são agora encarados como entidades que podem levar à criação de novos formativos. Essa ideia aparece bem resumida no seguinte definição de Bauer (2004) em seu "**Glossary of Morphology**":

> Splinter é uma parte de uma palavra que, devido a algumas reanálises da estrutura da palavra original, é interpretada como significativa e posteriormente utilizada na criação de novas palavras. Como exemplo familiar, considere a palavra 'alcoholic'. Em termos morfológicos, esse vocábulo é dividido em 'alcohol' e -ic. Mas essa palavra foi reanalisada como alc-oholic, e o novo splinter -oholic (variavelmente soletrado), em seguida, reocorre em palavras como chocoholic, spendaholic e shopoholic. (BAUER, 2004, p.77)

Fato interessante que vem ocorrendo em português nos últimos anos, como apontado em Gonçalves; Almeida (2012) e Almeida; Gonçalves (2013), é o uso cada vez mais frequente de *splinters* do inglês em novas formações lexicais do português que não constituem, necessariamente, empréstimos: essas partículas são utilizadas para criar novas palavras na língua tomadora, o português, já que podem ser adjungidos a formas vernáculas sem qualquer respaldo na língua tomadora, a exemplo de IURD-*tube* (site de vídeos da Igreja Universal do Reino de Deus), *e*-social (projeto do governo federal unifica o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados) e prova-*cast* (áudios de provas, via celular, destinados a concurseiros).

Entre as partículas do inglês encontradas em português, destacam-se, como as mais antigas: (a) -*gate*, que designa algum tipo de escândalo envolvendo o elemento que aparece na primeira posição; (b) *pit*-, que remete a alguém caracterizado como agressivo, à semelhança do cão da raça *pitbull*; e (c) -*burguer*, relacionado ao sanduíche de carne moída que pode se combinar com mais ingredientes.

O exemplo mais clássico na literatura é o de -*gate*, analisado com detalhes em Bauer (2005), mas também comentado por vários outros morfólogos (p. ex., KATAMBA, 1990; KEMMER, 1996), inclusive brasileiros (BASÍLIO, 1997;

FURTADO, 2011). A forma -*gate*, apesar de equivaler a uma palavra em inglês, é inteiramente desprovida de significado em 'Watergate', forma de onde se desgarrou. 'Watergate' **é um complexo de escritórios e apartamentos localizado em** Washington. T**ornou-se famoso, na década de 1970, após o assalto que levou ao histórico escândalo de corrupção envolvendo o então presidente** Richard Nixon**.** Devido à grande repercussão do caso, que culminou na renúncia do presidente, a forma -*gate* passou a denominar escândalo e, ao se anexar a nomes próprios, criou inúmeras novas formas em inglês, a exemplo de 'Irangate', 'Bushgate', 'Monicagate' e 'Dakotagate'. Várias palavras em -*gate* foram criadas em português e até hoje, quatro décadas depois do caso, essa forma ainda é utilizada em nossa língua, principalmente na escrita. A título de exemplificação, vejam-se os dados abaixo, todos extraídos de Gonçalves (2011a: 70):

(02) *Banheiro gate*: escândalo vergonhoso para os aldeenses. A presidência da Câmara Municipal resolveu quebrar a parede de vários gabinetes para juntá-los, diminuindo o número de 15 para 10 unidades, dotar esses gabinetes de um banheiro privativo com chuveiro para os vereadores.

(03) Foram vários, mas o caso mais vergonhoso foi o *Piquet-gate*. A fórmula 1 infelizmente é marcada por corrupção.

(04) A Justiça os considera envolvidos no "escândalo da maleta", também ironicamente chamado de *Maleta-gate*.

A palavra inglesa '*pitbull*' designa uma raça canina de origem norte-americana originalmente criada para o combate. Trata-se de um cão atleta, fruto do cruzamento do antigo *bulldog* (daí a presença de -*bull* em sua estrutura) com cães da raça *terrier*, inicialmente usados para perseguir touros e bastante hostis com outros cachorros. Como se pode perceber, o *pitbull* é um cão extremamente forte e algumas pessoas direcionaram seus talentos para os esportes de luta. De acordo com a *Wikipédia*[3], "*a tenacidade dessa raça e a força que a acompanha são incomparáveis no mundo canino*" e, por isso mesmo, o *pitbull* é um cão temido por muitos e possui péssima reputação, uma vez que há vários episódios desagradáveis envolvendo a (suposta) agressividade desses animais.

Apesar de -*bull*, por sua recorrência em inglês, ter mais condições de atuar em formações para além do domínio canino, foi a sequência *pit*-, em português (e não inglês), que ganhou estatuto morfológico. Obviamente, a palavra-fonte foi *pitbulll*, que, geralmente por ter proprietários do sexo masculino, a maioria

3 Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Pit_bull.

de grande porte físico e habitualmente envolvida em brigas, acabou espelhando a criação de '*pitboy'*. Dentre os elementos comuns ao estereótipo do '*pitboy'*, estão o de frequentar academias de musculação e praticar artes marciais, bem como acompanhar um *pitbull*. A imagem a seguir ironiza a agressividade do cão, mostrando que, na verdade, a ferocidade vem do proprietário:

IMAGEM 1: *Pitbull e pitboy*.

Em função do uso cada vez mais frequente de *pitboy*, dado o constante envolvimento desses indivíduos em casos policiais, *pit-* passou a designar, nas construções morfológicas em que fixou à esquerda (em conformidade com os modelos, '*pitbull*' e '*pitoby'*), "agressivo, violento, feroz", como se vê nos dados em (05), todos extraídos de Gonçalves; Almeida (2012, p.110):

(05) *pit*-babá *pit*-pai
pit-bicha *pit*-bebê
pit-sogra *pit*-namorado

Um *splinter* já trazido pronto da língua de origem e usado como palavra é *burger*, resultado da decomposição sublexical[4] '*ham+burger*', em que a sequência '*ham*' formalmente se assemelha à palavra que nomeia presunto em inglês ('*ham*'), mas originalmente nada tem a ver com esse embutido, uma vez que constitui

4 Tipo de analogia envolvendo a estruturação interna de palavras, em que, por questões expressivas e com base unicamente na forma (GONÇALVES; ANDRADE. ALMEIDA, 2010), reconhecem-se duas ou mais unidades lexicais em itens não necessariamente complexos, como em 'pressupor' ("por preço em") e 'estouro' ("boi que passou por operação de mudança de sexo").

empréstimo: *hamburger* vem de *Hamburgo*, uma cidade da Alemanha. Com isso, *burger* passa a denominar o próprio sanduíche e se combina com outras palavras para referenciar novos ingredientes contidos na iguaria: *fishburger*, *chickenburger*, *cheeseburger*.

Quando a palavra *cheeseburguer* chega ao português, passa por um processo bastante interessante: em decorrência de a pronúncia de 'queijo' (*cheese*) se assemelhar à da letra X (*xis*), essa unidade passa a designar o próprio sanduíche. Dessa maneira, X referencia o próprio hambúrguer e, se a carne for frango, tem-se 'X-frango'; se for de picanha, 'X-picanha' e assim por diante: 'X-bacon', 'X-alcatra', 'X-filé', 'X-lombinho' etc.

A letra X, portanto, passa a designar o próprio sanduíche, adquirindo, com isso, estatuto de radical na formação de novos compostos. Nem de longe lembra o opaco *cheese* do inglês, já que aparece, inclusive, em *X-queijo*. Perini-Santos; Melo (2011, p.22) elencam várias construções X-N, em que o elemento à direita especifica o conteúdo mais saliente do sanduíche. Em (06), observam-se usos mais descritivos, em oposição a (07), exemplos que os autores denominam de "metafóricos, metonímicos ou jocosos" (p. 22) :

(06) X-salada, X-polenta, X-coração, X-ovo, X-batata, X-banana, X-peixe, X-presunto, X-peru, X-peru-bacon, X-calabresa.

(07) X-tudo, X-tudão, X-saturno, X-vênus, X-monstro, X-princesa, X-montanha, X-vegana.

Gonçalves (2016) lista os principais *splinters* não nativos em uso no português contemporâneo. O quadro a seguir inventaria esses elementos e fornece, além do significado e da forma plena de origem, algumas criações vernaculares envolvendo cada partícula importada do inglês e hoje tão nossa quanto deles:

QUADRO 1: Principais splinters do inglês em uso no português

Elemento	Forma de origem	Significado	Exemplos
cyber-	*Cybernetics*	'digital'	ciber-ataque, ciber-café, ciber-crime, ciber-cultura, ciber-espião , ciber-guerra

wiki-	*Wikipedia*	'enciclopédia virtual sobre'	wiki-novela, wiki-aves, wiki-flora, wiki-juris, wiki-mapia, wiki-imagem
e-	*Eletronic*	'pelo computador'	e-comunidade, e-vendas, e-negociação, e-chantagem, e-mediador, e-professor
i-	*I-pod*	'pessoal'; 'meu'	i-Phone, i-Mac, i-Tablet, i-namoro, i-amigo
pit-	*Pitbull*	'agressivo'	pit-babá, pit-pai, pit-bicha, pit-bebê, pit-sogra, pit-namorado
-leaks	*Wikileaks*	'vazamento de informação'	Amazônia-leaks, Nikiti-leaks, planalto-leaks, Lula-leaks , PT-leaks, orkut-leaks
-gran	*Instagran*	'foto digital de'	pobre-gran, favela-gran, futi-gran
-gate	*Watergate*	'escândalo'	banheiro-gate, Piquet-gate, panetone-gate, maleta-gate, Mônica-gate
-cast	*Podcast*	'transmissão pelo celular'	jornal-cast, série-cast, nerd-cast, celular-cast
-tube	*Youtube*	'pela internet'	UFF-tube, pornô-tube, IURD-tube, brasileirão-tube
-burguer	*Hamburger*	'sanduíche'	X-búrguer, fran-búrguer, Bobs-búrguer, fish-búrguer, egg-búrguer

Como se observa no quadro 4, a maioria dos *splinters* do inglês está diretamente relacionada à informática, à *Internet* e às novas tecnologias digitais. Pela incontestável relevância dessas áreas nos dias de hoje, tais partículas acabam

se comportando como formativos também na língua tomadora, quer por meio de empréstimos prontos (‘*cyber-bullying*’, ‘*you-tube*’), quer por meio de decalques[5] (‘*cyber*-café’, ‘*e*-comércio’) ou, por fim, de criações propriamente vernáculas (‘*e*-social’, ‘Nikiti-*leaks*’)[6].

As unidades listadas no quadro 4 apresentam diferentes graus de produtividade em português, sendo algumas mais efêmeras e já quase em desuso, como *wiki-* e *pit-*, e outras utilizadas em séries de palavras, como *cyber-*, de emprego cada vez mais frequente. Além disso, a maioria ainda não está completamente nativizada, como demonstram os exemplos em (08), todos com oscilação ortográfica:

(08) cybercafé ~ cibercafé~ ciber café nikitileaks ~ nikitiliks
infotube ~ info-tube ~ info tube wikicionário~uiquicionário

Neste artigo, descrevemos, com o instrumental da MC, apenas três construções com *splinters* não nativos: X-*tube*, *cyber*-X e X-*pedia*. Antes de análise, apresentemos, ainda que brevemente, o modelo que sustenta a análise.

A Morfologia Construcional de Booij (2005, 2007, 2010)

A Morfologia Construcional surge no cenário dos estudos linguísticos como alternativa eficaz para análise de processos morfológicos instáveis, que não podem ser encaixados perfeitamente nos padrões canônicos da composição e da derivação[7]. Booij (2010) faz a seguinte apresentação da teoria:

> Na Gramática de Construções, a gramática das línguas naturais é vista como um inventário estruturado de construções, isto é, padrões de forma-significado, em vários níveis de abstração. Na Morfologia Construcional, nos focamos nas construções no nível da palavra, mas não só elas, como também construções frasais com propriedades de palavras. (BOOIJ, 2010, p.03)

Palavras complexas são idiomas construcionais no nível da palavra, apresentando uma parte fixa e uma parte variável – no caso das construções **X-***nejo(a)* (‘pagonejo’, “mistura de pagode com música sertaneja”; “quintaneja’,

5 O decalque é um empréstimo literalmente traduzido para a língua tomadora, ou seja, em vez de adotar a expressão / palavra originária da língua doadora, faz-se uma espécie de versão nativa, como em ‘cachorro-quente’ (do inglês ‘hot-dog’), ‘jardim de infância’ (do inglês ‘*Kindergarten*’) e ‘arranha-céu’ (do inglês ‘*skyscraper*’).

6 Nikiti constitui referência afetiva à cidade de Niterói (antiga capital do estado do Rio de Janeiro). Desse modo, ‘Nikiti-leaks’ nomeia o escândalo político envolvendo a prefeitura da cidade, nos anos 2010-2012.

7 A Morfologia Construcional não trata somente desses casos; seu aporte inclui estudos sobre compostos e construções sintáticas e a distinção entre flexão e derivação, além da análise morfológica e semântica de formativos, como é o nosso caso.

quinta-feira com música sertaneja" e 'gataneja', "mulher bonita que vai às festas sertanejas"), a parte fixa é o formativo *-nejo(a)* e a variável são os nomes que se adjungem à esquerda. Esquemas construcionais, nos termos de Gonçalves; Almeida (2014: 165), "são padrões gerais de pareamento forma-conteúdo que captam características comuns entre várias instanciações específicas e podem ser usados produtivamente". (GONÇALVES, 2014, p.165).

Um esquema construcional pode gerar subesquemas, que também podem se desdobrar em outros subesquemas, uma vez que são estruturas simbólicas que formalizam conceitos armazenados na memória, a partir da abstração de experiências do mundo em que generalizações são realizadas. Por causa dessa propriedade, Booij (2005) acrescenta a especificação semântica genérica aos esquemas.

Gonçalves; Almeida (2014) discorrem sobre o aporte da Gramática das Construções, buscando uma conceituação para o termo *construção* que seja mais aproximada do nível da palavra. Assim, definem as construções como "interseções de níveis diferentes da língua organizadas hierarquicamente por meio de ligações por herança em uma espécie de rede ou teia" (GONÇALVES; ALMEIDA, 2014, p.178). As relações de herança, postuladas inicialmente por Goldberg (1995), podem ser especificadas abaixo:

a) Herança por polissemia – refere-se à extensão de significado de uma construção para outra. É o caso do sufixo-*dor*, que forma agentes profissional ('zelador') e não-profissional ('fraudador'), instrumento ('gravador') e objeto ('pregador').

b) Herança por metáfora – refere-se a duas construções relacionadas por projeção interdominial. É o caso de 'camisinha', "peça que protege partes do corpo em diferentes domínios" (GONÇALVES; ALMEIDA, 2014, p.176).

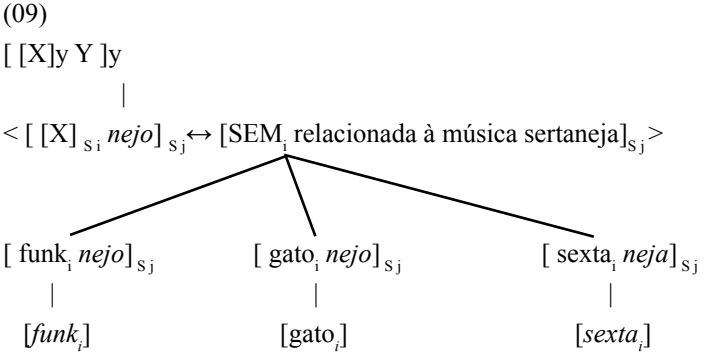
c) Herança por subparte – ocorre quando uma construção é parte constituinte de outra, como em 'homo', ressemantizada a partir de 'homossexual', passando essa informação em 'homofobia' e 'homoafetivo', diferente do significado no nó mais alto – *igual, o mesmo***.**

d) Herança por instanciação – ocorre quando uma construção apresenta grau de detalhamento maior, como em 'batedeira' e 'iogurteira', que possuem esquemas construcionais específicos em relação ao esquema básico – no primeiro, a base é verbal; no segundo, a base é substantiva.

A partir da noção de esquema construcional e relação de herança, Gonçalves;

Almeida (2014) propõem o seguinte esquema para o formativo **-***nejo(a)*. Nesse esquema, base e produto são indexados pelo símbolo subscrito $_S$, que representa a classe dos substantivos. Os subscritos $_i$ e $_j$ indicam que tanto a base, representada pela variável x quanto o produto fazem parte do léxico. Na formalização a seguir, SEM, que em Booij (2010) é inespecificado, é aqui interpretado como o *frame* evocado pela palavra-fonte, pois somente desse modo podemos entender que, a partir do mesmo esquema, formam-se três instanciações com semânticas distintas, mas relacionadas. Os símbolos maior que e menor que (respectivamente, <, >) demarcam o esquema e a seta de mão dupla (↔) relaciona forma e significado no interior do esquema

(09)



As construções são apresentadas como instanciação do esquema básico de sufixação – **[** [X]y Y]y, em que y é uma etiqueta lexical, X, uma forma livre e Y, uma forma presa à direita**.** A leitura feita para tal esquema é a de que SEM é interpretado como o *frame* evocado pela palavra-fonte. Inicialmente, o esquema feito pode aparentar que se trata de uma relação de herança por polissemia, pois é o mesmo tipo de esquema utilizado para o sufixo-*dor* (GONÇALVES; ALMEIDA, 2014, p.179). Adaptando a representação original de Booij (2005) à morfologia do português, Gonçalves; Almeida (2012) mostram que as três principais operações concatenativas envolvidas na formação de palavras – composição, sufixação e prefixação – podem ser genericamente representadas pelos seguintes esquemas:

(10) (a) composição: [[X] $_X$ [Y] $_Y$] $_S$
(b) sufixação: [[X] $_X$ Y] $_Y$
(c) prefixação: [X [Y] $_Y$] $_Y$

Nos esquemas em (10), as variáveis X e Y representam sequências fonológicas e os subscritos $_X$ e $_Y$, categorias lexicais. O esquema geral dos compostos, em (10a), expressa a generalização de que a composição, independentemente da etiquetagem

lexical de seus constituintes, sempre forma substantivos em português (daí o rótulo $_S$, após o último colchete). O esquema da prefixação, em (10c), expressa que essa operação é neutra categorialmente, sendo a classe gramatical das palavras prefixadas idêntica à de sua base, que constitui a cabeça. No caso da sufixação, no entanto, o elemento preso porta informação sintática e constitui cabeça categorial (SCALISE *et al.*, 2009), por determinar a classe gramatical do produto. Mais detalhes sobre o modelo serão apresentados a seguir, quando da análise dos três *splinters* não nativos aqui focalizados: *-tube*, *cyber-* e *-pedia*. Comecemos com *-tube*.

4. Algumas notas sobre as formações X-*tube*

A expressão inglesa '*You tube*' pode ser traduzida como "você no tubo", em que a palavra 'tubo', usada metonimicamente em referência à televisão nessa língua, é hoje empregada para se referir ao monitor (tela do computador), dispositivo pelo qual são veiculadas as imagens fornecidas pela *Internet*. O 'Youtube' é um *site* que permite a seus usuários o carregamento e o compartilhamento de vídeos em formato digital, "*abrigando uma grande variedade de filmes, clipes e materiais caseiros, geralmente pequenas gravações envolvendo eventos variados: desde os de grande relevância aos mais banais*" (ALMEIDA; GONÇALVES, 2013, p.402).. Na página **Significados**, encontra-se a seguinte definição para '*Youtube'*:

> O termo vem do Inglês "**you**" que significa "você" e "**tube**" que significa "tubo" ou "canal", mas é usado na gíria para designar "televisão". Portanto, o **significado** do termo "**youtube**" poderia ser "você transmite" ou "canal feito por você". A ideia é idêntica à da televisão, em que existem vários canais disponíveis. (www.significados.com.br/youtube/)

A expressão '*youtube'* pode ser considerada o gatilho para a formação de um esquema de formação de palavras, ainda em inglês, pois *-tube* deixa de significar "tubo, televisão" e passa a designar um *site* de vídeos, em que o conteúdo das filmagens é evocado pela palavra-base à esquerda. À imagem e semelhança de '*youtube'*, foram criadas páginas como as seguintes: '*Science Tube*', 'Adult Tube', '*CartoonTube*' e '*Sextube*'). O esquema pode ser representado da seguinte maneira:

(11)

Youtube ↔ "você transmite (pela *Internet*)"

| *link* por subparte

tube ↔ *site* de vídeo

|

<[[X]$_{S\,i}$ *tube*]$_{S\,j}$ ↔ [vídeo da SEM$_i$ pela *Internet*] $_j$>

[*porn*$_i$ *tube*]$_{S\,j}$ [*science*$_i$ *tube*]$_{S\,j}$ [*gay*$_i$ *tube*]$_{S\,j}$

| | |

[*porn*$_i$] [*science*$_i$] [*gay*$_i$]

Muitas páginas originalmente em inglês foram decalcadas para nomear as páginas em português de conteúdo equivalente, como é o caso de '*porn tube*' e '*sex tube*', logo "traduzidas" para 'pornô-*tube*' e 'sexo-*tube*'. Temos, nesses dados, nos termos de Assumpção Jr. (1986), "*aquisição de forma léxica ou locução estrangeira, através da substituição, por forma léxica vernácula, de significação equivalente criada para esse fim*" (ASSUMPÇÃO JR., 1986, p.109). Outras formações, no entanto, não têm qualquer respaldo em inglês, o que nos autoriza afirmar que (a) são construções efetivamente híbridas e (b) o esquema em (11) é válido também para o português. Os exemplos a seguir comprovam essas ideias, uma vez que o elemento à esquerda pode ser, além, de substantivo vernáculo, também uma sigla nativa ou mesmo um *splinter* do português: 'educa-*tube'* (página criada em abril de 2009 para indicar vídeos de e para educadores, além de sugerir diversos recursos tecnológicos com fins educacionais), 'MPB-*tube'* (canal de vídeos da rádio MPB FM, Rio de Janeiro, no qual internautas podem publicar e assistir vídeos relativos à música popular brasileira) e 'pago*tube*' (blogue com vários clipes de cantores de samba e pagode).

Nos dias de hoje, são várias as palavras construídas em conformidade com o modelo em (88), que se ajusta ao esquema da sufixação em português, [[X]x Y] y, com -*tube* à direita (o Y maiúsculo da construção), respondendo pela classe do produto (o y minúsculo), sempre um substantivo. Nas formações vernaculares, a parte fixa da construção continua sendo -*tube*, a despeito de termos a forma 'tubo', que, ao contrário do inglês, não se especializou para designar a própria televisão: fazia referência concreta ao dispositivo usado nas antigas TVs com "tubo de

imagem". Apesar de termos X-*tube*, a pronúncia das formas que aparecem nas imagens a seguir – que confirmam a produtividade do esquema em português – é ['tu.bI] (e não ['tʃu:b], como em inglês):

IMAGENS 2: Formações com -tube

De acordo com com Gonçalves; Almeida (2012), a abundância de palavras com *splinters* do inglês formadas em português "decorre, sem dúvida alguma, de um movimento cultural relativamente recente, de caráter mundial, em grande parte motivada pela popularização da internet, e pelos desenvolvimentos científicos e tecnológicos que se tornaram mais conhecidos nas duas últimas décadas". (GONÇALVES; ALMEIDA, 2012, p.113-114). Por isso mesmo, *cyber*- reflete, melhor que qualquer outro *splinter*, a diversidade de significados em jogo nas formas de comunicação proporcionadas pelas novas tecnologias.

5. O esquema e os subesquemas das formações *cyber*-X

Cyber- constitui encurtamento não morfêmico da palavra '*cybernetics*', cuja estrutura interna é *cybern-etics*, cultismo técnico do grego '*kubernetiké*', primeiramente adaptado pelo inglês. '*Cybernetics*' contém a sequência *-etics* – equivalente ao sufixo que, em grego, formava adjetivos e originalmente

significava "pertencente a, da natureza de" – e a base *cubern-*, "dirigir". Em grego clássico, *kubernetiké* passou a designar "timoneiro", ou seja, "condutor que leva o barco ao porto". Para Gonçalves; Almeida (2012), tal forma foi importada pelo latim e passou a nomear o governo dos sistemas físicos automáticos. Com o desenvolvimento da tecnologia, observam os autores, o uso da palavra "estendeu-se às máquinas que efetuam movimentos (...). Por fim, em função da revolução eletrônica, a palavra passou a rotular também as condições elétricas, magnéticas e óticas, bases dos processadores digitais e da cibernética atuais" (GONÇALVES; ALMEIDA, 2012, p. 115). De acordo com a *Wikipedia*,

> A cibernética é o estudo interdisciplinar da estrutura dos sistemas reguladores. A cibernética está estreitamente vinculada à teoria de controle e à teoria geral de sistemas. Tanto nas suas origens como na sua evolução, na segunda metade do século XX, a cibernética é igualmente aplicável aos sistemas físicos e sociais. Os sistemas complexos afetam o seu ambiente externo e logo se adaptam a este. Em termos técnicos, centram-se em funções de controlo e comunicação: ambos fenômenos externos e internos do/ao sistema. Esta capacidade é natural nos organismos vivos e tem sido imitado em máquinas e organizações. Presta-se especial atenção à retroalimentação e aos seus conceitos derivados. (WIKIPEDIA, 2016)[8]

Com a explosão da era eletrônica, o temo passou a ser utilizado também em referência à *Internet* ou à comunicação entre usuários das redes sociais, como o antigo *Orkut*, o *Linkedin* e o popular *Facebook*. Em inglês, o *splinter* '*cyber'* também constitui truncamento, já que pode funcionar como forma livre, equivalendo a um adjetivo (12) ou a um verbo (13), compactando, nesse último caso, o significado de '*cybersex'* ("fazer sexo pela *Internet*"):

(12) Is it cybersecurity or cyber security? (dúvida de um internauta se a palavra se escreve junto ou separado, pois, pela posição, cyber pode ser prefixo ou adjetivo).[9]

(13) Cyber crimes are now investigated by INTERPOL ("crimes cibernéticos são agora investigados pela INTERPOL".[10]

8 Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Cibern%C3%A9tica. Acesso em 20 maio2016.

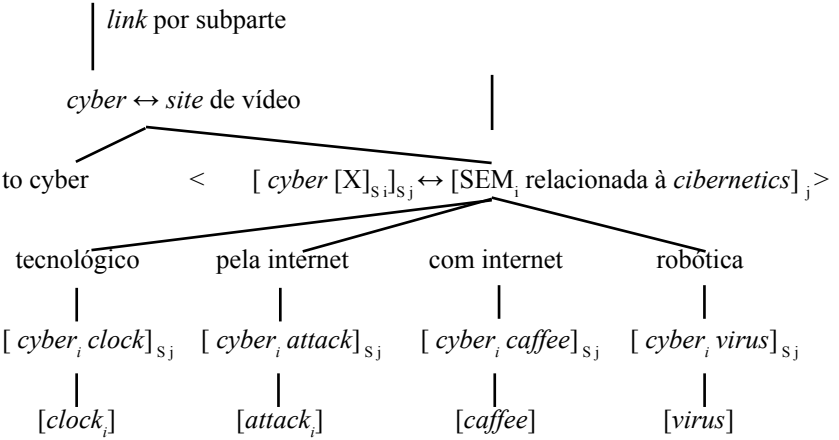
9 Disponível em http://deepakrout.blogspot.com.br/2015/03/developing-common-understanding-of.html. Acesso em 20 maio 2016.

10 Disponível em http://www.interpol.int/Crime-areas/Cybercrime/Cybercrime. Acesso em 20 maio 2016.

(14) Do you wanna cyber with me? ("quer fazer sexo virtual comigo?")[11]

Pela variabilidade de significados da palavra '*cybernetics*', era de se esperar, também, a ampla flexibilidade semântica do *splinter cyber*-. Na representação a seguir, feita com os instrumentos da MC, exibe-se o comportamento dessa partícula e as instanciações derivadas de cada agrupamento semântico:

(15) *cybernetics* ↔ "ciência relacionada à inovações tecnológicas e digitais"



Em português, apesar de existir a palavra 'cibernética' com significados equivalentes aos do inglês, o *splinter* é não pronunciado ['si.bex], mas ['saj.bex], preservando a pronúncia da língua doadora e, na grande maioria das ocorrências, também a grafia com <y>. Mesmo quando escrito '*ciber*-', como em '*ciber*-café' e '*ciber*-cultura', temos ouvido '['sai.bex]café' e '['saj.bex]cultura', o que mostra a falta de nativização da partícula importada. Assim como em X-*tube*, várias formas com *cyber*- são encontradas em português em sua forma original, muitas em decorrência de o elemento em segunda posição também ser um empréstimo não nativizado, como em (15). A maioria, no entanto, constitui decalque, estratégia, para Pisani (1967, 79), "especialmente usada quando se devem criar palavras para exprimir um conceito novo chegado do exterior, e não se quer adotar a palavra estrangeira" (PISANI, 1967, p.79), a exemplo das listadas em (16):

(16) *cyber-bullying* ("assédio pela *Internet*")
cyber-punk ("*punk* com roupas tecnológicas")
cyber-affair ("*site* de relacionamentos amorosos")
cyber-funk ("música *funk* com toques eletrônicos")

11 Disponível em http://forum.roblox.com/Forum/ShowPost.aspx?PostID=41922261. Acesso em 20 maio de 2016.

(17) *cyber*-cozinha ("*site* dedicado à troca de informações sobre receitas culinárias")

cyber-espaço ("espaço virtual; termo criado pelo ficcionista William Gibson")

cyber-café ("cafeteria que oferece aos usuários acesso à *Internet*")

cyber-cidades ("espaços/grupos de interação entre usuários da rede")

Em relação ao emprego de *cyber*- em português, dois aspectos logo se destacam: (a) a ampla oscilação ortográfica e (b) as nuances de significado com bases nativas, nas construções efetivamente híbridas, sem respaldo em inglês. Quanto ao primeiro aspecto, talvez por conta do forte sentimento do empréstimo, em decorrência da pronúncia, há registro de formas escritas aglutinadas ou soltas ('*cyber*loja*'* ~ '*cyber* loja'), com ou sem hífen (*cyber*ataque ~ *cyber*-ataque), com <i> ou <y> ('*cyber*-café' ~ 'ciber-café'), com aspas ou outro recurso gráfico que sinalize uma espécie de "autorização" para o uso da forma ("cyber" filho, '**cyber** jogador'). Essa variabilidade gráfica sinaliza o baixo grau de nativização da partícula, a despeito de o português apresentar a palavra 'cibernética', escrita aglutinada e com o <i> representando a vogal [i]. No português europeu, é mais comum a escrita aglutinada e sem hífen do constituinte, embora ainda não tenhamos evidência de sua pronúncia. Por conta da realização com o ditongo [aj], no português brasileiro, vamos representar o *splinter* sempre com <y>, ainda que eventualmente ocorra a grafia com <i>.

Em relação ao segundo aspecto, tomemos a relação em (18) para refletir sobre o uso e o significado de cada formação propriamente vernácula:

(18) *cyber*-condria ("doença provocada pelo uso excessivo do computador")

cyber-avó ("avó alinhada ao uso de equipamentos eletrônicos")

cyber-inseto ("robô inseto")

cyber-babá ("equipamento de monitoramento de bebês")

cyber-bar ("bar com rede *wi-fi* grátis")

No primeiro caso, *cyber*- refere-se à causa da patologia no indivíduo (o uso excessivo do computador, quase um vício ou uma droga); no segundo, ao amplo acesso às tecnologias de ponta, como *smartphones*, *i-pods*, *tablets* ou, mesmo, à rede mundial de computadores; no terceiro, a um robô; no quarto, a uma avó moderna, "antenada" com as novas tecnologias Por fim, o último exemplo evoca o uso da *Internet* no local especificado pela base. As imagens a seguir ilustram esses novos usos de *cyber*-:

IMAGENS 3: Formações nativas *cyber-X*

Se as imagens em 7 surpreendem pelas possibilidades de referenciação através de *cyber-* é porque, nos termos de Soares da Silva (2006), devemos "procurar o significado esquemático de um item, mesmo que ele não exista" (SOARES DA SILA, 2006, p.69): as formações *cyber*-X, embora sejam semanticamente diversas, podem ser genericamente referenciadas, na esteira de Booij (2010), como relacionadas à tecnologia de ponta, seja essa tecnologia relacionada à área da robótica, da computação ou da informação digital. Do ponto de vista formal, as construções *cyber*-X associam-se ao padrão de prefixação em português, já *cyber-*, ao contrário do inglês, é uma forma presa de categoria neutra, pois o elemento à direita constitui cabeça lexical por responder pela classe e pelo gênero do produto, além de ser, também o núcleo semântico. O esquema a seguir generaliza esses fatos:

(19) *cyber-* ⟷ $[X[Y]_y]_y$

$< [cyber\ [Y]_{Si}]_{Sj} \leftrightarrow [\ SEM_i$ relacionada à tecnologia$]_{Sj} >$

cyber-índio *cyber*-camelô *cyber*-cola

Assim, *cyber*-, oriundo do encurtamento da palavra inglesa '*cybernetics'*, passa para o português preservando a pronúncia originária e herda o conteúdo de 'cibernética', ciência que, em linhas gerais, regula o controle automático e a interação homem-máquina. Ajusta-se ao esquema básico da prefixação, $[X[Y]_y]_y$, instanciando o padrão $[cyber\ [Y]_{Si}]_{Sj}$. '*Cyber*-índio' ("índio que domina as tecnologias digitais"), '*cyber*-camelô' ("camelô que vende produtos eletrônicos" ou "camelô que permite o pagamento com cartão de crédito") e '*cyber*-cola' ("consulta indevida feita pela *Internet*, em provas ou trabalhos), entre outras, são instanciações individuais desse esquema e, por isso mesmo, herdam propriedades desse nó.

6. As formações X-*pedia* em português

Mesmo já fazendo parte das duas línguas, inglês e português, desde o século XVI, por conta do empréstimo direto do grego 'enciclopédia' ('*encyclopedia'*), o radical neoclássico *-pedia* (ing.) / *-pédia* (port.)[12] só passou a formar novas palavras a partir de 2001, com o surgimento da *Wikipedia*/Wikipédia, conhecida como a "enciclopédia livre", *site* colaborativo que reúne mais de 700.000 verbetes criados e atualizados pelos usuários. A forma '*wikpedia'* contitui produto do cruzamento vocabular de *wiki*- (partícula originária do havaiano que significa, na linguagem da informática, "extremamente rápido e colaborativo") com '*encyclopedia*'. Com isso, *-pedia* (['pi:.ɹiɐ]) assume, em inglês, o significado de "enciclopédia" e passa a nomear qualquer página que aborde, além da palavra, o próprio conceito, o tema ou a disciplina, tratando-os com profundidade, a fim de transmitir o conhecimento acumulado sobre o assunto evocado pela forma à esquerda com que se combina:

(20) *soap-pedia* – "enciclopédia eletrônica sobre sabonetes"
chemistry-pedia – "enciclopédia sobre química"
Rihanna-pedia – "canal de informações sobre a cantora Rihanna"

12 A palavra 'enciclopédia' provém do grego clássico *'enkyklios paideia'*, "educação circular", isto é, "conhecimento geral". A forma 'paideia' foi trazida para as línguas modernas, preservando o significado de "educação", na forma de *ped*-, elemento que pode ocorrer na primeira ('pedagogia') ou na segunda posição ('enciclopédia').

Em português, a nativização do *splinter* é total, a ponto de o falante sequer perceber estar diante de um elemento originalmente trazido do inglês, por força da *Wikipedia*. A relevância das informações veiculadas por essa ferramenta foi tão grande que logo seus conteúdos foram traduzidos para várias línguas, inclusive o português. Desse modo, criamos a Wikipédia, com acento na vogal média aberta [ɛ], numa clara alusão a 'enciclopédia', palavra que circula em nossa língua há muito tempo.

IMAGEM 4: Logo da Wikipédia (Brasil)

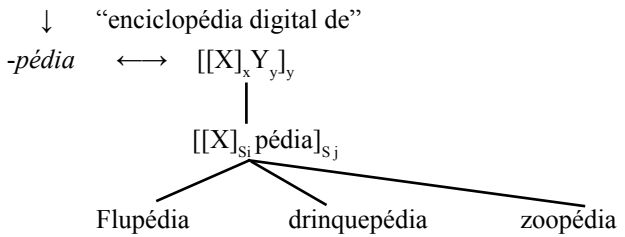
Como *splinter*, *-pédia* apresenta muito mais possibilidades de combinação que qualquer elemento neoclássico. Como se vê nos dados abaixo, aparecem, na primeira posição, (a) palavras, (b) siglas, (c) *splinters*, (d) prefixos, (e) truncamentos, (f) elementos neoclássicos e (g) antropônimos:

(21) a. bíblia pédia, Malucopédia, dinque-pédia
b. CSA pédia, MPBpédia
c. infopédia
d. micropédia, macropédia
e. Flapédia, Flupédia, dinopédia
f. zoopédia
g. Potterpédia

Os dados em (21) mostram que as formas X-*pédia* não oferecem dificuldades de interpretação, dada a especialização do constituinte, que sempre evoca o domínio-matriz da informação: *-pédia* pode ser parafraseado como "coletânea digital de informações sobre". Por se fixar na borda direita das novas construções, enquadra-se no esquema de sufixação em português, apesar de não funcionar como sufixo

prototípico, por combinar-se com uma grande variedade de tipos morfológicos (e não com radicais, como os sufixos mais canônicos). O esquema em (22), a seguir, formaliza o comportamento de *-pédia*. Observe que não deixamos sem etiqueta lexical a informação do *input*, uma vez que todos os tipos morfológicos envolvidos em (96) podem ser considerados nominais:

(22) *wikipédia*



7. Palavras Finais

Pelo que se expôs ao longo do capítulo, procuramos mostrar que o português não importa, do inglês, apenas palavras prontas; também pode fazer uso produtivo e criativo de inúmeras partículas hoje em circulação na língua doadora, por força da rápida disseminação de palavras e ideias, em decorrência da revolução tecnológica e digital. Não surpreende, portanto, que a grande maioria dos *splinters* importados esteja relacionada à informática, à computação ou à interação virtual. Nesse particular, as três partículas aqui analisadas evocam o domínio-matriz da informação e focalizam diferentes aspectos dos conteúdos disponibilizados pela rede mundial de computadores: a circulação de vídeos (*-tube*), a busca pelo conhecimento rápido de algum assunto (*-pédia*) ou qualquer aspecto mais geral envolvendo as tecnologias de ponta (*cyber-*).

Numa escala de nativização, *-pédia* apresenta, mais do qualquer outro *splinter* do inglês trazido para o português (cf. quadro 4), maior "sentimento de vernaculidade": por conta da existência de 'enciclopédia', nem de longe lembra o correspondente *-pedia*, sem acento gráfico e pronunciado ['pi:.ɹiɐ]. Nessa escala, *-tube* figuraria numa posição intermediária, pois é pronunciado em conformidade com o português, mas mantém a vogal final *-e*, por evocação à fonte, '*You tube*', a despeito de termos 'tubo'. No fim da escala, está *cyber-*, a forma menos nativizada, em função da grafia e da pronúncia originais (a escrita com <y> e a produção do ditongo [aj]).

Embora não sejam propriamente vernaculares, tais partículas acabam se

ajustando aos esquemas básicos de formação de palavras da língua e podem ser formalizadas como qualquer outra unidade morfológica, pois constituem a parte fixa de construções lexicais. Em todos os casos, tem-se uma herança por subparte, pois o *splinter* é metonímia formal da palavra-base de que se desprendeu, ou seja, a parte (o fragmento lexical) vale pelo todo (a palavra-fonte).

A constructional analysis of non native splinters in use in Portuguese of Brazil

Abstract

Based on the constructional morphology, model developed by Booij (2005, 2007, 2010) for the treatment of morphology in construction grammar paradigm (GOLDBERG , 1995), in this article we intend to list the particles of English recently used in morphological structures of Brazilian Portuguese (BP) and describe the formal and semantic features of complex hybrid forms (with a vernacular part and other borrowed). Also, we try to reflect how the new morphological units are integrated in the language, showing that such units conform to the basic schemes of word formation of the BP. Finally, we intend to represent the schemes and subschemas that involved the so-called non native splinters focusing , therefore, the constructions X-*tube*, *cyber*-X and X-*pedia*.

Keywords: Morphology. Word formation. Construction grammar. Splinter

Referências

ADAMS, Valerie. **An introduction to modern English word formation.** London: Longman, 1973.

ANDRADE, K. E. **Proposta de continuum composição-derivação para o português do Brasil.** Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

ASSUMPÇÃO Jr., A. P. de. **Dinâmica léxica portuguesa.** Rio de Janeiro: Presença, 1986.

BASÍLIO, M. O princípio da analogia na constituição do léxico: regras são clichês lexicais. **Veredas** (UFJF), Juiz de Fora, v. 1, p. 9-21, 1997.

BAUER, L. **Glossary of morphology.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.

BAUER, L. The Borderline between Derivation and Compounding. In: W. Dressler et al. (eds.). **Morphology and its Demarcations.** Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, pp. 97-108.

BOOIJ, G. Compounding and Derivation. Evidence for Construction Morphology. In: W. Dressler et al. (eds.). **Morphology and its Demarcations.** Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, pp. 109-131.

BOOIJ, G. Construction morphology and the lexicon. In: Montermini, F.; Boyé, G.; Harbout, N. (eds.). **Selected proceedings of the 5th Décembrettes Morphology in Toulouse**. Somerville MA.: Cascadilla Press, 2007, pp. 34-44.

BOOIJ, G. **Construction morphology.** Oxford: Oxford University Press, 2010.

CORBIN, D. French (Indo-European: Romance). In: G. Booij, C. Lehmann; J. Mugdan (eds.). **Encyclopédie Internationale de Morphologie,** Article 121, Berlin, Walter de Gruyer, 2000.

CORREIA, M. Criatividade e Inovação Terminológica – Novos Desafios. Comunicação Inédita apresentada ao Colóquio Internacional **A Neologia Científica:** balanço e perspectivas. Roma: Organização da União Européia, 2003.

GONÇALVES, C. A. **Atuais Tendências em Formação de Palavras**. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, C. A. V. Composição e derivação: polos prototípicos de um continuum? Pequeno estudo de casos. **Domínios de Lingu@gem**, 5, p. 62-89, nov. 2011a.

GONÇALVES, Compostos Neoclássicos: Estrutura e Formação. *REVEL – Revista* **Virtual de Estudos da Linguagem**, Porto Alegre, 9 (especial), p. 5-37, 2011b.

GONÇALVES, C. A. V.; ALMEIDA, M. L. L. Morfologia construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. **Alfa** (ILCSE/ UNESP), v. 58, n. 1, p. 165-193, 2014.

GONÇALVES, C. A.; ALMEIDA, M. L. L. Por uma Cibermofologia: Abordagem Morfossemântica dos Xenoconstituintes em Português. *In* MOLLICA, M. C.; GONZALEZ, M. (orgs.). **Linguística e Ciência da Informação: Diálogos Possíveis**. Curitiba: Appris, 2012, pp. 105-127.

GONÇALVES, C. A.; ANDRADE, K. E.; ALMEIDA, M. L. L. Se a macumba é para o bem, então é boacumba: análise morfoprosódica e semântico-cognitiva da substituição sublexical em português. **Linguística** (Rio de Janeiro), v. 6, p. 64-82, 2010.

GOLDBERG, A. **Constructions:** a construction grammar approach to argument structure. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1995.

KATAMBA, F. **Morphology.** New York: Saint Martin Press, 1990.

KEMMER, S. Schemas and Lexical Blends. In: Cuickens, H. et al. (eds). **Motivation in Language.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1996, pp. 234-249.

PERINI-SANTOS, P.; MELO, H. Inovações na Morfologia do Português Brasileiro: tendências para a ampliação do léxico por gramaticalização, lexicalização, analogia. **Domínios de Lingu@gem.** Uberlândia, v. 5, n. 2, 2011, p. 7-29.

PISANI, V. **Linguistica generale e indeuropea.** Torino: Rosemberg; Sellier, 1967.

SCALISE, S. *et alii*. Exocentricidade na composição. **Gengo Kenkyu 135**, p. 49-84, 2009.

SOARES da SILVA, A. **O mundo dos Sentidos** — Polissemia, semântica e cognição. Coimbra: Almeida, 2006.

Submetido: 23/05/2016
Aceite: 05/08/2016

As “ianes” do porão: análise morfo-pragmática das atuais construções X-iane

Katia Emmerick Andrade*
Roberto Botelho Rondinini**

Resumo

Este artigo trata de aspectos relacionados à constituição de novas formações do tipo X-iane no português do Brasil, como ocorre em “falsiane”, “gordiane” e “sinceriane”, de uso recorrente, na atualidade, principalmente, em situações comunicativas informais e em gêneros textuais típicos do ambiente eletrônico. Tais palavras apresentam marcante característica predicativa, podendo ser parafraseadas como “pessoa que é X”. Em virtude das particularidades identificadas nessas construções, fundamentamos, prioritariamente, sua descrição por meio de abordagens teóricas relativas: (a) ao processo de Cruzamento Vocabular (GONÇALVES, 2006; ANDRADE, 2013); (b) ao conceito de *splinter* (ADAMS, 1973; DANKS, 2003; BAUER, 2005) e (c) à definição de sufixo (BASILIO, 1987; GONÇALVES & ANDRADE, 2012) para, em seguida, propormos uma formalização do fenômeno nos moldes da Morfologia Construcional (BOOIJ, 2007, 2010), modelo que permite uma análise unificada da formação de palavras complexas, compostas ou derivadas, por meio do estabelecimento de esquemas construcionais, a partir dos quais é possível delimitar a estrutura de palavras já existentes e o modo como novas palavras podem ser formadas.

Palavras-chave: Cruzamento Vocabular. *Splinter*. Derivação. Sufixo Avaliativo. Esquema Construcional.

Introdução

Este artigo propõe-se a discutir o estatuto da sequência fonológica -iane, presente em construções do tipo “chatiane”, “escrotiane”, “falsiane”, “gordiane”, “sinceriane”, dentre várias outras, as quais, a princípio, eram restritas ao universo *gay*, mas, hoje, vêm sendo utilizadas, frequente e indiscriminadamente, entre os jovens, sobretudo, nas interações comunicativas das redes sociais.

* Professora Adjunta do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).
** Professor Adjunto do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Ao longo do texto, destacamos as características do formativo -iane, a fim de verificar se as novas formações X-iane, de caráter essencialmente predicativo, em geral, com valor de depreciação, (a) são resultantes de cruzamentos vocabulares de nomes próprios terminados em -iane, recorrentes entre nós, a exemplo de "Adriane", "Cristiane", "Fabiane", "Juliane", "Ticiane" etc. (representados aqui por N-iane) com um adjetivo avaliativo, como ocorre em "falsiane" ("falsa" + N-iane), "intrometiane" ("intrometida" + N-iane), "babaquiane" ("babaca" + N-iane); ou (b) são geradas por sufixação, visto que, em decorrência do uso frequente de construções desse tipo, a sequência fonológica -iane, com o conteúdo semântico de "pessoa que é", estaria passando a comportar-se como um sufixo.

Levando-se em conta que a literatura não faz menção a essas novas palavras, temos o propósito de (a) realizar uma análise detalhada do formativo em questão e, consequentemente, abordar os processos morfológicos que podem estar envolvidos na constituição das formas X-iane; (b) propor a formalização desses itens lexicais, com base em um modelo teórico que venha possibilitar uma descrição adequada, seja qual for o processo subjacente em sua formação.

O trabalho encontra-se dividido em seis seções. A primeira destina-se à apresentação dos dados, em que se averigua o contexto em que estão inseridos, bem como a maneira informal com a qual essas formações são empregadas nas variadas situações discursivas. Para respaldar a nossa pressuposição de que o fragmento -iane possui propriedades morfológicas quer como um *splinter,* quer como um afixo sufixal, na segunda seção, faz-se uma breve abordagem acerca dos *splinters*, ou seja, recortes de palavras permanentes em uma série vocabular advinda de cruzamentos; e, na terceira, apresentam-se as características gerais dos sufixos. Como nosso intuito é observar as motivações das formações X-iane, na quarta seção, descreve-se sucintamente o modelo que fundamenta a análise - a Morfologia Construcional (BOOIJ, 2007; 2010). Nessa perspectiva teórica, uma construção é vista como esquemas generalizados (esqueletos formais desprovidos de informação proposicional), que são preenchidos mediante o conhecimento lexical do falante com unidades existentes na língua, interrelacionadas formal, sintática e semanticamente; portanto, um modelo capaz de licenciar o surgimento de palavras nos moldes X-iane. Na quinta seção, aplica-se o modelo nos dados colhidos, já que o aporte teórico utilizado possibilita a criação de padrões construcionais que, por sua vez, colaborariam para a constatação do surgimento de um novo sufixo produtivo, formalmente expresso como -iane. À sexta e última seção, reservam-se as considerações finais, em que se retomam os fatos mais relevantes apontados ao longo do texto.

1. Apresentação dos dados

O *corpus* analisado engloba palavras recolhidas de *sites* de redes sociais (*facebook, blogs, instagram*) e de diversas situações comunicativas, como programas de rádio e televisão, conversas espontâneas, revistas voltadas ao público jovem, a fim de verificar o maior número possível de novas formações. Não houve seleção de falantes nem aplicação de testes ou questionários para a coleta dos dados de fala. Tal recolha foi realizada ao longo da pesquisa, conforme verificávamos as ocorrências, seja através dos meios de comunicação, seja através de diálogos do cotidiano. Após esse levantamento, as palavras foram divididas de acordo com a acepção da palavra-matriz e, posteriormente, identificou-se a constituição do vocábulo em termos da natureza categorial das bases e de seus produtos.

Cabe destacar que consideramos, na presente análise, apenas as formações com a sequência -iane utilizadas, especificamente, nos contextos e significação já delimitados. Desse modo, antropônimos, tais como "Chatiane", "Cabriane" e "Judiane", dentre outros possíveis, somente foram incluídos no *corpus* quando identificados exemplos que veiculassem a noção de "pessoa que é X", em contextos comunicativos informais. Além disso, a forma livre "Iane", antropônimo cujo significado e origem já foram objeto de debates em ambiente eletrônico (ver http://orkut.google.com/c3375120-t295011459a6c0986.html), igualmente não pertence ao escopo da pesquisa. Em outras palavras, a sequência -iane ora observada não representa o nome próprio de livre curso na língua, mas tão somente aquela utilizada na formação contemporânea de novos termos vernaculares X-iane com a mencionada acepção. Ressaltamos, ainda, que termos já cunhados, homônimos das novas formações, não se mostram pertinentes a esta análise de caráter eminentemente sincrônico e, desse modo, estudos etimológicos correlatos, também, não foram contemplados.

Como já dito, nossa primeira hipótese é a de que -iane tenha surgido de cruzamentos vocabulares, ou melhor, da fusão de duas palavras existentes na língua, mais especificamente, da mescla de itens lexicais predicativos com nomes próprios formados com -iane: "Josiane", "Liliane", "Mariane", "Poliane", "Viviane", dentre tantos outros. Note-se que tais antropônimos, além de terem uso habitual, não se confundem com possíveis novas formações e representam, de fato, uma das bases para a constituição dos cruzamentos. Cumpre reiterar que não

intencionamos realizar um estudo diacrônico dos termos, mas apenas evidenciar o seu uso frequente ao longo do tempo. Para tal, reproduzimos algumas informações, extraídas do *Wikipedia*, que ilustram essa recorrência do nome "Ane", variante de "Ana", em nossa sociedade.

O antropônimo "Ana", oriundo do hebraico *Hannah*, e mais tarde do latim *Anna*, que significa "graciosa, cheia de graça", foi um nome muito popular durante o Império Bizantino e, na Idade Média, tornou-se também muito comum entre os cristãos ocidentais em homenagem à Santa Ana, que apesar de não haver nenhuma confirmação, é considerada a mãe da Virgem Maria. O nome "*Anne*" surgiu pela primeira vez na Inglaterra, no começo do século XIII, mas tornou-se popular apenas no início do século XVII, quando os ingleses o confundiram erroneamente como uma variante de *Agnes*.

"Ana", e sua variante "Ane", é provavelmente um dos nomes femininos mais difundidos em todo o Ocidente, quer na sua forma monomorfêmica, quer aglutinado a outros nomes, a exemplo do que ocorre no português do Brasil com "Adriana(e)", "Mariana(e)", "Juliana(e)", "Luciana(e)", "Tarciana(e)", dentre inúmeros outros.

1.1. Distribuição dos dados

Foram encontradas 92 palavras atípicas com a sequência -iane que circulam reiteradamente na língua. De um modo geral, trata-se de construções que têm por base nomes com função adjetiva (substantivos e adjetivos), como se pode observar no *corpus*, ilustrado no quadro abaixo, em (01), em que as formas investigadas estão distribuídas de acordo com a categoria lexical da palavra-fonte.

A interpretação desses itens lexicais passa pelo grau de previsibilidade do significado das palavras tomadas como base (LANGACKER, 1987), o que implica significados mais transparentes e outros mais opacos, mais dependentes do contexto. Contudo, tanto nos vocábulos mais transparentes, quanto nos mais opacos, observa-se, a partir das paráfrases construídas para definir cada palavra, uma relação sintática de subordinação, em que -iane é o núcleo, o determinado, do significado do primeiro elemento, o determinante, evidenciando um processo de predicação morfológica, nos moldes de uma típica derivação sufixal.

QUADRO 1: (01) Quadro das formações em -iane

A		B	C
Amiguiane	Invejosiane	Baleiane	Abusadiane
Ansiosiane	Lentiane	Bolsiane	Arrombadiane
Babaquiane	Lerdiane	Bundiane	Biscatiane
Bestiane	Louquiane	Bucetiane	Craquiane
Chatiane	Magriane	Burriane	Conversiane
Ciniquiane	Maldosiane	Cabriane	Droguiane
Cretiniane	Maluquiane	Caralhiane	Esqueciane
Crentiane	Metidiane	Cachorriane	Faveliane
Doidiane	Obesiane	Capetiane	Fedidiane
Duriane	Otariane	Capivariane	Fuderiane
Educadiane	Parceiriane	Cobriane	Funkiane
Escraviane	Perigosiane	Diabiane	Iludiane
Escrotiane	Pobriane	Galiane	Intrometiane
Estressadiane	Podriane	Palitiane	Lacradiane
Estudiosiane	Putiane	Piraiane	Lasquiane
Falsiane	Ridiculiane	Piroquiane	Namoriane
Fofiane	Safadiane	Sexiane	Perguntiane
Fresquiane	Sinceriane	Quenguiane	Preguiciane
Gordiane	Sonsiane	Tartaruguiane	Recalquiane
Gostosiane	Traidoriane	Trairiane	Respondiane
Grossiane	Trouxiane	Vaquiane	Sofriane
Hipocriane	Vadiane	Viboriane	Verdaderiane
Ingratiane	Vagabundiane	Zebriane	Viciadiane
Inimiguiane			

Os dados, em (01), distribuem-se em três colunas: A, B, C. Na coluna A, estão elencadas as formações mais transparentes, construídas a partir de uma base facilmente reconhecida como um adjetivo, por ser de uso frequente. Em B, encontram-se aquelas em que a partícula -iane se conecta a bases substantivas, mas que exercem função adjetiva, motivadas por metonímia (p. ex. "bolsa" > "bolsiane" = "que roda bolsinha, prostituta"; "sexo" > "sexiane" = "que é viciada em sexo"), ou por metáfora (p. ex. "galinha" > "galiane" = "que é galinha", no sentido pejorativo do termo). Em C, listam-se as formações que podem suscitar dúvidas de interpretação, pois estão bem mais sujeitas à paráfrase "pessoa que é

X" para a definição da palavra-matriz, que pode um ser adjetivo participial, isto é, uma forma nominalizada de verbos do particípio passado (p. ex. "esquecer" > "esquecida" > "esqueciane"), um adjetivo deverbal (p. ex. "sofrer" > "sofredora" > "sofriane"), ou um adjetivo denominal (p. ex. "funk" > "funkeira" > "funkiane").

A partir dos dados relacionados em (01), constata-se que a partícula -iane se agrega prioritariamente a bases predicativas para formar um adjetivo avaliativo, ao atribuir uma dada propriedade ou qualidade à entidade designada, denotando, sobretudo, depreciação. A adição dessa partícula a nomes adjetivados conduz à supracategorização (cf. BOOIJ, 2005, p. 273), uma vez que as novas formações pertencem à mesma categoria lexical da base; configurando, portanto, uma adição pleonástica, estritamente supérflua, em termos morfológicos.

Contudo, semanticamente, o formativo amplia o significado da palavra-fonte, pois focaliza uma característica psicológica (ou mais raramente, física) de alguém que se destaca por essa característica habitual, diferentemente da forma adjetival simples, que indica tão somente uma propriedade, sem restringir o referente. Em outras palavras, com o uso das formações X-iane, o foco aponta para o referente, que se constrói dinamicamente na atividade de interação comunicativa, ao qual se atribui a característica veiculada pela base, adicionando-lhe informações semânticas; no caso, propriedades de aspecto iterativo, em geral indesejáveis, de alguém conhecido pelos interlocutores, sobre quem o locutor exprime um juízo de valor negativo, raras vezes, positivo.

Em (02), abaixo, pode-se observar o efeito de sentido desencadeado pelas formas X-iane e a estreita relação que essas construções estabelecem com o discurso, por exercer, sobretudo, função pragmática, visto não somente contribuir para o aumento do grau de informatividade, como também deixar claro o julgamento do falante perante o que diz.

(02) "Todo mundo conhece uma **falsiane** – aquela amiga que parece suuuperlegal, mas na verdade age com a maior falsidade pelas costas[1]."

Devido à inviabilidade de elencar o conjunto de fontes utilizado no levantamento dos dados e os contextos em que foram coletados, optamos por destacar, a seguir, em (03), alguns exemplos pertencentes a cada um dos grupos analisados.

1 Disponível em <http://todateen.com.br/papo-bff/os-melhores-memes-sobre-falsiane/>. Acesso em 09 jul. 2016.

(03) a. "Um bande (sic) de **invejosiane** so (sic) mais a Ana Paula olha ela[2]".

b. "A Juliane é muito **lentiane** meu Deus...Ainda não percebeu que o boy tá dando em cima dela..ow menina devagar".[3]

c. "Se você tem um (sic) amiga **Conversiane** fuja agora. Além de ficar falando pelos quatro cantos vai espalhar por aí todos os seus projetos secretos, e nenhum deles vai acabar vingando de tanto recalque"[4].

d. "Está aberta a temporada das falsidades! Este é o momento especial em que as "falsianes" e "**vaquianes**" passam o óleo de peroba na cara e saem desejando felicidades a todo mundo."[5]

e. "Aí também tem aquelas **funkianes** que querem dar uma de emo. (Emo fake já basta eu,"[6]

f. "Sai pra lá sua **INTROMETIANE** não pedi sua opinião. #Ridicúla (sic)"[7]

Na seção a seguir**,** investigamos o estatuto morfológico da sequência -iane, e, como pressupomos que esse formativo advém do processo de cruzamento vocabular, tido muitas vezes como marginal na formação de palavras, abrimos a seção com uma brevíssima introdução dessa criativa operação morfológica.

2. Estatuto morfológico da sequência -iane

2.1 Cruzamento Vocabular

Consideramos cruzamento vocabular (doravante CV) como o resultado de uma operação não concatenativa, em que duas palavras de livre curso na língua se fundem para formar uma terceira, que, ao mesmo tempo, retoma o conteúdo semântico das bases e gera um novo significado, a exemplo de "macarronese" (fusão de "macarrão" com "maionese") e "namorido" (fusão de "namorado" com "marido"). Dessa perspectiva, em um primeiro momento, as construções X-iane podem ser oriundas de CV, visto nada impedir que "falsiane", por

2 Disponível em <http://www.cloud765.info/2016/02/ana-paula-vira-meme-na-internet-olha.html>. Acesso em 09 jul. 2016.

3 Disponível em <http://www.qualeagiria.com.br/giria/lentiane/>. Acesso em 09 jul. 2016.

4 Disponível em <http://getthelook.com.br/2015/11/26/chora-falsiane/>. Acesso em 09 jul. 2016.

5 Disponível em <http://garotasde91.com.br/tag/vaquiane/>. Acesso em 09 jul. 2016.

6 Disponível em <https://www.wattpad.com/165394890-a-vida-de-uma-adolescente-retardada-n%C3%A3osouobrigada>. Acesso em 09 jul.2016.

7 Disponível em <https://twitter.com/escrotild>. Acesso em 09 de jul.2016.

exemplo, tenha sido formada pelo cruzamento de "falsa" com N-iane, em que N-iane representa a expressão formal de antropônimos femininos comumente usados em nossa sociedade: "Cristiane", "Lidiane", "Tatiane", "Viviane", *etc*.

Após análise exaustiva de vários tipos de CV (cf. GONÇALVES, 2006; ANDRADE, 2013), verificou-se a regularidade de uma parte não morfêmica em novas formações, que adquire algum estatuto morfológico pela frequência de uso, refletindo o que Adams (1973), Danks (2003) e Bauer (2005), dentre outros autores, denominam de *splinter*, razão pela qual defendemos que a sequência fonológica -iane pode e deve ser tratada como um *splinter*, assunto que será abordado a seguir com mais vagar.

2.2. *Splinters*

Os *splinters* são reconhecidos como fragmentos de uma palavra formada por CV que permanecem em novos CVs. Tais fragmentos caracterizam-se (a) semanticamente, pela vinculação a palavras, isto é, por evocação às formas de origem; (b) fonologicamente, pelo rastreamento do pé métrico nuclear da palavra-alvo, que, uma vez isolado, não se revela uma sequência fonológica com significado; caso contrário, o pé selecionado será o secundário; e (c) estruturalmente, por não constituírem um morfema especificado, dando mostras da interação inevitável entre os níveis gramaticais. Desse modo, sequências iniciais ou finais recorrentes nos CVs são reconhecidas como *splinters*. A título de exemplo, temos o CV "sorvetone", formado pela mescla das bases "sorvete" e "panetone", para denominar "panetone de sorvete". O pé nuclear "tone", perceptível nessa formação, embora não corresponda a nenhum constituinte morfêmico em "panetone", reaparece em uma série de CVs que se baseia nessa mesma palavra, a exemplo de "frutatone", "chocotone", "trufatone", "gelotone", entre outros.

A análise detalhada dos dados coletados levou-nos a identificar a forma "falsiane" ("falsa" + N-iane) como o CV motivador de uma série de palavras; visto que, por analogia, deu origem a inúmeros outros CVs, nos quais a sequência -iane é recorrente, comportando-se como um *splinter*. Ademais, os CVs são altamente dependentes do contexto para que seus significados sejam, de fato, depreendidos, e isso não é diferente com as novas construções X-iane.

Os *splinters,* portanto, são fragmentos de uma palavra que permanecem em novas formações. Eles podem ser iniciais, como, por exemplo, caipi- (de

"caipirinha" > "caipifruta", "caipivodka", "caipilé", "caipilima") e fran- (de "frango" > "frambúrguer", "franfilé", "franlitos") ou finais, -nejo(a) (de "sertanejo" > "pagonejo", "sextaneja", "eletroneja") e -lé (de "picolé" > "sacolé", "sucolé", "caipilé"). Desse modo, as sequências finais e iniciais recorrentes nos CVs são reconhecidas como *splinters*.

Bauer (2005) conceitua *splinter* como

> um fragmento de uma palavra usado repetidamente na formação de novas palavras. *Splinters* surgem do processo de cruzamento vocabular [...]. Assim, *-nomics* em *Thatchernomics* é um *splinter*, recorrente em *Reaganomics, Rogernomics, Nixonomics*, etc. *Splinters* podem ter qualquer um destes três destinos possíveis. Podem desaparecer. Suspeito que isso foi o que aconteceu com *-teria* (um fragmento de *cafeteria* que teve um breve florescimento em palavras como *washeteria* mas agora parece ter-se tornado indisponível). **Podem tornar-se afixos produtivos**. Isso parece ser o que aconteceu com *-nomics*, referido acima, embora seja de produtividade muito baixa. E ainda eles podem tornar-se palavras independentes. Isso foi o que aconteceu a *burger*, originalmente uma reanálise de *hamburger*, que aparece em *beefburger* e *cheeseburger*. (BAUER, 2005, p. 104-105, tradução e grifo nossos).

Adams (1973) também utiliza o termo *splinters* para rotular os fragmentos de palavras remanescentes nos CVs e os descreve da seguinte forma:

> Normalmente os *splinters* são formas irregulares, isto é, são partes de morfemas, e, embora, em alguns casos, não se observe nenhuma irregularidade formal, há uma relação especial de significado entre os *splinters* e algumas palavras "regulares" em que ocorrem. (ADAMS, 1973, p. 142, grifo do autor, tradução nossa).

A definição de Adams é valiosa no que se refere à relação entre um *splinter* e sua palavra de origem. No entanto, assim como Bauer (2005), Adams não aborda o modo como uma palavra é reduzida a *splinter* ou como se deve diferenciar um *splinter* de outras formas estruturais, tais como palavras truncadas e afixos.

Do ponto de vista formal, os *splinters* no interior dos CVs assemelham-se a palavras truncadas[8], uma vez que estas são versões encurtadas de formas livres, a exemplo de "biju" (de "bijuteria") e "cerva" (de "cerveja"), e, igualmente, aqueles também são recortes de palavras autônomas.

8 Construções morfológicas resultantes do processo de truncamento vocabular (do ing. *clipping*).

Parte da confusão em torno da distinção entre formas truncadas e *splinters* pode ter origem no fato de os linguistas costumarem usar os termos como sinônimos (ALGEO, 1977, p. 50; BAUER, 1998, p. 408). Isso porque ambos os elementos são gerados a partir de um mecanismo, "...pelo qual um lexema (simples ou complexo) é encurtado, mantendo o mesmo significado e permanecendo na mesma classe gramatical". (BAUER, 1983, p. 233, tradução nossa).

Contudo, *splinters* precisam combinar-se com um outro elemento a fim de formar uma palavra, já as formas truncadas resultam de um processo "...em que uma palavra é criada pela extração de uma porção arbitrária de uma palavra mais longa e preservação do seu significado [...]. Note-se, a propósito, que tais formações são verdadeiras palavras e *não* 'abreviações'". (TRASK, 1994, p. 21-22, grifos do autor, tradução nossa).

O ponto a ser destacado nessa definição é que o produto final do processo de truncamento vocabular é "uma palavra", e essa parece ser a diferença crucial entre as formas truncadas e os *splinters*. Acrescente-se o fato de que a "...forma truncada e a palavra-matriz devem ser semântica e pragmaticamente intercambiáveis, ou seja, uma forma pode ser substituída pela outra sem que haja perda de sentido" (ARAÚJO, 2002, p. 67). Logo, de um modo geral, truncamentos são autônomos, formas livres; ao passo que os *splinters* são formas presas, por não funcionarem isoladamente, pois necessitam de outra forma, seja ela presa ou livre, para formarem uma palavra.

O recorte da sequência -iane, com a acepção de "pessoa que é", não promove a sua inclusão entre os truncamentos vocabulares, pois tal fragmento, diferentemente do antropônimo Iane, adquire um significado mais abstrato, especializando-se, por externar menor densidade semântica que as palavras de livre curso na língua.

Mesmo que palavras truncadas e *splinters* participem de processos morfológicos distintos, Danks (2003) defende que "...*splinters* podem tornar-se truncamentos, mas sugere que isso só ocorre depois de se tornarem afixos produtivos" (DANKS, 2003, p. 48, tradução nossa). Segundo a autora, um *splinter*, por aparecer em diferentes novas formas e ser parte de palavras muito utilizadas ou, mais comumente, devido à combinação desses dois fatores, pode ser reclassificado como afixo e, mais tarde, pela frequência de uso, como forma truncada.

Danks (*op. cit.*, p. 57) exemplifica esse percurso com a sequência *burger,* que, inicialmente, era um *splinter* de *hamburger*, mas devido ao seu armazenamento na consciência dos falantes do Inglês, por meio de formas usuais, como *beefburger,*

chickenburger e *cheeseburger*, ao longo do tempo, passou a ser empregado de modo autônomo, à semelhança de uma forma truncada, o que de maneira alguma o isenta de ser ligado a outras formas. Consequentemente, tais palavras, que antes eram CVs, no momento da formação, passaram a ser classificadas sincronicamente de compostos, já que combinam duas formas livres.

Nos casos de *splinters* que se tornam afixos, as palavras antes classificadas como CVs, porque continham um *splinter,* são reclassificadas como derivações. Desse modo,

> os CVs desempenham um importante papel no desenvolvimento de novos afixos. Sendo o splinter parte de um CV, interpretado ou não como um afixo, o *splinter* pode estar em vias de se tornar um novo afixo, o que faz do CV um processo produtivo, responsável pelo surgimento de *-burger, -cade, -mat, -rama, -tel, -teria, -(a)thon* e de outros morfemas presos, além de *burger* como um morfema livre. (CANNON, 1986, p. 734, tradução nossa).

Seguindo essa mesma linha, Quinion (1996) declara que o processo de CV pode dar origem a novos prefixos e sufixos, o que afeta sobremaneira a classificação de criações posteriores, e adiciona muitos outros elementos à lista de afixos da língua inglesa, a exemplo de *info-* e *-gate*.

Admitindo-se, então, que *splinters* podem tornar-se afixos, o próximo passo é examinar se o *splinter* -iane está em fase de transição, uma vez que se assemelha a um sufixo, por ser uma forma presa, realizar palavras morfológicas complexas sob um único acento, fixar-se na borda direita da palavra formada, e, por tudo isso, quem sabe, ser incluído no inventário fechado dos afixos.

3. Comportamento sufixal de -iane

Com o objetivo de investigar o comportamento sufixal da sequência -iane, apresentamos as características mais relevantes dos sufixos, que, de acordo com Gonçalves; Andrade (2012), são as seguintes:

a) como qualquer afixo, os sufixos são regidos por fortes restrições posicionais e sempre ocupam uma posição à direita na estrutura das palavras[9];

9 Booij (2005) fornece uma explicação histórica para as rígidas restrições posicionais que são impostas aos afixos, argumentando que, no caso dos sufixos, eles podem ter surgido do segundo elemento de compostos com cabeça à direita, que por sua vez podem ter sido desenvolvidos a partir de sintagmas com a cabeça à direita, em línguas cuja sintaxe é de cabeça à direita. Exemplifica isso com o sufixo *–dom,* presente em *kingdom,* que tem origem na palavra *dom* "*fate* ('destino')" do Inglês Antigo.

b) constituem formas presas, isto é, são partes integrantes de palavras, pois não funcionam isoladamente como comunicação suficiente, nos termos de Bloomfield (1933), por só se manifestarem quando combinadas a bases presas ("cabeç-ada") ou livres ("colher-ada");

c) mesmo que não formem palavras prosódicas independentes, ou seja, não projetem, sozinhos, vocábulos fonológicos próprios, portam sempre o acento primário da estrutura do produto final;

d) são elementos mais estáveis, com função sintática e semântica pré-determinada, que "...delimitam os possíveis usos e significados das palavras a serem formadas pelos diferentes processos de derivação". (BASILIO, 1987, p. 28);

e) servem para criar séries de palavras, apresentando grande potencial de aplicabilidade na formação de novas unidades lexicais;

f) atualizam significados mais amplos, passíveis de combinação com um número maior de formas da língua;

g) atribuem a mesma ideia a todas as formas a que se vinculam. Com efeito, os itens lexicais resultantes tendem a ser interpretados pela versão tradicional do princípio de composicionalidade, isto é, pela soma dos significados das partes que os constituem;

h) por veicularem ideias gerais, fazem parte de um elenco fixo – e não muito numeroso – de unidades linguísticas, caracterizando, portanto, um inventário fechado;

i) impõem restrições semânticas e sintáticas sobre a forma à qual se juntam. Em outras palavras, selecionam a categoria lexical (substantivo, adjetivo, verbo); a classe semântica (por exemplo, abstrato/concreto; animado/inanimado; contável/não contável) do constituinte com que se combinam; e a relação sintática entre os constituintes (DT-DM)[10]; e, por fim,

j) não são sensíveis às regras de redução de coordenação (C*oordination Reduction* – CR), quer para trás (BCR), quer para frente (FCR) (cf. KENESEI, 2007, p. 10). Isto é, na coordenação (conjuntiva ou disjuntiva) de palavras derivadas, não é possível apagar afixos ou bases, a exemplo da coordenação de "livr-eiro e/ou livr-aria", que não pode ser parafraseada por "livr-ø e/ou livr-aria" ou "livreiro e/ou ø-aria"; já que sufixos carregam significados generalizados, o que os impede de ter livre curso na língua.

10 DT e DM são abreviações de Determinante e Determinado, respectivamente.

Com relação ao parâmetro (c), cabe lembrar que Booij (2002), observando a capacidade de os afixos projetarem ou não palavra fonológica, denomina-os de coerentes (*cohering*) e não coerentes (*no cohering*). Os coerentes são aqueles integralmente incorporados à palavra fonológica resultante de sua anexação a uma base; ao passo que os afixos não coerentes não promovem mudanças fonológicas na base, que se mantém intacta segmentalmente, por projetarem palavras fonológicas independentes. Sendo assim, *-iane* carrega propriedades de um sufixo coerente.

Quanto ao parâmetro (f), é possível contra-argumentar que a sequência -iane não apresenta generalidade de aplicação, já que não atualiza conteúdos em larga escala. Isso porque o significado que veicula, na condição de sufixo, "pessoa que é", é aplicável a um número limitado de bases, ou melhor, somente a bases que operam como predicadoras. Contudo, Basilio (1987) esclarece que há, em português, afixos com diferentes graus de generalidade e "...o teor de produtividade está provavelmente ligado a esse grau de generalidade". (BASILIO, 1987, p. 29).

A propósito, comparem-se dois elementos considerados, consensualmente, sufixos: -udoe-eiro. O primeiro expressa abundância, em geral, relacionada ao corpo (p. ex. "orelhudo", "barrigudo", "narigudo"), o que lhe impõe uma menor generalidade em relação ao segundo. Este, responsável por formar, prototipicamente, substantivos agentivos denominais (p. ex. "fofoqueiro", "brahmeiro", "blogueiro"), veicula um conteúdo semântico de grande generalidade e, por esse motivo, praticamente não há restrições a sua aplicabilidade (cf. GONÇALVES, 2005). Como os sufixos -udo e -eiro diferem em generalidade, pode-se afirmar que "...a diferença no teor de produtividade não é acidental". (BASILIO, 1987, p. 29). Assim sendo, a partícula -iane, mesmo constituindo um menor número de unidades morfológicas, por conta do conteúdo semântico que conduz, e, principalmente, por ser um formativo de uso recente, não se afasta da função desempenhada por um sufixo.

Nesse contorno, Katamba (1993) também defende a produtividade como uma questão de grau, além de destacar a dimensão temporal imanente ao conceito, uma vez que um novo processo pode ser muito geral durante uma determinada época e menos geral em uma época subsequente. De modo inverso, um novo processo pode inicialmente acessar poucas bases e depois adquirir uma maior aplicabilidade.

Assim, o formativo -iane, por ser uma forma presa, ter posição fixa na palavra, combinar-se com uma forma livre, estabelecendo com ela uma relação de subordinação, e, ainda, promover a produção de palavras em série, assemelha-se a um sufixo, de modo que pode ser classificado como tal.

Pelo exposto, acreditamos ter evidenciado que a sequência fonológica -iane, recorrente em formações que designam "pessoa que é X", pode deixar de ser vista como um formativo sem definição categorial, já que tem caracterísiticas e propriedades de um *splinter* ou até mesmo de um sufixo. No entanto, partimos do princípio de que o léxico e os estratos gramaticais não podem ser tratados em separado e, por isso mesmo, independentemente da categoria morfológica concedida ao formativo *-iane*, fundamental para uma descrição de cunho cartesiano e dicotômico, lançamos mão do modelo da Morfologia Construcional, desenvolvido por Booij (2007; 2010), em que não há distinção rígida entre a composição e a derivação, e até mesmo entre morfologia flexional e derivacional. Na seção subsequente, apresentamos resumidamente esse aporte teórico, que fundamenta a nossa proposta de formalização das construções X-iane.

4. Fundamentação teórica

A Morfologia Construcional, mediante os seus dispositivos teóricos claramente construcionais, inscreve-se entre os vários modelos da Gramática das Construções (GC), que, por sua vez, tem origem na Linguística Cognitiva, sobretudo, nas obras de Langacker (1987), Fillmore (1988) e Goldberg (1995). A GC, em suas variadas abordagens, diferentes umas das outras, teoriza sobre como a gramática pode ser representada na mente dos falantes, com o objetivo de desenhar um quadro o mais fiel possível da realidade psicolinguística da linguagem. Esse referencial teórico tem sido aplicado com sucesso na investigação tipológica das construções (CROFT, 2001), na pesquisa sintática (GOLDBERG, 1995; 2006), e em pesquisas no âmbito da fonologia (BYBEE, 2001) e da morfologia (BYBEE, 1985; 2010; BOOIJ, 2007; 2010).

Modernamente, a investigação sobre a linguagem segue em direção da fluidez categorial das unidades gramaticais, e os modelos teóricos, sob a rubrica da GC, se enquadram nessa nova tendência, pois partem do princípio de que os fenômenos linguísticos estão distribuídos em um amplo *continuum*, no qual não há fronteiras rigidamente delimitadas entre o léxico e a gramática (fonologia, morfologia,

sintaxe, semântica). Para validar esse *continuum,* Hoffmann & Trousdale (2003, p. 2) citam vários exemplos de construção, dentre eles, a que nos interessa de perto, a palavra, pareamento clássico de forma e significado.

Embora cada vertente da teoria se concentre em características distintas, cabe ressaltar que o paradigma da GC tem como fio condutor o "papel central das construções, a ideia de que a arquitetura da linguagem não é modular nem derivacional, e que as construções são aprendidas com base nos *inputs*. Ao mesmo tempo, apresenta algumas diferenças importantes, que são indicadas pela etiqueta cognitiva" (BOAS, 2003, p. 248, tradução nossa), a exemplo da abordagem construcional de Goldberg (1995), que se tornou conhecida como Gramática Cognitiva de Construções.

Nesses modelos, as análises linguísticas que se restringem às dicotomias não recebem adesão, pois não dão conta de fenômenos que transitam entre uma categoria gramatical e outra, já que se limitam aos representantes prototípicos de uma dada categoria, definida por um conjunto de características absolutas e suficientes. As abordagens linguísticas atuais, como as citadas, postulam que as fronteiras gramaticais não são nítidas nem discretas; logo, para compreensão mais ampla e descrição mais condizente das operações inerentes ao uso da língua não se devem isolar os aspectos lexicais, sintáticos, semânticos e pragmáticos que determinam a forma de quaisquer construções.

Na visão da GC, construções são pareamentos aprendidos de forma e significado, como a definição de Goldberg (2006) ilustra:

> padrão linguístico é reconhecido como uma construção, desde que algum aspecto de forma ou função não seja rigorosamente previsível a partir dos seus componentes, ou a partir de outras construções reconhecidas, já existentes. Além disso, padrões são armazenados como construções, mesmo que sejam totalmente previsíveis [regulares], desde que ocorram com frequência suficiente. (GOLDBERG, 2006, p. 5, tradução nossa).

Dessa perspectiva, todos os níveis de análise gramatical envolvem construções: pareamento de uma forma particular com um significado específico (convencional), incluindo aí palavras monomorfêmicas, palavras complexas, expressões idiomáticas parcialmente preenchidas e padrões totalmente lexicais. Por conseguinte, é possível considerar, em uma análise morfológica, as determinações teóricas aplicadas na sintaxe, mais especificamente, na semântica da predicação,

por Goldberg (1995; 2006); em especial, as relacionadas aos tipos de conexão que se estabelecem entre as construções.

No âmbito da Morfologia, Booij (2007; 2010), bem como Bauer (2005), Rondinini; Gonçalves (2007), Kastovsky (2009), Ralli (2010), Gonçalves (2011), Andrade (2013), considera que a demarcação de fronteiras entre a derivação e a composição não é precisa, discreta, já que os formativos estão sujeitos a oscilações quanto às características que os particularizam. Desse modo, Booij (2010) desenvolve o modelo teórico, denominado de Morfologia Construcional, que oferece ferramentas necessárias à análise unificada das palavras complexas, descartando as exceções às regras, ou melhor, o número de regras específicas que as governam. Surge, assim, um aporte teórico mais vantajoso que os modelos tradicionais para representar generalizações, fundamentadas na língua em uso, acerca dos processos de formação lexical.

Um dos argumentos utilizados por Booij (2007), para um tratamento unificado composição-derivação, refere-se à origem de muitos, se não todos, afixos derivacionais. Historicamente, os afixos derivam de lexemas utilizados como primeiro ou segundo componente de compostos, uma vez que palavras compostas começando ou terminando com o mesmo componente formam famílias de palavras que podem ser caracterizadas por meio de esquemas de palavras complexas em que um dos constituintes é especificado no léxico. Em outros termos, se um determinado constituinte perde o estatuto de palavra de livre curso, pode tornar-se um afixo, visto que sobrevive como parte de um esquema composto, com significados às vezes menos básicos e semanticamente mais abstratos.

As construções licenciam qualquer formação, seja uma instanciação de padrão sintático ou de padrão morfológico, desde que possua propriedades formal e semântica específicas, únicas daquela instanciação particular. Nas construções morfológicas, posições fixas são preenchidas por formativos, desconsiderando não só a sua etiqueta lexical, uma vez que podem ou não corresponder a um lexema, mas também as regras que norteiam as relações sintáticas e semânticas entre um e outro constituinte.

Desse modo, a análise por meio de esquemas construcionais se mostra bem mais eficiente e econômica, visto que, a partir deles, além de ser possível o delineamento da estrutura de palavras já existentes e a especificação de como novas palavras complexas podem ser criadas, é possível também avaliar características e propriedades em separado de um ou mais elementos de uma expressão linguística.

Em princípio, esquemas são mais adequados para descrever a formação de palavras complexas, sejam elas produtos de composição (e subtipos), de cruzamento vocabular ou de derivação. Portanto, "...essas unidades, que são complexas, podem, igualmente, ser analisadas, em suas estruturas de formação, por meio de esquemas construcionais." (GONÇALVES & ALMEIDA, 2014, p. 110).

O fato de os esquemas construcionais apresentarem uma posição fixa e outra aberta, não se distinguindo significativamente de palavras morfologicamente complexas (derivadas ou compostas), impulsiona Booij (2007) a propor uma formalização esquemática para os três padrões morfológicos mais comuns em Holandês, ilustrada em (04), abaixo. Nestes esquemas, as variáveis X e Y representam as sequências fonológicas e as variáveis x e y, as categorias lexicais. Os esquemas de derivação (04-b e 04-c) expressam a generalização de que os afixos não possuem etiqueta lexical, e de que a prefixação, diferentemente da sufixação, é neutra, dado as palavras prefixadas pertencerem à mesma categoria da base.

(04) a. compostos com cabeça lexical à direita: $[[X]_X][Y]_Y]_Y$

b. nomes sufixados: $[[X]_X\ Y]_Y$

c. nomes prefixados: $[X[Y]_Y]_Y$

Considerando que palavras são instâncias particulares de construções, ilustradas em (04), cada uma delas tem a sua própria representação, seu esquema específico. Um item lexical, como, por exemplo, "sapat-aria", é contemplado como uma das instâncias da construção abstrata de sufixação, reproduzida em (04-b). Esquemas, portanto, são moldes construcionais preenchidos com as representações de conceitos genéricos armazenados na memória, os quais fazem parte do conhecimento lexical dos falantes, e o material linguístico selecionado para compor essa representação é disposto sequencialmente na construção, associando, desse modo, a estrutura formal com a estrutura semântica.

Uma importante fonte de criatividade e produtividade linguística diz respeito à capacidade de expansão dos esquemas construcionais, que admitem ser preenchidos, por analogia, com novos itens, sintagmas ou outras construções já utilizados e armazenados na memória. Na esteira de Bybee (2010), dentre vários estudiosos, consideramos analogia como o uso de um novo padrão a partir de um já existente, tendo como parâmetro os exemplares já estocados na memória. Para a autora, a analogia contrasta com a produtividade governada por regras, porque está fortemente baseada na semelhança de itens já existentes e não em regras

simbólicas mais gerais. Por isso, asumimos que a transferência morfossemântica entre as construções ocorre por analogia em detrimento de regras.

Passamos, na próxima seção, à análise e à formalização das construções X-iane, tendo em mente que os elementos constitutivos dos processos de formação de palavras podem sofrer mudanças categoriais, a depender do conteúdo semântico que expressam, o que interfere diretamente nas suas funções gramaticais e lexicais.

5. Formalização das construções X-iane

Vimos, anteriormente, que *splinters* compartilham diversas características com os afixos e, em decorrência, podem ser contemplados pelo padrão geral de derivação, proposto por Booij (2007): $[[X]_X Y]_Y$. Tomemos como exemplo a forma "falsiane", na qual se observa a presença da sequência -iane, antes apenas o pé nuclear da palavra-matriz N-iane, ou seja, um elemento não morfêmico, mais precisamente um *splinter*, que, por (a) se fixar à direita, em termos de posição e fixidez; (b) selecionar a categoria lexical da base; e (c) formar palavras em série, atua como se fosse um sufixo. Pela força do uso, a sequência -iane, em formações morfologicamente complexas nas quais é um constituinte, passou a denotar "pessoa que é", como uma espécie de ênfase ao significado veiculado pelo item lexical que lhe serviu de base.

Com base nessas observações, as palavras formadas por cruzamento vocabular, em que se verifica a reincidência de um *splinter*, podem ser vistas como criadas por analogia, a exemplo da série de CVs que tem "madrasta" como uma das fontes: "tiadrasta", "primadrasta", "irmãdrasta" etc. (RONDININI; ANDRADE, 2016, no prelo). Não raro, se uma determinada interpretação idiossincrática se repete em uma palavra complexa recém-inventada, implica a existência de uma palavra de modelo especificado, como se observa abaixo na construção X-iane, (em 05), abaixo, em que SEM representa o conteúdo formal e semântico da construção base [X], e os índices subscritos (i) e (j) identificam a categoria lexical das unidades instanciadas na construção, ou seja, se elas pertencem à classe de substantivos, adjetivos ou verbos.

(05) $[[x]_i \text{ [iane]}]_j \leftrightarrow [\text{"pessoa que é" SEM}]_j$

Booij (2007) concebe um léxico hierarquizado, que se organiza por esquemas (e sub-esquemas) construcionais, os quais, nas palavras do autor,

> representam generalizações sobre conjuntos de palavras complexas com diferentes graus de abstração. As palavras complexas por si sós são especificadas individualmente no léxico na medida em que vão sendo convencionalmente estabelecidas. A relação entre o esquema abstrato e suas instanciações individuais pode ser representada por uma árvore que tem o referido esquema como nódulo dominante. Palavras individuais formam o nó mais baixo das árvores e herdam as propriedades dos nós pelos quais elas são dominadas". (BOOIJ, 2007, p. 14, tradução nossa).

Em sendo assim, o item "falsiane", por exemplo, pode ser representado no léxico, conforme o quadro, em (06), a seguir.

(06) Representação esquemática do item lexical "falsiane"

Esquema genérico de sufixação:	$[[X]_X\ Y]_Y$
a. Esquema de adjetivos em -iane: (nó dominante)	$[[X]_A$ iane$]_A$ 'pessoa que é X'
b. Esquema especificado de "falsiane": (nó intermediário)	$[[fals]_A$ iane$]_A$ 'pessoa que é falsa'
c. Esquema basilar $[X]_A$: (nó básico)	$[falsa]_A$

Segundo Booij (*op. cit.*), as palavras complexas estão autorizadas a ter múltiplas ligações no léxico, uma vez que o nó intermediário pode herdar propriedades do nó dominante, e as propriedades herdadas pela palavra especificada portam informações redundantes, circunscritas nas instanciações dos nódulos dominantes e inferiores, com base na dinâmica ativação de conceitos disponíveis, armazenados na memória. Assim, a palavra tomada como exemplo, "falsiane", também herda as características semântica e formal de sua base (06-c), ou seja, do lexema "falsa", que se liga, por instanciação, à construção especificada "falsiane" (06-b), que por sua vez é uma das possíveis instanciações do esquema de derivação em -iane (06-a).

As linhas hierárquicas da representação se relacionam por instanciação. Ligações por instanciação, nos termos de Goldberg (1995), referem-se às que se estabelecem entre as construções sintáticas quando uma construção é uma versão mais especificada do que a outra. Analogamente, conexões por instanciação se realizam para capturar a herança morfossemântica subsistente entre as construções morfológicas, ancorando a forma e o significado da construção especificada: a palavra individual.

A partir do esquema em (06-a), novas palavras podem ser formadas por meio do mecanismo de unificação formal. Diz-se que um esquema foi unificado quando suas posições passam a ser preenchidas por outras sequências fonológicas. O esquema em (06-a) é unificado, ou seja, passa a servir de referência para formações no mesmo padrão, quando a posição aberta [X] é preenchida, por exemplo, com o adjetivo "sincera", gerando o item deadjetival "sinceriane" ("pessoa que é sincera"). Ilustra-se abaixo, em (07), a unificação do esquema abstrato de sufixação em -iane, em que o esquema em (06-c) pode ser instanciado pelo item lexical selecionado pelo falante, de acordo com as suas necessidades discursivas, a exemplo de "amiga", "doida", "gorda", "magra", "otária", "puta" etc.

(07) $[[X]_A \text{ iane}]_A \leftrightarrow [X \text{ -iane}]_A$ 'pessoa que é X'$]_A$

$[\text{doid}]_A \text{ iane}]_A$

$[\text{gord}]_A \text{ iane}]_A$

$[\text{otar}]_A \text{ iane}]_A$

$[\text{put}]_A \text{ iane}]_{A,}$

etc.

Parece-nos lícito afirmar que a partícula -iane, ao assumir o significado de "pessoa que é", agrega-se a palavras de função adjetiva, incorporando, assim, um padrão especificado de derivação avaliativa. Villalva (2003) inscreve esse padrão no processo de Modificação Morfológica, pois, de acordo com a autora, sufixos avaliativos (diminutivos, aumentativos, valorativos e pejorativos) selecionam a categoria léxico-semântica da base (no caso em questão, nomes predicativos) e não promovem mudança de classe (base e produto pertencem à mesma categoria lexical), tampouco admitem mudança de gênero. Em decorrência, a autora aloca os sufixos avaliativos no grupo de modificadores morfológicos, já que operam exclusivamente sobre as categorias morfossemânticas, acrescentando segmentos e conteúdo semântico à palavra-fonte. Esse comportamento evidencia que a sequência fonológica -iane, inicialmente considerada por nós, um *splinter*, está

em plena trajetória de gramaticalização, ao desempenhar a função de um sufixo avaliativo, expressando conteúdo pejorativo, que, na maior parte das vezes, veicula um juízo depreciativo, como se pode observar em (08), abaixo.

(08) "Então de (sic) valor as suas amigas de verdade, [...] a que fala que você ta (sic) sendo **otariane, trouxiane** e **babaquiane** que te ajudam, principalmente aquelas que mandam prints e os audios (sic) kkkkkkkk [...]".[11]

A mudança em curso da partícula -iane, passando de *splinter* a sufixo derivante de adjetivos, manifesta-se no uso de algumas formações ainda empregadas como antropônimos, os quais, de acordo com a classificação tradicional de palavras, pertencem à classe dos substantivos, pois, semanticamente, têm como característica "...a designação de seres (e, portanto, a possibilidade de serem interpretados como seres ou entidades)" (BASILIO, 1998, p. 2), conforme ilustrado abaixo, em (09).

(09) a. "Vascaína, Camila Pitanga sofre com derrota e se chama de '**Sofriane** Pitangão'".[12]

b. "Próxima vez que eu e **bestiane** for no shopping agente vai fazer isso".[13]

c. "Atenção atenção, troco **falsiane**, **putiane**, **cabriane** e tantas outras ´ane´ (sic) por chocolate".[14]

Esses usos tipificam um nítido caso de gramaticalização. A sequência -iane, com a acepção de "pessoa que é", antes um *splinter* oriundo de CVs que têm como uma das bases um nome próprio nos moldes N-iane, vem perdendo o potencial de evocar os seres designados por suas formas de base (primordial a um *splinter*) e ganhando a função gramatical de estruturar novos adjetivos, ao veicular o significado de "pessoa que é". Nos exemplos em (09), a partícula -iane ainda constitui palavras interpretadas como substantivos, por preservar a função essencial de um *splinter*: evocar o significado da palavra primitiva; no caso de -iane, do ser denominado pela forma N-iane, da qual fazia parte. Portanto, a sequência em questão guarda resquícios formais e semânticos da construção original, característica básica de itens em gramaticalização (cf. MARTELOTTA, 2011).

Os aspectos aqui analisados confirmam a flutuação do formativo -iane entre comportar-se como um *splinter* e um sufixo, ratificando a proposta de Andrade

11 Disponível em <http://vamosdefuscathayetiff.blogspot.com.br/2015/09/eu-te-amo-miga.html>. Acesso em 03 mar. 2016.

12 Disponível em <http://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2015/07/vascaina-camila-pitanga-sofre-com-derrota-e-se-chama-de-sofriane-pitangao.html>. Acesso em 03 mar. 2016.

13 Disponível em <http://ellen-rangel.blogspot.com.br>. Acesso em 03 mar. 2016.

14 Disponível em <https://twitter.com/naosejatrouxa>. Acesso em 03 mar. 2016.

(2013), no que diz respeito (a) à constituição de um *continuum* radical-afixo e (b) ao processo subjacente à construção X-iane posicionar-se entre o cruzamento vocabular e a derivação no *continuum* composição-derivação.

Ainda podemos mencionar, a favor da disponibilidade da construção X-iane, o Princípio de Coerência Semântica (GOLDBERG, 1995, p. 50), segundo o qual somente papéis semanticamente compatíveis podem ser fundidos em uma dada construção, pois, para a autora, as construções, por si mesmas, portam significado. De modo semelhante, aplicando esse princípio sintático ao nível da palavra, podemos assumir que a construção sufixal avaliativa X-iane reconheça exclusivamente como base um nome com função adjetiva, pelo fato de já ser dotada de significação: a de predicar alguém. Por conseguinte, é previsível que uma forma constituída com a partícula -iane, parafraseada como "pessoa que é", se integre ao significado inerente a essa construção.

Os dados, abaixo, em (10), utilizados em um horóscopo criado pejorativamente para destacar as características frequentativas e indesejáveis de cada signo, exemplificam bem o significado que a construção X-iane possui.

(10) "Áries: **escrotiane** Touro: **baleiane** Gêmeos: **falsiane** Câncer: **sonsiane** Leão: **biscatiane** Virgem: **intrometiane**".[15]

Também é fato que uma diferença de ordem semântica ou pragmática implica diferença na forma (Princípio da Não Sinonímia, GOLDBERG, 1995, p. 67), no caso em foco, o acréscimo da partícula -iane à palavra tomada como base. Com relação à formação X-iane, se analisada com esse aporte teórico, a diferença parece ser muito mais de ordem pragmática do que semântica, o que corrobora a formação, em série, de novos itens que são selecionados recorrentemente em situações comunicativas mais informais, por um determinado grupo de falantes.

6. Conclusão

Neste artigo, abordamos o surgimento de formações X-iane e, consequentemente, a categorização do novo constituinte morfológico -iane, que tem origem nos cruzamentos de palavras predicativas com nomes próprios terminados com essa sequência. Vimos que o formativo em questão, ao adquirir o significado de "pessoa que é", assim como a maioria dos *splinters* finais,

15 Disponível em <https://twitter.com/signodabad/status/664641002804748288>. Acesso em 03 mar. 2016.

exibe muitas características de sufixos, pois, além de estabelecer uma relação sintática de subordinação com o primeiro elemento nos moldes do padrão geral da sufixação: determinante-determinado, é uma forma presa, realiza palavras morfológicas complexas sob um único acento, e fixa-se na borda direita da nova palavra. Por ser um formativo de uso muito recente e apresentar diferentes graus de aplicabilidade, acreditamos que, na sincronia atual, -iane esteja localizado, no *continuum* radical-afixo, entre as categorias *splinter* e sufixo.

Certamente, uma descrição fundamentada em dicotomias não consegue acolher as construções X-iane, uma vez que pressupõe que as categorias (a) são definidas por um conjunto de propriedades absolutas e suficientes, (b) têm fronteiras bem delimitadas e (c) são constituídas por membros com idêntico estatuto.

Em contrapartida, uma abordagem nos moldes da Morfologia Construcional, como a apresentada aqui, assume que as categorias não têm fronteiras claramente demarcadas e, por isso, podem mudar com o decorrer do tempo. Portanto, a formalização por meio de esquemas construcionais se mostra bem mais apropriada à heterogeneidade tipológica das formações X-iane, já que a delimitação do formativo -iane não é tão nítida, pois ora se encaixa, com mais precisão, na categoria de *splinters*, ora na de sufixos.

O esquema construcional proposto neste artigo sustenta a nossa hipótese de que os usuários da língua não mais necessariamente modelam as novas palavras terminadas em -iane a partir do CV "falsiane" nem acionam informações etimológicas relativas ao antropônimo "Iane". Os falantes, ao adquirirem conhecimento de esquemas morfológicos abstratos, baseados em um conjunto de palavras que segue um mesmo padrão, já que se deparam com um número suficiente de palavras de um certo tipo, passam a acessar uma construção disponível no léxico que atenda o seu propósito comunicativo e, amparados pelos respectivos esquemas, ampliam, por analogia, esse conjunto de palavras com novas formações.

Como o léxico está em processo de contínua reconstituição, julgamos que os falantes estenderam o uso de -iane a outros adjetivos, a fim de qualificar, pejorativamente, alguém conhecido, ou a si mesmos, conferindo-lhe(s) as características psicológicas ou físicas indicadas pela palavra-fonte, devido à disponibilidade, no léxico, do esquema abstrato de derivação em -iane, que, além de estar relacionado à função avaliativa dos elementos morfológicos

(VILLALVA, 2003), "também pode servir como meio de sinalização do falante (ou de grupos de falantes), apresentando função indexical" (GONÇALVES, 2002, p. 43), conforme os exemplos "amiguiane", "burriane", "baleiane", "chatiane", "intrometiane", "vadiane", dentre inúmeros outros que circulam informalmente na língua, além dos que estão por vir.

The "ianes" of the ghetto: morpho-pragmatic analysis of the current X-iane constructions

Abstract

This article discusses aspects related to the creation of new formations of X-iane type in Brazilian Portuguese, as can be seen in "falsiane", "gordiane" and "sinceriane", which is of recurrent use today mainly in informal communication situations and in the textual genre common to the electronic environment. Such words present a strong predicative characteristic and can be paraphrased as "a person who is X". Due to the particularities identified in those formations, we have used as base for the description primarily theoretical approaches related to: (a) the Blendind (GONÇALVES, 2006; ANDRADE, 2013); (b) the concept of splinter (ADAMS, 1973; DANKS, 2003; BAUER, 2005) and (c) the concept of suffix (BASILIO, 1987, GONÇALVES & ANDRADE, 2012) in order to then propose a formalization of the phenomenon according to the Construction Morphology (BOOIJ, 2007, 2010), which is a model that allows for an unified analysis of the formation of complex, compound or derived words through the establishment of constructional schemes, from which it is possible to delimit the structure of existing words and the way in which new complex words can be formed.

Keywords**:** Blending. Splinter. Derivation. Evaluative suffix. Constructional scheme.

Referências

ADAMS, Valerie. **An introduction to modern English word formation**. London: Longman, 1973.

ALGEO, John. Blends, a structural and systemic view. **American speech** 52, 1977, p. 47-64.

ANDRADE, Katia Emmerick. **Proposta de um *continuum* composição-derivação**

para o Português do Brasil. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

ARAÚJO, Gabriel. **Truncamento e reduplicação no português brasileiro**, 2002. Disponível em <http://www.relin.letras.ufmg.br/revista/upload/04-Gabriel-Araujo.pdf>. Acesso em 10 out. 2012.

BASILIO, Margarida. O fator semântico na flutuação substantivo/adjetivo em português. In: HEYE, Jurgen (Org.). **Flores verbais.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

BASILIO, Margarida. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 1987.

BAUER, Laurie. The borderline between derivation and compounding. In: DRESSLER, Wolfgang U. *et al*. (Eds.) **Morphology and its demarcations.** Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, p. 97-108.

BAUER, Laurie. Is there a class of neoclassical compounds, and if so is it productive*?* **Linguistics** 36, 1998, p. 403-422.

BAUER, Laurie. **English word-formation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

BOAS, Hans. C. Cognitive Construction Grammar. In: HOFFMANN, Thomas; TROUSDALE, Graeme (eds.), **The Oxford Handbook of Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 233-254.

BOOIJ, Geert. **The Morphology of Dutch**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

BOOIJ, Geert. **The grammar of words:** an introduction to linguistic morphology. New York: Okford University Press, 2005.

BOOIJ, Geert. **Compounding and derivation**: evidence for Construction Morphology, 2007.

Disponível em <http://www.hum2.leidenuniv.nl/booijge/pdf/Compounding%20and%20derivation.PDF>. Acesso em 05 abr. 2013.

BOOIJ, Geert. **Construction Morphology**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BYBEE, Joan. **Morphology:** the relations between meaning and form. Amsterdan/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1985.

BYBEE, Joan. **Phonology and Language Use**. New York: Cambridge University Press, 2001.

Disponível em <http://catdir.loc.gov/catdir/samples/cam033/00045525.pdf>. Acesso em 13 de julho de 2013.

BYBEE, Joan. **Language, Usage and Cognition**. New York: Cambridge University Press, 2010.

CANNON, Garland. Blends in English word formation. **Linguistics** 24, 1986, p. 725-753.

DANKS, Debbie. **Separating blends: a formal investigation of the blending process in English and its relationship to associated word formation processes**. PhD Thesis. University of Liverpool, 2003. Disponível em <http://rdues.bcu.ac.uk/publ/Debbie_Danks_Thesis.pdf>. Acesso em 20 ago. 2012.

CROFT, William. **Radical Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FILLMORE, Charles. **The mechanisms of 'Construction Grammar'.** Berkeley Linguistics Society 14, 1988, p. 35-55.

GOLDBERG, Adele. **Constructions:** a construction grammar approach to argument structure. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, Adele. **Constructions at work**: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GONÇALVES, Carlos Alexandre; ALMEIDA, Maria Lucia Leitão de. Morfologia construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. **Alfa**. v. 58, n.1. São Paulo: ILCE/UNESP, 2014.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Composição e Derivação: Polos Prototípicos de um Continuum? Pequeno estudo de casos. **Domínios da Lingu@gem**, Uberlândia, 5, 2011.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Flexão e Derivação em Português**. 1. ed., Rio de Janeiro: Fac. Letras/UFRJ, 2005.

GONÇALVES, Carlos Alexandre; ANDRADE, Katia Emmerick. El status de los componentes morfológicos y el continuum composición–derivación en portugués. **Linguística**, 28 (2), 2012.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. A ambimorfemia de cruzamentos vocabulares em português: uma abordagem por ranking de restrições. **Revista da Abralin**, v. 5, 2006.

HOFFMANN, Thomas; TROUSDALE, Graeme. **The Oxford Handbook of Construction Grammar.** Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 1-12.

KASTOVSKY, Dieter. Astronaut, astrology, astrophysics: about combining forms, classical compounds and affixoids. In McConchie, R. W. *et alii* (Eds.), **Selected Proceedings of the 2008 Symposium on New Approaches in English Historical Lexis** *(HEL-LEX 2)*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, p. 1-13, 2009. Disponível em <http://www.lingref.com>. Acesso em 21 de agosto de 2012.

KATAMBA, Francis. **Modern linguistic morphology**. New York: Series, 1993.

KENESEI, Istvan. Semiwords and affixoids: the territory between word and affix. Budapest: **Research Institute for Linguistics**, 2007. Disponível em <http://www.nytud.hu>. Acesso em 25 de novembro de 2012.

LANGACKER, Ronald W. **Foundations of cognitive grammar**. California: Stanford University Press, 1987.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Mudança linguística**. São Paulo: Cortez, 2011.

QUINION, Michael. *Through the blender*. 1996. Disponível em <http://www.worldwidewords.org/articles/blend.htm>. Acesso em 25 ago. 2012.

RALLI, Angela. Compounding versus derivation. In: SCALISE, Sergio. & VOGEL, Irene (Eds.). **The benjamins handbook of compounding**. Philadelphia: Jonh Benjamins Publishing Company, 2010.

RONDININI, Roberto Botelho; ANDRADE, Katia Emmerick. Um "sufixodrasta"? Estudo das formações X-drasta(o) no Português do Brasil. In VILLALVA, Alina; SOUZA, Edson Rosa de (Orgs.) **Estudos de morfologia:** recortes e abordagens. São Paulo: Mercado de Letras, 2016. No prelo.

RONDININI, Roberto Botelho; GONÇALVES, Carlos Alexandre. Formações X-logo e X-grafo: um caso de deslocamento da composição para a derivação? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA. XXII, Coimbra, 2006. **Textos selecionados do XXII encontro nacional da associação portuguesa de linguística (APL)**, Lisboa: Colibri, 2007, p. 533 – 546. Disponível em <http://www.apl.org.pt/docs/22-textos-seleccionados/39-Rondinini_Goncalves.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2007.

TRASK, Robert. L. **Language change**. London: Routledge, 1994.

VILLALVA, Alina. Formação de palavras: afixação. In: MIRA MATEUS *et al*. (Orgs.), **Gramática da Língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2003, p. 941-967.

Submetido: 08/03/2016

Aceite: 05/09/2016

Construindo o *Dicionário de valências*: problemas e resultados

Mário A. Perini*

RESUMO

O Projeto VVP (em andamento na UFMG com participantes de outras três Universidades de Minas) tem como objetivo a elaboração de um dicionário de valências verbais do português brasileiro. Para isso foi criada uma notação das construções (diáteses), composta de uma análise sintática maximamente simples, mais os papéis semânticos de cada constituinte. Cada verbo é classificado de acordo com as diáteses em que pode ocorrer, o que fornece uma classificação detalhada, precisa e capaz de expressar adequadamente seu comportamento gramatical. Esse sistema substitui com vantagem as classificações tradicionais atualmente correntes. São apresentados alguns problemas de análise ainda em discussão, tendo a ver principalmente com a definição e delimitação dos papéis semânticos. No que diz respeito à teoria linguística, a pesquisa tem demonstrado que a proporção geralmente pressuposta entre regularidade e irregularidade na estrutura das línguas subestima seriamente a importância da informação idiossincrática. Por exemplo, um levantamento piloto de 50 verbos já analisados no **Dicionário de valências**, escolhidos aleatoriamente, mostrou que se dividem em nada menos que 45 classes valenciais. Os resultados da pesquisa até o momento têm consequências para o planejamento de cursos do português língua estrangeira, e sugerem questões ligadas ao estudo da aquisição da linguagem.

Palavras-chave: Valências. Verbos. Gramática portuguesa. Lexicologia.

1. Introdução: o Dicionário de Valências do Português Brasileiro

O Projeto VVP (**Valências Verbais do Português Brasileiro**) tem como objetivo a elaboração de um dicionário de valências, onde cada verbo é apresentado juntamente com as construções em que pode ocorrer. O Projeto está sendo levado a efeito com a colaboração de pesquisadores de quatro universidades.[1] O objetivo é simples, mas a construção do Dicionário de Valências tem requerido a discussão e eventual esclarecimento de grande número de questões de teoria e análise. Neste

* Universidade Federal de Minas Gerais.

1 UFMG (Mário A. Perini e Larissa Ciríaco); UFOP (Eliane Mourão); UFV (Aparecida de Oliveira); PUC-Minas (Madalena Loredo Neta). Artigo produzido em fevereiro de 2016.

artigo, apresento uma amostra dessas questões, com alguma discussão. Como se verá, algumas são relevantes para a análise da língua mesmo fora da área das valências verbais – em particular, na área da formulação das construções e na articulação entre os espaços sintático e semântico das estruturas da língua. As questões são numerosas, algumas muito complexas, e foram discutidas em textos maiores, principalmente em Perini (2015). Aqui seleciono alguns problemas para os quais já podemos apontar solução possível.

No momento, o **Dicionário** se compõe de cerca de 500 verbetes; o plano é incluir todos os verbos correntes no português brasileiro falado, cerca de 3.000 segundo nossa avaliação. Além dos verbetes, inclui certo número de miniartigos, que definem sumariamente alguns problemas relevantes encontrados durante a pesquisa, ou explicam particularidades da notação utilizada.

Os dados que fundamentam a pesquisa, e que aparecem em parte no **Dicionário**, são de proveniência variada: frases criadas, observadas no dia a dia, tiradas de *corpus* etc., sempre passando pelo filtro de nosso conhecimento da língua. Procuramos incluir apenas construções correntes no brasileiro falado, evitando formas puramente literárias, arcaicas e limitadas ao português europeu. Por exemplo, incluímos construções do tipo *meu carro furou o pneu*, mas não *furou-lhe as férias ser chamado para a tropa*[2]. *O Dicionário* está sendo montado em sua versão em inglês, e pretende-se colocá-lo eventualmente na internet para consulta livre.

A motivação inicial de nossa pesquisa é a necessidade que vemos de elaborar descrições de amplas seções da estrutura da língua, como pré-requisito à construção de teorias. Seguimos aqui a orientação de Gross (1975), que observa que, na história das ciências,

> Toda construção teórica foi sempre precedida de um longo trabalho de acumulação sistemática de dados, e os pesquisadores sempre se esforçaram por preencher as lacunas que podiam se apresentar em seus dados, antes de adiantar uma regra geral. (GROSS, 1975, p. 9)

É dentro dessa perspectiva que se coloca nosso trabalho no **Dicionário.** A bem da justiça, é bom observar que esse tipo de trabalho empírico de acumulação de dados sistematizados está em ascensão no momento; pode-se citar, primeiro, os diversos dicionários de valências ou obras assemelhadas que apareceram nos

2 Busse (1994).

últimos anos, entre os quais ressalto dicionários de valências como o ADESSE (espanhol)[3], DICOVALENCE (francês) e Herbst *et al.* (2004; inglês), assim como trabalhos de classificação de verbos de caráter mais geral, como Borba (1990), Levin (1993) e Busse (1994). Todos esses trabalhos[4] se concentram no estudo empírico dos fatos da língua, minimizando os pressupostos teóricos.

O **Dicionário** tem, portanto, um objetivo diferente dos de muitos trabalhos atuais de teoria linguística: pretende apresentar os fatos relativos à valência verbal, utilizando para isso uma linguagem descritiva que é, na medida do possível, teoricamente neutra. Essa linguagem, entendida como um sistema notacional, é explicitada em Perini (2015); evidentemente, não é totalmente isenta de pressupostos teóricos, o que não seria mesmo possível. Mas houve a preocupação constante de usar a porção da teoria linguística que é de aceitação geral; essa porção existe, e não é nada pequena. Em alguns pontos, foi necessário introduzir noções teóricas pouco convencionais, que são todas explicadas no livro.

A dificuldade teórica maior ao construir o **Dicionário** é a de como exprimir as construções (diáteses) que se associam a cada verbo. Para isso tivemos que elaborar um sistema específico, que esperamos será de fácil compreensão para os linguistas; o sistema é brevemente exposto na próxima seção. O resultado é a apresentação de uma base de dados analisados, cobrindo (eventualmente) a totalidade dos verbos do português. Dada a importância gramatical dos verbos e suas valências, o **Dicionário** representa a descrição de uma grande área dentro da estrutura da língua.

2 Notação

2.1 Traços básicos

A notação é uma versão simplificada da usada, por exemplo, por Goldberg (1995, 2006) e Jackendoff (1990). A simplificação se justifica porque o foco da descrição são as valências verbais: assim, detalhes irrelevantes para esse efeito (mas que podem ser importantes para a descrição de outros setores da estrutura) são deixados de lado. Basicamente, a notação de uma construção segue o modelo

3 O ADESSE é, de longe, o melhor de todos; foi elaborado sob a coordenação de José M. García-Miguel, da Universidade de Vigo.

4 E outros mais. Até o momento pudemos examinar dicionários de valências do francês, inglês, tcheco, espanhol e italiano.

seguinte: digamos que queremos descrever a possibilidade de o verbo *arranhar* ocorrer em frases como

[1] O gato arranhou minha canela.

A construção correspondente é notada como[5]
[2] SujV>Agente V SN>Paciente
que se pode ler como "sujeito Agente, verbo, SN Paciente"[6].

O leitor observará que o segundo SN não é mencionado por sua função sintática ("objeto direto"). Isso é um aspecto da análise sintática que baseia a notação. Enquanto os trabalhos sobre valência em geral simplesmente adotam a análise sintática tradicional, com seu elenco de funções (sujeito, objeto direto, predicativo, objeto indireto, adjunto adverbial etc.), o **Dicionário** utiliza uma análise muito mais simples, que apenas distingue uma função sintática (sujeito), sendo os outros termos referidos apenas por sua classe (SN, SAdv, V...), a eventual preposição que os introduz (notada especificamente, ou seja, *de, com* etc.) e sua ordem na sequência. Essa análise é bem fundamentada no que diz respeito à descrição das valências; foi adotada não por ser simples, mas porque descreve adequadamente todos os aspectos sintáticos da estrutura relevantes para a descrição das valências.

Além da sequência sintática (em [2], **SujV V SN**), a notação inclui os papéis semânticos de cada um dos constituintes relevantes (em [2], Agente para o sujeito, Paciente para o outro SN). Nada mais é necessário para subclassificar os verbos quanto a sua valência. O verbo *arranhar*, portanto, é descrito como podendo ocorrer em certo conjunto de construções, como [2] e outras. Esse conjunto de construções em que um verbo pode ocorrer é sua **valência**. Desse modo, o verbete *arranhar* aparece assim no **Dicionário[7]:**

5 Na verdade, a fórmula usa **VSubj, Agent, NP, Patient**, porque o texto do **Dicionário**, em sua versão atual, está em inglês. **VSubj**, ou **SujV** (sujeito valencial), pode ser entendido simplesmente como o sujeito; a razão do restritivo *valencial* é dada em Perini (2015, p. 9), mas não precisa ser explicada aqui.
6 Adotamos a convenção de grafar os papéis semânticos com maiúscula.
7 Sintagmas em *itálico* não fazem parte da construção; ver 2.4 abaixo. Os códigos 'C1', 'C4' etc. servem para facilitar a referência às diáteses. Cada diátese do **Dicionári***o* tem um código formado da letra C, mais um número arbitrário.

ARRANHAR

C1 **Suj**V>Agente **V** **SN**>Paciente
Esse gato arranhou minha perna.

.....

C2 **Suj**V>Agente **V**
Esse gato arranha.

.....

C3 **Suj**V>Paciente **Refl** **V**
O menino se arranhou *todo*.

.....

C4 **Suj**V>Paciente **V**
O menino arranhou *todo*.

Quando um termo é preposicionado, menciona-se a preposição particular que o introduz; assim, as frases

[3] Eu contava com vocês.

[4] O canalha bateu no meu cachorro.

se analisam, respectivamente, como

C61 **Suj**V>*Experienciador* **V** ***com*** **SN**>*Estímulo*
C79 **Suj**V>*Agente* **V** ***em*** **SN**>*Paciente*

Essa notação especificada é necessária, em vez de usar o termo *sintagma preposicionado*, porque a identidade da preposição é parte da valência do verbo: com *contar*, temos *com*, mas com *bater* ocorre *em*, com *gostar* ocorre *de* etc.

2.2. Construções complexas

Um tipo de construção que ocorre com diversos verbos do **Dicionário**, mas que não é de uso frequente, são as *construções complexas*. Em alguns casos uma oração simples precisa ser semanticamente analisada como um conjunto de

proposições. Tais casos foram apontados já por Jackendoff (1972, p. 35). Para pegar um exemplo do português, temos a frase:

[5] A Sara vendeu um lote para o Vítor por 80 mil reais.

Quando vamos anotar essa estrutura quanto aos papéis semânticos expressos, chegamos a um aparente impasse: por exemplo, *Sara*, além de ser o Agente, é a Fonte (pois o lote passa da posse de Sara para a de Vítor), mas também a Meta (do dinheiro, que passa de Vítor para Sara). Ou seja, para representar corretamente a semântica da oração, não basta marcar *Sara* como simultaneamente Fonte e Meta: ela é a Fonte do lote e a Meta do dinheiro. A transferência dupla de posses é essencial no significado e na valência de *vender*, que se distingue de *dar* exatamente por isso.

A solução adotada no *Dicionário* é a de distinguir dois eventos, simultâneos e interdependentes, em uma representação que denominamos *construção complexa*; a construção correspondente a [5] é a seguinte:

C74	**Sintaxe: SujV**	**V**	**SN**	***para* SN**	***por* SN**
Ev.1	*Agente+Fonte*		*Tema*	*Meta*	
Ev.2	*Meta*			*Fonte*	*Tema*
	a Sara	vendeu	um lote	para o Vítor	por 80 mil reais

Como se vê, cada constituinte recebe pelo menos um papel semântico, mas o Tema do primeiro evento é *o lote*, e o Tema do segundo evento é *80 mil reais*. Dessa forma, fica representada a dualidade de transferências de posse que o verbo *vender* necessariamente expressa.

Há um bom número de verbos que ocorrem em construções complexas: *vender, comprar, pedir, trocar, impedir, permitir* e outros. Em todos esses casos é necessário distinguir mais de um evento para que se possa atribuir os papéis semânticos aos respectivos constituintes de modo intuitivamente satisfatório.

Os eventos não precisam ser sempre entendidos como factuais. Em [5] entende-se que as duas transferências foram realizadas; mas em

[6] Robinho pediu dinheiro ao pai.

temos um evento factual (Robinho pedir alguma coisa, uma ação *dicendi*) e um segundo evento, o pai dar dinheiro a Robinho, do qual só se assere o *desejo* de Robinho de que se realize; a frase deixa em aberto se o pai efetivamente deu o dinheiro. Desse modo, um elemento a ser notado na construção é a relação entre os eventos: para [5], ambos são asseridos como ocorrendo, mas para [6] um é asserido como ocorrendo, e o outro como desejado. Note-se como esses detalhes também são parte integrante do significado e da valência do verbo da oração.

2.3. Valência e a classificação dos verbos

Um verbo pode ocorrer em bom número de construções (o mais complexo que encontramos até agora é *passar*, que aparece no **Dicionário** em nada menos que 23 construções). Mas há ainda outras construções, que não aparecem no **Dicionário** porque não são lexicalmente condicionadas e não são consideradas parte da valência dos verbos respectivos.

Para entender a diferença entre construções que aparecem na valência (e que se denominam **diáteses**) e construções que não aparecem, vamos pegar um exemplo. Seja a construção negativa, que aparece em

[7] A inundação não chegou até a minha casa.

Essa frase realiza uma construção diferente de

[8] A inundação chegou até a minha casa.

Formalmente, [7] tem a partícula *não*, ausente de [8]; e semanticamente [7] nega o que [8] afirma. Logo, são duas construções diferentes. Mas ocorrência na construção negativa não é uma característica do verbo *chegar*: na verdade, qualquer verbo da língua pode ser negado, exatamente da mesma forma e com exatamente o mesmo efeito semântico. Ou seja, o que temos aqui é um fenômeno geral (que pode ser classificado como gramatical) e não um fenômeno individualizado (lexical), e não faria sentido incluir a construção negativa na valência do verbo *chegar*, ou de qualquer verbo.

Essa situação contrasta com a da construção

[9] A toalha secou.

Aqui temos uma construção onde o sujeito é Paciente, ao contrário de

[10] A m secou a toalha.

na qual o sujeito é Agente e o objeto (*a toalha*) é Paciente. Mas a construção ilustrada em [9] não ocorre com qualquer verbo, mesmo se só considerarmos os verbos que aceitam um Paciente. Assim, não podemos dizer

[11] * A pizza comeu.

com sujeito Paciente, correspondente a

[12] O menino comeu a pizza.

Ou seja, ocorrência na construção [9] caracteriza o verbo *secar* em oposição a *comer*. Em outras palavras, a construção ilustrada em [9] divide os verbos da língua em dois grupos: os que podem e os que não podem ocorrer nela; esse tipo de construção é denominado *diátese*: a construção exemplificada em [9] é uma das diáteses do verbo *secar*. Já a construção negativa, como é claro, não subclassifica os verbos, já que todos eles podem ser negados; assim, essa construção não é uma diátese.

A *valência* de um verbo é o conjunto de suas diáteses; o verbo *passar*, como vimos, tem uma valência muito complexa, compreendendo (pelo menos) 23 diáteses. Já *acariciar* tem uma valência simples, e só pode ocorrer em uma diátese. O **Dicionário de valências verbais do português brasileiro** é a lista de todos os verbos da língua, cada um com sua valência. Os verbos se dividem em classes valenciais e cada classe contém os verbos de valência idêntica.

2.4. "Complementos" e "adjuntos"

Um detalhe da formulação das diáteses tem levantado bastante discussão: o que, exatamente, devemos colocar na fórmula, e o que pode ficar de fora? Ou seja, podemos ou não podemos considerar as duas frases abaixo como realizações da mesma diátese de *secar*?

[10] A máquina secou a toalha.

[13] A máquina secou a toalha em menos de cinco minutos.

O constituinte *em menos de cinco minutos* indica duração. Mas esse valor (relação semântica) não depende da valência do verbo; o sintagma *em menos de cinco minutos* só pode significar um período de tempo, independentemente da função sintática que tenha, e independentemente do verbo da oração. Compare-se com *a máquina*, que pode ser Agente, como em [13], ou Paciente, como em

[14] Ronaldo consertou a máquina.

Nessa construção *a máquina* é Agente quando é sujeito e Paciente quando é objeto – ou seja, seu papel semântico depende da função, e, portanto, esse constituinte precisa aparecer na diátese. Esse é o critério básico que determina a inclusão de constituintes na diátese: registram-se os constituintes cujo papel semântico depende de sua função na construção. Essa é informação relacionada com o verbo da oração: com *consertar*, o sujeito é Agente, mas com *receber* o sujeito é a Meta, ou seja, o final de um movimento real ou virtual:

[15] Eu recebi uma encomenda pelo correio.

Outro fator que determina a ocorrência na diátese é a ocorrência obrigatória. Esse fenômeno é relativamente raro, mas aparece às vezes, e também precisa ser atribuído às propriedades do verbo. Assim, um sintagma locativo como *em Fortaleza* é de ocorrência opcional em

[16] Hoje choveu em Fortaleza.

mas é obrigatório em

[17] Ela morava em Fortaleza.[8]

Por isso o complemento de Lugar aparece na diátese correspondente de *morar*, mas não na de *chover*.

8 Com *morar*, é obrigatório um complemento de Lugar (como em [17]), ou de Companhia, ou ainda de Modo; mas *morar* não ocorre sem complemento.

Esse critério de dependência do verbo é que determina a inclusão ou não de um elemento na diátese; e ele substitui a oposição tradicional entre "complementos" e "adjuntos" – em nossa nomenclatura, todos são chamados **complementos**. Ou seja, para responder a uma pergunta anterior, as frases

[10] A máquina secou a toalha.

[13] A máquina secou a toalha em menos de cinco minutos.

são realizações da mesma diátese, que inclui um sujeito Agente e um objeto Paciente. O constituinte *em menos de cinco minutos* não se relaciona com as propriedades sintáticas e semânticas do verbo: tem forma e papel semântico autônomos.

Essas são as características básicas na notação utilizada no **Dicionário**. Além delas, há certo número de detalhes que não precisam ser apresentados aqui; o leitor interessado pode consultar Perini (2008; 2015) para uma explanação completa.

3. Valências e a classificação dos verbos

3.1. Classes de verbos no Dicionário

Uma vez definidas as diáteses da maneira esboçada acima, cada verbo é classificado segundo as diáteses em que ocorre, ou seja, segundo sua valência. A valência descreve com precisão o comportamento gramatical de um verbo: que complementos co-ocorrem com ele, e que papéis semânticos cada um desses complementos veicula. Para dar um exemplo, peguemos o verbo *chorar*. Esse verbo ocorre em duas diáteses, exemplificadas por:

[18] O bebê está chorando.
[19] Ela chorou a morte do pai.

Em [18] temos sujeito Agente, e nada mais; em [19] temos sujeito Agente e objeto Causa. No **Dicionário,** isso se representa da seguinte maneira:

CHORAR

C2 **SujV**>*Agente*

O bebê está chorando.

C106 **SujV**>*Agente* **V** **SN**>*Causa*

Ela chorou a morte do pai.

Agora, compare-se *chorar* com *comer*: este último verbo ocorre em C2, mas não ocorre em C106, porque embora possa aparecer com sujeito e objeto, o objeto é Paciente e não Causa (esta é a diátese C1). Já *acariciar* ocorre em C1, mas não em C2 (sem objeto), nem em C106 (com objeto Causa). E *ser* não ocorre em nenhuma das diáteses vistas, e na verdade nunca comporta Agente nem Paciente; em vez disso, aparece (entre outras) em uma diátese que simplesmente assere a identidade referencial de duas entidades mencionadas:

[20] Aquela senhora loura é a professora de História.

Comer, chorar, acariciar nunca ocorrem nessa diátese. Com esses verbos, o sujeito e o objeto claramente denotam entidades de referência distinta: por exemplo, a frase

[10] A máquina secou a toalha.

deixa claro que a máquina é uma coisa e a toalha é outra; mas [20] assere que a senhora loura e a professora de História são a mesma pessoa.

Pode também haver diferenças formais: em [10] o Agente é o sujeito, e o Paciente é outro SN. Mas em:

[21] A máquina acabou com a toalha.

o Paciente é sinalizado por um sintagma preposicionado. Cada uma dessas diferenças, de estrutura sintática e/ou de papel semântico, determina uma nova diátese.

3.2. Valências e a classificação tradicional

Esse sistema descreve o comportamento gramatical dos verbos de maneira extremamente detalhada e precisa. Para se ter uma ideia, temos no momento cerca de 500 verbos no **Dicionário,** que se dividem em mais de 100 classes, sendo cada classe o conjunto dos verbos de valência idêntica. Um levantamento piloto de 50 verbos, escolhidos aleatoriamente no **Dicionário**, mostrou uma divisão em nada menos que 45 classes distintas[9]. Isso mostra claramente a necessidade de mapear o léxico, antes de partir para grandes generalizações.

As diáteses definidas até o momento são mais de 200, e certamente ainda há outras a serem definidas. É preciso enfatizar que o conhecimento de todo esse imenso sistema é parte integrante do conhecimento da língua: nenhum falante diz **eu gosto pizza*, nem **a pizza comeu em cinco minutos* (embora diga *a pizza acabou em cinco minutos*) etc., e tudo isso depende crucialmente do conhecimento das valências dos verbos respectivos. Um falante conhece milhares de verbos, e aplica com toda segurança as valências de todos eles. Esses resultados são muito significativos, e mostram que a complexidade da estrutura da língua é muito maior do que às vezes se imagina.

É instrutivo comparar esse sistema com o da gramática tradicional. Este define (em sua versão mais usual) apenas cinco classes de verbos: *intransitivo, transitivo direto, transitivo indireto, transitivo direto e indireto* e *de ligação* (cf. HAUY, 2014, pp. 1072-1103). É fácil verificar que esse sistema tão simples não dá conta de descrever as diferenças entre os verbos; para dar apenas uns poucos exemplos:

Comer ocorre com ou sem objeto; é "transitivo" ou "intransitivo"?

Dizemos *conto com você*, mas *gosto de você*; no entanto, apesar da diferença de preposições, ambos esses verbos precisam ser analisados como "transitivos indiretos".

Morrer e *pular* ambos podem ocorrer sem objeto: *o gato morreu*, *o gato pulou*. Seriam, presumivelmente, "intransitivos". Mas em um caso o sujeito é Paciente, e no outro é Agente – essa diferença, essencial para o uso desses verbos, não pode ser expressa no sistema tradicional.

O objeto direto tradicional expressa uma grande variedade de papéis semânticos: Paciente em *Fred comeu a pizza*; Causa em *Fred chorou a morte*

9 Ver alguns exemplos no Apêndice.

do pai; Estímulo (causador de experiência) em *Fred sentiu uma pontada*; Coisa qualificada em *eu acho a sua filha linda*; Meta (final de um movimento) em *os alpinistas atingiram o pico* etc. O conhecimento desse fato é essencial para o uso correto desses verbos, mas não há como representá-lo no sistema tradicional.

O sistema tradicional, é verdade, é muito mais simples do que o apresentado no **Dicionário**. No entanto, não chega nem perto de descrever os dados adequadamente – além da dificuldade de ser aplicado, devida principalmente à falta de definições objetivas das unidades e funções sintáticas e semânticas utilizadas. Um sistema complexo não pode ser descrito de forma simples.

Para avaliar a pouca capacidade do sistema tradicional de expressar os fatos gramaticais (sintáticos e principalmente semânticos), basta examinar a lista seguinte, com frases que são todas analisadas tradicionalmente como compostas de **sujeito, verbo e objeto direto:**

O Fido comeu a banana. [Agente – Paciente]
A multidão deixou o estádio. [Tema – Fonte]
Os alpinistas atingiram o pico. [Tema – Meta]
Todo mundo adorou a festa. [Experienciador – Estímulo]
A proposta agradou o chefe. [Estímulo – Experienciador]
Meu primo tem dois carros. [Possuidor – Coisa.possuída]
Ela pesava cem quilos. [Coisa.localizada – Medida]
O político aceitou o dinheiro. [Meta+Agente – Tema]
O político recebeu um tapa. [Meta (*não* Agente) – Tema]

Temos aqui dez situações simbolicamente bem diferentes – ou seja, dez construções sintaticamente idênticas, mas muito distintas quanto ao que expressam. Chamar todos esses verbos (e/ou construções) de "transitivos" é escamotear a maior parte de seu significado gramatical.

4. Resultados e problemas

A dificuldade principal encontrada na construção do *Dicionário* é como formular as diáteses; e a maior dificuldade dessa formulação é como identificar e delimitar os papéis semânticos. Por outro lado, não é possível esperar até que se disponha de uma lista razoavelmente segura de papéis semânticos para começar a

construir o **Dicionário,** porque a definição e a delimitação dos papéis dependem, por sua vez, do estudo de muitos exemplos. Ou seja, construir o **Dicionário** depende da definição dos papéis semânticos, e a definição dos papéis depende da lista de verbos e valências. A saída desse dilema é, claramente, trabalhar simultaneamente nas duas frentes. Por conseguinte tanto o **Dicionário** quanto os papéis semânticos devem ser entendidos como propostas temporárias, em revisão constante: cada verbete se entende como resposta a algumas perguntas, e também – muitas vezes principalmente – como o levantamento de novas questões.

4.1. Análise sintática

A análise sintática utilizada, e que foi resumida na seção 2.1 acima, é muito simples, e tem sido suficiente para as necessidades da descrição das diáteses. Não sabemos se a descrição de outras áreas da estrutura levará à introdução de complicações. Por ora, podemos satisfazer-nos com o seguinte:

- uma sequência de símbolos categoriais: SN, SAdj, SAdv;
- preposições individualmente notadas: *com, em, de, a, para* e *por* (todas as outras preposições ocorrem com constituintes não valenciais);
- uma função sintática, a saber, o sujeito.

Isso é tudo. As outras diferenças, que são muitas, são descritas em termos de papéis e outras relações semânticas. Assim, pode-se mostrar que o chamado "predicativo" é apenas um sintagma (adjetivo ou nominal) com um papel semântico qualificativo – e, portanto, emparelhado semanticamente com outro sintagma, que expressa a coisa qualificada, como em

[22] Esse menino é uma peste.

[22] se analisa sintaticamente como **SujV V SN**, ou seja, de maneira idêntica a

[23] Esse menino quebrou a janela.

A diferença está em que em [22] o sujeito é Coisa qualificada e o outro SN Qualidade; em [23] o sujeito é Agente e o SN não sujeito Paciente. Isso vem naturalmente da semântica do verbo, que não precisa ser repetida nas funções sintáticas.

4.2. Papéis semânticos

O que falta em complicação na sintaxe sobra na semântica – em especial na definição e delimitação dos papéis semânticos. A lista tradicional – Agente, Paciente, Instrumento, Lugar, Fonte, Tema etc. – não cobre todos os casos. E, o que é pior, há um número excessivo de casos em que não se sabe direito que papel devemos colocar, porque eles não estão claramente delimitados. Por exemplo, na frase

[24] O cachorro correu para o quintal.

o sujeito é certamente um Agente, pois pratica a ação denotada; mas é também o Tema, ou seja, o elemento que se desloca. Não é claro, de imediato, qual desses papéis se deve usar na definição da construção, ou se devemos acumular os dois, o que também é possível: o sujeito seria Agente + Tema[10].

O Paciente é particularmente problemático. Entre os termos tradicionalmente analisados como Paciente, podem-se enumerar as seguintes relações semânticas:

"mudança de estrutura ou de aparência"

[25] Quebrei o jarro.

"início de existência"

[26] Compus uma canção.

"desaparecimento"

[27] A gasolina acabou.

[28] O governo extinguiu a agência.

"tema"

[29] Arrastei a mesa para o quintal.

[24] O cachorro correu para o quintal.

10 A acumulação de papéis semânticos já é utilizada em Jackendoff (1972). Na verdade, é um artefato de nossa ignorância atual sobre a definição dessas relações.

e ainda outros, incluindo alguns difíceis de definir, como
[30]Aplaudi a decisão.

[31] Os incas adoravam o sol.

[32] Achei uma carteira na rua.

O que é, exatamente, um Paciente? Aqui precisamos de uma relação semântica coerente, codificada coerentemente pela sintaxe; até o momento não a encontramos, de modo que qualquer diátese que inclua um Paciente está em discussão.

Assim como o Paciente, há outros papéis semânticos que ainda esperam uma definição clara e operacional. Esse é um dos problemas principais que nos ocupam no momento em nosso esforço de construir o **Dicionário.** É bom observar que o problema não foi satisfatoriamente solucionado por nenhum dos dicionários e bases de dados que pudemos examinar: a maioria se contenta com a lista tradicional, ou com soluções *ad hoc* para cada caso particular. Por outro lado, tem havido progresso, e se encontra na literatura alguma discussão relevante sobre o assunto: posso citar em especial os trabalhos de Dowty (1989; 1991) e Cançado (2003), que propõem uma análise dos papéis semânticos em traços tais como *<afetado>, <estativo>* etc. Isso pode representar uma base para desenvolver uma compreensão melhor do fenômeno; mas verificar e aplicar essas hipóteses aos exemplos disponíveis é ainda uma tarefa futura.

5. O que o *Dicionário* pode nos ensinar

O *Dicionário*, mesmo em sua forma atual, um tanto preliminar, já mostra vários fatos interessantes a respeito da língua. Em primeiro lugar, fica evidente que a proporção geralmente pressuposta entre regularidade e idiossincrasia subestima seriamente a importância desta última. Com efeito, a quantidade de informação vinculada a itens lexicais, e não redutível a regra geral, é imensa; basta lembrar os 50 verbos examinados, que se dividem em 45 classes valenciais. Examinando os verbos um a um encontramos diáteses como a que chamamos C1, a saber,

C1 **SujV**>Agente **V** **SN**>Paciente

Essa diátese está presente na valência de verbos tão variados como *comer, quebrar, dobrar, pintar, destruir, chutar, beijar* e mais centenas, talvez milhares de verbos. Por outro lado, a diátese

C279 **SujV**>*Agente* **V** ***de*** **SN**>*Paciente* **SN**>*Qualidade*

só ocorre com um verbo da língua, *fazer*, como em

[33] O governo fez da crise uma tragédia.

Esse fato nos leva a repensar o próprio processo de aprendizagem da língua, pois requer uma capacidade maior do que geralmente se imagina de aprender elementos individuais, não conectados por regras gerais. Isso tem consequências para o planejamento do ensino do português como língua estrangeira, pois leva necessariamente a uma ênfase maior nos detalhes das propriedades de itens lexicais específicos. Em outras palavras, a estrutura da língua é vastamente mais complexa do que sugere pelo menos uma parte das teorias correntes.

Ainda no que diz respeito à aprendizagem da língua, o grande número de classes de verbos sugere que a aprendizagem se dirige não à classe de cada verbo, mas às diáteses que o classificam. Em outras palavras, nossa mente ao encontrar um novo verbo não se pergunta "é transitivo, intransitivo ou de ligação?", mas "em que diáteses esse verbo pode ocorrer?". Fica assim explicado o fenômeno da classificação equivocada como quando uma criança diz *você bateu o cachorro* – ela está atribuindo ao verbo *bater*, no sentido de 'espancar', uma diátese que se aplica à grande maioria dos verbos de ação (ou seja, C1). Só mais tarde ela vai aprender que esse verbo é excepcional, e exprime Agente e Paciente através de uma diátese idiossincrática, com a preposição *em* antes do Paciente.

Finalmente, a construção do **Dicionário** vem mostrando com muita clareza um ponto bastante citado, mas raramente exemplificado, a saber, o caráter contínuo da divisão entre gramática e léxico. Ao examinar as valências, vemos com clareza que isso é verdadeiro, e também podemos dar exemplos. Assim, a associação entre sujeito e Agente (que se observa nas diáteses C1, C2, C74, C79, C106, todas vistas acima) aparece em dezenas de diáteses, e pode ser considerada resultado da

aplicação de uma regra gramatical de encadeamento (*linking rule*), que comporta exceções, mas se aplica à imensa maioria dos casos. Mas a associação do Agente com um sintagma da forma *de SN* ocorre apenas com um verbo da língua, a saber

[34] O vizinho apanhava da mulher.

e precisa ser marcada como um fenômeno lexical. Temos aqui o mesmo processo (associação entre função sintática e papel semântico) sendo forçosamente descrito em termos gramaticais em um caso, em termos lexicais em outro – um exemplo da falta de distinção nítida entre gramática e léxico.

Building the Valency Dictionary: problems and results.

Abstract

Project VVP (in course at UFMG with participation of researchers from three other Universities of Minas Gerais) has as its aim the elaboration of a dictionary of verb valencies of Brazilian Portuguese. A notation is proposed for constructions (**diatheses**), which utilizes a maximally simple syntactic analysis, complemented by the semantic roles assigned to each constituent. Each verb is thus classified according to the diatheses it can occur in, providing a detailed and precise classification, which adequately expresses the grammatical behavior of each verb. This system replaces with advantage current traditional classifications. Some problems under discussion at the moment are presented, which have to do with the definition and delimitation of semantic roles. In what regards linguistic theory, the research has shown that the usually assumed proportion between regular and irregular phenomena in the structure of languages greatly underestimates the importance of idiosyncratic information. For instance, a preliminary survey of 50 verbs in the *Valency dictionary*, chosen randomly, showed that they belong to no less than 45 valential classes. The results of the research so far are relevant for the planning of courses in Portuguese as a foreign language, and suggest questions having to do with the study of language acquisition.

Keywords: Valency. Verb. Portuguese grammar. Lexicology

Referências

ADESSE (**Alternancias de diátesis y esquemas sintáctico-semánticos del español**). Disponível em <http://adesse.uvigo.es>

BORBA, Francisco da Silva (Ed.) **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 1990.

BUSSE,Winfried (org.). **Dicionário sintáctico de verbos portugueses**. Coimbra: Almedina, 1994.

CANÇADO, Márcia. "Um estatuto teórico para os papéis temáticos". In: **Semântica Formal**. MÜLLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda Negrão Vailati; FOLTRAN, Maria José (Org.) São Paulo: Contexto, 2003.

CHIERCHIA, Gennaro, Barbara H. PARTEE e R. TURNER (org.). **Properties, types and meaning**. Studies in Linguistic and Philosophy, vol. II: Semantic Issues. Dordrecht: Kluwer, 1989.

CULICOVER, Peter W. e Ray S. JACKENDOFF. **Simpler Syntax**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DICOVALENCE 2. **Dictionnaire de valence des verbes français**. 2010. Disponível em <bach.arts.kuleuven.be/dicovalence/>

DOWTY, David. "On the semantic content of the notion of 'thematic role'". In: CHIERCHIA, G.; PARTEE, B.; TURNER, R. (Ed.). **Properties, Types and Meaning**. Dordrecht: Kluwer, 1989. p.69-129.

DOWTY, David. "Thematic proto-roles and argument selection". **Language**, 67, 3, 1991.

GOLDBERG, Adele. **Constructions at work**. Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, Adele. **Constructions – a construction grammar approach to argument structure**. The University of Chicago Press, 1995.

GROSS, Maurice. **Méthodes en syntaxe**. Paris: Hermann, 1975.

HAUY, Amini B. **Gramática da língua portuguesa padrão**. São Paulo: EDUSP, 2014.

HERBST, Thomas, HEATH, David; ROE, Ian F.; GÖTZ, Dieter. **A valency dictionary of English:** a corpus-based analysis of the complementation patterns of English verbs, nouns and adjectives. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

JACKENDOFF, Ray S. **Semantic interpretation in generative grammar**. Cambridge, MA: MIT Press, 1972.

JACKENDOFF, Ray S. **Semantic structures**. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.

LEVIN, Beth. **English verb classes and alternations**. University of Chicago Press, 1993.

MÜLLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda Negrão; FOLTRAN, Maria José (Org.) **Semântica Formal.** São Paulo: Contexto, 2003.

PERINI, Mário A. **Estudos de gramática descritiva**: as valências verbais. São Paulo: Parábola, 2008.

PERINI, Mário A. **Describing verb valency:** practical and theoretical issues. Cham, Switzerland: Springer, 2015.

Apêndice: classificando verbos

Dou a seguir uma lista de alguns verbos, devidamente classificados quanto a sua valência, segundo a notação utilizada no *Dicionário*:

C1: *acariciar, assaltar, derrotar, devorar*

C1, C4: *amassar, engordar, adormecer, afundar*

C1, C2: *aplaudir, atacar, babar, beliscar, cantar*

C1, como vimos, é a diátese que tem sujeito Agente e mais um SN Paciente. C4 tem sujeito Paciente e não comporta outro SN; por exemplo, *a lata amassou*. C2 tem sujeito Agente e não tem expressão do Paciente: *todos aplaudiram*. Como vemos, temos aí verbos que só ocorrem em C1, outros que ocorrem em C1 e C4 e ainda outros que ocorrem em C1 e C2.

Já outros verbos têm valência muito mais complexa. Sem entrar em detalhes, basta examinar os seguintes:

C1, C4, C16, C79, C86, C88: *bater*

C23, C54, C100: *chegar*

C1, C4, C43, C46, C47, C48, C102: *acabar*

C1, C4, C16, C18, C22, C23, C28, C38, C97, C100, C105, C130, C138, C143, C145, C174, C215, C216, C229, C230, C251, C252, C270: *passar*

Como já vimos acima, *passar* é até agora o verbo de valência mais rica que encontramos.

Submetido: 12/02/2016

Aceite: 08/07/2016

O estatuto de *nem* na gramática do português

Norma Barbosa Novaes Marques*
Erotilde Goretti Pezatti**

Resumo

Tradicionalmente a partícula 'nem' tem sido considerada uma conjunção aditiva, pois se entende que estabelece entre elementos uma relação de acréscimo. Etimologicamente, é proveniente do latim 'nec', um dos poucos juntores que restaram nas variedades vernáculas de latim, juntamente com '*et', 'aut', 'magis', 'ca', 'post'* (cf. Nascentes, 1955). Para Neves (2000), 'nem' tem o mesmo papel de 'e', ou seja, é uma conjunção que marca uma relação de adição entre segmentos negativos coordenados, com significado básico de "e também não". Como se pode observar, a autora considera 'nem' um elemento complexo, indicando acréscimo por meio de 'e' e 'também', e negação, por meio de 'não'. Este trabalho tem como objetivo discutir o estatuto desse elemento, utilizando o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), tendo como hipótese a de que 'nem', tal como 'não', representa, morfossintaticamente, o operador de polaridade negativa, acrescida, no entanto, de ênfase. Para isso, utiliza o *corpus* do Projeto PHPB, constituído de documentos escritos no Brasil, dos séculos XVII ao XX. Os dados analisados revelam que 'nem' pode ocorrer numa relação de justaposição entre atos discursivos, ou entre termos de diferentes categorias semânticas, e representa, além da negação, uma estratégia de intensificação, utilizada pelo Falante para atingir seu propósito comunicativo.

Palavras-chave: *Nem*. Coordenação aditiva. Polaridade. Ênfase.

Apresentação

Este artigo tem como proposta discutir o estatuto de *nem* na gramática do português, sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), utilizando o *corpus* do Projeto PHPB, constituído de

* União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo – UNIESP/José Bonifácio. Doutora em Estudos Linguísticos.
* Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' UNESP/São José do Rio Preto. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa.

documentos escritos no Brasil, dos séculos XVII ao XX[1]. A hipótese que subjaz ao objetivo é a de que 'nem', tal como 'não', representa, morfossintaticamente, o operador de polaridade negativa, acrescida, no entanto, de ênfase. Dessa forma, o objetivo é mostrar que não se trata de uma conjunção aditiva, como tradicionalmente é entendida, mas sim de um operador complexo que indica, ao mesmo tempo, intensificação, uma categoria interpessoal, e negação, uma categoria semântica.

1. *Nem* na literatura linguística

Etimologicamente, *nem* é proveniente do latim *nec*, um dos poucos juntores que restaram nas variedades vernáculas de latim, juntamente com *et, aut, magis, ca, post* (Nascentes, 1955). Na passagem para o português, sofreu apócope do –c e acréscimo de "m", um efeito do "n" inicial, com sentido de "nem", "não" e "e não" (HOUAISS, 2009).

Tradicionalmente *nem* tem sido considerado uma conjunção aditiva (Cunha; Cintra, 2001; Bechara, 2004), pois se entende que estabelece com um primeiro elemento uma relação de acréscimo, como em (01), entre as orações "não podia votar" e "ser votado".

(01) não podia votar, **nem** ser votado. [CARleitorXIX1BA-15]

Neves (2000), no entanto, considera dois usos de *nem:* como advérbio de negação, exemplificado em (02), e como conjunção coordenativa, exemplificado em (03). Como advérbio, geralmente precedido de *e*, como em (04), está ao lado de *não*, que é o elemento básico de negação, e de outros elementos adverbiais negativos, como *nunca* e *jamais*, que mesclam ideia aspectual e temporal.

(02) A patroa quer dar umas voltinhas, **nem** quer saber do jogo. (NEVES, 2000, p. 287)

(03) Mas como era sujeito distinto, não telefonou **nem** procurou pessoalmente Monticelli. (NEVES, 2000, p. 287)

(04) De sorte que não poderia, e **nem** deveria vir, no bojo de um mesmo processo, uma matéria fundamental, uma matéria urgente como a que V. Ex. se refere. (NEVES, 2000, p. 753)

1 6O Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB) é constituído de *corpora* diacrônicos escritos no Brasil, nos séculos XVI, XVIII, XIX e XX. Trata-se de documentos de natureza variada: impressos e manuscritos, de esferas institucional pública, institucional privada e particular, textos manuscritos mais formulaicos e textos menos formulaicos.

Para a autora, *nem* é o único elemento de negação que, além de seu papel adverbial, pode ser usado como conjunção. No caso de (03), *nem* tem o mesmo papel de *e*, ou seja, é uma conjunção que marca uma relação de adição entre segmentos negativos coordenados, com significado básico de "e também não". Como se pode observar, a autora considera *nem* um elemento complexo, pois indica acréscimo, por meio de *e* e de *também*, e negação, por meio de *não*. Afirma ainda que a diferença entre *e* e *nem* é que o segundo adiciona "segmentos negativos e privativos", como em (05) e (06):

(05) Detetives não acharam rastro de Enrico **nem** da Bertolazzi. (NEVES, 2000, p. 752)

(06) Um homem de bem neste estado, sem saber como **nem** por quê! (NEVES, 2000, p. 752)

Segundo Neves (2000), ao adicionar elementos negativos ou privativos, *nem* tem um significado denso, marcado, o que favorece o emprego de palavras de reforço, como em *nem tampouco* (acréscimo), *nem mesmo* (inclusão) e *nem ao menos* (privação). A autora não esclarece, no entanto, a que se referem os termos "denso" e "marcado". Reconhece ainda Neves casos de *nem* como elemento juntor aditivo em orações denominadas correlativas, conforme (07).

(07) **Nem** ela me ofereceu a mão da amizade e do bom conselho **nem** eu jamais respondi com quatro pedras na mão. (NEVES, 2000, p. 752)

Rosário (2009), assim como Neves (2000), considera que as denominadas aditivas com *nem...nem* são correlativas, diferentemente de Módolo (1999), que, ao tratar da correlação, não inclui essas construções.

Para Módolo (1999), a correlação é um "tipo de conexão sintática de uso relativamente frequente, particularmente útil para emprestar vigor a um raciocínio, aparecendo principalmente nos textos apologéticos e enfáticos" (MÓDOLO, 1999, p.3), e preferencialmente se presta a expressar opinião, defender uma posição, mais do que para informar acontecimentos com objetividade. Em frases correlativas, há uma relação de interdependência, ou seja, a estrutura das sentenças que se correlacionam está estreitamente vinculada por expressões conectivas, como mostra (08), em que *não só...mas também* ilustra um caso de correlação aditiva:

(08) Ao obrigar a rede de 2º grau a preparar seus alunos para essas provas, a UNICAMP deu uma contribuição decisiva *não só* para a renovação pedagógica nos bons colégios públicos e privados *mas, também,* para a própria transformação dos livros didáticos (...). (JT 27/05/93)

Rosário (2009) defende que as correlatas são marcadas em relação às coordenadas, com base nos seguintes argumentos: tendem a ser mais complexas em termos de estrutura, já que vêm aos pares, de forma interdependente; são bem menos frequentes (diferentemente do que aponta Módolo, 1999), e mais complexas do ponto de vista cognitivo, pois exigem maior esforço mental e demandam maior tempo de processamento.

Rodrigues (2014), por outro lado, descreve as construções com *nem...nem*, juntamente com *ora... ora, seja... seja,* inserindo-as no grupo das correlativas alternativas, pois, segundo a autora, o que é dito sobre a primeira oração não vale para a segunda, como em (09):

(09) quando foi lavar a boca assim na - olhou pro lado assim (vinha) um navio estava pertinho já daqui pra ali não tinha tempo de dos cara fazer nada *nem* ligar o motor / *nem* nada pra sair fora né o navio estava em cima já aí um um um falou assim ó pula n'água todo mundo. (RODRIGUES, 2014, p. 134)

Para Rodrigues (2007, 2014), na correlação, há uma relação de interdependência estrutural entre as duas orações, estabelecida por elementos formais que compõem um par correlativo, estando cada um de seus componentes em orações diferentes. A autora aponta as seguintes características da correlação: os conectores vêm aos pares, estando cada elemento do par em uma oração; as orações não são constituintes uma da outra e não podem ter sua ordem invertida. Concordando com Castilho (2010, p. 389, *apud* RODRIGUES, 2014, p. 130), Rodrigues considera que as correlatas alternativas diferem das demais correlatas, pois permitem a mobilidade das orações.

Em síntese, é possível perceber que os estudos sobre *nem* indicam que: i) pode ser um advérbio ou uma conjunção, conforme aponta Neves (2000); ii) como conjunção, pode estar em estruturas coordenadas ou correlatas (NEVES, 2000; ROSÁRIO, 2009; RODRIGUES (2014); e iii) a oração que encabeça é "marcada" (NEVES, 2000; ROSÁRIO, 2009).

2. Construções com *nem* no português

O material analisado, constituído de documentos escritos no Brasil, dos séculos XVII ao XX, mostra que *nem* ocorre em três diferentes tipos de construções no português, conforme demonstram (10), (11), (12) e (13).

(10) este pedante **nem** Logica estudou [CARleitorXIX1PE-4]

(11) Não lhe retribuimos na mesma moeda; **nem** transcrevemos taes escriptos [1CARedatorXIX1RJ-343]

(12) Para a hora da cea não chamava ninguém, nem queria assistencia de criado pera ella, ***nem*** *pera o descalçar quando se deitava,* ***nem*** *pera o vestir quando se levantava.* [XVII -A Camara e Gouerno da notauel Villa de Viana]

(13) ***Nem*** *na noite passada* ***nem*** *nesta* permitio otempo fazer observaçaõ alguma. [XVIII -Diário de viagem]

Em (10), a oração com *nem* não se encontra relacionada a outra oração, sendo, portanto, independente, cabendo a *nem* apenas o papel de advérbio de negação, conforme entende Neves (2000). Em (11), há duas orações independentes, "não lhe retribuimos na mesma moeda" e "nem transcrevemos taes escriptos", e em (12), duas orações subordinadas finais reduzidas de infinitivo, "nem pera o descalçar quando se deitava" e "nem pera o vestir quando se levantava". Em (13) ocorre a junção de dois sintagmas, "na noite passada" e "nesta [noite]".

O tipo de construção com *nem* que mais tem recebido a atenção dos estudiosos é, sem dúvida, a de duas orações independentes combinadas, processo denominado de coordenação de orações, como exemplificado em (11).

Conforme se observa em (11) e a seguir em (14) e (15), uma exigência de *nem* em coordenação de orações, independentes ou subordinadas, é a de que haja um elemento negativo no primeiro membro da relação aditiva, como *não*, em (11); *ninguém,* em (14), e *nunca*, em (15):

(14) ***Ninguém*** *ouvio,* ***nem*** *ousará affirmal****-o*** que Luiz Fernandes requeresse protesto algum, que para tanto não chegaria o seo discernimento [CARleitorXIX1BA -15]

(15) Nas antigas Republicas, e mesmo nas Monarquias, **nunca** o Povo teve I reprezentantes, **nem** semelhante tremo hera conhecido. [CARleitorXIX1PE-4]

Há ainda a possibilidade de esse elemento negativo do primeiro membro da coordenação ser a forma *nem*, como em (12) e (13), e assim formam-se estruturas com *nem...nem*, consideradas como correlação, por autores como Rosário (2009) e Rodrigues (2014).

Entendemos, porém, que, no caso de *nem*, a relação entre as duas partes não implica que a presença de um dos elementos prepara para a enunciação de outro. Assim, não se trata do caso de correlação descrito por Oiticica (1952), em que uma sentença estabelece uma relação de interdependência com a outra no nível estrutural. Nas construções com múltiplos *nem*, não há relação de interdependência

entre as orações, conforme demonstra (17).

(17) não tinha tempo de dos cara fazer nada **nem** ligar o motor **/ nem** nada pra sair fora. (Rodrigues, 2009)

Como se pode perceber, o uso de *nem* não cria expectativa de acréscimo de um segundo elemento. Como mostra (17b), não se faz necessária a complementação com a segunda oração iniciada por *nem*, diferentemente do que ocorre com (18), com *não somente...mas também,* um exemplo de correlação dado por Módolo (1999).

(17) a. não tinha tempo de dos cara fazer nada **nem** ligar o motor **/ nem** nada pra sair fora.

b. não tinha tempo de dos cara fazer nada **nem** ligar o motor.

(18) a. **Não somente** Marilda socorreu a pobre família, **mas também** adotou as duas órfãs.

b. *** Não somente** Marilda socorreu a pobre família

Evidentemente, as estruturas de (17)a e b, são diferentes. Pode-se perceber, no entanto, em (17a), a possibilidade de expansão com mais enunciados introduzidos por *nem*, como em (17c), o que demonstra tratar-se de coordenação n-ária por justaposição e não de estruturas correlatas.

(17) c. não tinha tempo de dos cara fazer nada **nem** ligar o motor **/ nem** nada pra sair fora ***nem*** nada para continuar tentando se livrar do problema.

Essa propriedade de negação enfática de vários elementos é claramente observada em (19), em que ocorrem várias orações coordenadas por justaposição, iniciadas por *nem*: "per socorrer a duas companhias", "pera armar os que podião seruir pera a defensão", "pera se darem as moniçoens, & poluora", "pera se pòr a artelharia onde fizesse danno ao inimigo", "pera mais que pera saluar as vidas sem respeito das honras":

(19) Bem se deixa ver a confusaõ, & tumulto em que ficaria aquella Cidade, entrada com tam subita força, & deixada com tanto desacrodo, desgouerno, & desbarate, que nem ouue prouidencia pera se impedir a desembarcação, onde fosse de proueito; **nem** per socorrer a duas companhias, que a esse effeito mandaram: **nem** pera armar os que podião seruir pera a defensão; **nem** pera se darem as moniçoens, & poluora, a quem com fruto pudesse gastallas: **nem** pera se pòr a artelharia onde fizesse danno ao inimigo: **nem** pera mais que pera saluar as vidas sem respeito das honras, como por muytas cartas foy Sua Magestade bem auisado. [XVII Do fundamento que os Olandezes tiueraõ pera tratar]

Essas constatações nos levam a propor que *nem* não representa um juntor aditivo como comumente se afirma, o que será discutido nas próximas seções.

3. Pressupostos teóricos da GDF

A Gramática Discursivo-Funcional é um modelo teórico que privilegia a intenção comunicativa do falante ao fazer uso do sistema linguístico em situação de interação. A GDF propõe que o componente gramatical está em níveis (pragmático, semântico, morfossintático e fonológico), que se apresentam como autônomos, por contarem com categorias próprias, mas interdependentes, devido à possibilidade de motivações semânticas e pragmáticas determinarem a codificação morfossintática e fonológica.

Um pressuposto da teoria é a separação entre os processos de Formulação e Codificação na produção linguística. No primeiro processo, o foco é a especificação de configurações pragmáticas (denominadas interpessoais) e semânticas (denominadas representacionais), enquanto, no segundo, observam-se as configurações morfossintáticas e fonológicas, ou seja, as unidades formais que as configurações pragmáticas e semânticas acarretam em uma língua. A Formulação converte a intenção comunicativa e sua representação mental em representações interpessoais e representacionais, enquanto a Codificação transporta as representações interpessoais e representacionais para os níveis morfossintático e fonológico, configurando uma expressão linguística.

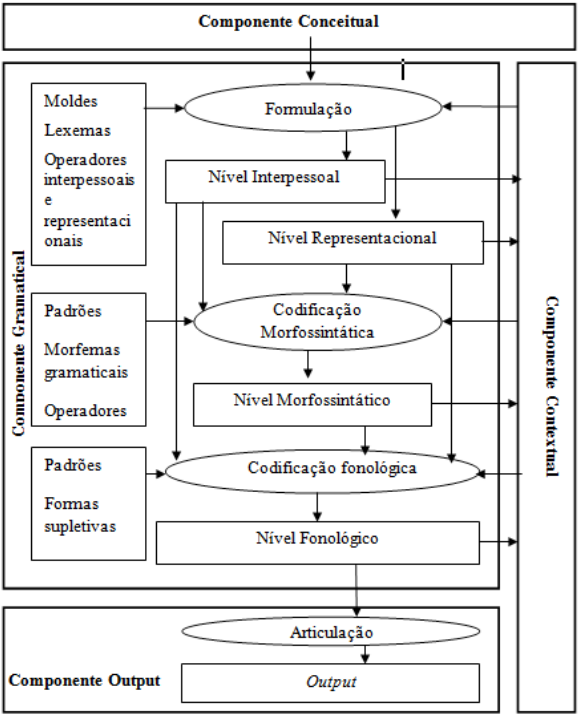
As relações de Formulação e Codificação encontram-se estruturadas em níveis que são representados hierarquicamente em organização descendente, que vai do discurso para a forma das expressões linguísticas; assim, a pragmática governa a semântica; a pragmática e a semântica comandam a morfossintaxe e, por fim, a pragmática, a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia.

Há quatro níveis de análise. Dois deles referem-se à formulação: o Nível Interpessoal diz respeito à interação entre Falante e Ouvinte e representa as ações linguísticas do Falante para conseguir seu objetivo comunicativo, cujo sequenciamento reflete a ordem das estratégias colocadas em prática para o falante atingir seu objetivo comunicativo, enquanto o Nível Representacional trata dos aspectos semânticos das unidades linguísticas, quer referentes ao modo como a língua se relaciona ao mundo extralinguístico que ela descreve, quer aos significados de unidades lexicais, independentemente do modo como essas

unidades são usadas na comunicação. Os outros dois, o Nível Morfossintático e o Fonológico, dizem respeito à codificação, ou seja, têm como tarefa tomar o *input* duplo resultante da formulação dos níveis Interpessoal e Representacional e convertê-lo em unidades de conteúdo morfossintático (composição sintática e morfológica dos elementos linguísticos) ou fonológico (aspectos da codificação não abrangidos pelo Nível Morfossintático).

Os níveis também são hierarquicamente estruturados em camadas de vários tipos, em que a camada mais alta contém outra camada, que contém outra e assim sucessivamente. Cada camada tem obrigatoriamente um Núcleo, que pode ser restringido por um Modificador, especificado por um Operador e ter ainda uma Função. Núcleos e Modificadores constituem estratégias lexicais, já Operadores e Funções, estratégias gramaticais. Uma Função ocorre entre unidades da mesma camada, por isso é sempre relacional, enquanto um Operador se aplica a uma unidade em si mesma. A Figura (1) apresenta o layout da GDF:

FIGURA 1. Layout geral da GDF (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 13)



Os vários níveis de representação dentro da gramática alimentam o Componente Contextual, tornando possível subsequente referência a vários tipos de entidades relevantes introduzidas no discurso em cada um desses níveis. O Componente Contextual alimenta as operações de Formulação e Codificação, uma vez que disponibiliza antecedentes, referentes visíveis, e participantes do ato de fala que podem de alguma forma influenciar a composição do Ato Discursivo subsequente. O Componente Conceitual não faz parte da gramática, mas é a força motriz que está por trás do componente gramatical.

Os conceitos da GDF pertinentes para a análise do item *nem* serão mais detalhadamente discutidos na próxima seção.

4. O estatuto de *nem* no português

Em construções como (21), em que *nem* ocorre em uma oração independente, é possível perceber que o falante pretende negar enfaticamente o conteúdo comunicado "todos tem as mesmas posses". Em outras palavras, estrategicamente ele intensifica uma informação que julga importante para atingir seu propósito comunicativo.

(21) Vossa mercê mesmo me acaba de dizer que a mocidade está enthusiasmada, e que todos querem estudar; **nem** todos tem as mesmas posses; uns são ricos, outros pobres. [1CARleitorXIX1SP -217]

Na GDF, a intensificação, por meios lexicais ou gramaticais, de um constituinte ou de toda a expressão linguística é denominada Ênfase. A Ênfase refere-se a uma categoria pragmática que perpassa todas as camadas do Nível Interpessoal, já que configura uma estratégia a mais, utilizada pelo Falante para atingir seu propósito comunicativo. É exatamente isso que faz a partícula *nem* em (21): intensifica o constituinte que a segue.

Por vezes a Ênfase é vista como uma contraexpectativa, como em (22), em que o uso de *nem* intensifica a indignação do Falante por considerar que as leis já deveriam ter sido executadas. Nesses casos, *nem* pode ser substituído por *sequer,* como mostra o trecho em (22a), considerado pela tradição como indicador de ênfase.

(22) Mas terá o povo Pernambucano experimentado todo o bem, que esperar podia das quatro sessões passadas? Não tem elle visto com magoa gastar se tantas vezes o tempo precioso em questões innuteis, e mesmo dictadas pelo espirito de

partido? Não tem elle sentido o gravame de novas contribuições? Não tem elle conhecido a inutilidade da multidão de Leis, das quaes muitas *nem* executadas tem sido? [3CARredatorXIX1PER-20]

(22) a. Não tem elle conhecido a inutilidade da multidão de Leis, das quaes muitas *sequer* executadas tem sido?

Em estruturas de coordenação de sintagmas, como em (23), (24) e (25), o caráter de intensificador do segundo membro veiculado por *nem* pode ser claramente constatado.

(23) Havia de reprezentar sua justiça allegando, que ao Donatario competia Quanto ao estilo da historia, & à lingoagem Portuguesa que leuo no discurso della, não tenho que me alargar em disculpas *nem* abonações, pois cada hum pratica conforme ao estilo, que lhe cõmunicou a natureza. [(XVII-Do fundamento que os Olandezes tiueraõ pera tratar]

(24) Sua vitória, no entanto, estava longe de representar a vontade da maioria: só puderam votar homens maiores de 21 anos que não fossem mendigos, analfabeto, praças, *nem* padres. [1CAReditoriaisXX2PE-90]

(25) A copa, ou Aparador de estado, em que os vãos do mundo se revem (& ãs vezes com fausto mintiroso, porque acontece serem mais as dividas de seus donos, do que val tudo o que nelle enlea os olhos) era pera o Arcebispo hua banca seca da arquitectura das que cõtamos da sua camara sem toalha, sem vazo, nem prato, *nem* peça outra de prata. [XVII - Prologo do Avthor aos Leitores]

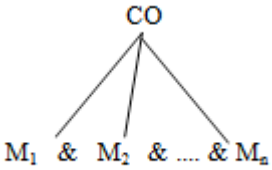
Em (23), *nem* nega enfaticamente o segundo membro da listagem ("abonações"); em (24), o termo *padres*, relacionado a vários outros anteriormente apresentados (*mendigos, analfabeto, praças)*; em (25), é usado para negar os dois últimos termos (*prato, peça outra de prata*) dentre vários já negados anteriormente pela preposição *sem* (*toalha, vazo)*, na listagem. No exemplo (25), *nem* e *sem* têm a mesma propriedade, a de negação, o que reforça a ideia de que *nem* não é uma conjunção.

Como já observado, é comum atribuir-se a esse elemento o papel de juntor aditivo, em uma relação de coordenação. No entanto, uma análise mais atenta permite observar o que segue.

A coordenação, segundo Dik (1997b) é um processo linguístico de *expansão* de uma estrutura em séries coordenadas de elementos similares. O seguinte esquema fornece uma representação formal desse processo:

$$\alpha \rightarrow \alpha^1, \alpha^2, ..., \alpha^n (n \geq 2)$$

Essa representação opera sobre algum elemento α, expandindo-o numa série n-ária de elementos coordenados do mesmo tipo. Assim, a construção coordenada consiste em dois ou mais membros, funcionalmente equivalentes, combinados no mesmo nível estrutural por meio de mecanismos de ligação. Isso implica que nenhum dos membros de uma construção coordenada é subordinado aos demais, embora possam mostrar relações de dependência maior ou menor. Eles estão todos par a par e são membros iguais da coordenação (CO), tendo, portanto, equivalência funcional.



Isso significa que nenhuma unidade é constituinte da outra, quer dizer, cada uma pode ocorrer sozinha, mas a combinação delas constitui uma única unidade formal, podendo ser representada como em (26), em que cada *relatum* representa um membro da combinação e R, o mecanismo de ligação.

(26) [Relatum] R [Relatum]

As ocorrências de (11) a (13), repetidas aqui por conveniência, ilustram isso perfeitamente. Em (11), há duas orações independentes coordenadas, em que "nem transcrevemos taes escriptos" é uma expansão de "não lhe retribuimos na mesma moeda", formando assim uma expressão composta por dois membros funcionalmente equivalentes. O mesmo ocorre em (12), em que há uma coordenação de duas orações subordinadas, pois "nem pera o descalçar quando se deitava" e "nem pera o vestir quando se levantava" se combinam para formar uma unidade formal. Nos dois casos, nenhuma das unidades é constituinte da outra. Esse mesmo processo de expansão ocorre em (13), entre os sintagmas "na noite passada" e "nesta [noite]".

(11) Não lhe retribuimos na mesma moeda; *nem* transcrevemos taes escriptos [1CARedatorXIX1RJ-343]

(12) Para a hora da cea não chamava ninguém, nem queria assistencia de criado pera ella, nem pera o descalçar quando se deitava, *nem* pera o vestir quando

se levantava. [XVII -A Camara e Gouerno da notauel Villa de Viana]

(13) *Nem* na noite passada *nem* nesta permitio otempo fazer observaçaõ alguma. [XVIII -Diário de viagem]

Na GDF, a coordenação é entendida como um processo de expansão que ocorre no Nível Morfossintático, como consequência da junção de dois Atos Discursivos, no Nível Interpessoal. Em outras palavras, a coordenação ocorre na camada mais alta do Nível Morfossintático, a da Expressão Linguística. A Expressão Linguística refere-se a qualquer conjunto constituído de, pelo menos, uma unidade morfossintática, que pode ser Oração, Sintagma ou Palavra. No caso da coordenação, a Expressão Linguística é composta de duas ou mais orações independentes, que, no Nível Interpessoal, correspondem a Atos Discursivos, cuja combinação resultante constitui uma única unidade formal.

O Ato Discursivo é a menor unidade linguística do comportamento comunicativo que corresponde a uma unidade de entonação com diferentes graus de complexidade: é geralmente composto de uma Ilocução e de um Conteúdo Comunicado, e é emitido por um falante e dirigido a um destinatário. A Ilocução captura as propriedades formais e lexicais do Ato Discursivo que podem ser atribuídas ao seu uso interpessoal convencionalizado para alcançar uma intenção comunicativa. As intenções comunicativas incluem ações como chamar a atenção, afirmar, dar ordem, questionar, alertar, requerer etc., que podem determinar Ilocuções do tipo Vocativo, Declarativo, Imperativo etc.

Como se pode observar, em (11), há dois Atos discursivos, com ilocução declarativa, visto que o falante instrui o destinatário a adicionar o conteúdo comunicado à sua informação pragmática. Assim considerando, da perspectiva da GDF, apenas a ocorrência (11) constitui um processo de coordenação.

Casos como (13), por outro lado, sob o ponto de vista da GDF, ocorrem numa Expressão Linguística formada com a combinação de sintagmas e/ou de palavras, constituindo uma *listagem*. Dik (1989) denomina essa junção de coordenação de termos, e a entende como um modo abreviado e econômico de expressar que diferentes entidades se relacionam da mesma maneira com o predicado, permitindo manifestar dois estados-de-coisas com uma única oração. Visto que cada um dos termos estabelece uma relação independente com o predicado, esse tipo de coordenação pode facilmente ser explicado por multiplicação direta.

De qualquer forma, esses casos constituem expansão de elementos, orações ou sintagmas, funcionalmente equivalentes, combinados no mesmo nível estrutural, por meio de mecanismos de ligação.

Retomando Dik (1997b), na coordenação, o mecanismo de ligação (R) pode não estar evidente, havendo, então, a colocação lado a lado de dois membros, sem qualquer conectivo, e separados por uma pausa, que se indica, na escrita, por vírgula, ponto-e-vírgula ou dois pontos, o que caracteriza a justaposição.

Como pode ser observado pelas paráfrases de (11), (12) e (13), em (11)a, (12)a e (13)a, a relação de adição entre os membros coordenados é efetuada por justaposição, sendo possível a inserção da conjunção *e* no lugar da vírgula para estabelecer, sem qualquer prejuízo, a relação aditiva pretendida.

(11) a. Não lhe retribuimos na mesma moeda *e nem* transcrevemos taes escriptos.

(12) a. nem pera o descalçar quando se deitava *e nem* pera o vestir quando se levantava.

(13) a. Nem na noite passada *e nem* nesta permitio otempo fazer observaçaõ alguma.

Como se observa tanto pelas paráfrases anteriores quanto por ocorrências como (27) e (28), *e* e *nem* podem co-ocorrer, o que sugere que *e* é o elemento juntor entre "naõ quero" e "nem me convem", em (28), e entre "com 120$ rèis votados em 1848 para o material da Typographia Provincial" e "com 4$960 rèis despendidos com o concerto do prelo", em (28). Dessa forma, resta a *nem* indicar apenas a negação, o que corrobora a afirmação de Neves (2000) de que *nem* é um advérbio.

(27) todavia naõ quero *e nem* me convem romper contra o mesmo, somente fundado em suspeitas; por isso desafio ao meu detractor para que saia de detràs do reposteiro que lhe prometto responder cathegoricamente, e desmascaral-o [1CARleitorXIX1CE -resposta a insultos recebidos]

(28) Está pois demonstrado que o tal contrato prejudicava os cofres Provinciaes em ais de um conto e quinhentos mil rèis; vê-se porém que nao contei com 120$ rèis votados em 1848 para o material da Typographia Provincial, *e nem* cois despendidos com o concerto do prelo, e mandados pagar por despacho de 30 de Julho, por que entao subis á 1.648$960 réis. [1CarLeitoresXIX1SC]

Os exemplos mostram ainda que a co-ocorrência de *e* e *nem* pode ser observada tanto entre orações principais, conforme (27), como entre sintagmas, em (28), e também em orações independentes, como em (29):

(29) Em fevereiro de 1829 foi segunda vez reeleito Juiz de Paz desta Freguesia, jasendo molesto em uma cama ungido e sacramentado, sem esperanças de vida,

o que era notorio a todos os seos comparochianos, *e nem* assim divergiram seos votos; verdade esta constante da Acta d'aquellas Eleições: e qual seria S*enho*r Redactor, o motivo de ser reeleito, como foi, senão a boa opinião publica, que este Juiz gosa nesta Freguesia? [CARleitorXIX1BA-15]

A possibilidade de substituição da vírgula por *e* e a co-ocorrência de *e* e *nem* sugerem que *nem* é, na verdade, um elemento de negação, seja de Estados-de-coisas, representados por orações, conforme exemplos anteriores, seja de outras categorias semânticas, como propriedade, indivíduo, lugar, modo, conforme exemplificam respectivamente (30), (31), (32) e (33):

(30) O que não pode *nem* deve é continuar a atual norma antiquada e retrograda, em que o fornecedor vende por preços bem elevados, porque tem no governo um pagador relapso por várias implicações [1CARredatorXX2CE]

(31) Eu nunca pedi utencilios para a minha Aua, *nem* caza ou alugueres para se pagar. [1CARleitorXIX1CE]

(32) O inventario continúa no mesmo, *nem* para traz *nem* para adiante, o que de certo não agrada muito aos credores. [Carta Leitor XVII PE -36]

(33) que eu naõ tenho tomado parte em dita revolta, *nem* directa *nem* indirectamente*;* e que, finalmente, pronunciei-me e pronuncio-me contra esse partido. [CARleitorXIX1PE-17]

O Estado-de-coisas é uma camada do Nível Representacional que pode ser localizada no tempo relativo e avaliada em termos de seu estatuto de realidade, já que pode ocorrer ou acontecer em algum ponto de um intervalo de tempo. Hierarquicamente abaixo do Estado-de-coisas, está a Propriedade Configuracional, não caracterizada em termos de tempo e espaço, uma vez que só pode ser avaliada em relação a sua aplicabilidade a outros tipos de entidades ou à situação que ela descreve, não tendo, portanto, existência independente. As demais categorias semânticas não são hierárquicas: indivíduo, entidade concreta, tangível, que pode ser localizada no espaço e avaliada em termos de sua existência, e lugar, tempo, modo, quantidade e razão, categorias em que os próprios nomes explicitam o valor semântico.

Como mostram essas ocorrências, uma propriedade importante de *nem* é poder negar Estados-de-coisas ou qualquer categoria semântica hierarquicamente inferior, o que não é possível com *não*, que só pode negar Estados-de-coisas ou propriedades. Note-se a impossibilidade de paráfrases com *não* em (31)a, (32)a e (33)a, casos de indivíduo, lugar e modo, respectivamente:

(31) a.*Eu nunca pedi utencilios para a minha Aua, não caza ou alugueres para se pagar.

(32) a. *O inventario continúa no mesmo, *nem* para traz não para adiante, o que de certo não agrada muito aos credores.

(33) a. *que eu naõ tenho tomado parte em dita revolta, *nem* directa não indirectamente; e que, finalmente, pronunciei-me e pronuncio-me contra esse partido.

Ao fazer uso de *nem*, em vez de *não*, o falante estrategicamente intensifica uma informação que julga importante para atingir seu propósito comunicativo. Como já observado, a essa estratégia a GDF denomina Ênfase. Em outras palavras, *nem* representa uma estratégia para enfatizar um Conteúdo Comunicado ou um Subato. É a essa propriedade de *nem* que os autores se referem ao afirmarem que construções com *nem* têm um significado "denso, marcado" (Neves, 2000) ou "é marcada" (Rosário, 2009).

De fato, ao comparar as orações em (30)a e b e (31) a e b, por exemplo, é possível verificar que as estruturas com *nem* são intensificadas em oposição às estruturas com *não*.

(30) a. *O* que não pode *nem* deve é continuar a atual norma antiquada e retrograda, em que o fornecedor vende por preços bem elevados, porque tem no governo um pagador relapso por várias implicações [1CARredatorXX2CE]

b. O que não pode (e) não deve é continuar a atual norma antiquada e retrograda, em que o fornecedor vende por preços bem elevados, porque tem no governo um pagador relapso por várias implicações.

(31) a. Eu nunca pedi utencilios para a minha Aua, *nem* caza ou alugueres para se pagar. [1CARleitorXIX1CE]

b. Eu nunca pedi utencilios para a minha Aua, não (pedi) caza ou alugueres para se pagar.

A categoria pragmática de Ênfase expressa por *nem* é claramente observada em estruturas como (34), em que fica evidente que o uso de *nem* representa a intenção do Falante de intensificar e não apenas de negar o conteúdo comunicado "esse pedante estudou lógica", o que poderia ser feito por meio do operador *não*, como mostra a paráfrase em (34a):

(34) este pedante *nem* Logica estudou [CARleitorXIX1PE-4]

a. este pedante *não* estudou Logica.

Essas constatações indicam que *nem* representa uma categoria pragmática de intensificação e, ao mesmo tempo, uma categoria semântica, indicativa de polaridade negativa, tal como *não*. Em termos de GDF, essas duas categorias, formuladas respectivamente nos níveis Interpessoal e Representacional, são codificadas, no Nível Morfossintático, cumulativamente pela partícula *nem*. O que diferencia *nem* de *não* é justamente sua propriedade de operador de Ênfase. Dessa forma, pode-se afirmar que, no Nível Morfossintático, *nem* é uma partícula que mapeia o operador enfático de polaridade negativa e não uma conjunção aditiva, como é comumente considerada.

5. Considerações finais

Como observado na literatura, *nem* é considerado uma conjunção que está presente em estruturas coordenadas e correlatas, atribuindo um significado "denso", "marcado" às estruturas das quais faz parte.

Este artigo propôs-se a discutir o estatuto desse item, apontando discordâncias em relação ao tratamento verificado na tradição linguística. Como se pôde observar, as orações com *nem* não são correlatas, visto que não há relação de interdependência entre elas nem criação de expectativa de acréscimo de um segundo elemento, como exigido pela correlação. Por outro lado, também não se pode afirmar que seja uma conjunção que relaciona aditivamente dois ou mais membros, visto que a ligação entre eles é efetuada por justaposição ou por meio da conjunção aditiva *e*.

Acreditamos ter deixado claro que *nem*, na verdade, expressa, no Nível Morfossintático, duas categorias gramaticais: uma do Nível Interpessoal, a Ênfase, e uma do Nível Representacional, a polaridade negativa. Em outras palavras, seguindo o modelo descendente da GDF, o operador de Ênfase e o operador de polaridade negativa, formulados respectivamente no Nível Interpessoal e no Representacional, são codificados no Nível Morfossintático pela partícula *nem*.

O que diferencia as partículas morfossintáticas *não* e *nem* é o fato de a primeira indicar apenas a categoria semântica de polaridade negativa, e a segunda, acumular dois significados, um interpessoal (Ênfase) e outro semântico (polaridade negativa).

Dessa forma, pode-se afirmar com certeza que *nem* não constitui uma função, geralmente mapeada, no Nível Morfossintático, por uma conjunção, como

tradicionalmente é definido na literatura. Em outros termos, não se trata de uma conjunção aditiva, mas de uma partícula que representa cumulativamente o operador de ênfase e o operador de polaridade negativa.

El estatuto de nem (ni) en la gramática del português

Resumen

Desde un punto de vista tradicional 'nem' ('ni') ha sido considerada una conjunción copulativa, pues se comprende que establece entre elementos una relación de cópula. Desde un punto de vista etimológico, proviene del latín 'nec', uno de los pocos enlaces que restaron en las variedades vernáculas del latín, aparte de '*et', 'aut', 'magis', 'ca', 'post'* (cf. NASCENTES, 1955). Según Neves (2000), 'nem' ('ni') desempeña el mismo papel de 'e' ('y/e'), es decir, se trata de una conjunción que marca una relación de cópula entre segmentos negativos coordinados, con significado básico de 'e também não' ('y tampoco/y también no'). Como se observa, la autora considera 'nem' ('ni') un elemento complejo que señala añadidura por medio de 'e' ('y/e') y 'também' ('también'), y negación, por medio de 'não' ('no'). Este trabajo presenta como objetivo discutir el estatuto de ese elemento a la luz de la teoría de la Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), bajo la hipótesis de que 'nem' ('ni'), de la misma manera que 'não' ('no'), representa, morfosintácticamente, el operador de polaridad negativa, añadida, sin embargo, de énfasis. Para ello, se utiliza el corpus del Proyecto PHPB, constituido de documentos escritos en Brasil del siglo XVII al XX. Los datos analizados muestran que 'nem' ('ni') puede darse en la relación de yuxtaposición entre actos discursivos o entre términos de distintas categorías semánticas y representa, además de la negación, una estrategia de intensificación, utilizada por el hablante para lograr éxito en su propósito comunicativo.

Palabras clave: *Ni.* Coordinación copulativa. Polaridad. Énfasis.

Referências

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de janeiro: Lucerna, 2004.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**: A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MÓDOLO, M. **Correlação: Estruturalismo versus Funcionalismo**. (Pré) publications: forskning og undervisning. Danmark: Romansk Institut, Aarhus Universitet, 1999.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OITICICA, José. **Teoria da correlação**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

RODRIGUES, V. V. Correlação. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (orgs.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007.

RODRIGUES, V. V. Correlação. Em foco a correlação. **Revista Diadorim**. Volume 16, Dezembro 2014.

ROSÁRIO, I. C. Construções aditivas: uma análise funcional. In: **Pesquisa em Linguística Funcional: convergências e divergências.** Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2009. 1 CD ROM

Submetido: 30/03/2016
Aceite: 08/07/2016

Orações concessivas prefaciadas por *a pesar de* e *a pesar de* que no espanhol peninsular falado: factualidade, pressuposição e tempo de referência à luz do funcionalismo

Talita Storti Garcia*
Bárbara Ribeiro Fante**

RESUMO

Este trabalho visa a descrever, tendo como base a teoria da Gramática Discursivo-Funcional, as orações concessivas prefaciadas por *a pesar de (que)* no espanhol peninsular falado, com o objetivo de verificar em que medida os critérios Factualidade, Pressuposição e Tempo de Referência podem distinguir *a pesar de* e *a pesar de que* e como esses fatores podem ser reconhecidos na materialidade linguística dessas construções, uma vez que *a pesar de* e *a pesar de que* introduzem estruturas de naturezas diferentes, sendo, respectivamente, frases nominais e orações. O universo de investigação consiste no *corpus* do projeto PRESEEA (*Proyecto para el Estudio Sociolinguístico del Español de España y de América*) e no *corpus* do projeto CREA (*Corpus de Referencia del Español Actual)*. Os resultados mostram que as orações prefaciadas por *a pesar de* tendem a veicular uma informação factual e pressuposta enquanto *a pesar de que* tende a apresentar uma informação também factual, mas que pode ser pressuposta ou não-pressuposta. A análise revela que o fator determinante para diferenciar essas duas conjunções é o Tempo de Referência, pois *a pesar de* apresenta Tempo de Referência Dependente, enquanto *a pesar de que,* Tempo de Referência Independente.

Palavra-chave: Gramática Discursivo-Funcional. Concessão. Espanhol falado. A pesar de. A pesar de que.

* Professora do Departamento de Letras Modernas - IBILCE - UNESP.
** Aluna do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UNESP de São José do Rio Preto, onde cursou Licenciatura em Letras - habilitação Português/Espanhol. Atualmente, orientanda da Prof.ª Dr.ª Erotilde Goreti Pezatti e da Prof.ª Dr.ª Talita Storti Garcia.

1. Considerações iniciais

Este trabalho apresenta as principais considerações a respeito da conjunção concessiva do espanhol *a pesar de (que)*, com o objetivo de verificar como *a pesar de* e *a pesar de que* se diferenciam, tendo como parâmetros de análise a Factualidade, a Pressuposição e o Tempo de Referência das estruturas envolvidas[1]. Pesquisa anterior (cf. GARCIA; FANTE, 2015) mostra que as estruturas introduzidas por *a pesar de* atuam no Nível Representacional, na camada do Estado-de-Coisas, e que as estruturas prefaciadas por *a pesar de que* operam no Nível Interpessoal, nas camadas do Ato Discursivo e do Movimento, ou seja, atuam em distintas camadas do modelo teórico adotado, a Gramática Discursivo-Funcional, o que nos impulsiona a investigar quais outros fatores, além dos já estudados em Garcia e Fante (2015), diferenciam esses dois nexos.

Este estudo pretende responder às seguintes questões: (i) Em que medida os critérios Factualidade, Pressuposição e Tempo de Referência podem ajudar na distinção entre *a pesar de* e a *pesar de que*? (ii) Como esses critérios podem ser reconhecidos na materialidade linguística dessas construções?

Utilizam-se como universo de investigação amostras do espanhol falado das cidades de Alcalá de Henares, Granada, Valencia e Madri pertencentes ao Projeto PRESEEA – *Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América*, e também amostras do espanhol falado do córpus CREA (*Corpus de Referencia del Español Actual*).

Apresentaremos, inicialmente, neste trabalho, na seção (1), os pressupostos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional e também um resumo dos resultados obtidos na primeira fase da investigação (cf. GARCIA; FANTE, 2015) com a conjunção *a pesar de (que)* necessários para compreender a análise deste artigo. Na seção (2), por sua vez, apresentaremos os conceitos básicos dos critérios Factualidade nas orações concessivas (2.1), Pressuposição (2.2) e Tempo de Referência (2.3). Já na seção (3) apresentaremos os resultados encontrados com base em nossas análises e, finalmente, faremos as Considerações Finais a respeito desta investigação.

1 Agradecemos à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) – Processo 2013/20839-5 - pelo apoio concedido para a realização deste trabalho, que integra um projeto maior que investiga todas as relações concessivas no espanhol, desenvolvido junto ao Departamento de Letras Modernas da UNESP, *Campus* de São José do Rio Preto, pela Prof.ª Dr.ª Talita Storti Garcia.

2. Pressupostos teóricos e considerações a respeito de *a pesar de (que)* à luz da Gramática Discursivo-Funcional

A *Gramática de la Real Academia Española* (1991) e a *Nueva Gramática de la Real Academia Española* (2009) – (doravante NGRAE) – definem a concessão como um grupo oracional que demonstra uma objeção real ou possível ao que está sendo dito na oração principal, asseverando que essa objeção não anula o que foi afirmado na oração principal, como demonstra (1):

***A pesar de** la lluvia*, voy.[2] (Real Academia Española 1991, p. 397 - adaptado)

Em (1), nota-se que a chuva poderia, mas não impede a realização da situação denotada na oração principal, no fato de ir (voy), o que caracteriza uma relação concessiva.

Já na visão da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), a concessão é uma *função retórica* utilizada pelo falante quando ele acha que o seu ouvinte não esperava o Conteúdo Comunicado apresentado na oração anterior (KEIZER, 2015).

A GDF é uma teoria que deriva da Gramática Funcional (GF) proposta por Dik (1997). Essa teoria, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), concebe o usuário da língua como conhecedor das regras formais e funcionais da linguagem e das formas de combinar essas regras.

A GDF é vista como um modelo de interação verbal cujo Componente Gramatical se une aos componentes Conceitual, Contextual e de Saída. Os três últimos componentes interagem com o Componente Gramatical por meio de operações de formulação (regras pragmáticas e semânticas de uma língua) e de codificação (regras que traduzem o morfológico, semântico e pragmático, e regras fonológicas).

O Componente Conceitual é responsável pelo desenvolvimento da interação comunicativa relevante para que seja produzido o ato de fala e os conceitos associados aos eventos extralinguísticos pertinentes. O Componente Contextual, por sua vez, contém uma descrição do conteúdo e da forma do discurso anterior e molda a forma na qual o ato de fala será produzido em função da relação social entre os participantes da conversação. O Componente de Saída gera sinais acústicos ou expressões de ortografia com base nas informações proporcionadas pelo Componente Gramatical.

2 Apesar da chuva, vou.

O Componente Gramatical se divide em quatro níveis de organização linguística: o Interpessoal (relacionado com a pragmática) e o Representacional (relacionado com a semântica) – responsáveis pelo processo de formulação – o Morfossintático (relacionado com a morfossintaxe) e o Fonológico (relacionado com a fonologia) – encarregados pelo processo de codificação. Todos esses Níveis são impulsionados por um conjunto de primitivos e se organizam internamente em estratos hierárquicos.

O Nível Interpessoal, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), captura toda a formulação das distinções relativas à interação entre o falante e o ouvinte. A hierarquia presente dentro do Nível Interpessoal se organiza pelas camadas seguintes: Movimento (M), Ato Discursivo (A) e Conteúdo Comunicado (C). Esse Nível se refere aos aspectos pragmáticos da unidade da língua que refletem o papel da interação falante-ouvinte.

Esses papéis se analisam em termos de funções retóricas e pragmáticas. Dentre as Funções Retóricas encontram-se: Motivação, Orientação, Correção e Concessão. Como já mencionado, essas funções referem-se às formas em que os componentes do discurso são organizados pelo falante, a fim de alcançar seu propósito comunicativo, e também se relacionam às propriedades formais de um comunicado que influenciam o ouvinte a aceitar o que diz o falante. A concessão, portanto, para a GDF, é uma *função retórica* no Nível Interpessoal, isto é, é uma relação de dependência entre dois Atos Discursivos (A), um Nuclear (Ai) e outro Subsidiário (Aj), sendo que esse último deve ser entendido como uma estratégia de que dispõe o falante para alcançar seu objetivo comunicativo.

O Nível Representacional, por sua vez, se refere aos aspectos semânticos da unidade linguística. Enquanto o Nível Interpessoal evoca algo, o Nível Representacional é responsável pela designação. Por isso, a utilização do termo semântica se relaciona aos meios pelos quais uma língua lida com os mundos possíveis que ela descreve. As relações hierárquicas que são designadas neste Nível são: Conteúdo Proposicional (p), Episódios (ep), Estados-de-Coisas (e) e a Propriedade Configuracional (f).

O Nível Morfossintático, por sua vez, trata dos aspectos estruturais de uma unidade linguística. Juntamente com o Nível Fonológico, ele cuida da codificação das distinções interpessoais e representacionais. Diante dessa função, muito do que acontece no Nível Morfológico é funcionalmente motivado: princípios ordenadores são motivados por iconicidade, integridade de domínio e preservação das relações de escopo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 283).

Já o Nível Fonológico, último Nível proposto pela teoria, é responsável pela parte da codificação que não foi abrangida pelo Nível Morfossintático. Esse Nível fornece um número de indicações, em cada camada, que o componente de saída converte em um resultado sonoro.

Como se observa, para a GDF, a concessão é uma função retórica, uma estratégia que o falante pode utilizar para atingir seus objetivos e guiar o ouvinte. Em pesquisa anterior (GARCIA; FANTE, 2015) investigamos os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos de estruturas introduzidas por *a pesar de (que)* no espanhol falado a fim de determinar em que Nível e camada essas estruturas se constituem no escopo da GDF. Constatamos que *a pesar* sempre pede o preenchimento de um *slot*, que pode ser, no espanhol falado, uma frase nominal (construção sem verbo) ou uma oração. Por pedir um único complemento, *a pesar* configura, na Gramática Discursivo-Funcional, uma Propriedade Configuracional de um lugar (f_1) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.139). Uma Propriedade Configuracional constitui o leque de esquemas de predicação relevante para uma determinada língua. Esse esquema de predicação pode variar de língua para língua. Para a GDF, as línguas diferem umas das outras em função do número e da natureza dos esquemas de predicação que são permitidos no que diz respeito à sua valência quantitativa.

Em Garcia e Fante (2015), foi possível observar que, em espanhol, o único *slot* requerido pela semântica de *a pesar* pode ser preenchido por uma oração desenvolvida, referindo-se à oração imediatamente anterior ou acrescentando uma informação a respeito de todo o contexto anterior, sempre na intenção de orientar o ouvinte, atuando, dessa forma, exclusivamente no Nível Interpessoal (pragmático). No primeiro caso, configura uma relação entre dois Atos Discursivos, quando constitui uma função retórica, conforme se observa na ocorrência (2) e, no segundo caso, configura um Movimento, uma oração que não se refere a uma oração principal, mas a todo o contexto anterior, servindo como um parêntese, algo que o falante julga necessário informar ao ouvinte, como pode ser visto na ocorrência (3).

(2) […] Para la gran mayoría la muerte es oscura, fría, el paso a la nada, ***a pesar de que*** *las creencias y las religiones busquen justificaciones y sacrificios en vida para un después tan eterno y maravilloso como aburrido.*[3] (CREA Oral, a vivir que son dos, Espanha, retransmissões esportivas).

(3) […] Bueno, en principio, tú sabes que tenemos la oferta de abrigos de

3 [...] Para a grande maioria, a morte é obscura, fria, um passo para o nada, apesar de que as crenças e religiões busquem justificativas e sacrifícios durante a vida para um depois tão eterno e maravilhoso quanto chato.

visón a trescientas noventa y cinco mil pesetas, que yo quiero mantener durante todo este mes de diciembre, ***a pesar de que*** *puede que sea imposible*, porque la el visón ha subido muchísimo de precio, pero voy a intentar mantener ese precio de tres-noventa y cinco.[4] (CREA Oral, rádio, Espanha, variedades).

O *slot* também pode ser ocupado por uma oração reduzida de infinitivo ou por uma frase nominal (construção sem verbo), mas, nesses casos, essas estruturas não apresentam a função de guiar o interlocutor, mas sim a de representar um possível obstáculo para a realização do que o falante apresenta imediatamente a seguir, o que caracteriza tais construções no Nível Representacional da GDF. No primeiro caso, o das orações reduzidas, são estruturas localizáveis no tempo e no espaço, o que configura, na GDF, Estados-de-Coisas, como pode ser observado em (4); já no segundo caso, são estruturas que podem indicar Localização (l) e Tempo (t), as quais configuram, na GDF, subclasses de categorias, que entram na constituição de uma Propriedade Configuracional, conforme demonstra a ocorrência (5) abaixo:

(4) […] hacía años que no participaba en este campeonato, y la verdad es que, ***a pesar de*** *hacer unos obligatorios mediocres*, hay que tener en cuenta también que era la segunda vez que los realizaba desde el campeonato del mundo de Stuttgart.[5] (CREA Oral, retransmissiões esportivas, Espanha, retransmissões esportivas)

(5)[…] pero Alcalá es un pueblo// un pueblo culto/ un pueblo con: cultura// pero es un pueblo// o que pasa que a mí me gusta porque es grande// ***a pesar de*** *pueblo* pero luego es pueblo. [6] (AH, 03, 15, H).

Dessa forma, em função da organização *top down* da GDF, *a pesar* é codificado, no Nível Morfossintático, como Conjunção, pois apresenta significado (pesar), assinalando a concessão. Assim, no processo de codificação morfossintática, é inserido a preposição *de*, que codifica a função Referência (relação de dependência, de relação) no domínio morfossintático, quando também se insere a conjunção *que* nos casos de oração.

Os resultados mostram claramente que as estruturas introduzidas por *a pesar de* atuam no Nível Representacional e que as estruturas prefaciadas por *a pesar de*

4 [...] Bom, a princípio, você sabe que temos a oferta de casacos de pele por 395 mil pesetas, que eu quero manter durante todo o mês de dezembro, a pesar de que pode ser que seja impossível porque o casaco de pele subiu muito de preço, mas vou tentar manter esse preço de três noventa e cinco.

5 [...] fazia anos que não participava deste campeonato e, a verdade é que, apesar de fazer uns obrigatórios medíocres, devemos levar em consideração também que era a segunda vez que os realizava desde o campeonato do mundo de Stuttgart.

6 [...] mas Alcalá é um povoado, um povoado culto, um povoado com cultura, mas é um povoado, o que acontece é que eu gosto porque é grande, apesar de povoado.

que atuam no Nível Interpessoal, o que nos permite afirmar que, do ponto de vista da GDF, *a pesar de* e *a pesar de que* são conjunções diferentes, pois introduzem estruturas que atuam em diferentes Níveis e camadas.

Constatamos, portanto, que *a pesar de que* tende a atuar no Nível Interpessoal, nas camadas do Movimento ou do Ato Discursivo. Nesse caso, os verbos ocorrem predominantemente no indicativo, uma vez que das 24 ocorrências, 75% ocorrem no indicativo e apenas 25%, no subjuntivo. Esse resultado confirma a hipótese de Crevels (1998) de que o uso do indicativo tende a ser recorrente nos estratos mais altos de organização linguística, tais como as Concessivas de Atos de fala (4ª ordem) e as Concessivas Textuais (5ª ordem). Confirmando o estatuto de Ato Discursivo e de Movimento de *a pesar de que*, observamos a presença de Atos Interativos nas fronteiras das orações concessivas pertencentes a essas camadas. Os Atos Interativos são estruturas voltadas para a interação e geralmente ocorrem no início ou no final dessas construções. Nos dados, pudemos observar muitos casos de orações seguidas pelos elementos *pero, porque, pues*, os quais não atuam como conjunção adversativa, causal ou explicativa, mas como elementos utilizados pelo falante para retomar o fio discursivo interrompido pela concessão quando ela ocorre como uma reconsideração ou como um parêntese, atuando no Nível Interpessoal.

Já as concessivas prefaciadas por *a pesar de* introduzem orações exclusivamente não-finitas, isto é, estruturas que ocorrem com verbo no infinitivo e estruturas desprovidas de núcleos verbais, ou seja, sintagmas nominais. Essas duas construções caracterizam, na GDF, respectivamente, Estados-de-Coisas e entidades como Tempo e Lugar, o que faz com que essa conjunção se constitua no Nível Representacional do modelo teórico adotado. Além disso, não foram detectados Atos Interativos nas fronteiras das orações concessivas, o que corrobora o estatuto de Estado-de-Coisas das orações introduzidas por essa conjunção.

A diferença de atuação da concessão, no Nível Interpessoal ou no Nível Representacional do modelo, representa grande influência na ordem. Os dados mostram que, quando a concessão atua no Nível Interpessoal, apresenta a função de persuadir o ouvinte e está voltada aos aspectos pragmáticos e interacionais. Em função disso, a estrutura concessiva tende a ocorrer após ou independentemente da oração principal. Já quando a concessão se dá no Nível Representacional, tende a funcionar como refutação de possíveis contra-argumentos do interlocutor (cf. NEVES, 1999), como algo que poderia interferir na oração principal, mas não

interfere e, nesse caso, ocorre, geralmente, antes da oração principal. A ordem da oração concessiva com relação à principal, na visão da GDF, é um reflexo claro da integração entre os Níveis, isto é, representa o reflexo dos fatores interpessoais e representacionais sobre os fatores morfossintáticos.

Os fatores de análise utilizados na pesquisa anterior, como se pode observar, foram essenciais na distinção entre *a pesar de* e *a pesar de que*. Esses resultados, no entanto, nos instigaram a descrever essas duas conjunções de acordo com outros fatores de análise na busca por um que fosse crucial nessa distinção. Os novos fatores utilizados foram Factualidade, Pressuposição e Tempo de Referência, sobre os quais passamos a discorrer na seção (2) a seguir.

3. Factualidade, Pressuposição e Tempo de Referência como fatores distintivos de *a pesar de* e *a pesar de que*

Conforme postulam Zamproneo (1998), Neves (1999) e Flamenco García (1999), a subcategorização das orações concessivas em factuais, eventuais e contrafactuais é estabelecida com base nos tempos e modos verbais que a oração nuclear e a oração concessiva exibem. Tendo como base os postulados funcionalistas, podemos atribuir à Factualidade e à Pressuposição, dentre outros fatores, as diferenças nas relações modo-temporais. De acordo com a NGRAE (2009) a informação temporal e modal que está vinculada às orações concessivas é de certa complexidade, não somente pela variedade de esquemas modo-temporais que são admitidos, mas também pela intersecção de valores semânticos que são expressos nessas correlações de tempo e modo. Dessa forma, nesta seção, analisaremos a questão da Factualidade, da Pressuposição e do Tempo de Referência verbal respectivamente em (2.1), (2.2) e (2.3).

a. A Factualidade

De acordo com Zamproneo (1998), Neves (1999), Flamenco García (1999) e NGRAE (2009), no que diz respeito à Factualidade, ou seja, à veracidade, as construções concessivas podem ser: factuais/reais, eventuais/potenciais/hipotéticas/semifactuais ou contrafactuais/irreais[7].

7 Para este artigo, adotaremos as denominações: factuais/ semifactuais e contrafactuais, conforme postula Flamenco García (1999).

a) Concessivas factuais

Apesar da realização ou da verdade da oração concessiva, segue-se, necessariamente, a realização ou a verdade da oração principal. Na perspectiva de Neves (1999) e de Flamenco García (1999), neste caso, tanto a proposição da oração principal quanto a proposição da oração concessiva devem ser verdadeiras para que a asserção global seja também verdadeira. Isso significa que a enunciação de uma factual implica a realização dos conteúdos tanto da oração principal quanto da oração concessiva, conforme exemplifica (6):

(6) […] dijimos vamos a la Moncloa y ya te tienen que ingresar/ pero por narices// tampoco la querían ingresar ***a pesar de que*** *fue en ambulancia.*[8] (AH, 07, 31, H)

Podemos verificar em (6) que tanto o fato expresso pela oração concessiva (A pesar de que fue en ambulancia) quanto o fato expresso pela oração principal (tampoco la querían ingresar) são possíveis de se realizarem no mundo real e a sua concretização ou não concretização é de fácil verificação. Assim, podemos resumir tendo como base as palavras da NGRAE (2009), que no período real são expressos fatos tidos como verdadeiros ou esperáveis.

b) Concessivas semifactuais

No caso das concessivas semifactuais, Flamenco García (1999) e Neves (1999) afirmam que o conteúdo expresso por estas orações subordinadas pode ser interpretado como verdadeiro (com maior ou menor grau de probabilidade de ocorrência) ou como nem verdadeiro nem falso, sendo esta última interpretação a característica que distingue as concessivas semifactuais das concessivas factuais, em cuja definição se declara a certeza da verdade do conteúdo presente na oração subordinada.

Em termos gerais, podemos dizer que, dada a potencialidade da oração concessiva, não necessariamente se segue a realização ou a verdade, nem a não realização ou a falsidade, da oração principal. Isso significa que existe uma incerteza epistêmica sobre a eventual ocorrência do conteúdo proposicional da oração concessiva, como é notado na ocorrência (7):

8 [...] dissemos vamos à Moncloa e já tem que te internar, mas por causa do nariz também não queriam interná-la, apesar de que foi em ambulância

(7) (e:) se promocionará el aire acondicionado/ más que la calefacción///***a pesar de que*** *la calefacción pues puede ocurrir que (ts) que sea necesaria unos cuanto:s días/ al año*.[9] (AH, 15, 51, H)

Em (7), podemos observar que o conteúdo proposicional da oração principal é factual, verdadeiro (se promocionará el aire acondicionado/ más que la calefacción), mas o mesmo não ocorre necessariamente com o da concessiva, pois não se observa certeza no conteúdo expresso em (a pesar de que la calefacción pues puede ocurrir que sea necesaria unos cuantos días al año) já que, o verbo no subjuntivo *sea,* em espanhol, pode assinalar uma possibilidade, visto que a calefação pode ou não ser necessária.

c) Concessivas contrafactuais

No caso das concessivas contrafactuais ou irreais, segundo Neves (1999), tanto a oração principal quanto a oração concessiva devem ser não verdadeiras para que a asserção global seja também não-verdadeira. Isso significa que a enunciação de uma contrafactual implica a não realização dos conteúdos tanto da oração principal quanto da oração concessiva.

Segundo Flamenco García (1999, p. 3831), o conteúdo da oração concessiva é considerado falso, isto é, a ocorrência de tal fato é negada implicitamente nestes contextos. Assim, nessas construções, o falante sabe que o fato expresso na oração subordinada nem está sendo cumprido no presente, nem se cumpriu no passado, o que explica o uso do condicional simples (viviría) na oração concessiva em (8) a seguir:

A pesar de que *de buena gana viviría en París,* no se está tan mal aquí en Madrid.[10] (FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3832 - Adaptado)

Em (8), facilmente reconhecemos que o falante, na oração concessiva *A pesar de que de buena gana viviría en París*, apresenta um fato irreal, improvável, que é morar em Paris. Desse mesmo modo, dizer que alguém está mal em Madri não é verdadeiro, o que leva o falante a afirmar o contrário de modo modalizado.

9 terá promoção de ar-condicionado mais do que de calefação, apesar de que a calefação pode ser necessária alguns dias do ano.
10 Apesar de que de boa vontade eu moraria em Paris, não se está tão mal aqui em Madri.

Para Pérez Quintero (2002), a Factualidade é um parâmetro independente e aplicável a todos os tipos de entidades. Dessa forma, a autora considera como factuais as relações concessivas que descrevem: (i) propriedade ou relação como aplicável; (ii) estados-de-coisas como reais; (iii) conteúdos proposicionais como verdadeiros e (iv) Atos discursivos como assertivos.

Após a exposição da Factualidade como fator de análise da presente pesquisa, na seção (2.2) a seguir, discutiremos a definição de Pressuposição e sua relevância para este trabalho.

b. A Pressuposição

Na concepção de Neves (1999), nas construções concessivas está implícita a ideia de que existe uma hipótese, que é a hipótese de objeção por parte do interlocutor. Assim, no caso das construções concessivas, o falante:

A) registra na oração concessiva uma objeção que ele pressupõe que o ouvinte tenha;

B) deixa prevalecer, entretanto, a ideia expressa na oração principal.

Do mesmo modo, Neves *et al* (2008) declaram que ocorre na construção concessiva que o falante pressupõe a objeção do ouvinte (elemento hipotético), e declara que tal objeção não impedirá nem modificará o propósito expresso na oração nuclear (elemento opositivo).

Nessa perspectiva, concebemos, neste trabalho, a Pressuposição como um fator que se relaciona ao conhecimento do falante e do ouvinte, mais especificamente, à expectativa que o falante apresenta com relação ao conhecimento de seu ouvinte, algo entre os interlocutores da interação. Essa relação entre conhecimentos e pressuposições, na GDF, está concebida no Componente Contextual, que contém a descrição do conteúdo e da forma do discurso precedente, do contexto real perceptível em que ocorre o evento de fala e das relações sociais entre os participantes (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 45).

Para determinar se uma relação é pressuposta ou não pressuposta, utilizamos os conceitos de *tema* e *rema* conforme a NGRAE (2009), que concebe *tema* como toda informação que é conhecida, podendo ser ou não ser explícita na interação. Em contrapartida, chamam-se *rema* as porções de enunciado consideradas novas, sendo importantes em uma situação discursiva para complementar uma informação que é temática. Cabe ressaltar aqui que quando o falante usa uma informação como nova, ele pressupõe que essa informação não é conhecida, isto é, o ouvinte

não tem conhecimento sobre tal informação. Já quando o falante pressupõe que o interlocutor conhece a informação, trata-se de uma informação compartilhada pelos interlocutores ou, em outras palavras, informação dada.

Com base nesta definição, trabalhamos com a hipótese de que as orações factuais podem ser pressupostas ou não-pressupostas no sentido de que podem ser conhecidas ou não pelo ouvinte, enquanto as orações contrafactuais tendem a ser não pressupostas, isto é, tendem sempre a veicular uma informação nova, já que o falante apresenta uma hipótese ou uma possibilidade pela primeira vez ao seu interlocutor. É possível observar, portanto, que Pressuposição e Factualidade são conceitos intimamente atrelados.

A Pressuposição e a Factualidade se manifestam na materialidade linguística de várias formas, dentre as quais destacamos a escolha dos tempos e modos verbais pelos falantes.

Após a exposição dos conceitos de Pressuposição, a seguir, em (2.3), trataremos sobre o fator Tempo de Referência.

c. O Tempo de Referência

Para Leufkens (2013), tempo absoluto e tempo relativo são categorias gramaticais, e, portanto, segundo a Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), categorias modeladas como operadores. Nessa perspectiva, Tempo de Referência Absoluto é considerado uma propriedade do Episódio; enquanto Tempo de Referência Relativo é uma propriedade do Estado-de-Coisas. É importante deixar claro que o Episódio é uma unidade que inclui um ou mais Estados-de-Coisas. Um Estado-de-Coisas pode ser localizado no tempo – com relação a outro Estado-de-Coisas dentro do mesmo Episódio – por meio de operadores de tempo absoluto ou por meio de modificadores de tempo relativo.

A título de ilustração, com base em Leufkens (2013), vamos considerar tais propriedades na língua inglesa:

(9) Yesterday Sheila went out before dinner.[11] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 171 apud LEUFKENS, 2013, p. 201).

No exemplo acima, segundo a autora, o modificador *yesterday* (um advérbio de tempo absoluto) localiza o Episódio no tempo, uma vez que *Sheila's going out* está localizado no passado. *Before dinner* (antes do jantar), que é um advérbio

11 Ontem Sheila saiu antes do jantar.

relativo frasal, localiza o primeiro Estado-de-Coisas *going out* (sair) com respeito a outro evento *dinner* (jantar). Já *yesterday* escopa *before dinner*, o que faz com que seja impossível inferir que o jantar ocorreu em outro dia que não seja *yesterday* (ontem).

Com base nisso, à luz da GDF, podemos dizer que um Episódio e seus Estados-de-Coisas estão localizados no tempo por significados de referência temporal absoluta, enquanto Estados-de-Coisas são localizados no tempo segundo outros Estados-de-Coisas.

É exatamente isso que pode ser visualizado em (10) abaixo, em que se observa que o Episódio todo se encontra no passado, caracterizando uma referência temporal absoluta, enquanto há dois Estados-de-Coisas que ocorrem simultaneamente, um contendo a forma não-finita *was working*, e ambos caracterizando uma referência temporal relativa:

(10) ...he felt very tired when he was working[12].

(p1:
(past ep1:
[(sim e1: - he feel tired – (e1)) (sim e1: - he work – (e1))]
(ep1))
(p1)) (DECLERCK'S, 1988, p. 512 apud LEUFKENS, 2013, p, 202)

Para Leufkens (2013), em oposição à oração principal, as orações subordinadas do inglês podem conter tempos relativos puros, isto é, nesses casos, nota-se que há certa dependência entre as orações, como é o caso de (11), em que está expressa uma relação de anterioridade, de (12), em que está expressa uma relação de simultaneidade, e de (13), em que está expressa uma relação de posterioridade:

(11) Having closed the door, he realized his keys were inside.[13] (LEUFKENS, 2013, p. 202)

(12) He left sliding down a rope.[14] (LEUFKENS, 2013, p. 203)

(13) He is the man to wash the dishes.[15] (LEUFKENS, 2013, p. 203)

Os tempos relativos acima são todos expressos por formas não-finitas do predicado. Isso porque um tempo relativo puro não ativa um lexema especializado

12 Ele se sentiu muito cansado quando/enquanto estava trabalhando.
13 **Tendo fechado** a porta, ele percebeu que suas chaves estavam dentro.
14 Ele saiu escorregando pela corda.
15 Ele é homem para lavar a louça.

ou afixo em inglês, mas sim é expresso por uma forma verbal que não veicula categorias gramaticais como tempo e aspecto. Dessa forma, a expressão associada em um operador de tempo absoluto e em um operador de tempo relativo (tanto na oração principal como na oração subordinada) leva à seleção de uma forma temporal auxiliar no Nível Morfossintático. Há nove combinações temporais possíveis, como pode ser visualizado na Tabela (1) a seguir, adaptada de Leufkens (2013, p. 203) para o espanhol:

TABELA 1: As nove possíveis combinações em espanhol para expressar operadores de tempo absoluto e de tempo relativo

Tempo Absoluto / Tempo Relativo	Passado	Presente	Futuro
Anterior	Pretérito Pluscuamperfeito *había cantado*	Pretérito Perfeito *he cantado*	Pretérito Pluscuamperfeito do Subjuntivo *hubiera cantado* e Condicional Composto *habría cantado*
Simultâneo	Pretérito Indefinido *canté*	Presente *canto*	Futuro Simples *cantaré*
Posterior	Condicional Simples *cantaría*	-	Futuro Perfeito *hubiere cantado*

FONTE: Leufkens (2013) – adaptada para o espanhol.

Na Tabela (1), acima, podemos ver que os tempos de referência dependente (tempo relativo) e independente (tempo absoluto) podem estabelecer relações de anterioridade, simultaneidade e posterioridade no passado, no presente ou no futuro, de acordo com as nove combinações de tempos verbais possíveis.

De acordo com o que foi exposto acima, nota-se que a diferença entre uma oração que apresenta tempo absoluto e uma oração que apresenta tempo relativo consiste na possibilidade de que a primeira pode selecionar a referência temporal independentemente. Dessa forma, um tempo absoluto corresponde, nos termos de Hengeveld (1998), a uma referência temporal independente, enquanto um tempo

relativo corresponde a uma referência temporal dependente. Essa relação pode ser feita porque o tempo absoluto, como já dito acima, se associa à escolha do tempo verbal – passado, presente ou futuro – que se estabelece independentemente de outro tempo verbal, enquanto o tempo relativo – simultâneo, posterior ou anterior – se associa às formas verbais não finitas, que, necessariamente, dependem de outro verbo para se constituírem.

Para Hengeveld (1998), o parâmetro de dependência temporal é relevante dentro de orações de 2ª ordem (Estados-de-Coisas) apenas, pois as orações adverbiais de zero ordem necessariamente têm Tempo de Referência Independente, enquanto as de 3ª e 4ª ordem têm Tempo de Referência Dependente.

Após a exposição das considerações sobre Tempo de Referência do verbo, passaremos, a seguir, a discutir o que os dados coletados para a pesquisa aqui apresentada demonstraram, segundo os fatores Factualidade, Pressuposição e Tempo de Referência, discutidos nas seções anteriores.

4. O que os dados mostram

Nesta seção, tratamos dos fatores de análise propostos para este trabalho – Factualidade, Pressuposição e Tempo de Referência – aplicando-os às conjunções *a pesar de* e *a pesar de que* e tendo o tipo de camada na qual a concessão se estabelece como fator norteador para a análise dos resultados.

a. **A pesar de que**

No que diz respeito à *Factualidade* das orações concessivas prefaciadas por *a pesar de que,* notamos que, das 24 ocorrências introduzidas por *a pesar de que*, 88% são factuais, enquanto apenas 12% são semifactuais. Não houve casos de orações contrafactuais. A Factualidade, fator que diz respeito à veracidade das orações, pôde ser detectada por meio do contexto da interação falante-ouvinte e por meio do tempo e do modo verbal das orações envolvidas na relação de concessão, conforme demonstram (14) e (15):

(14) […] dijimos vamos a la Moncloa y ya te tienen que ingresar/ pero por narices// tampoco la querían ingresar ***a pesar de que*** *fue en ambulancia*.[16] (AH, 07, 31, H)

16 [...] dissemos vamos à Moncloa e já tem que te internar, mas por causa do nariz também não queriam interná-la, apesar de que foi em ambulância.

(15) (e:) se promocionará el aire acondicionado/ más que la calefacción/// ***a pesar de que*** *la calefacción pues puede ocurrir que (ts) que sea necesaria unos cuanto:s días/ al año*.[17] (AH, 15, 51, H)

Em (14) nota-se que a oração principal está no Pretérito Imperfeito do Indicativo *querían* enquanto a oração subordinada veicula um verbo no Pretérito Indefinido do Indicativo *fue*. Considera-se, portanto, que a oração concessiva traz uma informação que é verdadeira, real e certa no passado; trata-se, na verdade, de um Ato Discursivo Assertivo, conforme Pérez Quintero (2002).

Por outro lado, nota-se em (15) que ambas as orações (principal e subordinada) veiculam um verbo que não designa que um fato real aconteceu ou está acontecendo, uma vez que a informação veiculada é de possível realização no futuro (pode ou não acontecer), pois na oração principal temos *promocionará*, no Futuro Simples, e na oração subordinada temos *puede ocurrir*, perífrase verbal de infinitivo que designa futuridade e incerteza, conforme a semântica do verbo *poder* que, neste caso, recebe uma leitura epistêmica. Em função dessa possibilidade (ou não) de ocorrência, consideramos as ocorrências como (15) casos de concessivas semifactuais. Embora reconheçamos a Assertividade do Ato Discursivo Nuclear (Ai) *se promocionará el aire acondicionado más que la calefacción* e a Assertividade do Ato Discursivo Subsidiário (Aj) *a pesar de que la calefacción pues puede ocurrir que sea necesaria unos cuantos días al año,* entendemos que (Ai) é real, enquanto (Aj) é potencial, ou seja, pode ocorrer ou não, o que configura um caso de concessiva semifactual.

É importante observar que os verbos utilizados em (14) e em (15) ocorrem no indicativo. Para Flamenco García (1999), com relação à expressão de conteúdos factuais, isto é, fatos constatados de realização efetiva, pode-se empregar tanto as formas do indicativo como as formas do subjuntivo. Segundo o autor, as concessivas factuais com indicativo assinalam um cumprimento efetivo de um fato, seja no presente, seja no passado, ou a convicção de um fato que está enfocado no futuro. Assim, nesses casos, *a pesar de que* pode introduzir todas as formas do indicativo em seus usos temporais, o que faz as orações adquirirem a seguinte relação interna com respeito aos usos do indicativo: a uma oração concessiva presente, em que se denota simultaneidade com o momento de fala, corresponderá uma oração principal com forma de posterioridade, de simultaneidade ou, mais

17 terá promoção de ar-condicionado mais do que de calefação, apesar de que a calefação pode ser necessária alguns dias do ano.

raramente, de anterioridade.

A Tabela (2)[18] a seguir resume os resultados obtidos com relação à Factualidade das orações introduzidas por *a pesar de que*:

TABELA 2: Factualidade nas orações prefaciadas por *a pesar de que*

	A pesar de que
Factuais	21 - 88%
Semifactuais	3 - 12%
Contrafactuais	0 - 0%

FONTE: elaboração das autoras.

Como é possível notar, a porcentagem de ocorrências semifactuais é bastante inferior à de orações concessivas factuais, o que demonstra que as orações concessivas introduzidas por *a pesar de que* tendem a veicular uma informação real, verdadeira.

No que diz respeito, por sua vez, à Pressuposição, detectamos que as orações concessivas prefaciadas por *a pesar de que* podem ser pressupostas e não-pressupostas, com tendência a serem não-pressupostas. Em (16), nota-se que na oração concessiva prefaciada por *a pesar de que* o falante introduz uma informação nova para o interlocutor, o que configura tal oração como não-pressuposta. Por outro lado, em (17), nota-se que o falante considera a oração concessiva como veiculadora de uma informação já conhecida pelo ouvinte, já mencionada anteriormente no discurso, o que configura tal oração como pressuposta:

(16) […] la inmensa mayoría de los españoles se declaran como creyentes, aunque una parte significativa, también hay que decirlo, se declara como no practicante así pues, **y *a pesar de que*** *los españoles conservan la fe*, o por lo menos una cierta fe o una fe selectiva. [19] (CREA Oral, debate, Espanha, religião)

(17) Los corredores han... durante estos últimos quilómetros han estado bajando muchos a los coches a pedir el casco el casco compacto, que les va muy

18 Para fins de padronização, todas as tabelas apresentadas na análise de dados indicam o número de ocorrências e a porcentagem correspondente a esse número.

19 [...] a imensa maioria dos espanhóis se declaram como crentes, ainda que uma parte significativa, deve-se mencionar, se declara como não-praticante, assim, pois, e apesar de que os espanhóis conservam a fé, ou ao menos uma certa fé, ou uma fé seletiva.

bien de cara al sprint porque el circuito de la Castellana, pues bueno, siempre tiene su peligro. Y, bueno, aprovecho para decir que, ***a pesar de que*** *muchos no lo lleven*, es bueno siempre para los chavales.[20] (CREA Oral, vuelta ciclista, Espanha, retransmissões esportivas)

Os dados mostram que há correspondência entre o tipo de camada dentro da Gramática Discursivo-Funcional em que se enquadra a oração concessiva e a questão da Pressuposição. Pudemos observar que 10 ocorrências, ou 41% das orações prefaciadas por *a pesar de que* analisadas, pertencem à camada do Ato Discursivo, enquanto 14 ocorrências, ou 59% das orações, se enquadram na camada do Movimento, ambas camadas do Nível Interpessoal. A análise revela que as orações concessivas pertencentes à camada do Movimento apresentam tendência a serem não pressupostas (57%), enquanto as orações concessivas pertencentes à camada do Ato Discursivo apresentam tendência a serem pressupostas (60%), o que pode ser explicado quando olhamos para a natureza das concessivas, pois as de Movimento geralmente introduzem uma informação nova, que o falante julga importante e necessária no momento da interação, enquanto as que atuam na camada do Ato Discursivo, como função retórica, servem para guiar e para orientar o ouvinte, o que não faz dessa uma informação nova necessariamente. Com respeito a isso, a Tabela (3) abaixo ilustra as porcentagens encontradas:

TABELA 3: Correspondência entre a Pressuposição da oração e a camada de acordo com a GDF

A pesar de que		
	Tipo de camada a que pertence à oração concessiva	
	Movimento	**Ato Discursivo**
Pressupostas	4 - 43%	8 - 60%
Não-pressupostas	6 - 57%	6 - 40%

Fonte: elaboração das autoras.

20 Os corredores, durante esses últimos quilômetros, têm parado muito os carros, pedindo o capacete, o capacete compacto, que vai muito bem para eles de cara ao *sprint* porque o circuito de Castellana, pois, bem, sempre tem seu perigo. E, bom, aproveito para dizer que, apesar de que muitos não o levam, é bom sempre para os garotos.

Como se pode observar, os números mostram que tanto as concessivas que atuam na camada do Movimento como as que atuam na camada do Ato Discursivo apresentam apenas uma pequena tendência a serem não-pressupostas e pressupostas respectivamente. Assim, a Tabela (3) nos permite dizer que o fator Pressuposição ajuda, mas não é determinante na distinção entre *a pesar de* e *a pesar de que*. O fator crucial, no entanto, parece ser o Tempo de Referência, sobre o qual passaremos a discorrer.

A análise do Tempo de Referência das estruturas envolvidas mostra que tal fator não se aplica nos casos em que a oração concessiva corresponde à camada do Movimento, uma vez que, em tais casos, a oração concessiva não faz referência a uma oração principal, mas, sim, a toda porção discursiva enunciada anteriormente. Dessa forma, detectamos que, nas orações concessivas prefaciadas por *a pesar de que* pertencentes à camada do Ato Discursivo, o Tempo de Referência da oração concessiva é sempre independente, ou seja, trata-se de orações cujo tempo é absoluto, pois a concessiva ocorre com verbo no passado, presente ou futuro que se estabelece independentemente do tempo verbal presente na oração principal. É o que podemos notar em (18) a seguir:

(18) E: <simultáneo> cuesta arran<palabra_cortada/><vacilación/></simultáneo> salir de<alargamiento/> / de la ciudad

I: *sí cuesta//* ***a pesar de que*** *yo creo que tiene considerables ventajas*[21] (M, 33, H23, AH)

Em (18) nota-se que há uma relação de simultaneidade no presente entre as orações principal, cujo verbo está no Presente do Indicativo *cuesta,* e subordinada, cujo verbo também está no Presente do Indicativo *creo.* Apesar disso, os verbos se constituem, nas duas orações, independentemente, uma vez que não há a presença de formas verbais dependentes, como é o caso do infinitivo, do particípio ou do gerúndio.

Com isso, podemos resumir os dados analisados referentes aos fatores *Factualidade, Pressuposição* e *Tempo de Referência* em associação com o Nível e com a camada correspondente na Gramática Discursivo-Funcional de acordo com a Tabela (4):

21 E: Custa sair da cidade
I: Sim, custa, apesar de que eu acredito que tem vantagens consideráveis.

TABELA 4: Resultados quantitativos sobre *a pesar de que*

Resultados das análises de *a pesar de que*								
	Camada de atuação na GDF		**Factualidade**		**Pressuposição**		**Tempo de Referência**	
	Movimento	Ato Discursivo	Factual	Potencial	Pressup.	Não-pressup.	Dep.	Indep.
A pesar de que	14 - 58%	10 - 42%	11 - 88%	3 - 12%	13 - 54%	11 - 46%	0 - 0%	24 - 100%

FONTE: elaboração das autoras.

A seguir, em (3.2) apresentaremos nossas conclusões com relação à análise de *a pesar de*.

b. A pesar de

Com relação ao primeiro fator proposto para esta análise, a Factualidade, é preciso enfatizar que foi aplicável somente aos casos oracionais de *a pesar de*, pois os casos não oracionais não permitem a aplicação desse critério.

Como foi mencionado na seção (2.1) deste artigo, para Neves (1999), no caso das orações concessivas factuais, tanto a proposição da oração principal, quanto a proposição da oração concessiva, devem ser verdadeiras para que a asserção global da ocorrência seja também verdadeira. É o que podemos notar na ocorrência (19) a seguir em que a conjunção *a pesar de* introduz uma oração não-finita pertencente à camada do Estado-de-coisas, no Nível Representacional, sendo, nos termos de Pérez Quintero (2002), um Estado-de-Coisas real, pois *tener todo de sobra* constitui uma entidade como real:

(19) […] hoy veo yo que no hay tanta felicidad// no/ ***a pesar de*** *tener todo y de sobra*// no hay tanta felicidad como hemos tenido nosotros en nuestros tiempos.[22] (G, 34, M32, M)

A Factualidade nas orações concessivas introduzidas por *a pesar de* reduzidas de infinitivo foi um fator unânime, isto é, todas as orações não finitas encontradas

22 [...] hoje vejo eu que não há tanta felicidade, não, apesar de ter tudo e de sobra, não há tanta felicidade como a que tivemos em nosso tempo.

no *corpus* (11 ocorrências), veiculam uma informação verdadeira, ou seja, Estados-de-Coisas reais. Isso porque, uma oração concessiva introduzida por *a pesar de* contrafactual seria agramatical, como pode ser visto na paráfrase de (19') a seguir, em que se observa um contexto totalmente improvável:

(19') *[...]*yo he sido feliz/ siempre///"/ hoy veo yo que no hay tanta felicidad// no/* ***a pesar de hubiera tenido/habría tenido/tenía*** *y de sobra*[23]*// no hay tanta felicidad*

Nos casos de orações introduzidas por *a pesar de* em que não se verifica a presença de formas verbais, ou seja, são casos de sintagmas nominais (16 ocorrências), o fator *Factualidade* não foi aplicado, uma vez que, para esta pesquisa, nos baseamos nos efeitos de realidade, verdade e assertividade da entidade a partir dos efeitos de sentido e das formas verbais como pistas sinalizadoras. A partir disso, a Tabela (5) apresenta resumidamente a presença desse fator nas orações analisadas:

TABELA 5: Factualidade nas orações prefaciadas por *a pesar de*

	A pesar de + infinitivo	**A pesar de + sintagmas**
Factuais	11 - 100%	-
Semifactuais	0 - 0%	-
Contrafactuais	0 - 0%	-

Fonte: elaboração das autoras.

Com relação à Pressuposição, pudemos observar que a tendência das orações introduzidas por *a pesar de* é a de registrar a informação veiculada pela oração subordinada como pressuposta, isto é, o falante considera que a informação registrada já é conhecida pelo interlocutor e, além disso, a informação também é tomada por esse mesmo falante como de real realização, isto é, factível. Na GDF, isso é facilmente compreendido quando nos atentamos para o que significa o Componente Contextual, já que esse componente corresponde à descrição do conteúdo e da forma discursiva no contexto real perceptível em que a interação e

23 [...] hoje vejo eu que não há tanta felicidade, não, apesar de tivesse tido/ havia tido/tinha tudo e de sobra, não há tanta felicidade.

as relações sociais entre os interlocutores ocorrem

Hengeveld (1998) afirma que a Pressuposição está atrelada à questão da Factualidade, o que equivale a dizer que esse fator diz respeito à pressuposição do falante de tomar determinado evento como real ou verdadeiro.

A análise mostra que não há correspondência entre a Pressuposição e a posição da oração concessiva com respeito à oração principal, uma vez que, independentemente de a oração concessiva ser pressuposta ou não-pressuposta, tais orações podem ser posteriores ou anteriores à oração principal. As ocorrências (20) e (21) ilustram a questão da Pressuposição com relação à ordenação da oração concessiva.

(20) […] pero mañana pero mañana mañana volveremos con nuestro abogado de barrio aquí, **a *pesar de ser*** *el día de nochebuena[...]*.[24] (CREA Oral, radio, Espanha, variedades)

(21) […] hay partes tan mágicas como la vida nocturna encerrados en casa, como el paseo, como los sueños, como la magia nocturna, lo de las estrellas, la luna, y la mitología nocturna, y la fauna nocturna. ***a pesar de*** *los medios técnicos****, a pesar de la*** *modernidad que caracteriza a comediants*.[25] (CREA Oral, un día es un día, Espanha, magacines)

Notamos que em (20) acima, o fragmento em análise veicula uma informação que, além de pressuposta como verdadeira (factual), é também pressuposta pelo falante como conhecida do ouvinte por meio de seu conhecimento de mundo, pois ele sabe que no Natal normalmente não se trabalha, o que dificultaria a presença de um advogado no local. Por outro lado, notamos que em (21) as informações prefaciadas por *a pesar de* são não-pressupostas pelo falante como conhecidas do ouvinte, uma vez que o falante introduz tais informações como forma de argumentar a seu favor, isto é, defender seu ponto de vista. Além disso, consideramos importante destacar como o falante faz uma cadeia de orações concessivas com *a pesar de*, o que notamos ser possível apenas nos casos em que essa conjunção introduz sintagmas.

Considerando que o fator *Pressuposição* se aplica tanto às orações com infinitivo, como às orações com sintagmas, a Tabela (6) ilustra a presença deste

24 [...] mas amanhã voltaremos aqui com nosso advogado de bairro, apesar de ser dia de Natal.

25 [...] há coisas tão mágicas, como a sucinta vida noturna em casa, como o passeio, como os sonhos, como a magia noturna, as estrelas, a lua, a mitologia noturna, a fauna noturna, apesar dos meios técnicos e apesar da modernidade que caracteriza os comediantes.

fator nas orações analisadas:

TABELA 6: Pressuposição nas orações prefaciadas por *a pesar de*

	A pesar de + infinitivo (11 ocorrências)	A pesar de + sintagmas (16 ocorrências)
Pressupostas	9 - 81%	13 - 81%
Não-pressupostas	2 - 19%	3 - 19%

FONTE: elaboração das autoras.

É perceptível, na Tabela (6), que as orações pressupostas são maioria no tipo de oração em análise, sendo que as orações não-pressupostas ocorreram em número bastante reduzido, o que revela a tendência das estruturas introduzidas por *a pesar de* serem pressupostas.

No que diz respeito ao terceiro fator de análise, Tempo de Referência, mais uma vez tal classificação não se aplica aos casos de orações que veiculam sintagmas. Isso porque o Tempo de Referência Absoluto, como já apresentado na seção (2.3), corresponde, nos termos de Hengeveld (1998), a uma referência temporal independente, enquanto um tempo relativo corresponde a uma referência temporal dependente. Essa relação pode ser feita porque o tempo absoluto se associa à escolha do tempo verbal – passado, presente ou futuro – que se estabelece independentemente de outro tempo verbal, enquanto o tempo relativo – simultâneo, posterior ou anterior – se associa às formas verbais não finitas, que, necessariamente, dependem de outro verbo para se constituírem.

A partir disso, notamos que no caso das orações concessivas prefaciadas pelo nexo *a pesar de*, os tempos são expressos pela forma não finita do verbo, sempre no infinitivo, o que significa que o uso do verbo não tem correspondência com os elementos intrínsecos às formas verbais absolutas, como tempo, aspecto, número e pessoa. Isso significa, portanto, que as formas verbais não finitas correspondem a tempos de referência relativos, ou, nos termos de Hengeveld (1998), a *tempos de referência dependentes*, uma vez que as relações que são estabelecidas com verbo da oração subordinada (relações de anterioridade, posterioridade ou simultaneidade) dependem do verbo da oração principal.

Além disso, é importante ressaltar que, para Hengeveld (1998, p.348), as relações de dependência temporal acontecem necessariamente dentro de Estados-de-Coisas (e), o que vai ao encontro dos resultados obtidos neste estudo. A ocorrência (22) a seguir pode ilustrar tais relações estabelecidas:

(22) […] lo que pasa que mi hermano mayor es/ lo he idealizado un poco/y yo cuando/ como nunca estaba// cuando venía/ a mí siempre me/ lo que más me gustaba era estar con él// y me/ y jugaba mucho con él/ porque ***a pesar de ser//*** *casi doce o trece años mayor que yo.*[26] (G, 27, H22, M)

Em (22) notamos que o verbo da oração principal *y jugaba mucho con él/ porque, jugaba*, corresponde ao tempo verbal Pretérito Imperfeito do Indicativo em espanhol, enquanto na oração subordinada prefaciada por *a pesar de* o verbo está na forma não-finita *ser* (infinitivo), estabelecendo uma relação de dependência entre os Estados-de-Coisas em uma relação representada pela simultaneidade no passado.

Assim, a partir de tudo o que foi exposto sobre as análises se *a pesar de*, podemos sintetizar, na Tabela (7), as conclusões a que esta pesquisa nos levou, considerando os fatores *Factualidade, Pressuposição* e *Tempo de Referência* para as orações introduzidas por *a pesar de*:

Tabela 7: Análise geral de *a pesar de*

	Posição da Oração Subordinada		Factualidade		Pressuposição		Tempo de Referência	
	Ante-posta	Pos-posta	Fac-tual	Semi ou Contra factual	Pressup.	Não-Pres-suposta	Depend.	Inde-pend.
A pesar de + infinitivo	6 - 55%	5 - 45%	11 - 100%	0 - 0%	10 - 91%	1 - 9%	11 - 100%	0 - 0%
A pesar de + sintagmas	8 - 50%	8 - 50%	-	-	13 - 81%	3 - 19%	-	-

Fonte: elaboração das autoras.

26 [...] o que acontece com meu irmão mais velho é que, eu o idealizei um pouco, e eu quando/ como nunca estava quando ele vinha, sempre me, o que eu mais gostava era estar com ele, e brincava muito com ele, apesar de ser quase doze ou treze anos mais velho do que eu.

Considerações Finais

Os dados mostram que tanto as orações prefaciadas por *a pesar de* quanto as orações prefaciadas por *a pesar de que* tendem a veicular uma informação real, podendo ser um Estado-de-Coisas real ou Atos e Movimentos Assertivos. A análise revela que *a pesar de (que)* tem a tendência de veicular informações reais e verdadeiras, nunca hipotéticas ou irreais.

Já no que diz respeito à Pressuposição, detectamos que ambas as orações, sejam introduzidas por *a pesar de* sejam prefaciadas por *a pesar de que*, veiculam informações pressupostas pelo ouvinte como verdadeiras, ou informações já conhecidas pelo ouvinte porque já foram mencionadas anteriormente ou foram determinadas contextualmente. Assim, a hipótese com a qual trabalhamos – de que as orações factuais tendem a ser pressupostas ou não pressupostas enquanto as orações contrafactuais tendem a ser não pressupostas, isto é, tendem sempre a veicular uma informação nova – foi confirmada para os casos de *a pesar de* e *a pesar de que*, pois a concessão prefaciada pelas duas conjunções em análise tende a ser factual, pressuposta ou não pressuposta, sendo que as orações pressupostas foram mais recorrentes. Além disso, é importante mencionar que Pressuposição e Factualidade são conceitos intimamente atrelados um ao outro, tendo em vista que são critérios semântico-pragmáticos e a materialização se dá, dentre outros fatores, nos tempos e modos verbais no domínio morfossintático. Esses dois fatores, não entanto, podem ser analisados somente em termos de tendência, pois o fator crucial para a análise foi o Tempo de Referência.

Pudemos observar que esse critério é determinante para assinalar as distinções entre *a pesar de* e *apesar de que*. O primeiro caso, *a pesar de*, apresenta Tempo de Referência Dependente já *a pesar de que* apresenta Tempo de Referência Independente, conforme Hengeveld (1998). Os tempos dependentes são todos expressos por formas não finitas do predicado, isto é, por uma forma verbal que não veicula categorias gramaticais como tempo e aspecto. Enquanto isso, os tempos independentes são expressos por relações de passado, presente ou futuro de forma independente, ou seja, sem dependência entre as orações principal e subordinada. Podemos dizer, portanto, que a diferença entre orações que apresentam Tempo de Referência Absoluto e Tempo de Referência Relativo consiste na possibilidade de selecionar a referência temporal independentemente.

Para concluir e sintetizar os resultados obtidos da presente análise do espanhol

falado referente às concessivas prefaciadas por *a pesar de* e por *a pesar de que*, apresentamos a Tabela (8):

TABELA 8: Informações gerais sobre as análises de *a pesar de* e *a pesar de que*

	Factualidade		Pressuposição		Tempo de Referência	
	Factual	Semi ou Contra factual	Pressup.	Não-pressup.	Dep.	Indep.
A pesar de (infinitivo)	11 - 100%	0 - 0%	10 - 91%	1 - 9%	11 - 100%	0 - 0%
A pesar de (sintagmas)	-	-	13 - 81%	3 - 19%	-	-
A pesar de que	21 - 87,5%	3 - 12,5%	13 - 54%	11 - 46%	0 - 0%	24 - 100%

FONTE: elaboração das autoras.

A Tabela (9) a seguir contempla todos os fatores utilizados na análise das ocorrências introduzidas por *a pesar de* e *a pesar de que*, pois aborda tanto os fatores utilizados em pesquisa anterior (cf. GARCIA; FANTE, 2015) quanto os fatores utilizados no presente trabalho:

TABELA 9: Análise geral de *a pesar de* e *a pesar de que*

Conjunção	A pesar de	A pesar de que
Tipo (FLAMENCO GARCÍA, 1999)	Locução prepositiva	Locução conjuntiva
Nível em que atua	NR	NI

Camada em que atua	Estado-de-Coisas, Subcategoria (t, l)	Movimentos Atos Discursivos
Função	Função semântica concessão	Função retórica concessão
Verbos	Infinitivo	Subjuntivo/ Indicativo
Identidade entre os participantes	Geralmente sim	Sim/Não
Presença de Atos Interativos nas fronteiras	Não	Sim
Acidente prosódico	Sim	Sim
Pressuposição	Pressupostas	Pressupostas
Factualidade	Factuais	Factuais
Tempo de Referência	Dependentes	Independentes

Assim, concluímos que *a pesar de* e *a pesar de que* são, de fato, conjunções diferentes, já que, à luz da Gramática Discursivo-Funcional, constituem-se em Níveis e camadas distintos, apresentando o Tempo de Referência como principal fator norteador desta distinção.

Oraciones concesivas introducidas por 'a pesar de' e 'a pesar de que' en el español peninsular hablado: Factualidad, Presuposición y Tiempo de Referencia a la luz del funcionalismo

RESUMEN

Esta investigación objetiva describir, bajo la teoría de la Gramática Discursivo-Funcional, las oraciones concesivas introducidas por *a pesar de (que)* en español peninsular hablado, con el propósito de verificar en qué medida los criterios Factualidad, Presuposición y Tiempo de Referencia pueden distinguir *a pesar de* y *a pesar de que* y cómo esos criterios pueden

ser reconocidos en la materialidad lingüística de esas construcciones, teniendo en cuenta que *a pesar de* y *a pesar de que* introducen estructuras de naturalezas distintas, siendo, respectivamente, frases nominales y oraciones. El universo de investigación consiste en el *corpus* del PRESEEA (*Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América*) y en el *corpus* del proyecto CREA (*Corpus de Referencia del español actual)*. Los resultados enseñan que las oraciones introducidas por *a pesar de* suelen presentar una información factual y presupuesta, mientras las oraciones introducidas por *a pesar de que* suelen presentar una información también factual, pero presupuesta o no presupuesta. El análisis revela que el criterio determinante para distinguir las dos conjunciones es el Tiempo de Referencia, pues *a pesar de* presenta Tiempo de Referencia Dependiente, mientras que *a pesar de que* presenta Tiempo de Referencia Independiente.

Palabras-clave: Gramática Discursivo-Funcional. Concesión. Español hablado. A pesar de. A pesar de que.

Referências

CREVELS, Mily. Concession in Spanish. In: HANNAY, Mike; BOLKESTEIN, A. Machtelt. **Functional Grammar and verbal interaction**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, v. 44, 1998. p. 129-148.

DIK, Simon. **The theory of Functional Grammar**. HENGEVELD, Kees. (Ed.). Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.

FLAMENCO GARCÍA, Luis. Las construcciones y adversativas. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**. v.3. Madrid: Espasa, 1999.

GARCIA, Talita Storti; FANTE, Bárbara Ribeiro. Las estructuras concesivas introducidas por 'a pesar de (que)' en el español hablado desde la perspectiva Discursivo-Funcional. **Signo y Seña** - Revista del Instituto de Lingüística. v.27, p.223-245, 2015.

HENGEVELD, Kees. Adverbial Clauses in the languages of Europe. In: AUWERA, J. Adverbial **Constructions in the languages of Europe**. Berlim, New York: Mouton de Gruyter, 1998, p. 335-419.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. **Functional Discourse Grammar**: a typologically-based theory of language structure. Oxford: University Press, 2008.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Gramática Discursivo-Funcional. In:

SOUZA, E.R. (Org.) **Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 43-85.

KEIZER, Evelien. **A functional discourse grammar for English**. United Kingdom: Oxford University Press, 2015.

LEUFKENS, Sterre. Time reference in English indirect speech. In: MACKENZIE, J. L; OLBERTZ, H. **ed. Casebook in Functional Discourse Grammar**. Amsterdan: Benjamins, 2013, p. 189-212.

MATTE BON, Francisco. **Gramática Comunicativa del Español**. Madrid: Edelsa, tomo II, 1995.

NEVES, Maria Helena de Moura. As construções concessivas. In: NEVES, Maria Helena de Moura. (Org.). **Gramática do português falado**. São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, v. 7: Novos estudos, 1999. p. 545-591.

NEVES, Maria Helena de Moura; BRAGA, Maria Luiza; DALL'AGLIO HATTNHER, Marize Mattos. As construções hipotáticas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, v. 2: Classes de palavras e processos de construção, 2008. p. 937-1015.

PÉREZ QUINTERO, María Jesús. **Adverbial subordination in English:** a functionalist approach. Amsterdam: Rodopi, 2002.

PRESEEA. Corpus del Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y de América. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá. Disponível em: <http://preseea.linguas.net> (acesso em jan.2014).

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA Y ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. **Nueva Gramática de La Lengua Española**. v 3. Madrid: Espasa Libros, 2009.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. **Corpus de referencia del español actual**. Disponível em <http://www.rae.es> (acesso em jul. 2015).

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Gramática de la Lengua Española**. Madrid: Espasa-Calpe, 1991.

ZAMPRONEO, Silvana. **A Hipotaxe Adverbial Concessiva no Português Escrito Contemporâneo do Brasil**. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Araraquara, 1998.

Submetido: 28/03/2016

Aceite: 06/09/2016

Multi-word verbs na escrita acadêmica de aprendizes do inglês: um estudo baseado em *corpus* de estudantes brasileiros

Priscilla Tulipa da Costa*
Adriana Maria Tenuta de Azevedo**

RESUMO

Motivada pela importância dos verbos compostos por mais de uma palavra na comunicação em inglês e pelos problemas que envolvem o ensino dessas formações lexicais, esta pesquisa teve como objetivo principal investigar o uso dos *multi-word verbs* em textos acadêmicos escritos por aprendizes brasileiros da língua inglesa. A proposta é identificar quais são os verbos frasais, preposicionados e frasais preposicionados mais comuns nos textos de aprendizes, bem como observar as diferenças e semelhanças no emprego dessas unidades em gênero textual argumentativo por parte de brasileiros e falantes nativos. Para tanto, a pesquisa encontrou suporte teórico na Linguística de *Corpus*, que "se ocupa da coleta e exploração de *corpora*, ou conjunto de dados linguísticos textuais, em formato legível por computador, que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística" (SARDINHA, 2004, p. 3). A investigação foi realizada com base em dois *corpora*: um de estudo, composto de textos escritos por aprendizes brasileiros do inglês (Br-ICLE) e um de referência, que contém textos de nativos da língua inglesa (LOCNESS). Os resultados sugerem que, na comparação com os nativos, os aprendizes brasileiros empregam quantidades bem significativas de *multi-word verbs* em seus textos. Entretanto, nota-se que existem erros na forma de uso, especialmente no que concerne às produções textuais dos não nativos.

Palavras-chave: Linguística de *corpus*. *Multi-word verbs. Phrasal verbs. Prepositional verbs*. Ensino e aprendizagem de idiomas.

1. Introdução

Os verbos compostos por mais de uma palavra (*multi-word verbs*) são construções gramaticais muito peculiares na língua inglesa. Amplamente utilizadas no dia a dia dos falantes nativos, essas estruturas lexicais tornaram-se

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

muito importantes para qualquer pessoa que deseje obter proficiência no idioma. Dominá-las, no entanto, não é tarefa fácil para a maioria dos estudantes, em especial para os aprendizes brasileiros, que encontram vários desafios na aprendizagem em razão de fatores sintáticos e semânticos (FARIA; BERNARDO; SILVA, 2007).

Tendo em vista que a fluência na língua inglesa oral e escrita torna-se imprescindível no mundo globalizado e que existem dificuldades no ensino/aprendizagem de estruturas essenciais da língua, como os verbos frasais e preposicionados, este trabalho busca mapear o uso dos *multi-word verbs* na linguagem escrita de gênero argumentativo. O objetivo é identificar como essas locuções são utilizadas por aprendizes brasileiros, se a forma de emprego pode influenciar na eficácia da comunicação e quais são as similaridades e diferenças percebidas na comparação com textos produzidos por nativos da língua inglesa.

Para tanto, optou-se por buscar na Linguística de *Corpus* o suporte necessário para a investigação. Foram usados dois *corpora*: um brasileiro, Br-ICLE, para estudo (CE), e um inglês, LOCNESS, para referência (CR), ambos contendo coleções de textos produzidos em língua inglesa. A análise dos dados foi realizada com o auxílio do *software Antconc*, que gerou as listas de concordância responsáveis por tornar a averiguação possível.

O trabalho é apresentado em três etapas principais: a primeira é constituída pela fundamentação teórica, na qual estão relacionadas as áreas de estudo que forneceram embasamento teórico para a pesquisa; a segunda, relata a metodologia utilizada na extração e análise dos dados; a terceira, contém os relatos da investigação, bem como os resultados obtidos por meio da pesquisa.

2. Fundamentação teórica

A pesquisa realizada tem fundamento em dois campos de estudo específicos que serão abordados nesta seção: os verbos compostos por mais de uma palavra (*multi-word verbs*) e a Linguística de *Corpus*.

2.1 Verbos constituídos por mais de uma palavra (multi-word verbs)

Os verbos constituídos por mais de uma palavra são construções muito comuns na língua inglesa, principalmente em discursos informais. Na literatura, eles são

denominados mais frequentemente como *multi-word verbs* e muitos autores, como Carter e McCarthy (2006), os dividem em três categorias principais: verbos frasais (*phrasal verbs*), verbos preposicionados (*prepositional verbs*) e verbos frasais preposicionados (*phrasal-prepositional verbs*). A seguir, apresentaremos uma breve definição de cada uma dessas subcategorias.

2.1.1 Multi-word verbs

De acordo com Carter e McCarthy (2006), os *multi-word verbs* são combinações entre verbos lexicais e partículas – que podem ser um advérbio ou uma preposição – formando uma única unidade de sentido, como em *This* ***calls for*** *a celebration* (*calls for = demands/requires*) e *The fridge has* ***fallen apart*** (*fallen apart = broken into pieces*). Para os autores, as palavras que formam os *multi-word verbs* são escritas separadamente, nunca como uma única palavra ou com hífenes.

Para Greenbaum e Quirk, "as duas principais categorias de *multi-word verbs* [*phrasal verbs e prepositional verbs*] consistem de um verbo lexical acrescido de uma partícula, designação neutra para as categorias de advérbio e preposição que são usadas em tais combinações." (GREENBAUM; QUIRK, 1990, p. 336, tradução nossa). Quirk *et al*. acrescentam que os *multi-word verbs* são formados por "partículas morfologicamente invariáveis que, juntamente com o verbo, funcionam como uma única unidade gramatical" (QUIRK *et al*., 1985, p. 1150, tradução nossa), ou seja, comportam-se como um único verbo, seja lexicalmente ou sintaticamente.

Acerca deste aspecto, em que verbo e partícula têm valor de um único verbo, Downing e Locke afirmam que "a função de muitas das partículas é modificar a natureza da atividade expressa pelo verbo. O resultado é uma extensão de sentido que é frequentemente diferente do (s) sentido (s) dos verbos sozinhos." (DOWNING; LOCKE, 2002, p. 336, tradução nossa). Já Biber *et al*. (1999) afirmam que essa combinação normalmente tem sentido idiomático, e seu significado não pode ser deduzido a partir do significado individual de cada palavra.

Na classificação de Biber *et al*. (1999), os *multi-word verbs* estão divididos em quatro categorias distintas: (1) *Phrasal verbs* (verbos frasais); (2) *Prepositional verbs* (verbos preposicionados); (3) *Phrasal-prepositional verbs* (verbos frasais preposicionados); (4) *Other multi-word verb constructions* (outras construções de verbos compostos por mais de uma palavra).

Palmer (1974) denomina os *multi-word verbs* como *compound verbs*, que são compostos por um verbo + combinação de partículas (estas podem ser preposições, advérbios ou advérbios preposicionados) e suas classificações são: (1) *Phrasal verbs* (verbos frasais); (2) *Prepositional verbs* (verbos preposicionados); (3) *Related constructions* (construções correlatas). Por "construções correlatas", Palmer (1974) entende verbo + construções de partículas (ou *phrasal prepositional verbs*) e verbos + outros elementos, como adjetivos (ex.: *He* ***made clear*** *his intentions*), infinitivos (ex.: *He* ***let slip*** *the opportunity*) e preposição seguida de *noun phrase* (*It* ***brings to*** *light the facts*).

Para realizar este trabalho, adotaremos a perspectiva de Carter e McCarthy (2006), que também é a mesma de Greenbaum e Quirk (1990) e Quirk *et al*. (1985). Com base na proposta destes autores, conheceremos, a seguir, as definições de cada um dos três tipos de *multi-word verbs*.

2.1.2 Verbos frasais (phrasal verbs)

Na concepção de Carter e McCarthy (2006), os verbos frasais consistem de um verbo lexical e de uma partícula e podem ser transitivos ou intransitivos. Os *phrasal verbs* intransitivos não requerem objeto, como em *get back*, *wake up* e *hang on* (Ex. ***Hang on***. *Let me write all this down / Hang on = wait*). Os transitivos, por sua vez, necessitam de objeto direto, que pode vir antes ou depois da partícula (desde que o objeto não seja um pronome pessoal). Como exemplo, temos *Someone* ***turned*** *the light* ***on***, que também pode ser escrito como *Someone* ***turned on*** *the light*.

2.1.3 Verbos preposicionados (prepositional verbs)

Os verbos preposicionados são assim classificados por serem uma junção entre um verbo lexical e uma preposição. Uma das características dessa locução é a exigência de um objeto direto, como em ***Look at*** *these pictures* e *I don't* ***care for*** *Jane's parties*. Carter e McCarthy (2006) explicitam que os verbos preposicionados seguem regras diferentes das que regem os verbos frasais porque, no caso dos *prepositional verbs*, o objeto direto (ainda que seja um pronome) deve seguir a preposição, como mostrado no exemplo extraído de Carter e McCarthy (2006, p. 434):

I couldn't sell my car. I just couldn't ***do without*** *it.*
(I couldn't sell my car. I just couldn't ~~***do***~~ *it* ~~***without***~~*.)*
(couldn't ***do without*** *= need/have to)*

Para Greenbaum e Quirk, os "verbos preposicionados são superficialmente semelhantes aos verbos frasais transitivos, no entanto, há diferenças tanto sintáticas como fonológicas." (GREENBAUM; QUIRK, 1990, p. 340, tradução nossa).

2.1.4 Verbos frasais preposicionados (Phrasal-prepositional verbs)

Carter e McCarthy (2006) definem os verbos frasais preposicionados como verbos lexicais seguidos por uma partícula adverbial e uma preposição, como em *catch up on*, *get along with*, *look out for* e *put up with*. Esses verbos ocorrem normalmente em contextos informais, são inseparáveis em sua estrutura e, uma vez que terminam em preposição, exigem sempre objeto direto, como em:

I'm ***looking forward to*** *the weekend*.[1] (*looking forward to* = esperar com entusiasmo)
He had to ***put up with*** *a lot of teasing at school*.[2] (*put up with* = tolerar)

Por fim, pode-se concluir que os verbos formados por mais de uma palavra podem ser classificados, de maneira geral, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1: Principais tipos de *multi-word verbs*

	Verbo Lexical	Objeto direto	Partículas		Objeto direto
			Advérbio	Preposição	
Phrasal verbs transitivos	*Turn*	*Someone*	*Down*	-	-
Phrasal verbs intransitivos	*Crop*	-	*Up*	-	-

1 Exemplo extraído de Carter e McCarthy (2006, p. 436).
2 Exemplo extraído de Quirk *et al*. (1985, p. 1160).

Prepositional verbs	*Come*	-	-	*Across*	*+ a problem*
Phrasal-prepositional verbs	*Put*	-	*Up*	*With*	*+ his bad temper*

Fonte: Tabela adaptada de Greenbaum e Quirk (1990, p. 1181).

2.2 Multi-word verbs e o ensino da língua inglesa

Apesar de serem marcas essenciais na linguagem cotidiana dos falantes de língua inglesa e de fundamental importância para a boa comunicação no idioma[3], os *multi-word verbs* são considerados alguns dos elementos gramaticais mais complicados de serem aprendidos por estudantes de inglês como segunda língua (ESL/EFL). Celse-Murcia e Larsen Freeman (1999) afirmam que poucas línguas não germânicas apresentam formações como os *phrasal verbs* (*multi-word verbs* em nossa terminologia), por isso, a maioria dos alunos acha esses verbos estranhos e difíceis. Entre os desafios que permeiam a aprendizagem desses elementos estão questões sintáticas e semânticas, como a idiomaticidade, ou seja, o fato de o significado da locução não ser, na maioria das vezes, compreendido a partir do significado individual dos termos que a compõem.

Em relação a isso, pesquisadores como Dempsey, McCarthy e McNamara (2007) relatam que é frequente aprendizes driblarem a idiomaticidade usando verbos "latinizados", palavras que, apesar de equivalentes, não têm a mesma conotação dos verbos frasais. Esse fator provavelmente se torna um problema já que, conforme afirmam Celse-Murcia e Larsen Freeman (1999), os verbos frasais são ubíquos no inglês e ninguém pode falar ou entender o idioma, pelo menos no contexto informal, sem conhecer esse tipo de registro.

Por outro lado, Waibel (2007) mostra que os verbos latinizados podem parecer

3 Sobre a potencialidade dos *multi-word-verbs* para a comunicação em língua inglesa de não nativos, Bywater (1969 *apud* CORNELL, 1985, p. 270, tradução nossa) afirma: "O fato é que o que distingue a escrita e, acima de tudo, a fala de um bom estudante estrangeiro das de um falante nativo do inglês é que o que o falante nativo escreve ou diz está cheio dessas expressões [*multi-word verbs*], ao passo que a maioria dos aprendizes não nativos tem medo dessas estruturas, cuidadosamente as evitam e, consequentemente, soam inaturais quando as usam. Estudantes não nativos que gostam de ser lisonjeados por seu inglês podem alcançar isso usando corretamente um grande número desses verbos compostos".

mais eruditos para os aprendizes não nativos e, por soarem mais formais, são mais utilizados. Para a autora, os aprendizes tendem a acreditar que o uso de palavras mais "sofisticadas" faz com que eles se pareçam mais proficientes na comunicação em inglês, aproximando suas *performances* às dos nativos da língua. Entretanto, o resultado disso é que os alunos nem sempre têm consciência de que "o uso de verbos latinizados é inadequado em determinadas situações." (WAIBEL, 2007, p. 37, tradução nossa).

Em suma, a importância dos *multi-word verbs* para a proficiência na língua inglesa e as questões que envolvem seu ensino/aprendizagem são fatores que motivam pesquisadores em todo o mundo a escolherem essas expressões como objeto de estudo, seja no âmbito pedagógico ou descritivo. A maioria dos trabalhos nessa área é internacional, como o de Waibel (2007), que realizou análises quantitativas e qualitativas sobre o uso de verbos frasais nos textos em língua inglesa escritos por estudantes alemães e italianos, e descreveu os atuais problemas que os aprendizes avançados têm em relação ao emprego desses verbos. Seus resultados contribuíram para a compreensão de aspectos gerais da linguagem de aprendizes avançados.

No Brasil, podemos citar como exemplo os trabalhos de pesquisadoras como Vicentini (2006) e Rampazzi (2008), que analisaram o uso de *chunks* em *corpora* de linguagem oral constituído por trechos de seriados de TV. Ambos os trabalhos tiveram como foco a análise de padrões léxico-gramaticais para contribuição na elaboração de atividades didáticas.

2.3 Linguística de Corpus – definição

Uma das áreas investigativas que tem demonstrado grande relevância para os estudos do léxico e da linguagem é a linguística de *corpus*, campo da Linguística que "se ocupa da coleta e exploração de *corpora*, ou conjunto de dados linguísticos textuais, em formato legível por computador, que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística" (SARDINHA, 2004, p. 3). Trata-se de um trabalho cujo quadro conceitual é formado por uma abordagem empirista e que entende a linguagem como um sistema probabilístico (SARDINHA, 2000).

Pelo termo '*corpus*' entende-se, na definição de Ducrot e Todorov, como um "conjunto tão variado quanto possível de enunciados efetivamente emitidos por

usuários da referida língua em determinada época." (DUCROT; TODOROV, 2001, p. 42). McEnery e Wilson (2001) afirmam que, em princípio, qualquer coleção de mais de um texto pode ser chamada de *corpus*, já que este termo é o correspondente latino para 'corpo'. Assim, um *corpus* pode ser definido como qualquer corpo de texto. Quando usada no contexto da linguística moderna, no entanto, a palavra *corpus* apresenta conotações mais específicas, que transcendem essa simples definição e que implicam amostragem e representatividade, tamanho finito, formato eletrônico e referência padrão.

A característica de formato eletrônico citada por McEnery e Wilson (2001) também aparece na concepção de Baker:

> Hoje, o *corpus* significa, principalmente, uma coletânea de textos agrupados em formato eletrônico e capazes de serem analisados automática ou semi-automaticamente de diversas formas; um *corpus* não está mais restrito a textos escritos, mas inclui também textos falados e ele pode conter um grande número de textos de diversas fontes, produzidos por vários escritores e falantes e acerca de diferentes assuntos. O importante é que sejam compilados com um propósito e de acordo com critérios específicos de maneira a assegurar a representatividade de determinada área ou a amostra da língua a qual se pretende explicar. (BAKER, 1995, p. 225, tradução nossa).

Dessa forma, em concordância com a perspectiva de Sinclair, pode-se concluir que "um *corpus* é uma coleção de trechos de texto, em formato eletrônico, selecionados conforme critérios externos para representar, tanto quanto possível, uma língua ou variedade da língua como fonte de dados para pesquisa linguística" (SINCLAIR, 2004, tradução nossa).

2.3.2 Breve histórico da Linguística de Corpus

Apesar de não ser uma forma de estudo recente, como ressalta Sardinha (2004) ao relatar que já na Antiguidade e Idade Média eram produzidos *corpora* da Bíblia, foi somente após o advento da tecnologia que a linguística de *corpus* se tornou uma abordagem mais precisa.

Durante o século XX, muitos trabalhos foram realizados com base em pesquisas de *corpora*, entretanto, os processos de coleta e análise de *corpus* eram realizados manualmente e demandavam uma equipe muito grande de analistas. Esse fator,

aliado ao gigantesco número de dados de alguns trabalhos, favorecia o aumento das possibilidades de erros e de falhas na definição de padrões classificatórios. Da mesma forma, os resultados tornavam-se pouco confiáveis. Sardinha (2000) cita que em 1897, Käding utilizou um *corpus* de 11 milhões de palavras para analisar a distribuição ortográfica do alemão, e que para realizar a tarefa foram necessários cinco mil analistas. Em 1921, Edward Thorndike realizou um trabalho revolucionário para o ensino de língua inglesa, que abordava a frequência de palavras no idioma. A investigação, realizada manualmente, foi baseada em um *corpus* composto por 4,5 milhões de palavras, e anos mais tarde foi revisada com a aplicação de um *corpus* ainda maior, com 18 milhões de palavras.

A informatização das informações e o uso do computador na linguística de *corpus* revolucionaram a forma como se perquire a linguagem, tornando possível aos pesquisadores aferirem dados muito mais volumosos, e com rapidez, exatidão e riqueza de detalhes que antes eram inacessíveis. Grande parte do mérito dessa revolução provém do desenvolvimento e da aplicação de *softwares* como os concordanciadores, os alinhadores e os etiquetadores, programas de computador essenciais na tarefa do linguista de *corpus* por auxiliarem na extração das evidências empíricas que permeiem a exploração da linguagem.

Sardinha (2004) cita que o primeiro *corpus* linguístico eletrônico, o *Brown University Standard Corpus of Presente-day American English*, foi lançado em 1964 e continha um milhão de palavras. Atualmente, a linguística de *corpus* está cada vez mais ligada à tecnologia e, apesar de ainda ser mais desenvolvida na Europa, no Brasil é um dos recursos que ganha cada dia mais espaço não só nas pesquisas relacionadas ao processamento da linguagem natural, lexicografia e linguística computacional, mas também nas empresas (SARDINHA, 2000).

2.3.3 Ferramentas de apoio

No campo da computação, várias ferramentas eletrônicas foram desenvolvidas a fim de facilitar o processo de coleta e análise de *corpora*. Além disso, *softwares* especializados como os concordanciadores possibilitam, a cada dia, o aprimoramento das pesquisas, promovendo automatização dos processos e obtenção de resultados mais concisos.

2.3.3.1 Concordanciadores

Conforme Tagnin (2010), concordanciadores são programas que extraem todas as ocorrências de uma palavra de busca num *corpus* juntamente com seu contexto, apresentando-as na forma de uma concordância. Essas ferramentas formam listas de concordância que agrupam todas as ocorrências das palavras ou expressões anteriormente indicadas pelo usuário. Nestas listas, a palavra buscada (que também pode ser denominada nódulo) é mostrada na posição central, em uma formatação que, na maioria dos concordanciadores, é chamada de KWIC (*Key Word In Context*). Esses programas permitem ao usuário procurar por palavras-chave em um *corpus*, fornecendo exaustivas listas da palavra em um contexto (SANTOS, 2008) e, por isso, são fundamentais para uma investigação baseada em *corpus*, especialmente quando o objetivo é estudar a colocação e a padronização lexical.

2.3.3.2 Listagem de palavras individuais (wordlist)

Outra ferramenta de grande relevância para a investigação em *corpora* é a lista de palavras individuais, também chamada *wordlist*. Trata-se de um mecanismo que cria uma lista com as palavras contidas nos textos. Essa lista é apresentada juntamente com a frequência absoluta e o percentual de cada palavra, e os termos são ordenados por ordem alfabética (que pode ser reversa, para uso em estudos de sufixos, por exemplo) ou pela frequência.

2.3.3.3 Listagem de multipalavras (clusters)

Assim como a *wordlist*, a lista de multipalavras, também conhecida como *clusters*, tem a função de produzir listas contendo todas as palavras do *corpus*. A diferença é que, nesse caso, são gerados itens compostos, ou seja, conjuntos de palavras em vez de palavras individuais (SARDINHA, 2004). As listas formadas pela ferramenta *clusters* mostram a palavra de busca juntamente com as palavras que estão agrupadas a ela, facilitando a identificação de termos como os *multi-word verbs* (Ex.: *find out*, *make up* etc.).

3. METODOLOGIA

Nesta seção serão mostrados os procedimentos adotados para a construção desta pesquisa. Em um primeiro momento serão apresentados os objetivos da pesquisa e as questões que pretendemos responder a partir desta investigação. Em seguida, trataremos dos *corpora* de estudo e de referência utilizados, bem como das ferramentas usadas na pesquisa. Por fim, mostraremos a descrição dos procedimentos utilizados para a análise dos dados.

3.1 Objetivos e questionamentos da pesquisa

Apesar de serem mais comuns na comunicação oral informal, os verbos frasais, juntamente com os verbos preposicionados, também ocorrem em composições formais e, dada a relevância dessas construções gramaticais, as tomamos como objeto de estudo para identificar e mapear seu uso em produções acadêmicas escritas por aprendizes brasileiros do inglês. Por isso, a partir desta investigação buscamos descobrir: a) Quais são os *multi-word verbs* mais frequentes no *corpus* de estudo? b) Esses *multi-word verbs* também ocorrem no *corpus* de referência? Com que frequência? c) De que forma os *multi-word verbs* são empregados nos textos? Existem similaridades e diferenças de uso na escrita de nativos e aprendizes brasileiros?

3.2 Softwares utilizados na pesquisa

Durante a realização desta pesquisa, contamos com o auxílio de diversos programas de computador, dentre eles o concordanciador *Antconc*, usado para analisar os dados linguísticos dos *corpora*; o programa de planilhas eletrônicas *Microsoft Excel*, para analisar e organizar os dados estatísticos obtidos e o *Bloco de Notas*, para transformar os dados em textos e para anular formatações prévias na transferência de dados do *Antconc* para o *Excel*.

O *Antconc* é um *software* desenvolvido pelo pesquisador britânico Laurence Anthony que permite analisar *corpora* a partir de funções como concordâncias, listas de frequências, listas de palavras individuais e múltiplas, colocações e outras. A ferramenta é *freeware*, ou seja, é um *software* gratuito, que está disponível para

download no endereço http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/software.html . No *website*, o usuário tem a opção de baixar o programa em três versões: uma para a plataforma *Windows*, uma para *Linux* e outra para *Macintosh*.

3.3 O corpus de estudo e sua composição

O *corpus* escolhido para a realização desta pesquisa é um componente brasileiro do *International Corpus of Learner English* (ICLE), intitulado Br-ICLE (*Brazilian Subcorpus of the ICLE*), formado por composições completas de alunos brasileiros que estudam a língua inglesa como habilitação na universidade. O objetivo do projeto é descrever a escrita de alunos do inglês - usando as ferramentas da linguística de *corpus* - a fim de colaborar para a tomada de decisões pedagógicas sobre ensino e aprendizagem do inglês entre brasileiros. Ainda em processo de composição, sob a responsabilidade do pesquisador Antônio Berber Sardinha, o Br-ICLE será composto por 250 mil palavras.

Para este trabalho, foi usada a versão de 2009 do Br-ICLE, que contém composições que variam de 500 a 1000 palavras cada. A partir da criação da lista de palavras, procedimento realizado com a ferramenta *wordlist* do *Antconc* para conhecer a relação de vocábulos contidos no *corpus*, obtivemos para o Br-Icle os dados de 9.575 *types* (vocábulos) e 161.204 *tokens* (ocorrências).

3.4 O corpus de referência e sua composição

Conforme citado por Sardinha (2004), o *corpus* de referência é usado para fins de contraste com o *corpus* de estudo, por isso ele não deve conter o *corpus* de estudo, pelo menos não por completo. Além disso, para que os resultados da comparação sejam significativos, é ideal que o *corpus* de referência tenha entre duas e cinco vezes o tamanho do *corpus* de estudo.

O *corpus* de referência escolhido para a realização desta pesquisa foi o LOCNESS (*Louvain Corpus of Native English Essays*), que é constituído por ensaios literários e argumentativos produzidos por estudantes nativos (britânicos e americanos) do inglês. O LOCNESS é composto por três *corpora*, e muitos dos assuntos abordados nas redações que o compõe são similares ou relacionados aos temas propostos nas composições do *corpus* de estudo Br-ICLE. O *corpus* de

referência foi utilizado para validar os padrões encontrados no *corpus* de estudo. A escolha do LOCNESS foi feita levando-se em consideração sua semelhança com o *corpus* de estudo (ambos estão em linguagem escrita, foram produzidos em meio acadêmico e são textos argumentativos).

Assim como feito com o *corpus* de estudo, os dados do *corpus* de referência também foram analisados no *software Antconc*, por meio da ferramenta *wordlist*, que nos mostrou que o LOCNESS é composto por 16.186 *types* (vocábulos) e 326.093 *tokens* (ocorrências).

3.5 Procedimentos de análise dos dados

Em síntese, os procedimentos para análise e obtenção dos termos pesquisados foram: a) Observação das estatísticas gerais do *corpus* de estudo e relação da lista de palavras na ferramenta *wordlist*, conforme mostrado nas seções 2.3.1 e 2.4.1; b) Seleção dos verbos mais frequentes no *corpus* de estudo; c) Extração dos verbos lexicais mais frequentes no *corpus* de estudo a partir da seleção de verbos elencadas no passo anterior; d) Obtenção e análise da lista de *clusters* (usando como base os verbos lexicais selecionado no passo anterior) para a extração inicial dos *multi-word verbs*; e) Obtenção e exame das linhas de concordância para a extração definitiva dos *multi-word verbs*; f) Validação dos *multi-word verbs* encontrados no *corpus* de referência; g) Comparação e análise dos *multi-word verbs* nos *corpora*.

3.6 Seleção e validação dos verbos lexicais

Após a definição dos *corpora*, o passo inicial foi a familiarização com os dados. Como descrito nos tópicos anteriores, a primeira etapa consistiu em conhecer o número de *types* (formas ou vocábulos) e *tokens* (ocorrências de palavras), bem como relacionar a lista de palavras de cada um dos *corpora*. Esse procedimento nos permitiu não só conhecer melhor os *corpora*, como também identificar os verbos mais recorrentes em cada um dos arquivos.

O segundo passo foi selecionar os verbos mais frequentes no *corpus* de estudo. Como o número de verbos é muito grande, optamos por fazer uma triagem inicial, selecionando em uma lista apenas os 46 verbos mais usados no *corpus*. A partir

daí, foi realizada uma segunda seleção, que consistiu em extrair desta lista apenas os verbos lexicais, que são os que nos interessam na pesquisa, tendo em vista a estrutura de formação dos *multi-word verbs* (verbo lexical + partícula). Nesta última triagem foram selecionados 22 verbos (em todo o processo de seleção, considerou-se somente a forma infinitiva dos verbos). Como ainda assim obtivemos um volume muito grande de palavras, decidimos analisar todos esses verbos usando a ferramenta *Clusters*. O objetivo foi verificar se as palavras que estavam mais próximas das palavras de busca eram advérbios e/ou preposições que formassem *multi-word verbs*. Assim, após a análise seria possível eliminar as palavras que não se encaixavam em nossa definição. Para realizar o procedimento configuramos a busca para que obtivéssemos *clusters* com o mínimo e o máximo de cinco palavras. Além disso, estabelecemos que o termo buscado (o verbo lexical, no caso) ficaria posicionado à esquerda, respeitando a estrutura dos *multi-word verbs* que, na maioria dos casos, é composta por verbo lexical + partículas, mas que também aceita formas com advérbios e pronomes entre o verbo lexical e as partículas (ex.: *Give **it** up*!).

A partir desse procedimento conseguimos eliminar verbos como *see*, *help*, *order* e *believe* que, apesar de estarem entre os mais frequentes da lista, não apresentavam formação com advérbios e preposições formando *multi-word verbs*. Para confirmar a validade desta última seleção, foi usada também a ferramenta *Concordance.* O objetivo foi observar se as palavras que eram seguidas por partículas adverbiais e/ou preposicionadas tinham realmente valor de *multi-word verbs* ou se eram apenas combinações livres[4] entre verbos e advérbios/preposições.

Com esse procedimento, eliminamos mais alguns verbos lexicais como *like* (que fora usado, na maior parte das vezes, como preposição, e não como verbo) e *work*, que apresentou três combinações com o advérbio *out*, mas que em apenas uma delas o valor da locução correspondia a significados usuais da expressão, como "terminar bem" ou "encontrar uma solução". Quando observadas dentro do contexto, as duas ocorrências restantes significavam "trabalhar fora de casa" e, nesse caso, uma delas constituía, possivelmente, erros da escrita acadêmica, tendo em vista a falta de um complemento ou objeto. Também foram eliminados nesta

4 Na concepção de Biber, Conrad e Leech. (2002, p. 124, tradução nossa) "Em contraste com os *multi-word verbs*, as combinações livres consistem de um verbo lexical formado por uma única palavra seguido de um advérbio. Ou preposição com um significado distinto (por exemplo, *come down*, *go back*). Na prática, é difícil fazer uma distinção absoluta entre as combinações livres e os *multi-word verbs*. É melhor pensar em um contínuo no qual algumas utilizações de verbos são relativamente idiomáticas. [...] As palavras em combinação livre retêm seus próprios significados".

etapa os verbos que combinavam com partículas formando *multi-word verbs*, mas que ocorriam com frequência inferior a 10 (como o *make*). Assim, restaram cinco núcleos verbais: t*o think, to get, to live, to take* and *to find*.

É importante ressaltar que todo o processo de seleção e diagnóstico dos verbos foi realizado manualmente. Cada linha de concordância foi analisada individualmente, sem o uso de ferramentas eletrônicas. A finalidade desse procedimento foi diminuir ao máximo a possibilidade de erros na classificação das palavras, já que, conforme sabemos, a formação de *multi-word verbs* pode ser realizada com advérbios e preposições e, muitas vezes, essas palavras podem desempenhar funções gramaticais diferentes em determinados contextos. Como exemplo, podemos citar o caso da palavra *up* que, de acordo com o **Concise** Oxford English Dictionary (Eleventh Edition), pode ser empregada com função de preposição, advérbio, substantivo ou mesmo verbo.

Cabe lembrar ainda que, na etapa de exame e seleção das palavras, levou-se em consideração apenas a forma infinitiva dos verbos lexicais. Durante a produção dos resultados, entretanto, as análises consideraram também a inclusão das outras formas verbais existentes para os verbos escolhidos. As formas negativas, por não serem frequentes nos *corpora*, não foram consideradas.

4. Análise e discussão dos resultados

Nesta seção, relataremos os resultados das análises realizadas com os *corpora* de estudo e de referência, bem como responderemos às questões propostas na pesquisa. Na primeira parte, serão apresentadas as estatísticas dos *corpora* utilizados. Em seguida, serão mostradas as análises dos *multi-word verbs* encontrados no *corpus* de estudo e no de referência a partir dos dados obtidos na pesquisa. Por último, trataremos da discussão dos resultados alcançados com a investigação.

4.1 Dados estatísticos dos corpora

Considerando que as grandezas numéricas dos *corpora* são diferentes, como mostrado anteriormente, fez-se necessária a normalização dos dados para definir a razão/proporção entre eles, evitando que a diferença de tamanho prejudicasse

a comparação das frequências. Para realizar o procedimento de normalização, levou-se em consideração o cálculo simples de razão que consiste na divisão de um número "a" por um número "b". Neste caso, dividimos o valor de *tokens* do LOCNESS (*corpus* de referência) pelo do Br-ICLE (*corpus* de estudo) e obtivemos o valor de 2,02 palavras[5], ou seja, para cada palavra do *corpus* de estudo, temos 2,02 palavras no *corpus* de referência. Além disso, a proporção dos dados foi normalizada[6] por 100.000 palavras.

4.2 Ocorrência de multi-word verbs nos corpora

Neste tópico serão apresentadas as ocorrências de *multi-word verbs* no *corpus* de estudo com base na relação de verbos lexicais mais frequentes[7], conforme mencionado anteriormente. Os comentários referentes à análise de cada caso encontrado seguem juntamente com os dados apresentados e são referentes às questões propostas por essa pesquisa.

4.2.1 Análise dos Multi-word verbs formados com o núcleo verbal Think

O verbo *think* é a 95ª palavra mais frequente no Br-ICLE e a 146ª no LOCNESS. Ele aparece no *corpus* de estudo 230 vezes, no entanto, se considerarmos também todas as suas formas[8] (*thinks*, *thought, thinking*), esse número passa a ser de 346 ocorrências, o que mostra a relevância do verbo no universo estudado. O quadro a seguir exibe as combinações produzidas com partículas adverbiais e prepositivas a partir do verbo *to think* e suas variações:

5 Cálculo da razão dos corpora: 326.093 : 161.204 = 2.02285.

6 A fórmula usada no cálculo para normalização dos *corpora* foi a regra de três: Frequência encontrada * 100000/Valor de *tokens* do *corpus* = x.

7 Os verbos lexicais mais frequentes foram escolhidos levando-se em consideração sua ocorrência no infinitivo e sua posição na *wordlist*. As outras formas verbais foram acrescentadas apenas na pesquisa e, mesmo que tenham contribuído para elevar a ocorrência de determinados verbos, isso não configurou critério de escolha.

8 Para nenhum dos verbos analisados foi considerada a forma negativa das palavras devido à baixa relevância no *corpus* de estudo.

QUADRO 1- *Multi-word verbs* encontrados nos *corpora* a partir do verbo *to think*.

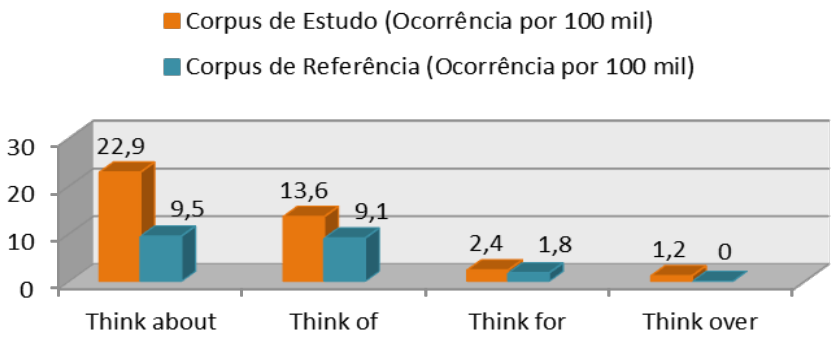
Núcleo verbal think nos corpora		
Multi-word verbs	Frequência (CE)	Frequência (CR)
Think about	37	31
Think of	22	30
Think for	4	6
Think over	2	0

FONTE: elaborado pelas autoras.

O verbo *to think,* no *corpus* de estudo, é encontrado formando quatro tipos de *multi-word verbs*, sendo que o mais frequente, com 37 ocorrências, é *think about*, que aparece na maioria das concordâncias analisadas com significado de "imaginar" ou "considerar" algo, como em "*In sum, it is a great utopia to* ***think about*** [imaginar] *a society in which everybody is equal* [...]" (Br-ICLE). A mesma construção lexical é também a que apresenta maior ocorrência no *corpus* de referência (31 ocorrências) e exerce a mesma função percebida em CE, como vemos em "*Then if we* ***think about*** [considerarmos] *the work day of most working people* [...]" (LOCNESS).

Com exceção do verbo frasal *think over*, todos os demais *multi-word verbs* encontrados no *corpus* de estudo ocorrem também no *corpus* de referência. No entanto, considerando-se a dimensão dos *corpora* utilizados, é possível verificar que a formação de verbos compostos por mais de uma palavra a partir de "*think*" é mais recorrente no *corpus* de estudo, conforme mostram os resultados do gráfico 1.

GRÁFICO 1: *Multi-word verbs* por ocorrência (*think*).



FONTE: elaborado pelas autoras.

4.2.2 Multi-word verbs formados com o núcleo verbal Get

O verbo *get* é a 98ª palavra mais frequente no Br-ICLE e a 135ª no LOCNESS. Ele aparece no *corpus* de estudo 216 vezes, no entanto, se considerarmos também todas as suas formas (*got*, *gotten*, *gets*, *getting*), esse número passa a ser 332, o que mostra a relevância do verbo no *corpus* de estudo. O quadro 2 exibe as combinações de *multi-word verbs* produzidas a partir do verbo *to get* e suas variações:

QUADRO 2 - *Multi-word verbs* encontrados nos *corpora* a partir do verbo *to get*.

Núcleo verbal get nos corpora		
Multi-word verbs	Frequência (CE)	Frequência (CR)
Get at	1	2
Get in	14	6
Get into	8	18
Get from	1	10
Get off	1	3
Get on	1	8
Get out	5	2

Get out of	2	10
Get through	4	3
Get to	9	30
Get together	9	1

FONTE: elaborado pelas autoras.

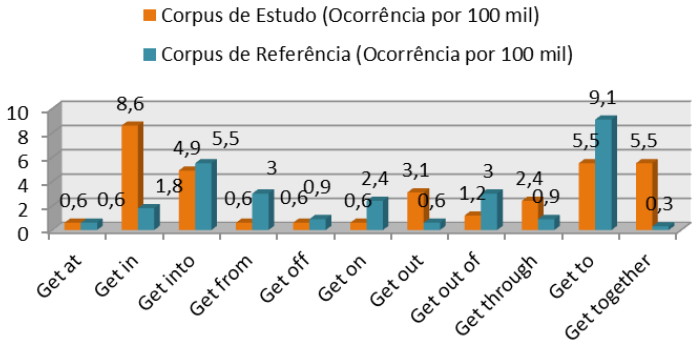
O verbo *to get* no *corpus* de estudo é encontrado formando 11 tipos de *multi-word verbs*, sendo que, desses, a formação mais frequente, com 14 ocorrências, é *get in* (com significados de "ser admitido em algum lugar" e "entrar em algum lugar"). No *corpus* de referência, a ocorrência dessa combinação verbal é baixa, com apenas seis frequências.

Todos os *multi-word verbs* encontrados no *corpus* de estudo estão presentes também no *corpus* de referência. A comparação entre eles ressalta que, no *corpus* de nativos, a expressão *get to* é a mais frequente, com 30 ocorrências, contra apenas seis do *corpus* brasileiro. A representatividade dessa formação em CR continua maior mesmo quando observada com base nos valores normalizados. No *corpus* de referência, a locução tem função predominante de "chegar", como em "(...) *and in an attempt to* ***get to*** *Venice, Candide loses his last sheep*" (LOCNESS). Já no *corpus* de estudo, a função varia entre "chegar" e "ter a oportunidade de fazer algo", como em "*Unfortunately, there are people who don't* ***get to*** *learn because his/her has an external problem*" (Br-ICLE).

De todos os verbos escolhidos para análise nesta pesquisa, *to get* foi o que demonstrou o maior número de coligações lexicais formando *multi-word verbs*, no entanto, nota-se que a maior parte das expressões tem pouca frequência no universo de pesquisa. Muitos *multi-word verbs*, como *get at* e *get off*, aparecem apenas uma vez no *corpus* de estudo e com frequência igualmente baixa no *corpus* de referência.

De forma geral, e levando-se em consideração a dimensão dos *corpora* utilizados, é possível verificar que a formação de verbos compostos por mais de uma palavra a partir de "*get*" é mais usual em CR que em CE, conforme mostram os resultados do gráfico 2.

GRÁFICO 2: *Multi-word verbs* por ocorrência (*get*).



FONTE: elaborado pelas autoras.

Uma possível explicação para isso é que verbos como o *get*, que têm alta frequência, apresentam significados muito gerais quando usados sozinhos, mas bastante específicos e/ou idiomáticos quando em conjunto com outras palavras (WAIBEL, 2007), tornando-se uma armadilha para aprendizes não nativos, que em função disso recorrem ao uso de palavras equivalentes, como em "*[...] the person is never able* ***to leave*** *the jail [...]"* (Br-ICLE), em que *leave* exerce função similar à de *get out of* em "*They demand blacks to* ***get out of*** *jail [...]*" (LOCNESS).

4.2.3 Multi-word verbs formados com o núcleo verbal Live

O verbo *live* é a 100ª palavra mais frequente no Br-ICLE e a 237ª no LOCNESS. Ele aparece no *corpus* de estudo 211 vezes, no entanto, se considerarmos também todas as suas formas (*lives*, *lived e living*), esse número passa a ser de quase 340[9], um número relevante no *corpus* de estudo. O quadro 3 exibe as combinações de *multi-word verbs* produzidas a partir do verbo *to live* e suas variações:

9 Na busca por *Wordlist* no *corpus* de estudo, a palavra "*lives*" apresenta 208 ocorrências, entretanto, a maioria delas não é mostrada como verbo, mas sim como o substantivo "vidas". Nesse caso, realizamos o cálculo das formas verbais por aproximação, inserindo na busca por *Clusters* os pronomes *he*/*she*/*it* na frente da palavra buscada.

QUADRO 3: *Multi-word verbs* encontrados nos *corpora* a partir do verbo *to live*.

Núcleo verbal live nos corpora		
Multi-word verbs	Frequência (CE)	Frequência (CR)
Live by	2	6
Live in	9	16
Live for	6	7
Live out	1	2
Live together	4	3
Live up to	1	0
Live with	6	15

FONTE: elaborado pelas autoras.

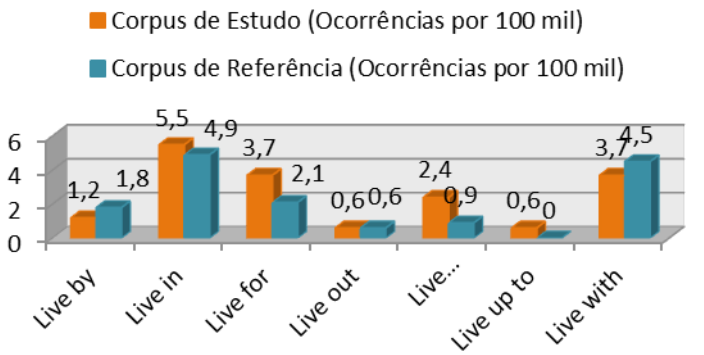
O verbo *to live* no *corpus* de estudo é encontrado formando sete tipos de *multi-word verbs*, sendo que desses, a formação mais frequente, com nove ocorrências, é *live in* (com significado de "morar no mesmo lugar em que trabalha ou estuda"). A mesma combinação também é a mais frequente no *corpus* de referência.

Ao comparar os *corpora*, podemos perceber que casos em que o verbo *to live* aparece seguido pela preposição/advérbio *in* é um dos mais recorrentes tanto em CR quanto em CE. No entanto, na maioria das concordâncias analisadas isso não configura *multi-word verbs*, já que, nestes casos, o sintagma preposicionado tem valor locativo ou de ajunto (expressando circunstância), como em "*It's a pity that we still* ***live in*** *a* [vivemos em uma] *society that cares only about themselves*" (Br-ICLE) e "(...) *than continue to* ***live in*** *a* [viver em um] *world of contradictions, where she could not* (...)" (LOCNESS).

Outro traço que se pode perceber na comparação entre os dois *corpora* é a função que o verbo preposicionado *live with* exerce nas concordâncias analisadas. Enquanto em CR "*live with*" tem função predominante de "aceitar com desgosto" alguma situação, como em "*Therefore, the child may* ***live with*** *this guilt for the rest of his/her life*" (LOCNESS), em CE a função varia entre "aceitar com desgosto" e "viver com alguém sem ser casado", como em "*There are some reasons to get married*. (...) *Second, it's not so terrible to* ***live with*** *somebody and to accept his/her manias if you really like this person*" (Br-ICLE).

Com exceção da coligação *live up to*, todos os demais *multi-word verbs* encontrados em CE estão presentes também em CR e, de maneira geral, o uso das estruturas extraídas a partir de "*live*" é relativamente balanceado em ambos os *corpora*, conforme mostram os resultados do gráfico 3.

GRÁFICO 3: *Multi-word verbs* por ocorrência (*live*).



FONTE: elaborado pelas autoras.

4.2.4 Multi-word verbs formados com o núcleo verbal *Take*

O verbo *take* é a 146ª palavra mais frequente no Br-ICLE e a 127ª no LOCNESS. Ele aparece no *corpus* de estudo 153 vezes, porém, se considerarmos também todas as suas formas (*takes*, *taken, took* e *taking*) esse número passa a ser 282. O quadro a seguir exibe as combinações de *multi-word verbs* produzidas a partir do verbo *to take* e suas variações:

QUADRO 4 - *Multi-word verbs* encontrados nos *corpora* a partir do verbo *take*.

Núcleo verbal take nos corpora		
Multi-word verbs	Frequência (CE)	Frequência (CR)
Take away	10	33
Take aback	2	0

Take on	4	35
Take over	2	7
Take up	1	12

FONTE: elaborado pelas autoras.

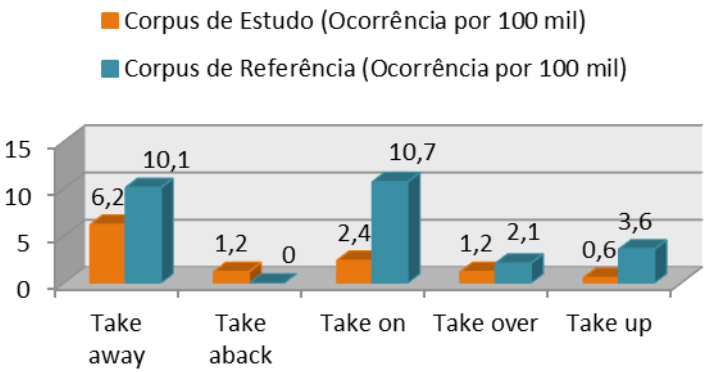
O verbo *take* no *corpus* de estudo é encontrado formando cinco tipos de *multi-word verbs*, sendo que, desses, a formação mais frequente é *take away* (na função "remover"), com 14 ocorrências. A mesma coligação lexical apresenta 33 ocorrências no *corpus* de referência, sendo a segunda mais relevante depois de *take on*.

Um dos traços que chama a atenção no estudo desse verbo é a presença da formação *take aback* (surpreender) duas vezes no *corpus* brasileiro (ex.: "*to see people simply* ***taken aback*** *by the speed and modernity*" [Br-ICLE]). Usualmente empregada como *taken aback*, a coligação não aparece nas concordâncias do *corpus* de referência. Neste último, ao contrário, surge apenas o correspondente "*be surprised*", como em "*so that they will* ***not be surprised*** *when they get out of college straight to real*" (LOCNESS), o que pode ser um indício da preferência dos nativos pelo uso de verbos de uma só palavra, e dos aprendizes por termos mais coloquiais (provavelmente, por não compreenderem bem os padrões do estilo argumentativo e/ou da escrita acadêmica). Ainda, apesar da pouca frequência em CE, o uso de *take aback* chama a atenção, pois não parece ser, a princípio, um *multi-word verb* muito trabalhado nas gramáticas e livros didáticos.

Outro ponto a ser destacado é a ocorrência de *take on*. A construção aparece quatro vezes no *corpus* de estudo, contra 35 do *corpus* de referência. Em sua maioria, o verbo preposicionado é usado com significado de "assumir algo", como em "(...) *the view that Hugo joined the party to merely* ***take on*** *an identity*" (LOCNESS) e "(...) *while man made no efforts to* ***take on*** *female responsibilities*" (Br-ICLE). No entanto, percebe-se que em CE a estrutura também é usada como "levar em consideração", como em "*Firstly if we* ***take on*** *account that lovers are artists* (...)" (Br-ICLE). Neste caso, o aprendiz utilizou um recurso pouco usual, já que os dicionários e gramáticas apresentam expressões como "*take account of*", "*take into account*" ou "*take into consideration*", como opções comuns entre falantes do inglês.

Com exceção da coligação *take aback*, todos os demais *multi-word verbs* encontrados em CE estão presentes também em CR e, no geral, as estruturas extraídas a partir de "*take*" são muito mais utilizadas (ou comuns) no *corpus* de referência que no de estudo, conforme mostram os resultados do gráfico 4.

GRÁFICO 4: *Multi-word verbs* por ocorrência (*take*).



FONTE: elaborado pelas autoras.

4.2.5 Multi-word verbs formados com o núcleo verbal *Find*

O verbo *find* é a 199ª palavra mais frequente no Br-ICLE e a 226ª no LOCNESS. Ele aparece no *corpus* de estudo 110 vezes, entretanto, se considerarmos também todas as suas formas (*found, finds*, *finding*), esse número passa a ser 149. O quadro a seguir exibe as combinações de *multi-word verbs* produzidas a partir do verbo *to find* e suas variações:]

QUADRO 5: *Multi-word verbs* encontrados nos *corpora* a partir do verbo *find*.

Núcleo verbal find nos corpora		
Multi-word verbs	Frequência (CE)	Frequência (CR)
Find out	13	25

FONTE: elaborado pelas autoras.

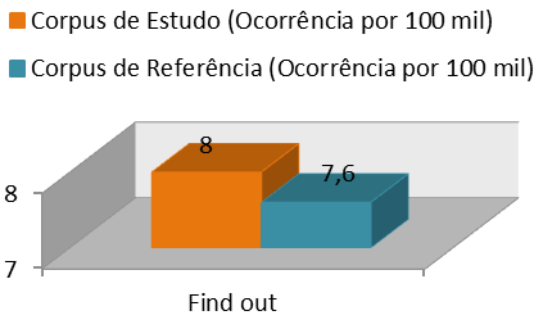
O verbo *to find* no *corpus* de estudo é encontrado formando apenas um tipo de *multi-word verbs*, o *find out*, com 13 ocorrências. A mesma estrutura também é encontrada no *corpus* de referência com 25 ocorrências.

Em ambos os *corpora* a locução é empregada com o sentido de "descobrir", como em "*are more and more restricted to* ***find out*** *a job, even though, if this job is to guarantee* (...)" (Br-ICLE) e "*When the girls listen to their mothers they* ***find out*** *who they are*." (LOCNESS).

A aplicação deste *multi-word verb* tanto no *corpus* de nativos, quanto no de brasileiros mostrou-se bem coerente gramaticalmente, o que sugere que esse verbo frasal é bem compreendido pelos aprendizes. Além disso, os exemplos analisados vão ao encontro da proposta de BIBER et al. (1999, p. 410), que pontua que verbos frasais transitivos, como o *find out*, são relativamente mais comuns na escrita.

De forma geral, e levando-se em consideração a dimensão dos *corpora* utilizados, é possível verificar que a formação de verbos compostos por mais de uma palavra a partir de "*find*" é equilibrada entre CR e CE, conforme mostram os resultados do gráfico 5.

GRÁFICO 5: *Multi-word verbs* por ocorrência (*find*).



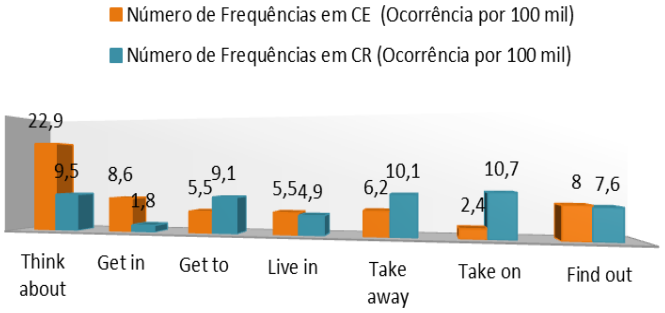
FONTE: elaborado pelas autoras.

No próximo tópico, fecharemos esta parte do trabalho com a exibição de uma síntese dos resultados apresentados e um gráfico comparativo dos verbos frasais e preposicionados mais frequentes em ambos os *corpora*. Por fim, em seguida serão apresentadas as considerações finais e as propostas para novas pesquisas.

4.3 M*ulti-word verbs* mais frequentes nos *corpora*

Para finalizar esta seção, conforme análise realizada nos tópicos anteriores, o gráfico 6 fornece uma visualização decrescente dos m*ulti-word verbs* mais frequentes em CE e em CR para cada núcleo verbal:

GRÁFICO 6**:** Comparativo dos *multi-word verbs* mais frequentes em CE e em CR.



FONTE: elaborado pelas autoras.

5. Considerações finais

Este estudo buscou analisar o uso dos *multi-word verbs* nos textos acadêmicos produzidos por aprendizes brasileiros da língua inglesa, tendo como base para comparação os textos produzidos por nativos da língua. O objetivo foi identificar as unidades mais frequentes, bem como observar semelhanças e diferenças na forma como elas são empregadas em ambos os *corpora*.

Considerando os tipos de *corpora* usados (textos acadêmicos argumentativos) e também o fato de que a classe gramatical estudada (*multi-word verbs*) ocorre mais comumente em discursos orais, podemos afirmar que o número de ocorrências de verbos frasais, preposicionados e frasais preposicionados é bastante significativo em ambos os *corpora* analisados. Esse fato sugere que a hipótese de que falantes nativos utilizam mais *multi-word verbs* do que aprendizes brasileiros provavelmente é errônea, pelo menos no que diz respeito à linguagem escrita argumentativa. Para comprovar essa afirmação, entretanto, faz-se necessária uma pesquisa mais

abrangente.

É fato que, durante a análise dos dados da pesquisa nos deparamos, diversas vezes, com *multi-word verbs* iguais sendo aplicados de maneira diferente nos *corpora* de estudo e referência. Isso indica que há dúvidas em relação ao emprego dessas formas verbais em contextos mais formais, como o texto acadêmico, o que pode estar ligado às deficiências no ensino. Além disso, fica claro na pesquisa que, na escrita, os alunos brasileiros tendem, muitas vezes, a usar os *multi-word verbs* considerando o significado individual de cada palavra, o que pode ser indício, por exemplo, da influência da língua portuguesa durante a aprendizagem do segundo idioma.

Os resultados da pesquisa indicam ainda, em conformidade com diversos outros estudos disponíveis sobre o tema, que os *multi-word verbs* já não são mais um traço especificamente da linguagem falada. Ao contrário, eles têm sido amplamente utilizados também na linguagem escrita.

Cabe ressaltar aqui que esta pesquisa não tem o objetivo de ser conclusiva, mas sim de chamar a atenção para a relevância do uso de *multi-word verbs* como forma de obter proficiência na língua inglesa e, consequentemente, da necessidade de desenvolvimento de maneiras mais eficazes de ensino para essa classe gramatical. Considerando-se as limitações desta pesquisa, é certo que uma exploração mais completa sobre o tema pode ser realizada em investigações futuras, incluindo inclusive aspectos importantes relacionados ao tema, como a determinação de padrões-lexicais, usos incorretos de *multi-word verbs,* o impacto das atividades com *multi-word verbs* no aumento da fluência oral e escrita, bem como funções semânticas dessas estruturas lexicais.

A investigação aqui descrita pretende ter contribuído não só para as pesquisas envolvendo os *multi-word verbs* e suas peculiaridades no que concerne à escrita de aprendizes, mas também para a área da Linguística de *Corpus* aplicada ao ensino, por ter demonstrado a relevância dos estudos de *corpora* para a descrição de fenômenos linguísticos, a análise comportamental da linguagem e para o ensino de idiomas.

Multi-words verbs in the academic writing of english learners: a study based on a learners' *corpus*

ABSTRACT

Motivated by the importance of multi-word verbs for communication in English and also for issues surrounding the process of the EFL teaching and learning of these lexical formations, this research aims to study the use of such verbs in academic texts written by Brazilian learners of English. The aim is to identify the most common phrasal, prepositional and phrasal-prepositional verbs in the argumentative genre textual production of Brazilian learners of English, observing differences and similarities of this use to the use made by native speakers. Therefore, this study found theoretical support in Corpus Linguistics (SARDINHA, 2004, p. 3). The investigation was based on two corpora: the study *corpus*, composed by texts written by Brazilian learners of English (ICLE-Br), and another *corpus* composed of texts written by native English speakers (LOCNESS). The results suggest that Brazilian learners employ a significant amount of multi-word verbs in their argumentative texts when compared to native speakers. However, this use of multi-word verbs by Brazilian learners not always corresponds to standard patterns of the English language.

Keywords: Corpus linguistics. Multi-word verbs. Phrasal verbs. Prepositional verbs. language learning and teaching.

Referências

BAKER, Mona. Corpora in Translation Studies: An overview and some suggestions for Future Research. **Target: International Journal of Translations Studies.** V. 7, nº 2, p. 223-243, 1995.

BIBER, Douglas; CONRAD, Susan; LEECH, Geoffrey. **Longman Student Grammar of Spoken and Written English.** London: Pearson Education, 2002.

BIBER, Douglas; JOHANSSON, Stig; LEECH, Geoffrey; CONRAD, Susan; FINEGAN, Edward. **Longman Grammar of Spoken and Written English.** London: Longman, 1999.

CARTER, Ronald; MCCARTHY, Michael. **Cambridge Grammar of English**. A Comprehensive Guide: Spoken and Written English Grammar and Usage. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CELCE-MURCIA, Marianne; LARSEN-FREEMAN, Diane. **The Grammar Book:** An ESL/EFL Teacher's Course. Boston, MA: Heinle and Heinle Publishing Company, 1999.

CORNELL, Alan. Realistic goals in teaching and learning phrasal verbs. **International Review of Applied Linguistics in Language Teaching**, V. 23, nº 4, pg. 269-280, 1985.

DEMPSEY, K. B.; MCCARTHY, P. M.; MACNAMARA, D. S. Using Phrasal Verbs as an Index to Distinguish Text Genres. **The Florida AI Research Society Conference** - FLAIRS, pp. 217-222, 2007. Disponível em: <http://goo.gl/vnlqd4>. Acesso em: 17 jan. 2016.

DOWNING, Angela; LOCKE, Philip. **A university course in English grammar**. London; New York: Routledge, 2002.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo. Perspectiva, 2001.

FARIA, S. B.; BERNARDO, D. C.; SILVA, F. X. G. *Phrasal Verbs* em inglês: aprender é o melhor remédio. **Cadernos de Letras**, n. 23, p. 81-95. UFRJ, Rio de Janeiro, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://goo.gl/1rCKDh>. Acesso em: 17 jan. 2016.

GREENBAUM, Sidney; QUIRK, Randolph. **A Student's Grammar of the English Language**. London: Longman, 1990.

MCENERY, Tony; WILSON, Andrew. **Corpus linguistics:** An introduction. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001. Disponível em: <http://goo.gl/RygEdA>.Acesso em: 12 jan. 2016.

PALMER, Frank Robert. **The English Verb**. London. Editora Longman Group Limited, 1974.

QUIRK, Randolph; GREENBAUM, Sidney; LEECH, Geoffrey; SVARTVIK, Jan**. A comprehensive grammar of the English language**. London: Longman, 1985.

RAMPAZZI, Elaine. **A Linguística de Corpus e os seriados Seinfield e Friends como base para o ensino de verbos frasais e verbos preposicionados para alunos de Língua Inglesa**. 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://goo.gl/Ug4hdK>. Acesso em: 05 dez. 2015.

SANTOS, Emilson Moreira dos. **Engenharia linguística:** tecnologias para apoiar as decisões gerenciais na era da Internet. Rio de Janeiro. E-Papers, 2008.

SARDINHA, Tony Berber. **Linguística de Corpus**. Barueri, São Paulo. Editora Manole, 2004.

SARDINHA, Tony Berber. Linguística de Corpus: Histórico e Problemática. **DELTA**, São Paulo, v. 16, n. 2, 2000. Disponível em: <http://goo.gl/lmJAJq>. Acesso em: 23 dez. 2015.

SINCLAIR, John. **Developing linguistic corpora:** a guide to good practice – Corpus and text – basic principles. Versão de texto eletrônico. 2004. Disponível em: <http://goo.gl/WYIYgG>. Acesso em: 8 dez. 2015.

TAGNIN, Stella E. O. **Glossário de Linguística de Corpus**. São Paulo: HUB Editorial, 2010.

VICENTINI, Giseli P. M. **Linguística de Corpus e o seriado Friends como base para o ensino de chunks em sala de aula de Língua Inglesa**. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://goo.gl/5mw42G>. Acesso em: 06 jan. 2016.

WAIBEL, Birgite. **Phrasal verbs in learner English:** A corpus-based study of German and Italian students. 2007. 212 f. Tese (Doutorado em Filologia). Fakultät der Albert-Ludwigs, Universität Freiburg, Alemanha, 2007. Disponível em: <http://www.freidok.uni-freiburg.de/volltexte/3592/>. Acesso em: 21 set. 2012.

Submetido: 30/03/2016
Aceite: 06/09/2016

As construções com o verbo *começar* no Português do Brasil e a noção de inceptividade aspectual

Giovanna Cristina Rodrigues Alves Rafael*
Sueli Maria Coelho**

Resumo

Neste estudo, pretendemos identificar as diferentes construções em que o verbo *começar* aparece no português brasileiro (PB), no intuito de verificar como o aspecto inceptivo se manifesta em cada uma dessas construções, uma vez que o referido verbo é o mais frequente na atualização da categoria aspectual em análise. (TRAVAGLIA, 1986; BARROSO, 1994). Baseando-nos em postulados da Gramática de Construções, mais especificamente no Princípio da Não-Sinonímia de Goldberg (1995), lançamos a hipótese de que a inceptividade aspectual não se manifesta da mesma maneira nos tipos diferentes de construções com *começar*. Os dados utilizados nas análises foram extraídos, majoritariamente, de textos orais e escritos no PB, compreendidos entre os séculos XIX e XXI. Os resultados evidenciaram, à primeira vista, seis tipos de construções, dentre elas as construções perifrásticas e as intransitivas de perspectiva ergativa. Com relação à marcação do aspecto inceptivo, deparamo-nos com algumas limitações de análise, mas verificamos algumas possíveis contradições ao Princípio da Não-Sinonímia de Goldberg (1995).

Palavras-chave: aspecto inceptivo. Verbo COMEÇAR. Gramática de Construções. Princípio da Não-Sinonímia. Português Brasileiro.

Considerações iniciais

O chamado *aspecto inceptivo*, indicador da fase *inicial* de um fato/situação verbal, é conhecido por ser o tipo aspectual mais recursivo, dentre os tipos presentes do português, pois dispõe de diversas construções para ser marcado.[1]

1 Os termos *inceptivo* e *incoativo* costumam ser empregados como variantes na literatura sobre o aspecto em português. (TRAVAGLIA, 1986; COSTA, 1990).

* Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Mestra em Estudos Linguísticos (UFMG). Professora da rede pública de ensino básico de Minas Gerais.

** Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG Doutora em Estudos Linguísticos (UFMG). Professora da Faculdade de Letras da UFMG.

(BARROSO, 1994). Entram nesse rol, por exemplo, perífrases como <$V1_{pôr\text{-}se}$ + (a) + V2>, <$V1_{danar}$ + (a) + V2> e <$V1_{dar}$ + p(a)ra + V2>, além das construções com o verbo *começar*, o mais prototípico da categoria. (TRAVAGLIA, 1986; BARROSO, 1994).

Analisando o verbo *começar,* especificamente, percebe-se que, além das construções perifrásticas – as quais, por si só, são bastante amplas, tendo em vista o preenchimento do V2 –, ele pode integrar construções argumentais em que ele aparece como verbo único, como, por exemplo, as construções intransitivas inacusativas de perspectiva ergativa:[2]

(1) "*Começou* a ouvertura...". (MACEDO, 1844).

Uma vez que tal verbo pode figurar em diferentes construções, surgiu-nos o questionamento se a noção de inceptividade, como categoria aspectual, manifesta-se da mesma maneira em cada uma das construções. Partindo, portanto, desse questionamento e da carência de estudos mais detalhados sobre o assunto, pretendemos descrever, neste artigo, as diferentes construções das quais o verbo *começar* pode participar, bem como analisar a marcação do aspecto inceptivo em cada uma delas.[3] Acreditamos que esse tipo aspectual não se manifesta igualmente, ou não se manifesta em algumas das construções, hipótese que se embasa no Princípio da Não-Sinonímia de Goldberg (1995) e que nos propusemos a testar empiricamente.

Para descrevermos e para categorizarmos as construções com *começar*, adotamos a descrição de construções do português propostas por Perini (2008) – chamadas, pelo autor, de *diáteses*.[4] Nosso *corpus*, que conta com 178 construções, compõe-se de textos de fala e de escrita do português brasileiro (PB), produzidos no período que vai desde o início do século XIX ao século XXI.[5] Os dados de língua

2 Os verbos inacusativos são aqueles que não possuem sujeito em estrutura profunda e que selecionam um argumento afetado (paciente). (CIRÍACO, 2007). A perspectiva ergativa, que pode ser veiculada por construções inacusativas, é aquela em que o argumento alçado para a posição de sujeito tem papel temático de afetado (paciente), implicando, pois, uma mudança de estado do sujeito. (CIRÍACO, 2007).

3 Durante o período em que esta pesquisa foi realizada, fizemos uma pesquisa paralela, no intuito de encontrar trabalhos sobre o aspecto inceptivo e sobre o verbo *começar,* especificamente. No entanto, não encontramos trabalhos que contemplassem o verbo *começar* de maneira detalhada, apenas algumas menções rápidas a esse verbo. Sobre o aspecto inceptivo, há os trabalhos de Sigiliano (2012, 2013), os quais tratam do tema numa perspectiva cognitivista.

4 Segundo Perini (2008, p. 237), pode-se definir *diátese* como "uma construção definida em termos simbólicos, considerada como entorno possível de ocorrência de um verbo". O conjunto de diáteses de um verbo forma sua *valência*. (PERINI, 2008).

5 De acordo com alguns pesquisadores, como Tarallo (1996 [1993]), o português brasileiro se consolidou como variedade da língua portuguesa após os anos 1800. Por esse motivo, coletamos os dados após a data estipulada.

oral compreendem tanto peças de teatro quanto *corpora* transcritos diretamente da fala (760 páginas de textos, no total), e os dados de língua escrita pertencem ao gênero romance (primeiras cem páginas do texto ficcional de cada uma das obras selecionadas – 500 páginas de textos, no total).[6] Quando não encontramos exemplos das construções listadas por Perini (*op. cit.*) no *corpus*, lançamos mão do nosso conhecimento de falantes para levantarmos exemplos que nos permitissem analisá-las, o denominado dado de introspecção.

Os pressupostos teóricos que nortearam esta pesquisa pertencem à vertente cognitiva da Linguística conhecida como Gramática de Construções, mais especificamente aos trabalhos de Goldberg (1995, 2006). Além disso, este estudo se dedica à categoria linguística de aspecto. Nas seções a seguir, apresentamos, respectivamente, tais pressupostos teóricos e os resultados que conseguimos alcançar, até o momento, já que o que aqui se apresenta integra um projeto maior de descrição do aspecto inceptivo na Língua Portuguesa.

A categoria aspectual

A literatura sobre a categoria aspectual congrega algumas divergências, como, por exemplo, a própria terminologia da área. (ALMEIDA, 1980; COSTA, 1990). Mesmo assim, algumas convergências, surgidas das pesquisas dedicadas a esse campo, podem ser identificadas. Pode ser citada, por exemplo, a própria definição de aspecto, que consiste na duração do processo temporal interno de uma estrutura verbal. (COMRIE, 1976; TRAVAGLIA, 1986; COSTA, 1990).

Pode-se afirmar que o aspecto é, pois, uma categoria temporal. Entretanto, por se referir à temporalidade interna da situação, ele não depende do momento da enunciação para se manifestar na língua, como dependem as noções de passado, de presente e de futuro, o que faz dele uma categoria não dêitica. (COMRIE, 1976).

Na língua portuguesa, segundo Travaglia (1986), o aspecto pode indicar a duração de uma situação (limitada, ilimitada, contínua e descontínua) e as fases dessa situação, como seu desenvolvimento (início, meio e fim), seu completamento (situação completa e situação incompleta) e sua realização (por começar, começada

6 Apesar da discrepância entre os números de páginas dos textos de oralidade e de escrita, os dados coletados foram mais recorrentes na modalidade escrita. Rafael (2016), que utiliza o mesmo *corpus* em sua pesquisa, cita hipóteses que tentam explicar por que essa configuração de dados ocorreu.

ou não acabada, acabada). O aspecto inceptivo, tipo aspectual ao qual o objeto deste estudo se relaciona, pertence ao chamado aspecto de *fases*, pois ele indica a *fase inicial* de uma situação. (BARROSO, 1994).

Dentre os recursos de marcação aspectual disponíveis na língua portuguesa – perífrases verbais, advérbios, adjetivos, substantivos e o próprio verbo (cf. COSTA, 1990) – a perífrase verbal é a que mais se destaca.[7] (COSTA, 1990; BARROSO, 1994). Segundo Barroso (1994), de todas as construções aspectuais, as perífrases inceptivas são as mais recorrentes, isso porque o aspecto inceptivo perifrástico é o que mais dispõe de combinações entre $V1_{auxiliar}$ e $V2_{principal}$ para a expressão da categoria aspectual. Além dessas, podem ser identificadas outras construções que, de acordo com alguns pesquisadores, como Travaglia (1986), também marcam o aspecto inceptivo, tais como aquelas formadas com os verbos *principiar, começar* e *iniciar(-se)* sem integrarem construções perifrásticas. Segundo demonstram nossos dados, o verbo *começar* não apresenta um padrão construcional único, o que nos leva a acreditar, com base no Princípio da Não-Sinonímia da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995), que essas diferenças sintáticas acarretam também diferenças semântico-pragmáticas que podem influenciar na marcação da categoria aspectual.

A Gramática de Construções

A Gramática de Construções, que tem suas origens na Linguística Cognitiva, surgiu com os trabalhos de Fillmore, O'Connor e Kay (1988), sendo, posteriormente, desenvolvida, entre outros estudiosos, por Goldberg (1995) e por Croft (2007). Para os teóricos construcionistas, as construções linguísticas são estruturas que pareiam forma e significado, por meio de uma ligação simbólica. (FERRARI, 2010). Goldberg (1995, 2006) é uma das autoras mais citadas, no que diz respeito a essa definição de construção. Segundo ela,

> C é uma construção se C é um par forma-significado <Fi Si> de tal forma que algum aspecto de Fi ou algum aspecto de Si não é estritamente previsível a partir das partes componentes de C ou

7 Sucintamente, uma perífrase verbal pode ser entendida como a conjunção de um verbo e de uma forma nominal (infinitivo, gerúndio ou particípio), muitas vezes ligados por preposição, que tem como função marcar determinada categoria gramatical, como o tempo, ou uma noção semântica qualquer, como a modalidade (TRAVAGLIA, 1986; BARROSO, 1994).

> de outras construções previamente estabelecidas. (GOLDBERG, 1995, tradução nossa[8]).
>
> Qualquer padrão linguístico é reconhecido como uma construção desde que algum aspecto de sua forma ou função não seja estritamente previsível a partir de suas partes componentes ou outras construções existentes. Ademais, padrões são armazenados como construções, mesmo que sejam totalmente predizíveis, desde que ocorram com suficiente frequência. (GOLDBERG, 2006, tradução nossa[9]).

Discorrendo sobre os princípios que regem as construções linguísticas e as atividades cognitivas humanas, de modo geral, Goldberg (1995, tradução nossa) cita o chamado Princípio da Não-Sinonímia:[10]

> *O Princípio da Não-Sinonímia*: Se duas construções forem sintaticamente distintas, então elas precisam ser semântica ou pragmaticamente distintas (cf. Bolinger 1968; Haiman 1985; Clark 1987; MacWhinney 1989). Os aspectos pragmáticos incluem particularidades da estrutura informacional, tais como tópico e foco, e, adicionalmente, aspectos estilísticos da construção, tais como registro.
>
> *Colorário A*: Se duas construções forem sintaticamente distintas e S(emanticamente) sinônimas, então elas precisam não ser P(ragmaticamente) sinônimas.
>
> *Corolário B*: Se duas construções forem sintaticamente distintas e P-sinônimas, então elas precisam não ser S-sinônimas.
>
> Na pesquisa aqui descrita, adotamos o termo *construção aspectual*, pois nos alinhamos à corrente da Gramática de Construções, ao

8 Do original: "C is a construction iff_{def} C is a form-meaning pair <Fi Si> such that some aspect of F, or some aspect of S, is not strictly predictable from C's component parts or from other previously established constructions". (GOLDBERG, 1995, p. 4).

9 Do original: "Any linguistic pattern is recognized as a construction as long as some aspects of its form or function is not strictly predictable from its component parts or from other constructions recognized to exist. In addition, patterns are stored as constructions even if they are fully predictable as long as they occur with sufficient frequency". (GOLDBERG, 2006, p. 5).

10 Do original: "The Principle of No Synonymy: If two constructions are syntactically distinct, they must be semantically or pragmatically distinct (cf. Bolinger 1968; Haiman 1985a; Clark 1987; MacWhinney 1989). Pragmatic aspects of constructions involve particulars of information structure, including topic and focus, and additionally stylistic aspects of the construction such as register […].
Corollary A: If two constructions as syntactically distinct and S(emantically)-synonymous, then they must not be P(ragmatically)-synonymous.
Corollary B: If two constructions as syntactically distinct and P-synonymous, then they must not be S-synonymous". (GOLDBERG, 1995, p. 67).

nos basearmos no princípio descrito acima e nas construções de estrutura argumental (GOLDBERG, 1995), ou diáteses (PERINI, 2008), para nortear as análises que nos propusemos a fazer.

Resultados e discussões

Com o levantamento dos dados nos *corpora* selecionados, conseguimos identificar cinco tipos de construções em que o verbo *começar* está presente e verificamos, em Perini (2008), outro tipo de construção que não ocorreu nos dados coletados – portanto, seis tipos. Para nos auxiliar a identificar tais construções, utilizamos a lista de diáteses apresentada por Perini (2008).

Nossos dados acusaram que, tanto na fala quanto na escrita dos três séculos analisados, a construção perifrástica <$V1_{COMEÇAR}$ + (a) + V2>, tida como a perífrase aspectual inceptiva canônica, é a mais frequente e também a mais sujeita a variações do V2:

(2) "*Comecei a pensar* na Stela." (DRUMMOND, 1984).

(3) "O trem *tá começando a ficar* bagunçado." (C-ORAL-BRASIL).

Entendemos que essa construção é mais passível de variação, porque nela o verbo *começar* atua somente como um auxiliar, mas o V2 pode ser preenchido por uma ampla gama de tipos verbais, o que faz dela uma construção bastante aberta, em virtude da ampla possibilidade de seleção do segundo verbo.[11] Como ilustra o exemplo (4), tal construção apareceu, inclusive, como um constituinte menor de construções idiomáticas, conhecidas por sua natureza idiossincrática:

(4) "O Galo toma de um a zero, Zé, o *bicho* já *começa*..." (C-ORAL-BRASIL).

No exemplo (4), mesmo com o V2 implícito ("a pegar"), o sentido básico da construção idiomática não se modifica. Para Reich (2011), esse é um forte argumento para atestar que *começar* é um autêntico verbo auxiliar. Esse forte traço de auxiliaridade do verbo *começar*, a nosso ver, justifica a alta frequência da construção <$V1_{COMEÇAR}$ + (a) + V2> nos dados coletados, pois, ao se gramaticalizarem, as formas tendem a se tornar mais frequentes. (HOPPER; TRAUGOTT, 2003). A frequência da construção citada aumentou com o passar dos séculos, em nossas amostras de escrita (séc. XIX = 20,9%; séc. XX = 34,6%; séc. XXI = 44,5%) e de oralidade (séc. XIX = 6,7%; séc. XX = 42,2%; séc. XXI =

11 Para Reich (2011), essa ampla seleção do V2 para a construção perifrástica com *começar* se justifica pelo fato de que qualquer situação deve ter um começo, salvo algumas restrições com certos verbos estativos.

51,1%), o que demonstra seu processo de expansão na língua.

Um segundo tipo de construção identificada, agora com o verbo *começar* sendo a única forma verbal da construção (verbo principal, portanto), foi a construção intransitiva de perspectiva ergativa, da qual tratamos brevemente na seção introdutória deste artigo:

(5) "Vou deixá-la, *o movimento começa* daqui a pouco." (COELHO, 2003).

(6) "Então não era qualquer um que tinha o rádio. E aí é que *começou* já *a minha paixão*, mesmo porque eu não podia ver uma bola." (PEUL).

Observando a ergatividade desse tipo de construção, percebemos que o papel temático dos sujeitos é, de certa maneira, diferente do conceito normalmente atribuído ao papel temático de paciente[12]. O paciente é, em termos gerais, o papel temático afetado pela ação expressa pelo verbo, o que ocasiona, muitas vezes, mudança de estado do termo paciente. (CANÇADO, 2013). Nas construções com *começar* de padrão $<SN_{PACIENTE}\ V_{COMEÇAR}>$ ou $<V_{COMEÇAR}\ SN_{PACIENTE}>$, contudo, o sujeito não sofre a mudança de estado própria do paciente, pois ele não existia antes para sofrer tal mudança.[13] Por outro lado, ele sinaliza uma mudança de estado do contexto temporal externo: momento anterior/evento ausente > início do evento > momento posterior/evento presente. Tal fato, contudo, não deixa de configurar uma mudança de estado (RAFAEL, 2016). Ciríaco (2007), por exemplo, inclui esse tipo de mudança, chamado de *mudança de estado de existência*, naquilo que classifica como uma noção bem ampla de estado, que é uma propriedade do papel temático do afetado. Portanto, a ergatividade da construção com *começar* aqui tratada é ratificada.

Outra característica dessa construção é a ocorrência, embora em menor frequência, de SNs concretos como argumentos do verbo *começar*:

(7) "Ha algumas delas *[ruas]* que *começam* largas como 'boulevards' e acabam estreitas que nem vielas." (BARRETO, 1915, inserções nossas).

(8) "*A Rue de Berne começava* em uma igreja." (COELHO, 2003).

Estes exemplos, ambos pertencentes à língua escrita, foram os únicos do *corpus*

12 Estamos considerando que os papéis temáticos dos SNs destacados em (05) e em (06) são pacientes por se tratar de construção ergativa. Empiricamente, um movimento ou uma paixão são afetados por algo que desencadeia sua fase inicial. Cançado *et. al.* (2013), ao argumentar em favor da linguagem de decomposição de predicados, explica que "pode haver pelo menos três tipos de afetação: um 'paciente', afetado fisicamente, que muda de estado, um 'tema', que seria o participante afetado em seu deslocamento, e ainda um 'possuidor'ou 'beneficiário', um participante afetado em suas posses". (CANÇADO *et. al.,*2013, p. 112-113).

13 Essa alternância pode ser explicada formalmente pela hipótese inacusativa, em que o argumento interno afetado é alçado para a posição de sujeito, na estrutura superficial. (CIRÍACO, 2007).

em que o SN paciente é expresso por nome concreto. A inceptividade, como tipo aspectual, não se manifesta nesses casos, pois não há a duração de um fato sendo descrita. Em (07), por exemplo, o verbo *começar* apenas atribui característica ao nome *rua*, o que é feito juntamente com os predicativos e com os adjuntos adverbiais presentes nas construções. Além da distinção entre concreto/abstrato, levantamos o questionamento sobre a classificação do papel temático desses SNs concretos: serão eles também afetados, pacientes? Acreditamos que não.

Por meio dessas constatações, podemos afirmar que as construções ergativas com *começar* marcam o início de uma situação, desde que o $SN_{SUJEITO}$ seja abstrato. Elas, inclusive, são listadas por Travaglia (1986), no rol de construções aspectuais inceptivas. No entanto, até o momento, apesar da diferença sintática, não conseguimos flagrar uma diferença semântico-pragmática contundente (com exceção dos elementos concretos descritos no parágrafo anterior) entre essas e as construções perifrásticas inceptivas canônicas, em relação à marcação do aspecto inceptivo, à exceção de que o papel temático das construções concretas não parece ser o de paciente prototípico, o que poderia configurar outro padrão construcional.

Uma terceira construção com *começar* identificada nos *corpora,* a qual não encontramos em Perini (2008), segue o padrão <$SN_{SUJEITO}$ + $V_{COMEÇAR}$ + $SPrep_{POR}$>:

(9) "Nos aniversários de nascimento, era *um soneto* que *começava* sempre *por – salve!* – e acabava também por – salve! Tres vezes salve!" (BARRETO, 1915).

(10) "É melhor [nós] irmos devagar, *começar[mos] pelo mais fácil*." (BARRETO, 1915, inserções nossas).

(11) "Demais, o fim tragico que queria dar a *uma cousa que começou por idylio*... devia assustá-lo." (ASSIS, 1863).

Nessas construções, o SN sujeito aparece ora como agente (10), ora como paciente da ação (9 e 11), e o SPrep pós-verbal pode ser constituído tanto um por SN quanto por um verbo no infinitivo (cf. (12)). Não encontramos, nos dados analisados, complementos verbais do SPrep. No entanto, essa construção está presente na literatura que trata do aspecto inceptivo:

(12) "... e como se tivesse explicações a dar-me *começou por dizer* que se chamava Krauss..." (exemplo extraído de ALMEIDA, 1980, p. 44).

As construções em que o SPrep é complementado por um verbo podem se apresentar com o padrão <$SN_{SUJEITO}$ + $V_{COMEÇAR}$ + GERÚNDIO>, sendo, de acordo com Barroso (1994), construções variantes:

(12a) [...] e como se tivesse explicações a dar-me *começou dizendo* que se

chamava Krauss [...]

Encontramos uma única construção com o gerúndio nos dados coletados, a qual parece também poder ser construída com o SPrep iniciado por POR, o que comprova a tese da variação linguística apresentada por Barroso (*op. cit*.)

"Ele *começou pintando* árvore assim." (C-ORAL-BRASIL).

(13a) Ele *começou por pintar* árvore assim.

Ambas as construções acima, assim como as outras anteriormente apresentadas no terceiro tipo de construção com *começar*, são semelhantes na interpretação com o gerúndio e com o $SPrep_{POR}$, a qual indica que algo ou que alguém começou alguma coisa (uma atividade, uma profissão, um ato enunciativo, entre outros), fazendo aquilo que o gerúndio ou o SPrep sinalizam. Tal organização construcional traz, portanto, a ideia de ordenação, algo que pode ser visto, inclusive, com complementos concretos do SPrep (o verbo *começar*, nesses casos, não é auxiliar):

(14) "Se havia algum motivo para suspeitas naquela sexta-feira, [...], era o fato de que todos, *a começar [começando] por Adam Cohen*, acreditavam que podiam ser muito felizes." (DRUMMOND, 1984, inserções nossas).

Em outras palavras, a situação descrita no sintagma pós-verbal indica a primeira situação de uma série de outras pertencentes a um evento maior. Travaglia (1986) salienta que essas construções não marcam aspecto e Barroso (1994) insere-as no denominado aspecto de colocação/ordenação, e não no aspecto de fase inicial. De fato, as construções em questão não marcam a inceptividade, em termos aspectuais; apenas indicam o ordenamento de fatos, algo que pode explicar, por exemplo, a ocorrência de um locativo em construções negativas:

(15) "Não sei *por onde começar*, e nem sei se quero começar." (COELHO, 2003).

O quarto tipo de construção encontrado nos dados coletados é a construção transitiva. No entanto, um aspecto formal subdivide essa construção em duas: o tipo de realização do objeto direto. Identificamos construções transitivas com o objeto direto expresso, e outras com tal complemento elíptico, estas com frequência muito superior (83,3%) àquelas (16,7%). Os exemplos (16) e (17) ilustram as construções transitivas com o objeto expresso, e os dois subsequentes, a construção transitiva com o objeto elíptico:

(16) *"Tinham começado a partida*, quando dona Quinota, uma das filhas do general, atravessou a sala e foi beber água." (BARRETO, 1915).

(17) Finalmente parou por um instante, talvez para respirar, e *começar novo*

ataque de maçada." (MACEDO, 1844).

(18) "Foi assim que você *começou...* isto cheira a segunda edição, hein?" (PEDERNEIRAS, 1931).

(19) "*Pia,* quando *começa*, minha filha..." (C-ORAL-BRASIL).

Algo interessante a ser observado é o papel temático de paciente do sujeito de (19). De acordo com Perini (2008), a construção transitiva tem os padrões $<SN_{SUJEITO} + V + SN_{OBJETO}>$ e $<SN_{SUJEITO} + V + Ø>$, em que o sujeito é agente e o objeto, paciente. No entanto, em (19), a pia não é o agente do evento em elipse (a estragar, a dar defeito...); mesmo assim, a construção, aparentemente[14], permanece a mesma da transitiva de objeto elíptico.

Além de o papel de paciente poder ser atribuído ao sujeito, percebemos que o objeto elíptico pode ser preenchido por sintagmas diferentes (20), o que causa, em alguns casos, uma ambiguidade construcional (21):

(20) "E *comece* logo *[o turno de trabalho? a trabalhar? a procurar homem?...]*. Se voltar hoje para casa sem ter arranjado um homem, irá pensar duas vezes, e não terá coragem de voltar." (COELHO, 2003, inserções nossas).

(21) "Só encenação e procissão [...] noh, es andava demais, *começava* lá na praça *[a procissão começava na praça ou "es" começavam a andar demais a partir da praça?],* com o telão, com a encenação de ano passado..." (C-ORAL-BRASIL, inserções nossas).

Mesmo as construções com o objeto expresso podem comportar construções perifrásticas em sua estrutura argumental (exemplos 22, 23 e 24), as quais, em alguns casos, também podem ser ambíguas, como em (22), se a sequência textual posterior não se encarregar de indicar a atividade pretendida pelo falante:

(22) "Sentou-se e *quiz começar* [a cantar? a recitar?] uma modinha sobre a Gloria. [...] Tentou *começar* [a compor], *dispoz o papel,* mas não pôde." (BARRETO, 1915, inserções nossas).

(23) "O estudante depois de certificar-se que toda a companhia estava longe, veio sentar-se junto da Senhora dona Anna no banco de relva, e *começou* [a contar] a história de seus amores." (MACEDO, 1844, inserções nossas).

(24) João *quis começar um namoro* com Maria / *a namorar* Maria, mas ela não quis. (dado de introspecção)

Na análise de alguns dados de introspecção (25, 25a e 25b), ao testarmos a

14 Dizemos aparentemente porque, dado o papel temático, essa pode ser também uma variante da construção ergativa já descrita, o que ainda demanda mais investigação.

alternância citada, percebemos que as perífrases só podem figurar nos contextos de objeto direto com o traço [+abstrato]; construções transitivas com objetos concretos não permitem tal permutação. Pelo que pudemos observar, a alternância entre o SN e o verbo é permitida a partir de um nome abstrato denotativo de ação, conforme (25a e 25b):

(25) O pedreiro *começou o canil* ontem.

(25a) O pedreiro *começou a construção do canil* ontem.

(25b) O pedreiro *começou a construir* o canil ontem.

De todas as construções identificadas, apenas a transitiva permite a alternância entre objeto direto (especialmente o elíptico) e a perífrase inceptiva. Além disso, tal como a construção perifrástica $<V1_{COMEÇAR} + (a) + V2>$, a construção transitiva de objeto implícito foi bastante recorrente nos dados dos três séculos. Por esses motivos, categorizamos essas construções transitivas mais próximas da perífrase inceptiva canônica. A inceptividade aspectual parece não se aplicar, no entanto, à construção transitiva de objeto explícito, devido à aproximação dessa construção com a que explicitaremos agora.

A última construção que identificamos com o verbo *começar* foi tratada por Perini (2008) como uma diátese praticamente exclusiva dos *verbos incoativos*: $<SN_{AGENTE} + V + SPrep_{PACIENTE}>$ sem objeto direto. O termo *incoativo* é utilizado para indicar que há mudança de estado, neste caso, do SPrep paciente. O autor, no entanto, não fornece um exemplo com o verbo *começar* propriamente dito, apenas como o verbo *acabar* ("Toninho acabou com a festa."), o que nos levou a elaborar os exemplos (27) a (29) e a inserir o (26), retirado dos dados analisados:

(26) "Esses caras aqui que *começaram* com esse lance de arquitetura artística." (C-ORAL-BRASIL).

(27) João *começou* com a algazarra.

(28) João *começou* a algazarra.

(29) A algazarra *começou.*

Julgamos, pelos exemplos (26) e (27), que a preposição *com* é somente uma marca morfológica de mudança de diátese, o que nos leva a analisar o sintagma pós-verbal, nos termos da Gramática Tradicional, como um objeto direto preposicionado de preposição facultativa.[15] Indo, portanto, na direção contrária à de Perini (2008), cremos que há, sim, a presença do objeto direto junto do verbo

15 Adaptamos a expressão "marca morfológica de mudança de diátese" de Ciríaco (2007). A autora utiliza-a para falar de outra marca, no caso, do vocábulo *se.*

começar, o que encaixa a referida construção, então transitiva, nas chamadas construções *causativas* (ARRAIS, 1985), em que há um evento-causa (Esses caras / João) e um evento-efeito (esse lance de arquitetura/ a algazarra).

De acordo com Ciríaco (2007), os verbos basicamente intransitivos (ou inacusativos – ex. 30) aceitam o processo de causativização, podendo ser a causa inferível ou não. Verificamos, portanto, que a construção aqui tratada está relacionada à construção ergativa, a qual, por meio da causativização (CIRÍACO, 2007), passou a ser transitiva. Por esse motivo, dizemos que as construções transitivas de objeto explícito que encontramos, de fato, nos *corpora*, parecem se encaixar na perspectiva da causativização, pois a ergativa/inacusativa é possível, devido à presença do objeto direto paciente/afetado, e a forma apassivada permite a inferência do desencadeador do início do evento, conforme pode ser visto no exemplo retomado a seguir:

(30) "Tinham *começado* a partida." (BARRETO, 1915).

(30a) A partida começou / foi começada [pelos homens/jogadores].

Estamos conscientes de que mais exemplos devam ser analisados para a validação de nossa proposta, uma vez que foram baixas as ocorrências da construção transitiva de objeto explícito em nossos *corpora*. Mesmo assim, defendemos que não há inceptividade se manifestando nessa construção, pois o evento-causa (ou o desencadeador) não representa a temporalidade interna (condição para o aspecto) do evento-efeito. "João" (ex. 27 e 28) e o sujeito elíptico (ex. 30) são apenas os desencadeadores, as causas do início da algazarra e da partida; o início dos eventos, propriamente, pode ter sido concomitante (ex. 27/28 e 30) ou posterior à causa (interpretação aplicável ao ex. 30).

Duas ocorrências de construções com *começar*, encontradas nos dados da oralidade do século XX, não se encaixaram, aparentemente, nos tipos apresentados anteriormente. São estas:

(31) "Na primeira semana, eu *comecei* com quinhentos cruzeiros ou quinhentos mil réis, não me lembro agora." (PEUL).

(32) "*Começamos* como empregado, quer dizer, como empregado." (PEUL).

As duas estruturas trazem SPreps, mas não se encaixam na mesma categorização. Em (32), poderíamos dizer que há uma nomeação dos sujeitos, o que faz com que essa construção se encaixe nos padrões da diátese de nomeação com SPrep, tratada por Perini (2008); no entanto, na classificação de Perini (2008), há um objeto paciente ao qual é atribuído a nomeação ($SN_{SUJEITO}$ + V + $SN_{PACIENTE}$ +

$SPrep_{COMO+SN}$), o que não ocorre na sentença apresentada em (32). Já, para (31), não conseguimos encontrar, até o momento, uma diátese específica que representasse a construção citada. Salientamos, contudo, que, a nosso ver, há SNs ou verbos implícitos em ambas as construções, apesar de não sabermos precisar quais são. Mesmo assim, mais testes são necessários para se verificar tanto a produtividade dessas construções quanto as diáteses possíveis com cada uma, para que sejam apresentadas conclusões mais contundentes. De qualquer maneira, o aspecto inceptivo não se manifesta nas construções citadas, se consideradas as estruturas tal como elas se apresentam.

Para finalizarmos essa breve análise, retomamos o Princípio da Não-Sinonímia, descrito por Goldberg (1995). Percebemos que algumas das construções aqui tratadas são sintática, semântica e pragmaticamente diferentes entre si, no que diz respeito à fase inicial do processo verbal, como, por exemplo, as construções perifrásticas e as construções com o $SPrep_{POR}$ (colocação). Outras, no entanto, não deixam claras entre si certas diferenças semântico-pragmáticas. Por exemplo, a construção de colocação permite a alternância gerúndio/$Sprep_{POR}$ sem acarretar prejuízo ou diferença semântico-pragmática à estrutura As construções causativas também parecem não se modificar em relação à presença ou à ausência da preposição *com.* Por último, não pudemos precisar o grau de relação entre as construções de objeto elíptico e as construções perifrásticas, nem até que ponto as diferenças entre as construções ergativas e perifrásticas (as quais, na nossa concepção, expressam o aspecto inceptivo) são suficientes para dizer se elas são construções totalmente diferentes ou se elas mantêm, entre si, relações de herança.

Considerações finais

Pretendemos, com este estudo, identificar e descrever as construções em que o verbo *começar* aparece no PB, para analisarmos a noção de inceptividade aspectual possivelmente veiculada em cada uma. Com base no Princípio da Não-Sinonímia de Goldberg (1995), lançamos a hipótese de que o aspecto inceptivo não seria atualizado de maneira equivalente em todas as construções, ou, até mesmo, que ele não seria marcado por algumas delas, mesmo que todas tenham a noção de princípio latente na significação do verbo *começar*, hipótese confirmada por nossos dados.

Com a análise de alguns dados coletados, nas modalidades oral e escrita do PB,

dos séculos XIX ao XXI, conseguimos identificar, dentre algumas observações, seis tipos de construção diferentes em que o verbo *começar* figura: (i) intransitivas de perspectiva ergativa, (ii) transitivas de SN objeto explícito, (iii) transitivas de SN ou verbo elíptico, (iv) perifrásticas canônicas (mais frequentes), (v) de ordenação e (vi) causativas (menos frequentes e, aparentemente, variantes das transitivas de objeto explícito). Duas ocorrências não se encaixaram num modelo específico de diátese, por isso não as contabilizamos nos tipos de construção encontradas; estudos mais aprofundados sobre suas estruturas precisam ainda ser feitos.

Com relação à inceptividade ligada à categoria linguística aspectual, verificamos que a perífrase <$V1_{COMEÇAR}$ + (a) + V2> é sua representante por excelência, tal como descrito na literatura sobre o tema. Consideramos que as construções ergativas também expressam o aspecto, algo que outros pesquisadores, como Travaglia (1986), também abordam em seus trabalhos. Entretanto, tal como afirmamos anteriormente, não sabemos ainda dizer, ao certo, o que motiva essas duas construções, mesmo que elas marquem a fase inicial de uma situação. Outras construções que levantaram questionamentos, mesmo não expressando aspecto, foram as construções de ordenação (por permitirem a alternância de sintagmas sem acarretar alternância de sentido) e as causativas (pela alternância do uso da preposição *com*), o que parece colocar em xeque alguns pressupostos do Princípio da Não-Sinonímia.

Constructions with the verb começar in Brazilian Portuguese and the aspectual notion of inceptivity

Abstract

In this study, we intented to identify the different types of constructions in which the verb *começar* appears in Brazilian Portuguese in order to verify how the inceptive aspect occurs in each one of these constructions, once this verb is the most frequent verb in the aspectual category under analysis. (TRAVAGLIA, 1986; BARROSO, 1994). Our research was based on the Construction Grammar postulates, more specifically on Goldberg's Principle of Non-Synonymy (1995), to hypothesize that the inceptive aspect does not occur in all constructions with *começar* in the same way. The analyzed data were extracted from oral and written texts of Brazilian Portuguese, from 19th to 21st century. The results showed, at first sight, six types of constructions, as the periphrastic and the ergative ones. Concerning the inceptive aspect occurrence, we have faced some limitations in our analysis, but we verified some possible problems which

go against Goldberg's Principle of Non-Synonymy (1995).

Keywords: Inceptive aspect. Verb COMEÇAR. Construction Grammar. Principle of Non-Synonymy. Brazilian Portuguese.

Referências

ALMEIDA, João de. **Introdução ao estudo das perífrases verbais de infinitivo**. Assis, São Paulo: ILHPA – HUCITEC, 1980.

ARRAIS, Telmo Correia. As construções causativas em português. **Alfa**, São Paulo, n. 29, p. 41-58, 1985.

BARROSO, Henrique. **O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo**: visão funcional / sincrónica. Porto: Porto Editora, 1994.

BRAGA, Maria Luiza; PAIVA, Maria da Conceição de. Gramaticalização e Gramática de Construções: estabilidade e instabilidade no uso de orações complexas de causa em tempo real. **Rev. Let. & Let.** Uberlândia-MG, v.27, n.1, p.51-70, jan./jun. 2011.

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica:** noções básicas e exercícios. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CANÇADO, Márcia; GODOY, Luisa; AMARAL, Luana. Predicados primitivos, papéis temáticos e aspecto lexical. **ReVEL,** v. 11, n. 20, 2013.

CIRÍACO, Larissa Santos. **A alternância causativo-ergativa no PB:** restrições e propriedades semânticas. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

COMRIE, Bernard. **Aspect:** an introduction to the study of verbal aspect and related problems. New York: Cambridge University Press, 1976. COSTA, Sônia Bastos Borba. **O aspecto em português**. São Paulo: Contexto, 1990.

CROFT, W. A. Construction grammar. In.: GEEREARTS, D.; CUYCKENS, H. **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FERRARI, Lilian. Modelos de gramática em Linguística Cognitiva: princípios convergentes e perspectivas complementares. **Caderno de Letras da UFF** – Dossiê: Letras e Cognição, nº 41, p. 149-165, 2010.

FILLMORE, C. J.; KAY, P.; O'CONNOR, M. C. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: The case of let alone. **Language**. vol. 64, n. 03, p. 501-538, sep. 1988.

GOLDBERG, A. E. **Constructions:** a construction grammar approach to argument structure. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. **Grammaticalization**. 2ª. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

PERINI, Mário Alberto. **Estudos de gramática descritiva:** as valências verbais. São Paulo: Parábola, 2008.

REICH, Núbia Ferreira. O processo de auxiliaridade verbal no português brasileiro: uma análise dos aspectuais. **Revista Letras**, Curitiba, n. 84, p. 111-136, jul./dez. 2011.

SIGILIANO, Natalia Sathler. **A construção aspectual inceptiva do português com verbos não canônicos.** 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

SIGILIANO, Natalia Sathler. Evidências translinguísticas da metáfora de movimento na Construção de Aspecto Inceptivo. **Revista LinguíStica** / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 8, nº. 1, junho de 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto verbal no português**: a categoria e sua expressão. Ed. rev. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

***Corpora* da pesquisa:**

ALENCAR, José de. **Verso e reverso:** comédia em 2 actos. 2ª ed. rev. pelo autor. Rio de Janeiro: Garnier, 1864.

ARANHA, Graça. **Malazarte**. Rio de Janeiro: F. Briguiet e cia., 1911.

ASSIS, Machado de. O caminho da porta: comédia em um acto. In: **Theatro de Machado de Assis**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1863. p. 1-42.

AZEVEDO, Aluísio. **Casa de Pensão:** tipos e fatos. 3ª ed. (popular). Rio de Janeiro: Faro e Lino, 1884.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma.** Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1915.

COELHO, Paulo. **Onze minutos.** Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

DRUMMOND, Roberto. **Hitler manda lembranças.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **A Moreninha**. Rio de Janeiro: Typ. Francesa, 1844.

PEDERNEIRAS, Raul. **O chá do Sabugueiro:** comédia em 3 actos, sobre costumes cariocas. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, 1931.

PENA, Martins. **Juiz de paz na roça**: comédia em um acto. Rio de Janeiro: Cruz Coutinho, 1871.

PENA, Martins. **O noviço**: comédia em três actos. Rio de Janeiro: Casa Imperial, 1853.

PEUL: Programa de Estudos sobre o Uso da Língua. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RASO, Tommaso; MELLO, Heliana (orgs.). **C-ORAL-BRASIL**: Corpus de Referência do Português Brasileiro Falado Informal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Submetido:27/03/2016
Aceite: 06/09/2016

Divergências entre a construção passiva no português brasileiro e no inglês: evidências de *corpus* oral

Mara P. Guimarães*
Ricardo A. de Souza**

Resumo

A visão transformacional na construção passiva não esgota todas as suas possibilidades. Neste estudo, propomos uma visão construcional da construção, na qual ela é tomada como entidade teórica independente. Apesar de sintaticamente congruente no português brasileiro (PB) e no inglês, esta construção não pode ser tomada como equivalente uma vez que o PB apresenta uma opcionalidade para alcance de efeitos semântico-pragmáticos que são obtidos no inglês apenas através da construção passiva. Considerando-a como construção dentro da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995; 2006), foi feita uma análise de frequência da construção em corpora de fala do português brasileiro e do inglês, na qual foi atestada uma diferença distribucional. Conjectura-se, então, que a passiva recupere representações construcionais distintas no PB e no inglês.

Palavras-chave: Construção Passiva. Gramática de Construções. Análise de *Corpora.*

Introdução

A construção passiva no português brasileiro (doravante PB) e no inglês já foi objeto de análise sob diferentes perspectivas: análise de corpora (DUARTE, 1990), aquisição (GABRIEL, 2003), diacronia (CYRINO, 2007), entre vários outros. Este estudo oferece como acréscimo à literatura a hipótese da diferença representacional da construção neste par linguístico.

Argumentamos aqui que a existência da passiva no PB e no inglês não é suficiente para presumir que as construções sejam equivalentes. O PB dispõe

1 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
2 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

de alternativas para as funções de retirada do agente e de promoção de objeto a tópico, enquanto no inglês estes efeitos semântico-pragmáticos são obtidos apenas pela construção passiva. Essa opcionalidade sugere que existam propriedades distribucionais distintivas a respeito desta construção nas duas línguas. De fato, Duarte (1990) observa uma discrepância distribucional entre as construções passivas no PB e no inglês em uma análise de *corpus* escrito. Segundo a autora, para cada construção passiva encontrada no *corpu*s do inglês, foram encontradas sete construções ativas. Já no PB, a relação foi de uma construção passiva para cada vinte construções ativas. Em números absolutos, o número de passivas encontradas no inglês foi mais do que duas vezes maior do que no PB.

Propomos ainda a análise desta construção sob a perspectiva da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995; 2006). A visão não transformacional da passiva atribui a ela o *status* de entidade teórica independente, e, como tal, passível de recuperar representações distintas daquelas que recuperam construções ativas (consideradas correspondentes sob a perspectiva transformacional) e construções passivas em outras línguas que não o PB. Baseamo-nos em um estudo de corpora de fala para investigar diferenças de produtividade que oferecem suporte à hipótese de que há uma diferença representacional a despeito da congruência sintática.

Essa divergência entre o PB e o inglês não se restringe à construção passiva. A configuração sintática (SN, SV, SN, SAdj) é um exemplo de estrutura possível no PB, mas cuja representação construcional não coincide com aquela do inglês (OLIVEIRA; SOUZA, 2012):

1. John stabbed the man dead.

2. John esfaqueou o homem morto.

A expressão formal ilustrada em (1) é pareada a uma construção resultativa adjetiva no inglês, em que a mudança de estado sofrida pelo SN objeto é expressa pelo SAdj: “o homem”, portanto, morreu como resultado da ação de “esfaquear”. No PB, a leitura resultativa é barrada: na sentença (2), o SAdj é uma descrição do SN objeto (predicativo do objeto na gramática tradicional).

A seção 1 a seguir define a construção passiva analisada neste estudo. As seções 2 e 3 se dedicam à descrição da construção sob as perspectivas transformacional e construcional, respectivamente. A seção 4 apresenta as alternativas à passiva presentes no PB. Na seção 5, o estudo de corpora de fala é descrito, e são oferecidas as considerações finais na seção 6.

1. A construção passiva no PB e no inglês

Hawad (2004) oferece uma definição compreensiva da passiva dentro da gramática tradicional, considerada satisfatória para a delimitação do objeto deste estudo:

> A voz passiva propriamente dita, denominada "analítica" tradicionalmente, caracteriza-se, em nível sintático-semântico, por ter o paciente da ação verbal na função de sujeito e, em nível morfossintático, por construir-se como uma locução verbal formada pelo particípio do verbo principal e, tipicamente, pelo verbo auxiliar "ser". (HAWAD, 2004, p.23).

A gramática tradicional (doravante, GT) pressupõe uma reversibilidade entre as construções ativa e passiva para verbos transitivos: se o verbo seleciona um objeto não preposicionado, ele pode necessariamente ocorrer na construção passiva; consequentemente, todos os verbos que ocorrem na construção passiva podem ser encontrados na construção ativa (HAWAD, 2004). Embora tenhamos adotado esse conceito de reversibilidade para restringir os verbos observados neste estudo, não compartilhamos da perspectiva lexicalista de teorias derivacionais da sintaxe nas quais o verbo, e não a construção, seleciona a estrutura argumental. A propriedade de reversibilidade pode ser observada nas sentenças (3) e (4), apresentando o verbo "lavar":

3. O funcionário está lavando o carro.

4. O carro está sendo lavado.

A construção correspondente à passiva analítica no inglês é denominada por Levin (1993) "passiva verbal"[1], e, de maneira semelhante à passiva descrita na GT, apresenta verbo auxiliar *be* (correspondente ao "ser" da passiva no PB) seguido pela forma participial do verbo principal, assim como permite a reversibilidade entre ativa e passiva (exemplos retirados de LEVIN, 1993, p. 86)[2]:

5. The cook sliced the mushrooms.

O cozinheiro fatiou os cogumelos.

6. The mushrooms were sliced by the cook.

Os cogumelos foram fatiados pelo cozinheiro.

1 Neste artigo, nos referiremos tanto à "passiva analítica" da GT quanto à "passiva verbal" descrita por Levin (1993) somente como "passivas".

2 Todos os exemplos em inglês serão seguidos de suas traduções literais no PB.

O inglês permite a passivização de estruturas apresentando objeto precedido por preposição quando esta é idiomaticamente selecionada pelo verbo, i.e., quando uma alteração na preposição implica em mudança no significado ou até mesmo agramaticalidade da sentença:

7. The employees took advantage of the lack supervision.

Os funcionários tiraram proveito da supervisão descuidada.

8. The lax supervision was taken advantage of.

A supervisão descuidada foi tirada proveito de.

Existe no inglês ainda a possibilidade de passivizar verbos inergativos cujo adjunto é preposicionado, desde que apresentem sujeito animado: são as chamadas "passivas preposicionais" (LEVIN, 1993; 86), ou "passivas preposicionais de adjunto" (TSENG, 2007). Os exemplos abaixo foram retirados de Davison (1980, p. 43):

9. John sat on this chair.

John sentou nesta cadeira.

10. This chair was sat on by John.

11. *Esta cadeira foi sentada em por John.*

De forma a possibilitar a comparação direta entre o PB e o inglês, as construções passivas analisadas neste estudo atendem às mesmas exigências:

(I) têm as funções de suprimir o agente da proposição e de topicalizar o objeto;

(II) são formadas pelo verbo auxiliar *ser*/*be* seguidas pela forma participial do verbo principal;

(III) apresentam a propriedade da reversibilidade entre as construções ativa e passiva;

(IV) permitem a indicação do agente da passiva em caso oblíquo, sem alteração da proposição original (GIVÓN, 1990).

Esses parâmetros são essenciais na identificação de construções passivas no inglês, língua em que a restrição da configuração sintática não é em si suficiente: o verbo de ligação em questão, to *be*, pode ser mapeado no PB como "ser" e como "estar". No PB, essas duas entradas lexicais disponíveis permitem distinguir entre o sentido dinâmico e estativo de uma proposição mais objetivamente do que no inglês. Logo, construções do PB apresentando o verbo "ser" seguido de particípio, como em (11), foram consideradas construções passivas, enquanto construções apresentando o verbo "estar" seguido de particípio, como em (12), foram consideradas construções descritivas[3]:

3 As sentenças (11) e (12) são versões curtas de ocorrências do C-Oral-Brasil I (RASO; MELLO,

12. O papel foi inventado na China.

13. Tio Carlos estava instalado aqui em Belo Horizonte.

O critério de categorização das sentenças do inglês como construções passivas, foi, além da sua configuração sintática, o seu correspondente no PB. Tomemos como exemplo a sentença (13), apresentando o verbo *retire* (aposentar-se)[4]:

14. The horse was retired from stud duty.

O cavalo foi aposentado das funções de garanhão.

A sentença (13) é considerada um exemplo de construção passiva, pois atende aos critérios (i)-(iv) estabelecidos na introdução desta seção. Note que a adição do sintagma preposicional agente, ilustrada em (14), mantém o sentido original da sentença:

16. The horse was retired from stud duty by the trainer.

O cavalo foi aposentado das funções de garanhão pelo treinador.

Contudo, sentenças do inglês apresentando a configuração sintática desejada, mas cuja forma correspondente no PB pode apresentar tanto o verbo "ser" quanto o verbo "estar" sem que haja alteração do sentido descritivo da proposição, não entraram nas análises deste estudo:

16. These horses are retired.

Estes cavalos estão aposentados.

Estes cavalos são aposentados.

É importante observar que a possibilidade de utilização tanto do "ser" quanto do "estar" na sentença correspondente a (15) no PB não gera ambiguidade acerca de seu *status* como sentença descritiva. A diferença de sentido entre os verbos de ligação é apenas a de estado temporário ou permanente, e *retired* mantém a função de complemento nominal das duas formas. Construções passivas não apresentam essa opcionalidade. Substituindo-se o verbo de ligação da sentença (11), por exemplo, temos a improvável sentença (16):

17. ? O papel estava/esteve inventado na China.

É possível notar ainda que a adição do sintagma preposicional agente na sentença (15), reproduzida na sentença (17) abaixo, resulta em uma construção que não satisfaz as condições de felicidade em inglês ou no PB:

18. ? These horses are retired by the trainer.

? *Estes cavalos estão aposentados pelo treinador.*

? *Estes cavalos são aposentados pelo treinador.*

2012).

4 As sentenças (13) e (15) são versões curtas de ocorrências do *Santa Barbara Corpus of Spoken American English* (DU BOIS *et al*., 2000-2005).

2. A construção passiva em perspectivas transformacionais e derivacionais

Goldberg (2006) assinala que ao longo da história da teorização gramatical produzida dentro do modelo gerativista, a heurística derivacional (incialmente referida como transformacional) tem um papel central. Tal como explicitado pela autora (*op cit*., p. 19), tal heurística baseia-se na análise de uma dada estrutura sintática em relação a outra estrutura que, de certo modo, a parafraseia.

A abordagem das orações passivas na teoria da gramática gerativa pode ser tomada como um exemplo da transição que a noção de construção teve ao longo da história dessa teoria. Tal como descrito em van Riemsdijk; Williams (1986), em sua fase inicial, a teoria buscava estipular os mecanismos transformacionais a partir dos quais se derivavam construções sintáticas específicas, buscando-se concomitantemente máxima abrangência descritiva. A partir da década de 1970, contudo, a teoria gerativa passa a ter como meta principal a elaboração de um modelo geral da faculdade humana da linguagem, mais que o objetivo de descrever exaustivamente o inventário de padrões frasais de línguas específicas. Nessa mudança de foco epistemológico, ganha força entre os linguistas cujo trabalho se orienta por esse quadro teórico a formulação de mecanismos gramaticais mais gerais, em detrimento da descrição de construções, noção que deixa de ter relevância teórica para a gramática gerativa.

Segundo van Riemsdijk; Williams (1986), a abordagem transformacional das orações passivas postulava duas operações de movimento específicas, uma de pré-posicionamento de sintagmas nominais (NP-preposing) e outra de pós-posicionamento do mesmo tipo de sintagma (NP-postposing). Tal tratamento é claramente capaz de lidar com construções que os autores denominam "passivas canônicas", tanto em sua expressão em língua portuguesa quanto em sua expressão em língua inglesa.

Na passiva analítica, a relação de simetria semântica, do ponto de vista da proposição básica, entre a oração na voz ativa e a oração na passiva que é convidativa à compreensão de que a oração passiva é derivada diretamente de uma oração ativa com verbo transitivo. Esta é tipicamente a análise da construção passiva descrita em gramáticas tradicionais. As transformações acima descritas se aplicam prontamente à passiva canônica, ou seja, é aceitável descrever a passiva como resultante da operação de movimento do sintagma nominal que realiza o sujeito da ativa para a posição de objeto de preposição pós-verbo, e do sintagma

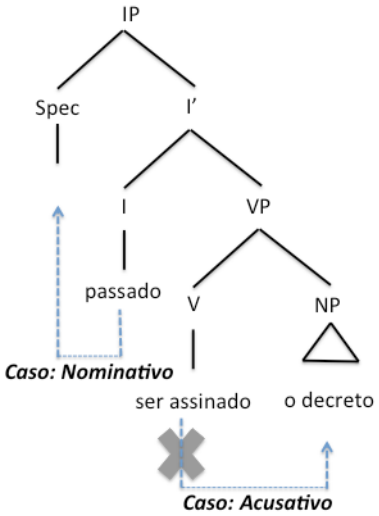
nominal que realiza o objeto direto do verbo lexical na oração ativa para a posição pré-verbal de sujeito da passiva[5].

No fim da década de 70, surge a hipótese da inacusatividade, que trata de diferenças semânticas e especificidades do comportamento sintático dos verbos intransitivos (CHIERCHIA, 2004). Segundo essa hipótese, verbos monoargumentais dividem-se em verbos cujo único argumento é gerado sintaticamente em posição externa ao sintagma verbal (ex.: *A menina correu*), e em verbos cujo único argumento é gerado em posição de objeto, ou seja, de complemento de núcleos verbais (ex. *A menina chegou*). Segundo esta hipótese, os verbos inacusativos não licenciam a atribuição de caso acusativo aos sintagmas nominais gerados na posição de objeto, forçando-os a mover-se para uma posição licenciadora de atribuição de caso, tipicamente a posição do sujeito oracional, onde a flexão finita licencia a atribuição de caso nominativo.

A hipótese da inacusatividade fomentou, na teoria gerativa, uma interpretação derivacional da passiva que não a toma como transformação direta de uma oração ativa correlata. Segundo Chierchia (2004), em tal interpretação, a construção passiva é compreendida como sustentada por uma caracterização morfológica de verbos lexicais que, no caso do PB, é constituída pela anteposição do verbo ser como morfema livre e forma participial de passado, por afixação junto à raiz lexical. A morfologia passiva, nesta interpretação, leva à inacusativização do verbo lexical. Como núcleo verbal inacusativo, verbos em morfologia passiva não realizariam atribuição de caso requerido apara o licenciamento dos sintagmas nominais que os complementam, levando-os assim à derivação por movimento que resulta em tais sintagmas nominais ocuparem a posição onde são licenciados com caso nominativo. A figura 1 abaixo ilustra parcialmente a estrutura da qual a oração passiva *O decreto foi assinado* seria derivada, segundo esta interpretação da construção passiva.

5 Tal como apontado por van Riemsdijk; Williams (1986), desde muito cedo na teorização gerativista se observa que na língua inglesa ocorrem passivas nas quais o sujeito seria objeto indireto em uma oração ativa correlata. Esse fato linguístico é apontado pelos autores como uma das questões empíricas que motivaram a substituição do modelo transformacional por um modelo derivacional mais abstrato, na direção da teoria de princípios e parâmetros, na qual desenvolveu-se uma teoria geral de movimento de constituintes incialmente denominada "mover α".

FIGURA 1: Derivação de "O decreto foi assinado".



Fonte: Baseado em Haegeman; Guéron (1999) e Chierchia (2004).

A interpretação da construção passiva como inacusativização de verbos lexicais por morfologia passiva não esgota o fenômeno na língua inglesa, contudo. As passivas preposicionais são um caso no qual, se a relação com uma sentença ativa equivalente fosse tentada, o sintagma nominal realizado como sujeito seria encontrado na posição de adjunto, não de potencial objeto direto. Este caso é ilustrado no par de sentenças (9) e (10), reproduzidas em (18) e (19).

19. John sat on this chair.
John sentou nesta cadeira.
20. This chair was sat on by John.
Esta cadeira foi sentada em por John.

Nota-se na sentença 18 acima que o sintagma nominal *this chair* é marcado por caso designado pela preposição *on*. Nota-se, além disso, que o verbo lexical *sit* não é um verbo inacusativo. Assim, trata-se de um caso aparentemente opaco a tratamentos teóricos que buscam abordá-lo por mecanismos transformacionais ou derivacionais globais. Tseng (2007) aponta a dificuldade que passivas

preposicionais representam para a teoria lexicalista:

> Por princípio, adjuntos não são selecionados pelo verbo e não são visíveis em sua descrição lexical. Seria impossível, num primeiro momento, derivar uma entrada lexical para o verbo no particípio partindo de seu verbo intransitivo, já que o sujeito da passiva é originado em um SP modificador inacessível. (TSENG, 2007, p. 279).

Pautando-se nos problemas da construção passiva na língua inglesa, van Riemsdijk; Williams (1986, p. 111) argumentam que o termo passiva é um guarda-chuva para diversos casos díspares.

Entendemos que a hipótese de que a construção passiva é somente aparentemente correlata a sentenças ativas com verbos transitivos justifica a hipótese de que se trata de uma construção autônoma, ou seja, não derivada, na representação linguística de uma dada língua. Tal hipótese assenta-se em uma conceptualização de construção como uma entidade teórica para a análise linguística. Sobretudo, ela nos conduz à previsão de que não há necessariamente correspondência plena entre as construções passivas que tem aparentemente estruturas idênticas, mas que ocorrem em línguas diferentes, como é o caso do português e do inglês. Na seção seguinte, abordamos a noção teórica de construção que emerge do quadro conceitual denominado gramática de construções, para em seguida descrevermos o estudo no qual exploramos a previsão empírica de nossa hipótese.

3. A passiva como construção dentro da Gramática de Construções

Em uma visão mais formalista da sintaxe, a estrutura argumental é a propriedade do verbo de determinar o número de SNs e outros constituintes necessários em uma construção gramatical (JUFFS, 2000). Essa concepção implica que a estrutura argumental está codificada no item lexical (GRIMSHAW, 1992 *apud* SOUZA; MELLO, 2007), fazendo com que instâncias de variação translinguística sejam atribuídas às idiossincrasias da língua em questão. O verbo do inglês *run,* por exemplo, aceita a alternância do movimento induzido, ao contrário do verbo "correr" no PB:

21. The researchers ran the mouse through the maze.

22. *Os pesquisadores correram o rato pelo labirinto.

A agramaticalidade de (21) no PB decorreria então das propriedades semânticas do verbo: "correr" não apresenta possibilidade de controle externo, como é o caso do verbo correspondente *run*, do inglês e, portanto, não aceita causativização (CAMBRUSSI, 2009). Dentro da proposta da Gramática das Construções (GOLDBERG, 1995), a estrutura sintática presente em (20) e (21) é uma construção resultante do pareamento da estrutura semântica X CAUSE Y TO MOVE TO Z com a expressão formal correspondente (SN, SV, SN, SP).

Goldberg (1995) critica a atribuição de idiossincrasias somente ao item lexical, e argumenta que uma abordagem *bottom-up* (lexicalista) da estrutura argumental não dá conta dos fenômenos observados no inglês (op cit., p. 1). Estruturas levemente distintas apresentando os mesmos itens lexicais, por exemplo, apresentam diferenças de significado e licenciamento. Dentre as sentenças (22)-(24) abaixo, apenas a sentença (22) consegue transmitir a mensagem de que uma pessoa descobriu que a outra era mexicana após olhar alguns arquivos[6]:

23. When I looked in the files, I found that she was Mexican.

Quando eu olhei os arquivos, eu descobri que ela era mexicana.

24. ? When I looked in the files I found her to be Mexican.

Quando eu olhei os arquivos eu a descobri ser mexicana.

25. *When I looked in the files I found her Mexican.

Quando eu olhei os arquivos eu a descobri mexicana.

A infelicidade de (23) e a impossibilidade de (24) não podem ser explicadas apenas pelo verbo, uma vez que (22) apresenta os mesmos itens lexicais e atende aos critérios de felicidade e gramaticalidade da língua inglesa. As diferenças são resultantes das restrições das construções sobre os itens lexicais – e não o inverso.

Toma-se construções, portanto, como entidades teóricas autônomas, independentemente representadas na mente do falante e cujo significado não depende dos itens lexicais que nela ocorrem (GOLDBERG, 1995; ELLIS, 2003). Construções mostram efeitos de protótipos: o sentido global da proposição é alcançado através da combinação das propriedades semânticas do verbo com o sentido central da construção. Uma vez que cada construção de oração simples codifica um evento básico à experiência humana, os fatores de licenciamento de uma construção não se restringem a padrões distribucionais de categorias morfológicas, mas sim ao caráter cíclico da semântica e da sintaxe: é a construção, e não o verbo, que tem o poder de seleção argumental (BOLINGER, 1968, *apud* GOLDBERG, 1995, p. 3).

6 Exemplos de Borkin (1974) *apud* Goldberg (1995, p. 3).

A colocação da construção como entidade independente implica a rejeição da existência de formas subjacentes ou de estruturas profundas, resultando em um modelo não transformacional no qual construções não canônicas não são simples variações de construções canônicas. Isso significa que a construção passiva não pode ser considerada uma construção derivada da construção ativa.

Entretanto, Goldberg (1995) aponta que construções de orações complexas, como a construção passiva, não codificam cenas básicas da experiência humana, mas apenas oferecem alternativas à estrutura informacional da oração. Diferentemente das construções de orações simples, as construções de orações complexas se relacionam ao conhecimento pragmático que pode, por exemplo, exigir a topicalização ou focalização de determinado argumento em dado contexto linguístico. Ellis (2003) aponta que a forma como estruturamos sentenças é reflexo de nossa percepção e categorização do mundo real:

> Os diferentes graus de saliência ou proeminência dos elementos envolvidos nas situações que desejamos descrever afetam a seleção do sujeito, objeto, adverbiais e outros elementos da sentença (...). Na produção, o que expressamos reflete quais partes do evento atraem nossa atenção (...). Na compreensão, construções linguísticas abstratas (como locativos, dativos e passivas) servem como uma "lente de aumento" para o ouvinte, guiando a sua atenção para uma perspectiva particular da cena, ao mesmo tempo que coloca outros aspectos no fundo. (ELLIS, 2003, p. 65).

Além de especificar propriedades de uma expressão definindo sua forma semântica, sintática e morfológica, a construção também especifica as funções semânticas, pragmáticas e/ou do discurso associadas a ela. A assimetria observada na aceitação da causativização ilustrada em (20) e (21) é atribuída diretamente às construções: a construção que indica a indução externa do movimento no PB não está associada a uma estrutura formal apresentando causativização sintética, e sim a uma estrutura com ocorrência de verbo causativo explícito, como (25):

26. Os pesquisadores fizeram o rato correr pelo labirinto.

A construção passiva é então definida como uma estrutura complexa que não reflete uma experiência básica, mas sim uma necessidade pragmática do falante de reconfigurar a estrutura informacional da expressão. No PB, as funções pragmáticas principais exercidas pela passiva são a de retirada do agente proposicional e topicalização do objeto, embora existam alternativas para a obtenção de tais efeitos. Estas alternativas estão descritas na seção 4 a seguir.

Alternativas do PB

4.1. A partícula se

A partícula *se* do PB é encontrada em construções reflexivas (26) e recíprocas (27), e exercem ainda a função de atribuir um caráter dramático à ação (28) (SAID ALI, 2008):

27. Pedro matou-se.

28. Eles odeiam-se.

29. O homem foi-se.

A partícula é também um mecanismo de retirada do agente da proposição (SAID ALI, 2008; HAWAD, 2004). Não obstante a função específica, a natureza da estrutura apresentando o *se* é motivo de debate. Em sentenças como (30), a partícula *se* pode ser considerada partícula apassivadora (*se* indefinido) ou índice de indeterminação do sujeito (*se* impessoal), embora a literatura ofereça evidências em favor da segunda opção (SAID ALI, 2008; CYRINO, 2007):

30. Vende-se pão.

A forma da construção passiva observada em (30) é tradicionalmente denominada "passiva sintética", e é construída a partir da afixação do clítico *se* a um verbo que aceita complemento não preposicionado. Em termos de sua funcionalidade em relação à estrutura informacional do texto, tanto a passiva sintética aqui descrita quanto a passiva analítica (definida na seção 2) são mecanismos de expressão de um Processo sem a especificação do Agente. Entretanto, na forma não marcada, apenas a passiva analítica permite a tematização do Objeto, enquanto a passiva sintética tematiza o Processo. Embora a tematização do Objeto seja a motivação principal para a escolha da forma analítica, a tematização do Processo não é fator relevante para a escolha da forma sintética (HAWAD, 2004, p. 106; 117).

Vale ressaltar que a passiva sintética e a passiva analítica não são completamente intercambiáveis. A sentença (30) poderia facilmente ocorrer na forma analítica ilustrada em (31), enquanto a alternância de (32) resulta na sentença agramatical (33):

31. Pão é vendido.

32. Vai-se muito à igreja.

33. *À igreja é ido muito.

A estrutura da passiva sintética no PB é, na verdade, classificada como construção ativa sem sujeito na análise diacrônica de Said Ali (2008): "Pelo

histórico que fizemos do [*se*] medial, a dúvida deixa de subsistir. Consideramos o reflexivo *se* como elemento formativo do medial analítico; não o destacamos do verbo; temos uma oração sem sujeito gramatical" (*op cit*., p. 106). O argumento parte do princípio de que o verbo em primeira posição na oração pode ser substituído por um número infinito de outros verbos, assim como o substantivo que se segue. O único elemento constante é "a pessoa inominada, a incógnita real ou fingida, de quem a ação necessariamente dimana" (*op.cit.,* p. 107-108).

Cyrino (2007), por outro lado, se baseia na ausência de concordância entre o verbo e seu argumento interno, observada em análise diacrônica de corpora, para afirmar que as estruturas com o *se* como partícula apassivadora não ocorrem no PB desde o final do século XIX: "o *se* passivo, que detona a concordância do verbo com o DP argumento interno, desapareceu completamente" (*op cit.*, p. 90). A substituição do SN em (30) por outro SN com traço de plural (34) não modifica a morfologia do verbo e mantém o sentido da proposição. Ademais, a partícula *se* não permite a indicação do agente com SP (34):

34. Vende-se cenouras.

35. ? Vende-se cenouras pelo Pedro.[7]

Logo, com base nos estudos de Said Ali (2008) e Cyrino (2007), não categorizamos estruturas apresentando a partícula *se* como construções passivas, mas sim como mecanismos de supressão do agente e topicalização do objeto concorrentes à passiva. Já no inglês, sentenças com sujeito indeterminado também são sentenças ativas. Sendo esta uma língua não pro-drop, a indeterminação do sujeito pode ser indicada pelo uso do pronome pessoal de terceira pessoa do plural *they*:

36. They are fixing the road.

Eles estão consertando a estrada.

4.2. Construções com promoção do argumento

Uma segunda alternativa ao uso da passiva para supressão do agente e topicalização do objeto são as construções com promoção do argumento. A sentença (36), na qual o argumento interno do verbo ocorre em posição de sujeito, é equivalente à sentença (37) na passiva (exemplos de CYRINO, 2007). Entretanto,

7 A leitura não pretendida da sentença (34) é a de que um agente, ainda indefinido, realiza a ação de vender cenouras no lugar do Pedro.

esta estrutura não é licenciada no inglês, como observado em (38):

37. A revista está xerocando.

38. A revista está sendo xerocada.

39. *The magazine is copying.

Apesar de não haver indicação do agente em nenhuma das duas estruturas, não é possível dizer que houve em (36) uma supressão do agente uma vez que este tipo de construção não projeta um argumento externo. Essa característica pode ser observada a partir da adição de um adjunto expressando intenção, que resulta em uma sentença sem sentido (39). Note que a mesma adição na construção passiva não apresenta problemas (40):

40. ? A revista está xerocando para ganhar tempo.

41. A revista está sendo xerocada para ganhar tempo.

A sentença (39) perde o sentido porque o sujeito de "para ganhar tempo" seria o agente implícito da ação de "xerocar". A configuração sintática de uma construção com promoção de argumento é idêntica à de uma construção ativa. É previsível, então, que a construção aceite apenas sujeitos sem o traço de animacidade, não qualificado para receber o papel temático de agente:

42. ? Rafael assaltou no centro da cidade.

43. Rafael foi assaltado no centro da cidade.

Outras duas restrições se aplicam à ocorrência da construção. A primeira diz respeito à categoria semântica do verbo: o objeto precisa ser [+afetado], o que limita a construção à classe dos verbos "quasi-instrumentais" – verbos que "tomam um objeto direto que pressupõe a manipulação de um instrumento, mesmo que implicitamente" (CYRINO, 2007, p.89). A segunda restrição estabelece que as sentenças devem ser atélicas:

44. *A revista xerocou ontem à noite.

Finalmente, a promoção do argumento se distingue tanto das construções incoativas, por não aceitarem verbos inacusativos, quando das construções médias, por não exigirem advérbio especial e não necessariamente apresentarem um caráter genérico.

5. Análise de *corpora* de fala

Este estudo observou a produção da construção passiva pelos falantes do PB e do inglês através de uma análise de corpora de fala: O C-Oral-Brasil I (Raso &

Mello, 2012) e o Santa Barbara Corpus of Spoken American English (Du Bois et al., 2000-2005), respectivamente.

5.1 Corpora

Santa Barbara Corpus of Spoken American English

O *Santa Barbara Corpus of Spoken American English*[8] (parte do projeto *International Corpus of English*) é um *corpus* oral compilado entre os anos 2000 e 2005 pelo Departamento de Linguística da Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara, sob a direção de John W. Du Bois.[9] As primeiras quatro partes do *corpus,* disponíveis tanto em forma de arquivos de texto quanto de áudio na página do departamento, apresentam um total de 249 mil palavras e trazem transcrições de 60 interações conversacionais de falantes de várias localidades dos Estados Unidos.

Os arquivos do SBCSAE trazem etiquetas de prosódia, mas não de categorias gramaticais. As transcrições foram então etiquetadas por categorias gramaticais através da versão gratuita do etiquetador *online* CLAWS[10]. As buscas e análises primárias foram realizadas através do concordanceador de textos AntConc[11].

C-Oral-Brasil I

O C-Oral-Brasil[12] é um projeto da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, organizado e coordenado por Raso e Mello, e se espelha no projeto de compilação de corpora oral das línguas românicas C-Oral-Rom. O C-Oral-Brasil é dividido em uma parte formal, ainda em fase de coleta, e uma parte informal, que compõe o C-Oral-Brasil I (utilizado neste estudo). A parte informal do *corpus* é composta por 263 mil palavras, e está igualmente dividida em três domínios: monólogos, diálogos e conversações. Ao contrário do SBCSAE, o C-Oral-Brasil I é etiquetado de acordo com categorias gramaticais.

8 Doravante SBCSAE.

9 As informações sobre o *Santa Barbara Corpus of Spoken American English* foram obtidas na página do projeto: < http://www.linguistics.ucsb.edu/research/santa-barbara-corpus>. Acessado em 15/04/2015.

10 Disponível em <http://ucrel.lancs.ac.uk/claws/>. Acessado em 15/04/2015.

11 Disponível em <http://www.laurenceanthony.net/software.html>. Acessado em 15/05/2015.

12 As informações sobre o C-Oral-Brasil foram obtidas na página do projeto: <http://c-oral-brasil.org/>. Acessado em 15/04/2015.

Neste estudo, o *corpus* foi acessado através da Linguateca[13], página dedicada à oferta de recursos para o processamento computacional da língua portuguesa onde é possível acessar um grande número de outros corpora do português. Santos (2014) disponibiliza uma lista de códigos para a contagem de construções passivas e de verbos principais para o cálculo da frequência relativa[14].

5.2. Dados

Santa Barbara Corpus of Spoken American English

Foram encontradas 323 ocorrências de construções passivas no SBCSAE. Na tabela 1, estão listados os dez verbos mais frequentes dentre as ocorrências da construção passiva, o número total de ocorrências do lema no *corpus* e o valor da frequência relativa da construção passiva:

TABELA 1: verbos do inglês mais frequentes nas ocorrências de construções passivas no SBCSAE

Verbo	*Frequência (passiva)*	*Frequência (lema)*	*Frequência relativa*
1. call	19	188	0,1011
2. build	12	50	0,2400
3. make	12	317	0,0379
4. give	7	184	0,0380
5. put	7	343	0,0204
6. enter	6	8	0,7500
7. seat	6	13	0,4615
8. retire	5	16	0,3125
9. bring	4	89	0,0449
10. use	4	180	0,0222

O verbo *use*, que ocupa o décimo lugar da tabela de frequências, foi escolhido dentre outros dois verbos também com 4 ocorrências no *corpus*: o *expose* e o *lead*. O verbo *expose* ocorreu 4 vezes na construção passiva e 3 na construção ativa no *corpus,* apresentando uma frequência relativa discrepante de 57% em

13 Disponível em <http://www.linguateca.pt/>. Acessado em 15/04/2015.

14 Agradeço a Diana Santos (Universidade de Oslo e Linguateca) pela orientação na consulta ao corpus.

relação aos outros verbos da lista. Sob a suspeita de que a configuração sintática verbo de ligação seguido da forma participial de *expose* componha uma única unidade representacional na língua inglesa, a busca feita no SBCSAE foi replicada no *Corpus of Contemporary American English* (COCA), *corpus* escrito com 450 milhões de palavras. Foi observado que o verbo *expose* ocorreu na construção passiva em pouco mais de 22% das ocorrências totais do lema. Para fins de comparação, as frequências relativas de todos os 12 verbos mais frequentes (os 9 mais frequentes e os 3 candidatos à décima posição) foi calculada no COCA, e estão listadas na tabela 2:

TABELA 2: Frequências relativas dos verbos no SBCSAE e no COCA

Verbo	*Freq relativa SBCSAE*	*Freq relativa COCA*
1. call	0,1011	0,0809
2. build	0,2400	0,1146
3. make	0,0379	0,0569
4. give	0,0380	0,0621
5. put	0,0204	0,0551
6. enter	0,7500	0,022
7. seat	0,4615	0,0413
8. retire	0,3125	0,0609
9. bring	0,0449	0,0558
10. use	0,0222	0,1017
10a. expose	0,5714	0,2253
10b. lead	0,2000	0,0257

A descrição ou até mesmo a discussão da natureza da alta ocorrência do verbo *expose* na construção passiva em comparação aos outros verbos da lista não entra no escopo deste estudo. A sua exclusão foi uma medida de cautela, de modo a evitar que haja influência de fatores desconhecidos nas análises aqui propostas.

O verbo *lead*, ainda que não apresente frequências relativas alarmantes, foi descartado por ter ocorrido no SBCSAE apenas em uma conversa sobre jogos de cartas. Neste caso, *lead* tem o sentido de mandar a primeira carta de um naipe, como ilustrado na sentença (45):

45. Can you play a club if spades were led […]?

Posso jogar uma carta de paus se uma carta de espadas tiver sido jogada primeiro [...]?

O verbo *use* foi então o mais apropriado para ser incluído na lista de verbos deste estudo pelo fato de sua ocorrência nos dois corpora não sugerir algum efeito de coocorrência, como *expose*, e de não ser sensível ao domínio conversacional, como *lead*.

Uma última observação deve ser feita a respeito da lista final de verbos. O verbo *enter*, que ocupa a sexta posição na tabela de frequências, é o único cuja ocorrência na construção passiva foi maior do que na construção ativa no SBCSAE. A decisão por mantê-lo na lista, apesar de sua frequência relativa discrepante (mais do que dois desvios padrões maior do que a média[15]), foi baseada na comparação com a frequência relativa observada no COCA. Como indicado na tabela 2, a proporção de ocorrências na construção passiva em relação à ativa vai de 75% no *corpus* oral para aproximadamente 2% no *corpus* escrito. Essa diferença abranda as suspeitas de que haja alguma motivação desconhecida para a coocorrência do verbo de ligação com a forma participial do verbo, ao contrário do que foi percebido para o verbo *expose*.

Foram encontradas 19.693 construções não passivas no SBCSAE, contra 323 construções passivas, como reportado acima. Ao todo, as passivas representam 1,6% das construções encontradas no corpus.

C-Oral-Brasil I

Foram encontradas 211 ocorrências da construção passiva no C-Oral-Brasil I, utilizando os mesmos critérios de busca descritos na seção 3.1.1. A tabela 3 mostra os dez verbos mais frequentes dentre as ocorrências da construção passiva, o número total de ocorrências do lema no corpus e o valor da frequência relativa da construção passiva:

15 Desvio padrão: 0,2439; média: 0,2029.

TABELA 3 - Verbos do PB mais frequentes nas ocorrências de construções passivas no C-Oral-Brasil I

Verbo	*Frequência (passiva)*	*Frequência (lema)*	*Frequência relativa*
1. fazer	25	1547	0,01616
2. usar	7	167	0,04192
3. prender	7	17	0,41176
4. construir	5	23	0,21739
5. gerar	5	7	0,71429
6. promover	5	5	1,0
7. considerar	4	10	0,4
8. produzir	4	17	0,23529
9. colocar	3	229	0,01310
10. gravar	3	55	0,05455

Foram encontrados 8 verbos com 3 ocorrências na construção passiva: *aprovar*, *assaltar*, *colocar*, *destacar*, *dividir*, *gravar*, *jogar* e *obrigar*. Os critérios que levaram à escolha dos itens *colocar* e *gravar* foram a frequência total do lema no *corpus* e a relação entre o número de passivas e não passivas. Na tabela 4, podemos observar que o os verbos *colocar* e *gravar* possuem os maiores números de frequência total e os menores números de frequência relativa. Esta configuração está em conformidade com os objetivos do estudo, que procura observar a produção de construções passivas como alternativa à construção ativa, e não como expressão fixa.

TABELA 4: verbos com 3 ocorrências na construção passiva no C-Oral-Brasil I

Verbo	*Frequência (passiva)*	*Frequência (lema)*	*Frequência relativa*
aprovar	3	4	0,75
assaltar	3	3	1
colocar	3	229	0,0131
destavar	3	7	0,4286
dividir	3	27	0,1111
gravar	3	55	0,0545
obrigar	3	5	0,6

Estes critérios de seleção foram utilizados apenas para os verbos que apresentaram o mesmo número de ocorrências, e não para a lista como um todo. Seria certamente mais conveniente que dentre os dez verbos mais frequentes nas ocorrências de construções passivas no *corpus* não figurassem itens como o verbo *promover*, que ocorreu exclusivamente na construção passiva, ou ainda os verbos *prender* e *gerar*, que fogem da tendência geral de ocorrer muito menos frequentemente na construção passiva do que na construção ativa. A eliminação arbitrária destes verbos tão frequentes seria uma irresponsabilidade metodológica e colocaria uma barreira indesejável entre o estudo e a realidade da língua como mostrada no corpus.

Foram encontradas 25.977 construções não passivas no C-Oral-Brasil I, contra 211 ocorrências da construção passiva, como reportado acima. Ao todo, as passivas representam 0,8% das construções encontradas no *corpus*.

5.3. Análise

A tabela 5 traz um resumo das ocorrências da construção passiva nos dois *corpora*:

TABELA 5: Ocorrências de construções passivas e não passivas nos corpora de língua falada

Língua	*Passiva*	*Não-Passiva*	*Total de construções*
PB	211	25977	26188
inglês	323	19693	20016
Total	534	45670	46204

O número de ocorrências da construção passiva no corpus do inglês é relativamente duas vezes maior do que no corpus do PB. Estes números estão em concordância com os resultados obtidos por Duarte (1990), cuja análise de corpora de língua escrita do PB e do inglês mostram que, para cada construção passiva no inglês, havia 7 construções ativas, enquanto a relação no PB foi de uma construção passiva para cada 20 construções ativas. A autora mostrou ainda que, em números absolutos, a passiva ocorreu nos textos do inglês "mais do que o dobro de vezes do que nos textos do português" (p. 153). Uma comparação final do número de ocorrências da construção passiva no PB e no inglês revelou uma

diferença significativa da frequência da construção nas duas línguas ($\chi^2 = 64{,}834$, GL = 1, $p < .000$).

Discussão

Como descrito na seção 1, a construção passiva apresenta forma de superfície idêntica no PB e no inglês. Seguindo a notação de Goldberg (1995), caracterizamos a construção passiva como na figura 2:

FIGURA 2: Forma de superfície da construção passiva

Semântica:	ACT/DO	(	pac	(agt)	)
	|		|	|	
	loc. verbal	(			)
Sintaxe:			Sujeito	Adjunto	

A primeira linha indica a semântica da construção passiva, onde se encontram os papéis de seus argumentos: o "paciente"[16], em posição de tópico, e o "agente", ocorrendo opcionalmente. Na segunda linha estão mapeados o SV composto pelo verbo de ligação e o verbo principal no particípio, o sujeito e o adjunto preposicional encabeçado pela preposição *por* (ou *by*, no inglês).

A confirmação da discrepância distribucional oferecida pela análise dos *corpora* é informativa principalmente por se tratar de produção oral, que reflete mais fielmente o estado da língua do que a produção escrita. A fala representa uma interação face-a-face, tem planejamento simultâneo (ou quase simultâneo), não tem possibilidade de apagamento ou consulta, e apresenta ampla possibilidade de reformulação a partir do retorno imediato do ouvinte (MAC-KAY, 2000). Ainda, fatores extralinguísticos como classe social e escolaridade segmentam a fala em dimensão menor do que a escrita – os desvios em relação à norma padrão ou o uso de variantes inovadoras ocorrem em todas as classes, não obstante as diferenças na frequência. Assume-se, então, que o falante utilize as construções

16 Sendo os papéis dos argumentos derivados da construção, e não de uma lista determinada *a priori* (GOLDBERG, 2006), o papel de paciente é aqui utilizado para indicar tanto argumentos que sofrem mudança de estado, mudança de lugar (tema) ou argumentos não afetados.

mais prontamente disponíveis para a expressão de uma mensagem[17] e, no caso do PB, a passiva não parece ser uma delas.

A diferença distribucional atestada na análise de *corpus* mostra ainda que a congruência na forma de superfície ilustrada na figura 2 não é suficiente para reduzir as construções uma à outra nas duas línguas. Enquanto o inglês apresenta uma variedade pragmática maior para a construção passiva do que o PB, as alternativas para topicalização do objeto e apagamento ou adjunção do agente proposicional presentes nesta língua parecem estar causando o preterimento da construção passiva[18]. É possível conjecturar, então, que existam restrições pragmáticas à ocorrência da passiva no PB, que são ausentes no inglês e resultam na discrepância distribucional observada.

Este estudo não tem por objetivo explicitar a motivação para a aparente rejeição da construção passiva no PB, embora este seja um ponto de interesse para análises futuras. Cyrino (2007) argumenta que o surgimento das construções com promoção do objeto não elimina a necessidade da construção passiva no PB pelo fato de serem restritas à classe dos verbos quasi-instrumentais ocorrendo em sentenças atélicas com SN [-animado], restrição que não se aplica à construção passiva:

46. *O livro está comprando.

47. O livro está sendo comprado.

A diferença essencial entre as duas opções é a de que (45) é inerentemente não agentiva, enquanto (46) permite a projeção de um agente. Sob o ponto de vista desta autora, as construções com partícula *se*, com promoção do objeto e as passivas servem a propósitos relacionados, mas distintos: a primeira indetermina o sujeito; a segunda, como indica o próprio nome, promove o objeto a tópico, enquanto a terceira suprime o agente da proposição. Esses três efeitos semântico-pragmáticos são obtidos no inglês através da construção passiva – com exceção apenas da indeterminação do sujeito, que pode ser indicada também pelo uso do pronome pessoal *they*.

Finalmente, argumentamos que a visão não transformacional da construção passiva de fato esgota as possibilidades desta construção, especialmente nos casos do inglês em que a passiva é licenciada a despeito da ausência do objeto.

17 Neste estudo, entendemos por mensagem a estrutura conceitual a ser formulada.

18 Ainda que a discrepância distribucional das construções corrobore estas suspeitas, este estudo por si não é suficiente para que seja estabelecida uma relação causal entre a opcionalidade do PB e o preterimento da passiva. São necessários estudos qualitativos de *corpora.*

Só é possível realizar uma análise translinguística como feita neste estudo se a passiva for considerada uma construção dentro da Gramática de Construções (cf. GOLDBERG, 1995), uma vez que seu sentido parece não estar limitado àquele de sua dita contrapartida ativa. De maneira análoga à qual foram comparadas as estruturas sintáticas resultativas adjetivas e causativas com verbos de modo de movimento do inglês às suas estruturas correspondentes no PB, contrastamos os níveis de produtividade da construção nestas duas línguas – diferença que se mostrou significativa não obstante a congruência na estrutura sintática e nos efeitos semântico-pragmáticos. A verificação da diferença distribucional serviu de base para oferecermos a hipótese de que a construção passiva recupera representações construcionais distintas em PB e em inglês. É necessário, ainda, examinar os contextos pragmáticos que restringem sua ocorrência em cada uma das línguas, como forma de descrever a construção passiva com precisão maior daquela da qual dispomos atualmente. Outros desdobramentos possíveis dizem respeito a estudos que se baseiem na comparação entre o inglês e o PB, como estudos de tradução e bilinguismo, que devem atentar à diferença translinguística da construção para que não rendam resultados equívocos.

Divergences between the passive construction in Brazilian Portuguese and English: evidence from oral corpus

Abstract

A transformational view of the passive construction does not account for all its possibilities. In this study, we propose a constructional view of the passive, in which it is considered an independent theoretical entity. Although the passive is syntactically identical in Brazilian Portuguese (BP) and English, this construction cannot be considered equivalent in both languages due to the presence of alternatives in BP to reach the semantic-pragmatic effects that are only reached in English through the passive. Considering the passive as a construction in the Construction Grammar (GOLDBERG, 1995; 2006), we carried out an analysis of spoken corpora in both BP and English, in which we were able to attest a distributional difference of the passive between these two languages irrespective of its syntactic and functional congruity. We argue that the discrepancy observed in the construction frequency stems from the fact that passive retrieves different constructional representations in BP and English.

Keywords: Passive Construction; Construction Grammar; Corpus Analysis

Referências

CHIERCHIA, G. A semantics for unaccusative and its syntactic consequences. In: ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOS, E.; EVERAERT, M. (orgs.). **The Unaccusativity Puzzle – Explorations of the Lexicon-Syntax Interface**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2004.

CAMBRUSSI, M. F. **Alternância Causativa de Verbos Inergativos no Português Brasileiro**. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CYRINO, S. M. L. Construções com se e promoção de argumento no português brasileiro - uma investigação diacrônica. **Revista da ABRALIN**, v. 6, n.2, p. 85-116, 2007.

DAVISON, A. Peculiar passives. **Language**, v. 56, n. 1, p. 42-66, 1980.

DUARTE, Y. As passivas no português e no inglês: uma análise funcional. **D.E.L.T.A**., n. 6, v.2, p. 139-167, 1990.

DU BOIS, J. W.; CHAFE, W. L.; MEYER, C.; THOMPSON, S. A.; Englebretson, R.; Martey, N**. Santa Barbara corpus of spoken American English, Parts 1-4**. Philadelphia: Linguistic Data Consortium, 2000-2005.

ELLIS, N. C. Constructions, Chunking and Connectionism: The Emergence of Second Language Structure. In: DOWTY, C. J.; LONG, M. H. (Ed.). **The Handbook of Second Language Acquisition.** Malden, MA: Blackwell, p. 63-103, 2003.

GABRIEL, R. Mecanismos cognitivos envolvidos na aquisição e processamento de construções passivas. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.45, p. 89-98, 2003.

GIVON, T. **Syntax:** A Functional-Typological Introduction, vol. II. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

GOLDBERG, A. **Constructions:** A Construction Grammar Approach to Argument Structure. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. **Constructions at Work –** The Nature of Generalizations in Language. Oxford/New York: Oxford University Press, 2006.

HAEGEMAN, L.; GUÉRON, J**. English Grammar** – A Generative Perspective. Malden, MA.: Blackwell, 1999.

HAWAD, H. F. A Voz Verbal e o Fluxo Informacional do Texto. **D.E.L.T.A.**, n. 20, v.1, p. 97-121, 2004.

JUFFS, A. An overview of the second language acquisition of the links between verb semantics and morpho-syntax. In: ARCHIBALD, J. (Ed.). **Second Language Acquisition and Linguistic Theory**. Oxford: Blackwells, p. 187-227, 2000.

LEVIN, Beth. **English Verb Classes and Alternations:** A Preliminary Investigation. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1993.

MAC-KAY, A.P.M.G. **Atividade verbal:** processo de diferença e integração entre fala e escrita. São Paulo: Plexus, 2000.

OLIVEIRA, C. S.; SOUZA, R. A. Uma exploração da aprendizibilidade da construção resultativa do inglês por bilíngues do par linguístico português do Brasil e inglês. **Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, n. 43, p. 252-260, 2012.

RASO, T.; MELLO, H. **C-Oral-Brasil I.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SAID ALI, M. O pronome "se". In: SAID ALI, M. **Dificuldades da Língua Portuguesa – 7ª ed**. Rio de Janeiro: ABL, p. 101-119, 2008.

SANTOS, D. Podemos contar com as contas? In: ALUÍSIO, S.; TAGNIN, S. (eds.). **New Language Technologies and Linguistic Research: A Two-way Road.** Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, p. 194-213, 2014.

SOUZA, R.; MELLO, H. Realização argumental na língua do aprendiz de línguas estrangeiras – possibilidades de exploração da interface entre semântica e sintaxe. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, n. 5, 2007. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

TSENG, J. English Prepositional Passive Constructions. In: MULLER, S. (Ed.). **Proceedings of the 14th International Conference on Head-Driven Phrase Structure Grammar.** Stanford Department of Linguistics and CSLI's LinGO Lab. Stanford, CA: CSLI Publications, p. 271-286, 2007.

VAN RIEMSDIJK, H.; WILLIAMS, E. **Introduction to the Theory of Grammar**. Cambridge, MA.: The MIT Press, 1986.

Submetido: 30/03/2016
Aceite: 06/09/2016

Ilhas sintáticas e plausibilidade semântica – um estudo de rastreamento ocular de frases com lacunas preenchidas em português brasileiro

Marcus Maia*
Amanda Moura
Moíra de Souza

RESUMO

Este trabalho apresenta um experimento de rastreamento ocular em que se investiga o efeito da lacuna preenchida (ELP) em construções subjacentes e não subjacentes e em contextos semânticos de plausibilidade e de implausibilidade. Os resultados sugerem que configurações de ilhas sintáticas são percebidas rapidamente pelo processador, impedindo tanto a postulação do ELP, quanto a avaliação semântica de plausibilidade na seleção-s do complemento pelo verbo. Nas condições não subjacentes, o ELP se instancia e a avaliação semântica ocorre apenas posteriormente às decisões de análise sintática, não evitando o ELP, conforme predito pelos modelos de processamento do tipo *syntax-first*.

Palavras-chave: Rastreamento Ocular. Construções QU. Efeito da Lacuna Preenchida. Ilhas sintáticas. Plausibilidade semântica.

1. Introdução

As línguas humanas permitem aos seus falantes estabelecerem relações de dependência à distância entre as palavras de uma frase. Por exemplo, em frases da língua portuguesa, como as ilustradas nos exemplos em (1), a distância linear entre o sintagma QU "que livro", no início da frase, e a posição sintática de objeto direto do verbo ler, onde o sintagma é interpretado, parece poder ser aumentada indefinidamente, sem prejuízo para a gramaticalidade da frase:

(1) a. Que livro João leu__?
b. Que livro Maria perguntou se João leu__?

1 Marcus Maia é professor titular de Linguística do Departamento de Linguística e do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ. Amanda Moura e Moíra de Souza são bolsistas PIBIC (CNPq) orientadas pelo primeiro autor.

c. Que livro Carlos acha que Maria perguntou se João leu__?

d. Que livro Luís disse que Carlos acha que Maria perguntou se João leu__?

Pelo menos desde Chomsky (1977), a teoria gerativa analisa frases como essas, como tendo sido derivadas via movimento do sintagma QU de sua posição argumental de base, conforme exemplificado em (2), para cada frase de (1), respectivamente:

(2) a. João leu que livro?

b. Maria perguntou se João leu que livro?

c. Carlos acha que Maria perguntou se João leu que livro?

d. Luís disse que Carlos acha que Maria perguntou se João leu que livro?

Segundo análise tradicional na teoria gerativa, o sintagma QU teria sido deslocado de sua posição *in situ*, em (2), para posição não argumental na periferia esquerda do período. Nos exemplos (1) acima, o sintagma *Que livro* foi movido de sua posição argumental de complemento do verbo ler, onde recebe caso e papel temático, podendo ser interpretado através de cadeia sintática que liga a posição de extração à posição de pouso.

Há, no entanto, diferentes contextos sintáticos que impedem a extração do sintagma QU, independentemente da distância linear entre os sítios de extração e de pouso. O trabalho clássico de Ross (1967) elenca uma série de configurações estruturais que bloqueiam o movimento de elementos QU. Por exemplo, frases como em (3) não parecem bem formadas em português brasileiro (PB):

(3) a. *Que livro João encontrou o professor que escreveu__?

b. * Por que o João perguntou que o professor escreveu um livro___?

c. *Que livro encontrar__ é difícil?

d. *O que o João comprou um livro e__?

Em (3a), a extração do constituinte QU de dentro de uma oração relativa é agramatical; em (3b), a extração de dentro de uma oração factiva também é agramatical, assim como a extração de um sujeito sentencial em (3c) e de uma estrutura que é parte de um conjunto coordenado[1] em (3d), igualmente, resultam em agramaticalidade. Esses e outros contextos sintáticos funcionam como ilhas, impondo restrições ao movimento QU, conforme descrito por Ross. Em busca de

1 Note-se que Ross (1967) indica que a extração de conjuntos coordenados só não resulta em agramaticalidade se o movimento for do tipo "*across the board*", em que o mesmo elemento é extraído de ambos os termos do conjunto coordenado, como, por exemplo, em "Que livro o professor escreveu__ e perdeu__ na sexta, no parque?" Essas construções, portanto, não constituem ilhas sintáticas e a extração pode se dar, sem produzir agramaticalidade.

adequação explicativa, para além do detalhamento descritivo aludido, Chomsky (1973) propõe a Condição de Subjacência, que captura propriedades comuns às construções de ilha descritas por Ross, indicando que o movimento QU não pode atravessar mais de um nó fronteira, sendo esses nós SN e S (DP e IP, em termos de hoje). Posteriormente, Rizzi (1982) propõe que os nós fronteiras relevantes para o italiano seriam, de fato, SN e S' (DP e CP), o que levará a uma parametrização do Princípio da Subjacência, sendo que o PB funciona como o italiano, nesse respeito.

Assim, em uma frase como (4a), o movimento do sintagma QU é licenciado pela gramática, pois atravessa apenas um nó fronteira, o DP. Em contraste, em uma frase como (4b) que contém um sintagma nominal complexo, formado por um DP e por uma oração relativa, o sintagma QU deveria atravessar dois nós fronteiras, a saber, o CP e o DP, violando o Princípio da Subjacência, e sendo, portanto, agramatical.

(4) a. Que livro [$_{DP}$ o professor escreveu__] [mas não ganhou dinheiro]?

b. *Que livro [$_{DP}$ o professor [$_{CP}$ que escreveu___]não ganhou dinheiro]?

No presente artigo, investigaremos se configurações de ilhas sintáticas são reais psicologicamente, através de um experimento de rastreamento ocular que compara a leitura de períodos com ilhas relativas a períodos coordenativos "*across the board*", que não constituem ilha sintática e não impõem, portanto, restrição à extração de sintagmas QU. Também é objeto de investigação, no estudo, o fator plausibilidade semântica, sendo que o contexto sintático e a plausibilidade semântica serão testados sistematicamente em um *design* fatorial que toma como diagnóstico o chamado efeito da lacuna preenchida (*filled gap effect*).

O artigo se organiza da seguinte maneira: na seção 2, apresenta-se o efeito da lacuna preenchida (ELP) e revisa-se a literatura pertinente em inglês e em PB. Na seção 3, apresenta-se o experimento de rastreamento ocular que investiga o ELP em construções subjacentes e não subjacentes e em contextos semânticos de plausibilidade e de implausibilidade. Na seção 4, apresentam-se as conclusões do estudo.

2. O Efeito da Lacuna Preenchida

Uma das descobertas mais interessantes da especialidade da Psicolinguística conhecida como Processamento de Frases (*Sentence Processing*) é, sem dúvida,

o chamado Princípio do Antecedente Ativo (*Active Filler Principle*). Trata-se, de fato, de um processo do tipo "*top-down*", no qual um elemento deslocado para a periferia esquerda da sentença ativamente busca um lugar em que possa ser interpretado, motivando a postulação de uma "lacuna como primeiro recurso". Há na literatura de Processamento, amplas evidências de que o processador sintático ou *parser* busca ativamente, ou "ansiosamente", no dizer de Wagers ; Phillips (2006)[2], completar uma dependência QU antes mesmo de encontrar o seu vestígio, na posição de onde o elemento QU foi extraído. Em trabalho clássico, Stowe (1986) encontrou tempos médios significativamente mais elevados na posição do objeto direto "*us*" em (5a) do que em (5b).

(5) a. My brother wanted to know who Ruth will bring / us / home to at Christmas.

b. My brother wanted to know if Ruth will bring / us / home to Mom at Christmas.

Ao contrário de *if*, que é gerado na base, *who* foi movido de sua posição de geração e o *parser* deve buscar a posição na estrutura oracional onde *who* pode ser interpretado, já que a posição em que se encontra (*Spec, CP*) seria não argumental, não atribuindo Caso e nem papel temático. Ao encontrar preenchida a posição de complemento verbal onde *who* poderia ter seus requisitos de Caso e papel temático satisfeitos, o *parser* entra em *garden-path.* O efeito surpresa, somado à reanálise estrutural imposta pelo *garden-path* seria responsável pelos tempos médios de leitura mais elevados encontrados no segmento do pronome *us*. O leitor precisaria recuperar-se do erro de análise que o levou, como primeiro recurso, a postular *who* como tendo sido extraído da posição de complemento de *bring*.

Encontrando aquela posição surpreendentemente preenchida, o processador busca, então, reestabelecer a cadeia correta do movimento QU, que teria seu pé na posição estrutural de complemento da preposição *to*, localizada mais adiante na oração. Como revisto em Maia (2014a), Frazier (1987), Frazier; Flores d'Arcais (1989) e Clifton; Frazier (1989), entre outros trabalhos, analisam o ELP como um caso de um princípio mais abrangente, incluído no âmbito das estratégias de economia da Teoria do *Garden Path* (TGP), o *Active Filler Principle*, traduzido em Maia; Finger (2005) como Princípio do Antecedente Ativo (PAA), que é formulado, nos termos de Clifton; Frazier (1989), da seguinte forma: "quando um antecedente de uma categoria XP tiver sido identificado em uma posição não

2 Cf. Wagers ; Phillips (2006) ...the eager formation of long-distance dependencies (p.3).

argumental, tal como COMP, ranqueie-se a possibilidade de atribuí-lo a uma lacuna correspondente na frase, acima da opção de identificar um sintagma lexical da categoria XP" [3].

Revisitando o PAA, Wagers; Phillips (2009) avançam significativamente a discussão sobre a implementação *on-line* das condições gramaticais, demonstrando como o *parser* parece, de fato, ir além do simples cumprimento de um algoritmo de incrementacionalidade, mas ativamente procura satisfazer requisitos gramaticais. Wagers; Phillips testam, através de três experimentos de leitura automonitorada, a compreensão de conjuntos coordenados e lacunas parasíticas demonstrando diferenças importantes, que os levam a concluir que o processador não apenas respeita as condições gramaticais, mas procura aplicar a gramática. Suas conclusões são, de fato, diretamente relevantes para a especialidade mais recente, conhecida como Sintaxe Experimental[4].

Sem dúvida, o debate central na especialidade Processamento de Frases e que, a nosso ver, também deve se colocar naturalmente na especialidade Sintaxe Experimental, por sua pertinência para o estabelecimento da arquitetura do conhecimento gramatical, diz respeito aos tipos de informação que são acessados no curso temporal da compreensão da linguagem. De um lado, teorias estritamente estruturais como a Teoria do *Garden-Path* (TGP) propõem que o processamento de frases é *syntax-first*, ou seja, as decisões de análise tomadas rapidamente durante a compreensão levam em conta, inicialmente, apenas informações sintáticas, tais como a categoria gramatical dos itens sendo incrementacional e economicamente estruturados. Do outro lado, encontram-se os modelos de satisfação de condições (e.g., MacDonald; Pearlmutter; Seidenberg,1994; McRae; Spivey-Knowlton; Tanenhaus, 1998), que postulam que todas as fontes de informação estariam disponíveis em paralelo, influenciando a análise em função dos pesos relativos que possam vir a ter no processo, sem priorização da informação sintática. Em tais modelos, a informação sintática competiria com informações semânticas,

3 When a filler of category XP has been identified in a non-argument position, such as COMP, rank the option of assigning its corresponding gap to the sentence over the option of identifying a lexical phrase of category XP.

4 Maia (2014b) analisa o processamento de construção gramatical em PB, tomando como diagnóstico o efeito da lacuna preenchida para discutir a interação interdisciplinar entre as áreas da Teoria Gramatical, da Sintaxe Experimental e do Processamento de Frases. Argumenta-se que os resultados de experimento de leitura automonitorada apresentado no artigo sugerem que a atribuição de papel temático alvo a um DP por um verbo ditransitivo é processada com menos prontidão do que a busca pelo recebimento de papel temático pelo DP alvo, indicando uma assimetria não prevista originalmente na formulação biunívoca do critério-*theta*.

pragmáticas ou advindas do contexto discursivo, bem como relacionadas a fatores como a frequência e/ou a familiaridade dos sujeitos com a construção sendo processada. As duas classes de modelos tendem a convergir quanto à integração de todas essas informações na fase final da compreensão de frases, mas divergem quanto ao momento no tempo em que essas informações atuam, os modelos estruturais optando pela análise sintática exclusiva inicial, com eventuais revisões posteriores, motivadas por fatores semânticos, pragmáticos ou discursivos ou ainda pela frequência/familiaridade da construção. A tensão entre os dois modelos tem dominado a literatura de processamento de frases, motivando pesquisas que, do lado dos modelos estruturais, procuram demonstrar a realidade psicológica das estruturas sintáticas e a sua prioridade em relação aos demais fatores.

Em inglês, vários estudos experimentais testaram, por exemplo, se ilhas sintáticas são reais psicologicamente. Por exemplo, Stowe (1986) demonstra o efeito da lacuna preenchida em um primeiro experimento de leitura automonitorada para, em seguida, demonstrar, em um segundo teste usando a mesma técnica, que o efeito não ocorre em ilhas sintáticas. A não ocorrência do ELP em ilhas é também demonstrada para o Francês (Bourdages, 1992) e para o Japonês (Yoshida *et al*., 2004).

A testagem do ELP em ilha, em inglês, também foi feita em *design* considerando efeitos de plausibilidade da combinação entre o antecedente e o verbo. Traxler; Pickering (1996) demonstraram tanto efeitos resultantes de ilhas constituídas por orações relativas, quanto de plausibilidade, em estudos de rastreamento ocular. Os resultados dos experimentos de rastreamento ocular permitem aos autores identificar que o processador sintático apresenta indicadores de duração média das fixações mais lentos em sentenças gramaticais implausíveis, já na área do verbo, mas não parecem postular lacuna em contextos de ilha. No presente estudo, por outro lado, procuramos investigar se o contexto sintático subjacente impede a avaliação de plausibilidade.

Em português brasileiro, Maia (2014a) apresenta um estudo de rastreamento ocular e um de leitura automonitorada em que se estabelece a ocorrência do ELP em PB e se exploram efeitos de plausibilidade semântica. Os resultados detectam a presença do ELP (rastreamento ocular) e indicam que o *parser* atua de modo estritamente sintático em sua fase inicial (leitura automonitorada). Apresentamos na próxima seção o experimento de rastreamento ocular investigando o ELP, em PB, em contextos subjacentes e não subjacentes, em construções em que há plausibilidade ou implausibilidade na combinação entre o antecedente e o verbo.

3. O Experimento de Rastreamento Ocular

O objetivo do estudo foi o de verificar, através da técnica de rastreamento ocular da leitura, se o *parser* exibe efeito da lacuna preenchida (ELP) em contextos sintáticos subjacentes e não subjacentes e em contextos semânticos de plausibilidade e de implausibilidade. A hipótese entretida é a de que o processador não exibiria nem efeito de lacuna preenchida e nem efeito de plausibilidade em contextos de subjacência. Prediz-se que os tempos médios de fixação e o número de visitas na área crítica sejam maiores nas condições não subjacentes do que nas condições subjacentes. Uma vez que não pode haver extração no contexto de ilha relativa, o *parser* acessaria esta informação sintática rapidamente e não postularia lacuna nesse contexto, evitando, portanto, efeito de lacuna preenchida. Da mesma forma, o processador não realizaria avaliação de plausibilidade semântica em contexto de ilha sintática, que já bloqueia previamente a postulação de lacuna em posição subjacente. Assim, haveria maior custo de processamento, indicativo do efeito da lacuna preenchida, nas condições não subjacentes do que nas condições subjacentes. Efeito de plausibilidade, se detectado *on-line*, seria instanciado apenas nas condições não subjacentes.

O experimento tem um *design* 2 x 2, em que a variável independente SUBJACÊNCIA, com dois níveis (**S**ubjacente e **N**ão subjacente) cruza fatorialmente com a variável independente PLAUSIBILIDADE, também com dois níveis (**P**lausível e **I**mplausível), gerando quatro condições experimentais, a saber, (i) subjacente plausível (SP), (ii) subjacente implausível (SI), (iii) não subjacente plausível (NP) e (iv) não subjacente implausível (NI). As variáveis dependentes foram duas medidas *on-line* (duração total e número de fixações no segmento crítico) e uma medida *off-line* (índices de acerto e erro na questão interpretativa, ao final de cada frase). A medida *off-line* foi obtida através do registro dos índices de fixação ocular nos campos de respostas SIM ou NÃO, que se apresentavam abaixo da pergunta interpretativa, em tela que se seguia a cada frase. O Quadro (1) ilustra um conjunto de frases experimentais, com seus respectivos segmentos críticos sublinhados e suas questões interpretativas.

QUADRO 1: Exemplos das condições experimentais com áreas críticas e questões interpretativas.

Subjacente plausível (SP)

Que livro o professor que escreveu a tese perdeu na sexta no parque?

O professor perdeu o livro? SIM NÃO

Subjacente implausivel (SI)

Que copo o professor que escreveu a tese perdeu na sexta no parque?

O professor perdeu o copo? SIM NÃO

Não Subjacente plausível (NP)

Que livro o professor escreveu a tese e perdeu na sexta no parque?

O professor perdeu o livro? SIM NÃO

Não Subjacente implausível (NI)

Que copo o professor escreveu a tese e perdeu na sexta no parque?

O professor perdeu o copo? SIM NÃO

3.1 Método

Participantes

32 alunos de cursos de graduação da UFRJ, com idade média de 21 anos, sendo 19 do sexo feminino; foram voluntários do experimento.

Materiais

16 conjuntos de frases como o conjunto ilustrado no Quadro (1) foram preparados e distribuídos sistematicamente em quadrado latino em quatro versões do experimento, de modo a garantir que todos os sujeitos fossem expostos a todas as condições experimentais, mas não a frases com itens lexicais semelhantes. Em cada uma das quatro versões incluíram-se 48 frases distrativas, apresentadas em pseudorrandomização com as frases experimentais. As frases foram apresentadas em monitor de 23", acoplado ao rastreador ocular, em uma única linha, centralizada na tela, em fonte Courier New 16. Na tela das questões interpretativas, que sucedia a cada uma das frases, a pergunta a ser respondida era também exibida na mesma fonte e tamanho, com duas opções de resposta (SIM e NÃO), algumas linhas

abaixo. O programa usado para apresentação, registro e análise dos materiais foi o Tobii Studio, versão 2.3.2.

Procedimentos

O experimento foi montado e aplicado no equipamento de rastreamento ocular *Tobii TX300*, acoplado a monitor de 23", na sala do Laboratório de Psicolinguística Experimental - LAPEX, na Faculdade de Letras da UFRJ. A tarefa solicitada a cada sujeito consistia na leitura automonitorada de frases, com resposta a questão interpretativa final, enquanto se monitorava o seu olhar através do rastreador. Inicialmente, sentava-se o sujeito a cerca de 65 cm da tela, procedendo-se à captura de seus olhos na tela do monitor e à calibração, fase em que o sujeito era instruído a fixar o olhar e a acompanhar o aparecimento e a movimentação de uma série de nove pequenos círculos na tela. A calibração era repetida, caso não se obtivessem parâmetros aceitáveis, conforme indicado pelo programa.

Obtendo-se boa calibração, passava-se à fase de prática em que o sujeito realizava a tarefa, sendo observado pelo experimentador. Após essa etapa, passava-se ao experimento propriamente. Apertando um botão destacado em cor amarela, no teclado, o sujeito chamava à tela uma frase, devendo lê-la rapidamente, mas para compreensão. Havendo terminado a leitura, o sujeito apertava o botão amarelo novamente, chamando nova tela com uma pergunta interpretativa sobre a frase lida, que devia ser respondida rapidamente, olhando-se para o campo SIM ou para o campo NÃO, logo abaixo da pergunta. Respondida a pergunta, o sujeito pressionava novamente o botão amarelo, chamando à tela nova frase para leitura e interpretação, até que todas as 64 frases (16 experimentais e 48 distrativas) fossem apresentadas, momento em que a tela FIM aparecia para o sujeito, marcando o término do teste. De modo geral, cada sessão de teste tinha duração média de 20 a 25 minutos.

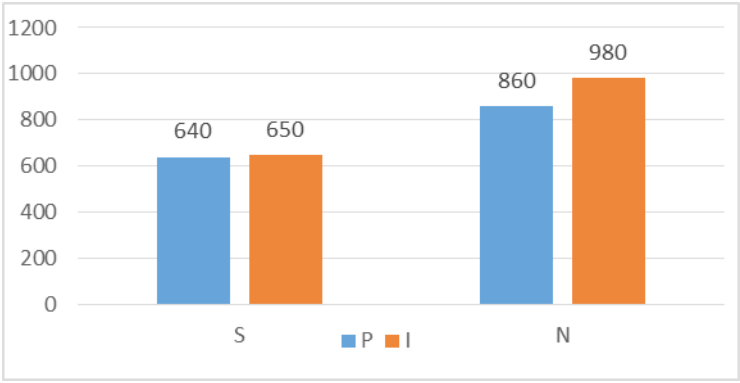
3.2 Resultados

Os tempos totais médios de fixação ocular na área crítica de cada condição experimental, mensurados em milésimos de segundo, estão apresentados no Gráfico 1, abaixo. Realizou-se uma ANOVA bifatorial por sujeitos, tomando-se como medidas repetidas os fatores SUBJACÊNCIA (S x NS) e PLAUSIBILIDADE (P x I), em um design fatorial 2x2. O resultado da ANOVA indicou efeito principal altamente significativo do fator SUBJACÊNCIA ($F(1,127) = 33.3$

p<0.000001***) e efeito principal significativo do fator PLAUSIBILIDADE (F(1,127) = 4.06 p<0.046131), não se observando, no entanto, interação entre os dois fatores (F(1,127) = 2.16 p<0.144063 ns.). Foram também realizados testes-t pareados entre as condições relevantes. Há diferença significativa entre SP e NP (t(127) = 3.07 p < 0.0027) e entre SI e NI (t(127) = 4.42 p < 0.0001), na direção esperada, em ambos os casos, ou seja, os segmentos críticos são processados mais rapidamente nas condições subjacentes do que nas condições não subjacentes, independentemente de sua plausibilidade, o que permite inferir que o efeito da lacuna preenchida não se instancia em ilha sintática.

A comparação de SP x SI não indica significância estatística no teste-t (t(127) = 0.18 p < 0.8564), permitido inferir que em contexto de ilha sintática também não se realiza avaliação de plausibilidade. Por outro lado, a comparação de NP x NI indica significância, na direção esperada (t(127) = 2.10 p< 0.0373), ou seja, há maior custo de processamento para a lacuna preenchida em contexto não subjacente na condição implausível do que na condição plausível, o que permite inferir efeito *on-line* de avaliação de plausibilidade, nesta medida de tempo total de fixação ocular.

GRÁFICO 1: Tempos totais de fixação (ms) na área crítica por condição



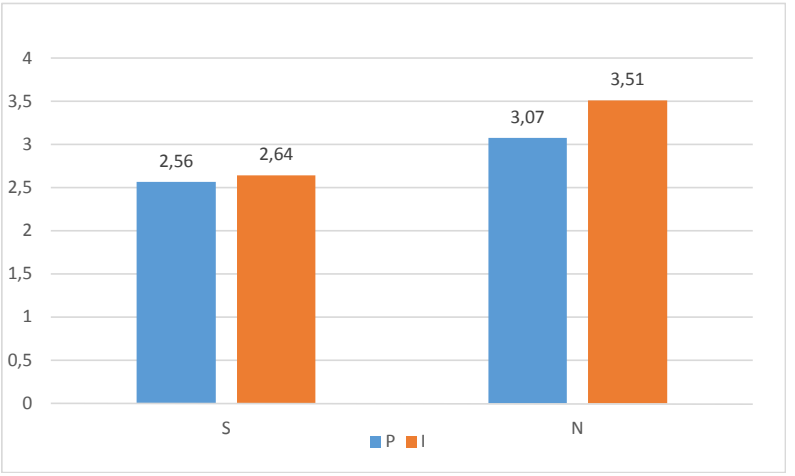
Além dos tempos totais de fixação nas áreas críticas, reportados acima, aferiu-se, também, o número total de fixações, progressivas e regressivas, nas mesmas áreas, conforme ilustrado no GRÁFICO 2. Uma ANOVA bifatorial por sujeitos indicou efeito principal altamente significativa do fator SUBJACÊNCIA

(F(1,127) = 18.7 p < 0.000030***), mas não se observou nem efeito principal do fator PLAUSIBILIDADE (F(1,127) = 2.55 p < 0.112619 ns.), nem interação entre os dois fatores (F(1,127) = 0.969 p < 0.326850).

Testes-t pareados entre as condições relevantes indicaram que há diferença significativa entre SP e NP (t(127) = 2.36 p < 0.0197) e entre SI e NI (t(127) = 3.24 p < 0.0015), na direção esperada, em ambos os casos, ou seja, os segmentos críticos são processados com índices de fixação ocular significativamente menores nas condições subjacentes do que nas condições não subjacentes, independentemente de sua plausibilidade, o que permite inferir que o efeito da lacuna preenchida não se instancia em ilha sintática, confirmando o que já se observou na medida de tempos totais de fixação.

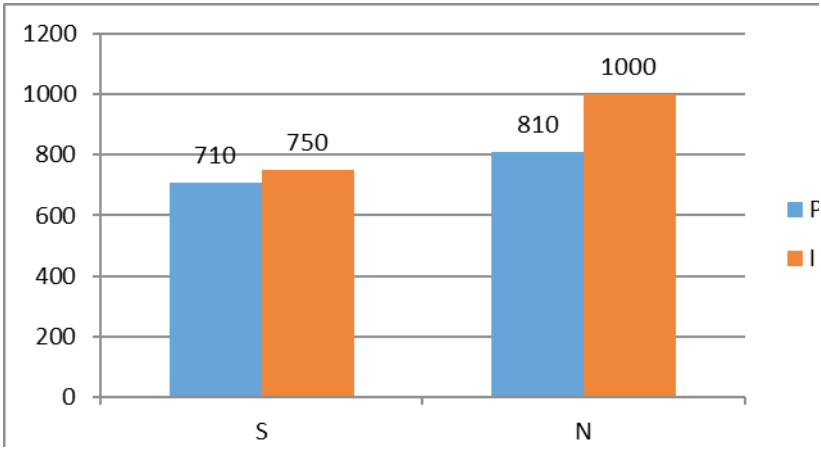
Também em linha com a medida de duração das fixações, a medida de número de fixações aferida na comparação entre SP x SI não indica significância estatística no teste-t (t(127) = 0.35 p < 0.7267), confirmando que a plausibilidade não é avaliada em contexto de ilha sintática. Ao contrário, no entanto, do que se obteve na medida de tempo total de fixação, a medida do número de fixações não indica diferença de plausibilidade entre as condições não subjacentes plausível (NP) e implausível (NI), que obtêm índices estatisticamente não significativos quando comparadas no teste-t (t(127) = 1.65 p < 0.1011 ns.).

GRÁFICO 2: Índices totais de fixação na área crítica por condição



Observe-se, adicionalmente, que, já na área do verbo, encontra-se padrão de fixação indicativo de efeito de ilha e de plausibilidade, conforme indicado no gráfico 3:

GRÁFICO 3: Tempos totais de fixação (ms) na área do VERBO por condição



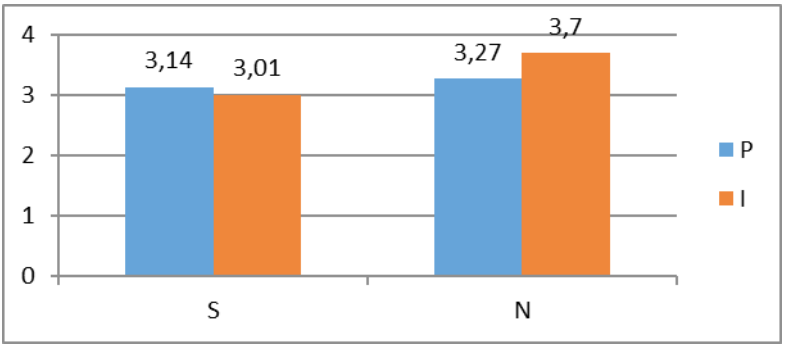
Há efeito principal altamente significativo de subjacência ($F(1,127) = 21.1$ $p<0.00001$****) e efeito principal de plausibilidade ($F(1,127) = 6.18$ $p<0.014239$), embora, assim como observado na análise dos tempos de fixação do segmento crítico, não haja interação entre os dois fatores ($F(1,127) = 1.87$ $p<0.174048$). Um teste-t pareado comparando as durações totais de fixação nas áreas do verbo e do segmento crítico que preenche a lacuna, nas condições plausíveis, indica diferença significativa na direção esperada ($t(254) = 2.11$ $p < 0.0355$).

Observe-se que uma comparação entre os tempos médios de fixação da condição não subjacente plausível na área do verbo (810ms) e na área da lacuna preenchida (860ms) revela diferença significativa, na direção esperada ($t(254) = 2.11$ $p < 0.0355$), evidenciando, adicionalmente, o ELP. Por outro lado, a diferença entre os tempos médios de fixação da condição não subjacente implausível na área do verbo (1000ms) não difere significativamente dos tempos médios de fixação da condição não subjacente implausível na área da lacuna preenchida (980ms), indicando que o efeito de implausibilidade que já ocorre na área do verbo não aumenta significativamente na área da lacuna preenchida.

A medida de índices de fixação na área do verbo também indica efeito principal

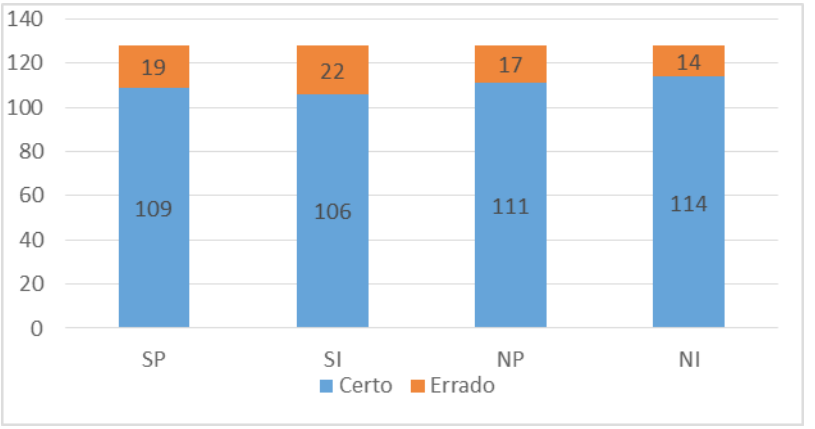
de subjacência ($F(1,127) = 5.63$ $p < 0.019$) na direção esperada, embora não se registre nem efeito principal de plausibilidade ($F(1,127) = 0.587$ $p < 0.44$) ou interação entre os fatores ($F(1,127) = 2.89$ $p < 0.09$). O Gráfico 4, abaixo, ilustra os índices de fixação por condição:

GRÁFICO 4: Índices de fixação na área do VERBO por condição



No que diz respeito às medidas *off-line*, obtidas através de índices de fixação do olhar nas respostas às perguntas interpretativas após cada frase, obtiveram-se os resultados representados no GRÁFICO 3.

GRÁFICO 3: Índice de acertos e erros por condição



Convertidos os índices de acerto em termos percentuais, verifica-se que a condição SP obteve 85% de respostas corretas, a condição SI, 82% de respostas corretas, a condição NP, 87% de respostas corretas e a condição NI, 89% de respostas corretas, não se atestando nem efeito de subjacência e nem efeito de plausibilidade, conforme indicado pelo teste Chi quadrado ($X^2(1,511) = 0,1$, $p = 0,74$ ns.). De modo geral, embora não permitindo identificar diferenças significativas entre as condições, nesta medida final[5], o alto índice de acerto em todas as condições, em comparação aos índices de erro, atesta a confiabilidade do experimento.

3.3 Discussão

Como detalhamos acima, os resultados do experimento indicam diferença significativa, na área crítica da lacuna preenchida entre as condições subjacente e não subjacente, plausíveis ou não. Ou seja, o *parser* acessa rapidamente a informação sintática e, atento para a impossibilidade de extração em configuração de ilha, não postula lacuna após o verbo de oração relativa aposta a DP. Daí, as latências médias de fixação serem significativamente mais elevadas nas áreas críticas da condição NP do que da condição SP, conforme ilustrado pelos mapas de calor prototípicos abaixo. Observem-se os círculos nas Figuras 1 e 2.

FIGURA 1: Mapa de calor de frase subjacente plausível

Que massa o padeiro que cozinhou o bolo queimou no fogo à lenha? (SP17)

5 Maia (2014a) encontrou efeito do tipo *good enough* nas medidas finais de experimento de rastreamento ocular, indicativo de que, mesmo tendo reanalisado o erro em que incorrera inicialmente, postulando como primeiro recurso lacuna em posição preenchida por SN, o *parser* persiste na análise incorreta. No presente experimento, tal efeito não parece ter se instanciado, uma vez que o índice de acerto é fundamentalmente o mesmo em todas as condições, sugerindo que esse tipo de análise superficial ou *shallow* seria instável e não determinístico.

FIGURA 2: Mapa de calor de frase não subjacente plausível

Que papel o escritor assinou a carta e levou na sala do chefe? (NP11)

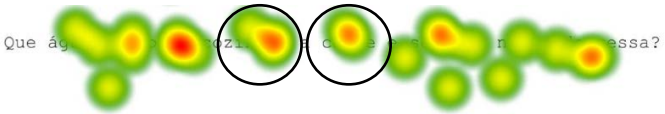
A maior duração da fixação, expressa pelas cores amarela e vermelha, na área da lacuna preenchida na Figura 2 do que na área correspondente da Figura 1 ilustra o procedimento seletivo do *parser*: ilha sintática relativa não o engana e não há surpresa ou reanálise na posição do objeto direto pós-verbal que não preenche lacuna, simplesmente porque a posição subjacente não admite vestígio, então lacuna não há ali a ser preenchida. Daí não há ELP em SP. Por outro lado, em NP, coordenada *across the board*, há contexto legítimo para extração. O sintagma QU inicial procura, como primeiro recurso, posição no pé da cadeia onde possa receber caso, tornando-se visível para receber papel temático e ser interpretado. Esta posição poderia vir logo após o verbo. Entretanto, surpresa! Como exemplificado na Figura 2, o sintagma QU inicial *Que papel*, que poderia, legitimamente, ter saído da posição de objeto do verbo escrever, não pode, no entanto, ser construído nesta posição, que está preenchida pelo sintagma *a carta*. ELP claramente instanciado.

Note-se, crucialmente, que não há, no entanto, efeito de plausibilidade nas condições subjacentes (S). Será apenas nas condições não subjacentes (N) que se observa avaliação semântica, sugerindo que a análise sintática precede a análise semântica, que fica condicionada ao licenciamento sintático, ao contrário do que obtiveram Traxler e Pickering (1996), que encontraram tanto efeitos resultantes de ilhas constituídas por orações relativas, quanto de plausibilidade, em estudos de rastreamento ocular com frases em inglês. Em nosso estudo, a avaliação de plausibilidade só ocorre em frases não subjacentes (N), conforme ilustrado pelo contraste nas áreas críticas das frases exemplificadas nas Figuras 3 e 4.

FIGURA 3: Mapa de calor de frase não subjacente plausível

Que peixe a esposa cozinhou a carne e assou à noite depressa? (NP12)

FIGURA 4: Mapa de calor de frase não subjacente implausível



Que água a esposa cozinhou a carne e assou à noite depressa? (NI12)

O ELP continua a se instanciar na condição implausível da Figura 4, sendo sua latência ainda maior do que o ELP da Figura 3, como se vê contrastando as áreas críticas nos segundos círculos nos mapas de calor. Há, aí, efeito de plausibilidade. A avaliação semântica que aí ocorre não impede, no entanto, o efeito sintático do ELP, apenas o reforça. É como se o *parser*, ao processar uma frase como a ilustrada na Figura 4, ranqueasse a possibilidade de postular uma lacuna naquela posição, para usar os termos da formulação do Princípio da Aposição Ativa, acima da possibilidade de encontrar um DP preenchendo a lacuna, mesmo que esse DP fosse semanticamente implausível naquela posição. Novamente, temos aí evidência para a precedência da sintaxe sobre a semântica, como proposto por modelos *syntax first*. A avaliação de plausibilidade não impede o ELP e, podemos dizer, até o reforça. Note-se, nesses mesmos exemplos, que já na região do verbo o efeito de plausibilidade se instancia, como ilustrado pela comparação dos primeiros círculos das Figuras 3 e 4: as fixações são mais intensas no verbo cozinhar em (4) do que em (3). Em (4), o verbo *cozinhar* é implausível como selecionador de *Que água* como seu complemento, enquanto que, em (3), o sintagma QU *Que peixe* pode perfeitamente ser selecionado semanticamente pelo mesmo verbo *cozinhar*. Sem surpresa, como indicado pela fixação apenas verde no primeiro círculo da Figura (3). A detecção da implausibilidade semântica já no verbo não será capaz, no entanto, de evitar o ELP.

4. Conclusões

O experimento apresentado no presente artigo teve como objetivo entender as escolhas do processador sintático em tempo real, aferindo como ele toma decisões rapidamente em configurações subjacentes e não subjacentes e em contextos de plausibilidade e de implausibilidade. Os resultados expostos e discutidos acima indicam que o processador sintático não parece detectar o efeito

da lacuna preenchida em contexto de subjacência. Os tempos médios de fixação e revisitações nas áreas críticas foram substancialmente maiores em contextos de condição não subjacente, tais como os conjuntos relativos *across the board*, onde não há ilhas sintáticas barrando o movimento de extração, do que em configurações subjacentes. Nestas, o *parser* imediatamente identifica a presença da ilha sintática e não postula lacuna, otimizando tanto os tempos médios de fixação, quanto os índices sacádicos, uma vez que a extração de elementos do interior de oração relativa apensa a DP, formando DP complexo, derivaria sentença agramatical.

Os resultados também indicam que a inspeção da legitimidade sintática, já na fase *on-line* do processamento da linguagem, parece preceder a inspeção sobre a plausibilidade semântica, que só se instancia nas construções não subjacentes, ao contrário de resultados reportados para o inglês por Traxler; Pickering (1996), que encontram efeitos de ilha e de plausibilidade, mas não aferem a precedência dos primeiros sobre os segundos. O presente trabalho fornece, portanto, dados relevantes tanto para o estudo sobre a formação de dependências sintáticas, quanto para o importante debate sobre a natureza das informações acessadas na fase *on-line* do processamento, tendo o potencial de contribuir para se avançar a compreensão sobre a arquitetura da capacidade humana da linguagem e de sua implementação *on-line*.

ABSTRACT

This paper presents an eye-tracking experiment investigating the filled gap effect (FGE) in subjacent and non subjacent constructions in Brazilian Portuguese in a 2x2 design in which the plausibility of the verb complement s-selection is also tested. The results suggest that syntactic island configurations are quickly perceived by the parser, preventing both the postulation of the FGE, and the plausibility evaluation of the verb complement s-selection. In non subjacent conditions, the FGE is instantiated and the semantic evaluation occurs only subsequent to parsing decisions, not avoiding the FGE, as predited by syntax-first processing models.

Keywords: Eye Tracking. WH-constructions. Filled Gap Effect. Syntactic island. Semantic plausibility.

Referências

BOURDAGES, Johanne S. Parsing complex NPs in French. In GOODLICK, H.; S.ROCHEMOND, M. (eds.), **Island constraints:** Theory, acquisition and processing. Dordrecht: Kluwer. 61–87. 1992

CHOMSKY, Noam. Conditions on Transformations. In: ANDERSON, S.R. e P. KIPARSKY (eds.). **A Festschrift for Morris Halle.** Holt, Reinehart and Winston, Inc., New York. 1973.

CHOMSKY, Noam. On Wh-Movement. In CULICOVER, P., WASOW, T., and AKMAJIAN, A., (Eds). **Formal Syntax**. New York: Academic Press. pp. 71-132. 1977.

CLIFTON, C. ; FRAZIER, L. Comprehending sentences with long-distance dependencies. In TANENHAUS, M.K. ; CARLSON, G. (Eds.). **Linguistic structure in language Processing**. Dordrecht: Kluwer Academic Press. 1989.

FRAZIER, L. **Syntactic processing:** Evidence from Dutch. Natural Language and Linguistic Theory 5: 519-560. 1987.

FRAZIER, L; FLORES D'Arcais, G.B. **Filler-driven parsing:** a study of gap filling in Dutch. Journal of Memory of Language 28: 331-44. 1989.

McDONALD, M.C., PEARLMUTTER, N.J.; SEIDENBERG, M.S. The lexical nature of syntactic ambiguity resolution. **Psychological Review**. 101, 676-703. 1994.

MAIA, Marcus. Efeito da lacuna preenchida e plausibilidade semântica no processamento de frases em português brasileiro. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 49, p. 23-46. 2014a.

MAIA, Marcus; FINGER, Ingrid (Org.). **Processamento da Linguagem**. 1. ed. Pelotas, RS: EDUCAT, 2005. 535p. 2005.

MAIA, Marcus. Teoria gramatical, sintaxe experimental e processamento de frases: explorando efeitos do antecedente e da lacuna ativos. **Revista da ABRALIN**, v. 13, p. 95-120. 2014b.

McRAE, K.; SPIVEY-KNOWLTON, M. J.; TANENHAUS, M. K.. Modeling the influence of thematic fit (and other constraints) in on-line sentence comprehension. **Journal of Memory and Language**, 38, 283–312. 1998.

RIZZI, L. **Issues in Italian Syntax**, Foris, Dordrecht. 1982.

ROSS, J.R. **Constraints on Variables in Syntax**, Dissertação de PhD, MIT. 1967

STOWE, Laurie. Parsing wh–constructions: evidence for on–line gap location. **Language and Cognitive Processes** 1. 227–46.3. 1986.

TRAXLER MJ ; PICKERING MJ. Plausibility and the processing of unbounded dependencies: An eyetracking study. **Journal of Memory and Language**, 35: 454-475. 1996.

WAGERS, M., and PHILLIPS, C. **(Re)active filling**. Talk presented at the 19th Annual CUNY Conference on Human Sentence Processing, New York. 2006.

WAGERS, M., and PHILLIPS, C. Multiple dependencies and the role of the grammar in real-time comprehension. **J. Linguistics** 45 (2009), 395–433. 2009.

YOSHIDA, M., AOSHIMA, S., and PHILLIPS, C. **Relative clause prediction in Japanese**. Talk presented at the 17th Annual CUNY Conference on Human Sentence Processing, College Park,Md.

Submetido: 27/02/2016
Aceite: 08/07/2016

A aquisição da linguagem por meio de processamento de informação das interfaces: sobre o processo de aquisição de passivas[1]

Letícia M. Sicuro Corrêa*
João C. de Lima Júnior**
Marina R. A. Augusto***

Resumo

Uma abordagem procedimental para a aquisição da linguagem de natureza interdisciplinar é aqui ilustrada. Nessa abordagem, integram-se uma concepção minimalista de língua e resultados de pesquisa psicolinguística voltada para o processamento da linguagem no desenvolvimento linguístico. Um procedimento de aquisição da sintaxe da língua materna é apresentado com base em um estudo da aquisição de sentenças passivas. As evidências compatíveis com o modelo, aqui sintetizadas, incluem resultados de experimentos com crianças adquirindo o português, indicativos da percepção de padrões de dependência morfossintática descontínua em idade inferior a dois anos; da discriminação de auxiliares em passivas adjetivais e verbais; e do efeito de *priming* sintático em condições discursivas favoráveis ao uso de passivas aos 3 anos de idade. Remete-se ainda a resultados obtidos em uma avaliação do desempenho linguístico de crianças em idade escolar, sugestivos de problemas da/na linguagem ou de dificuldades na compreensão de passivas reversíveis a serem superadas tardiamente, possivelmente em função de desenvolvimentos externos ao domínio da língua.

Palavras-chave**:** Aquisição da linguagem. Interfaces fônica e semântica. Estruturas passivas. Categorias funcionais. Dependências descontínuas

1 Artigo desenvolvido em função do programa de pesquisa do LAPAL (Laboratório de Psicolinguística e Aquisição da Linguagem – PUC-Rio), coordenado pela primeira autora, ao qual se vinculam a pesquisa de Mestrado (apoio CNPq) e de Doutorado (apoio FAPERJ-Nota 10) do segundo autor, sob orientação da terceira e da primeira autora, respectivamente. Os desenvolvimentos teóricos e suas possíveis aplicações vinculam-se, respectivamente, ao projeto PQ-CNPq (2012-2017) e aos projetos CNE-FAPERJ 2012-2014; 2015-2017 da primeira autora.

* (PUC-Rio-LAPAL).

** (PUC-Rio-LAPAL).

*** (UERJ-LAPAL).

1. Introdução

No estudo da aquisição da linguagem, a aquisição da sintaxe de uma dada língua, inicialmente concebida em termos da aquisição de regras de sua gramática (CHOMSKY, 1965), foi progressivamente sendo entendida como identificação do que pode ser tomado como específico daquela língua (CHOMSKY, 1981). A informação relevante para a identificação da gramática da língua em aquisição, que inicialmente parecia estar consideravelmente opaca nos dados da fala, é tida hoje, no contexto do Programa Minimalista (PM) da linguística gerativista (CHOMSKY, 1995), como legível nas *interfaces* da língua, que se desenvolve internamente, com os sistemas recrutados no processamento linguístico. Assim sendo, nesse quadro teórico, as questões que se apresentam a uma teoria da aquisição da linguagem, no que concerne a uma particular estrutura sintática, são: o que há de específico a ser adquirido como conhecimento de uma dada língua? Como essa informação se faz legível nos dados da fala que se apresentam à criança? Como essa informação é processada de modo a resultar no conhecimento linguístico que possibilita a geração (computação) da estrutura em questão? O que se faz necessário para que a computação sintática em tempo real seja bem sucedida de forma a evidenciar tal conhecimento no desempenho linguístico?

O estudo que aqui se apresenta foi motivado por essas questões. Note-se que a primeira tem de ser respondida no contexto de uma teoria linguística que traz hipóteses sobre o que pode ser atribuído ao estado inicial da gramática (ou língua interna). A segunda pode ser respondida tanto do ponto de vista da teoria linguística quanto do ponto de vista do processamento da fala, uma vez que diz respeito às interfaces da língua (interna) com os chamados sistemas de desempenho. A terceira requer uma teoria psicolinguística. A última pode requerer uma teoria do desenvolvimento de sistemas ou funções cognitivas que atuam no desempenho linguístico. Vê-se, pois, que o problema da aquisição da linguagem requer pesquisa interdisciplinar.

Este artigo apresenta uma teoria procedimental, de natureza interdisciplinar, para a aquisição da linguagem, que explora o conceito de *interfaces*, apresentado no contexto do PM, e interpretado à luz do conceito de *aprendizagem guiada por fatores inatos*, oriundo da etologia (MARLER, 1991), o qual tem direcionado uma linha de pesquisa psicolinguística em aquisição da linguagem (JUSCZYK; BERTONCINI, 1988). Para apresentação dessa abordagem teórica, tem-se como foco a aquisição de passivas verbais.

Uma teoria procedimental da aquisição da linguagem visa a explicitar de que modo o processamento do material linguístico que se apresenta à criança de forma natural, no curso da aquisição da linguagem, pode resultar na identificação do que há de específico da língua em aquisição, no que concerne a uma dada estrutura, ao mesmo tempo em que pode explicar o custo relativo de seu processamento e indicar os requisitos a serem satisfeitos para que o desempenho adulto seja atingido. Tal teoria é, portanto, potencialmente relevante para a identificação da natureza dos problemas que podem afetar o desenvolvimento linguístico, como no quadro do DEL (Distúrbio Específico da Linguagem) e de outras síndromes que repercutem no desempenho linguístico, com vistas ao desenvolvimento de materiais e estratégias de intervenção (CORRÊA; AUGUSTO; BAGETTI, 2013).

Sentenças passivas, particularmente as passivas verbais, como (1), têm atraído considerável interesse da parte da pesquisa em aquisição da sintaxe e processamento linguístico em geral. Passivas verbais são tradicionalmente apontadas como de difícil aquisição e/ou processamento e são, usualmente, instrumentais para a identificação de comprometimentos manifestos na linguagem, uma vez que sua compreensão se tem mostrado aquém da dos grupos controle em casos diagnosticados ou sugestivos de Déficit ou Distúrbio Específico da Linguagem (DEL) (VAN DER LELY, 1996; LEONARD et al., 2006; CORRÊA; AUGUSTO, 2011b;c), em transtornos do espectro do autismo (TAGER-FLUSBERG, 1981; PEROVIC; TERZI et al., 2012), no Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) (ENGELHARDT et al., 2012; PARIGGER, 2012;), assim como em afasias adquiridas (FRIEDERICI; GRAETZ, 1987; MEYER; MACK; THOMPSON, 2012).

(1) O professor foi chamado pelo diretor da escola.

O alto custo computacional de passivas verbais pode ser detectado em contraste com passivas adjetivais (em (2a e b)), como sugerem os resultados de experimento de leitura automonitorada com adultos, em que maior tempo de leitura foi detectado após o particípio das primeiras (LIMA JÚNIOR; CORRÊA, 2015a). Sentenças passivas também têm sido apontadas como de difícil compreensão por crianças, mesmo em idade escolar, particularmente quando há reversibilidade de papéis temáticos, ou seja, quando tanto o sujeito gramatical (que apresenta o objeto lógico), quanto o complemento da preposição (que apresenta o sujeito lógico) poderiam, em termos estritamente semânticos, ter seus papéis temáticos revertidos, como em (3) (em tarefas que fazem uso de animais humanizados como personagens de eventos narrados ou descritos por sentenças) (cf. referências em LIMA JÚNIOR, 2016).

(2) a) O copo foi quebrado na cozinha por minha irmã.

b) O copo está quebrado na cozinha por minha causa.

(3) O leão foi puxado pelo tigre.

O custo de processamento associado a essa estrutura também se revela no fato de o falante buscar alternativas semanticamente equivalentes, quando possível, como em (4a e b) (RODRIGUES *et al*., 2015)

(4) a) Aquele garoto foi empurrado pelo colega.

b) Aquele garoto levou um empurrão do colega.

O uso de passivas é, portanto, relativamente pouco frequente na fala informal (PEROTINO, 1995) e, na escrita, chega a não ser recomendado por corretores automáticos de texto que funcionam cegamente de forma a minimizar o custo de processamento que estas supostamente trariam para o leitor.

Tal custo pode ser, contudo, relativizado, quando determinados requisitos pragmáticos, discursivos e lexicais são satisfeitos Assim, em contextos narrativos em que a ação descrita na sentença teste é previamente apresentada e há contraste entre possíveis agentes (O'BRIEN; GROLLA; LILLO-MARTIN, 2006), em contextos discursivos em que o sujeito/tema da passiva mantém o tópico do discurso (LIMA JÚNIOR; CORRÊA, 2015b), assim como quando restrições semânticas à interpretação se impõem, como em (5) e (6), crianças apresentam um desempenho relativamente bom na compreensão dessas estruturas (cf. LIMA JÚNIOR, 2016).

(5) A caixa foi carregada pelo garoto.

(6) O bebê foi carregado pela babá.

Estruturas passivas são, pois, um recurso gramatical disponível em grande parte das línguas naturais que, a despeito do custo computacional que possa impor, contribui para a flexibilização do modo como relações temáticas podem ser verbalmente expressas. Alternativamente à forma canônica, em que o sujeito da sentença (argumento externo) codifica na sintaxe o agente/experienciador do evento a que o enunciado linguístico remete, a voz passiva traz o paciente/tema do evento para a posição privilegiada de sujeito,[1] o que pode contribuir para a coesão e a fluidez do discurso. A voz passiva pode, portanto, apresentar-se como uma

1 Considera-se que a posição do sujeito é privilegiada do ponto de vista estrutural dado que, na estrutura assimétrica de sentenças, esta posição sintática comanda todas aquelas subordinadas ao nó que a domina (c-comando) e do ponto de vista do processamento por ser, usualmente, a posição nominal mais à esquerda e mantida particularmente acessível na memória de trabalho para a continuidade do discurso, dado que referentes apresentados por DPs sujeito tendem a ser mantidos intersentencialmente. (ver FOLEY; VALIAN, 1985; FERREIRA, 1994).

solução ótima para a expressão linguística de relações temáticas em determinados contextos discursivos, a qual pode eventualmente minimizar os efeitos do custo de processamento, do ponto de vista do ouvinte/leitor. Entender como crianças podem vir a usufruir dessas vantagens cognitivas é, pois, de interesse de uma teoria da aquisição da linguagem em sentido estrito, no que concerne à identificação de uma gramática, e do desenvolvimento linguístico/cognitivo, de forma mais ampla, com suas possíveis aplicações.

Os objetivos desse artigo são: (i) demonstrar que o conceito de *interface* tal como concebido no contexto do PM possibilita integrar abordagens para a aquisição da linguagem tradicionalmente dissociadas ou até incompatíveis; (ii) caracterizar os principais passos da aquisição de passivas verbais e apontar os requisitos a serem possivelmente superados, uma vez que o conhecimento relativo a essas estruturas é representado; (iii) remeter a evidências empíricas compatíveis com o curso de aquisição proposto.

A organização do artigo segue a seguinte ordem. Inicialmente, fazemos um breve histórico do interesse em sentenças passivas no estudo da aquisição da linguagem e situamos o tipo de abordagem procedimental para aquisição da linguagem que aqui trazemos, no contexto de teorias da aquisição da linguagem. Em seguida, uma caracterização formal do conhecimento linguístico relativo a passivas verbais em português é apresentada, a partir da qual se explicita o que a criança teria de identificar no *input* linguístico e representar como conhecimento gramatical, de modo a possibilitar a computação de passivas (na produção e na compreensão da linguagem). Os principais passos na aquisição dessas estruturas são então explicitados, levando-se em conta o modo como a informação relevante para a aquisição dessas estruturas pode ser obtida nas interfaces fônica e semântica[2] da língua com o aparato processador. Dando seguimento, resultados experimentais são aqui recuperados, os quais provêm suporte para passos da trajetória proposta. Por fim, os requisitos a serem satisfeitos para que as demandas do processamento dessas estruturas em diferentes contextos sejam superadas são considerados.

Para concluir, apontamos para o que vemos como vantagens de uma abordagem procedimental para a aquisição linguagem, fundada em uma concepção minimalista de língua e sinalizamos possíveis desdobramentos.

2 Em Chomsky (1995), a computação sintática resulta em uma expressão linguística constituída em um par (forma fonética, forma lógica) cujos elementos fazem interface entre língua interna e os chamados sistemas de desempenho. Fazemos referência a essas interfaces como interface fônica e semântica, respectivamente.

2. Breve histórico sobre a aquisição de passivas

O interesse em passivas verbais foi inicialmente motivado pela ideia de que havia uma regra (do tipo transformacional) específica a ser adquirida pela criança para a geração de passivas pela gramática em aquisição. Os primeiros estudos da aquisição dessa regra buscavam, então, verificar se ou em que medida a criança se basearia estritamente no conhecimento dessa regra na análise de sentenças passivas. Uma vez que pistas semânticas, como sujeito inanimado (7), ou vinculadas à probabilidade de determinadas relações temáticas se estabelecerem (8) fossem eliminadas, a interpretação semântica das relações temáticas teria de se basear estritamente na estrutura sintática atribuída à sentença. Constatou-se então que sentenças com reversibilidade de papéis temáticos e agentes/temas equiprováveis, como em (3) estavam além das habilidades de compreensão de crianças de idade superior a 5 anos e atribuiu-se a relativa facilidade na compreensão de sentenças tais como (7) e (8) ao uso de estratégias cognitivas (BEVER, 1970; SLOBIN, 1973 MARATSOS et al., 1979;).

(7) A televisão foi carregada pelo menino.

(8) O bebê foi carregado pela babá.

O fato de a geração de passivas ter sido inicialmente concebida em termos de uma regra aplicada a uma estrutura comum à que daria origem a sentenças ativas também motivou o interesse de psicólogos de orientação piagetiana na aquisição dessas estruturas. A reversibilidade na expressão linguística de relações temáticas, como em (3), poderia tornar a aquisição da regra em questão dependente do desenvolvimento cognitivo concernente à reversibilidade de ações (SINCLAIR et al, 1971). Essa hipótese, contudo, logo se mostrou frágil uma vez que a derivação de passivas de uma estrutura comum à da derivação de ativas revelou-se inadequada, no desenvolvimento do modelo de gramática em questão, como demonstra a não equivalência de sentido entre (9) e (10).

(9) Todos os alunos falam uma língua estrangeira.

(10) Uma língua estrangeira é falada por todos os alunos.

A dificuldade de crianças ao lidarem com a reversibilidade de papéis temáticos viria, entretanto, a ser constatada mesmo no processamento de sentenças ativas (de VILLIERS e de VILLIERS, 1973; LIMA JÚNIOR; CORRÊA, 2013), o que sugere ser este um fator de interferência do processamento de diferentes estruturas em determinadas tarefas e não necessariamente um efeito vinculado à apresentação do tema pelo sujeito da passiva.

De todo modo, a aquisição de passivas tem sido tradicionalmente tomada como equivalente à habilidade de processar (compreender) enunciados nos quais as relações temáticas seriam reversíveis e equiprováveis, habilidade esta tomada como indicativa de a análise sintática da sentença ter sido conduzida. O procedimento pelo qual a criança chegaria a dominar tal habilidade ou o conhecimento linguístico que a sustenta não foi, contudo, explicitado. As estratégias cognitivas das quais a criança faria uso na suposta ausência desse conhecimento (como tomar o primeiro elemento nominal como agente; atribuir papéis temáticos em função da probabilidade das relações entre os participantes do evento) não poderiam ser tomadas como estratégias de aquisição, dado que acarretariam erro de análise/interpretação semântica quando da impossibilidade de haver atalhos de base lexical para a interpretação semântica das relações temáticas em questão (CROMER, 1976). Assim, até a década de 1980, a aquisição de passivas era tida como um processo lento e custoso. Na ausência de procedimentos de aquisição, nada além da atuação de fatores maturacionais pôde ser aventado para dar conta do desenvolvimento (BORER; WEXLER, 1987).

Mais recentemente, constatou-se que crianças são capazes de compreender enunciados com estruturas passivas (com relações temáticas reversíveis e equiprováveis), em determinados contextos (O'BRIEN; GROLLA; LILLO-MARTIN, 2006; LIMA JÚNIOR; CORRÊA, 2015b/c) e que crianças são sensíveis ao efeito de *priming* para essas estruturas, ou seja, tendem a produzir enunciados na voz passiva quando essa estrutura lhes é previamente apresentada (BENCINI; VALIAN, 2008; MESSENGER et al., 2012). Consequentemente, atribui-se à criança o conhecimento linguístico pertinente a essas estruturas em idade bem inferior à originalmente tomada como indicativa de sua aquisição. No entanto, o procedimento pelo qual a criança chegaria a dominar esse conhecimento de forma mais precoce e o tipo de demandas que impediriam que tal conhecimento fosse anteriormente evidenciado em outros contextos não foram até então clarificados. Apenas a maturação necessária à computação dessas estruturas foi reavaliada (Cf. SNYDER; HYAMS, 2015).

A ausência de uma caracterização do procedimento de aquisição e do custo relativo que o processamento dessas estruturas pode impor pode ser justificada pela dificuldade de se articular uma teoria linguística do conhecimento a ser adquirido com teorias do processamento linguístico, seja por razões de ordem epistemológica (o que atribuir ao estado inicial) ou mesmo operacional

(CORRÊA, 2006). Assim sendo, observa-se um distanciamento entre abordagens para a aquisição da linguagem fundadas na linguística gerativista e abordagens que visam à caracterização de procedimentos de aquisição.

3. Uma abordagem procedimental para a aquisição da língua materna

Teorias da aquisição da linguagem visam a explicar como esse processo transcorre, dando conta do que pode ser observado na fala espontânea ou obtido experimentalmente no comportamento de crianças ao longo do desenvolvimento linguístico. Podem ser, em linhas gerais, categorizadas em dois tipos: (i) as que levam em conta uma teoria do estado inicial da língua interna que se desenvolve como conhecimento linguístico na mente/cérebro da criança, até então provida no contexto do gerativismo (GUASTI, 2002; cf. AVRAN, 2003;); (ii) as que assumem um estado inicial não especificado ou minimamente especificado no que diz respeito a restrições à forma das língua humanas, sem recorrer, portanto, a uma teoria linguística (NEWPORT, 2011), ou restrições de ordem cognitiva que, de algum modo, condicionam a forma e/ou o modo de operação das línguas (as quais poderiam explicar ou complementar o tipo de restrições apresentado por uma teoria linguística do estado inicial) (cf. MEHLER; CHRISTOPHE; RAMUS, 2000).

As teorias do tipo (i) materializam-se na caracterização dos estados que a gramática em aquisição pode assumir ao longo do desenvolvimento (HYAMS, 1986; ROEPER, 2011; LOPES, 2014). Adicionalmente, abordagens formais do procedimento de aquisição buscam explicitar princípios de aprendizagem ou restrições ao desenvolvimento linguístico. Estes podem ser formulados fazendo referência a procedimentos específicos da geração de sentenças por uma gramática (como o UCC (*Unique Checking Contraint*), WEXLER, 1998), ou ter um caráter geral (como o Princípio do Subconjunto (Cf. BERWICK, 1985; WEXLER; MANZINI, 1987). A operação desses princípios pressupõe que a criança tem diante dela sequências de itens lexicais que podem ser analisados em constituintes. O modo como tais unidades são delimitadas ou analisadas não é, contudo, objeto de teorização. Teorias do tipo (ii) buscam caracterizar procedimentos de aprendizagem que levem em conta o modo como o *input* linguístico que se apresenta à criança é percebido e analisado, os quais podem, em princípio, ser aplicados a diferentes domínios ou sofrer restrições progressivas

ao longo do desenvolvimento (MACWHINNEY, 1987; 2008; HIRSH-PASEK; GOLINKOFF, 1996; TOMASELLO, 2003). Essas abordagens buscam, grosso modo, verificar em que medida procedimentos de aprendizagem que não sejam específicos do domínio da língua atuam no desenvolvimento. Em uma de suas vertentes, consideram-se, particularmente, procedimentos de base estatística que poderiam dar conta da identificação de gramáticas (KUHL, 2004). Em algumas abordagens, a proposta é verificar os limites desses procedimentos, assumindo-se que não são ou que podem não ser suficientes para caracterizar a identificação da gramática de uma língua no desenvolvimento linguístico (SHI, 2014; DUPOUX, 2015; YANG, 2015).

Poucas abordagens que têm como referência uma teoria linguística do estado inicial da língua buscam caracterizar os procedimentos por meio dos quais informação gramaticalmente relevante é extraída do *input* percebido pela criança (WEISSENBORN, et al., 1998). Em alguns casos, o pressuposto de uma base biológica específica para a aprendizagem de línguas é assumido, aliando-se, de certo modo, a ideia de LAD (*Language Aquisition Device*) (Chomsky, 1965), com a ideia de *aprendizagem guiada por fatores inatos* (JUSCZYK; BERTONCINI, 1988; JUSCZYK, 1997), embora nessa última pareça haver maior espaço para procedimentos e recursos não necessariamente específicos do domínio da língua do que a ideia de LAD poderia, num primeiro momento, sugerir.[3] Propostas que buscam uma articulação entre teoria linguística e processamento também visam a dar conta do que pode ser um custo de aquisição na análise do *input* linguístico pela criança, ou um custo decorrente do processamento linguístico, uma vez que propriedades gramaticais tenham sido identificadas e representadas como conhecimento (cf. FRAZIER; DE VILLIERS, 1990; JAKUBOWICZ, 2003).

A abordagem para a aquisição de passivas aqui expressa tem como referência uma concepção minimalista de língua (CHOMSKY, 1995 e trabalhos subsequentes) e visa a caracterizar procedimentos de aquisição que envolvem a percepção e a análise do estímulo linguístico pela criança, assumindo-se que este sinal materializa as interfaces da língua (a ser adquirida, a partir da qual os enunciados produzidos por falantes adultos são computados) com os sistemas sensório-motor/cognitivo em desenvolvimento na criança. Assim, o que pode

3 A ideia de LAD sugerida em Chomsky (1965) pode ser vista como tendo evoluído para a concepção dos fatores determinantes da natureza das línguas naturais em Chomsky (2005), a qual se mostra compatível com a convergência de recursos específicos ao domínio da língua e compartilhados com outros domínios na aquisição da linguagem.

ser captado sensorialmente e o que, uma vez minimamente analisado, pode ser semanticamente interpretado (a partir do pressuposto de que enunciados linguísticos fazem referência a entidades e eventos em um dado universo de discurso (MACNAMARA, 1977)) são considerados informação das interfaces. Ou seja, assumir que a criança processa o *input* linguístico como informação das *interfaces* significa aqui assumir que a criança está biologicamente guiada a analisar determinado tipo de informação, que pode ser detectada em regularidades no *input* linguístico, como gramaticalmente relevante, e a tomar o produto dessa análise como algo semanticamente interpretável.

Um procedimento de aquisição da linguagem expresso em termos de processamento de informação das interfaces pressupõe um estado inicial constituído de: (i) um pequeno conjunto de operações computacionais universais que combinam itens lexicais em estruturas hierárquicas assimétricas (cujos recursos neuronais para sua execução podem, a princípio, sofrer maturação mediante experiência com qualquer língua, ou estar disponíveis tal como no adulto)[4]; (ii) um léxico em potencial, cujos itens podem ser representados como matrizes de traços fonológicos, semânticos (a serem lidos nas interfaces com os sistemas sensório-motor e conceptual-intencional, respectivamente, e portanto restringidos por estes sistemas), e de traços formais, que contém informação necessária para a computação sintática, ou seja, para a construção de estruturas hierárquicas.

À luz dessa concepção do estado inicial da língua interna, a aquisição da linguagem, por um lado, segue um curso maturacional previsível, independentemente da língua em aquisição. Por outro, consiste na especificação dos traços fonológicos, semânticos e formais que compõem os itens do léxico dessa língua no que esta tem de específico (ou não compartilhado universalmente), mediante experiência linguística.[5] No que diz respeito à sintaxe, é necessária a identificação das propriedades dos traços formais que determinam como unidades do léxico se combinam por meio das operações universais. Isso posto, é plausível supor que tão logo o léxico seja minimamente constituído em classes formalmente definidas, a computação linguística (a combinação de itens lexicais em unidades

4 Essa proposta é neutra com relação ao que a literatura apresenta como hipóteses maturacional e continuísta (cf. BLOOM, 1993).

5 A experiência linguística não precisa ser pensada como acesso exclusivo a enunciados linguísticos. A aquisição da linguagem, de forma natural, envolve padrões interacionais amplamente compartilhados entre línguas e culturas e há evidência sugestiva de que fora de uma situação interacional em que há uma série de informações paralinguísticas, o cérebro não reage ao estímulo linguístico da mesma forma (KUHL; TSAO; LIU, 2003).

hierarquicamente definidas) possa ser deflagrada (CORRÊA, 2009; 2014).

Entende-se um léxico minimamente constituído como contendo duas classes: uma classe fechada, com poucos elementos, os quais se apresentam em padrões morfofonológicos, distribucionalmente regulares e frequentes (estes seriam itens funcionais, posteriormente diferenciados em determinantes, conectivos, auxiliares, morfemas flexionais, que possibilitam a expressão morfológica de categorias funcionais) e uma classe complemento daquela (com alguns elementos já recortados do fluxo da fala, como alguns nomes próprios e comuns, comandos inicialmente reconhecidos e não produzidos). Assim sendo, a primeira distinção formal especificada no léxico dar-se-ia em termos dessas classes e seria conduzida basicamente a partir de informação regular captada (e analisada estatisticamente) da interface fônica. Dado que o *input* linguístico materializa informação das interfaces, aquilo que é captado como padrões regulares (no caso, regularidades morfofonológicas e padrões rítmicos vinculados a determinada ordem de constituintes) seria representado no léxico em termos de propriedades ou traços formais. Uma vez que o processamento sintático é conduzido a partir de um léxico minimamente constituído, subclasses de elementos funcionais podem ser delimitadas (por exemplo, por padrões diferenciados no âmbito de classes já definidas, como padrões pertinentes à morfologia de número, tempo, a subclasses de auxiliares, etc.) e os traços formais inicialmente apenas detectados via a interface fônica podem ser progressivamente especificados a partir do processamento na interface semântica.

Note-se que é fundamental para o processamento linguístico, particularmente no início da aquisição da linguagem, que a construção de estruturas hierárquicas seja conduzida em bases estritamente formais, dado que a especificação das distinções conceptuais / intencionais tomadas como gramaticalmente relevantes na língua (como por exemplo, definitude, número, tempo, aspecto, voz, por exemplo) irá envolver o mapeamento de enunciados minimamente analisados em constituintes (DPs, TPs, subspecificados), no universo externo à língua e isso pode depender de passos do desenvolvimento dos sistemas que interagem com a língua (cf. CORRÊA, 2009).

Com base nessa concepção de aquisição da linguagem, a aquisição de passivas irá depender da representação de informação gramatical no léxico que possibilite a execução de operações computacionais universais de modo tal que o objeto lógico de uma proposição seja codificado gramaticalmente como sujeito da sentença. A

informação relativa ao posicionamento do objeto lógico na estrutura sintática tem de estar disponível nas interfaces e tem de ser representada no léxico em termos de um traço formal. A natureza desse traço formal, sua expressão nas interfaces e o modo como a computação sintática por ele deflagrada pode ser conduzida requerem uma caracterização formal do conhecimento específico de passivas a ser adquirido. Na próxima seção, trazemos uma caracterização formal do conhecimento gramatical a ser adquirido no português, tal como aqui assumido.

4. O conhecimento acerca de passivas verbais

Na seção anterior, afirmou-se que o processo de aquisição de uma língua decorreria do paulatino reconhecimento e representação dos traços formais que podem ser entendidos, grosso-modo, como informação de natureza sintática extraída do *input* recebido, a qual é representada pela criança na construção de seu léxico. Com base no modelo de língua adotado, assume-se que, a partir da atuação de um sistema computacional sobre os traços formais dos itens lexicais, operações computacionais de natureza sintática são disparadas viabilizando a geração de estruturas hierárquicas passíveis de receberem um tratamento pelos sistemas de interface. Assim sendo, nessa visão, a identificação de determinados traços formais é o que possibilita que estruturas sintáticas possam ser adequadamente identificadas, processadas e, eventualmente, produzidas. Em outras palavras, a aquisição de uma língua pode ser entendida como a representação/especificação dos traços formais que permitem a geração das sentenças de uma língua, e somente elas.

Em se tratando do caso específico das passivas e de sua aquisição tenta-se responder à seguinte pergunta nesta seção: o que se está adquirindo quando se afirma que a criança estaria adquirindo as sentenças passivas do português? Para discutir essa questão, uma análise sintática é retomada no que tange às passivas verbais perifrásticas, as quais se caracterizam pela relação entre o auxiliar *ser* e o morfema participial e, ainda, pela possibilidade de explicitação de um sintagma preposicionado vinculado ao argumento externo do verbo (ver 11). Sinaliza-se, a partir dessa análise, de que ordem é o conhecimento abstrato acerca de uma passiva verbal e como ele se apresenta nas interfaces da língua, fazendo-se legível e possibilitando que a criança venha a adquiri-lo.

A proposta da análise em questão, apresentada em Lima Júnior; Augusto

(2015), desenvolve-se de modo a ser coerente com o modelo minimalista de língua e repercute, desde o princípio, o desejo de aproximação entre teoria linguística, psicolinguística e, principalmente, com os modelos de aquisição e de computação *on-line* em desenvolvimento (CORRÊA, 2002; 2014; CORRÊA e AUGUSTO, 2007; 2011a). Nessa abordagem, mantém-se uma caracterização da derivação de passivas semelhante à de ativas (*active-like derivation*), como sugerido em propostas minimalistas clássicas (BOECKX, 1998; COLLINS, 2005) e que parece vantajosa em relação a questões de processamento (cf. LIMA JÚNIOR; AUGUSTO, 2014; LIMA JÚNIOR; CORRÊA, 2015a). O ponto de particular interesse tratado na análise sintática em questão é, no entanto, a sua preocupação em motivar a existência de um nó funcional específico da passiva a partir das informações presentes nas interfaces da língua, o que se argumenta aqui ser altamente desejável à luz de uma teoria procedimental de aquisição, como a discutida anteriormente.

Análises recentes têm assumido categorias funcionais exclusivas para essa estrutura, como 'passive vP' de Chomsky (2004) e 'VoiceP' de Collins (2005). Assumimos aqui que é necessário que se caracterize um nó funcional específico para passivas seguindo LIMA JUNIOR e AUGUSTO (2015), usaremos a denominação *passive*P). Este seria o *locus* da diferença entre as sentenças passivas (11) e demais sentenças da língua, em particular na comparação com sentenças ativas (12).

(11) As flores foram colhidas (pelo jardineiro).

(12) O jardineiro tem colhido as flores.

Em linhas gerais, passiveP é a projeção máxima cujo núcleo é *passive*. Uma vez que *passive* esteja presente na numeração que dá origem à computação sintática, esse irá possibilitar a geração de uma estrutura passiva. Observa-se na representação formal em (13) que passiveP ocupa a posição estrutural que vP ocupa em sentenças ativas (14). As principais características de passiveP são permitir, analogamente a vP, que o argumento externo do verbo seja inserido na derivação. Distintamente de vP, passiveP não identifica o argumento interno como complemento sintático da estrutura, o que possibilita seu posicionamento como sujeito sintático da estrutura passiva.[6]

6 Diferentemente do passive vP defectivo de Chomsky (2004), na análise proposta em Lima Junior e Augusto (2015), passiveP constitui uma fase, permitindo assim que o argumento interno possa se mover para sua borda, como um pouso intermediário para o movimento subsequente para a posição de sujeito sintático da sentença. Essa solução não é livre de controvérsia, por conta do movimento

$PRO_{arg.ext.}$ passiveP [passive-V-part [PartP [~~V-part~~ [VP [~~V~~ $DP_{arg.int.[não\ congelado]}$ [$DP_{arg.ext.}$ vP [v-V-part [PartP [~~V-part~~ [VP [~~V~~ $DP_{arg.int.[congelado]}$

A despeito de nós específicos para fenômenos particulares deverem ser evitados (Cf. CHOMSKY, 1981), a proposta de um nó funcional dessa natureza é justificada por uma série de observações: há grande variedade entre línguas, no que concerne à geração de passivas, como sugerem estudos tipológicos (cf. KEENAN; DRYER, 2007); informação relativa a passivas precisa ser adquirida durante o processo de aquisição de uma língua (ver COLLINS, 2005; LIMA JÚNIOR, 2016); diferentes tipos de passivas podem ser gerados, os quais não requerem a especificação desse nó, como as chamadas passivas adjetivais (ver DIAS; NAVES; 2014; LIMA JÚNIOR; AUGUSTO, submetido). Diante dessas observações, considera-se que a categoria *passive* pode ser pensada como reflexo da identificação da pertinência de um tipo particular de estrutura na língua em aquisição, de modo semelhante ao proposto por Collins (2005) em relação a *Voice*. Diferentemente desse último, a legibilidade do traço formal relativo a essa categoria funcional nas interfaces não se faz pela preposição *by*, pois isso dificultaria a generalização do processo de aquisição para línguas em que o *by phrase* não ocorre (KEENAN; DRYER, 2007) e mesmo para um *input* de passivas curtas, em línguas como português, inglês, dentre outras (15).[7]

(15) O menino foi elogiado.

Em suma, nas línguas em que passivas são observadas, poder-se-ia afirmar que a identificação de uma estrutura peculiar teria como reflexo a representação de uma categoria funcional específica no léxico que permitirá que a gramática gere estruturas do tipo apresentado em (11). Como a criança procede à identificação das particularidades do predicado, e de onde pode obter informação que a leve à representação, no léxico, da categoria funcional das passivas é uma questão que precisa ser apreciada no âmbito de uma teoria de aquisição da linguagem.

A teoria procedimental de Corrêa (2009; 2014) afirma que essa informação precisa estar disponível nas interfaces fônica e semântica. Desse modo, a proposta

intermediário proposto (Cilene Rodrigues, comunicação pessoal). No entanto, até então esta solução nos parece menos problemática do que as análises para passivas disponíveis, quando se considera a aquisição da linguagem. De todo modo, a busca por uma solução mais satisfatória encontra-se em processo.

7 Ademais, há outro problema para a análise de Collins, na medida em que o núcleo de Voice deveria ser o locus dos morfemas específicos de passivas, presentes em várias línguas no mundo, como o Japonês e o Kiswahili, morfemas que então disputariam com a preposição *by* o núcleo desse sintagma (essa dificuldade é reconhecida pelo próprio Collins (2005, p. 99-100))

de passiveP como o item funcional caracterizador da passiva mostra-se interessante, pois pode ser depreendido a partir de um conjunto de informações, motivadas nas interfaces da língua, passíveis de serem paulatinamente apreendidas pela criança, as quais implicariam uma distinção entre passivas e ativas.

No caso do português, especificamente, embora não exista uma morfologia especialmente dedicada a passivas verbais, diferentemente do que ocorre em muitas línguas (cf. BOECKX, 1998), argumenta-se que a dependência não-adjacente entre o auxiliar e o particípio tem características que possibilitam a apreensão de estruturas passivas, a serem diferenciadas, em função das propriedades semânticas dos auxiliares. Nesse sentido, a informação trazida por aux-*ser*+V-*do* pode servir como índice morfofonológico para o reconhecimento de uma distinção morfossintática relevante para a aquisição de passivas verbais em contraste com as adjetivais (16-18).

(16) O menino **será** leva**do** amanhã ao hospital.

(17) O menino **está** arruma**do**.

(18) O menino **ficou** arruma**do** durante a festa.

O processamento na interface semântica, uma vez que o complexo AUX-PART tenha sido reconhecido deverá possibilitar a distinção de classes de auxiliares – estativos, resultativos e agentivos (i.e. as diferentes formas ESTAR; FICAR; SER implicariam diferentes propriedades semânticas), sendo que apenas este último requer passiveP como complemento. Outras distinções pertinentes à semântica lexical de verbos que possam atuar como complemento do núcleo *Passive* (como em (19-20)) deverão ser estabelecidas no curso do refinamento dos elementos da classe lexical V, independentemente da representação de *Passive*, como elemento funcional no léxico.

(19) O João namora a Maria.

(20) */?A Maria foi namorada pelo João.

Em suma, com base nessa caracterização do conhecimento gramatical pertinente a passivas a ser adquirido no curso da aquisição do português (e de línguas semelhantes), o primeiro passo a ser dado pela criança no curso da aquisição de passivas, é identificar o complexo AUX-PART, que, como se afirmou, pode sinalizar estruturas passivas verbais e adjetivas. O segundo passo seria a distinção semântica entre classes de auxiliares, de modo que o complexo SER+PART seja, no português, a principal (ou crucial expressão morfológica) de PassiveP.[8]

8 No inglês, língua em que não há distinção lexical entre SER e ESTAR, a estrutura AUX(BE)+PART

Ou seja, atribui-se a SER um quadro de subcategorização em que PassiveP seja possivelmente requerido. Por fim, caberia à criança desenvolver a habilidade de enfrentar o custo do processamento de passivas em qualquer contexto.

O custo computacional vinculado a passivas verbais foi caracterizado em Corrêa; Augusto (2007; 2011a) como decorrente de movimento sintático, em função dos critérios de economia definidos em Chomsky (1995). Essa caracterização pode ser aqui refinada em termos de custo associado aos núcleos funcionais a serem recuperados para a computação, à luz de Jakubowicz (2003). A necessidade de recuperar do léxico o núcleo funcional *Passive* (que deflagra o posicionamento do objeto lógico na posição de sujeito) adicionaria custo à produção. O efeito de *priming* obtido com crianças (cf. seção 1 e seção 5) seria, então, facilmente explicável em função de ativação.

No caso da compreensão, tal custo poderia ser atribuído aos fatores enumerados em Corrêa; Augusto (2013) e Lima Júnior; Corrêa (2015a), a saber: (i) o custo relativo ao processamento da dependência descontínua entre AUX-SER+Part para que se elimine a ambiguidade temporária de SER como verbo principal e auxiliar; (b) o custo de impedir a atribuição imediata do papel temático de agente/experienciador ao DP identificado como sujeito; ou (c) o efeito de uma reanálise, caso a atribuição do papel temático do primeiro DP tenha sido feita de forma estratégica. O custo em (i) é inerente à computação dessa estrutura. Em que medida um contexto discursivo favorável à passiva, tal como o efeito de *priming*, favoreceria a pré-ativação do núcleo funcional *Passiv*e é uma possibilidade a ser considerada. O custo atribuível a (b) e a (c) não é computacional em si e pode ser redimido se o processador mantiver o sujeito DP não interpretado até que a dependência descontínua seja processada. O desenvolvimento de recursos que permitam à criança lidar com esse custo é, portanto, a última etapa do processo aqui caracterizado. Isso pode requerer o desenvolvimento de habilidades relativas a controle executivo, o qual pode ser mais ou menos solicitado em função da tarefa e das propriedades do estímulo linguístico em questão (MIYAKE ET AL. 2000; ZHOU; CHEN E MAIN, 2011). Assim sendo, diferentemente de ser esta habilidade a evidência crucial da aquisição de passivas, como tradicionalmente assumido, as passivas de baixo custo (com sujeito inanimado, por exemplo) podem prover a informação necessária à geração de passivas independentemente

é ambígua, com relação a passivas adjetivais e verbais. Nessa língua, a presença do *by-phrase* e/ou distinções lexicais e aspectuais provenientes da interface semântica podem ser necessárias para a representação de *Passive* no léxico.

das propriedades semânticas do objeto lógico.

Na próxima subseção, remete-se a resultados experimentais compatíveis com o processo sugerido. O primeiro experimento citado, realizado com bebês de aproximadamente 18 meses, provê evidências compatíveis com o primeiro passo proposto. Em seguida remetemos a resultados informativos acerca da diferenciação entre auxiliares que se combinam a particípios no caso de passivas verbais eventivas (as aqui consideradas) e adjetivais (estativas e resultativas). Trazemos evidências adicionais da produção de passivas sob efeito de *priming* em contexto discursivo favorável, e remetemos a resultados de crianças em idade escolar cujo desempenho na compreensão de passivas pode ser sugestivo de problemas de linguagem ou manifestos na linguagem.

5. Evidências empíricas

A teoria de aquisição da linguagem aqui ilustrada incorpora a hipótese do *bootstrapping fonológico*, qual seja, a de que o modo como o sinal da fala é percebido e processado, em função de propriedades prosódicas, fonotáticas e distribucionais em geral, pode reduzir o custo da análise desse material pela criança na segmentação de unidades que contribuem para a representação de sintagmas, itens lexicais, assim como na identificação de padrões de ordem e de regularidades morfofonológicas (cf. MORGAN & DEMUTH, 1996; WEISSENBORN; HÖHLE, 2001). O fato de informação de natureza fônica prover pistas para a criação de representações de natureza sintática só pode ser viabilizado, a nosso ver, incorporando-se à teoria do *boostrapping fonológico* o conceito de *interface*. Ou seja, o que é captado no sinal físico da fala é produto de uma computação que resulta no mapeamento de uma representação de caráter proposicional (o significado sentencial), codificada sintaticamente, em algo que se materializa em sons vocais (ou correlatos), a serem captados perceptualmente.

A pesquisa acerca da percepção do sinal da fala por bebês não necessariamente incorpora, contudo, esse conceito. Busca, em geral, relacionar o produto de uma análise estatística conduzida a partir de propriedades fônicas com informação lexical e sintática, sem uma mediação explícita (cf. GOLINKOF, HIRSH-PASEK e SCHWEISGUTH, 1998). Consideramos, tal como proposto em Corrêa (2009), que essa conversão não seria explicável sem que se assumisse aquele conceito. Assim sendo, os resultados da pesquisa em processamento da fala por bebês aqui

referidos são interpretados à luz do conceito de *interface* e, com base no que essa literatura apresenta, com relação às habilidades de infantes, um experimento foi proposto em Lima Júnior (2016), o qual visou a verificar em que medida a informação provida pela interface fônica relativa ao núcleo funcional *passive* seria captada por bebês.

Tem-se observado na literatura que, em torno dos 18 meses, infantes podem estabelecer uma relação entre elementos dispostos descontinuamente no fluxo da fala (SANTELMANN; JUSCZYK, 1998; TINCOFF; SANTELMANN; JUSCZYK, 2000; HÖHLE et al., 2006). Esses achados serviram como norte para a testagem da percepção de bebês brasileiros para a dependência morfossintática descontínua entre o auxiliar e o particípio (Aux-*ser*+V-*do*). O reconhecimento dessa dependência, em tese, corresponderia à representação do conhecimento mais rudimentar relativo ao elemento funcional *passive* no léxico, possibilitando que passivas verbais viessem a ser, eventualmente, geradas.

No experimento em questão, 14 bebês (idade média de 18 meses e 14 dias) participaram e os dados de 11 deles (5 meninas) foram considerados para análise. Foram criadas 8 histórias montadas em duas versões, uma contendo sentenças normais (21) e outra contendo os mesmos elementos, mas com uma modificação específica na zona de interesse para o teste, a do complexo AUX+PART. O morfema–*do* foi substituído pelo morfema –*va* nas sentenças teste dispostas entre colchetes (22). Todas as histórias foram previamente gravadas por uma falante nativa de português no programa *Praat* (um software utilizado para análise e síntese da fala).

(21) História contendo complexos normais (foi+V-do)

Quando entrou em casa, a formiguinha falou: [O chão do meu quarto foi molhado$_1$]. Na cozinha, [o garfo foi babado$_2$ pelo meu amiguinho]. Em cima da pia, [o queijo foi aguado$_3$] e [o melão foi cortado$_4$]. Não dá para acreditar! [O fogão foi quebrado$_5$]. No final, [meu carro foi roubado da garagem$_6$]. Que será que aconteceu aqui?

(22) História contendo complexos modificados (foi+V-va)

Quando entrou em casa, a formiguinha falou: [O chão do meu quarto foi molhava$_1$]. Na cozinha, [o garfo foi babava$_2$ pelo meu amiguinho]. Em cima da pia, [o queijo foi aguava$_3$] e [o melão foi cortava$_4$]. Não dá para acreditar! [O fogão foi quebrava$_5$]. No final, [meu carro foi roubava da garagem$_6$]. Que será que aconteceu aqui?

A hipótese foi a de que bebês, a esta altura do seu desenvolvimento, seriam capazes de perceber a dependência descontínua em questão. A variável independente foi o *tipo de história* (normal VS modificada). A previsão foi a de que o tempo médio de escuta seria estatisticamente diferente nas duas condições criadas, evidenciando-se, assim, sensibilidade ou estranheza, da parte dos bebês, a um padrão descontínuo não existente na língua. Essa previsão foi testada por meio da técnica de escuta/atenção preferencial.[9] A variável dependente foi o tempo médio de escuta de cada tipo de história. Os resultados foram compatíveis com a previsão, com o tempo médio de escuta significativamente maior na condição normal (16,8 segundos) do que na condição modificada (10,59 segundos).

Esse resultado provê evidência adicional às anteriormente obtidas, no que concerne à detecção de dependências descontínuas, a qual é, até onde sabemos, inédita, no que diz respeito a passivas. Observou-se, assim, que bebês brasileiros identificam a relação de dependência estabelecida no complexo Aux_*foi*+V-*do*, assim como bebês americanos são capazes de identificar a relação de dependência de construções progressivas do inglês, caracterizadas pelo complexo Aux_*is*+V-*ing* (cf. SANTELMANN e JUSCZYK, 1998), e bebês alemães são capazes de identificar a relação de construções participiais ativas do alemão, caracterizadas pelo complexo Aux_*haben*+V-*part* (cf. HÖHLE et al., 2006). Esse resultado é notadamente relevante à luz de uma teoria procedimental que vise a explicitar como um indivíduo procede à aquisição de uma estrutura.

Na caracterização do procedimento de aquisição de passivas verbais, questionou-se que, de posse dessa sintaxe rudimentar obtida a partir do reconhecimento de dependências descontínuas, o infante deveria proceder à diferenciação de dependências descontínuas relativas a passivas eventivas, resultativas e estativas na interface semântica. Diante disso, chamou-se atenção para o papel dos auxiliares como sinalizadores dessa diferença semântica. Em Lima Júnior (2012), um experimento que visava a investigar se crianças distinguem complexos eventivos de estativos foi desenvolvido. Naquele estudo, 24 crianças (divididas em dois grupos: A (3;4-4;4); B (5-5;10)) assistiam a dois tipos de vídeos, os quais começavam com o mesmo evento (ex.: alguém penteando o cabelo de um menino). No primeiro tipo de vídeo, a cena final correspondia ao resultado do processo apresentado (ex.: *O menino está penteado*) (final compatível

9 Cabe fazer a ressalva de que a técnica foi aplicada por meio do programa HABIT que costuma ser caracterizada como olhar ou atenção preferencial.

com o evento inicial). No segundo tipo de vídeo, a cena final correspondia ao resultado de uma ação que desfaz o efeito do processo incialmente apresentado (o menino bagunça o próprio cabelo, o qual fica despenteado) (final incompatível com o evento inicial) (ver ilustrações abaixo).

FIGURA 1: Exemplo do vídeo com final compatível

FIGURA 2: Exemplo do vídeo com final incompatível

A tarefa da criança consistia em, visto o vídeo, responder a uma pergunta do tipo sim/não. Dois tipos de perguntas foram feitas: eventiva (*o menino foi penteado?*) e estativa (*o menino está penteado?*). As variáveis independentes foram *Idade* (Grupo A vs B); *Final do vídeo* (Compatível VS incompatível); Tipo de pergunta (estativa VS eventiva). A variável dependente foi o número de respostas *SIM*. A compreensão do predicado estativo acarretaria maior número de respostas SIM para o final compatível do que para o final não compatível. A plena compreensão do predicado eventivo, por sua vez, resultaria em número semelhante de respostas SIM para os dois vídeos. Os resultados revelam que crianças não têm dificuldades diante do predicado estativo. Quanto ao eventivo, o número de respostas SIM diante do final incompatível foi significativamente maior do que o número dessas respostas diante de verbo estativo, o que sugere que o segundo passo do processo de aquisição aqui proposto foi atingido. No entanto, diante desse final, mesmo crianças de 5 anos tiveram dificuldade de priorizar a informação inicial (de que o menino tinha sido penteado) e descartar a do estado atual do personagem do vídeo (por ter ficado despenteado), ao avaliar a pergunta. Assim, ainda que a distinção entre os auxiliares tenha sido detectada, lidar com as demandas da tarefa parece requerer habilidades cognitivas que vão além da aquisição de passivas (LIMA JÚNIOR; AUGUSTO; CORRÊA, 2016).

Evidência desse conhecimento em idade inferior a 5 anos foi obtida em tarefa de produção induzida por *priming*, adaptada do *Snap Game* (BRANIGAN; MCLEAN; JONES, 2005), no "*Jogo do bateu, levou*", tal como incorporada na avaliação de habilidades linguísticas de crianças em idade escolar de projetos em andamento[10].

10 Essa tarefa foi adicionada às tarefas de produção do módulo sintático do MABILIN (Módulos de

Assim como no jogo criado por Branigan et al (2005), as crianças deveriam verificar se a carta retirada de um baralho era compatível com a retirada pelo experimentador. Criança e experimentador, então, alternavam turnos descrevendo as cenas de suas cartas. Diferentemente daquela, um personagem (o cachorro Bob) foi introduzido como tópico do discurso e era sistematicamente retomado como sujeito de sentenças ativas e passivas, produzidas pelo experimentador, sendo sempre o paciente nessas últimas. Assim sendo, apenas passivas verbais longas foram usadas como *primes*. Esperava-se que a manutenção do tópico discursivo/sujeito atenuasse o custo de compreensão das passivas produzidas pelo experimentador (cf. LIMA JÚNIOR; CORRÊA, 2015b/c) e contribuísse para a formulação de sentenças via a ativação do traço *passive*, em constante ativação na tarefa. No experimento reportado em Lima Júnior (2016), participaram 28 crianças igualmente distribuídas em dois grupos etários (Grupo A - idade média, 3;4 –; Grupo B - idade média 5;9). Dois tipos de produção foram analisados: espontânea (quando a criança tinha o turno) e espelhada (quando era solicitada a descrever se sua carta batia com a descrição imediatamente anterior do experimentador).

Ainda que mais passivas verbais tenham sido produzidas na condição espelhada, e que o número de passivas produzidas tenha aumentado com a idade, todas as crianças produziram, pelo menos, uma passiva verbal na condição espontânea, o que corrobora resultados recentes que sugerem que aos 3 anos de idade, crianças já representaram no léxico a informação funcional requerida para a geração de passivas (cf. BENICINI; VALIAN, 2008; MESSENGER et al., 2012).

Por fim, remetemos aos resultados obtidos por crianças em idade escolar no que diz respeito à avaliação de habilidades de compreensão de estruturas de alto custo computacional por meio do MABILIN (Corrêa, 2000), uma bateria de testes cujo módulo sintático inclui um bloco em que se avalia a compreensão de sentenças ativas e de passivas sem e com reversibilidade de papéis temáticos, por meio de tarefa de identificação de imagens. O teste é apresentado na tela de um computador e as crianças devem identificar a figura que combina com o enunciado apresentado oralmente pelo experimentador, dentre três figuras: uma que corresponde ao alvo, outra que corresponde ao evento daquela, com diferente agente (a qual, na condição reversível, traz os mesmos personagens com papéis

Avaliação de Habilidades Linguísticas) (Corrêa, 2000), em projeto com vistas a identificar crianças com problemas de linguagem de Letícia M. Sicuro Corrêa (Projeto CNE-FAPERJ, 2012-2015; 2014-2017), ao qual se integra o projeto de extensão coordenado por Marina R. A. Augusto (UERJ – DEPEXT 2457).

revertidos) e uma terceira em que apenas os referentes dos personagens ou objetos citados são apresentados (Cf. Fig. 3 para o enunciado "A bailarina foi enfeitada pela menina").

FIGURA 3: Exemplo de material visual utilizado no teste de passivas no MABILIN

O teste foi inicialmente aplicado em 289 crianças, de 7-8 anos e 9-10 anos de idade, da rede municipal do Rio de Janeiro (CORRÊA, 2012). Constatou-se que o número de respostas corretas para as sentenças ativas foi significativamente maior do que para sentenças passivas tanto reversíveis quanto irreversíveis e que, mesmo no grupo de 9-10 anos, o número de respostas corretas foi significativamente menor para passivas reversíveis do que para irreversíveis. Algumas das crianças testadas manifestaram dificuldades bem abaixo da média nessas estruturas (dois desvios padrão abaixo da média) e em outras estruturas de alto custo (relativas e interrogativas de objeto, por exemplo), o que é sugestivo de problemas de linguagem (sejam primários, como no quadro do DEL, ou secundários, provenientes de outras dificuldades). Esses resultados sugerem, por um lado, que o custo de processamento de passivas pode tornar determinadas tarefas particularmente árduas. Tal como na produção induzida, acima relatada, é possível que recursos adicionais ao conhecimento de passivas sejam necessários à resolução da tarefa. Distinguir os casos em que o traço formal *passive* não foi representado (casos indicativos de DEL) ou é difícil de ser ativado para que a computação sintática proceda (o que pode ter outras causas) é o desafio que se apresenta, uma vez que o curso de aquisição de passivas foi caracterizado. É possível que a prevalência da dificuldade em tarefas de mais baixa demanda possa contribuir para essa distinção.

Considerações finais

Neste artigo, uma teoria procedimental de aquisição da linguagem fundada no conceito de interfaces da língua com sistemas que atuam no processamento linguístico (CORRÊA, 2009; 2014) foi ilustrada no processo de aquisição de passivas em português. Vimos que o conceito de *interfaces* possibilita agregar o estudo do processamento da fala pelo bebê à caracterização do modo como traços formais do léxico podem vir a ser representados na língua interna que se desenvolve. Permite também que se concebam elementos subespecificados do léxico, cujas propriedades semanticamente interpretáveis se constituem a partir da referência a entidades e eventos. Constatamos ainda que tal abordagem procedimental possibilita que se integre o tratamento do problema de identificação de uma gramática (dos traços formais de elementos do léxico) com o do desenvolvimento das habilidades de processamento que possibilitam tanto a representação do conhecimento relevante quanto a recuperação desse conhecimento para que a computação sintática se realize na produção e na compreensão da linguagem, em diferentes contextos, como proposto em Corrêa (2002; 2006). O estudo da aquisição de passivas em Lima Júnior (2012; 2016) trouxe uma caracterização do conhecimento a ser adquirido com vistas a atender ao requisito de visibilidade da informação gramaticalmente relevante nas interfaces e resultados compatíveis com a trajetória de desenvolvimento traçada. Caracterizar a natureza das demandas de diferentes tarefas dependentes desse conhecimento, com vistas a um melhor entendimento das dificuldades de linguagem que crianças possam apresentar, e estender essa abordagem para estruturas cuja aquisição também envolva a identificação e o processamento de dependências descontínuas são desdobramentos previstos.

Language acquisition and the processing of interface information: on the process of acquiring passives

Abstract

This paper illustrates an interdisciplinary procedural approach to language acquisition, which aims to integrate a minimalist conception of language with psycholinguistic results of language processing since early linguistic

development. A procedure for first language syntax acquisition is presented, based on a study of the acquisition of passive structures. The empirical evidence compatible with this model summed up here includes: Experimental results of children acquiring Portuguese on the early perception of the pattern of a discontinuous morphosyntactic dependency, on the discrimination between auxiliaries in adjectival and verbal passives, and on the effect of syntactic priming in discourse favorable conditions for the encoding of passive structures. Additionally, results obtained in a broad evaluation of the linguistic performance of schoolchildren are commented upon, which can be suggestive of language problems and/or of difficulties in the comprehension of reversible passives to be overcome late in childhood, as a function of the cognitive development in other domains.

Key-words: Language acquisition**.** Phonetic and semantic interfaces; Passive structures; Functional categories. Discontinuous dependencies.

Referências

BENCINI, G.; VALIAN, V. **Abstract sentence representations in 3-year-olds:** Evidence from language production and comprehension. Journal of Memory and Language, 59, 2008, p. 97–113.

BEVER, T. G. The cognitive basis for linguistic structures. In: J.R. HAYES (ed.) **Cognition and the Development of Language.** New York: John Wiley & Sons, 1970.

BERWICK, R. **The acquisition of syntactic knowledge**. Cambridge, Mass. The MIT Press, 1985.

BLOOM, P. *Language Acquisition. Cambridge*, Mass.: MIT Press., 1993.

BOECKX, C. **A minimalist view on the passive.** University of Connecticut, Papers in Linguistics, Massachusetts Institute of Technology, 1998.

BORER, Hagit; WEXLER, Kenneth. **The Maturation of Syntax. Parameter setting**, ed. by Tom Roeper and Edwin Williams, 123-72. Dordrecht: Reidel, 1987.

BRANIGAN, H.; MCLEAN, J.; JONES, M. **A Blue cat or a cat that is blue?** Evidence for abstract syntax in young children's noun phrases, in A. Brugos, M. Clark-Cotton & S. Ha, eds, The Proceedings of the Twenty-Ninth Boston University Conference on Language Development, Cascadilla Press, Somerville, MA, pp. 109–121, 2005.;

CHOMSKY, N. 1965. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge, MA: MIT Press,

CHOMSKY, N. 1981. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris,

CHOMSKY, N. 1995. **The Minimalist Program**. MIT Press, Cambridge, MA.

CHOMSKY, N. 2004 Beyond Explanatory Adequacy. In BELLETTI, Adriana. (ed.), **Structures and Beyond:** The Cartography of Syntactic Structures, 104-131. Oxford: OUP, 2004.

COLLINS, C. **A smuggling approach to the passive in English**. Syntax 8, 81-120, 2005.

CORRÊA, L. M. S. MABILIN Módulos de Avaliação de Habilidades Linguísticas. In **Relatório Técnico Projeto FAPERJ CNE 1999**: Procedimentos diferenciados na aquisição do Português e um instrumental psicolinguístico para a avaliação de deficiências de linguagem em crianças, 2000.

CORRÊA, L. M. S. Explorando a relação entre língua e cognição na interface: o conceito de interpretabilidade e suas implicações para teorias do processamento e da aquisição da linguagem. **Veredas** (UFJF), Juiz de Fora, v. 6, p. 113-129, 2002.

CORRÊA, L. M. S. Possíveis diálogos entre Teoria Linguística e Psicolinguística: questões de processamento, aquisição e do Déficit Específico da Linguagem. In: N. MIRANDA; NAME, M.C.L. (Orgs.) **Linguística e Cognição**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, p. 221-244, 2005.

CORRÊA, L. M. S. Conciliando processamento linguístico e teoria de língua no estudo da Aquisição da Linguagem. In: CORRÊA, L.M.S (Org.) **Aquisição da Linguagem e Problemas do Desenvolvimento Linguístico**. Editora da PUC-RIO/ Edições Loyola, p.21-78, 2006.

CORRÊA, L. M. S. O que, afinal, a criança adquire ao adquirir uma língua?A tarefa da aquisição da linguagem em três fases e o processamento de informação de interface pela criança. In **Letras de Hoje,** Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 7-34, março, 2007

CORRÊA, L. M. S. Bootstrapping language acquisition from a minimalist standpoint: On the identification of phi-features in Brazilian Portuguese. In: Pires, A. & Rothman, J. (Org.). **Minimalist Inquiries into Child and Adult Language Acquisition:** Case Studies across Portuguese. p. 35-621. Berlin: Mouton de Gruyter, 2009.

CORRÊA, L. M. S. O DEL à luz de hipóteses psico/linguísticas: Avaliação de habilidades linguísticas e implicações para uma possível intervenção em problemas de linguagem de natureza sintática. **Veredas Online** – Especial, 2012, 207-236

CORRÊA, L. M. S. Interface Information and Computational Cost: An Integrated Procedural Approach to Language Acquisition with Some Implications for SLI. In **New Directions in the Acquisition of Romance Languages.** COSTA, João; FIÉIS, Alexandra; FREITAS, Maria João; LOBO, Maria; SANTOS, Ana Lúcia. (Orgs.) Cambridge publishers, CA, 2014.

CORRÊA, L.M.S; AUGUSTO, M.R.A. 2007. Computação linguística no processamento on-line: soluções formais para a incorporação de uma derivação minimalista em modelos de processamento. **Cadernos de Estudos Linguísticos** 49:167–183.

CORRÊA, L.M.S; AUGUSTO, M.R.A. Possible loci of SLI from a both linguistic and psycholinguistic perspective. **Lingua** (Haarlem. Print), v. 121, p. 476-486. (2011a.)

CORRÊA, L.M.S; AUGUSTO, M.R.A. Custo de processamento e comprometimento da linguagem: movimento sintático na computação on-line e minimalidade relativizada em orações relativas e perguntas-QU. **Anais do VII Congresso Internacional da ABRALIN**. UFPr. 2011b.

CORRÊA, L.M.S; AUGUSTO, M.R.A. . DEL-Sintático e a Hipótese do Custo de Processamento: Orações relativas na identificação de problemas de linguagem e em. In: **XVI Congreso Internacional de la ALFAL**, 2011, Alcalá de Henares. Documentos para el XVI Congreso Internacional de ALFAL, 2011c.

CORRÊA, L.M.S; AUGUSTO, M.R.A. Manifestações do DEL (Déficit/Distúrbio Específico da Linguagem) no domínio da sintaxe à luz de um modelo integrado da computação on-line. **Revista da Abralin**, vol. XII (2), Jul/Dez de 2013.

CORRÊA, L.M.S.; AUGUSTO, M.R.A.; BAGETTI, T. Processing Cost in Sentence Comprehension as a Predictor of Language Impairment in Production: Syntactic Movement and Extended Relativized Minimality in a Model of On-line Computation. In: Stavroula Stavrakaki; Marina Lalioti; Polyxeni Konstantinopoulou. (Org.). **Advances in Language Acquisition**. 1ed.Newcastle-upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013, v. , p. 395-404.

CROMER, R. F. Developmental strategies in language. In: V. HAMILTON; M. D. VERNON (Eds.) **The development of cognitive processes.** London: Academic Press, 1976.

DE VILLIERS, J. G. & DE VILLIERS, P. A. Development of the use of word order in comprehension. **Journal of Psycholinguistic Research**, - 2, 331-341, 1973.

DIAS, B.; NAVES, R. **The auxiliary ser (be) and ficar (get) in passive construction with psychological predicates in Portuguese**. Paper presented in the X Workshop on Formal Linguistics, UFRGS, Porto Alegre, RS, 2014.

DUPOUX, E. **Reverse engineering early language learning**: Data and models. 3rd IPC in Rio, 2015.

FERREIRA, F. Choice of passive voice is affected by verb type and animacy. **Journal of Memory and Languag**e, 33, 715-736, 1994.

FOLEY, W.A.; VAN VALIN, R.D. Information packaging in the clause. In T. Shopen (Ed.), **Language typology and syntactic description**. Vol. I: Clause structure. New York: Cambridge University Press, 1985.

FRAZIER, L. : DE VILLIERS, J. (Eds.) **Language processing and language acquisition**, Dordretch: Kluwer, 1990.

GOLINKOFF, R.M., HIRSH-PASEK, K., SCHWEISGUTH, M.A. (1998). A reappraisal of young children's knowledge of grammatical morphemes. In: Jürgen Weissenborn & Barbara Höhle (Eds). **Approaches to bootstrapping**: phonological, lexical, syntactic and neurophysiological aspects of early language acquisition. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000.

GUASTI, M.T. **Language Acquisition**: The Growth of Grammar. Cambridge, MA.: Massachusetts Institute of Technology Press, 2002.

HIRSH-PASEK, K; GOLINKOFF, R. M. **The origins of grammar:** Evidence from early language. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1996.

HÖHLE, Barbara; SCHMITZ, Michaela; SANTELMANN, Lynn M.; WEISSENBORN, Jürgen. The recognition of discontinuous verbal dependencies by German 19-month-olds: Evidence for lexical and structural influences on children's early processing capacities in **Language Learning and Development** - 2, 4, p. 277 – 300, 2006.

HYAMS, N. **Language Acquisition and the Theory of Par**ameters. Dordrecht: Reidel, 1986.

JAKUBOWICZ, C. Computational complexity and the acquisition of functional categories by French-speaking children with SLI. **Linguistics 41**: 175-211, 2003.

JUSCZYK, P. W. (1997). **The Discovery of Spoken Language.** Cambridge, MA.: Massachusetts Institute of Technology Press.

JUSCZYK, P. W. & BERTONCINI, J. Viewing the development of speech perception as innately guided learning process. *Language and Speech*, 31, 217–

238, 1988.

KEENAN, E.; DRYER, M. Passive in the world's languages. Syntactic Typology and linguistic description, Volume 1: **Clause structure,** 2nd ed., ed. by T. Shopen, 325-61. Cambridge: CUP, 2007.

KUHL, P. Early language acquisition: cracking the speech code. **Nature Reviews Neuroscience 5,** 831-843, 2004.

KUHL, P. K. ; TSAO, F.; LIU, H. Foreign-Language Experience in Infancy: Effects of Short-Term Exposure and Social Interaction on Phonetic Learning. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America,** 100, 15, 9096-9101, 2003.

LIMA JÚNIOR, J.C. **Revisitando a aquisição de sentenças passivas em português brasileiro:** uma investigação experimental com foco na compreensão. Dissertação de Mestrado. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2012.

LIMA JÚNIOR, J.C. **A aquisição e o desenvolvimento de sentenças passivas:** uma investigação experimental com infantes, crianças e adultos. Tese de Doutorado. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2016.

LIMA JÚNIOR, J.C. AUGUSTO, Marina R. A. The relevance of aspectual and semantic features for the comprehension of short passive sentences involving agentive and non-agentive verbs. In **New Directions in the Acquisition of Romance Languages.** COSTA, João; FIÉIS, Alexandra; FREITAS, Maria João; LOBO, Maria; SANTOS, Ana Lúcia. (Orgs.) Cambridge publishers, CA, 2014.

LIMA JÚNIOR, J.C. AUGUSTO, Marina R. A. (2015) Is 'smuggling' really necessary? The most recent analyses of passive sentences reconsidered in terms of phasehood and cyclic movement. **ReVEL, edição especial** n. 9, 2015. [www.revel.inf.br].

LIMA JÚNIOR, J.C. AUGUSTO, Marina R. A. (submetido) PassiveP and The distinction between eventive, resultative, and stative passives (Diadorim);

LIMA JÚNIOR, J.C.; CORRÊA, Letícia M.S. Sentence and Image-Mapping and the Relevance of Temporal/Aspectual Information on the Comprehension of Passive Sentences. Paper presented at the IX ENAL/IV EIAL, in João Pessoa-PB, at Federal University of Paraíba, 2013;

LIMA JÚNIOR, J.C. AUGUSTO, Marina R. A. A natureza do custo computacional na compreensão de passivas: um estudo experimental com adultos. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, vol. 50, n.1, p. 91-101, jan-mar, 2015a.

LIMA JÚNIOR, J.C. AUGUSTO, Marina R. A. What can Sesotho tell us about favorable conditions for the processing and the acquisition of passive sentences in languages such as Portuguese? Paper presented at the XII Generative Approaches To Language Acquisition (GALA), Université de Nantes, Nantes, France.

LIMA JÚNIOR, J.C. AUGUSTO, Marina R. A. Favorable Discourse Conditions in the Processing of Passive Sentences: Two Steps in The Acquisition of Verbal Passives. Paper presented at the Romance Turn VII (RTVII), Ca'Foscari University, Venice, Italy. 2015c.

LOPES, R.E.V.. Estágios no processo de aquisição de número no DP do português brasileiro. **Letras de Hoje,** Porto Alegre, v. 39, n.3, p. 157-71, 2004.

MACNAMARA, J. K. On the relationship between language learning and thought. In: J. Macnamara (Org.) **Language Learning and Thought**. NewYork: Academic Press, 1977.

MACWHINNEY, B. The competition model. In: B. MACWHINNEY (Ed.) **Mechanisms of Language Acquisition.** Hillsdale, N.J.: Erlbaum, 1987.

MACWHINNEY, B. Unified Model. In P. Robinson & N. Ellis (Eds.), **Handbook of Cognitive Linguistics and Second Language Acquisition**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2008.

MARATSOS, M.; KUCZAJ, S. A.; FOX, D. C.; CHALKLEY, M. Some empirical issues in the acquisition of transformational relations. In: Collins, W. A. (Ed.), **Minnesota Symposium on Child Psychology** (Vol. 12). Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1979. p. 1-45.

MARLER, P. The instinct to learn. In S. CAREY AND R GELMAN (Eds.). **The Epigenesis of Mind:** Essays on Biology and Cognition. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1991

O´BRIEN, K.; GROLLA, E.; LILLO-MARTIN, D. **Long passives are understood by young children**. BUCLD 30 Proceedings, 2006. p. 441-451.

MEHLER, J., CHRISTOPHE, A. & RAMUS, F. How infants acquire language: some preliminary observations. In A. MARANTZ, Y. MIYASHITA, & W. O'NEIL (Eds.) **Image, Language, Brain**: Papers from the first Mind-Brain Articulation Project symposium, pp. 51-75. Cambridge, MA.: MIT Press, 2000.

MIYAKE, A.; FRIEDMAN, N.P.; EMERSON, M.J.; WITZKI, A.H.; HOWERTER, A.; WAGER, T. The unity and diversity of executive functions and their contributions to complex "frontal lobe" tasks: A latent variable analysis.

Cognitive Psychology, v.41, p. 49–100, 2000.

MORGAN, J. L.; DEMUTH, K. Signal to Syntax: an overview. In: MORGAN, J. L.; DEMUTH, K. (Orgs.). **Signal to Syntax**: Bootstrapping from speech to grammar in early acquisition). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, p. 1-22, 1996.

NEWPORT, E. The modularity issue in language acquisition: A rapprochement? Comments on Gallistel and Chomsky. **Language Learning and Development**, 7: 279-286, 2011.

PARIGGER, E. 2012. **Language and executive functioning in children with ADHD**, Academisch proefschrift, University of Amsterdam.

PEROTINO, S. **Mecanismos de indeterminação do agente:** o fenômeno da apassivação na aquisição da linguagem. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1995.

PEROVIC, A., MODVANOVA, N. & K. WEXLER. 2007. **Comprehension of Passives in Autism and Asperger Syndrome.** Talk in the 30th Anniversary Child Language Seminar. University of Reading.

RODRIGUES, E. dos S.; FORSTER, R. ; BARCELLOS, J. S. ; BREDER, A. M. 2015. **The time course of message generation and linguistic encoding:** exploring the language-vision interface. The 3rd ANPOLL International Psycholinguistics Congress, PUC-Rio; UFRJ. 2015.

SANTELMANN, L.M.; JUSCZYK, P.W. Sensitivity to discontinuous dependencies in language learners: Evidence for limitations in processing. **Cognition**, 69, 105-134, 1998.

SHI, R. Functional Morphemes and Early Language Acquisition. **Child Development Perspectives,** 8(1), 6-11, 2014.

SINCLAIR. A.. SINDAIR. H.. DE MARCELLUS, D.T. Young children's comprehension and production of passive utterances. **Archives de Psychologia**. 1971,41, 1-22.

SNYDER, William; HYAMS, Nina. Minimality effect in children's passives. In Elisa Di Domenico, Cornelia Hamann and Simona Matteini. **Structures, Strategies and Beyond**: Studies in honour of Adriana Belletti, 343–368, 2015

SLOBIN, D.I. (1973) Cognitive prerequisites for the development of grammar. In C.A. Ferguson & D.I. Slobin (Eds.) **Studies of child language development**, pp. 175-208. New York: Holt, Rinehart & Winston.

TAGER-FLUSBERG, H. (1981). On the nature of linguistic functioning in early infantile autism. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, 11, 45-56.

TERZI, A., MARINIS, T., KOTSOPOUPOU, A., & FRANCIS, K. Grammatical abilities of Greek-speaking children with autism, **Language Acquisition**, 21, 4-44, 2014.

TINCOFF, R.; SANTELMANN, L.M., JUSCZYK, P.W. Auxiliary verb learning and 18-month-olds' acquisition of morphological relationships. In: Howell SC, Fish SA, Keith-Lucas T, eds. **Proceedings of the 24th Annual Boston University Conference on Language Development.** Somerville, MA: Cascadilla Press; p. 726–737, 2000.

TOMASELLO, M. **Constructing a Language**: A Usage-Based Theory of Language Acquisition. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 2003.

VAN DER LELY, H.K.J. (1996) "Specifically Language Impaired and Normally Developing Children: Verbal Passive vs. Adjectival Passive Sentence Interpretation," **Lingua** 98, 243-272.

WEISSENBORN, J.; HÖHLE, B. **Approaches to Bootstraping**: phonological, lexical, syntactic and neurophysiological aspects of early language acquisition. Amsterdam/Philadelphia: Jonh Benjamins, v.1, 2001.

WEISSENBORN, J., HÖHLE, B. KIEFER, D. & CAVAR, D. Children's sensitivity to word--order violation in German: evidence from very early parameter-setting. In A. Greenhill, M. Hughes, H. Littlefield & H. Walsh (Eds.) **Proceedings of the 22nd Boston University Conference on Language Development,** Volume 2, pp. 756-767. Somerville MA.: Cascadilla Press, 1998.

WEXLER, K.; MANZINI, R. Parameters and learnability in binding theory. In: T. Rooeper; F. Willimas (eds.) **Parameter setting**. 41-67. Dordrecht. The Netherlands: Reigel, 1987.

YANG, C. For and against frequency. **Journal of Child Language**, 42:02, 287-293, 2015.

ZHOU, Q.; CHEN, S. H.; MAIN, A. Commonalities and Differences in the Research on Children's Effortful Control and Executive Function: A Call for an Integrated Model of Self-Regulation. **Child Development Perspectives**, 6, 112-121.

Submetido: 02/05/2016
Aceite: 13/07/2016

A prática de revisão de textos entre inadequação e inovação: uma discussão sobre variação, mudança e política linguística

Carolina P. Fedatto*
Beatriz Garcia Pinto Coelho**

Resumo

O artigo procura problematizar as noções de uso, variação e mudança linguística na prática de revisão de textos por meio da discussão de vocábulos polêmicos entre gramáticos tradicionais e linguistas. Empregos como o do demonstrativo "mesmo" substantivado como anafórico e "onde" com sentido não espacial são condenados por concepções mais puristas da língua, pois não estariam de acordo com um sentido original defendido por alguns gramáticos. No entanto, estudos linguísticos baseados na descrição do uso desses vocábulos em textos da norma padrão demonstram que essas novas acepções estão em plena produtividade na língua, sendo entendidas como gramaticalizadas no português padrão. Entre essas duas posições, os profissionais do texto são chamados, em sua prática, a decidir sobre a correção ou não de formas consideradas, por um lado, como inadequadas e por outro, como inovadoras. Nosso objetivo é contribuir para uma decisão refletida por parte desses profissionais, colocando em pauta o papel da revisão de textos nas discussões sobre políticas linguísticas.

Palavras-chave: Revisão de textos. Inadequações vocabulares. Variação e mudança linguística. Gramática do uso;. Políticas linguísticas.

A língua é como é, não como deveria ser.
(Mário Perini, Sofrendo a gramática)

Introdução

As discussões em torno da adequação das formas linguísticas aos diversos contextos de uso estão muito presentes nos estudos da linguagem. Desde as

* Professora de Ciências da Linguagem na Universidade do Vale do Sapucaí e Pesquisadora de pós-doutorado na UFF e UFMG; carolinafedatto@yahoo.com.br

** Professora da Aliança Francesa de Belo Horizonte e Especialista em Revisão de Textos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; biagpc@yahoo.com.br

concepções mais tradicionais, que buscam explicitar um sentido verdadeiro e um contexto ideal para as formas da língua, até as visões da linguística descritiva em seu viés histórico, funcionalista ou variacionista, a tensão entre adequação e inovação fundamenta o entendimento dos sentidos e das funções dos elementos linguísticos. A emergência da teoria da comunicação e dos estudos sobre língua e sociedade contribuíram para o entendimento de que há fatores extralinguísticos atuando na estabilização do sistema linguístico. Embora não haja ligação direta entre o sistema da língua (seja no nível fonológico, morfológico ou sintático) e seu funcionamento político e histórico, não se pode negar a influência da exterioridade na construção dos critérios que diferenciam línguas e dialetos, padrões e variantes, mudança e variação. Émile Benveniste (1968/1989, p.94) mostra que linguagem e sociedade se implicam mutuamente, mesmo não havendo analogia entre suas estruturas. Além disso, o desenvolvimento histórico dessas duas entidades também se dá separadamente: nada condiciona uma mudança de estrutura linguística quando há grandes transformações sociais, nem as mudanças sociais implicam alterações na base da língua.

O linguista afirma ainda que, apesar de não podermos estabelecer uma correlação necessária entre uma língua histórica e uma sociedade histórica, há homologias no nível conceitual. Em termos teóricos, língua e sociedade são consideradas, na linguística e na sociologia, realidades inconscientes que representam o mundo, as ideias, o pensamento. Elas são também sempre herdadas sem que se possa imaginar existir um começo e, finalmente, vemos que nenhuma delas pode ser mudada pela simples vontade dos homens. O que os homens veem e podem mudar por meio da história são as instituições, mas não o princípio da sociedade que é suporte e condição da vida coletiva e individual. Da mesma maneira, o que muda na língua, o que os homens podem mudar, são as designações, que se multiplicam, se substituem e são sempre conscientes, mas jamais o sistema fundamental da língua (BENVENISTE, 1989, p. 96). Dessa analogia conceitual entre língua e sociedade pode-se supor, por outro lado, certa autonomia da língua, que acolhe e nomeia as condições da existência e as transformações da vida social, mas essas mudanças não afetam diretamente sua estrutura. A língua muda apenas sob a pressão de necessidades internas de forma que os falantes não testemunham a mudança linguística.

Se não há língua fora da sociedade e se a sociedade não tem o poder de transformar, voluntária ou legalmente, a estrutura da língua, como podemos

compreender as influências mútuas entre essas duas instâncias? Esse tipo de questão nos leva a refletir sobre a necessidade de gerenciar as diferenças entre as línguas e também as desigualdades no interior de um mesmo idioma. As noções de política linguística e sua colocação em prática, a planificação linguística, surgem no contexto de nascimento da sociolinguística norte-americana dos anos de 1960. Embora a intervenção humana sobre as línguas seja mais antiga, é a partir dessa época que há um florescimento de publicações científicas consagradas aos problemas linguísticos dos países colonizados e das minorias linguísticas. Esses estudos sobre as desigualdades nas línguas colocarão numerosas questões (e soluções) sobre as funções sociais da língua e sobre as funções linguísticas da sociedade, inaugurando um campo de pesquisas que traz para o centro das preocupações o caráter político das relações entre as línguas e os estratos das línguas. Formulam-se, então, conceitos como o de diglossia – coexistência conflituosa entre línguas dominadas e línguas dominantes – e tipologias das situações plurilíngues que estabelecem nomenclaturas e classificações ainda hoje vigentes, como: língua padrão, clássica, artificial, vernacular, dialeto, crioulo e pidgin, além de qualificativos sobre as funções das línguas, tais quais: materna, nacional, oficial, franca, veicular.

É o linguista Louis-Jean Calvet quem retoma essa trajetória de emergência da noção de política linguística ligada aos estudos sociolinguísticos e discute suas implicações teóricas. A história recente de intervenção voluntária no estatuto das línguas mostra que as políticas linguísticas costumam colocar em cena a sua linguística, isto é, uma determinada visão científica sobre as línguas (CALVET, 1996, p. 123). Numa época em que a ciência apenas descrevia a estrutura das línguas, os teóricos das políticas linguísticas também só se preocupavam com a ação sobre a forma das línguas. Depois, à medida que a linguística se torna sociolinguística, as políticas passam a se interessar pelas funções das línguas. Não se pode escapar, então, de uma reflexão sobre a sustentação teórica da possibilidade de que haja políticas linguísticas.

Tendo essa inquietação ao fundo, este estudo busca contribuir para as discussões sobre adequação e inovação vocabular no contexto das práticas de revisão de textos, colocando como questão teórica central o problema da aceitação social das mudanças linguísticas e o papel político dos profissionais do texto nesse processo. Para tanto, a primeira parte do artigo apresenta questões teóricas sobre a função social dos revisores de texto acompanhada de um apanhado conceitual

sobre o problema da variação e da mudança linguística. A seguir, na segunda parte, serão analisados estudos cotejando o viés da gramática tradicional com os estudos linguísticos de expressões com empregos polêmicos, como "o mesmo" em função anafórica e "onde" com sentido não espacial. Nas reflexões finais, buscaremos tirar as conclusões políticas do caráter desigual atribuído às formas e sentidos das expressões estudadas, atentando para o papel dos profissionais do texto na disseminação e consolidação de formas inovadoras ou conservadoras e suas imagens sociais de correção e adequação.

1 Apontamentos teóricos

1.1 A tarefa do revisor de textos

O ofício da revisão de textos contempla o imaginário de que, por melhor que uma pessoa escreva, a leitura do seu texto por outrem contribui, na maioria das vezes, para o aperfeiçoamento da expressão das ideias que se quer transmitir. Às vezes essa leitura é amadora, feita por pais, amigos ou colegas de trabalho. Contudo, dependendo do valor afetivo que o autor atribui ao texto ou da sua importância social, como no caso de livros destinados à publicação, textos acadêmicos, propagandas publicitárias (e políticas), entre outros, recorre-se, para tal tarefa, a profissionais do texto. A tendência atual é que uma única pessoa acumule todas as funções relativas às diferentes etapas da edição de textos, sobretudo fora do mercado editorial formal (YAMAZAKI, 2007). Geralmente, esse profissional é o preparador ou o revisor de textos, em especial nas publicações independentes. Destarte, ele tem o papel de fazer a normatização, a padronização segundo a ABNT (quando for o caso), a revisão ortográfica e gramatical, a revisão de estilo, o que corresponde, com frequência, à adaptação e mesmo à redação de alguns trechos do original. Seu trabalho é zelar pelo uso coerente de "[…] pontuação, acentuação, maiúsculas, minúsculas e outros realces gráficos (grifos, negritos etc.), citações, abreviaturas, bibliografia" (MARTINS FILHO; ROLLEMBERG, 2001, p.85) e alterar ocasionais erros de digitação, hifenização, cacofonias, uso incorreto de tempos verbais. A fim de cumprir esse papel, o profissional precisa realizar várias leituras, até que o texto atenda os padrões esperados para cada tipo de obra e que possíveis falhas que prejudiquem sua compreensão pelo leitor sejam eliminadas tanto quanto possível.

Enfim, segundo os responsáveis pela Editora da USP (Edusp), "sua tarefa principal [a do revisor] é facilitar a vida do leitor, dando unidade e clareza não só às ideias, mas ao livro [ou texto] como um todo, dando-lhe, enfim, consistência" (MARTINS FILHO; ROLLEMBERG, 2001, p.87). Na mesma obra, intitulada Edusp, um projeto editorial, os autores, com muita criatividade, indicam algumas regras que devem guiar a atividade do revisor "como um mantra", a saber: "ter atenção cirúrgica, paciência bíblica, humildade franciscana e nunca, em tempo algum, corrigir por capricho – apenas por necessidade" (p.88).

A ideia de "facilitar a vida do leitor" exposta acima parece nos conduzir à teoria da comunicação. A legibilidade (ou compreensibilidade) deve ser garantida pelo profissional do texto; ela está na essência do seu trabalho. O revisor é um intermediário entre o emissor (autor) e o receptor (leitor) da mensagem. Não deve modificá-la, porém tem o papel de diminuir as chances de que ela seja compreendida equivocadamente, de que, por causa de um eventual emprego inadequado do código, não chegue ao receptor. De acordo com Cristina Yamazaki,

> o editor [mas também o revisor] é de início o receptor da mensagem original; não o receptor visado pelo texto, mas um membro da audiência. E, depois de trabalhar no texto, se torna [ao lado do autor] o emissor da mensagem. Esse profissional age como um facilitador na tensão entre o significado intencional e o significado recebido e tem que reduzir essa tensão ao máximo para que o significado possa ser transmitido da forma mais eficaz possível. Portanto, pode-se dizer que o editor busca criar condições mais favoráveis para o esquema comunicativo. Sem a interferência do editor de texto, a compreensão da mensagem pode ficar comprometida. (YAMAZAKI, 2007, p.18-9).

Entretanto, as intervenções dos profissionais de texto não devem mudar o estilo do autor, até porque o estilo pressupõe características individuais, mas têm a função de garantir a legibilidade e aceitação de um texto diante de determinado público (YAMAZAKI, 2008). A comunicóloga defende que, no processo da edição, a obsessão pela correção dos erros seja substituída por uma obsessão pela legibilidade.

De todo modo, as escolhas relativas à adequação de certos usos à norma padrão nem sempre se mostram fáceis para os revisores de textos. A discórdia entre gramáticos conservadores e linguistas adeptos ao uso dificulta ainda mais a tomada de decisão pelo profissional do texto. A não intervenção em dado uso

pode ser interpretada como desleixo ou até mesmo mera ignorância do revisor e, como consequência, também do autor. Dessa forma, revisores muitas vezes se questionam sobre seu trabalho e atendem, sem refletir sobre seu papel nas políticas linguísticas, a essa demanda normativista. Considerando, no entanto, que, do ponto de vista da comunicação, o objetivo maior da revisão seria tornar o texto claro e acessível ao público-alvo, como encaminhar as intervenções nos textos? O revisor deve simplesmente adaptá-los a uma língua idealizada, que segue as regras prescritas pelas gramáticas normativas, pelos dicionários diversos, pelos manuais de redação e estilo – entre eles, os do mundo da mídia? Ou ele pode adotar uma postura condizente com os estudos da língua em uso, as discussões das gramáticas e dicionários centrados nas práticas comunicativas que não desconsideram os falantes nem as relações sociais? Para que essa opção seja possível aos profissionais do texto, sejam eles autores, revisores ou editores, é preciso que se discutam publicamente e com rigor as diversas perspectivas teóricas e descritivas que sustentam a constatação e aceitação de novos usos da língua.

Uma das melhores obras destinadas à redação – e talvez a mais editada – foi publicada pela primeira vez em 1967, contando atualmente com quase trinta edições, o que demonstra, no mínimo, seu grande valor para aqueles que buscam escrever bem. Trata-se do livro "Comunicação em prosa moderna", escrito por Othon Garcia. Nas suas páginas iniciais, entendemos a razão do sucesso. Na seção "Explicação necessária", o autor deixa claro que, diferentemente de alguns manuais do gênero disponíveis no mercado, sua obra não se limita à gramática normativa e à estilística, priorizando o conteúdo em detrimento da forma, nos seus termos a "carga semântica" em oposição ao "polimento da frase". Citamos abaixo uma passagem que ancora a convicção de que a função do revisor tem diretamente a ver com o modo como o texto circula, comunica e afeta o leitor:

> Estamos convencidos […] de que correção gramatical não é tudo – mesmo porque, no tempo e no espaço, seu conceito é muito relativo – e de que a elegância oca, a afetação retórica, a exuberância léxica, o fraseado bonito […] com mais frequência falseiam a expressão das ideias do que contribuem para a sua fidedignidade. É principalmente por isso que […] insistimos em considerar como virtudes primordiais da frase a clareza e a precisão de ideias […], a coerência […], e a ênfase […] (GARCIA, 2010, p.6, grifo nosso).

Além da primazia das ideias sobre a forma, ele evidencia a necessária distinção entre simples purismo gramatical e correção. Os profissionais do texto são chamados a ocupar uma posição na querela entre tradição e inovação e, por isso, seria interessante discutirmos como pode se dar o processo de variação e mudança linguística de algumas expressões bastante controversas, usadas mas condenadas. Entendemos que, na prática de revisão de textos, deve-se restringir o alcance dos purismos e privilegiar a compreensão do funcionamento comunicativo dos textos. Precisamos, para isso, conhecer o repertório dos variados usos linguísticos atuais, visando ajustar os textos aos seus leitores.

Em meio a purismos de toda sorte, encontramos nas obras de referência inúmeras recomendações sobre o uso de determinados vocábulos. Muitas vezes, trata-se de termos da língua que passaram a ser utilizados com sentido diferente do aceito e descrito originalmente, o que, numa perspectiva normativa e conservadora, configura as famosas inadequações vocabulares. Contudo, do ponto de vista dos estudos linguísticos, sobretudo em relação aos processos de variação e mudança linguística, essas modificações de sentido não seriam erros, mas sim novos usos legítimos, uma vez que resultantes do inevitável processo de mudança das línguas. É considerando essa realidade dos sistemas linguísticos que colocamos em discussão a interpretação de alguns usos da língua a partir de diferentes pontos de vista. Primeiramente, consideraremos os estudos que buscam compreender descritivamente os processos de variação e mudança para, na seção seguinte, realizar um inventário analítico dos trabalhos que tomam determinados usos sob o enfoque da inadequação.

1.2 Sobre variação e mudança linguística

A compreensão da relação entre variação e mudança linguística é um produto do sucesso dos estudos comparatistas empreendidos a partir de meados do século XIX. Esses estudos se baseiam na descrição e comparação de diferentes línguas em diversos momentos históricos dando origem ao que se conhece como a ciência linguística moderna. Quando se comparam textos antigos com outros mais contemporâneos, percebe-se que, embora sejam escritos na mesma língua, há diferenças significativas. Tais diferenças provam que as línguas humanas mudam com o passar do tempo. Faraco, na sua obra introdutória à Linguística Histórica, explica que elas não constituem realidades estáticas, alterando-se continuamente (FARACO, 2005, p.14).

Em seu clássico "Linguística Românica", Heinrich Lausberg desenvolve uma argumentação certeira para justificar o fenômeno da mudança linguística ao associá-lo à evolução da humanidade. Em suas palavras, "as mudanças linguísticas não têm nada de estranho, mas representam no campo linguístico a correspondência análoga das mudanças históricas em geral, que são próprias da humanidade imersa no decurso temporal da história: a imutabilidade seria algo desumano e, portanto, altamente estranho" (LAUSBERG, 1981, p.43). Segundo o filólogo alemão, "a língua é um sistema de equilíbrio", que oscila entre sistema e caos (LAUSBERG, 1981, p.44). O linguista brasileiro diz o mesmo, porém com outras palavras: a língua seria um "complexo jogo entre mutação e permanência" (FARACO, 2005, p.15).

Diz-se, em Linguística Histórica, que toda mudança pressupõe variação, mas nem toda variação implica mudança. Significa afirmar igualmente que a mudança só é possível porque a língua é uma realidade heterogênea (FARACO, 2005, p. 23-4). O caminho para a implementação da mudança é longo: primeiro, a variação se dá na fala informal, depois, na fala formal, para só depois ocorrer na escrita (FARACO, 2005, p.26). Isso acontece por causa do conservadorismo típico da língua escrita. O exercício do controle social bloqueia a entrada das formas inovadoras. Esse exercício vem dos estudiosos da língua, bem como dos falantes dos grupos socioeconômicos mais altos, que reagem negativamente às inovações, considerando-as parte de um processo de degradação ou corrupção (FARACO, 2005, p.25-7). "É com a quebra progressiva desse estigma (isto é, com a mudança de valores correlacionada com mudanças nas relações sociais) que as formas inovadoras vão adquirindo condições de se expandir para outras variedades da língua" (FARACO, 2005, p.28). A esse respeito, Lausberg nos esclarece que a instabilidade dos sistemas linguísticos é um processo regulado pela dialética "liberdade/norma". Ele explica que a "norma mínima" garante a inteligibilidade na comunicação. Toda e qualquer norma que transpasse a mínima é do campo comunitário ou individual, com razões tais quais conveniência social, busca pela estética, originalidade etc. (LAUSBERG, 1981, p.45).

Em 1963, o norte-americano William Labov funda a chamada Teoria da Variação, com um estudo sobre a variação na pronúncia dos habitantes da ilha turística de Martha's Vineyard (Massachusetts, EUA). A importância dessa teoria é a inclusão das componentes sociais (opondo-se ao Gerativismo de Chomsky) na afirmação do caráter não aleatório da variação, através da fundamentação empírica

com base no tratamento estatístico de dados coletados. Junto com outros dois linguistas, Weinreich e Herzog, em 1968, sistematiza um conjunto de princípios gerais para o estudo da mudança linguística baseado na heterogeneidade ordenada das línguas, no qual a motivação social seja considerada (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006). A variação linguística vem, portanto, da heterogeneidade da sociedade. Seus membros têm à sua disposição um grande leque de formas linguísticas. Normalmente as escolhas não ocorrem de forma individualizada, mas sim coletiva. Obviamente, quanto maior a influência da norma linguística socialmente estabelecida (codificação e prescrição pela gramática normativa), menor será o grau do fenômeno da variação (LIMA, 2007).

A Linguística Funcionalista desenvolveu, no início da década de 1980, a teoria da gramaticalização. Na verdade, trata-se de um ressurgimento do interesse pela questão, que, já em 1912, havia sido discutida por Antoine Meillet. Inicialmente o termo se referia a um tipo especial de mudança linguística, na qual unidades ou construções de base lexical, em certos contextos linguísticos, passam a servir a funções gramaticais. Quando isso ocorre, essas unidades ou construções tendem a ter um uso mais regular e restrito, o que caracteriza os termos gramaticais em geral (GONÇALVES; LIMA-HERNANDES; CASSEB-GALVÃO, 2007). No sentido mais abrangente do termo, atualmente falamos de gramaticalização também quando palavras ou expressões discursivas ou gramaticais assumem um caráter ainda mais gramatical. Ou seja, mesmo mudanças semânticas podem ser casos de gramaticalização.

Dessa maneira, mesclando ideias das diferentes subdisciplinas da Linguística discutidas acima (histórica, variacionista e funcionalista), podemos dizer que alguns termos da língua começam a ser utilizados com sentido diferente do normatizado, configurando uma variação da língua, que, por vezes, resulta em mudança linguística. Essa mudança linguística constitui, em alguns casos, um processo de gramaticalização. O uso da expressão "através de" como sinônimo de "por meio de" e o uso de "onde" com acepção de localização textual (e mesmo temporal) são exemplos de casos de gramaticalização.

Se essas inovações estão totalmente disseminadas na língua escrita padrão, os revisores poderiam considerá-las então mudanças concluídas e assim não intervir nesses usos? Como saber quando devemos aceitar um uso disseminado na língua? Em que momento ele passa a fazer parte da norma padrão? O profissional do texto deve se guiar somente pela gramática normativa, atuando na contramão da mudança

linguística? É a essas perguntas que almejamos responder neste artigo. Passemos, desse modo, à análise de alguns desses termos cujos usos são tema de discussões acirradas entre os estudiosos da língua portuguesa. Estudaremos a seguir algumas perspectivas de descrição de dois vocábulos: "mesmo" empregado anaforicamente e "onde" com sentido não espacial. Essas análises podem ser estendidas a outros termos em discussão nas polêmicas entre puristas e linguistas, como o advérbio "inclusive" com sentido de "até mesmo", "através de" como sinônimo de "por meio de", "enquanto" como conjunção conformativa, a expressão "a partir de" em acepções não temporais, entre outros sentidos que o uso cria, transforma e renova.

2. Apontamentos analíticos

2.1 O emprego anafórico do demonstrativo "mesmo" substantivado por artigo

Em textos de circulação geral, bem como naqueles restritos ao meio acadêmico, deparamo-nos frequentemente com o uso anafórico de "o mesmo" (e suas variantes em gênero e número), ou seja, com tal expressão fazendo referência a coisas ou pessoas já mencionadas anteriormente. Evanildo Bechara apresenta o exemplo a seguir, citando uma frase do célebre romance machadiano Dom Casmurro: "Costuma-se escrever dentro dos livros, na folha de guarda, palavras alusivas aos mesmos." (MACHADO DE ASSIS *apud* BECHARA, 2003, p.168).

No Dicionário Houaiss da língua portuguesa, o verbete da palavra "mesmo" traz treze acepções, divididas em quatro classes gramaticais, na seguinte ordem: adjetivo, pronome, substantivo e advérbio. Uma dessas acepções é de uso controverso entre estudiosos da língua: a oitava (na qual o vocábulo apresenta natureza pronominal), que apenas diz: "com função substantiva (e valor demonstrativo)" e mais especificamente a 8.1, aqui transcrita "o indivíduo; a pessoa; ele, aquele" (HOUAISS, 2007, p.1.903). Dois exemplos se seguem. O segundo não consiste, de modo algum, em uma anáfora e, infelizmente, através do primeiro exemplo, também não conseguimos ter certeza de que os lexicógrafos quiseram incluir uma anáfora. Vejamos a frase: "foi sempre o mesmo na defesa das minorias". Podemos determinar se foi sempre o mesmo indivíduo, com suas características essenciais ou se foi sempre ele, alguém referido anteriormente? Fora do contexto, é impossível saber se incluíram, de fato, o emprego anafórico de "o mesmo".

É bem verdade que, etimologicamente falando, o vocábulo é atestado no séc. XIII (e no séc. XII com a grafia meesmo) como adjetivo pronominal, conforme o "Dicionário etimológico da língua portuguesa" de Antônio da Cunha, o que não significa, contudo, que a palavra não possa, ao longo dos séculos, começar a ser empregada de forma distinta.

Um dos gramáticos mais irônicos e conservadores da nossa língua, Napoleão Mendes de Almeida, reserva quase uma página de letras miúdas para o termo em seu "Dicionário de questões vernáculas". Ele começa asseverando: "Erro muito frequente é o emprego do demonstrativo mesmo com função pronominal […]." (ALMEIDA, 2003, p.339). O filólogo apresenta como razão para tal "erro" a hipercorreção (ainda que não se valha desse conceito nos estudos linguísticos): "muitos, desconhecedores de nosso idioma, passaram a fugir do pronome ela, eliminando-o em toda circunstância, para substituí-lo por a mesma. Viciados com tal substituição, o mesmo fizeram com o masculino ele […]". E para finalizar, afirma categoricamente: "[…] a palavra mesmo, que tem muitas e muitas funções, não tem a de substituir o pronome ele" (ALMEIDA, 2003, p.340). Como provocação final, Napoleão incita os leitores a imaginarem Camões empregando o vocábulo "mesmo" erroneamente. Será que ele se esqueceu do quão longínqua está a época do grande poeta em relação ao século XX?

Enquanto o renomado defensor da língua portuguesa do século XVI desabona veementemente o emprego, Maria Helena de Moura Neves, pesquisadora dedicada aos estudos da língua em uso, no seu "Guia de usos do português", limita-se a declarar: "é condenado em alguns manuais tradicionais o uso de o mesmo, a mesma, os mesmos, as mesmas para referência a alguma pessoa ou a alguma coisa já mencionada (valendo por ele, ela, eles, elas, respectivamente)" (NEVES, 2003, p.516-7). A autora oferece ao falante/escrevente, dessa maneira, a liberdade de escolha entre o conservadorismo e o efetivo uso da língua. Convém, todavia, lembrar que na "Gramática de usos do português", de sua autoria, ela não elenca esse uso de "mesmo" entre as possíveis funções do vocábulo, somente as de "reforçador de identidade" e de "indicador de identidade idêntica" (NEVES, 2000, p.492-3).

Uma posição intermediária entre Almeida e Neves aparece no "ABC da língua culta", de Celso Luft, nome de referência nos estudos do português. Segundo ele, deve-se evitar o abuso da locução na remissão a um substantivo anterior. Vemos, assim, que o autor não se refere a erro, mas recusa o emprego excessivo de "o mesmo". Enxerga o abuso como "[…] imperícia, falta de recursos de linguagem, ou mau gosto estilístico" (LUFT, 2010, p.318).

Cegalla, no seu "Dicionário de dificuldades da língua portuguesa", sugere igualmente evitar-se esse uso de mesmo, porém admite que existam alguns casos mais difíceis, nos quais não é possível substituir o termo pelo pronome pessoal ele. O gramático propõe como exemplo desses casos complicados a seguinte frase:

> Esse cidadão, sem qualquer capacidade técnica nem conhecimento do local, vem propondo projetos absurdos para a utilização do parque Monte Azul, enquanto que nossa associação encomendou o estudo científico do mesmo a uma entidade de prestígio internacional (CEGALLA, 2009, p.255).

No "Manual de redação do Estadão", o uso aqui em discussão aparece como o 69º erro mais comum da língua portuguesa (MARTINS, 1997, p.325). Segundo o manual citado, "é condenável o uso de o mesmo, a mesma, os mesmos, as mesmas para substituir pronome ou substantivo. Estão vetadas, dessa forma, construções […] do gênero" (MARTINS, 1997, p.177). Em seguida, uma lista de exemplos reais é apresentada. Já o "Manual da redação da Folha", bem como o "Manual de redação da Presidência da República", não faz nenhuma menção a essa utilização de "o mesmo".

Finalmente, o conceituado gramático Evanildo Bechara adota uma postura crítica em relação aos opositores do emprego ora discutido – tal postura parece-nos coerentemente compatível com o adjetivo moderna que dá nome à gramática por ele escrita. Certamente não poderíamos deixar de expor suas palavras bem medidas:

> Alguns estudiosos, por mera escolha pessoal, têm-se insurgido contra o emprego anafórico do demonstrativo 'mesmo', substantivado pelo artigo, precedido ou não de preposição, para referir-se a palavra ou declaração expressa anteriormente. Não apresentam, entretanto, as razões da crítica (BECHARA, 2003, p.168).

Adotando a mesma postura crítica que Bechara, propomos uma reflexão: se o pronome demonstrativo "este" e suas variantes são utilizados ora com função substantiva, ora com função adjetiva, por que não poderia ser assim com "o mesmo"?

Esses diferentes modos de questionar a adequação do uso de "o mesmo" apontam para a impossibilidade de abolição de um viés normativo sobre a língua. Mesmo que estudos linguísticos de caráter descritivo mostrem a produtividade

desse uso na língua culta, notamos que no discurso sobre a língua há inúmeras discussões que pautam uma política de normatização de usos considerados melhores do que outros.

2.2 O emprego de "onde" com sentido não espacial

Segundo o Dicionário Houaiss da língua portuguesa, a palavra "onde" é um advérbio que denota valor circunstancial, em frase interrogativa ou especializando situações estáticas. Contudo, em observações que se seguem, apesar de não a classificarem como pronome, os dicionaristas destacam sua função de subordinação entre termos e orações. Abordam igualmente seu papel anafórico e catafórico. No campo etimológico, despertam a atenção para a variação histórica entre "onde" e suas formas com a preposição incorporada (aonde, adonde, donde), que perdura até os dias de hoje. Vale salientar que, em nenhum momento, comentaram ou exemplificaram outros sentidos que não o locativo.

Se a equipe responsável pelo Dicionário Houaiss da língua portuguesa nem sequer menciona os demais sentidos que são recorrentes na escrita culta, o Novo Aurélio Século XXI registra o sentido temporal da palavra (sinônima de "quando, enquanto"), porém, curiosamente, como brasileirismo do Nordeste e provincialismo português, não apresentando exemplos. Ademais, inclui-se o termo "onde" na classe dos pronomes, além da dos advérbios.

Nas gramáticas normativas, assim como nas de uso, a palavra "onde" é classificada comumente como advérbio, mas algumas vezes também como pronome relativo. Os locativos latinos dos quais a palavra portuguesa deriva (dentre eles, *ubi* e *unde*) já apareciam com a função de conectivo relativo. Os grandes etimologistas Ernout e Meillet categorizaram o termo latino *ubi* como advérbio de lugar, relativo e interrogativo, correspondente a várias traduções em português, quais sejam: "no lugar onde", "onde" e, surpreendentemente, "no momento em que, quando, logo que", as últimas com inegável valor temporal (ERNOUT; MEILLET *apud* LIMA, 2007). Em português arcaico, *ubi* evolui para *hu* – que equivale aos atuais "onde" e "para onde" –, coexistindo com a forma "onde" (derivada do latim *unde*), equivalente a "de onde" em português contemporâneo.

É bem verdade que, no português de nossos dias, não encontramos mais termos vindos do *hu*; entretanto, no francês atual, a palavra *où* apresenta valor

locativo e, completamente legitimado pela gramática normativa, valor temporal. Já o vocábulo espanhol *donde* não funciona, de fato, para retomar um antecedente temporal, embora, tal qual ocorre com seu análogo português, vá além da propriedade locativa, agindo como operador discursivo de conclusão, finalidade e condição (LIMA, 2007).

A dissertação de mestrado de Sóstenes Cezar de Lima, "Impacto do vernáculo sobre o uso do onde na escrita monitorada", orientada por Marcos Bagno, mostra como variados usos de "onde" já se disseminaram nos textos das camadas teoricamente mais letradas do país (estudantes de Letras e professores de Português), mesmo aqueles condenados por gramáticos e especialistas da língua. Segundo o autor, oito valores semânticos de "onde" podem ser detectados inclusive na escrita monitorada, quais sejam: locativo concreto, locativo abstrato, possessivo, instrumental (estes quatro no grande campo semântico espaço), temporal, fórico textual, operador argumentativo e marcador discursivo (os três últimos no campo do texto). Contudo, dentre os oito, somente o uso de "onde" com valor locativo concreto é abonado pela tradição gramatical, o que já pôde ser visto nos dicionários acima analisados. Vejamos, a seguir, de que forma gramáticas, dicionários de dificuldades da língua e manuais de redação e estilo tratam a questão.

Cunha e Cintra discutem o contraste entre "onde" e "aonde", salientando que, embora haja uma justificativa gramatical forte, ele não é – e mesmo nos clássicos já não era – respeitado. Já Bechara faz alusão à distinção acima referida e acredita ser ela cada vez mais levada em consideração na língua escrita contemporânea. No que concerne aos usos de "onde" sem noção locativa, nem os primeiros nem o último se pronunciam. Luft, igualmente, não faz nenhuma menção aos outros sentidos.

No "Manual do Estado de S. Paulo", desaconselha-se outros usos de "onde". Os editores do jornal concorrente fazem o mesmo, insistindo: "Não use nunca com ideia de tempo, causa, motivo, dedução […]" (MANUAL..., 2007, p.135).

Na gramática escolar de Cipro Neto e Infante, os autores enfatizam que "Quando pronome relativo, onde só pode ser usado na indicação de lugar, atuando sintaticamente como adjunto adverbial de lugar" e fazem uma longa explanação, ainda mais contundente. Inicia-se desta maneira: "Há uma forte tendência, na língua portuguesa atual, em usar onde como relativo universal, um verdadeiro 'cola-tudo'" (CIPRO NETO; INFANTE, 1999, p. 435-6). Chega, até mesmo, a

atribuir tal uso à hipercorreção de falantes "de desempenho linguístico pouco eficiente" que tentam "falar difícil". E se os lembrássemos de que, de acordo com nossos especialistas em português arcaico, esse "uso cola-tudo" remonta ao século XIII? (MATTOS e SILVA *apud* LIMA, 2007, p.34).

Mais interessante ainda é a postura de Neves na sua "Gramática de usos do português", justamente por se tratar de uma obra descritiva. A autora não se mantém neutra quanto à questão, condenando: "O pronome relativo onde é muitas vezes empregado equivalendo a em que, mas sem valor locativo, o que não tem justificativa" (NEVES, 2000, p.386). No "Guia de usos do português" publicado três anos depois, ela se limita a dizer que tal uso é "condenado nas lições normativas", fornecendo ao leitor vários exemplos.

A maior surpresa é, de fato, a moderação do conservador Napoleão Almeida (diferentemente do que vimos na seção reservada a "o mesmo"). O gramático apresenta um exemplo de uso diverso, aqui transcrito: "Um artifício tão complicado quão praticamente inútil, de onde uma constituição positivista no Brasil republicano foi buscar o seu molde" (ALMEIDA, 2003, p.384). Logo em seguida, ainda afirma "Note-se que o antecedente não indica necessariamente lugar, sítio" (ALMEIDA, 2003, p.384).

Essa disparidade nas considerações sobre a adequação do uso não locativo de "onde" mostra que julgamentos desse tipo não encontram explicações consequentes na história interna da língua ou em análises lógicas de proposições, sendo permeados por motivações sóciohistóricas. Podemos dizer, em última instância, que o valor da forma linguística é decalcado do valor social do falante que a emprega, não sendo novamente possível separar a descrição das formas da língua de sua normatização. A questão que se coloca para o revisor de textos é como proceder em relação a usos contraditórios como esses, condenados e ao mesmo tempo possíveis, na análise de teóricos renomados e na prática de falantes cultos? Nossa reflexão não pretende propor uma resposta a este impasse, mas levar à consideração dos efeitos de uma tomada de posição, pois desejar que os discursos sobre a língua sejam apenas descritivos é sucumbir ao idealismo e exercer uma prática somente prescritiva é ignorar tanto a realidade da mudança quanto a produtividade da variação linguística, numa postura francamente dogmática.

3. Reflexões finais

"... porque das coisas nascem as palavras, e não das palavras as coisas."
(Fernão de Oliveira)

A comparação entre estudos normativos e descritivos de expressões que causam polêmica entre gramáticos mais conservadores e linguistas mostra que a revisão das inadequações vocabulares não é tarefa banal. Revisores e autores precisam decidir em conjunto entre aceitar uma imagem social de cultivo e domínio da língua erudita ou assumir a postura mais inovadora de que a norma deve considerar o uso efetivo da língua e não ir contra ele. A complexidade dessa escolha deve fazer parte do cotidiano dos profissionais do texto para que eles possam construir seus argumentos de forma mais refletida e sem tantas idealizações a respeito do controle – muitas vezes inútil – que se busca exercer sobre a língua. A energia dispendida na correção obsessiva de formas linguísticas em processo de mudança pode ser comparada ao mito grego de Sísifo. Nesse caso, o revisor seria alguém que repete incessantemente a mesma tarefa de carregar morro acima uma pedra que, ao alcançar o cume, rola novamente montanha abaixo. Já os profissionais que buscam compreender o funcionamento da linguagem e da comunicação podem se dedicar a trabalhos menos impossíveis como compreender os sentidos do texto, refletir sobre suas ambiguidades e contradições, forjar uma argumentação mais adequada, investir na informatividade, na objetividade e na estruturação, dentre tantas outras funções. A ideia de que a língua tem uma relação íntima e complexa com o mundo, que ela parte do mundo e não o contrário, como afirma Fernão de Oliveira, pode contribuir para colocar em primeiro plano a tarefa primordial de qualquer linguagem: significar, comunicar, construir um mundo.

Segundo Benveniste (1989) a língua seria o interpretante por excelência da sociedade e o que lhe confere essa posição única e fundamental é sua função como instrumento de comunicação. A língua funciona então como uma máquina de produzir sentido. Sentido não apenas presente em designações que, como salienta o autor, conservam testemunhos riquíssimos sobre formas e fases da organização social, mas também em enunciações que, graças a mecanismos de transformação e expansão formais, colocam novos objetos linguísticos a circular no trajeto da comunicação, entendida de maneira ampla, etimológica, como colocação em comum. Então, quando o uso de determinadas expressões linguísticas mostra que novos sentidos e novas funções podem ser exercidos por velhas formas, certamente

é um processo desse tipo que está em curso: a língua acontecendo nas práticas da comunicação humana.

Com relação às políticas linguísticas, podemos dizer que a possibilidade de municiar as línguas com escrita, manuais, gramáticas, dicionários, terminologias especializadas, sistemas de ensino e leis faz parte de práticas que intervêm num imaginário de língua, na língua que podemos descrever, instrumentar, revisar, controlar, comparar, padronizar. Mas a língua não é só objeto de ciência, normatização ou descrição, ela é também o meio pelo qual os homens se relacionam e constroem um mundo partilhado, ela tem uma ordem própria que se impõe aos falantes colocando limites e possibilidades ao dizer. É importante que se compreenda que as línguas resistem às interferências e normatizações não por vingança, mas pela complexidade de sua natureza (CALVET, 1996).

Em toda língua e em toda relação entre línguas e suas variantes atua, pois, uma política linguística específica que tenta organizar as práticas significativas e as forças sociais que estão em jogo. As chamadas intervenções *in vivo*, para usar a tipologia de Calvet (2002, p. 17), estão geralmente ligadas à intercompreensão na convivência entre línguas e a fenômenos identitários (como neologismos, gírias, jargões, socioletos, escolhas e proibições deliberadas de praticar um determinado idioma ou variante), sendo prova de que o uso é um motor importante de mudança na forma e na função das línguas. Já as intervenções in vitro, as políticas linguísticas propriamente ditas, das quais os profissionais do texto participam, gozam de maior legitimidade e alcance social, o que testemunha a importância das escolhas do revisor frente às controversas inadequações vocabulares.

Buscando outro olhar para o valor das línguas e suas variações, Calvet (1984, p. 64) diz que mais do que considerar a língua como instrumento de comunicação, podemos considerá-la antes como produto de uma necessidade de comunicação. Como resposta a um problema situado, a questão da comunicação passa a ser considerada não de forma apriorística, mas em seus desdobramentos práticos: diferentes tipos de necessidades projetam respostas diversas, o que coloca em primeiro plano o papel das relações socais (e suas disputas) na produção de demandas linguísticas.

Não se trata apenas de incluir o extralinguístico na reflexão sobre a língua. Trata-se de considerar que a língua só pode ser pensada em sua dimensão política, que a forma, a função e o uso das línguas são fenômenos repletos de relações de poder. Essas relações criam, então, mais do que problemas de comunicação; elas criam desentendimento, isto é, uma "disputa sobre o que quer dizer falar".

> O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura (RANCIÈRE, 1996, p.11).

Essa ideia de desentendimento coloca em questão o fato de que as formas linguísticas não estão desvinculadas do mundo, pois a língua constrói incessantemente os objetos dos quais fala, instaurando, assim, uma disputa pelos diversos enfoques possíveis em relação a eles. Além disso, como não há língua sem falantes, nem texto sem autor, o uso efetivo da linguagem instala também um litígio sobre a condição desigual entre aqueles que enunciam. Nas escolhas de editores e revisores, não pode, pois, haver consenso, apenas tensão, porque não se trata de optar por uma forma abstrata ou um conteúdo ideal, mas de determinar o peso que as construções linguísticas de determinados autores terão no espaço social.

La pratique de révision de textes entre l'inadéquation et l'innovation: une réflexion sur variation, changement et politique linguistique

Résumé

L'article discute les notions d'usage, variation et changement linguistique dans la pratique de révision textuelle par l'analyse de vocables polémiques parmi grammairiens traditionnels et linguistes. Ils sont condamnés par les conceptions plus puristes de la langue des emplois comme le démonstratif *mesmo* substantivé comme anaphorique et *onde* au sens non spatial, car ils ne seraient pas en accord avec un sens original défendu par les grammairiens. Les études linguistiques basées sur la description de l'usage de ces vocables montrent, toutefois, que ces nouvelles acceptions sont en pleine productivité dans la langue brésilienne, tel que le montrent les études sur la grammaticalisation dans le Portugais brésilien standard. Parmi ces deux positions, les professionnels du texte sont appelés dans sa pratique à décider sur la correction ou non des formes considérées à la foi comme inadéquates et innovantes. Le but de l'article est de contribuer à une

décision plus réfléchie de ces professionnelles, en considérant le rôle de la révision textuelle dans les discutions sur les politiques linguistiques.

Mots-clés : Révision textuell. Inadéquations vocabulaires. Variation et changement linguistique. Grammaire d'usage. Politiques linguistiques.

Referências

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Dicionário de questões vernáculas**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

BENVENISTE, Emile. (1968) Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989, pp. 93-104.

BERNARDO, Sandra. Através de numa abordagem cognitiva. In: VASCONCELOS, Zinda de; AUGUSTO, Marina; SHEPHERD, Tania Granja. (Org.) **Linguagem**: teoria, análise e aplicações. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2006. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/linguistica/textos/livro03/LTAA03_prof005.pdf>. Acesso em: ago. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

CALVET, Louis-Jean. **Les politiques linguistiques**. Col. Que sais-je?. Paris: PUF, 1996.

CALVET, Louis-Jean. Troc, marché et échange linguistique. **Langage et société**, n°27, 1984, pp. 55-81.Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lsoc_0181-4095_1984_num_27_1_1978>. Acesso em março de 2014.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário de dificuldades da língua portuguesa**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1999.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**: uma introdução à história das línguas. São Paulo: Parábola, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia. (Org.). Introdução à gramaticalização: princípios teóricos & aplicação. São Paulo: Parábola, 2007.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

LAUSBERG, Heinrich. **Linguística Românica**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

LIMA, Sóstenes Cezar de. **Impacto do vernáculo sobre o uso do ONDE na escrita monitorada**. 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2913>. Acesso em: ago. 2013.

LUFT, Celso Pedro. **ABC da língua culta**. São Paulo: Globo, 2010.

MANUAL da redação: Folha de S. Paulo. 12. ed. São Paulo: Publifolha, 2007.

MARTINS FILHO, Plinio; ROLLEMBERG, Marcello. **Edusp**: um projeto editorial. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2001.

MARTINS, Eduardo (Org.). **Manual de redação e estilo**: O Estado de S. Paulo. 3. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo; Moderna, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Guia de uso do português**: confrontando regras e usos. São Paulo: UNESP, 2003.

PERINI, Mário. **Sofrendo a gramática**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005.

QUEIROZ, Sônia (Org.). **Editoração**: arte e técnica. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **O português arcaico**: morfologia e sintaxe. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. Marcos Bagno;

revisão técnica Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006.

YAMAZAKI, Cristina. Editor de texto: quem é e o que faz. In: Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação, XXX, 2007, Santos. **Anais**… São Paulo: Intercom, 2007.

YAMAZAKI, Cristina. Por uma edição de livros sem preconceitos. In: Colóquio Internacional de Comunicação para o desenvolvimento regional, XIII, 2008, Pelotas (RS). **Anais**… São Paulo: Intercom, 2008.

Submetido: 28/03/2016
Aceite: 08/07/2016

O *sim* e o *não* em pareceres de revista acadêmica – estudo das metafórass interpessoais sob a perspectiva sistêmico-funcional

Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz*

RESUMO

Estudos revelam a importância de análises discursivas em textos acadêmicos, tendo em vista os temas tratados nas pesquisas e as instanciações presentes nesse gênero. Esta pesquisa analisa pareceres de artigos de uma revista científica de Linguística (RL1), tendo como embasamento teórico a perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004), sobretudo a metafunção interpessoal e o conceito de metáfora gramatical. O *corpus* é constituído por 67 pareceres de artigos, organizados em três grupos: aprovados sem restrições (A), aprovados com restrições (AR) e reprovados (R). A investigação, de cunho qualitativo, identificou treze tópicos (*aboutness*) abordados pelos pareceristas: Análise, Argumentação, Bibliografia, Contribuição, Forma, Língua, Metodologia, Objetivo, Resultado, Resumo, Tema, Teoria e Título, que foram analisados na perspectiva da metáfora interpessoal, com avaliações predominantemente positivas no grupo de pareceres A e negativas nos grupos de pareceres AR e R. Os pareceristas indicaram correções e sugestões de mudanças no grupo de pareceres A, sendo as instanciações realizadas por metáfora interpessoal, como estratégia dos pareceristas de suavizar a crítica. O grupo de pareceres AR apresenta metáforas interpessoais, sobretudo quando se sinalizam sugestões para correções. O grupo de pareceres R apresenta críticas negativas, principalmente, por meio de enunciados monoglóssicos, impedindo ou dificultando negociação entre o autor do artigo e o parecerista. Os resultados desta pesquisa trazem contribuições para estudos sobre metáfora gramatical e sobre o gênero parecer de revista científica, contribuindo, também, com a revista RL1, trazendo-lhe subsídios para melhorar ainda mais sua qualidade e prestígio.

Palavras-chave: Linguística Sistêmico-Funcional. Metáfora Gramatical. Metáfora Interpessoal. Pareceres. Escrita acadêmica.

1 Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Professora Adjunta do Departamento de Ensino Superior – DESU, onde ministra a disciplina de Língua Portuguesa como L2. Interesse por pesquisas na área de ensino de Língua Portuguesa como L2, escrita acadêmica, com enfoque para as abordagens da Linguística Sistêmico-Funcional e da Avaliatividade.

Introdução

"Publique ou pereça". A célebre citação, cuja autoria é atribuída a diversas fontes, faz parte de uma cultura cada vez mais arraigada na comunidade científica nacional e internacional. Apesar de não se ter conhecimento exato acerca de sua primeira menção, sabe-se que traduz significados ambivalentes: por um lado, denota significado pejorativo, sinalizando uma constante pressão por parte da academia para que cientistas e pesquisadores publiquem incessantemente. Schlendlindwein (2009) denomina esse fenômeno de "fordismo científico", uma vez que artigos científicos são produzidos em massa, como em uma "linha de montagem", na qual estão inseridos "do estudante de iniciação científica ao pós-doc, todos juntando partes para o mesmo resultado final: o artigo científico" (SCHLENDLINDWEIN, 2009, p. 10). Segundo o autor, a lógica da produtividade passa a ser a lógica da repetição, e não a da criação, da novidade. O resultado, de acordo com o autor, é a existência crescente de cientistas e decrescente de Ciência.

Por outro lado, a citação remete o leitor ou ouvinte a um aspecto positivo, no que se refere ao crescimento das publicações científicas, que têm sido cada vez mais recorrentes no meio acadêmico, possibilitando a divulgação do conhecimento dentro de comunidades discursivas específicas, constituídas por pesquisadores novatos e especialistas. Gruszynski, Golin e Castedo (2008, p. 3) confirmam a informação de Houghton (1975), segundo o qual, os primeiros periódicos científicos – *Journal des Sçavans* e *Philosophical Transaction* –, publicados em 1665, contribuíram como modelos diferentes para a literatura científica: o primeiro influenciou o desenvolvimento das revistas dedicadas à ciência geral, sem comprometimento com uma área de conhecimento específica; o segundo tornou-se modelo das publicações das sociedades científicas, que apareceram em grande número na Europa durante o século XVIII.

Ao discutir sobre divulgação científica, Volpato e Freitas (2003, p. 50) mostram que, apesar de a divulgação informal da ciência, via congressos, palestras, visitas, dentre outros meios, permitir uma rápida veiculação da informação, a divulgação formal (publicação impressa ou *online*) ainda é a maior responsável por oferecer credibilidade suficiente para que a informação seja aceita como referência para outros trabalhos. Nessa perspectiva, a publicação pode ser considerada, então, um ato social, devido à contribuição para a divulgação do conhecimento, sendo que, ao buscá-lo, pesquisadores acessam diversos meios de divulgação (periódicos, livros,

revistas, teses e dissertações) para obter mais informação acerca de determinado tema. Isso corrobora o pressuposto de Estrela (2001, p.3) ao ressaltar que a leitura de textos científicos é um dos métodos mais recorrentes para a obtenção do conhecimento.

Diante da busca pelo trabalho científico escrito e de sua importância, é imprescindível considerar o processo de avaliação pelo qual ele passa antes da publicação, feito por avaliadores especialistas na área de conhecimento do referido trabalho. Essa avaliação, tradicionalmente denominada parecer, definida como "uma opinião de um especialista em resposta a uma consulta" (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 2.133), possibilita a legitimação do trabalho acadêmico e a veiculação do conhecimento de forma confiável. Sob esse ponto de vista, o parecer tem grande importância na academia porque apresenta o aval do parecerista acerca de determinado trabalho, trazendo críticas positivas e/ou negativas referentes a componentes de um artigo acadêmico, seja à parte formal (estrutura do trabalho e linguagem), à parte conceitual (teoria(s) envolvida(s) na pesquisa) e/ou à parte metodológica (procedimentos realizados na pesquisa).

Tendo em vista a importância da publicação científica no mundo atual, que possibilita a divulgação de trabalhos de qualidade e referência, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a avaliação presente no gênero parecer de artigos submetidos para publicação a uma revista científica da área de conhecimento de Linguística. Especificamente, busca-se identificar e analisar a presença de metáforas gramaticais / interpessoais nos artigos, em uma perspectiva sistêmico-funcional, a partir do posicionamento do parecerista ao elaborar a avaliação.

É consenso que a avaliação de trabalhos acadêmicos busca ser imparcial, embora se tenha conhecimento de que a imparcialidade e impessoalidade não impedem o envolvimento do avaliador ou parecerista com o texto produzido. A avaliação revela-se por marcas de subjetividade (de forma consciente ou não), por elementos modais ("pode", "poderia", "deve", "deveria") ou lexicais (epíteto, elementos circunstanciais, processos), perguntas retóricas, elementos de negação, metáfora gramatical, dentre outros. Assim, essa observância de elementos avaliativos em pareceres, aliada ao interesse de estudar a avaliação em artigos acadêmicos na área da Linguística, contribuíram para a idealização deste trabalho.

O interesse por gêneros acadêmicos pode ser encontrado em vários estudos realizados na literatura, dentre eles Machado (2002), que se debruça sobre o gênero resumo; Motta-Roth (2002), que se volta para resenhas acadêmicas em

diferentes áreas de conhecimento; Pilar (2002), que estuda o gênero redações de vestibular; Bernardino (2007), que investiga o metadiscurso interpessoal em artigos acadêmicos; Lins (2007), que discorre sobre o ensino dos gêneros discursivos no ensino de língua materna; Paula (2009), que trabalha com o metadiscurso interpessoal e textual em introduções de artigos científicos; Vian Jr. e Ikeda (2009), que se dedicam a estudar o gênero resenha acadêmica na formação de professores; Vivan (2010), que analisa processos verbais e metáforas interpessoais em artigos acadêmicos; Bárbara e Macedo (2011), com o estudo sobre processos verbais em artigos científicos e diversas áreas de conhecimento; Moraes (2011), com estudo comparativo da seção "Conclusão" em artigos científicos de Linguística e Odontologia, dentre outros. Assim como ocorre nesta pesquisa, alguns dos trabalhos citados estão inseridos no escopo da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF) e envolvem análise e descrição do discurso acadêmico na grande área da Linguística Aplicada, no sentido de mostrar as intenções de um parecerista ao elaborar o parecer relativo a um trabalho submetido à decisão editorial. Entretanto, nenhum deles refere-se à análise de pareceres de artigos submetidos a alguma revista científica, fator que também faz parte do rol de justificativas para a realização da presente pesquisa.

Portanto, o foco deste artigo, recorte de uma pesquisa mais ampla, concentra-se na análise de pareceres, mais especificamente, na análise dos posicionamentos dos avaliadores, partindo-se do pressuposto de que os pareceristas apresentam maior grau de polidez ao apresentarem suas restrições ou indicações de mudança nos artigos submetidos para avaliação. Para isso, o trabalho está divido em 4 seções, além da Introdução e das Referências.

A seguir, apresento questões teóricas sobre a Linguística Sistêmico-Funcional, com destaque para a metafunção interpessoal, a partir dos pressupostos de Halliday (1994) e Halliday e Mathiessen (2004).

1. A Linguística Sistêmico-Funcional e a metafunção interpessoal

A LSF representa uma opção para os pesquisadores interessados nos aspectos semânticos do discurso e no estudo da influência do contexto de cultura sobre o contexto de situação e vice-versa. Diferentemente de outras abordagens, a LSF preocupa-se com o significado e o funcionamento da língua, ou seja, com a língua em uso e seus aspectos semânticos e funcionais.

De acordo com Halliday e Mathiessen (2004, p. 29), a linguagem constrói a experiência humana porque é capaz de nomear as coisas e de explicitar a experiência humana e as relações pessoais e sociais. Assim, as orações são formas de representação e de troca de relações, consideradas por meio das metafunções ideacional, interpessoal e textual.

Analisando o enunciado "Ela comprou os livros para mim mês passado", podemos desenvolver a compreensão a partir de três significados: o do campo ideacional, da realização, composto pelos participantes da ação (quem faz o quê para quem); o do campo interpessoal, constituído pelas relações entre esses participantes, tendo em vista a modalidade no enunciado, relacionada, por exemplo, à certeza ou frequência do enunciado e ao tempo da ação; e o do campo textual, de organização da informação (informação dada e informação nova). No exemplo citado, os participantes identificam-se como "Ela" e "para mim", e ainda podemos identificar a circunstância em que o processo comprar ocorre: "no mês passado". A metafunção interpessoal é representada pelo processo no tempo passado, indicando certeza da ação. A metafunção textual, por sua vez, é instanciada por tema (Ela) e rema (comprou os livros para mim mês passado), em que a informação dada é "ela" e a informação nova é o restante da oração.

Tendo em vista a importância do significado em um conjunto de instanciações e de sua relação com o contexto: de situação (imediato, léxico-gramatical) e de cultura (amplo, cultural), o construto teórico proposto pela LSF é um dos que contempla o que se propõe estudar nesta pesquisa, porque oferece subsídios para a análise léxico-gramatical e semântica dos pareceres estudados, considerando-se o contexto de situação e o contexto de cultura no qual foram elaborados e circulam.

Para explicitar essas duas noções, Eggins (1994, p. 50) remonta aos estudos de Malinowski (1946, 1935), um dos pioneiros a considerar a linguagem como um fato social e que propôs a noção de *context of culture,* traduzida como contexto de cultura, que, como o próprio nome revela, considera os aspectos culturais envolvidos nas interações verbais. O antropólogo propôs também a noção de *context of situation*, traduzida como contexto de situação, que se refere ao ambiente no qual o texto está sendo realizado, incluindo o ambiente verbal e a situação de uso. Para ele, esses dois tipos de contexto são fundamentais para a compreensão de um texto.

Na próxima subseção, apresento a metafunção interpessoal**,** enfoque desta pesquisa, por ser a metafunção que materializa as instanciações de metáfora interpessoal.

1.1 A metafunção interpessoal e a metáfora gramatical de Halliday

A metafunção interpessoal refere-se à interação entre os participantes do discurso[1], na qual o falante assume um papel de fala e demanda do seu ouvinte uma resposta. Halliday (1994, p. 68) indica que, ao proferir um enunciado, "o falante adota para si um papel particular no discurso e, dessa forma, atribui ao ouvinte um papel complementar que ele quer que este adote". Ocorrem, então, situações comunicativas distintas, como um pedido, um convite, uma avaliação, uma rejeição, dentre outras, que são realizadas na interação entre os falantes ou uma troca, na qual dar implica receber e pedir implica dar. Nesse contexto, os interlocutores desempenham os principais papéis de fala: dar e pedir, nos quais estão incluídos todos os outros papéis (HALLYDAY, 1994, p. 68; HALLIDAY e MATHIESSEN, 2004, p. 107). Essa troca é natural e constante nas interações, uma vez que o falante ou oferece algo ao ouvinte (uma informação, por exemplo) ou pede algo ao ouvinte (HALLIDAY, 1994, p. 68). Nessa relação, ocorre uma troca ("*commodity*") de bens e serviços ou de informação, conforme indica o Quadro 1.

QUADRO 1: Relações nas interações (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 107)

Papel na troca	Mercadoria trocada	
	Bens e serviços	Informações
Dar	Oferta: Você gostaria de um bule de chá?	Declaração: Ele está dando a ela o bule de chá.
Pedir	Comando: Dê-me aquele bule de chá.	Pergunta: O que ele está dando a ela?

A ponte entre as opções modais subjacentes e as categorias lexicais é fornecida pela noção *hallidayana* de metáfora interpessoal (HALLIDAY, 1994). No modelo de Halliday, os valores modais podem ser realizados de forma congruente (não metafórica) através de auxiliares modais *(*pode, deve, poderia*, etc)* e adjuntos modais (talvez, possivelmente, certamente), e metaforicamente através de formulações mais lexicais como "É possível que…", "É necessário que…", "Eu

1 Discurso, na concepção funcionalista (HALLIDAY, 1978), consiste em um processo multidimensional, tendo o texto como seu produto. O discurso é entendido como uma troca de significados em contexto interpessoal.

acho que…", etc. É possível construir uma série de realizações de probabilidade (É provável que...), frequência (raramente, ...) e capacidade (Ele é capaz de...), começando de forma congruente (através de formulações 'gramaticais'), passando por formulações metafóricas (mais lexicalizadas), até chegar a um léxico de natureza claramente valorativa.

Berber Sardinha (2007), ao apresentar um mapeamento de estudos sobre metáfora, mostra os conceitos de várias correntes em ordem cronológica e destaca que metáforas fazem parte do dia a dia de qualquer língua, desde a infância até a idade mais avançada. O autor retoma três conceitos que contribuem para o estudo da metáfora: metáfora conceptual (LAKOFF e JOHNSON, 1980), metáfora sistemática (CAMERON, 2003) e metáfora gramatical (HALLIDAY, 1994).

Neste trabalho, será detalhada a noção de metáfora gramatical, porque, como já anunciado na Introdução e no início deste capítulo, ela servirá como suporte para a análise dos elementos avaliativos nos pareceres.

O termo metáfora gramatical é utilizado na LSF para indicar o tipo de significado diferente do significado congruente. Na perspectiva sistêmico-funcional, a metáfora localiza-se no estrato da Semântica do Discurso porque provoca uma interpretação que vai além do significado literal. Nas palavras de Halliday (1994), "metáfora é geralmente descrita como variação do uso das palavras: uma palavra é dita para ser usada com um sentido modificado [...] é a variação na expressão dos significados" (HALLIDAY, 1994, p. 341). Thompson (1996, p. 166) corrobora essa definição e assevera que as metáforas apresentam significados diferentes de fraseados congruentes, não sendo nem melhores nem piores do que eles. Para Halliday (1994, p. 350), o significado congruente é veiculado utilizando-se palavras mais simples, mais próximas de seus significados. Os exemplos extraídos de Halliday (1994) mostram a diferença entre os significados congruente e metafórico, conforme Quadro 2.

QUADRO 2: Significados congruente e metafórico (HALLIDAY, 1994, p. 346).

Significado congruente	Eles chegaram ao topo no quinto dia.
Significado metafórico	O quinto dia os viu chegar ao topo.

O enunciado "Eles chegaram ao topo no quinto dia" seria a forma congruente de

"O quinto dia os viu chegar ao topo", porque a construção metafórica representada pela circunstância de tempo ("o quinto dia") é estruturada como participante do processo mental "ver". Para Halliday (1994, p. 342), então, o uso da palavra congruente no lugar da metafórica implica o reconhecimento do termo congruente, pois o reconhecimento de palavras congruentes possibilita o reconhecimento de outras possibilidades de usar as palavras. Hallliday acrescenta que a opção pelo uso da metáfora é uma escolha cheia de significados, pois envolve uma seleção dentro de uma gama de outros significados disponíveis no sistema linguístico.

Na perspectiva sistêmica, a metáfora gramatical é abordada sob duas perspectivas: metáfora ideacional (ou metáfora de transitividade) e metáfora interpessoal (ou metáfora de modo), sendo esta última utilizada nesta pesquisa para avaliar o posicionamento do parecerista.

A metáfora interpessoal denota mudança na função das orações, pois uma oração declarativa passa a ter sentido interrogativo ou de comando, uma oração interrogativa passa a ter sentido de comando e uma oração de sentido de comando passa a ter sentido de pergunta. Halliday (1994, p. 365) destaca que o enunciado "Se eu fosse você, eu não..." é a forma metafórica de "Não...", funcionando como um aviso, conselho. O mesmo ocorre com a construção "Seria melhor que ela [...]", que é a forma metafórica de "Ela deveria..." , também funcionando como um aviso. Em ambos os casos, o significado da proposição é atenuado.

Referindo-se ao significado transmitido em uma interação em que ocorre modalidade[2], Halliday e Mathiessen (2004, p. 631) destacam que o potencial criado pelas metáforas de modo em um diálogo está diretamente relacionado com as variáveis contextuais de relações no discurso e que podem denunciar formas de *status*, formalidade e polidez.

Na próxima seção, descrevo o *corpus* e apresento a sua organização.

2. Procedimentos metodológicos

Nesta pesquisa, opta-se pela abordagem de pesquisa qualitativa (Chizzoti, 1998; Flick, 2009), devido ao foco principal: análise de conteúdo, mais especificamente, análise dos discursos referentes às avaliações e aos posicionamentos dos pareceristas no *corpus* de estudo, com o objetivo de identificar as instanciações

2 De acordo com Halliday (1994, p. 356), **modalidade** se refere aos discursos de probabilidade e frequência (modalização) e obrigação e inclinação (modulação).

metafóricas interpessoais dos avaliadores nos grupos de pareceres Aprovados (A), Aprovados com Restrições (AR) e Reprovados (R).

Os dados foram interpretados e discutidos, proporcionando a identificação e a descrição das características da linguagem utilizada no contexto de produção, assim como o fornecimento de exemplos/ocorrências dos respectivos posicionamentos nos pareceres.

2.1 Descrição e organização do corpus

O *corpus* da pesquisa é constituído por 67 pareceres[3] referentes a artigos submetidos a uma revista da área de conhecimento de Linguística (doravante RL1), cujos pareceres são escritos em língua portuguesa do Brasil, elaborados entre 2004 a 2010[4]. Os pareceres foram separados da seguinte forma:

• 12 pareceres **aprovados sem restrições** (**A**): de 01 a 12 - A01, A02, A03, A04 até A12;

• 35 pareceres **aprovados com restrições** (**AR**): de 01 a 35 - AR01, AR02, AR03, AR04 até AR35;

• 20 **pareceres reprovados** (**R**): de 01 a 20 - R01, R02, R03, R04 até R20.

Como exemplo: A02 refere-se ao parecer número 02, de um artigo aprovado sem restrições (A02). As abreviações AR e R referem-se, respectivamente, a pareceres de artigos aprovados com restrições e reprovados.

Após a leitura detalhada dos pareceres, verificou-se que as justificativas dos pareceristas abordavam assuntos específicos ou tópicos, os quais foram classificados em: *análise (AN), argumentação (AR), bibliografia (BI), contribuição (CO), forma (FO), língua (LIN), metodologia (MET), objetivo (OB), resultado (RET), resumo/abstract (RES), teoria (TE), tema (TM), título (TI).*

Na próxima seção, será apresentada a Análise dos dados e a discussão dos resultados obtidos.

3 Esta pesquisa foi autorizada pela editoria da RL1 e passou pelo Comitê de Ética da Instituição em que foi realizada a pesquisa mais ampla. Houve um entendimento entre a pesquisadora e a Revista no sentido de resguardar o anonimato da referida revista. Portanto, outras informações sobre política editorial, como orientações aos pareceristas ou normas para publicação, podem ser obtidas pelo email da autora: osilenecruz@bol.com.br.

4 Foram excluídos do corpus os pareceres referentes à resenha ou ensaio e também os pareceres elaborados em língua estrangeira.

3. Análise dos dados e discussão dos resultados

Esta análise objetiva apresentar as avaliações dos pareceristas, com foco nas instanciações metafóricas, ou seja, de que modo os avaliadores apresentam suas críticas e sugestões metaforizadas e os desdobramentos dessas metáforas no discurso do parecerista. O Quadro 3 apresenta uma síntese das avaliações dos pareceres.

QUADRO 3**:** Síntese do total de avaliações nos grupos de pareceres

Tipo de avaliação / Pareceres	Positiva	Negativa	Total
Aprovados sem restrições (12)	72 (67%)	36 (33%)	108
Aprovados com restrições (35)	163 (17%)	803 (83%)	966
Reprovados (20)	32 (9%)	332 (91%)	364

Com relação ao teor das avaliações, como era de se esperar, o grupo de pareceres A, num universo de 108 avaliações, apresenta mais avaliações positivas (67%) e os grupos de pareceres AR e R, tendo em vista as respectivas 966 e 364 avaliações, apresentam mais avaliações negativas (83% e 91%, respectivamente).

A análise das avaliações dos grupos de pareceres separadamente revelou algumas particularidades. No grupo de pareceres A, foi possível identificar críticas e sugestões de correção em 08 deles, sendo somente 04 dentre os avaliados considerados aptos para publicação sem nenhuma restrição. Os dados revelam que as avaliações positivas são referentes, sobretudo, aos tópicos *Argumentação, Contribuição, Língua e Teoria* e as avaliações negativas recaem sobre os tópicos *Análise* e *Forma*, sendo que esse último tópico recebeu avaliações exclusivamente negativas nesse grupo de pareceres.

O grupo de pareceres AR foi analisado levando em consideração as avaliações nos pareceres "aceitos com modificações mínimas" (15 pareceres), e nos pareceres "aceitos com modificações substanciais" (20 pareceres). No primeiro subgrupo, as avaliações negativas recaem sobre os tópicos *Língua* e *Argumentação* e as críticas positivas destacam o tópico *Contribuição.* No subgrupo de pareceres aprovados

com restrições substanciais, os pareceristas criticaram negativamente os tópicos *Língua, Argumentação, Forma, Análise* e *Teoria* e as críticas positivas enfocaram os tópicos *Contribuição* e *Tema*.

O grupo de pareceres R, como era de se esperar, recebeu um índice de avaliações negativas considerável, destacando-se os tópicos *Análise, Língua, Argumentação, Teoria* e *Forma.* Embora com índices bem discretos, o tópico *Tema* foi o que levou algumas avaliações positivas.

A análise nos convida a uma reflexão. No grupo de pareceres A, por exemplo, não seriam esperadas avaliações negativas, uma vez que se trata de artigos considerados aptos para publicação. No entanto, a análise mostrou, nesse universo de 33% de avaliações negativas, críticas dos pareceristas, sobretudo, no que se refere à formatação, estruturação e à análise apresentada nos artigos, interferindo na avaliação negativa de alguns tópicos, tais como *Forma* e *Análise*.

Outra questão a ser destacada refere-se ao tópico *Contribuição*, que é um dos requisitos exigidos pela revista RL1. Além de ser referenciado no grupo A, foi também indicado positivamente no grupo AR, possibilitando a interpretação de que, apesar das restrições, esses artigos podem contribuir para a área de interesse dos leitores da revista RL1. No caso do grupo R, um dos fatores para a reprovação pode estar ligado a esse tópico também. Outra questão a ser enfatizada está relacionada ao tópico *Teoria*, consideravelmente abordado no grupo R, o que não ocorre com a mesma frequência nos grupos A e AR.

Com relação às instanciações metafóricas, a análise possibilitou ver que, nos pareceres de artigos aprovados (A), as avaliações são predominantemente positivas, sendo essas críticas positivas apresentadas, predominantemente, de forma congruente. Por outro lado, as avaliações negativas e as sugestões de mudança apresentam mais formas metafóricas. Vale ressaltar que, ao se tratar de um grupo de pareceres aprovados sem restrições, não seria comum a presença de crítica negativa, no entanto, ela ocorre. Vejamos o exemplo[5] a seguir.

5 Por questão de comprometimento com o anonimato dos avaliadores e dos autores, alguns trechos foram suprimidos, sem comprometer o significado como um todo dos pareceres. Os pareceres foram autorizados para pesquisa e passaram pelo Comitê de Ética da instituição onde foram coletados.

O artigo tem por objetivo analisar XXXXXXX **[OB].** Do ponto de vista teórico o(a) proponente baseia-se sobretudo na Teoria XXXXXX **[TE]**, mas trata a argumentação do ponto de vista da XXXX, que vincula à interdiscursividade **[TE]**. O *corpus* foi formado a partir das respostas de estudantes de um curso livre de XXXXXX, de um curso de extensão de uma universidade particular e do primeiro e do quarto anos do curso de XXXXXX de uma universidade pública federal **[ME]**. A análise se dá principalmente no plano da sintaxe, mas leva também em conta as ressonâncias discursivas e os efeitos de sentido **[AN].** Posto isto, pode se dizer que o artigo preenche as exigências da revista *RL1*. A contribuição mais relevante encontra-se na análise **[CO] [AN].** Algumas correções/acréscimos referentes à parte formal precisam ser feitas antes da publicação **[FO]**: pp. 7, 8, 9, 14, 15, 16, 17 (ver no próprio texto). **(A01)**

Ao realizar uma proposição, por meio da metáfora interpessoal "precisam ser feitas", o parecerista suaviza o discurso, optando pela modalidade de inclinação ou obrigação (modulação), sendo outra opção possível a recorrência a um posicionamento congruente ("faça algumas correções/acréscimos...", por exemplo).

Destaca-se que, no grupo de pareceres A, as instanciações metafóricas foram realizadas, sobretudo, por elementos modais indicativos de probabilidade/possibilidade ("parece", "pode ser", "ganharia") e por realizações em primeira pessoa ("me parece", "sugiro", "propomos"...), indicando a subjetividade do parecerista, ou por metáfora interpessoal ("seria necessário"). Seguem alguns exemplos:

"Tendo em vista que essas dificuldades metodológicas estão invariavelmente presentes nesse tipo de estudo, considero que não faz sentido solicitar alterações. Há apenas uma observação que me parece por demais ousada a partir da evidência empírica apresentada.

[...] Seria necessário haver, por exemplo, evidência de *"xxxxxxx"*, de alternância entre *"xxxxxxx"* e *"xxxxxxx"*, alternância ou uso concomitante de *"xxxxxxx"* e *"xxxxxxx"*, para que essa conclusão pudesse ser sustentada por dados da produção. Assim sendo, sugiro que evidências desse tipo sejam buscadas e, caso não encontradas, que a conclusão seja modalizada, ou que outro tipo de evidência seja buscada." (**A02)**

Pode-se ver a avaliação predominantemente positiva no parecer A02, embora o parecerista tenha identificado problemas na metodologia do artigo, os quais são minimizados, de modo que "não faz sentido solicitar alterações". Ao mostrar uma crítica negativa, o parecerista parece minimizar o problema encontrado ("apenas uma observação"), embora ele sinalize, de maneira sutil ("me parece") que a observação do articulista é "por demais ousada". Temos nesse excerto uma crítica ao trabalho, que é apresentada sutil e cuidadosamente pelo parecerista. Ademais, o uso da metáfora interpessoal ("seria necessário haver") suaviza o discurso e não impede a interação entre os participantes, uma vez que há proposta de mudança por meio de metáfora interpessoal e, mais adiante, por um posicionamento em 1ª pessoa ("sugiro"), na forma de sugestão e não de imposição.

Outros exemplos de uso de metáfora interpessoal, amenizando a crítica ou apresentando sugestão de mudança são apresentados a seguir.

"Minha única sugestão seria que fosse feita mais uma revisão na forma do artigo, pois encontrei alguns erros na numeração e na bibliografia: [...]" **(A06)**
"Sugerimos apenas uma pequena revisão no processo de digitação do texto, e, para tanto, destacamos os trechos em que essa revisão é necessária [...]" **(A07)**

Os exemplos apresentados anteriormente mostram que o parecerista, para manter solidariedade com o interlocutor, posiciona-se utilizando metáforas interpessoais, instanciadas por posicionamento em primeira pessoa ("minha única sugestão", "sugerimos") e metáforas ideacionais por meio de nominalização ("sugestão", "revisão"). Esses recursos traduzem um tom mais polido para a avaliação, mesmo em se tratando de propostas, de demandas do parecerista, o que torna a apresentação das sugestões para correção mais sutil e menos parcial.

De acordo com Brown e Levinson (1987), estratégias de polidez como essas mostram a intenção do autor/falante em preservar sua face, de forma que as demandas sejam apresentadas, principalmente, como sugestões. Halliday (1994) também trata desse tipo de recurso, realizado por meio de metáforas interpessoais, uma vez que, ao utilizarem proposições como "pode-se dizer", "precisam ser feitas", "seria necessário haver ocorrências", "deveriam ser revistos", "caberia dizer", fica evidente que algo é pedido e/ou desejado. No entanto, esse pedido ou demanda são apresentados sutilmente, substituindo outra possível escolha, como

"Faça isso ou aquilo".

Com relação ao grupo de pareceres de AR, em que houve mais casos de avaliações negativas do que no grupo anterior, a análise denota um uso menor de metáforas interpessoais. Vejamos o excerto do parecer AR04, em que o parecerista apresenta avaliações negativas:

> "Na nota 4, ao invés de "XXXXXXX", melhor seria "XXXXXXX" ...
> p. 9 Ao invés de *"XXXXXXXXX... ",* melhor seria "XXXXXXX."
>
> p.10 Na figura 2 é necessário completar a transcrição fonética, pois faltam alguns segmentos. Da mesma forma, na legenda dessa figura, ao invés de "*XXXXXXX"*, pôr "XXXXXXXXXX". (**AR04)**

É possível observar, na proposta de mudança, por meio da metáfora interpessoal "é necessário completar", que o parecerista busca a solidariedade do interlocutor porque mostra que sua proposta está baseada na ausência de alguns segmentos.

O parecer AR11 mostra outras instanciações de crítica negativa, em que o parecerista usa instanciações metafóricas.

> "Poder-se-ia alegar que ele apresenta uma novidade no estudo "xxxxxxx" (CONTR). No entanto**,** é preciso destacar que, de um lado, esse não era o objetivo do texto (OBJ)**;** de outro, um elemento significativo na tradição "xxxxxxx", enunciado pelo autor, '"xxxxxxx"', é rapidamente mencionado no corpo do trabalho**,** sem maiores aprofundamentos**.** Seria preciso examinar mais detidamente o 'espaço tenso que se erige no contexto "xxxxxxx"entre o sujeito "xxxxxxx" e a tradição "xxxxxxx" e "xxxxxxx"', para que o estudo trouxesse uma contribuição significativa para a história "xxxxxxx" (CONTR). O texto está bem escrito e, quando se diz que precisa de revisão de linguagem (LING), trata-se apenas de eliminar uns poucos erros de digitação."(**AR11)**

Nesse exemplo, o parecerista tece a avaliação, utilizando elementos lexicais com sentido negativo, restritivo ou adversativo: "não", "no entanto", "sem", "apenas". No entanto, ocorrências metafóricas interpessoais ("poder-se-ia alegar", "é preciso destacar", "seria preciso examinar", "enunciado", "é mencionado" e "(se) diz"*)* conferem certa moderação à avaliação negativa. As metáforas interpessoais contribuem para amenizar a opinião do parecerista ao apresentar

críticas negativas, como por exemplo, referente ao tópico *Objetivo* que não foi desenvolvido a contento no trabalho apresentado. Nesse caso, outras opções para o parecerista seriam as de recorrer a uma forma congruente e monoglóssica, como "Alego", "Destaco" e "Examine".

Ao recorrer à metáfora interpessoal, "seria preciso examinar", o avaliador confere um tom mais polido ao discurso, mostrando seu ponto de vista, aparentemente insatisfeito com o tópico *Análise*, que não traz "contribuição significativa para a história "xxxxxxx"". Nessa proposta, a forma congruente seria uma ordem expressa, como "Examine". Essa análise, cujo resultado é recorrente em outros pareceres do mesmo grupo, mostra a tentativa de alinhamento do parecerista com o interlocutor.

Ao recorrer a instanciações metafóricas interpessoais, o autor/falante deixa transparecer sua subjetividade. No grupo de pareceres AR, a análise mostra que a maioria das realizações foram feitas por posicionamento de primeira pessoa ("sugiro", "na minha opinião", "me parece"), denotando a intenção do parecerista em dialogar com o interlocutor. Ocorrências indicativas de probabilidade ("talvez", "poderia", "supostamente") também foram identificadas em considerável número de ocorrências, indicando uma forma de posicionamento do parecerista, por meio da qual não há total responsabilidade pelo que é dito.

Retomamos Brown e Levinson (1987), ao destacarem que as estratégias de polidez demonstram a intenção do autor/falante em preservar sua face, sendo as demandas apresentadas em forma de sugestão. Halliday (1994) também aborda estratégias realizadas por meio de metáforas interpessoais, uma vez que, ao utilizarem proposições como "pode-se dizer", "caberia dizer", e propostas como "precisam ser feitas", "seria necessário haver ocorrências", "deveriam ser revistos", tornam evidente que algo é informado, pedido e desejado, sendo apresentados de forma sutil, substituindo outra possível escolha, como, por exemplo, "É dito que" ou "Faça isso ou aquilo".

Por fim, a análise desse grupo de pareceres mostrou que as sugestões e indicações de mudança foram apresentadas de forma acolhedora, instanciadas, principalmente, por elementos modais ou metáfora interpessoal ("pode-se dizer", "precisam ser feitas", "seria necessário haver ocorrências", "deveriam ser revistos", "caberia dizer") e posicionamento do parecerista em primeira pessoa ("me parece", "sugiro", "sugerimos"). Essas escolhas léxico-gramaticais denotaram tom polido, como uma forma de evitar conflito com o interlocutor, o

que pareceu desnecessário, uma vez que a maior parte das críticas foi positiva.

Vale lembrar que esses recursos trouxeram um tom mais polido e mais sutil à avaliação, mesmo em se tratando de propostas, ou melhor, de demandas do parecerista. Retomamos Halliday (1994), quando versa sobre realizações por meio de metáforas interpessoais, em instanciações como "pode-se dizer", "caberia dizer", "precisam ser feitas", "seria necessário haver ocorrências", "deveriam ser revistos", as quais tornam evidente que algo é informado, pedido e desejado. Ao apresentar as propostas por meio de metáforas interpessoais, o produtor textual ampliou o potencial de negociação com o interlocutor, tornando o comando ou pedido mais sutil (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 632-633).

Com relação às avaliações no grupo de pareceres R, verificamos que a maioria das críticas são apresentadas em formas congruentes, revelando que o avaliador não demonstra constrangimento em apresentar os problemas nos artigos. O excerto a seguir traz alguns exemplos dessas ocorrências.

> "O autor assume a teoria "xxxxxxx" (cita manuais e autores dentro desse enfoque) mas a análise que o autor dá para os exemplos em (2) – especialmente em (2d,e) – não está de acordo com essa perspectiva teórica *[Análise]*. Em particular, o autor não explicita o que quer dizer com ""xxxxxxx"" *[Língua***]**, e logo em seguida, nas notas 3 e 4 , a questão fica obscura *[Língua]*. Veja-se: Em (2d) diz "xxxxxxx", quando há um sujeito na sentença *[Análise***]**. Em (2e) diz que há "xxxxxxx"**,** mas a sentença apresenta um objeto nulo e (uma categoria diferente de '"xxxxxxx"', nesse enfoque teórico) ***[Análise].*** A nota 3 não é explícita *[Língua]* e, dessa forma, contradiz o que o autor declara no texto quando afirma que '"xxxxxxx"' *[Argumentação]*. Se o autor propõe que há apagamento de complemento em (2e), por exemplo, como diz que é difícil aceitar apagamento? Ou seja, quando sabemos se é possível apagar ou não? *[Argumentação]* Nesse sentido, na nota 4, o autor também diz que se poderia assumir "xxxxxxx", através do grau de ligação semântica entre os argumentos e o verbo ('"xxxxxxx"'), o que, mais uma vez, parece contradizer o que diz acima sobre "xxxxxxx" *[Argumentação]*." **(R02)**

Esse excerto mostra que as avaliações estão relacionadas, principalmente, aos tópicos *Língua* e *Argumentação* e que as críticas ao articulista são apresentadas de forma não metafórica, sobretudo: "mas a análise [...] não está de acordo com essa perspectiva teórica"; "o autor não explicita o que quer dizer"; "[o autor] diz "xxxxxxx", quando há um sujeito na sentença"; "[o autor] diz "xxxxxxx", mas a

sentença apresenta"; "a nota 3 não é explicita e, dessa forma, contradiz o que o autor declara".

Um dado particular e surpreendente neste grupo de pareceres revela o uso de instanciações de cunho afetivo, contradizendo o tom imparcial, característica do gênero acadêmico. O excerto do parecer R10, a seguir, mostra uma ocorrência de instanciação afetiva.

> "Na sua apresentação da história "xxxxxxx", acredito piamente que o autor/a autora deve informar, em linhas gerais, um pouco sobre a vida e obra de "xxxxxxx", "xxxxxxx", "xxxxxxx". Lamento dizer que o texto não está amarrado ou como se diz popularmente 'redondo'." **(R10)**

Nesse exemplo, o parecerista tece uma crítica negativa ao tópico *Língua*, destacando a tessitura do texto. Essa avaliação é apresentada de forma mais acolhedora, evidente, não só pela presença do processo mental "Lamento", como também por outros enunciados que evidenciam a subjetividade do parecerista: posicionamento em primeira pessoa ("acredito") acompanhado de um elemento lexical intensificador ("piamente"), dando mais intensidade ao seu posicionamento. Vale destacar que, embora haja subjetividade e acolhimento do parecerista, a proposta de mudança é apresentada, pois o articulista "deve informar". As ocorrências de afetividade, nesse caso, serviram como um disfarce para a imposição do parecerista.

Como descrito em outro exemplo, as realizações avaliativas são sinalizadas por itens lexicais indicativos de negação, revelando ao interlocutor uma posição ou ponto de vista com o qual ele não concorda, pois sua posição é contrária à apresentada no artigo. Ao recorrer à instanciação de polaridade negativa, o parecerista assume o grau máximo de responsabilidade pelo que está avaliando. Veja-se o exemplo a seguir, extraído do parecer R02.

"1. Embora o trabalho aborde uma questão interessante **[TE]**, o objetivo do trabalho não está claramente expresso **[OBJ]**, não havendo também uma articulação bem construída entre as seções **[FO]**.
2. Observações sobre a argumentação:
A argumentação não está bem desenvolvida **[AR]** e, portanto, não é convincente **[AR]**.
Já no início do texto, não há um estabelecimento claro do problema **[LIN]**. O autor coloca, na primeira sentença:
'Essa proposta é uma tentativa de estabelecer, com um pouco mais de precisão, a diferença entre "xxxxxxx" e "xxxxxxx"
e, mais abaixo:
'Mas tenho a intenção de mostrar que "xxxxxxx" são estabelecidos em uma "xxxxxxx", e, que, sintaticamente, a diferença entre "xxxxxxx" e "xxxxxxx" é simplesmente estrutural, ou seja, é só uma questão de posição e que não tem relação com "xxxxxxx".'
Assim, não fica claro se o texto vai estabelecer as diferenças entre "xxxxxxx" e "xxxxxxx", ou se vai argumentar a favor de um mapeamento não estrito entre "xxxxxxx" e realização estrutural **[LING]**." (**R02)**

Esse excerto é constituído por avaliações sobre diversos tópicos, tais como *Tema, Língua, Forma* e *Argumentação*, as quais são reveladas, sobretudo, por orações com polaridade negativa. No entanto, o parecerista utiliza estratégias para disfarçar esse posicionamento de extrema responsabilidade ao avaliar, como pode ser visto no início do parecer, quando ocorre a única avaliação positiva relativa ao *Tema* do artigo, considerado interessante. A partir desse elogio, o parecerista destaca vários problemas relacionados à falta de clareza com relação ao tópico *Objetivo,* à falta de articulação entre as seções, afetando o tópico *Forma.* Além disso, utiliza enunciados de polaridade negativa para avaliar o tópico *Argumentação*, que não está bem desenvolvido e não é convincente. A falta de clareza ocorre também no estabelecimento do problema tratado no artigo.

O parecer R08, reproduzido na íntegra a seguir, mostra o predomínio de ocorrências típicas de avaliação negativa no grupo de pareceres R.

> "Trata-se de um artigo eminentemente descritivo. Não está claro qual a hipótese a ser investigada **[OBJ]**. Há também imprecisões na análise dos dados **(AN)**. Não resulta evidente que expressões tais como "'xxxxxxx"' e "'xxxxxxx"' sejam de fato metafóricas **[AN]**. XXXX é uma sensação, e uma sensação pode ser descrita em termos de intensidade (forte) e dos efeitos (horrível) que ela causa. Não se discute a fundo as formas ("xxxxxxx" ou "xxxxxxx") de se referir à XXX **[AN]**." (**R08)**

Analisando esse exemplo, observa-se o predomínio de posicionamentos realizados, principalmente, pelo item lexical "não", sinalizando avaliação de polaridade negativa sobre o trabalho apresentado, especificamente sobre a clareza da hipótese a ser estudada e sobre as evidências para os argumentos sobre metáfora, sobre a discussão de sentido literal ou metafórico de xxxx. A análise revela que o parecerista demonstra não ter interesse em dialogar com seu leitor, tornando-se monoglóssico: "Trata-se de um artigo eminentemente descritivo" e "Há também imprecisões na análise dos dados", como uma forma de reiterar a certeza sobre a avaliação, sinalizando certa verdade evidenciada pelo parecerista. A realização de teor mais sutil na avaliação ("pode ser descrita") parece amenizar o enunciado, por ser uma expressão modalizada, indicando possibilidade ou pouco comprometimento do parecerista. No entanto, a maioria das ocorrências reforça a restrição ao diálogo.

Como se pode ver nesses exemplos, instanciações metafóricas não são preponderantes nesse grupo de pareceres.

A seguir, são apresentadas as Considerações finais do artigo.

Considerações finais

Este artigo buscou mostrar instanciações metafóricas em pareceres de artigos de uma revista científica, por meio de uma análise realizada em um corpus constituído por pareceres, divididos em três grupos (A, AR, R).

Com base nos pressupostos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional, especificamente pelos conceitos de metáfora gramatical (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY e MATHIESSEN, 2004), foi possível verificar que os pareceristas apresentam avaliações mais suavizadas nos pareceres A e nas sugestões de mudança, o que não seria esperado, uma vez que artigos aceitos para publicação

sem restrições não deveriam ser alvo críticas ou sugestões de mudanças. Ainda assim, percebe-se que essas sugestões são apresentadas de forma modalizada ou metafórica.

As avaliações no grupo de pareceres AR mostram mais críticas negativas, mas os avaliadores buscam mostrar sua solidariedade ao autor do artigo, apresentando as críticas e recomendações de mudança em forma de sugestão. Esse dado mostra a intenção do parecerista em parecer alinhado com seu interlocutor, embora saiba que suas sugestões são interpretadas como indicativas de mudança e devem ser cumpridas.

O grupo de pareceres R mostra significativa presença de avaliações negativas, dado que é esperado, em virtude da particularidade desse grupo. O parecerista mostra os problemas e demonstra seu interesse em apresentar as críticas e as mudanças necessárias, apesar de duas incidências que chamam a atenção, pois trazem instanciações de significado afetivo.

De modo geral, a pesquisa revela um dado interessante que se refere a certa convenção de que o parecer é um gênero textual elaborado de forma imparcial, em que o autor se distancia do seu leitor e não hesita em desagradar o autor do artigo. As instanciações metafóricas revelam exatamente o oposto, pois o parecerista apresenta instanciações afetivas e subjetivas. Esse dado pode ser uma evidência questionável ao que propõe Thompson (2006), quando diz que, em discurso da área científica, realizações metafóricas são mais valorizadas, por visarem mais objetividade e em narrativas orais, há mais ocorrências de metáforas interpessoais.

A análise de metáforas interpessoais neste trabalho contribui para ratificar que a linguagem é utilizada para materializar interações, neste caso, interação entre parecerista e articulista, em que são evidentes troca de informações e de serviços. A metáfora interpessoal, vista nos pareceres analisados, revela significado de relações entre os participantes envolvidos (parecerista e autor do artigo) e o modo como o avaliador expressa sua opinião, utilizando termos para dizer o *sim* e o *não* e os graus intermediários entre o *sim* e o *não*. Nesse sentido, o estudo de metáforas gramaticais, e, mais especificamente neste trabalho, de metáforas interpessoais, mostra-se como uma ferramenta em potencial na análise discursiva, pois revela dados sobre as interações humanas e o modo como essas relações ocorrem dentro de uma perspectiva sistêmico-funcional da linguagem.

Cabe registrar uma limitação deste trabalho devido aos recortes, uma vez que a pesquisa maior contempla a análise dos pareceres, incluindo no trabalho todas as

considerações e pesquisa baseadas a partir do Sistema de Avaliatividade (MARTIN E WHITE, 205). Entretanto, espera-se que este estudo tenha apresentado, de forma consistente, os dados que denotam instanciações metafóricas no gênero parecer de revista de divulgação científica.

Yes or No in peer reviews – a study on the interpersonal metaphor instantiations under the functional systemic perspective

ABSTRACT

Recent studies reveal the importance of discursive analysis on academic texts, due to themes as well as instantiations present in this genre. This study aims at analysing peer reviews from a Linguistics scientific journal and is based on the Systemic Functional Linguistics approach (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004), especially on the interpersonal metafunction and the concept of grammatical metaphor. The *corpus* consists of 67 peer reviews, organized in three groups: approved articles without restrictions (A), approved articles with restrictions (AR) and rejected articles (R). Using the paradigm of qualitative research approach, the study identified thirteen topics (aboutness) discussed by referees: Abstract, Analysis, Argumentation, Bibliography, Contribution, Form, Language, Methodology, Objective, Result, Theme, Theory and Title, that were analysed under the perspective of interpersonal metaphor, with evaluations predominantly positive for group A and negative in groups AR and R. In group A, the indications to corrections and suggestions were instantiated through interpersonal metaphor as a strategy to soften the critics. Group AR also presents occurrences of interpersonal metaphor, particularly, when the referees show the suggestions to correction, which must be followed so that the paper is published. Groups R presents negative evaluations, particularly through monoglossic instantiations, avoiding negotiation between the author and the referee. Results of this research bring contributions to studies on grammatical metaphor and on peer review genre. It may also contribute to Journal RL1, providing information to improve, even more, its prestige.

Keywords: Systemic Functional Linguistics. Grammatical metaphor. Interpersonal metaphor. Peer reviews. Academic writting.

Referências

BARBARA, L.; MACEDO, C. M. M. de. Processos verbais em artigos acadêmicos: padrões de realização da mensagem. In: BARBARA, L.; MOYANO, E. **Textos em linguagem acadêmica:** explorações sistêmico-funcionais em espanhol e português. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

BERBER SARDINHA, A. P. **Metáfora**. São Paulo: Parábola, 2007.

BERNARDINO, C. G. **O metadiscurso interpessoal em artigos acadêmicos:** espaço de negociações e construção de posicionamentos. 2007. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**: some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

ESTRELA, C. **Metodologia científica:** ensino e pesquisa em odontologia. São Paulo: Artes Médicas, 2001.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução: Joice Elias da Costa. 3.ed. São Paulo: Artmed, 2009.

GRUSZYNSKI, A. C.; GOLIN, C.; CASTEDO, R. Produção editorial e comunicação científica: uma proposta para edição de revistas científicas. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação,** Brasília, v.11, n.2, p. 1-17, maio – ago. 2008.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar.** London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar.** 2.ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic:** the social interpretation of language and meaning. Australia: Edward Arnold, 1978.

HOUGHTON, B. **Scientific periodicals***:* their historical development, characteristics and control. London: The Central Press, 1975.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980. CAMERON, L. **Metaphor in educational discourse**. London: Continuum, 2003.

LINS, N. F. Gêneros discursivos e o ensino de linguagem. **Revista Letra Magna - Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura** v. 4, n. 211 6, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/LinguaEspanhola/artigos/art_neilton.pdf>. Acesso em: 04 set. 2010.

MACHADO, A. R. Revisitando o conceito de resumos. In: DIONISIO, A.P. *et al.* (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 138–150.

MORAES, F. B. C. Análise comparativa das conclusões de artigos científicos das áreas de Odontologia e Linguística. In; BARBARA, L. e MOYANO, E. **Textos em linguagem acadêmica***:* explorações sitêmico-funcionais em espanhol e portugues. Campinas: Mercado das Letras, 2011. p. 193-212.

MOTTA-ROTH, D. A construção social do gênero resenha acadêmica. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.) **Gêneros textuais**. Bauru: EDUSC, 2002. p. 77-116.

PAULA, S. M. **O metadiscurso em introduções de artigos científicos:** uma perspectiva sistêmico-funcional. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

PILAR, J. A redação de vestibular como gênero. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.) **Gêneros textuais**. Bauru: EDUSC, 2002. p. 159-174.

SCHLENDLINDWEIN, S. L. Publique ou pereça. **Boletim Informativo da SBCS.** Opinião, p. 10-11, jan.–abr. 2009. Disponível em: <http://sbcs.solos.ufv.br/solos/boletins/abertura%20publique%20ou%20pere%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 22 mar 2010. (2009).

VIAN JR., O.; IKEDA, S. N. O ensino do gênero resenha pela abordagem sistêmico-funcional na formação de professores. **Linguagem & Ensino**. Pelotas, v.12, n.1, p.13-32, 2009.

VIVAN. E. G. S. **Principais usos de processos verbais e metáforas interpessoais em artigos de Linguística Aplicada**. 2010. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

VOLPATO, G. L.; FREITAS, E.G. Desafios na publicação científica. **Pesquisa Odontológica Brasileira**. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 49-56, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pob/v17s1/a08v17s1.pdf>. Acesso em: 10 maio 2010.

THOMPSON, G. **Introducing Funcional Grammar**. London: Edward Arnold, 1996.

Submetido: 04/02/2016
Aceite: 06/09/2016

Sobre uma teoria da expectativa

Luiz Carlos Cagliari*

Resumo

O presente trabalho apresenta como se pode ter uma teoria semântica cognitiva da ideia de expectativa encontrada no processo de comunicação linguística. Encontra-se essa ideia comumente em conversas, diálogos, em textos orais e literários, o que a caracteriza como um fato semântico de uso muito comum. Uma análise geral mostra que a ideia de expectativa é muito mais importante para os estudos semânticos e discursivos do que se costuma pensar. Uma análise mais profunda mostra que a linguagem precisa da ideia de expectativa como motivador de seu uso. Desse modo, a expectativa está na base de todo processo de comunicação linguístico. As línguas dispõem de muitas palavras e expressões que introduzem uma expectativa na comunicação, como a própria palavra *expectativa*, expressões como *eu acho que...* e até estruturas sintática e prosódicas como uma pergunta. A expectativa pode estar na mente do falante ou na mente do ouvinte ou na mente de todas as pessoas envolvidas numa comunicação linguística. A expectativa pode ser também uma noção estabelecida formalmente através de regras ou de costumes na sociedade. A formulação de uma teoria da expectativa tornou-se mais viável com o desenvolvimento da semântica cognitiva nas últimas décadas. A noção de *frame* é, talvez, a que melhor explique a expectativa.

Palavras-chave: Expectativa. Comunicação. *Frame*. Linguística Cognitiva.

1. A mente e a semântica cognitiva

A mente humana tem sido objeto de investigação desde os antigos filósofos. O racionalismo aristotélico e o idealismo platônico podem ser vistos também como um estudo sobre a mente humana através da linguagem. Ligado à linguagem está a ideia de pensamento. O local onde ocorre o pensamento tem sido nomeado como psiquê, alma, mente, intelecto, sede do pensamento, faculdade da linguagem. A própria palavra *mente* remonta ao latim. Dificilmente alguém imaginaria o ser

1 Livre Docente pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde atuou como Professor Titular (1990). Pós-doutor pelas Universidades de Londres (1987) e de Oxford (2003). Foi professor Adjunto MS-5 da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), *campus* Araraquara.
O autor agradece ao CNPq pelo suporte financeiro de uma bolsa PQ, processo 304170/2013-5 e a Ana Eliza B. O. Baptista

humano sem uma inteligência, porque é a racionalidade que distingue o ser humano dos demais seres vivos. Em razão disso, ao longo da história da Humanidade, muito se investigou e se disse a respeito da mente. Em meio a muitos estudos sérios, encontram-se também, às vezes, algumas afirmações bizarras. Os filósofos e os religiosos são os que mais se preocuparam com a mente (alma). Os filósofos procuram uma lógica para explicar a vida terrena e os religiosos procuram uma vida além da morte. Só mais recentemente a medicina, a genética, a psicologia e a linguística passaram a se interessar particularmente pela mente como uma ação do cérebro ou mesmo do DNA.

Teoricamente, podem-se formular algumas hipóteses a respeito do cérebro e da mente. Pode-se dizer que o cérebro apenas se conecta com o mundo exterior fora das pessoas, através dos sentidos, controlando o processo da vida bioquímica. O cérebro seria uma espécie de HD com uma enorme capacidade de memória e de processamento que lhe é peculiar. A mente seria uma espécie de *software* do processo da vida, também chamado de *pensamento*. Assim, podemos dizer que a mente é uma faculdade que processa a linguagem, porque o pensamento é a linguagem e a linguagem é a expressão verbal do pensamento. Porém, onde está a mente? Como ela é? Como é complicado atribuir ao cérebro a faculdade do pensamento ou da linguagem, uma saída (provisória) tem sido inventar a mente, através de um axioma. Com isso, é possível fazer hipóteses sobre sua natureza e funções a partir de uma observação de como a linguagem funciona.

Com as investigações modernas da biofísica e da ciência da cognição, o que se entende por mente humana tem sido caracterizado num nível de detalhes muito grande, seja tendo em vista o fator biológico (cérebro e mente), seja tendo em vista o fator linguístico. A contribuição da linguística cognitiva e, em particular, da semântica cognitiva revolucionou o modo como analisamos e compreendemos muitos fenômenos semânticos, como a metáfora, por exemplo.

Da década de 70 do século passado até hoje, a linguística cognitiva desenvolveu-se muito, produzindo uma grande quantidade e uma grande variedade de trabalhos sob essa perspectiva. Uma resumida lista de obras, como sugestão, inclui obras como LAKOFF; JOHNSON, 1980; FILLMORE, 1982; LANGACKER, 1987; JOHNSON, 1990; FILLMORE; ATKINS, 1992; SEARLE, 1992; FAUCONNIER, 1994; FAUCONNIER, 1999; LAKOFF; JOHNSON, 1999; WILSON; KEIL, 1999; LAKOFF, 2000; TALMY, 2000; FAUCONNIER; TURNER, 2002; KÖVECSES, 2006; EVANS; GREEN, 2006; GEERAERTS; CUYKEN, 2007; AVERBECK,

2010. Algumas obras têm um caráter introdutório ou trazem considerações de natureza histórica. Outras apresentam pesquisas sobre tópicos específicos, em geral, introduzindo novas teorias cognitivas para fatos linguísticos.

Com esses e outros trabalhos, acabamos descobrindo que pensamos através de mecanismos que antes pareciam insuspeitos. A linguagem corporificada, os *frames* e os *scripts*, o fenômeno de *blending*, a teoria dos espaços mentais trouxeram uma reviravolta nos estudos semânticos das últimas décadas. A teoria dos sistemas complexos, desenvolvida na teoria quântica, a entropia dos sistemas complexos, os processos de categorização e de formação de matrizes, somaram-se às teorias psicológicas dos protótipos. Somando o antigo com o novo, os conhecimentos que temos da mente humana mostram que já sabemos muito a respeito dela, com grande grau de segurança. Começa-se a ter a sensação de que resta pouco para saber.

Colocada a questão como acima, parece temerários propor algo novo. Na verdade, o que se propõe neste trabalho, estudando a expectativa, não é um fenômeno novo, mas um modo diferente de olhar algo que sempre esteve lá, mas que, com relação a ele, pouca atenção tem sido prestada de modo específico e minucioso.

2. O significado linguístico na semântica

Historicamente, podemos dividir os estudos de semântica, compreendendo todos os seus aspectos, em três grupos: estudos do literal; estudos do não dito e estudos do significado na mente.

O primeiro trata do significado lexical e sintático, bem como da lógica e da etimologia. Pode-se fazer um dicionário, estabelecer funções sintáticas com papéis temáticos, mostrar uma teoria lógica da linguagem e estudar um texto científico (LYONS, 1996). Todos esses estudos dependem do que é dito, focando principalmente o que se costuma chamar de sentido literal ou expresso pelas palavras dos enunciados.

O segundo grupo tem a ver com a semântica argumentativa, com os atos de fala (AUSTIN, 1975; SEARLE, 1992), com a dimensão pragmática do uso da linguagem (LEVINSON, 1983), quando ocorre algum significado pressuposto, acarretado ou conotativo, apoiado em elementos do sistema da língua. Por exemplo, quando alguém diz “Helena parou de escrever poesias aos 18 anos”,

subentende-se que "ela escrevia poesias até os 18 anos" e mais "que ela não escreveu mais poesias depois dos 18 anos". O pressuposto (DUCROT, 1972) tem uma estrutura "lógica" embutida no próprio sistema da língua, seguindo regras bem definidas. Os atos de fala têm a ver com a mistura de fala e de realização de um ato socialmente estabelecido, como quando um juiz diz: "Eu te condeno a um ano de prisão por crime de peculato".

O terceiro grupo estuda como o significado se estrutura e funciona na mente do falante e do ouvinte. Nas últimas décadas, a Semântica Cognitiva vem revelando como a mente humana trabalha com o conhecimento, mostrando uma relação muito estreita entre significado linguístico, mundo e falante. Ideias tradicionais como a arbitrariedade do processo de referência na constituição do signo e outras foram redefinidas a partir do trabalho executado pela mente. A metáfora passou de uma simples figura de linguagem para um mecanismo definidor do sentido das expressões linguísticas (LAKOFF; JOHNSON, 1980). Outros autores apresentaram outros mecanismos das operações semânticas da mente, como os *frames*, o *blending*, os espaços mentais, a teoria da corporificação da mente, *etc.* (FILLMORE, 1982; FAUCONNIER, 1999; FAUCONNIER; TURNER, 2002). Mesmo dentro da Semântica Cognitiva, os estudos do significado ficaram restritos ao que se diz, como se diz, e ao que se pretendia dizer. As conexões entre a mente, a fala e o mundo continuam constituindo o objeto da semântica nas suas diversas teorias e abordagens. Entretanto, os meandros cognitivos da mente apresentam pensamentos coletivos ou individuais que são, primeiramente, elaborados na mente, e lá podem ficar para sempre ou serem, eventualmente, revelados através da fala. Nesse contexto, encontramos a noção de *expectativa* tal qual definida neste trabalho.

3. A ideia de expectativa sob investigação

Como mencionado anteriormente, a ideia de expectativa aparece frequentemente em considerações semânticas sobre o significado. Entretanto, sua natureza e funções não têm sido estudadas na devida medida. Com as investigações sobre a mente a partir da linguagem (LAKOFF; JOHNSON, 1980; FILLMORE, 1982; PINKER, 1995), algumas palavras e fenômenos linguísticos passaram a merecer uma atenção especial. Apesar de a noção de expectativa aparecer pouco em estudos semânticos, na década de 60 e 70 do século passado, encontram-se

alguns trabalhos em que a ideia de expectativa desempenha papel importante de como entendemos a linguagem. Um resumo desses trabalhos foi apresentado por Debora Tannen (1979). Ela mesma apresenta um estudo próprio, mostrando como falantes de inglês e de grego interpretam um texto. Seu estudo é feito dentro de uma perspectiva ligada ao conceito semântico de *frame*. Ela conclui, dizendo:

> I have shown that the notion of script, frame, and schema can be understood as structures of expectation based on past experience, and that these structures can be seen in the surface linguistic form of the sentences of a narrative. Furthermore, the structures of expectation which help us process and comprehend stories serve to filter and shape perception. That is why close analysis of the kinds of linguistic evidence I have suggested can reveal the expectation or frames which create them (TANNEN, 1979, p. 179).[1]

Fillmore (1982) também usa a noção de *frame* para explicar a expectativa:

> Knowing that a text is, say, an obituary, a proposal of marriage, a business contract, or a folktale, provides knowledge about how to interpret particular passages in it, how to expect the text to develop, and how to know when it is finished. It is frequently the case that such expectations combine with the actual material of the text to lead to the text's correct interpretation. And once again this is accomplished by having in mind an abstract structure of expectations which brings with it roles, purposes, natural or conventionalized sequences of event types, and all the rest of the apparatus that we wish to associate with the notion of 'frame' (FILLMORE, 1982, p. 117).[2]

Estudando como os discursos retóricos de natureza persuasiva devem ser recebidos, Michael Burgoon e Gerald R. Miller (1985) criaram uma teoria rotulada de LET (*Language Expectancy Theory* ou Teoria da Expectativa Linguística). Eles

1 Tradução: Mostrei como as noções de *script, frame* e *schema* podem ser entendidas como estruturas de expectativa baseadas em experiências passadas, e como essas estruturas podem ser vistas na forma de superfície linguística de sentenças de uma narrativa. Além disso, as estruturas da expectativa que nos ajudam a processar e a compreender as histórias servem para filtrar e moldar a percepção. É por isso que uma análise minuciosa dos tipos de evidência que eu sugeri pode revelar as expectativas ou os *frames* que as criaram (TANNEN, 1979: 179).

2 Tradução: Sabendo que um texto é um obituário, uma proposta de casamento, um contrato de negócios, uma lenda popular, isso traz conhecimentos de como interpretar uma passagem particular nele, como se espera que o texto se desenvolva e como saber quando terminou. Frequentemente, é o caso que tais expectativas combinem com o material atual do texto para levar a uma interpretação correta do texto. E mais uma vez, isso é realizado tendo na mente uma estrutura abstrata de expectativas que traz com ela regras, intenções, sequências naturais ou convencionalizadas de tipos de ocorrências e todo o aparato restante que queremos associar à noção de *frame* (FILLMORE, 1982, p. 117).

mostram como a linguagem dispõe de regras para que uma comunicação possa acontecer e o discurso retórico ter sua eficácia. Esses conhecimentos ou regras são compartilhados pelo orador e pelo auditório e constituem expectativas de ambas as partes. A existência dessas regras por si só não garante o sucesso do discurso, mas constituem expectativas que devem ser compartilhadas. Vários trabalhos foram feitos a partir dessa teoria (MILLER, 1987; BURGOON, 1995; BURGOON *et al.,* 2002). A abordagem de Burgoon e Miller está voltada apenas para o uso de regras na retórica e, portanto, não estuda exatamente o que apresentamos neste trabalho.

A semântica tradicional tem estudado de modo bastante detalhado o significado linguístico das palavras, das proposições, dos enunciados e até do texto e do discurso. Podemos ver esses estudos em duas partes: aquela que trata do significado literal e aquela que trata do significado não dito, mas expresso através de estruturas linguísticas, como o pressuposto, a conotação, *etc*. A outra parte se subdivide em duas: uma oriunda dos estudos pragmáticos, que acrescentam sentidos a partir do uso, como as implicaturas e os atos de fala; a outra, que estuda o significado linguístico como modelos cognitivos idealizados na mente.

O objetivo deste trabalho é um estudo da noção de *expectativa*. Como o rótulo "expectativa" tem muitos sentidos e aplicações, é preciso distinguir algumas coisas. Preliminarmente, assume-se que o objeto do presente estudo é uma ideia que reside na mente das pessoas, ou seja, é uma ideia pensada, mas não necessariamente falada. Numa definição estreita, trata-se de um construto da mente que não precisa ser explicitado, mas cuja realidade é uma espécie de "conversa" da mente consigo própria, com um objetivo de produzir e interpretar uma realidade ou um discurso. Sendo a linguagem uma atividade da mente, uma expectativa pode aparecer explícita ou implícita numa mensagem. É comum o falante se garantir quanto ao valor de verdade do que diz, indicando qual é sua expectativa com relação a isso, por exemplo, quando atenua o valor de verdade do que diz, como em (1):

(1) Eu acho que o dólar vai baixar.

Por razões metodológicas, assume-se que a ideia de expectativa, objeto deste trabalho, não se confunde com significados e sentidos - semânticos e pragmáticos - tradicionalmente analisados pela linguística. Desse modo, estão de fora interpretações de pressuposição, implicatura, implícitos, subentendidos, sentido das entrelinhas, uso argumentativo de inferências, conotações, processos de construção de sentido no discurso, o conhecimento do mundo, atos de fala,

máximas conversacionais, conhecimento enciclopédico e, obviamente, o significado literal das palavras no léxico. O que todos esses itens têm em comum é o fato de estarem ligados necessariamente à fala, ao texto, ao enunciado. Ou, ainda, todos esses fatores semânticos precisam se ancorar num enunciado, num discurso. Eles não podem ocorrer só na mente, como pode acontecer com a ideia de expectativas. Há, na fala, algum elemento explícito ou implícito que justifica as diferentes interpretações semânticas mencionadas acima.

Numa abordagem semântica tradicional, encontramos a ideia de expectativa explícita ou camuflada em muitos tipos de teorias semânticas e de trabalhos. Os atos de fala (Austin, 1975) é um caso claro da presença de uma expectativa. O falante tem a clara intenção de produzir um ato com sua fala, reconhecido com um poder legal por uma sociedade. Por outro lado, o ouvinte sabe das implicações daquela fala, também reconhecendo o fato como legal. Para que o ato de fala se consuma, é preciso que o falante e o ouvinte compartilhem das mesmas expectativas, como quando o juiz de paz diz:

(2) Eu os declaro marido e mulher.

Ações pragmáticas da linguagem costumam ser dependentes de expectativas por parte dos envolvidos. Por exemplo, o fato de alguém ensinar supõe por parte de quem ensina que é possível transmitir ensinamentos e, por parte de quem aprende, que é possível aprender. Caso contrário, o ensino e a aprendizagem não fariam sentido.

Muitos linguistas costumam salientar que todo ato de comunicação participa de um processo de interação (BAKHTIN, 1979). Subjacente a toda interação linguística, há um compartilhamento de expectativas por parte de quem produz o texto e por parte de quem o interpreta. A ponte que liga um autor ou falante e um leitor ou ouvinte é o fato de que ambos estão envolvidos em experiências antigas ou atuais, que se tornaram expectativas. Na verdade, toda comunicação começa com uma expectativa por parte do falante. Por outro lado, todo processo de compreensão começa com expectativas do ouvinte. São as expectativas que criam condições para uma conversa e para um diálogo. Sem expectativas, essas atividades ficam sem sentido. Como diz o ditado popular "são palavras ao vento".

Dentro do contexto da Gramática Gerativa, quando Chomsky (1965) refere-se à intuição do sujeito falante, está reconhecendo que o conhecimento interiorizado do falante com relação ao sistema de sua língua cria expectativas gramaticais. O reconhecimento de um acerto ou de um erro gramatical só é possível porque

a língua tem um sistema e os falantes usam esse sistema como expectativas de realizações linguísticas corretas (ROOT, 1976).

Quando se aprende uma palavra, além dos fonemas, alofones, morfemas e dos significados associados, acrescentamos informações de uma estrutura prosódica, como a ordem dos segmentos, a tonicidade, a divisão silábica, *etc.* Além disso, cria-se uma expectativa de uso que permite dizer e avaliar a realização correta ou incorreta da palavra, não apenas com relação à sua integridade lexical, mas também com relação aos sentidos possíveis que pode ter em contextos sociolinguísticos específicos. Veja-se o exemplo abaixo:

(3) Bata levemente na panela.

Embora seja de fácil compreensão o sentido do exemplo (3), isso acontece porque temos certas expectativas de como segmentar e interpretar sequências de sons. Por exemplo, na palavra "levemente", não entendemos a sequência "mente" como se referindo à faculdade do pensamento. Na palavra "panela", não entendemos "pá" (instrumento), mais "nela" (pronome). Porém, reconhecemos sufixo verbal em "bata", sabemos que "panela" é uma palavra feminina no singular, ou seja, identificamos facilmente os morfemas das palavras de uma língua como o português. Isso mostra que a compreensão é uma expectativa com relação ao conhecimento de alguma coisa.

Uma área dos estudos linguísticos que tem trabalhado com a ideia de expectativa, sob vários ângulos, é a Análise do Discurso de linha francesa. A análise dos processos de construção de sentido no discurso se atém à linguagem e não à mente do falante e do ouvinte. Portanto, a ideia de "expectativa" do presente trabalho refere-se a outra realidade, embora possa também servir de base para muitas explicações sobre a enunciação e o discurso. Dentro da Linguística Textual, também se encontram referências de significado que podem ser associadas à ideia geral de expectativa. Talvez a noção mais próxima seja o conhecimento de mundo. Entendemos o mundo e a linguagem somente com os conhecimentos adquiridos.

É comum encontrar em diferentes tipos de discurso (textos ou enunciados simples) a presença de interpretações que fogem do literal e que são criações que trazem a marca da individualidade, mas podem também ser de grupos de pessoas. Todo discurso religioso é desta natureza: acreditamos, temos fé, esperamos que algo aconteça. São expectativas coletivas que dão um significado especial ao discurso religioso. Em grau menor, podemos encontrar essas expectativas também em discursos científicos. Veja os exemplos a seguir:

(4) Deus dará a vida eterna aos justos.

(5) A Teoria da Relatividade é errada, porque já temos as leis de Newton.

As piadas, os jogos de palavras, os chistes, as adivinhações e coisas semelhantes existem como tais porque criam uma expectativa na mente do ouvinte, a qual é, depois, frustrada com a revelação final de como se deve entender o que foi dito, como na seguinte piada:

(6) Da janela de um hospício, um louco viu que uma pessoa trocava um pneu do carro, quando percebeu que os parafusos caíram em um bueiro. Sem saber o que fazer, o dono do carro começou a lamentar. O louco foi até ele e disse: "Por que você não tira um parafuso das outras três rodas e os coloca na roda que ficou sem parafusos?". O motorista achou a ideia genial e perguntou: "Mas você não é um louco?" O louco respondeu: "Eu sou louco, mas não sou burro!".

As pessoas criam hipóteses na mente que são deduções, ou seja, associação de ideias com uma finalidade explicativa. Algumas deduções são consequências diretas do que foi dito ou pressuposto, mas algumas são expectativas que só fazem sentido na mente de quem falou ou ouviu. A estranheza causada por alguns enunciados mostra que temos uma lógica de entendimento da realidade. Essa lógica é uma expectativa coletiva, compartilhada e que é esperada na fala das pessoas. É por isso que (7) é um enunciado estranho (idiota, de mau gosto...)

(7) Você vai a pé ou sem pé?

Os exemplos acima mostram tipos de expressões, enunciados e discursos que induzem expectativas. Eles são motivados por hipóteses, estranhezas ou por uma lógica popular. Além disso, uma expectativa pode ser individual ou coletiva (social). As formas de ideologia são tratadas na mente como expectativas que comandam a ação social. Toda motivação social, política ou religiosa é uma forma de expectativa de determinados grupos de pessoas. Uma análise da história da Humanidade, de um povo e até de uma pessoa mostra que vivemos em função de expectativas individuais ou sociais.

Grice (1989) estabeleceu alguns "princípios cooperativos da conversação", para mostrar o essencial, mas, ao mesmo tempo, dá a entender os problemas decorrentes da falta de "cooperação" na fala. Esses e outros fatores textuais e conversacionais revelam um cenário comunicativo que é sempre preocupante para o falante e para o ouvinte. No meio de tantas dúvidas e insucessos comunicativos, aparece a figura da "expectativa de sentido", de algo não dito, mas que se gostaria de dizer se, em vez de uma conversa sucinta, a troca de informações entre as pessoas pudesse se

desenvolver em muitos detalhes e considerações. Porque simplificamos o modo como comunicamos, criamos vazios semânticos que podem gerar dúvidas, mal-entendidos, perplexidades, *etc.* numa batalha entre expectativas e interpretações das mensagens na comunicação.

A área da prosódia tem trabalhado com as atitudes do falante. Do ponto de vista físico, a prosódia é entendida com estudo dos fenômenos fonéticos suprassegmentais, como a duração, a altura melódica, o ritmo, a entoação, a qualidade de voz, entre outros (CAGLIARI, 2007). Do ponto de vista do significado, as atitudes dos falantes revelam sentidos não literais, mas compartilhados pelo sistema da língua, envolvendo, em geral, as emoções e sentimentos semelhantes. As atitudes dos falantes aparecem na fala e são carreadas pelos elementos linguísticos dos enunciados. Uma pessoa é grosseira quando fala, porque imprime à sua fala características prosódicas da grosseria. Através da prosódia, pode-se dizer um enunciado com sentido suspensivo, inacabado, deixando ao interlocutor preencher uma lacuna semântica não dita.

Existe um fato semântico, que podemos definir como expectativa que, às vezes, recebe o rótulo de conotação, de sentido pressuposto, de sentido assumido pelo falante ou pelo ouvinte, o qual é usado, em geral, para explicar desvios de interpretação. Esses rótulos abrangem vários fenômenos semânticos além da ideia de expectativa e estão sempre ligados a uma expressão linguística. São interpretações decorrentes de outras, expressas através de palavras ou de estruturas já definidas na semântica do enunciado.

A surpresa é uma interpretação de algo que não deu certo, devido à ignorância diante da realidade ou, simplesmente, porque se esperava que as coisas fossem diferentes. Portanto, há expectativas de vários tipos e graus. Há expectativas que são facilmente compartilhadas por grupos de pessoas e expectativas que são elaboradas na mente de indivíduos e podem ficar lá para sempre sem aparecerem na fala. Há expectativas que acabam mostrando uma realidade acontecida, como há expectativas que revelam uma frustração do que a pessoa pensava. Há expectativas esperançosas, muitas vezes, fruto da imaginação e, não raramente, de superstição e de desejos. Há expectativas positivas e negativas, que se realizam ou não.

O resultado de mal-entendidos vem mais do preenchimento das expectativas por parte do ouvinte e, mais raramente, da ambiguidade, da vagueza ou de outras ocorrências semânticas ligadas às palavras (CANÇADO, 2005). O mal-entendido

proveniente das expectativas é mais sutil e mais difícil de ser discutido, mas nem por isso deixa de ser preocupante na vida das pessoas e das sociedades.

Os modelos da semântica cognitiva organizam nosso conhecimento de mundo em categorias ou grupos de ideias associativas, como os *frames, os esquemas mentais, os scripts*, entre outros (ABREU, 2010; FERRARI, 2011). Certamente, assim como os conhecimentos de mundo dão sentido e coerência à comunicação linguística, também servem de suporte para qualquer tipo de expectativa na mente ou no discurso das pessoas. Um uso típico dos conhecimentos de mundo armazenados linguisticamente na mente das pessoas é a inferência, ou seja, quando se estabelece uma relação não dita entre dois discursos ou enunciados. A intencionalidade é outro exemplo: o falante procura produzir o "melhor" texto para seu ouvinte, para que as ideias do ouvinte se identifiquem com as ideias do falante. Apesar de tais desejos e das ferramentas comunicativas da linguagem, nem sempre o resultado é o esperado pelo falante ou pelo ouvinte.

4. Mais algumas considerações para uma teoria da expectativa

As considerações acima mostram alguns elementos com os quais podemos construir uma teoria da expectativa, captando um sentido que, tradicionalmente, costuma aparecer misturado com outros. Essa é a razão pela qual esse aspecto do significado linguístico das palavras tem ficado pouco explorado e é, em geral, interpretado juntamente com outros sentidos que as palavras e os enunciados têm.

Os pensamentos são elaborados nas mentes das pessoas de modo individual ou na mente coletiva da sociedade. Na mente dos indivíduos, a expectativa pode ser apenas uma memória, enquanto não for traduzida em fala. Na mente coletiva, será sempre uma memória social aceita por consenso ou por documentos históricos.

Portanto, a expectativa, a que se refere este trabalho é uma invenção mental, motivada por razões da vida das pessoas e da sociedade em função da eficácia do processo de comunicação. A noção de expectativa tem a ver com a eficácia da comunicação, sendo um elemento motivador para sua realização. É um requisito necessário para a formulação de um pensamento e para a sua transmissão. Com relação à enunciação, a expectativa pode estar na mente do falante ou do interlocutor.

Uma característica especial associada à ideia de expectativa é sua relação com a noção de tempo, uma vez que a expectativa espera pela realização de um

fato a ela associado (CAGLIARI, 2008; IAGALLO, 2014). A expectativa é um pensamento em função do tempo passado ou futuro com relação ao momento da enunciação. Não existe expectativa cujos fatos se deem no presente da enunciação. Ou seja, não se constrói uma expectativa no exato momento em que se fala. Ela precisa vir antes. Um enunciado como (8) é agramatical:

(8) *Eu penso que você traz o martelo.

Porém, pode aparecer a coocorrência de verbos no presente quando o sentido do enunciado mostra uma ação que costuma se repetir, como em (9) e (10):

(9) Eu acho que você não pensa em mim.

(10) Certamente, você não está me entendendo.

É da natureza das palavras que introduzem uma expectativa utilizar de fatos já acontecidos ou que irão acontecer, a respeito dos quais se faz um julgamento de valor, como nos exemplos abaixo. Portanto, embora aparentemente possa parecer que há uma expectativa concomitante com o tempo presente da enunciação, por causa do uso de verbos no presente dentro do enunciado, essa é uma ideia falsa, porque só se pode criar uma expectativa com algo que já aconteceu ou que se supõe que irá acontecer, como mostram os exemplos a seguir:

(11) Eu penso que eu estou com dengue.

(12) Eu estou achando que estou com dengue.

(13) Eu acredito que comer berinjela faz bem.

No uso comum, a ideia de expectativa é usada para explicar desvios de interpretação com relação a fatos reais ou imaginários como no exemplo (14):

(14) A minha expectativa era que não chovesse durante o churrasco.

Como choveu, a minha previsão não se realizou. Os dois fatos ocorreram no passado. A expectativa pode ser formulada no passado, referindo-se a uma ação no futuro, que ainda não aconteceu como em (15)

(15) Eu acho que não vai chover amanhã.

O momento da enunciação, como é um momento fluido, que logo se torna passado, permite criar uma expectativa. Neste caso, a ação referida acontecerá no futuro, com relação ao tempo da enunciação. Uma expectativa é um pensamento que se projeta num futuro. A expectativa mostra que a mente não só guarda lembranças e recordações do passado, mas pode criar uma situação de vida mental num futuro, como se a pessoa vivesse uma espécie de ficção científica com dados de sua memória. Há uma explicação idealista interessante nesse sentido: a realidade se apresenta como lembranças do passado, porque o futuro não aconteceu e o

presente é apenas um portal para o passado. O presente está se transformando em passado a todo instante. Quando vamos falar do presente, ele já é passado. Nesse cenário de representações temporais, a expectativa é um esforço para projetar a mente no futuro.

A surpresa é uma reação na falta de uma expectativa. Depois que um fato acontece, a surpresa só pode ser explicada através da existência não revelada de uma expectativa. Há expectativas que acabam mostrando uma realidade acontecida, como há as que revelam uma frustração do que a pessoa pensava. Há expectativas esperançosas, muitas vezes, fruto da imaginação e, não raramente, de superstição, de crendice ou de desejos. Muito do que se diz é dito através de expectativas, porque o falante não gostaria de dizer uma verdade diretamente. O ouvinte pode apelar para uma expectativa para se desculpar ou mesmo para recriminar o seu interlocutor. Enfim, a expectativa permeia grande parte do uso da linguagem no processo comunicativo. Aparece de modo mais saliente na interação linguística, nos diálogos, às vezes de forma velada.

Do ponto de vista do significado, uma expectativa pode ter uma afirmação explícita ou implícita. Do ponto de vista do falante, encontram-se palavras e expressões que são usadas para sinalizar a presença de uma expectativa na mensagem, como: admiração, desejo, esperança, eu acho que, note que, veja, suspense, confiança, pessimismo, otimismo, prever, probabilidade, profecia, *etc.* Do ponto de vista do ouvinte: frustração, frustrante, inacreditável, expectativa, desapontamento, falhar, inesperado, lamentar, blefe, ilusão, rejeitado, desilusão...

O presente trabalho traz apontamentos para se construir uma teoria semântica cognitiva da expectativa. Enquanto não se define uma teoria específica sobre o tema, as pesquisas apoiam-se, metodologicamente, em estudos da Semântica Cognitiva. A própria ideia de expectativa ainda precisa de uma definição mais exata. Dada a abrangência do fenômeno, à medida que novos exemplos forem analisados, mais definidas ficam a noções associadas ao tema. A análise dos exemplos deverá associar os fatos das línguas às análises linguísticas dos processos de idealização da mente, dentro de uma perspectiva cognitiva.

5. Introdutores da Ideia de Expectativa

Há um conjunto de palavras e de expressões que se caracterizam pelo fato de sinalizarem aos usuários que existe uma expectativa que vem em anexo à

mensagem, ou que indica que o falante tem algo a mais na sua comunicação, ou mesmo que o interlocutor procurou preencher para melhor compreender a mensagem, a partir de sua experiência linguística e de vida. A própria palavra expectativa existe com essa função. Um levantamento dos usos dessa palavra mostra a natureza e as funções da ideia de expectativa. Mas não é somente a palavra expectativa que se presta a isso.

(16) A minha expectativa é que a festa aconteça sem problemas.

(17) A expectativa dele não aconteceu.

(18) Todos tinham a mesma expectativa.

(19) As células-tronco criaram uma expectativa de imortalidade.

O primeiro exemplo – (16), acima – mostra uma expectativa explicitada na expressão *festa sem problemas*. A palavra expectativa tem o sentido de desejo. O segundo exemplo, (17), mostra um comentário sobre o primeiro exemplo (16) e significa uma frustração. Mas o falante desse segundo exemplo não tornou explícito qual era a expectativa. O exemplo (18) refere-se a uma expectativa coletiva, compartilhando o mesmo desejo do exemplo (16). Porém, só quem ouviu o falante do primeiro exemplo sabe do que se trata. O último exemplo (19) é uma afirmação de caráter geral. Neste caso, é mais difícil dizer a origem da expectativa, mas seu sentido ficou explícito na palavra *imortalidade* associada ao conhecimento de mundo. No exemplo (20) abaixo,

(20) Estou muito pessimista com relação à inflação deste ano.

o falante dispõe de conhecimentos econômicos bem definidos em sua mente, levando em conta muitos fatores socioeconômicos. Esses conhecimentos o levam a ter certa expectativa do tipo "acho que a inflação deve variar de 6.5 a 8.0%". A comunicação do enunciado (20) pode ter a palavra pessimista preenchida com diferentes graus de expectativas: o economista do Governo acha que a inflação vai variar de 6.5 a 7.0 %. O comerciante interpreta a palavra pessimista a seu modo e com sua visão do mundo socioeconômico, esperando uma inflação de 6.5 a 12.0 %. O Governo pode ter a expectativa de que a variação da inflação é irrelevante. O enunciado dito por um comerciante pode levá-lo a calcular os preços com 12.0 %, para evitar prejuízos futuros. Certamente, o resultado de mal-entendidos vem mais do preenchimento das expectativas por parte do ouvinte e, mais raramente, da ambiguidade, vagueza ou outras ocorrências semânticas ligadas às palavras e às sentenças. O mal-entendido proveniente das expectativas que estão em jogo é mais sutil e mais difícil de ser discutido, mas nem por isso deixa de ser preocupante na

vida das pessoas e das sociedades.

É possível fazer uma tipologia da expectativa sob vários pontos de vista. Algumas palavras e expressões podem ser rotuladas de introdutores ou marcadores de expectativa. Elas podem ser classificadas de vários modos, por exemplo, de acordo com a categoria gramatical a que pertencem, como se mostra a seguir.

a) *substantivos*: expectativa, desejo, esperança, admiração, suspense, confiança, otimismo, desapontamento, ilusão, desilusão, previsão...

(21) A esperança é a última que morre.

(22) Meu desejo é viajar para a Europa.

(23) O otimismo econômico de João é antológico.

b) *verbos:* pensar, achar, desejar, esperar, admirar, iludir, acreditar, notar, ver, prever, lamentar, rejeitar, especular...

(24) Acredito que a economia se recupera rapidamente.

(25) Penso que vai chover.

(26) Maria admirava a honestidade do Prefeito.

c) *adjetivos:* inacreditável, inesperado, esperançoso, confiante, iludido...

(27) Aquele foi um presente inesperado.

(28) A chuva de ontem foi inacreditável.

(29) Marina estava esperançosa com relação à eleição.

d) *advérbios:* de repente, inacreditavelmente, inesperadamente, lamentavelmente...

(30) O acidente aconteceu de repente.

(31) Inesperadamente, começou a trovejar.

(32) Políticos corruptos agem lamentavelmente.

e) *Conjunções:* condicionais (se, caso, dado que, desde que), concessivas (embora, posto que, se bem que, apesar de que), temporais (quando, depois que, todas as vezes que, enquanto, até que), finais (para que, a fim de que)...

(33) Traga sua irmã, *se* você vier para a festa. (condicional).

(34) A inflação aumentou muito, *se bem que* o Governo avisou. (concessiva)

(35) *Toda vez que* chove, aparecem as goteiras na cozinha. (temporal)

(36) Maria estava *a fim de* arrumar um namorado. (final).

Pode-se também ter categorias específicas, como se mostra abaixo:

f) Estrutura sintática e prosódica: sentenças incompletas (subordinadas), perguntas, asserções, avisos, igualdade matemática em fórmulas...

(37) Você comprou um novo computador?

(38) Como você conseguiu fazer tal bobagem?!...

(39) Dia de chuva é bom para tiririca!...

(40) 35% de 80 = ?

g) Muitas expressões pragmáticas, como a pressuposição, os subentendidos e os atos de fala constroem-se sobre expectativas. Toda pressuposição (DUCROT, 1972), sendo um jogo semântico que exige conhecimentos prévios compartilhados, necessita da expectativa quer por parte do falante, quer por parte do ouvinte, como nos exemplos (41) e (42). Alguns verbos que introduzem pressuposição também são usados como introdutores de expectativas, como no exemplo (45):

(41) Rodrigo parou de fumar, mas não de beber. (fumava antes).

(42) Carlos parou de guiar carro. (guiava antes)

(43) Eu não sou o chefe?... (então, quem manda sou eu).

(44) Juro que não sabia de nada. (juramento).

(45) Helena pensa que viajará nas férias.

h) Os textos de autoajuda montam-se sobre certas expectativas, assim como certos textos religiosos. As expectativas podem, ainda, ser classificadas como voltadas para o bem (oxalá, Deus queira, sem dúvida), para o mal (infelizmente, duvido que, certamente não) ou indiferentes (eu acho que, eu penso que).

(46) Deus queira que a vida melhore.

(47) Duvido que Manuel encontre emprego.

(48) Eu acho que a carta chega hoje.

i) Situações discursivas dialógicas são construídas sobre um jogo de expectativas:

(49) Carlos: Agora o carro já partiu... O que você achou?

Maria: Helena não vai mais voltar para falar com você. Tenho certeza.

Carlos: Então, você acha que ela tinha mais alguma coisa a dizer?

Maria: Se você não entendeu a situação, é inútil ficar arrependido agora.

j) A ideia de expectativa não é exclusiva de um falante ou de um ouvinte. Pode existir como um pensamento de um grupo de pessoas e de uma sociedade ou nação. Toda ideologia política, crença religiosa, moralismo, cultura e arte e até as leis carregam consigo fortes expectativas que unem as pessoas em torno de determinadas ideias e ideais. Não somos criadores dessas expectativas, mas apenas nos vemos envolvidos nelas. Existe uma mente coletiva que controla as dimensões dessas expectativas.

(50) A ideologia do Nazismo era compartilhada por muitas pessoas.

(51) Os metalúrgicos sempre acham que ganham menos do que deviam.

(52) A tradição brasileira espera que o carnaval seja uma grande festa.

k) O interlocutor pode também criar expectativas na sua mente, que não foram nem serão necessariamente pensadas pelo locutor. Por exemplo, o professor diz a nota e o aluno comenta explicitando sua expectativa:

(53) Professor: A nota da sua prova é 8,5.

Aluno: Eu pensava que ia ganhar 10, porque eu acertei todas as questões!?...

l) Como visto antes, a ideia de expectativa depende das expressões de tempo da linguagem. Sua formulação mental seja na mente do locutor seja na mente do interlocutor é sempre uma hipótese que remete ao passado ou ao futuro, nunca ao presente da enunciação. Quando ocorre uma expressão introdutora de expectativa, apesar de ocorrer um verbo no tempo presente, a ideia de expectativa é futura, como no exemplo (54), em que há uma expectativa positiva para o futuro. Mesmo ocorrendo o verbo no passado a localização da expectativa com relação ao tempo da enunciação situa-se no futuro, mas, neste caso, a expectativa é interpretada como frustação, como no exemplo (55):

(54) Há muita expectativa com relação à Petrobrás.

(55) Havia muita expectativa com relação à Petrobrás.

m) Os mal-entendidos podem ter vários tipos de causa, como a ambiguidade e a vagueza. Porém, quando provenientes de expectativas mal interpretadas, são mais sutis e mais difíceis de serem discutidos. Nestes casos, não basta discutir palavras, é preciso discutir intenções, como mostra a narrativa a seguir:

(56) Ao ver a carta de motorista do filho, o pai fica surpreso e o filho não entende por que o pai queria que ele não tirasse carta de motorista de motos, mas apenas de carros. Volta à cena uma discussão antiga.

6. Ainda sobre a natureza e funções da expectativa

Nos exemplos acima, através de vários mecanismos linguísticos, podemos reconhecer nos enunciados que, além do sentido literal e de uma informação transmitida, esconde-se uma expectativa. É um sentido a mais que ocorre no processo de comunicação. Os exemplos acima mostram a ideia de expectativa na mente do falante e que ele espera esteja presente também na mente do seu interlocutor.

A expectativa se diferencia de outras formas de pensar e de transmitir ideias, como simples afirmações do tipo (57):

(57) Eu disse que Maria não virá à festa.

A declaração *que Maria não virá à festa* não é algo pressuposto pelo falante em sua mente, nem constitui um pressuposto na mente do ouvinte. Trata-se apenas de uma informação nova e explícita. Todavia, quando alguém fala, a expectativa acontece por outras razões, muito comumente sendo uma informação não revelada nem dita. Isso acontece com todo processo de comunicação, pelo menos como desejo do falante de dizer alguma coisa.

Todo falante espera que sua mensagem seja bem recebida como um ato de interação linguística e, se possível, com os sentidos que ele espera que seu interlocutor coloque em jogo para que a comunicação aconteça de modo correto, como desejado. Esses fatores são intrínsecos a todo ato de comunicação. No exemplo (57), o verbo *dizer* informa não pressupõe. Nesse sentido, é diferente de um verbo como *eu penso que, eu acho que* que, não só informa uma ideia, mas diz que essa ideia tem o valor de uma expectativa. Quando alguém diz (58):

(58) João disse que ama Maria.

não há expectativa mas uma declaração. Todavia, é muito estranho uma pessoa dizer um enunciado como (58) pelo simples fato de compor uma sentença da Língua Portuguesa. Por trás de tudo o que se diz, há uma intenção (expectativa do falante). Por outro lado, tudo o que uma pessoa ouve desperta nela não apenas as regras gramaticais e o sentido literal da sentença. O ouvinte também tem o direito de criar expectativas a partir do que ouviu. Por exemplo, ele pode se sentir

rejeitado pela Maria. Embora de natureza linguística diferente, muitos fenômenos pragmáticos, motivados pelo literal, levam o falante e o ouvinte a acrescentar outras informações na própria mente, a que chamamos de conotações, ilações, *etc.*

A presença de uma expectativa não anula nem interfere em processos como a pressuposição, o acarretamento, os atos de fala, *etc.* Porém, como atividade mental, a expectativa precede a montagem das sentenças. Interpretações não ditas, mas pensadas, podendo ser ditas ou não, posteriormente, revelam que foram criadas antes de serem ditas em função de expectativas, caso contrário, não fariam sentido, seriam afirmativas muito estranhas, como quando alguém diz algo como (59), simplesmente como uma construção gramatical, uma declaração fora de um processo de interação.

(59) Maria vai se casar com João.

A partir da declaração em (59), nada impede que o ouvinte (ou mesmo o falante) tire conclusões não ditas, como (60)

(60) Maria é uma boba; João não presta, etc.

Essas conclusões vêm de expectativas com relação à Maria, ao João e ao casamento deles. Essas informações ficam restritas ao processo mental de cada um, podendo ser expressas em novas informações ou não num processo linguístico interativo.

A ocorrência de expectativas declaradas no discurso é muito comum e nem sempre nos damos conta delas. Conjunções como *quando, se, etc.* por formarem sentenças incompletas e subordinadas dependentes de uma sentença principal, trazem consigo uma expectativa sintática e semântica, como em (61) e (62):

(61) Quando você vier, traga uma garrafa de vinho.

(62) Se você tiver dinheiro, compre um apartamento na ilha.

Por outro lado, há enunciados que mostram que o falante ou o ouvinte jogam com ideias que precisam ser compartilhadas, mesmo que não sejam solicitadas através de palavras ou de expressões. Às vezes, a expectativa aparece num enunciado cujo resultado já é sabido. Ao dizer o enunciado abaixo (63), a pessoa já sabia que o time do Palmeiras foi mal e dá como explicação pela má atuação o fato (expectativa) de o técnico achar que o jogo seria fácil.

(63) Excesso de confiança foi o maior erro do técnico do Palmeiras.

O tipo de expectativa comentado acima acrescenta ao enunciado uma hipótese a ser testada. Essa hipótese não é estabelecida por uma relação de necessidade entre os dados linguísticos do enunciado e o que o falante e o ouvinte pensam.

No exemplo (63), além da hipótese apresentada, poder-se-ia ter outras hipóteses, inclusive algumas oriundas de considerações semânticas específicas, que nada têm a ver com a ideia de expectativa.

A ideia de expectativa pode vir ligada a certas expressões que denotam hipóteses, crenças, crendices, fé, superstição, profecias, augúrios, provérbios...

(64) Tomar leite com manga faz mal.

(65) Deus queira que haja novas eleições sem breve.

(66) Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

Algumas afirmações trazem uma informação que não pode ser verificada cientificamente (com provas reais). Nestes casos, a expectativa associada ao enunciado é de inteira responsabilidade de quem acha que o enunciado é verdadeiro. Afirmações do tipo superstição estão no mesmo caso. A expectativa é afirmada como uma verdade que, de fato, não passa de uma hipótese. Outra fonte típica de expectativas são as crendices populares. Provérbios costumam ter a função de corrigir expectativas. Veja os exemplos a seguir:

(67) Os santos vão para o paraíso e os pecadores vão para o inferno.

(68) Um ramo de arruda atrás da orelha evita mau-olhado.

(69) Em casa de ferreiro, espeto é de pau.

Os provérbios são um tipo de pensamento muito comum na sociedade e mostram que, ao se dizer alguma coisa, além da verdade do enunciado (Em casa de ferreiro...), espera-se, como consequência lógica, uma conclusão específica (os espetos são de ferro...), num contexto normal da vida. Porém, tal expectativa é quebrada, com uma afirmação inusitada (... lá o espeto é feito de madeira!). Os provérbios são modos indiretos de significar para não dizer uma verdade nua e crua, que poderia ofender alguém.

A aceitação ou não de uma expectativa por parte do interlocutor, às vezes, depende da credibilidade de quem fala e das crenças e dos conhecimentos do interlocutor. Por causa disso, uma expectativa pode ser algo positivo ou negativo. A tendência geral é que os ouvintes e os leitores são levados a entender o que ouvem ou o que leem seguindo o sentido literal do texto, acrescentando sentidos não ditos. Porém, com relação às expectativas, cada um tem seu ponto de vista. Assim, uma manchete como (70) pode ser interpretada como uma expectativa de calamidade futura, por políticos que perderam a eleição para Dilma. Para seus amigos, a manchete simplesmente mostra que seu autor não conhece bem a Dilma, mas, certamente, seu governo será bom.

(70) O governo da Dilma é uma incógnita.

Portanto, uma simples análise de como nos comunicamos linguisticamente mostra que estamos sempre fazendo hipóteses e introduzindo na mente dos nossos interlocutores algum tipo de expectativa, como se fosse uma desculpa prévia, se o que foi dito não se realizar, ou como um reforço argumentativo, a respeito de alguma coisa que, de fato, acabou acontecendo.

Os exemplos dados acima estão, de certo modo, ligados a alguma expressão da língua ou a algum mecanismo de significação. Através deles, pudemos ver que há um tipo de pensamento que não está grudado no significado das palavras. Essas expressões simplesmente sinalizam algo não dito, significam que há um vazio na mensagem, cujo conteúdo é preciso procurar e acrescentar ao sentido geral do enunciado. Porém, há ainda um tipo de expectativa que é mais radical com relação à sua não revelação através das palavras. É um pensamento fora das exigências lógicas e pragmáticas. É a expectativa que mora na mente do falante e do ouvinte, mas que não sai de lá. É uma expectativa que não dialoga com o mundo externo. É a expectativa no seu sentido mais restrito.

A expectativa mais típica é uma fonte autônoma de pensamento e que tem motivação própria, que gera hipóteses a partir de informações não expressas nos enunciados. Certamente, todo pensamento só existe quando linguisticamente formulado. Portanto, não há nada na mente em termos de pensamento e de conhecimento que não esteja codificado linguisticamente. Mas uma coisa é pensar e outra é falar tudo o que se pensou e como se pensou. Na sua gênese, pensamento e linguagem são a mesma coisa e o que chamamos de faculdade da linguagem é a nossa mente. O cérebro e todo o sistema nervoso são apenas captadores de informações externas que contribuem para o pensamento intelectual, processado na mente humana. Portanto, todo ato linguístico de falar e de entender depende crucialmente de como a mente da pessoa lida com a linguagem. Por outro lado, nossa habilidade linguística depende, ainda, dos conhecimentos que temos da língua que falamos ou ouvimos. Sabe-se por experiência própria que nem sempre falamos para outras pessoas o que pensamos. Existe um tipo de pensamento que nasce e fica na mente das pessoas. Os pensamentos mais típicos que guardamos na mente são as hipóteses a respeito de tudo, as quais acrescentam significados novos ao que já sabemos, constituindo novos pensamentos e que são exatamente as expectativas. Pensamos sempre agregando expectativas ao sentido literal ou aos pressupostos do que falamos e do que ouvimos. O discurso não começa e nem

acaba nas palavras. Ele tem um toque individual de interpretação que damos ao que falamos e ao que ouvimos. Essa interpretação ou expectativa de interpretação, com o acréscimo de novos elementos é a maneira mais plena que temos de falar e de ouvir.

9. Expectativa e *frame*

Como foi dito no começo deste trabalho (TANNEN, 1979, p.179), a noção de *frame* é uma das mais antigas na Semântica Cognitiva. Nas últimas décadas, teve vários desdobramentos que mudaram, de certo modo, sua definição e função (FELTES, 2007, p. 135-140). A noção de *script* foi desenvolvida dentro de uma abordagem que era mais específica da ideia de *frame*. Lakoff (1987) desenvolveu vários *modelos cognitivos idealizados* que têm afinidades com a noção de *frame* de Fillmore (1982), em que algumas palavras são usadas e compreendidas num *background prototípico*. A noção de *frame* também dá suporte à ideia de *blending*, proposta por Fauconnier (1994). Certamente, a noção de *cenário* e de *script* são as que mais se aproximam da noção de *frame* associada à teoria da expectativa apresentada neste trabalho. O exemplo do *script* do restaurante (SCHANK, KASS, 1988) mostra uma expectativa coletiva, cultural. Nesse sentido, a palavra *frame* representa uma "moldura" e o conteúdo semântico que ela tem é um conjunto de informações sedimentadas culturalmente para a compreensão semântica e a vida em comunidade.

Essa visão mais geral da noção de *frame* já mostra que a ideia de expectativa deste trabalho tem peculiaridades que as noções tradicionais apresentadas acima não têm. Como ficou claro anteriormente, as expectativas nascem e vivem na mente dos falantes e dos ouvintes e são construtos pessoais, frutos do modo como nos relacionamos semanticamente com o pensamento que formamos na mente. Os conhecimentos de mundo, da cultura, das regras são apenas o lado externo da expectativa. O lado interno cada um sabe como é, mas ninguém precisa externá-lo nem quando fala. As peculiaridades desse *frame* são de domínio individual. É por isso que uma pessoa, mesmo vivendo em uma comunidade, pode interpretar certos fatos de comportamentos de modo muito idiossincrático, quase sempre chocando outras pessoas.

O objetivo do presente trabalho não é desenvolver as relações entre a ideia de expectativa e outras noções da Semântica Cognitiva, mas apresentar uma relação

de fatos e de interpretações da linguagem que nos leva a ter uma teoria semântica específica para dar conta da natureza e das funções da ideia de expectativa. Um *frame* é dado externamente, e interpretado de modo semelhante a um *script*. A ideia de expectativa precede o uso da linguagem e é a base que justifica a origem da linguagem e de todo e qualquer ato de interação e de comunicação linguística.

10. Conclusão: uma teoria da expectativa

As considerações apresentadas trazem elementos para se construir uma teoria da expectativa, captando um sentido que, tradicionalmente, costuma aparecer misturado com outros. Essa é a razão pela qual esse aspecto do significado linguístico das palavras tem ficado pouco explorado e é, em geral, interpretado juntamente com outros sentidos que as palavras têm.

Numa primeira abordagem, podemos ver as expectativas: como ações do falante, quando ele tem a intenção de significar alguma coisa a mais, não dita, nem pressuposta, mas desejada; ou como expectativas do ouvinte / interlocutor, ou seja, da pessoa que vai interpretar algo processado, pensado e transmitido no processo comum de comunicação. Podemos fazer uma rápida busca por palavras que se caracterizam pelo fato de sinalizarem aos usuários que existe uma expectativa que vem em *anexo*, que indica que o falante tem *algo a mais* na sua comunicação, ou que o interlocutor *procurou preencher*, a partir de sua experiência linguística e de vida.

Um estudo preliminar com a teoria da expectativa que se apresenta neste trabalho poderia categorizar palavras e expressões adequadamente com relação ao fenômeno. Poderia explicar como a mente funciona através de estudos sobre como as línguas introduzem expectativas nos enunciados. Uma teoria da expectativa precisa lidar com um sistema complexo e com a entropia.

Em resumo, com o presente trabalho mostrou-se um fato semântico, definido como expectativa, que não se enquadra de modo adequado em nenhum rótulo tradicional da semântica. Trata-se de um significado que nasce na mente das pessoas sem estar ligado a um discurso já formulado. Portanto, é um sentido a mais que ocorre na comunicação entre pessoas ou apenas na mente de quem fala ou nas interpretações pessoais de quem ouve. É uma nova fonte de significação que só se revela quando expressa na fala, mas que pode ficar oculta na mente. É um pensamento que não precisa ser falado diretamente, mas que pode ser deduzido a

partir de certos discursos e das circunstâncias em que um discurso acontece. Uma expectativa pode ser particular de uma pessoa ou pode existir numa sociedade, sendo compartilhada por grupos de pessoas.

A ideia de expectativa pode ser encontrada em quase todo tipo de enunciado ou de discurso. Essa noção está para a semântica cognitiva assim como a ordem está para a sintaxe. Nós só pensamos porque criamos expectativas. Esse é o segredo da comunicação verbal. Infelizmente, ela tem sido pouco estudada. Pode ser confundida com outras noções semânticas. A ideia de expectativa ajuda a dar sentido a muitas afirmações da Semântica Cognitiva, a começar, de novo, pelas metáforas e metonímias. Mas, isso requer pesquisas e estudos futuros.

On a theory of expectation

Abstract

This paper presents a new cognitive theory about the idea of expectation that is found in the linguistic process of communication. This idea is commonly present in conversations, dialogues, oral and written texts of all kinds. It is a common semantic fact in all types of language use. An overview of this semantic phenomenon clearly shows that the idea of expectation is much more important in the semantic studies than it has been thought. A deeper investigation reveals that language needs the idea of expectation as a necessary motivation in communicating processes. The natural languages have words and expressions with the function of introducing the idea of expectation in the communication process, such as *expectation, I think that…*, special syntactic and prosodic structures like questions. The expectation may be in the speaker's mind, in the hearer's mind or in the mind of everybody concerned with the process of communication. The expectation may also be a fact formally embedded in rules or part of cultural behaviour in society. The setting up of a theory of expectation became easier with the development of cognitive semantics in the past decades. The notion of *frame* is the best candidate to explain the idea of expectation.

Keywords: Expectation. Communication. Frame. Cognitive Linguistics.

Referências

ABREU, Antônio Suárez. **Linguística Cognitiva:** uma visão geral e aplicada. São Paulo: Ateliê Editorial. 2010.

AUSTIN, J. L. **How to Do Things with Words**. Oxford: Clarendon Press. 1975.

AVERBECK, Josh. Irony and Language Expectancy Theory: Evaluations of Expectancy Violation Outcomes. In: **Communication Studies** v. 61, n. 3. 2010. Routledge. 356–372. DOI: 10.1080/10510971003776147. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/233348928.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da Criação Verbal.** São Paulo: Livraria Martins Fontes. 1992 [*Estetika Slovesnogo Tvortchestva*. Mascou: Iskustvo. 1979].

BURGOON, M. Language expectancy theory: elaboration, explication and extension. In: BERGER, C. R.; BURGOON, M. (eds). **Communication and Social Influence Processes.** Michigan: Michigan State University. 1995. p. 29-51.

BURGOON, M.; MILLER, G. R. (1985). An expectancy Interpretation of language and persuasion. In: GILES, H.; CLAIRE, R. St. (eds). **Recent Advances in Language Communication and Social Psychology**. London: Lawrence Erlbaum. 1985. p. 199-229.

BURGOON, M.; DENNING, V.P.; ROBERTS, L. A. (2002). Language and Persuasion In: DILLARD, J.P.; PFAU, M. (eds.). **The Persuasion Handbook Developments in Theory and Practice.** California**:** Sage Publications. 2002. p. 117-136.

CANÇADO, Márcia. **Manual de Semântica:** noções básicas e exercícios. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2005.

CHOMSKY, Noam. **Aspects of the Theory of Syntax.** Cambridge MA: MIT Press. 1965.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Elementos de Fonética do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Paulistana. 2007.

CAGLIARI, Luiz Carlos (Org.). **O Tempo e a Linguagem.** São Paulo: UNESP - Cultura Acadêmica. 2008.

DUCROT, Oswald**. Dire et ne pas Dire**: principes de semantique linguistique. Paris: Hermann. 1972.

EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. **Cognitive Linguistics:** an introduction. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2006.

FAUCONNIER, Gilles. **Mental Spaces**. Cambridge: MIT Press. 1994.

FAUCONNIER, Gilles. **Mapping in Thought and Language.** Cambridge: Cambridge University Press. 1999.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. **The Way We Think.** New York: Basic Books. 2002.

FELTES, Heloisa P. M. **Semântica Cognitiva:** ilhas, pontes e telas. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2007.

FERRARI, Lilian. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto. 2011.

FILLMORE, Charles J. Frame Semantics. In: LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA (eds.). **Linguistics in the Morning Calm.** Seoul: Hanshin. 1982. p. 111-137. Disponível em http://brenocon.com/Fillmore%201982_2up.pdf. Acesso em 27 nov. 2015.

FILLMORE, Charles J.; ATKINS, B.T. Toward a Frame-based Lexicon: the semantics of risk and its neighbours. In: **Frames, Fields and Contrasts**. LEHRER, A.; E. F. KITTAY, E. E. (eds.). Hillsdale: Lawrence Erlbaum. 1992. p. 75-102.

GEERAERTS, Dick; CUYKEN, Hubert (ed.). **The Handbook of Cognitive Linguistics.** Oxford: Oxford University Press. 2007.

GRICE, Paul. Logic and Conversation. In: **Studies in the Way of Words.** Cambridge, MA: Harvard University Press. 1989. [reimpressão do manuscrito de 1967].

JOHNSON, Mark. **The Body in the Mind:** bodily basis of meaning, imagination and reason. Chicago: The University of Chicago Press. 1990.

IAGALLO, Patrícia Ormastroni. A Construção da Significação Linguística do Tempo em Língua Portuguesa: sistema cognitivo, estrutura conceptual e estrutura semântica. Tese (Doutorado). UNESP – FCL, Araraquara. 2014.

KÖVECSES, Zoltán. **Language, Mind and Culture.** Oxford: Oxford University Press. 2006.

LANGACKER, Ronald. **Foundations of Cognitive Grammar**. Stanford: Stanford University Press. 1987.

LAKOFF, George. **Women, Fire, and Dangerous Things:** with categories reveal about the mind. Chicago: The University of Chicago Press. 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press. 1980.

LAKOFF, Robin Tolmach. **The Language War**. London: The University of California Press. 2000.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

LYONS, John. **Semantics.** Cambridge: Cambridge University Press. 1996.

MILLER, G. R. (1987). Persuasion, In: CHAFEE, Berger (ed.). **Handbook of Communication Science**. California: Sage Publications. 1987. p. 446-483.

PINKER, Steven. **The Language Instinct:** how the mind creates language. New York: Harper Perennial. 1995.

PLEBE, Armando; EMANUELE, Pietro. **Manual de Retórica.** São Paulo: Martins Fontes. 1992.

ROOT, Michael D. Speaker Intuitions. In: **Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition.** v. 29, n. 4. Springer. 1976. p. 221-234.

SCHANK, Roger C.; KASS, Alex. Knowledge Representation in People and Machines. In: ECO, Umberto; SANTAMBROGIO, Marco; VIOLI, Patrizia (eds.) **Meaning and mental representations**. Indianapolis: Indiana University Press. 1988. p. 181-200.

SEARLE, John. **The Rediscovery of the Mind.** Cambridge, MA: Bradford Book / The MIT. Press. 1992.

TALMY, Leonard. **Toward a Cognitive Semantics**. Cambridge, MA: Bradford Book The MIT Press. 2000.

TANNEN, Deborah. (1979). What's in a Frame? surface evidence for underlying expectations. In: FREEDLE, Roy (ed.). **New Directions in Discourse Processing.** Norwood: Ablex. 1979. p. 137-181. Disponível em http://faculty.georgetown.edu/tannend/TANNEN%20ARTICLES/PDFs%20of%20Tannen%20Articles/1979/what's%20in%20a%20frame.pdf . Acesso em 27 nov. 2015.

WILSON, Robert A.; KEIL, Frank C. (ed.). **The MIT Encyclopaedia of Cognitive Sciences**. Cambridge, MA: The MIT Press. 1999.

Submetido: 29/03/2016
Aceite: 06/09/2016

Entrevista com o professor Ataliba de Castilho

Por Arabie B. Hermont*, Ev'Angela B. R. de Barros** e Marco Anrônio de Oliveira***

O professor Ataliba Teixeira de Castilho, um dos ícones da Linguística Brasileira, é formado em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo (FFLCH/ USP), universidade na qual se doutorou, atuou como Professor Titular de Filologia e Língua Portuguesa (1996 a 2006), obteve os títulos de livre-docente em Filologia e Linguística Portuguesa (1993) e de Professor emérito da FFLCH/USP (2013). Tendo feito diversos estágios pós-doutorais em centros de renome no exterior, atuou também como Professor Titular da UNESP/ campus de Marília (1961-1975); como *visiting professor* da Universidade do Texas em Austin (1970). Professor Titular do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP (1975-1991), cargo em que se aposentou em 1991.

Atualmente é professor colaborador voluntário na Universidade Estadual de Campinas. Com diversos trabalhos publicados no Brasil e no exterior, tendo coordenado diversos projetos de grande relevância que investigaram o Português Brasileiro a partir da modalidade culta falada, é um dos linguistas brasileiros mais reconhecidos, nacional e internacionalmente.

* Professora Adjunta IV do Departamento de Letras da PUC Minas; Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC Minas.
** Professora Adjunta IV do Departamento de Letras da PUC Minas; Coordenadora Adjunta do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas.
*** Professor Adjunto IV do Departamento de Letras da PUC Minas; Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC Minas.

Hermont, Barros e Oliveira:

Nesta edição da Revista Scripta, buscamos reunir trabalhos que compreendem a análise da língua sob diversos enfoques. Desde há muito, abordagens formalistas e funcionalistas se mostram dicotômicas, mas certamente todas elas trazem pontos de convergência, como o fato de sua concretização (materialização), no âmbito do indivíduo, ser fruto de uma série de operações cognitivas e, no âmbito da interlocução, ser fruto de uma série de circunstâncias sociais. Com base nesta contextualização, gostaríamos de fazer-lhe algumas perguntas:

A concepção linear de língua (resultante de ordenação rigorosamente hierarquizada desde sua elaboração), estruturalista, reinou por longo período. Nas últimas décadas, florescem abordagens que enxergam os fenômenos linguísticos sob uma perspectiva reticular, buscando a compreensão da efervescência (concomitância) de processos cognitivos. Como o Senhor percebe esse momento da Linguística Cognitiva?

Castilho:

Este, na verdade, é um momento criado também pelo movimento epistemológico conhecido como "Ciência dos sistemas complexos", que começou a ser explorada no Brasil por um grupo de pesquisadores mineiros, que atuam sob a liderança de Hugo Mari, na PUC Minas. Juntamente com a Linguística Cognitiva, essa epistemologia abriu caminho a novas percepções sobre as línguas naturais.

Comecei a desenvolver algumas ideias a respeito dos postulados dessa epistemologia, quando resolvi – juntamente com Milton do Nascimento – produzir algumas generalizações com base nas descobertas do Projeto NURC e do Projeto de Gramática do Português Falado no Brasil. Ficou claro, na ocasião, que a língua falada revelava, mais que a escrita, os processos de criação linguística, o que permitia retomar o programa de pesquisas de W. Von Humboldt, quando ele sustentava que a língua é uma enérgeia, um processo, mais que um érgon, um produto acabado. Também Carlos Franchi, aqui na Unicamp, desenvolvia essas ideias, sem se apoiar, entretanto, nos achados da língua falada.

Análises da língua falada mostravam que a concepção da língua-linha não dava conta, por exemplo, da simultaneidade entre uma sintaxe vertical e uma sintaxe horizontal – aquela, já identificada, por exemplo, por Claire Blanche-Benveniste. Os estudos da oralidade estavam trazendo novas percepções sobre a linguagem – e é conveniente lembrar que o Brasil, talvez pela primeira vez, se antecipou a outros centros de produção do conhecimento linguístico, explorando a oralidade. Basta olhar para esta tabela cronológica:

(1) Desde 1967, na América Espanhola, e posteriormente na Espanha, "Proyecto de Estudio de la Norma Urbana Lingüística Culta". Figura central: Juan M. Lope Blanch, do Colégio de México, falecido em 2003.

(2) Desde 1970, no Brasil, "Projeto NURC/Brasil", derivado do anterior. Principais figuras: Nelson Rossi (Ba), Ataliba T. de Castilho, Isaac Nicolau Salum e Dino Preti (SP), Celso Cunha (RJ), José Brasileiro Vilanova (Recife) e Bem Veiga (Porto Alegre).

(3) Desde 1970, em Portugal, "Projecto do Português Fundamental". Principais figuras: João Malaca Casteleiro, Maria Fernanda do Nascimento, Maria Lúcia Garcia Marques e Maria Luísa Segura da Cruz.

(4) Desde 1974, nos Estados Unidos, "Conversational Analysis", sob a liderança de Sacks, Jefferson e Schegloff. Em 1993, Sandra Thompson fez derivar deste movimento a sua "Interactional Syntax", com uma vasta produção.

(5) Desde 1979, na França, "Groupe Aixois de Recherches en Syntaxe". Figura central: Claire Blanche-Benveniste. Publicam a revista Le Français Parlé.

(6)Desde 1981, na Itália, Rossana Sornicola – Sul Parlato. Seguiu-se o Lessico Italiano di Frequenza, coordenado desde 1992 por Tullio de Mauro.

(7) Desde 1982, no Brasil, "Projeto Censo Linguístico do Rio de Janeiro", seguido pelo PEUL. Principal figura: Anthony Naro.

(8) Desde 1985, no Brasil, "Projeto Censo Linguístico do Sul", VARSUL.

(9) Desde 1993, no Brasil. "Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba".

(10) Desde 1993, em Moçambique "Projeto Panorama do Português Oral de Maputo". Principal figura: Maria Perpétua Gonçalves.

Hermont, Barros e Oliveira:

Há alguns anos, com o lançamento da sua Nova Gramática do Português Brasileiro, o Senhor buscou avançar uma análise que fomentasse (e paralelamente se nutrisse de) estudos linguísticos genuinamente brasileiros e visceralmente interdisciplinares, por ser esta a base da visão Multissistêmica. Fale-nos sobre a "abordagem multissistêmica" e se ela vem encontrando terreno fértil na comunidade acadêmica brasileira.

Castilho:

As descrições do PB falado foram o gatilho para a formulação desta abordagem. Na altura, os procedimentos analíticos fundamentados na teoria clássica foram desafiados por fenômenos do tipo:

a) Anacoluto

(1) [Conversa num ponto de ônibus]

a) Loc. 1 – *mas como está demorando hoje, hein?*

Loc. 2 – *só::... e quando chega... ainda vem todo sujo... lotado... isso sem falar na tarifa... que sobe todo mês...*

b) *... é o tal negócio... sei lá... entende?* (DID RJ 18)

c) *Cada um fica mais ou menos responsável por si pelo menos... por si... fisicamente... né? de higiene... de... trocar roupa... todo esse negócio...* (D2 SP 360)

b) Repetição

(2) a)

	peixe	
	peixe	*aqui no Rio Grande do Sul*
eu tenho impressão que se come	*peixe*	*exclusivamente na Semana Santa*

(D2 POA 291)

b)

funciona mal	*aquele negócio de...*	
	aquele negócio de limite de idade	*funciona muito mal*

(D2 SP 360)

c) Segmentos epilinguísticos (aqui transcritos em negrito):

(3)

a) *o terreiro (...) é:: um:: **como poderia chamar?** um chão...* (DID SP 18)

b) *já há um processo... **seria melhor dito**... já um processo de análise... já há um exame...* (EF POA 278)

c) *mas então... **digamos assim**... esse processo de análise poderia...*

d) **Marcadores discursivos**, tais como *bom, e então, agora..., né?* e muitos outros.

Esses fenômenos levantavam problemas do tipo: a) Como entender e analisar segmentos cujo tópico não foi lexicalizado, como (1b)? b) Se sintagmas e sentenças ainda são válidos como categorias para a descrição sintática, o que fazer com segmentos que aparentemente ainda não se estruturaram, como (2a e 3b)? c) As repetições, tão frequentes na língua falada, esconderiam alguma regularidade? Haveria alguma relação entre repetir e organizar os constituintes sentenciais, como em (2b)? d) Alguns segmentos interrompem o fluxo da interação, mais parecendo que falamos conosco mesmos, como em (15). O que se aprende com isto, a respeito da construção da linguagem? e) Como analisar os marcadores discursivos? Como classes gramaticais? Como

processos de constituição do texto?

Uma busca intensiva por respostas percorre os oito volumes da coleção *Gramática do Português Falado.* Eu mesmo esbocei algumas respostas: Castilho (1989, 1994, 1997b, 1998b, c). Muitos linguistas, intrigados com essas "irregularidades", estavam à busca de respostas. Destaco dessa literatura todas as seguintes "afirmações-perguntas", formuladas por Dorothea Frank e Rossana Sornicola:

"*What type of objects should be taken as sentences in order to make compatible its definition with the assumptions of Conversation Analysis? Instead of analyzing sentences as completed products from a post-factum perspective,* it seems more acceptable to study them as processes which unfold in time", i.e., like dynamic entities": Franck (1981: 14).

"La mia impressione è che in effetti questo quadro teorico (...) possa essere estremamente fruttuoso negli studi sul parlato spontaneo. Le oscillazioni e fluttuazioni, talora impercettibili all'orecchio umano, talora di grande entità, che caratterizzano il parlato spontaneo, possono essere meglio comprese all'interno di un quadro concettuale incentrato sulla complessità e sul non determinismo": Sornicola (1994: 120).

As citações acima lidam com conceitos linguísticos desafiadores, tais como: a interface entre as estruturas sintáticas e as estratégias de administração dos turnos conversacionais; análise de processos, e não apenas análise de produtos linguísticos; complexidade; não determinismo; língua como atividade, *etc.*

É bastante claro que esses linguistas estão lidando com a propriedade dinâmica da linguagem, que já vinha ocupando a atenção dos cognitivistas. É também muito claro que eles estavam lidando com a dicotomia "produção vs. produto", que cruza com frequência a história da Linguística.

Para considerar os fenômenos linguísticos em seu dinamismo, mostrou-se necessário tomar outra direção, integrando a Linguística entre as ciências dos domínios complexos, que debatem atualmente um conjunto de fenômenos tais como a circulação dos fluidos, a previsão do tempo, as oscilações dos ciclos econômicos, o crescimento populacional, as proteínas como sistemas em movimento, ou mesmo o funcionamento do cérebro, as relações neuronais, etc. Esses fenômenos não revelam a ordem, a simetria e a elegância esperadas pelas ciências clássicas. Eles são mais bem entendidos como processos criativos frequentemente denominados "caos" ou sistemas complexos.

A Abordagem multissistêmica, de orientação funcionalista-cognitivista, define-se pelos seguintes postulados: (1) processos e produtos convivem num mesmo recorte de língua; (2) processos e produtos linguísticos são multissistêmicos, ultrapassando e englobando os limites da Gramática; (3) um dispositivo sociocognitivo administra os sistemas linguísticos.

Para entender a língua como um sistema complexo, será necessário aceitar as afirmações contidas nas seções que se seguem.

1. Processos e produtos linguísticos são multissistêmicos e simultâneos

A percepção multissistêmica da língua representa uma resposta aos desafios de descrever a oralidade, tanto quanto uma reação a afirmações que se podem encontrar na literatura sobre gramaticalização. Contraponho àquelas afirmações a postulação da língua como um sistema dinâmico e complexo, configurado no quadro das ciências dos domínios complexos.

A postulação da língua como um sistema complexo pode ser definida através das seguintes premissas:

(1) *Do ângulo dos processos, as línguas serão definíveis como um conjunto de atividades mentais, pré-verbais, organizáveis num multissistema operacional.*

Os processos que organizam as línguas entendidas em seu dinamismo operam (i) simultaneamente, não sequencialmente, (ii) dinamicamente (não são entidades estáticas), (iii) multilinearmente (não são entidades unilineares).

A língua-enquanto-processo pode ser razoavelmente articulada em quatro domínios: (1) Lexicalização, (2) Discursivização, (3) Semanticização e (4) Gramaticalização.

Ainda que timidamente, os estudos sobre a gramaticalização levantaram o véu da língua-enquanto-processo. Os estudos sobre a gramaticalização falharam, entretanto, ao não enquadrar o processo da gramaticalização entre outros processos de criação linguística, restringindo a tratá-lo como um epifenômeno.

(2) *Do ângulo dos produtos, as línguas serão apresentadas como um conjunto de categorias igualmente organizadas num multissistema*.

A língua-enquanto-produto é um conjunto de categorias agrupadas em quatro sistemas: (1) Léxico, (2) Discurso, (3) Semântica (4) Gramática.

Esses sistemas serão considerados autônomos uns em relação aos outros, ou seja, não se admitirá que um sistema determina/deriva de outro, nem se proporá uma hierarquia entre eles. Com isso, não se postulará a existência

de sistemas centrais e de sistemas periféricos. Com isto, reformulo Castilho (2003a), em que tinha proposto o Léxico como o módulo central das línguas naturais, violando assim o princípio da indeterminação intersistêmica. Em consequência dessa premissa, qualquer expressão linguística exibe ao mesmo tempo características lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais.

2. Processos e produtos recolhidos nos sistemas linguísticos

2.1. Léxico e lexicalização: O Léxico é entendido como o conjunto de palavras de uma língua, dispostas em categorias tais como o Substantivo, o Pronome, o Verbo, o Adjetivo, o Advérbio, o Artigo, a Conjunção e a Preposição, numa língua como o PB. Cada item pertencente a essas categorias representa a lexicalização de um conjunto de traços. Isso torna sem sentido assumir que um Substantivo gera um Advérbio, um Advérbio gera uma Preposição e assim em diante, como se assume comumente nos estudos sobre a gramaticalização. Durante a aquisição do Léxico, nós, provavelmente, adquirimos primeiro as categorias e subcategorias cognitivas, tanto quanto a habilidade de combiná-las em diferentes padrões, reunidas nas palavras por convenções sociais.

A Lexicalização é o processo de criação das palavras, por meio da etimologia (lexicalização ocorrida na língua-fonte), neologia (lexicalização ocorrida na língua-alvo), derivação (lexicalização ocorrida no interior da língua alvo, por meio do desdobramento de itens previamente existentes), ou por meio de empréstimo lexical (lexicalização occurrida por contacto linguístico). Em suma, Lexicalização e Léxico devem ser entendidos num *continuum*, que vai da cognição pré-verbal para a expressão verbal, da língua-enérgeia para a língua-érgon, interpretando dessa maneira os conceitos formulados por Wilhelm von Humboldt. Durante a interação, o falante e o ouvinte tomam decisões sobre como lexicalizar e como administrar o Léxico, que propriedades ativar, reativar ou desativar. Essa administração estabelece um conjunto de momentos, termo tomado aqui em seu sentido etimológico de "movimento".

2.2. Semântica e semanticização: A Semântica é o sistema configurado pelas seguintes categorias: referenciação, predicação, verificação, foricidade e junção. Inicialmente, a Semântica ocupou-se da mudança e da tipologia dos sentidos, concentrando-se no estudo da palavra. Isto caracterizou a Semântica lexical, que investiga também questões tais como sinonímia, polissemia, campos

semânticos. A Semântica composicional (ou Semântica sintática) estendeu esse domínio, tratando dos processos de mudança metonímica de itens dispostos numa contiguidade sintagmática, a da incidência de algumas palavras sobre outras (operadores e escopo), etc. A Semântica pragmática trata dos sentidos gerados no espaço que medeia entre os falantes e os signos linguísticos, em que os sentidos apurados não são contidos nas palavras nem nas construções gramaticais. Ela trabalha com processos tais como inferência, pressuposição, atos perfomativos, implicatura conversacional, e assim por diante.

A semanticização é o processo de criação, modificação e categorização do sentido linguístico. Esse processo cobre os campos da semanticização lexical, composicional e pragmática. No processo de criação e modificação dos sentidos, várias estratégias são desenvolvidas, algumas delas referidas na seção anterior. Dada a natureza dinâmica própria da fala, a mudança dos sentidos é um processo contínuo, que levanta mais perguntas do que respostas. Heine; Claudi; Hünnemeyer (1991a) organizaram um quadro interessante para capturar as representações semânticas das categorias cognitivas básicas.

2.3. Discurso e discursivização: É bem sabido que o termo "discurso" envolve diferentes realidades. Relaciono aqui as seguintes:

(I) Execução individual do sistema linguístico, o mesmo que fala, que corresponde à *parole* saussuriana. O estudo da fala foi inicialmente desenvolvido pela Estilística. Certos tipos de Análise do Discurso contemporânea representam sua continuação.

(II) O mesmo que enunciado, ou combinação de sentenças, sujeito a certas regularidades. Alguns modelos estruturalistas empreenderam a descrição desse objeto.

(III) O mesmo que texto, entendido como uma estrutura acabada, na qual podemos identificar suas unidades.

(IV) O mesmo que interação linguística, conversação, organizada por um aparato que inclui o falante, o ouvinte, o assunto, e o conjunto de imagens construídas pelos falantes sobre eles mesmos e a posição que eles assumem com respeito ao assunto: Sacks; Schegloff; Jefferson (1972), Marcuschi (1983), Preti (Org. 1993, 1997, 1998, 2000, 2002).

(V) Finalmente, entende-se também por discurso a articulação ideológica contida nos textos. Nesse sentido, a Análise do Discurso é uma espécie de nova Retórica, voltada para a hermenêutica dos textos, para surpreender as "formações discursivas".

Talvez o único ponto em comum entre os analistas do discurso é sua determinação de ultrapassar a sentença como um limite da análise linguística, um programa que se encontra em teorias como o Funcionalismo. A interpretação do Discurso como texto, como em (iii), e como conversação, como em (iv), será tomada em conta aqui, embora nem sempre as direções esquematizadas acima sejam apresentadas com clareza na literatura.

A Discursivização será entendida, em consequência, como o processo de criação do texto, mormente durante uma conversação. Ela abriga um número de atividades de interação que envolvem o falante e o ouvinte (ou o escritor e o leitor), através das quais nós (i) instanciamos os participantes da conversação, construindo suas respectivas imagens, (ii) organizamos a interação, desenvolvemos o tópico conversacional, objetivando agir sobre o outro, informar ou externar sentimentos, (iii) reorganizamos a interação por meio dos processos de correção sociopragmática, (iv) abandonamos o ritmo corrente por meio de digressões e parênteses, o que habitualmente gera outros tópicos do discurso, e (v) estabelecemos a coesão textual por meio de vários expedientes.

O produto da Discursivização, portanto, é o Discurso, entendido como texto, e sua disposição em gêneros. Os pesquisadores do PGPF identificaram as seguintes categorias, que configuram o sistema do Discurso: (i) unidades discursivas, (ii) estrutura tópica, (iii) reformulação da estrutura tópica por meio da repetição, da correção, do parafraseamento, (iii) descontinuação da estrutura tópica por meio da hesitação, da interrupção, da parentetização, e (iv) conectivos textuais expressos por marcadores discursivos e por conjunções textuais.

Algum desconforto entre os pesquisadores pode ser identificado quando essas questões são tratadas como casos de gramaticalização. Em tais casos, diferentes processos linguísticos convergiriam para uma única dimensão da Gramática, como se pode ver em Bittencourt (1999), Gorski; Gibbon; Valle; Rost; Mago (2002), Braga; Silva; Soares (2002), Braga; Paiva (2003), Jubran; Koch (Orgs. 2006). Em Castilho (1997a: 60), objetei que esse ponto de vista trata a gramaticalização como um epifenômeno, o que obscurece esse processo.

2.4. Gramática e gramaticalização: Entre os quatro processos constitutivos da língua, o da Gramaticalização é de longe o mais estudado. A Abordagem Multissistêmica restringe o papel da gramaticalização à criação e mudança (i) da estrutura fonológica das palavras (fonologização), (ii) da estrutura

morfológica da palavra (morfologização) e (iii) da estrutura sintática da sentença (sintaticização).

A Gramática é o sistema que resulta da gramaticalização, consistindo de estruturas em processo de cristalização, arranjadas em três subsistemas: fonologia, morfologia e sintaxe. Reflexões sobre a Gramática têm sido organizadas à volta de suas classes, relações entre essas classes, e as funções que elas desempenham nos enunciados. Constituem classes gramaticais o fonema, a sílaba, o morfema, a palavra, o sintagma e a sentença. As relações gramaticais são expressas pela transitividade, concordância e colocação. As funções gramaticais são expressas pelo predicado, pelos argumentos e pelos adjuntos.

3. Um dispositivo sociocognitivo administra os sistemas linguísticos

Seja como conjunto de domínios (ou processos), seja como conjunto de sistemas (ou produtos), a língua continuará a depender de uma articulação que assegure a eficácia de seu uso. Essa articulação se dá ao abrigo do que venho chamando de "dispositivo sociocognitivo", explicitável por meio da ativação, desativação e reativação de propriedades.

Esse dispositivo se fundamenta nas estratégias da conversação, que é a utilização mais básica das línguas naturais. Ele tem uma dimensão cognitiva e uma dimensão social.

Ele é *cognitivo* porque se fundamenta na representação de categorias e subcategorias cognitivas. Essas categorias, como já foi assinalado aqui, não são exclusivas nem negativas, visto que umas não se opõem a outras. Ao contrário, elas são problemáticas e integrativas. Já destaquei que a categoria da PESSOA, representadas na dêixis, é ordenadora dos processos e produtos dos sistemas linguísticos, e nisto acompanho Nascimento; Oliveira (2004). No PB, o sistema dos pronomes pessoais vem sendo alterado, com repercussões na morfologia verbal e na sintaxe.

Mas esse dispositivo é também *social*, porque baseado na análise continuada das situações que ocorrem numa conversa, mais particularmente, na gestão dos turnos conversacionais. A conversação é de fato a atividade linguística básica, e pode proporcionar-nos alguns elementos de interesse para esta demonstração. O dispositivo sociocognitivo gerencia os sistemas linguísticos, garantindo sua integração para a eficácia dos atos de fala. De acordo com esse dispositivo, o falante ativa, reativa e desativa propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais no momento da

criação de seus enunciados, constituindo as expressões que pretende "pôr no ar".

A postulação desse dispositivo, volto a insistir, decorreu dos achados da Análise da conversação e do PGPF, projetos que tomaram exclusivamente a língua falada como objeto empírico. Descobrimos que a língua falada é mais reveladora dos processos de criatividade que a língua escrita. A interpretação teórica desses achados motivou Nascimento (1993/2005) e Kato (1996/2002) a desenvolverem reflexões fundadas nos mais de 200 ensaios preparados, debatidos e publicados pelo PGPF.

O dispositivo sociocognitivo compreende os seguintes movimentos:

3.1. ***Dispositivo de ativação:*** o Princípio de projeção. Quando conversamos, tentamos o tempo todo prever os movimentos verbais do interlocutor, isto é, se ele completou sua intervenção, se ela ainda está em curso, se devemos antecipar o momento de nossa entrada no curso da fala, etc. Para dar conta desse mecanismo, que assegura a manutenção da conversação, Sacks; Schegloff; Jefferson (1974: 702) postularam um *"componente de construção de turnos"* cujas unidades-tipo, isto é, as palavras, os sintagmas e as sentenças com os quais o falante contrói seu turno, *"projetam a próxima unidade-tipo"*, numa sorte de antecipação da atuação verbal do interlocutor.

Proponho que o dispositivo de ativação se fundamenta no princípio da projeção discursiva: Castilho (1998/2004). Esse dispositivo é responsável pela ativação das propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais, descritas nesta gramática: (i) Princípio de projeção, por meio do qual organizamos a estrutura argumental da sentença simples e da sentença complexa; (ii) inserção de tópico novo.

3.2. Dispositivo de reativação: o Princípio de recursão. No curso de uma conversação, temos frequentemente de mudar seu rumo, seja corrigindo nossas próprias intervenções (= autocorreção), seja corrigindo a intervenção do interlocutor (= heterocorreção). O sistema de correção conversacional busca eliminar os erros de planejamento. Proponho que o dispositivo de reativação das propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais se fundamenta na estratégia de correção pragmática, o que explica os seguintes fenômenos, pelo menos: (i) a repetição e a paráfrase na reformulação do quadro tópico; (ii) a repetição e a organização do sintagma; (iii) o papel dos substantivos na derivação referencial; (iv) a recursão da preposição na formação das preposições complexas. O Princípio de recursão capta estes e outros fenômenos.

3.3. Dispositivo de desativação: o Princípio de elipse. Também se observam na conversação movimentos de abandono ou desativação de uma estratégia em curso, e consequente ativação de outra. Isso explica as *despreferências*, termo proposto por Marcuschi (1983) para denominar a estratégia que consiste em verbalizar o que não é esperado, violando-se o princípio de projeção pragmática. Isso ocorre quando respondemos a uma pergunta com outra pergunta, quando recusamos um convite, etc. Nestes casos, segundo esse mesmo autor, cria-se na conversação um "vazio pragmático".

Proponho que o dispositivo sociocognitivo de desativação, ou da elipse, se fundamenta na estratégia conversacional de despreferência. A elipse é utilizada na argumentação sintática e concorre fortemente para a caracterização das seguintes categorias: (i) fonema elíptico; (ii) morfema zero; (iii) argumentos sentenciais vazios; (iv) elipse do verbo; (v) descontinuação do quadro tópico. A desativação é, portanto, o movimento que ocasiona o abandono de propriedades que estavam sendo ativadas. Gera-se um silêncio no planejamento verbal, a que se seguem simultaneamente as ativações e as reativações.

É importante enfatizar que esses princípios operam ao mesmo tempo, não sequencialmente; acompanho Lakoff (1987) nesse raciocínio. Assim, a desativação ocorre simultaneamente com a ativação, e esta com a reativação, o que compromete o princípio da unidirecionalidade, se estivermos considerando os mecanismos intersistêmicos de produção linguística.

Os princípios sociocognitivos agem por acumulação de impulsos, simultaneamente, e somente assim poderemos dar conta da extraordinária complexidade da linguagem. Neste quadro, fica difícil concordar com as análises que mencionam o "desbotamento" do sentido, a "erosão" fonética, pois a língua desvela um processo contínuo de ganhos e perdas. Melhor seria enquadrar a mudança linguística no quadro do "pensamento não linear complexo", debatido, por exemplo, em Carvalho; Mendonça (Orgs. 2004).

É digno de nota constatar-se que os pesquisadores das redes neurais chegaram aparentemente a uma conclusão semelhante, assim descrita por Cilliers (2000: 67):

Uma rede neural consiste numa grande coleção de nós interconectados, ou 'nêurons'. Cada nêuron recebe inputs de muitos outros. Cada conexão dispõe de certa força associada a ela, com o peso dessa conexão. Esses pesos têm valores reais que tanto podem ser positivos (excitatórios), negativos (inibitórios), ou

zero (implicando em que os dois nêurons respectivos não são conectados) (meus sublinhados).

Sendo fenômenos mentais, as línguas não haveriam de escapar ao funcionamento das redes neurais. Seu dispositivo central, apresentado sob a forma do dispositivo sociocognitivo nesta secção, exibe comportamentos assemelhados quanto à excitação (= ativação) e à inibição (= desativação).

O seguinte gráfico representa a Abordagem multissistêmica das línguas naturais:

Neste gráfico, DSG significa "dispositivo sociocognitivo". As flechas indicam que o DSG afeta todos os sistemas linguísticos. Observe-se que não há linhas reunindo os sistemas do Discurso, da Semântica, do Léxico e da Gramática, conceituados aqui em sua independência uns em relação aos outros. Interfaces podem ocorrer, mas não regras de dependência, ou seja, o Léxico não governa a Gramática, esta não governa a Semântica ou o Discurso, e assim por diante.

Hermont, Barros e Oliveira:
Em passado recente, o Senhor apontou como uma das especificidades da pesquisa linguística brasileira o trabalho coletivo para enfrentar os desafios da área e salientou a enorme produção – que tem vindo a público – de grandes projetos como o NURC (Norma Urbana Culta), o Projeto de Gramática do Português Falado e o PHPB (Projeto História do Português Brasileiro), entre outros, que congregam esforços de pesquisadores de todo o país. Hoje se pode afirmar que a comunidade científica esteja "enxergando criticamente" (e utilizando) o farto material produzido para avançar rumo a análises mais profícuas do PB?

Castilho:
Sim, os *corpora* disponibilizados por esses projetos são frequentemente utilizados por jovens pesquisadores, em seus trabalhos de grau, e por seus orientadores. Até aqui, tudo bem. Entretanto, quanto ao "olhar crítico" sobre o objeto de suas pesquisas, ainda estamos muito atrasados. Me explico.
Em diversas ocasiões tenho mostrado que, quando da instalação da Linguística moderna no Brasil, não dispúnhamos de estudos empíricos sobre a complexidade linguística brasileira: português brasileiro falado e escrito, línguas indígenas, línguas africanas trazidas ao Brasil, língua dos imigrantes, *etc.* Em

consequência, não era possível propor generalizações sobre uma empiria ainda inexistente. Digo isso porque, como se sabe, quanto mais empiria, mais teoria; quando mais teoria, mais empiria. Os dois procedimentos se completam e se alimentam, num percurso sem fim.

Dadas essas circunstâncias, os linguistas brasileiros saíam à caça de linguistas estrangeiros de prestígio, que traduziam, escreviam textos sob a orientação escolhida, orientavam seus alunos seguindo suas ideias, transformando-se numa espécie de despachantes tropicais daquela figura. Já chamei a isto a fase "agarre seu francês", visto que, na altura, a França era grande criadora de teorias linguísticas. Mas o tempo passa, a vida passa e a uva passa – entretanto, mesmo dispondo de materiais sobre os quais fundamentar o desenvolvimento de teorias, os brasileiros seguem na mesma batida dos anos 70. Penso, às vezes, que eles consideram muito arriscado teorizar, ou então, como se fosse uma *capitis diminutio* debater escritos de linguistas brasileiros como ponto de partida para suas reflexões.

Em consequência, o debate teórico não avança, e seguimos importando modelos. Já propus a várias universidades a fundação de um Programa Interinstitucional de Teorização linguística, pois um programa tal não pode ser desenvolvido por uma universidade. Seria um segundo momento dos nossos vitoriosos projetos coletivos de pesquisa. Precisamos, sem dúvida, levar essa proposta a cabo, para tirar a Linguística brasileira de seu marasmo, no que diz respeito a fazê-la avançar.

Hermont, Barros e Oliveira:

A inclusão de estudos científicos rigorosos da língua oral na agenda dos linguistas brasileiros sofreu considerável resistência, durante décadas do século XX. Hoje é naturalizada a ideia de que a Linguística de *Corpus*, como abordagem teórica, se construa sobre análises quer da fala, quer da escrita. No entanto, a prevalência de distinto valor atribuído às modalidades oral e escrita – como objetos de estudo e/ou de ensino, nos Cursos de Letras, a despeito da grande quantidade de trabalhos acadêmico-científicos que vêm sendo produzidos, faz com que muitos dos resultados de trabalhos importantes não ressoem na formação desses profissionais. Em decorrência, o fosso academia / educação básica (*locus* de atuação de muitos egressos), por exemplo, mantém-se acentuado. Como o Senhor avalia essa situação?

Castilho:

Na resposta anterior, mencionei certo ensimesmamento da Linguística

brasileira, justamente no momento em que ela se espalhou por toda parte, dada a criação de novas universidades. Associações criadas anteriormente seguem ativas, muitas publicações foram lançadas, mas, aparentemente, pouca influência tem sido exercida nos costumes acadêmicos brasileiros.

Estou convencido que grande parte dessa inércia decorre dos processos de recrutamento de novos professores. Têm-se valorizado as "crias da casa", professores e alunos não se movimentam por outros espaços acadêmicos. O sentido mesmo da *universitas* se perdeu. Gerou-se, assim, uma grave consanguinidade, que os americanos rotulam pejorativamente como um caso de *imbreeding*. Por outras palavras, temos produzido mais do mesmo.

A pouca repercussão disso tudo na formação de profissionais do ensino é um efeito secundário do temor de expor-se ao outro, apesar de alguns núcleos que procuram sair dessa circunstância.

Hermont, Barros e Oliveira:

Para grandes estudiosos contemporâneos das ciências sociais e humanas, o momento atual é de reconciliação entre nuances, antes fragmentadas de diversos aspectos concernentes à vida humana – político, social, etc. Para Edgar Morin, é preciso abraçar a complexidade da existência humana – considerando-se, dada a etimologia do item, complexo como "tudo aquilo que é tecido junto". Boaventura Santos fala da "ecologia dos saberes" – a redescoberta dos liames todos que possibilitam a existência humana na Terra – e aposta na revalorização das Ciências Humanas: a criação de tecnologias humanas como forma de oposição à era do cientificismo positivista e escravista. Temos, no âmbito dos estudos linguageiros, uma proposta de "Ecolinguística" como forma de maior compreensão do epifenômeno que é a linguagem.]

Nesse mesmo sentido, o Senhor, ao construir sua Nova Gramática do PB, afirmou ter encontrado, na adoção dos princípios das ciências dos domínios complexos (tais como formulados por Gleick, 1988; Waldrop, 1993; Cilliers, 2000), a perspectiva para compreender esse multifacetado fenômeno. Poderia falar um pouco mais a respeito desse cenário e da sua perspectiva metodológica?

Castilho:

Tratando da repercussão da Abordagem Multissistêmica, mesmo reconhecendo sua modéstia, devo lembrar algumas dissertações de Mestrado e teses de Doutorado que têm sido escritas com fundamento nela. Além de trabalhos pessoais, sobre a gramaticalização de *vez,* a expressão *acho que,* as preposições,

a sentença matriz, a minissentença, a concordância e outros temas, redigiram ensaios e/ou teses nessa linha Terezinha Barreto (UFBA), Marcelo Módolo, José da Silva Simões, Verena Kewitz, Henrique Braga, T. Kobashi (USP), F. Laura, Flávia Orci Fernandes, Marcel Caldeira, Janaína Olsen (Unicamp). Em seu livro de *Introdução à Linguística*, Bagno (2014: 23-27) integra esta proposta entre outras teorias linguísticas.

O próximo passo será aprofundar o recorte epistemológico que fundamenta essa abordagem e, para isso, conto poder estreitar relações com o grupo *Complex Cognitio,* da já referida PUCMG.

A tendência, em suma, é de desencapsular a Linguística de seu entorno como Ciência Humana, buscando outras parcerias.

Entrevista com João Costa

Por Arabie B. Hermont* e Ev'Angela B. R. de Barros**

Doutor em Linguística, pela Universidade de Leiden, na Holanda, é Professor Catedrático de Linguística na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Licenciou-se em Linguística, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi, até novembro de 2015, Diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e presidente do Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da Fundação para a Ciência e Tecnologia. É membro do Conselho Científico do Plano Nacional de Leitura, da Comissão Nacional do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e do Conselho Consultivo do Instituto Camões. Foi presidente da Associação Europeia de Estudantes de Linguística (SOLE) e da Associação Portuguesa de Linguística, e lecionou em várias universidades no Brasil, Macau, Espanha e Holanda. Desde novembro de 2015, integra o governo de Portugal, como Secretário de Estado para a Educação. Seus principais interesses de pesquisa residem na área de sintaxe e de aquisição do Português. Fruto de suas intensas pesquisas, já publicou diversos livros e artigos sobre temas específicos do português, tais como a ordem das palavras em Português, a sintaxe dos advérbios, a aquisição de argumentos nulos e clíticos em Português Europeu. Recentemente, organizou, juntamente com W. Leo Wetzels e Sergio Menuzzi, um livro **The Handbook of Portuguese Linguistics**, que vem recebendo crítica muito positiva.

* Professora Adjunta IV do Departamento de Letras da PUC Minas; Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC Minas.
** Professora Adjunta IV do Departamento de Letras da PUC Minas; Coordenadora Adjunta do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas.

Hermont e Barros:

O atual programa da Teoria Gerativa – o Programa Minimalista – adota, como hipótese, que a faculdade da linguagem é regida por questões de economia e otimização. Nessa perspectiva, quais foram os principais avanços que o Programa Minimalista trouxe para os estudos da linguagem?

Costa:

O Programa Minimalista, mais do que um quadro teórico, constitui-se como um conjunto de orientações metodológicas. Não estamos perante um caso de rutura epistemológica ou de enormes diferenças conceptuais face à Teoria da Regência e Ligação. Há a introdução de princípios gerais de parcimónia, economia, que são comuns a qualquer modelo. Neste sentido, eu costumo interpretar o PM como um conjunto de "lembretes".

Hermont e Barros:

A partir de suas investigações, quais caminhos o senhor considera mais promissores para a pesquisa psicolinguística e, mais especificamente, a de aquisição de linguagem, tanto em situação típica quanto em casos de déficit específico de linguagem?

Costa:

A investigação em psicolinguística sofreu grandes avanços na última década. Se me perguntam quais os caminhos que eu considero mais promissores, eu diria que são todos os que têm vindo a propor uma apropriação plena da teoria linguística nos modelos psicolinguísticos. No caso concreto da aquisição da linguagem, hoje sabemos muito mais sobre condições de legitimação, legibilidade e sobre o papel das interfaces na produção e na compreensão de enunciados linguísticos. É preciso agora que os modelos de aquisição integrem plenamente este conhecimento. Sempre que pensamos em modelos psicolinguísticos, temos de ter em conta que é preciso integrar os níveis algorítimico, de representação das estruturas, representacional e implementacional. Não vale a pena ter um modelo linguístico se ele não tiver comunicabilidade com os procedimentos, por natureza incrementais, de processamento e produção e com as estruturas fisiológicas e neurolinguísticas de suporte a esse sistema. Os caminhos são de comunicabilidade recíproca e é preciso haver trabalho interdisciplinar para garantir essa influência recíproca.

Hermont e Barros:

A despeito de outros trabalhos que

dividem o PE como língua orientada para a gramática e o PB como língua orientada para o discurso, seus estudos mostram que há muito mais "semelhanças" do que diferenças. Construções de concordância com o tópico, como em "Você tem construções lindas em Ouro Preto." – ou de ergativização do sujeito – como em "A porta abriu" são encontráveis também no PE. Em seu estudo, o Senhor atribui essa similaridade a diferentes parâmetros formais e não a configuracionalidades discursivas. Poderia nos explicar como se tem considerado esse fenômeno de convergência entre o Português Europeu e o Português Brasileiro?

Costa:

A convergência não é surpreendente, já que estamos perante variedades da mesma língua. Os trabalhos de comparação entre PE e PB são muito interessantes, porque podemos, em vários casos, estar perante microvariação linguística, identificando níveis verdadeiramente atómicos de variação. No meu trabalho que referem, mostrei como alguns aspetos que são considerados variação macro são, na verdade, ilusões ou apenas variações menores que podem ser localizadas em propriedades da flexão.

Hermont e Barros:

Em 1999, Cinque realizou um amplo estudo, relacionando várias classes de advérbios com núcleos funcionais. O autor observou que distintos tipos de advérbios, em diversas línguas do mundo, estão dispostos em uma sequência rigidamente ordenada. Cinque também verificou que há a possibilidade de haver um núcleo funcional para cada advérbio. Tal constatação foi interpretada da seguinte forma: um AdvP ocupa a posição de um especificador de um determinado núcleo funcional que com aquele se relaciona. Tal interpretação é ainda baseada em uma relação semântica transparente entre cada classe de advérbio e o morfema núcleo contíguo à sua direita. Por exemplo, o advérbio again (ideia de repetição), em várias línguas, foi encontrado, em uma escala hierárquica, no mesmo lugar que o núcleo funcional "aspecto repetitivo" deveria ocupar. Em 2008, o senhor apresenta uma proposta alternativa que leva em conta a flexibilização da proposta de Cinque (1999). Nesta proposta, não é possível precisar a relação um-a-um entre o elemento modificado e a interpretação do advérbio, pois este pode ter diferentes sentidos em um mesmo domínio de modificação. Comente um pouco sobre isso.

Costa:

O trabalho de Cinque tem um valor

descritivo ímpar. Sabemos hoje muito mais sobre advérbios, sobre a sua hierarquia relativa e sobre a
relação com núcleos funcionais de outras línguas do que sabíamos antes de 1997. No meu trabalho, discuti esta hipótese, no que diz respeito à presunção – quase não questionada – de que a adjunção não existe. No meu trabalho, mostrei que há relações não biunívocas e que a presença de vários advérbios na frase ou de apenas um gera resultados diferenciados. Sobretudo, tentei mostrar que a adjunção faz predições mais robustas, na medida em que flexibiliza a estrutura admitindo maior variabilidade. A assunção de que os advérbios ocupam posições de especificador rígidas obriga a uma multiplicação de operações de movimento (do verbo ou de "remnants") não completamente justificadas. Voltando à primeira questão, importa valorizar os princípios do Minimalismo: pretendeu-se eliminar a adjunção por ser uma operação alegadamente pouco justificada, mas isso foi feita à custa de uma proliferação de operações que tinham como única justificação garantir a ordem de superfície correta. Exatamente no espírito minimalista, preocupei-me em mostrar se era mesmo necessário e justificado dispensar a adjunção.

Hermont e Barros:
Os estudos linguísticos no Brasil e no mundo vêm se espraiando em diversos ramos. Considerando-se uma perspectiva formalista, que estudos ou estudiosos brasileiros lhe parecem estar contribuindo para consolidar os estudos da Gramática Gerativa na última década?

Costa:
A linguística brasileira tem dado contributos verdadeiramente notáveis para um melhor entendimento do funcionamento das línguas naturais. É sempre perigoso nomear pessoas, porque a memória e a rapidez da resposta podem trair-nos, mas posso referir aqueles nomes que (na última década, como pedem) têm tido um impacto direto no meu desempenho como linguista, sem qualquer ordem específica: Jairo Nunes, Sérgio Menuzzi, Mary Kato, Sônia Cyrino, Ruth Lopes, Maria Cristina Figueiredo Silva, Charlotte Galves, Cilene Rodrigues, Letícia Sicuro-Corrêa, Elaine Grolla… Como veem, são tantos e tão importantes os seus contributos que é difícil fechar a lista!

Hermont e Barros:
O Senhor poderia sugerir algumas leituras para quem deseja começar seus estudos em Sintaxe Minimalista?

Poderia, ainda, comentar um pouco a respeito do livro ”The Handbook of Portuguese Linguistics”, organizado em coautoria com W. Leo Wetzels e Sergio Menuzzi?

Costa:

Há vários livros de introdução muito bons. Eu gosto do livro do David Adger ou do Andrew Carnie. O **The Handbook of Portuguese Linguistics** nasce da opinião partilhada com o Sergio e o Leo de que fazia falta um livro que disponibilizasse ao público internacional o estado da arte da linguística portuguesa. Tentámos promover parcerias entre académicos portugueses e brasileiros, exatamente para colocar o foco na descrição de propriedades que aproximam ou fazem divergir as duas variedades. Esperamos que seja uma porta de entrada para muitos nos trabalhos sobre o português.

Entrevista com Sonia Cyrino

Por Ev'Angela B. R. de Barros* e Arabie B. Hermont**

Professora Associada do Departamento de Linguística (Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas), Sônia Maria Lazzarini Cyrino atua na área de Teoria e Análise Linguística, com ênfase em Sintaxe Gerativa e Mudança Diacrônica. Com uma produção vasta e reconhecida no Brasil e no exterior – trabalhos que incluem teoria gramatical, sintaxe diacrônica e comparativa, em especial a investigação sobre objetos nulos, movimento de verbo, sistema pronominal e estrutura do DP no português brasileiro e línguas românicas – acabou de regressar de um pós-doc na Universidade Stony Brook, em Nova York (1º semestre de 2016), período em que aprofundou seus estudos sobre objetos nulos no PB, conforme nos expõe a seguir.

* Professora Adjunta IV do Departamento de Letras da PUC Minas; Coordenadora Adjunta do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas.
** Professora Adjunta IV do Departamento de Letras da PUC Minas; Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC Minas.

Barros e Hermont: Como você vê hoje o cenário da Linguística no país? Em que direções percebe o avanço dessa ciência no Brasil?

Cyrino: A Linguística cresceu muito no Brasil nos últimos anos. Se observarmos a área, é possível constatar um aumento considerável da pesquisa em termos de publicações, dissertações e teses, especialmente a partir dos anos 80.

Vou comentar o cenário dos estudos formais em Linguística, minha área de investigação. Iniciei meus estudos em Linguística em 1984, quando fui fazer o Mestrado na University of Iowa, Estados Unidos. Nessa época, era comum haver, nesse país, muitos Departamentos em que a Gramática Gerativa era investigada e ensinada. Quando voltei ao Brasil em 1986 e comecei a pensar no Doutorado, percebi que havia aqui poucas instituições com pesquisas dentro desse quadro teórico. Fui para a Unicamp em 1990, um dos centros em que havia um grupo de gerativistas. Terminei o Doutorado em 1994 e, de lá para cá, tenho constatado um impressionante o crescimento dos estudos formais no Brasil.

Vejo o cenário da Linguística Formal no Brasil com muito otimismo. Em várias partes do país, podemos constatar agora grupos envolvidos em pesquisas diversas, abordando vários fenômenos e investigando o português brasileiro de maneira a contribuir para estudos comparativos, tão importantes dentro dessa perspectiva teórica. Vejo que temos um belo futuro e uma grande potencialidade, temos muitos jovens pesquisadores interessados em avançar nessa ciência e projetar o Brasil no cenário da Linguística internacional.

Barros e Hermont: A Gramática Gerativa, desde sua versão inicial, passou por inúmeras revisões e desdobramentos, quer baseadas em percepções de seus defensores sobre discrepâncias internas ou lacunas teóricas, quer a partir de críticas dos que a imputavam como excessivamente formalista e insuficiente para explicar certos aspectos da língua em sua existência real. Como você contextualiza a abordagem gerativa, hoje, em termos de valor descritivo e explicativo?

Cyrino: Creio que os avanços realizados nos últimos anos têm contribuído cada vez mais para a percepção do valor dos estudos teóricos dentro da abordagem gerativa. Posso citar, inclusive, a contribuição relevante da assim chamada "Sociolinguística Paramétrica", enfoque inaugurado no Brasil a partir dos interessantes estudos de Mary Kato e Fernando Tarallo no final da década de

80, e que demonstraram que é possível desmitificar a Sintaxe Gerativa como sendo "excessivamente formalista e insuficiente para explicar certos aspectos da língua em sua existência real". É inegável que os estudos atuais em sintaxe formal dentro da abordagem gerativista, e no Brasil especialmente, trazem contribuições importantes para o desenvolvimento da teoria, principalmente pelo enfoque comparatista que esses estudos favorecem e pelas descobertas que apresentam acerca da capacidade da linguagem.

Aponto, como exemplo, os estudos surgidos a partir dos anos 90 sobre as diferenças entre o português brasileiro ao português europeu sob a perspectiva gerativista. Além desses, recentes estudos têm comparado o português brasileiro ao português africano, com o intuito de detectar propriedades comuns e investigar a hipótese da influência das línguas africanas na sintaxe das variedades do português que se desenvolveram em situação de contato. Cito ainda a importância dos estudos diacrônicos sobre o português brasileiro realizados sob a perspectiva gerativista e baseados em *corpora* diversos, que têm descoberto como várias particularidades de nossa língua se desenvolveram ao longo do tempo.

Esses são alguns exemplos de como o enfoque da Sintaxe Gerativa, que supõe um aporte teórico percebido como "abstrato", tem produzido frutos bastante concretos para o entendimento da complexidade linguística na formação da língua portuguesa em sua variedade brasileira. Estudos dessa natureza, ao desvendar aspectos sincrônicos, diacrônicos e comparativos, levantam, em consequência, questões relevantes para uma teoria que pretende explicar propriedades inerentes à capacidade humana para a linguagem.

Barros e Hermont: Nas duas últimas décadas, suas pesquisas sobre objeto nulo têm trazido contribuições à compreensão de aspectos do Português Brasileiro, que precisam ser encaixados e correlacionados a outros fenômenos de mudança diacrônica pelos quais passa o PB. Essa perspectiva sociolinguística (que toma por base o texto fundador de Weinrich, Labov e Herzog, 1968, entre outros, e se consolida com os estudos de Kato e Tarallo e seguidores, a partir dos anos 1980), amplamente valorizada nos estudos do PB, encaminha para certa perspectiva de análise linguística que se contrapõe à visão formalista e instrumental do aparato gerativista. Que aspectos positivos e negativos você vê nesta abordagem que tenta conciliar olhares discrepantes?

Cyrino: Não creio haver uma tentativa de conciliar olhares discrepantes na abordagem da chamada "Sociolinguística Paramétrica", a partir de estudos de Kato e Tarallo. Trata-se de uma abordagem que se utiliza de uma metodologia específica, mas comporta um leque de hipóteses formais acerca de fenômenos sincrônicos e diacrônicos.

Em toda a investigação em sintaxe, é preciso observar um fenômeno e analisar sua relação com outros fenômenos da língua (e de outras línguas) para avançar uma proposta que seja compatível com a Gramática Universal, cuja realidade creio ser um fato inquestionável atualmente – observem-se os resultados de diversos estudos diacrônicos tipológicos atuais e também aqueles obtidos nas áreas de Psicolinguística, Neurolinguística e Aquisição da Linguagem, entre outras. Fatores sociais, portanto, fazem parte inegável de um estudo sobre a sintaxe de uma língua, mesmo que sob o ponto de vista formal, pois apresentam realidades que devem ser consideradas na análise do fenômeno linguístico.

Barros e Hermont: Grande parte de seu trabalho reside no estudo e na busca da compreensão do "objeto nulo". Como você analisa essas ocorrências do objeto nulo, em especial se se contrapuser a variante brasileira à variante europeia do português?

Cyrino: O objeto nulo (ausência da expressão fonológica do complemento do verbo) tem sido o tópico de vários estudos a partir dos anos 80, com o advento da teoria de Princípios e Parâmetros. O tópico de estudo surgiu devido à discussão sobre o Parâmetro do Sujeito Nulo. A observação de que algumas línguas permitem que o complemento do verbo também seja fonologicamente nulo colocou naturalmente a pergunta: haveria um parâmetro do objeto nulo? A questão tem se colocado também em termos da distinção tipológica entre línguas orientadas para o sujeito e línguas orientadas para o discurso, as últimas permitindo sujeitos e objetos nulos pelo fato de estes poderem ser salientes ou dados no discurso, a ordem das palavras determinando a carga informacional dos constituintes.

Um dos primeiros trabalhos sobre o objeto nulo no português enfocou o português europeu e é de Raposo (1986). O autor propõe que o objeto nulo dessa língua devia ser considerado uma categoria não-pronominal (em termos técnicos, deveria ser uma "variável", isto é, o vestígio do movimento de um operador nulo a uma posição de tópico). O argumento de Raposo para essa análise é o fato de que essa categoria vazia não

pode ocorrer dentro de certas estruturas, as chamadas "ilhas" para o movimento (estruturas em que o movimento de uma categoria para uma posição externa não é possível).

Para o Português Brasileiro, logo surgiram trabalhos mostrando as diferenças desse fenômeno em relação ao Português Europeu. Notadamente, o objeto nulo não poderia ser o mesmo tipo de categoria uma vez que as sentenças consideradas agramaticais na variedade europeia são perfeitamente possíveis em português brasileiro.

Na minha tese de Doutorado (Cyrino 1994) mostro que o objeto nulo do Português Brasileiro é, na realidade, resultado de elipse de sintagma nominal. A proposta surge a partir de um estudo diacrônico que analisa a ocorrência de elipses proposicionais no português brasileiro. Elipse proposicional é a lacuna em uma sentença em que o antecedente é uma sentença ou predicado, e que pode ser substituída por um clítico neutro (invariável) "o" em outras línguas românicas como o português europeu, o espanhol, o italiano, o francês, o catalão. Esse estudo mostra a queda desse clítico e o paralelo crescimento do objeto nulo no português brasileiro. A partir daí, continuei a investigar o fenômeno com o intuito de verificar se a proposta para o objeto nulo do português brasileiro como resultado de elipse de sintagma nominal poderia ser sustentada.

Uma outra diferença entre o objeto nulo das duas variedades de português é o fato de que o português brasileiro, ao contrário do europeu, restringe objetos nulos a antecedentes inanimados. Essa restrição é explicada em minha tese como sendo consequência da mudança sintática: a perda do clítico neutro teria levado ao aumento de objetos nulos com antecedentes que tenham o mesmo tipo de traço, ou seja, antecedentes não-animados.

Barros e Hermont: Uma das críticas reiteradas que se faz ao ensino universitário brasileiro reside no fosso existente entre o que se ensina na academia e o que se espera em termos de formação do egresso. No contexto atual, como professora e pesquisadora brasileira, atuando em uma universidade pública, em que se oferecem formações de âmbito acadêmico e de cunho profissionalizante - portanto num contexto bem concreto e específico -, quais os desafios que percebe em termos de ensino de Língua Portuguesa (ensino fundamental e médio) e de Linguística (ensino superior)?

Cyrino: Essa é uma pergunta importante, mas receio que pouco tenho a dizer no que

se refere ao ensino de Língua Portuguesa. Percebo o estudo da Linguística nos Cursos de Letras como altamente relevante, pois traz uma compreensão maior sobre os fenômenos linguísticos e capacitam o aluno, futuro professor de Língua Portuguesa, a atuar nas situações concretas de ensino da língua. Já vai longe a abordagem tradicional que trata o ensino da Língua Portuguesa como a proposta de que o aluno deve alcançar um certo nível (de prestígio) de linguagem, eliminando assim os "erros" de seu português.

Por outro lado, vejo a importância do ensino da Gramática, mas de uma perspectiva que incentive o questionamento formal; em outras palavras, uma perspectiva que trate esse estudo como "ciência". Nesse sentido, o conhecimento da gramática da língua integraria os conhecimentos científicos como outros quaisquer – os da biologia, da química, da física – que a escola precisaria difundir. A meu ver, a Linguística contribui para a formação dos professores de Língua Portuguesa ao difundir a ideia de que o papel da escola não é o de apenas ensinar coisas "práticas", mas também o de incentivar o espírito investigativo no estudo da linguagem. Creio haver várias propostas atuais que adotam esse ponto de vista sobre o ensino da Gramática, mas não tenho certeza se de fato estão sendo postas em prática no Brasil.

Barros e Hermont: Cada concepção de linguística faz operar com distintas perguntas teóricas. Quais as "perguntas" que, neste momento, movem a sua investigação, considerando que acabou de retornar de um pós-doc na Universidade Stony Brook, em Nova York. Que fenômeno, em especial, você pesquisou neste período? Poderia nos contar um pouco de suas conclusões sobre este tema?

Cyrino: Em meu recente estágio de pesquisa no exterior, voltei a um aspecto que julgo ainda não estar totalmente resolvido em relação à possibilidade de o português brasileiro apresentar objetos nulos. Trata-se da restrição de animacidade.

O assunto é interessante, pois uma observação recorrente no estudo da realização do objeto em algumas línguas românicas é o fato de que o traço [animacidade] parece determinar a forma que o objeto toma. Na pesquisa que iniciei no pós-doutorado e que tenho continuado, investigo esse tema, abordando fenômenos que envolvem esse traço, e que foram observados separadamente na literatura sobre as línguas românicas (especialmente Marcação Diferencial do Objeto, leísmo e a Restrição Caso-Pessoa, e o objeto nulo do português brasileiro).

Após estudar esses fenômenos, apresento

uma proposta para explicar o efeito da animacidade na sintaxe, em que relaciono as hierarquias semânticas apresentadas na literatura funcionalista à estrutura sintática.

Vários fenômenos linguísticos foram explicados através de hierarquias de referencialidade/semânticas especialmente em estudos tipológicos e funcionalistas. Porém, o poder explanatório de tais hierarquias é duvidoso se considerados dentro de uma perspectiva formal, pois não está claro qual seu papel dentro do quadro teórico. Mais recentemente, a literatura formalista tem proposto que tais hierarquias podem ser tratadas como sendo efeitos de princípios gramaticais. É uma abordagem interessante, pois apresenta a possibilidade de se tratar hierarquias antes vistas como generalizações tipológicas como sendo um efeito de princípios sintáticos.

Meu trabalho tem procurado investigar a ideia de que traços como animacidade sejam formalizados na estrutura sintática (Cyrino 2016). Seus efeitos seriam, portanto, uma consequência de operações sintáticas. Mais especificamente, o sintagma nominal animado deve ser movido para uma posição estruturalmente acima daquela em que foi inicialmente concatenado. O inanimado, por outro lado, não se move. Se isso for verdade, podemos entender vários fenômenos, como a Marcação Diferencial do Objeto e o objeto nulo do Português Brasileiro e, ainda, podemos explicar as construções de duplo objeto em que essa "ordem hierárquica" é obedecida. Acredito que esse é um caminho de pesquisa que poderá ser explorado em futuros estudos abrangendo outras línguas e outros fenômenos que tornam evidente o relevante papel de traços de referencialidade na sintaxe.

Referências

Cyrino, S. **O objeto nulo no português brasileiro** – um estudo sintático-diacrônico. Tese de Doutorado. Unicamp, São Paulo, 1994.

Cyrino, S. **Animacidade e a realização do objeto nas línguas românicas**: um estudo comparativo. Relatório Final de Bolsa de Pesquisa no Exterior, FAPESP, processo 2014/17477-7. 2016.

Raposo, E. On the null object in European Portuguese. In O. Jaeggli and C-S. Corvalán (eds.) **Studies in Romance Linguistics**, Dordrecht: Foris, 1986. pp. 373-390.

ALMEIDA, Roberto G. de, MANOUILIDOU, Christina**. Cognitive Science Perspectives on Verb Representation and Processing.** Switzerland: Springer International Publishing, 2015. 310p.

Processamento e representação verbal: estudos sob a ótica das ciências cognitivas

Rodrigo Morato[1]

O papel dos verbos nas línguas naturais tem sido assunto muito investigado no campo das ciências cognitivas. Estudos na área estão mostrando que é no e pelo processamento verbal que se estabelece a compreensão predicativa, isto é, a compreensão de eventos, estados, acontecimentos, dentre outros fenômenos linguísticos. Além de ser atualmente objeto de interesse na Linguística Cognitiva, esta temática é tópico de discussão em pesquisas da Filosofia (que tratam da natureza dos eventos e dos predicados) e também da Psicolinguística (que busca uma investigação empírica sobre a estrutura de argumentos e seu papel para a compreensão da sentença). De acordo com os autores da obra resenhada, Almeida e Manouilidou, recentemente, a representação do significado verbal vem ganhando força em pesquisas de outros ramos da Ciência Cognitiva, mais especificamente no campo da Neurociência e da Psicologia dos Conceitos. O livro em questão trata exatamente da interdisciplinaridade dos estudos sobre a categoria gramatical verbo, focando o recente aumento de trabalhos acadêmicos sobre estrutura verbal e processo de predicação e/ou de significação a partir de uma perspectiva interdisciplinar, com contribuições de linguistas, filósofos, psicolinguistas e neurocientistas. Nesse sentido, a leitura dos capítulos exige fôlego, já que o leitor irá se deparar com uma complexa rede de estudos teóricos e empíricos a respeito de como a estrutura e a significação verbal estão representadas, como elas são processadas na compreensão da linguagem, como são adquiridas e como são neurologicamente implementadas.

1 Doutorando (bolsista CAPES) do Programa de Pós-graduação em Letras, Linguística e Língua Portuguesa da PUC Minas.

O livro conta com a contribuição de vinte e quatro autores[2] e tem, ao todo, 310 páginas, distribuídas em treze capítulos organizados em cinco seções, um prefácio, notas, referências e um índice remissivo.

A primeira seção do livro (*Foundations)* consta apenas do capítulo I (p. 3-39), *The Study of Verbs in Cognitive Science*, e é dos próprios organizadores (Almeida e Manouilidou). Eles nos apresentam o tema central da obra, a importância do fenômeno, mostrando as perspectivas da Ciência Cognitiva na representação e no processamento verbal como um reflexo da recente colaboração entre as disciplinas que com ela dialogam e trazem novos dados empíricos e conhecimentos teóricos sobre língua natural e conceptualização.

Cuidadosamente, os autores esclarecem que não podemos pensar em verbo como uma categoria puramente gramatical, mas devemos considerá-la uma categoria gramatical com propriedades semânticas. Para eles, os verbos desempenham um papel importante na lexicalização de eventos e estado e, por isso, eles são cruciais para a compreensão da maneira pela qual nós representamos e usamos informações sobre eventos e estados nos enunciados linguísticos. Almeida e Manouilidou iniciam o texto com uma discussão metodológica cujo objetivo parece ser o de compreender como diferentes tipos de evidências podem ser relevantes para caracterização da natureza dos princípios linguísticos e cognitivos subjacentes à significação e estruturação verbal, bem como suas representações e processos. A partir disso, os autores propoem três temáticas oriundas da discussão sobre o papel do processamento e da estruturação verbal, a saber: a) estrutura do argumento, b) papel temático e c) a natureza semântica ou estrutura conceptual. Para cada uma destas três temáticas os autores apresentam uma reflexão sob vieses teóricos e empíricos (experimentais). A leitura do capítulo é imprescindível para a compreensão dos textos que lhe são subsequentes.

A segunda seção do livro, *Structure and Composition*, é constituída por três

2 A lista de autores aparece no livro com a seguinte ordem: Sudha Arunachalam (Boston University), Roelien Bastiaanse (University of Groningen), William Croft (University of New Mexico), Roberto G de Almeida (Concordia University), Brendan S. Gillon (McGill University), J. Gonzalez-Castilho (National Institute of Mental Health, Bethesda, MD.), E. Mathew Husband (University of Oxford), David Kemmerer (Purdue University), Jean-Pierre Koenig (University at Buffalo), Vicky T. Lai (University of South Carolina), E. Malaia (University of Texas), Christina Manouilidou (University of Patras), Alexandra Marquis (Université de Montréal), Gail Mauner (University at Buffalo), Bhuvana Narasimhan (University of Colorado Boulder), Paul M. Pietroski (University of Maryland), Artem Platonov (Radboud University Nijmegen), Douglas Roland (University of Tokyo), Rushen Shi (Université du Québec à Montréal), Linnaea Stockall (University of London), T. M. Talavage (Purdue University), C. Weber-Fox (Purdue University), R. B. Wilbur (Purdue University) e Hongoak Yun (University at Buffalo).

capítulos: *Lexicalizing and Combining* (p.43-65), de Paul Pietroski, *Optional Complements of English Verbs and Adjectives* (p. 67-75), de Brendan Gillon e *The Representation and Processing of Participant Role Information* (p. 77-99), de Gail Mauner.

Pietroski, sumariamente, argumenta que os significados não variam ao longo de uma dimensão que pode ser descrita em termos de valência, acidez ou saturação, tal como na metáfora de Frege. Para o autor, os verbos, juntamente com os substantivos, são instruções sobre como acessar conceitos uniformemente monádicos que podem ser conjugados simultaneamente. Assim como Chomsky (1957, 1965, 1972, 1986, 1995)[3], Pietroski adota o conceito de língua/gem como operações biologicamente instanciadas, concepção bastante interessante, mas que não explica, satisfatoriamente (já que ele não se aprofunda na discussão) como as palavras e os processos de lexicalização estão relacionados ao pensamento humano.

No segunto texto da seção, Gillon expõe os fatos básicos relativos a complementos opcionais para verbos e adjetivos em língua inglesa. Para o autor, os complementos opcionais, quando omitidos, são muitas vezes referidos como argumentos implícitos. O capítulo ensaia os fatos referentes a tais complementos e mostra como fatos análogos de complementação adjetiva opcional são obtidos; e, mais do que isso, sugere como tratar essas categorias (verbos e adjetivos) dentro de uma análise sintática circunscrita em um modelo de tratamento teórico fiel às decisões e julgamentos do falante.

No último artigo da seção, Mauner faz uma reflexão a partir da qual podemos concluir que a representação da estrutura de argumentos do verbo e as informações no processamento linguístico do falante devem preencher tanto a sintaxe (computacional) quanto o papel semântico do verbo (semântica/conceptual). Para o autor, as evidências sobre a ativação automática de informações do papel semântico são mais abstratas e, por isso, os estudos do processamento de frases é menos direto e não conclusivo. Desta forma, afirma que ainda há muito a ser estudado para a compreensão de como e quando o falante fixa valores sintáticos e

3 CHOMSKY, Noam. **Sintactic structures**. Mouton, 1957
CHOMSKY, Noam. **Aspects of theory of syntax**, Cambridge: MIT Press, 1965.
CHOMSKY, Noam. **Language and mind**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1972.
CHOMSKY, Noam. **Knowledge of language: Its nature, origin, and use**. Cambridge: MIT Press, 1986.
CHOMSKY, Noam.**The minimalist program.** Cambridge: MIT Press, 1995.

semânticos para os argumentos verbais.

A terceira parte do livro, *Events: Aspect, and Telicity* é a maior, constituída por quatro capítulos: *Force Dynamics and Directed Change in Event Lexicalization and Argument Realization* (p.103-129), de William Croft, *Neural Processing of Verbal Event Structure: Temporal and Functional Dissociation Between Telic and Atelic Verbs* (p. 131-140), de E. Malaia *et. al*., *Argument Structure and Time Reference in Agrammatic Aphasia* (p. 141-155), de Roelien Bastiaanse e Artem Platonov e *Building Aspectual Interpretations Online* (p.157-186), de E. Mathew Husband e Linnaea Stockall.

No primeiro texto da seção, Croft afirma que as estruturas aspectuais e causais de eventos contribuem para a gramaticalidade significante das estruturas de eventos. No entanto, defende que representações de estruturas de evento apresentadas na literatura anteriormente não distinguiam claramente estrutura causal de aspectual. O autor propõe, então, uma tipologia (que ele considerou mais refinada) e apresenta um modelo tridimensional da estrutura de evento, que é introduzido para acomodar os detalhes relevantes da estrutura de eventos para lexicalização. O modelo é usado para introduzir uma categoria aspectual de mudança, a fim de analisar construções resultativas das formas de distinção verbal. O trabalho é complexo e exige um prévio conhecimento gramatical por parte do leitor.

O segundo capítulo que compreende a seção foi escrito por cinco autores norte-americanos (E. Malaia, J. Gonzalez-Castillo, C. Weber-Fox, T. M. Talavage e R. B. Wilbur). Os autores concentraram-se na tentativa de entender quão geral é o processamento da linguagem (ex: memória afetiva), bem como os processamentos específicos de linguagem e como eles contribuem para a computação *on-line* da estrutura do evento. Este interessante capítulo extrapola os aspectos estritamente linguísticos para tentar explicar como mecanismos neurológicos estão envolvidos na distinção de eventos, daí a preocupação em se separar telicidade de atelicidade. Apesar da dificuldade de leitura, em função da especificidade da área, é um texto de grande importância para pesquisadores das ciências cognitivas, apontando bases neuronais que justificam o fenômeno.

O terceiro texto da seção é dos autores Bastiaanse e Platonov, que tratam da questão da afasia. Os autores reforçam aquilo que vem sido repetidamente comprovado ─ os sujeitos afásicos (citados como agramáticos no texto) têm problemas com verbos principalmente na atividade de narrar. Os afásicos

fornecem menos informações verbais do que falantes ditos "normais" e, além disso, os verbos que aparecem na fala de um afásico, muitas vezes, não apresentam marcação de tempo e/ou concordância. O que o capítulo de Bastiaanse e Platonov deixou evidente foi que, diante de testes de influência, os resultados dos afásicos sugerem que a influência por eles sofrida não é apenas estrutural, mas é derivada de uma combinação de fatores, incluindo telicidade, transitividade, tempo, aspecto e estrutura argumental. O que se pode concluir, segundo o estudo, é que a afasia não é um problema puramente sintático, mas sintático-semântico. Trata-se de um texto denso, que abarca um importante aspecto a ser considerado para o entendimento do processamento verbal.

O último capítulo da terceira seção é dos pesquisadores Husband e Stockall, que discorrem a respeito da interpretação aspectual. De acordo com os autores, o conceito de evento linguístico tem sido discutido para diferenciar sistematicamente a ideia de duração, ou seja, para se pensar em um ponto final natural e necessário ou não. O autor parte da constatação de que correntes semânticas e sintáticas discordam sobre qual tipo de evento é mais complexo e, portanto, computacionalmente mais caro, mas ambas as abordagens identificam o sintagma verbal como domínio de interpretação aspectual. Os autores fazem uma revisão literária sobre o processameno linguístico e confirmam que a hipótese da interpretação aspectual no sintagma verbal é, de fato, coerente. Assim, os autores apresentam uma série de experiências que proporcionam uma visão mais detalhada sobre a evolução (na literatura) da interpretação aspectual, proporcionando um apoio claro para a hipótese de sintagma verbal. Além disso, Husband e Stockall também argumentam que os efeitos da complexidade sintática e semântica podem ser vistos no processamento aspectual e concluem que a estrutura sintática terminativa e a interpretação semântica durativa são ambas caras para o processamento da linguagem. Esta é outra leitura difícil, mas muito importante para aqueles desejam aprofundar-se em estudos sobre tempo e aspecto gramatical.

A quarta seção da obra, *Meaning and Structure: Representation and Processing*, conta com três trabalhos: *Visual and Motor Features of the Meanings of Action Verbs: A Cognitive Neuroscience Perspective* (189-212), de David Kemmerer, *Which Event Properties Matter for Which Cognitive Task?* (p. 213-234), de Jean-Pierre Koenig, Douglas Roland, Hongoak Yun, Gail Mauner e *Verb Representation and Thinking-for-Speaking Effects in Spanish–English Bilinguals* (p. 235-258), de

Vicky T. Lai, Bhuvana Narasimhan

No primeiro trabalho, Kemmerer privilegia consistentemente uma perspectiva ampla da Neurociência Cognitiva. O texto trata de raízes idiossincráticas de verbos de ação, concentrando-se especificamente em características visuais e motoras. O autor lança mão de duas hipóteses: i) os padrões visuais de movimento codificados por verbos de ação dependem do córtex temporal póstero-lateral esquerdo e ii) os padrões motores corpo-parte-especificidades codificados por verbos de ação dependem do premotor esquerdo e do córtex motor primário. O pesquisador explica ainda que recentes descobertas apoiam ambas as hipóteses, trabalhos que empregaram diversas técnicas de mapeamento cerebral. Além disso, várias questões que exigem mais pesquisas são identificadas e discutidas por Kemmerer.

No segundo trabalho, Koenig *et. al*. iniciam o texto guiados por duas perguntas bastante amplas: a) que parte das informações de eventos é acessada e usada durante o processamento de uma sentença? b) Que parte de informações de eventos é relevante para a gramática das línguas naturais? Os autores revelam que uma extensa quantidade de pesquisa no campo da Linguística e da Psicolinguística, ao longo das duas últimas décadas, tem mostrado que diversas informações sobre o evento são relevantes para o processamento da sentença. Para os autores, uma possível causa para esta divergência é que o desenvolvimento da gramática e a compreensão da linguagem são realizados por sistemas separados que são sensíveis a diferentes tipos de informação. Ou, então, o desenvolvimento da gramática e a compreensão da linguagem seriam realizados por um sistema integrado, mas as demandas da tarefa de aprendizagem de línguas e as demandas da tarefa de compreensão da linguagem seriam diferentes. Por este prisma, os pesquisadores mostram que sistemas gramaticais que parecem mais "exóticos" do ponto de vista das línguas mais conhecidas ainda utilizam um conjunto limitado de propriedades e que as línguas "exóticas" ainda obedecem às mesmas restrições de *design*. Com isso, eles seguem mostrando, de maneira breve, alguns modelos computacionais de experimentos de leitura que demonstram claramente que uma espécie distinta e muito maior do conhecimento acerca do evento é usada pelos sistemas menos "exóticos". Apesar da complexidade do texto, a leitura não é muito difícil de ser digerida se o leitor buscar outras fontes de informação.

No último trabalho da seção, Lai e Narasimhan apresentam uma importante pesquisa sobre o bilinguismo. Os autores fazem uma interessante reflexão, mostrando que falantes de inglês habitualmente codificam eventos de movimento

usando verbos na forma de movimento (por exemplo: girar, rolar, enquadrar, etc.), enquanto falantes de espanhol contam com verbos de movimento sem se preocupar com as formas (por exemplo: entrar, sair, aproximar, etc.). Em outras palavras, para os autores, forma de movimento parece estar relacionada a formato, dimensão geométrica. Os verbos parecem ser mais usados metaforicamente para relatar movimento no inglês que no espanhol. Diante disso, a proposta apresentada no artigo é questionar se as representações verbais de eventos específicas de cada idioma induzem a diferentes modos de "pensar para falar", no caso de pessoas bilíngues (espanhol e inglês). Os resultados mostram que os falantes bilíngues foram mais propensos a classificar dois eventos de movimento como semelhantes quando estes mostravam o mesmo tipo de movimento. Assim, os autores concluem que falantes bilíngues podem flexivelmente alternar entre interpretações especificas do idioma para um mesmo evento. O belo trabalho de Lai e Narasimhan chama a atenção para o fato de que a sintaxe, a semântica e a cognição não podem andar separadas. O processamento do movimento pelos sujeitos bilíngues parece ser orientado por aspectos cognitivos – esquemas imagéticos – e, como sinalizado, por aspectos socioculturais que influenciam o uso da lingua.

A última seção do livro, *Acquiring Verbs*, consta de dois artigos, *Argument Structure: Relationships Between Theory and Acquisition* (p. 259-280), de Sudha Arunachalam e *The Beginning of Morphological Learning: Evidence from Verb Morpheme Processing in Preverbal Infants* (p. 281-297), de Alexandra Marquis, Rushen Shi.

Arunachalam tece um capítulo que reúne perspectivas da Linguística Teórica e de pesquisas de Aquisição da Linguagem para questionar como esses dois campos de investigação científica se informam mutuamente no que diz respeito ao modo como o conhecimento da estrutura argumental é representado na mente. Três teorias da representação da estrutura de argumentos são consideradas: i) projecionismo lexical, ii) composição não projecionista e iii) gramática de construção, bem como suas relações com a nossa compreensão de como a linguagem da criança é explorada. Embora vários pontos aparentes de contato entre essas perspectivas e modelos teórico-metodológicos sejam considerados, a autora conclui que, em grande parte, os dados de aquisição não suportam claramente qualquer um dos argumentos sobre a arquitetura estrutural da criança. E, no final do texto, aponta algumas direções promissoras para futuras pesquisas experimentais com crianças em fase de aquisição da linguagem. O texto é consistente é pode ser de grande

valia para estudiosos da aquisição da linguagem.

No último capítulo do livro, Marquis e Shi expõem um estudo sobre a aquisição da morfologia verbal de bebês e desenvolvem um modelo de aprendizagem morfológica inicial. A abordagem é feita por meio do estudo de segmentação de formas verbais de bebês franceses e da interpretação de alternâncias morfológicas verbais que eles fazem. Os resultados empíricos demonstraram que as crianças começam a processar os verbos de forma decomposta e a identificar os sufixos em torno de 11 meses de idade e aos 14 meses de idade já têm os conhecimentos básicos dos paradigmas verbais. Diante disso, as autoras afirmam com bastante coerência que a aquisição da estrutura da linguagem é baseada na análise distribucional de *inputs* sem necessidade da semântica.

Sem dúvida, pode-se recomendar fortemente a leitura deste recente livro para interessados e estudiosos da linguagem, seja porque estamos falando de uma publicação que reúne pesquisadores de importantes centros de pesquisas espalhados pelo mundo, abordando interdisciplinarmente um mesmo tema, seja porque todos os capítulos são abordagens variadas que possibilitam diálogos entre diferentes abordagens no campo das Ciências Cognitivas. E, por último, o caráter programático dos textos: apontando dificuldades da área, apresentando e propondo metodologias no tratamento do fenômeno, a variedade dos temas propostos, o que representa a grande virtude do livro – a abordagem sistêmica e emergente do processamento verbal. Reiterando, esta é uma obra que exige tempo e fôlego por parte do leitor, mas, ao mesmo tempo, pode ser considerada como um bom investimento para a construção sólida de estudos sintáticos à luz das Ciências Cognitivas.

Submetido: 29/03/2016
Aceite: 10/08/2016